

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025



MENSAGEM DA PRESIDENTE

GRI 2-22



Vivemos um período de profundas transformações sociais, ambientais e geopolíticas, em que a sociedade demanda das empresas de energia não apenas desempenho econômico, mas também responsabilidade ambiental, justiça social e governança sólida.

No Plano de Negócios 2026–2030, reforçamos a integração da sustentabilidade à estratégia corporativa, em consonância com os direcionamentos do Plano Estratégico 2050, reafirmando nossa visão de atuar como uma empresa diversificada e integrada de energia, líder na geração de valor e na transição energética justa. O Relatório de Sustentabilidade presta contas de nossa trajetória e reflete nosso compromisso em atuar de forma responsável, adotando critérios sociais, ambientais e de governança.

Os resultados de 2025 confirmam a consistência da nossa estratégia climática. Reduzimos em 36% as emissões absolutas operacionais de CO₂e em relação a 2015 e atingimos uma redução de 65% na

intensidade das emissões diretas de metano, superando nossos compromissos públicos. Avançamos também na descarbonização do upstream, com mais de 80 milhões de toneladas de CO₂ reinjetadas de forma acumulada em projetos de captura e armazenamento de carbono no pré-sal. Esses resultados demonstram que é possível conciliar segurança energética e eficiência operacional, reforçando nossas ambições de Net Zero até 2050 e Near Zero Methane até 2030.

Ao longo de 2025, fortalecemos nossa contribuição para o desenvolvimento econômico do Brasil ao combinar geração de valor, responsabilidade social e disciplina na gestão. Mantivemos uma política de preços pautada em critérios técnicos e de mercado, buscando equilíbrio entre competitividade, sustentabilidade financeira e mitigação da volatilidade no mercado interno. Destinamos mais de R\$ 195 bilhões à cadeia de fornecedores, fortalecendo a indústria nacional e promovendo emprego, renda e inovação. Como um dos

maiores contribuintes do país, recolhemos R\$ 277,6 bilhões em tributos e participações governamentais no Brasil, ampliando a capacidade de investimento da União, estados e municípios e reafirmando nosso compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência.

No campo socioambiental, ampliamos de forma consistente nossos investimentos, com escala, continuidade e foco em resultados. Priorizamos soluções baseadas na natureza, proteção da biodiversidade e restauração de ecossistemas, gerando benefícios sociais associados, como o fortalecimento de comunidades locais, povos indígenas e quilombolas, além do estímulo a cadeias produtivas sustentáveis. Os resultados são mensuráveis e territorialmente relevantes, com contribuições concretas para a mitigação climática, a conservação e recuperação de áreas naturais e o fortalecimento da gestão de áreas protegidas em todos os cinco distintos biomas brasileiros, ampliando benefícios ambientais e sociais de longo prazo para o país.

Na dimensão ambiental, avançamos na proteção e valorização da biodiversidade ao alcançar 100% de elaboração de planos de ação em biodiversidade em nossas instalações, fortalecendo uma gestão preventiva e estruturada dos riscos e impactos ambientais.

Da mesma forma, seguimos na redução do volume de vazamentos (VAZO), atingindo 3,0 m³ em 2025, resultado inferior ao de 2024 (17,1 m³) e 97% abaixo do limite de alerta. Esse desempenho reflete a eficácia dos sistemas de prevenção e resposta, da integridade das instalações e do monitoramento permanente de processos críticos, ampliando nossa capacidade de atuar com responsabilidade em contextos operacionais mais complexos e reafirmando que a evolução ambiental é condição essencial para o desenvolvimento sustentável da companhia.

Mantivemos também o foco permanente na segurança operacional e na proteção da vida. A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) foi de 0,71, desempenho que, apesar do aumento de 6% em relação a 2024,

permanece em patamar baixo e reflete a robustez dos sistemas de gestão, de integridade de ativos e de prevenção de riscos. Ainda assim, lamentamos profundamente as duas fatalidades registradas em 2025. Cada perda reforça a necessidade de intensificarmos continuamente nossos esforços para alcançar a ambição inegociável de Zero Fatalidade.

Reafirmamos, por fim, nosso compromisso como signatários do Pacto Global das Nações Unidas, alinhando nossas práticas aos seus dez princípios e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Esse compromisso se traduz nas diversas iniciativas apresentadas neste relatório, como o Programa Autonomia e Renda, que expressa nossa atuação no fomento a oportunidades de capacitação por meio de cursos de qualificação profissional voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo diretamente para o alcance de objetivos centrais do desenvolvimento sustentável.

Convido você a percorrer as páginas do Relatório de Sustentabilidade 2025 e a conhecer, em detalhes, como seguimos comprometidos com os desafios do presente e com a construção de um futuro mais sustentável, justo e responsável. Este documento é um convite ao diálogo sobre o papel da energia na transformação da sociedade.

Boa leitura!

Magda Chambriard

Presidente da Petrobras



1 INICIAIS	2 ATUAR COM INTEGRIDADE 63	3 REDUZIR A PEGADA DE CARBONO 106	4 PROTEGER O MEIO AMBIENTE 125	5 CUIDAR DAS PESSOAS 165
SOBRE O RELATÓRIO 05 QUEM SOMOS 06 MATERIALIDADE 10 ENGAJAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE 20 MODELO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS 27 IMPACTOS ECONÔMICOS 41 ESTRATÉGIA EM SUSTENTABILIDADE 53	GOVERNANÇA CORPORATIVA 64 INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS 74 ENGAJAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ADVOCACY E APOIO FINANCEIRO 90	RESILIÊNCIA CLIMÁTICA, EMISSIONES DE GEE OUTROS GASES 107	BIODIVERSIDADE 126 ÁGUA E EFLUENTES 142 GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCOMISSIONAMENTO SUSTENTÁVEL 148 PREVENÇÃO E GESTÃO DE ACIDENTES DE PROCESSO 158	COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS 166 PRÁTICAS TRABALHISTAS E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 188 SEGURANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR DO TRABALHADOR 208





1 INICIAIS

SOBRE O RELATÓRIO	05
QUEM SOMOS	06
MATERIALIDADE	10
ENGAJAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE	20
MODELO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	27
IMPACTOS ECONÔMICOS	41
ESTRATÉGIA EM SUSTENTABILIDADE	53

SOBRE O RELATÓRIO

GRI 2-2, 2-3, 2-4, 2-5, 2-14

O Relatório de Sustentabilidade 2025 atende à lei nº 13.303/2016 e abrange o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, podendo incluir dados de eventos relevantes ocorridos nos primeiros meses de 2026, quando indicado.

Publicamos anualmente o Relatório de Sustentabilidade da Petrobras após a divulgação das Demonstrações Financeiras e de documentos específicos, como o Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa e o Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética, ambos referenciados neste relatório.

Adotamos as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI Standards 2021) e respondemos aos indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), aplicáveis à indústria de óleo e gás e adequados à nossa organização (Exploração & Produção, Midstream e Refino & Comercialização). Utilizamos também o Guia para Relatórios de Sustentabilidade da International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca) como metodologia complementar. O Sumário GRI e SASB estão disponíveis ao final deste relatório.

O escopo inclui nossas atividades no Brasil e no exterior, abrangendo dados das controladas listadas nas Demonstrações Financeiras, sempre que relevantes para a controladora (consolidado). Em determinadas situações, os dados referem-se apenas à controladora ou à controladora junto com algumas controladas relevantes para o indicador, sendo essa informação especificada junto ao respectivo indicador.

O relatório está estruturado em capítulos iniciais que abordam os temas ASG (Ambiental, Social e Governança) de forma estratégica. Esses temas são discutidos considerando riscos e oportunidades identificados em diferentes horizontes de tempo: curto, médio e longo prazos. O engajamento com nossos públicos de interesse é fundamental para nossa gestão e relato, assim como os impactos econômicos nos negócios, no mercado e na cadeia de valor.

Em seguida, apresentamos nossos temas materiais, indicadores, iniciativas e práticas de gestão, organizados conforme os pilares do nosso posicionamento ASG publicado no Plano Estratégico 2050 e Plano de Negócios 2025-2029:

- > Reduzir a pegada de carbono;
- > Proteger o meio ambiente;
- > Cuidar das pessoas;
- > Atuar com integridade.

Por fim, incluímos o Painel ASG 2025, documento complementar ao relatório, que reúne dados quantitativos e o desempenho dos indicadores.



Confira o Painel ASG, anexo ao Relatório de Sustentabilidade, com os conteúdos quantitativos dos indicadores GRI e SASB

Compete ao Conselho de Administração (CA) deliberar sobre matérias previstas na lei, no Estatuto Social ou em normas aprovadas por ele. Como a aprovação do Relatório de Sustentabilidade não está entre suas atribuições, essa foi realizada pela nossa Diretoria Executiva (DE), órgão máximo de governança responsável pela gestão da companhia, em conformidade com a missão, objetivos, estratégias e diretrizes estabelecidas pelo CA. O relatório também foi apresentado ao Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, que atua como comitê de assessoramento ao CA, e ao Conselho Fiscal.

A empresa de auditoria KPMG foi responsável pela asseguração limitada das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2025, conforme detalhado no capítulo dedicado ao Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores.

Aviso ao leitor

Este relatório inclui declarações prospectivas que não se baseiam em fatos históricos e não são garantias de resultados futuros. As declarações que abordam nossa expectativa de desempenho, entre outros assuntos, contêm palavras como “acreditar”, “esperar”, “estimar”, “antecipar”, “pretender”, “planejar”, “visar”, “vai”, “pode”, “deveria”, “poderia”, “provavelmente”, “potencial” e expressões semelhantes (que não são os únicos meios de identificar tais declarações prospectivas). Os leitores são avisados a não depositar confiança excessiva nessas declarações que datam apenas a partir da data em que são feitas e não há garantia de que os eventos, tendências ou resultados esperados realmente ocorrerão. As declarações estão sujeitas a suposições que podem se mostrar incorretas e a riscos e incertezas difíceis de prever, assim como os resultados reais podem diferir materialmente daqueles expressos ou previstos como resultado de uma variedade de suposições e fatores.

NOTA EXPLICATIVA

Para fins deste relatório, adotamos as seguintes definições:

- > **Empregados:** Termo utilizado exclusivamente para se referir aos empregados próprios da Petrobras.
- > **Prestadores de serviços/terceirizados:** Termo utilizado para se referir aos trabalhadores que não possuem vínculo empregatício direto com a Petrobras, atuando por meio de empresas contratadas.
- > **Trabalhadores:** Termo utilizado para se referir ao conjunto que engloba tanto empregados próprios da Petrobras quanto prestadores de serviços/terceirizados.

Esta padronização visa garantir clareza e precisão na comunicação dos dados e informações apresentados ao longo do relatório.

QUEM SOMOS

GRI 2-1, 2-6

Somos uma empresa brasileira de economia mista, com capital público e privado, e atuamos principalmente nos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás, refino, geração e comercialização de energia. Possuímos ampla experiência em exploração e produção offshore, desenvolvida ao longo de mais de cinco décadas de operações em ambientes de águas profundas e ultraprofundas nas principais bacias do Brasil, reconhecidas internacionalmente pelos avanços tecnológicos nesse segmento.

Temos o compromisso de ser a melhor empresa de energia em termos de diversificação, integração e geração de valor, conciliando o foco em óleo e gás com negócios de baixo carbono. Nesse contexto, adotamos estratégias específicas para os segmentos em que atuamos, com investimentos na descarbonização de nossas operações, na geração de energia renovável e em combustíveis sustentáveis. Também ampliamos nossas pesquisas em tecnologias de baixo carbono.

Buscamos contribuir para a construção de um mundo mais sustentável, com base nos princípios de segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas. Isso inclui a implementação de políticas e ações voltadas à promoção da diversidade, equidade e inclusão, nos países em que operamos, bem como à saúde, ao bem-estar e à segurança física e psicológica de nossos empregados.

Informamos que não houve mudanças significativas no nosso modelo de negócios no último ano.

O segmento de Exploração e Produção (E&P) é responsável pela geração primária de hidrocarbonetos que suportam as demais atividades de transporte, refino e comercialização. As operações de E&P apresentam características distintas entre ambientes offshore, com atuação predominante em águas profundas e ultraprofundas, e onshore, com ênfase em campos terrestres maduros. Essas diferenças implicam desafios específicos em termos de eficiência operacional, gestão de emissões, relacionamento com comunidades locais e gestão ambiental.

Operamos uma cadeia integrada que vai além da produção de petróleo e gás, garantindo o transporte seguro e eficiente, até nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural. Essa infraestrutura, composta por terminais, dutos e frota marítima e terrestre, assegura o escoamento contínuo da produção e a oferta de produtos com qualidade e confiabilidade. Nossas instalações estão em constante modernização para atender aos padrões de eficiência energética, redução de emissões e excelência operacional, conforme diretrizes do Plano de Negócios 2026-2030, que reafirma a integração logística e o fortalecimento do segmento de Refino, Transporte e Comercialização como pilares estratégicos.

Nossos principais produtos comercializados no Brasil e no mundo são petróleo, óleo diesel, gasolinas, gás natural, energia elétrica, querosene de aviação, sustainable aviation fuel (SAF), gás liquefeito de petróleo (GLP), nafta, produtos asfálticos, óleos básicos, parafinas, solventes, biodiesel, óleo diesel coprocessado, bunker, bunker com conteúdo renovável e óleos combustíveis.



Maior produtora de petróleo e gás do Brasil



Atuação em **9 países** além do Brasil



98% da produção em águas profundas e ultraprofundas



Informações sobre nossas atividades podem ser consultadas no item “Nossos negócios” do **Form 20F**

Reservas e produção

Possuímos um volume significativo de reservas provadas e operamos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil. Essa concentração permite otimizar nossa infraestrutura e nossos custos de exploração, desenvolvimento e produção. Considerando a produção esperada para os próximos anos, seguimos investindo na maximização do fator de recuperação dessas bacias e na exploração de novas fronteiras e diversificação do portfólio exploratório no Brasil e no exterior para repor as reservas de petróleo e gás.

Controle acionário

Somos controlados pela União Federal, que detinha, em 31 de dezembro de 2025, diretamente 50,26% de nossas ações ordinárias e 29,02% do nosso capital social total. A União Federal detinha ainda participação indireta de 19,01% das nossas ações preferenciais e 8,03% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR). Atualmente, não possuímos acordo de acionistas.



Informações sobre os nossos acionistas controladores podem ser consultadas no item 6.5 do [Formulário de Referência](#)

Atuação no Brasil

Nossas atividades estão focadas em reservatórios de óleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que representaram 98% de nossa produção total em 2025. Também temos atividades em campos maduros em águas rasas

e em terra, bem como fora do Brasil. Os ativos brasileiros de exploração e produção representam 99,6% de nossa produção global de petróleo.

No segmento onshore, destaca-se o papel das operações de exploração e produção em diferentes ambientes operacionais, incluindo regiões de elevada sensibilidade socioambiental.

Nesse sentido, a Unidade da Amazônia (AM) representa um importante exemplo da condução de operações seguras e responsáveis em ambiente terrestre inserido na floresta amazônica.

As atividades desenvolvidas na AM são caracterizadas por elevados padrões de segurança operacional e rigorosos controles ambientais, com ênfase na prevenção de impactos, no monitoramento contínuo e na adoção de boas práticas compatíveis com as especificidades da região. Localizado no coração da floresta amazônica, no município de Coari (AM), o Polo Urucu é a maior província petrolífera em terra firme (onshore) do Brasil.

Com foco na sustentabilidade ambiental, a operação industrial em Urucu ocupa apenas 2% da área total de concessão, enquanto os 98% restantes são preservados intocados.

Operamos a maior parte da capacidade de refino no Brasil, distribuída pelas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Essa infraestrutura nos permite atender grande parte do mercado dessas regiões e de outras partes do país por meio de entregas diretas, dutos e cabotagem. Atendemos nossa demanda por derivados de petróleo majoritariamente por meio do refino doméstico de petróleo bruto, conforme definido em processo periódico de planejamento operacional integrado, sempre buscando a maximização de valor para a companhia.

Somos responsáveis por um dos maiores parques termelétricos movidos a gás natural do Brasil. Nossas usinas desempenham papel crucial no escoamento e monetização do gás próprio, além de garantir a segurança na operação do sistema elétrico, especialmente com a crescente inserção

das fontes renováveis. A gestão de portfólio do parque gerador é constantemente avaliada.

Em relação ao gás natural, atuamos em toda a cadeia de produção, escoamento, processamento, transporte, importação de gás natural e importação de gás natural liquefeito (GNL), regaseificação de GNL, fornecimento de gás para consumo próprio e comercialização no mercado. Participamos do mercado brasileiro de energia principalmente por meio de nossos investimentos em usinas termelétricas a gás, energia renovável e participações em usinas a óleo combustível.

Nossos principais clientes de gás incluem companhias distribuidoras de gás natural, que atendem consumidores dos segmentos industrial, comercial, residencial e veicular. Também atendemos consumidores livres, geralmente compostos por grandes plantas industriais, refinarias e usinas termelétricas.

Para abastecer o mercado, processamos gás natural proveniente de nossa produção onshore (em terra) e offshore (no mar), especialmente de campos nas Bacias de Campos, Espírito Santo e Santos. Além disso, importamos gás natural da Bolívia e GNL por meio de terminais de regaseificação.

O Brasil possui uma malha integrada de gasodutos de transporte que se estende por quase todo o litoral brasileiro, do Ceará ao Rio Grande do Sul, alcançando também regiões interiores, como Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Existe, ainda, um sistema isolado na Região Norte que transporta gás natural produzido em Urucu até Manaus. A rede de gasodutos é operada por diferentes empresas transportadoras. Mantemos participação societária nas empresas TBG e TSB.

Em geração renovável, possuímos a Usina Fotovoltaica Alto do Rodrigues (UFV-AR), uma planta-piloto de energia solar localizada na Usina Termelétrica Vale do Açu (UTE-VLA). Com uma capacidade instalada de 1,1 MW, este projeto faz parte dos nossos esforços para explorar fontes renováveis de geração de energia elétrica e

estudar sua influência no sistema de distribuição. A UFV-AR iniciou suas operações em 2014, permitindo a realização de testes com três tecnologias de conversão fotovoltaica, duas alternativas de montagem e sua integração com um sistema de armazenamento de energia. Atualmente, em uma nova fase, a UTE-VLA abrigará o projeto de pesquisa de hidrogênio de baixo carbono (rota eletrólise) da Petrobras.

Em junho de 2024, a Diretoria Executiva aprovou o retorno das atividades operacionais da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), subsidiária integral da companhia. A fábrica, localizada no Paraná, estava hibernada desde 2020. A previsão é que a operação seja reiniciada no segundo semestre de 2026. Situada ao lado da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), a Ansa possui capacidade de produção de 720 mil toneladas por ano de ureia e 475 mil toneladas por ano de amônia, além de 450 mil m³ por ano do agente redutor líquido automotivo (ARLA 32).

Estamos também envolvidos na produção de biocombustíveis por meio da subsidiária Petrobras Biocombustível, responsável pela produção sustentável de biocombustível para o mercado rodoviário brasileiro. A subsidiária possui duas usinas em operação, localizadas em Candeias (BA), Montes Claros (MG), que, em 2025, comercializaram respectivamente o volume de 96.274 m³ e 135.296 m³ de biodiesel, gerando 200.092 CBIOs (Créditos de Descarbonização por meio do Programa Renovabio), além de possuir uma usina hibernada localizada em Quixadá (CE). Em 2025, a Petrobras Biocombustível comercializou 183,3 mil toneladas de enxofre, o que representa um aumento nas vendas de 12% em relação a 2024. A Petrobras Biocombustível ainda tem, em seu estatuto, possibilidade de atuar na industrialização, comercialização e logística de fertilizantes, assim como na comercialização e logística de solventes como hexano e xileno. Além disso, nossa subsidiária integral de logística, a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), atua na operação de uma malha superior a oito mil

quilômetros de oleodutos e gasodutos, bem como de 46 terminais – sendo 25 aquaviários e 21 terrestres – que suportam o escoamento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás natural. No segmento de transporte marítimo, a frota da Transpetro é composta por 33 navios, com capacidade de transporte de 3,2 milhões de toneladas de porte bruto, sendo 26 próprios e sete afretados por meio da subsidiária Transpetro International BV (TIBV).

Em 2025, a Transpetro incorporou a Petrobras Logística de Exploração & Produção S.A. (PB-LOG), anteriormente nossa subsidiária integral. Com essa integração, a companhia passou a atuar também no apoio marítimo e no controle de emergências em áreas exploradas por consórcios operados e liderados pela Petrobras, ampliando sua participação nas atividades de exploração e produção.

Atuação internacional

Em 31 de dezembro de 2025, mantínhamos atividades em nove países, além do Brasil: Argentina, Bolívia, China, Colômbia, Estados Unidos da América, Holanda, República Democrática de São Tomé e Príncipe, África do Sul e Singapura. Na América Latina, essas atividades concentram-se majoritariamente em operações de exploração e produção de hidrocarbonetos, com ênfase no gás natural. Na Colômbia, também atuamos no segmento de distribuição de combustíveis líquidos.

O ano de 2025 consolidou a retomada da nossa atuação no continente africano, como parte da estratégia de reposição de reservas, e a nossa presença na Ásia por meio da PB China, em Xangai, sociedade dedicada ao diligenciamento de nossos projetos em execução nesta região.

Temos empresas controladas na Holanda (Roterdã), Estados Unidos da América (Houston) e Singapura, que desenvolvem nossas atividades comerciais, logísticas e financeiras no exterior. Essas subsidiárias

são responsáveis pela inteligência de mercado, comercialização de petróleo, derivados, gás natural e combustíveis renováveis, operações de armazenagem (tancagem), afretamento e captação de recursos financeiros. Nos Estados Unidos da América, também temos participação em uma joint venture de produção de petróleo e gás.

Estratégia de fusões e aquisições

A gestão de fusões e aquisições é uma prática de mercado que visa identificar, analisar e executar oportunidades estratégicas por meio de processos de fusões, aquisições e parcerias. Essa abordagem pode resultar em: aumento da participação de mercado em segmentos onde já operamos, entrada em novos segmentos, incluindo aqueles relacionados à transição energética, geração de valor por meio da integração entre os diferentes segmentos e otimização do portfólio, com a priorização de ativos estratégicos.

Ao considerar uma oportunidade, é fundamental que ela esteja alinhada com os direcionadores do nosso plano estratégico, principalmente em relação à sustentabilidade a longo prazo, à realização de investimentos rentáveis e à manutenção da disciplina de capital.

Esses processos seguem padrões rigorosos de governança, que buscam integrar os princípios da administração pública às melhores práticas de mercado, tendo como instância mínima de aprovação a Diretoria Executiva e, em decisões mais relevantes, o Conselho de Administração.

Além disso, esses processos seguem rigorosamente a legislação aplicável, incluindo a Lei das Estatais (lei nº 13.303/2016), a Lei Geral do Petróleo (lei nº 9.478/1997) e os decretos nº 9.355/2018 e nº 9.188/2017.

Cadeia de fornecedores

Gestão da cadeia de fornecimento

Mantemos uma cadeia de fornecedores ampla e diversificada, essencial para a continuidade e eficiência de nossas operações e para o cumprimento de nossos compromissos em sustentabilidade e governança corporativa. A base de fornecedores inclui fabricantes de bens e insumos, prestadores de serviços técnicos especializados e serviços administrativos, consultorias, distribuidores, dentre outros. Essa diversidade é fundamental para atender às complexas demandas das operações da companhia, que vão desde a exploração e produção de petróleo até o refino, transporte e comercialização.

Trabalhamos com fornecedores diretos (primeiro nível) e monitoramos fornecedores indiretos (segundo nível), especialmente em atividades críticas. Realizamos os processos de due diligence de integridade (DDI) e devida diligência em direitos humanos (DDDh), refletindo a robustez da gestão de riscos na cadeia. Nossos fornecedores executam uma gama de atividades relacionadas a produtos e serviços da companhia, incluindo fabricação de bens industriais, construção e montagem de instalações, prestação de serviços técnicos especializados e serviços administrativos, fornecimento de insumos e suporte em tecnologia da informação, meio ambiente, logística e consultoria.

As relações com fornecedores são majoritariamente contratuais e podem ter prazos variados, desde contratos de curto prazo para demandas pontuais até contratos de longo prazo para projetos estratégicos. Nossa cadeia de fornecimento é caracterizada por elevada exigência técnica, com forte presença de serviços intensivos em capital e, em alguns segmentos, mão de obra especializada. Adotamos rigorosos padrões de segurança, meio ambiente e integridade, que se estendem a seus fornecedores.

Em 2025, destinamos mais de R\$ 195 bilhões em pagamentos à nossa cadeia de fornecedores, evidenciando o papel estratégico e a relevância econômica da cadeia de suprimentos para a sustentabilidade e a continuidade das operações da companhia.

Sempre que possível, dadas as condições de mercado e do negócio, priorizamos a contratação de fornecedores nacionais e locais, em alinhamento com a localização geográfica de suas unidades operacionais e projetos. A participação de fornecedores internacionais é adotada de forma complementar, em casos que demandam tecnologias específicas.

Desde novembro de 2024, os contratos com fornecedores passaram a incorporar a Cláusula de Direitos Humanos, com exigências relacionadas à promoção da diversidade e da inclusão e à proibição de preconceito, discriminação, assédio, exploração sexual, trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão, entre outros riscos de violação de direitos humanos. Tais requisitos, que também se estendem aos subcontratados por meio de dispositivos específicos, visam assegurar maior efetividade aos compromissos expressos no Guia de Conduta Ética para Fornecedores.



Mais informações sobre a Cláusula de Direitos Humanos podem ser consultadas no [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)



MATERIALIDADE

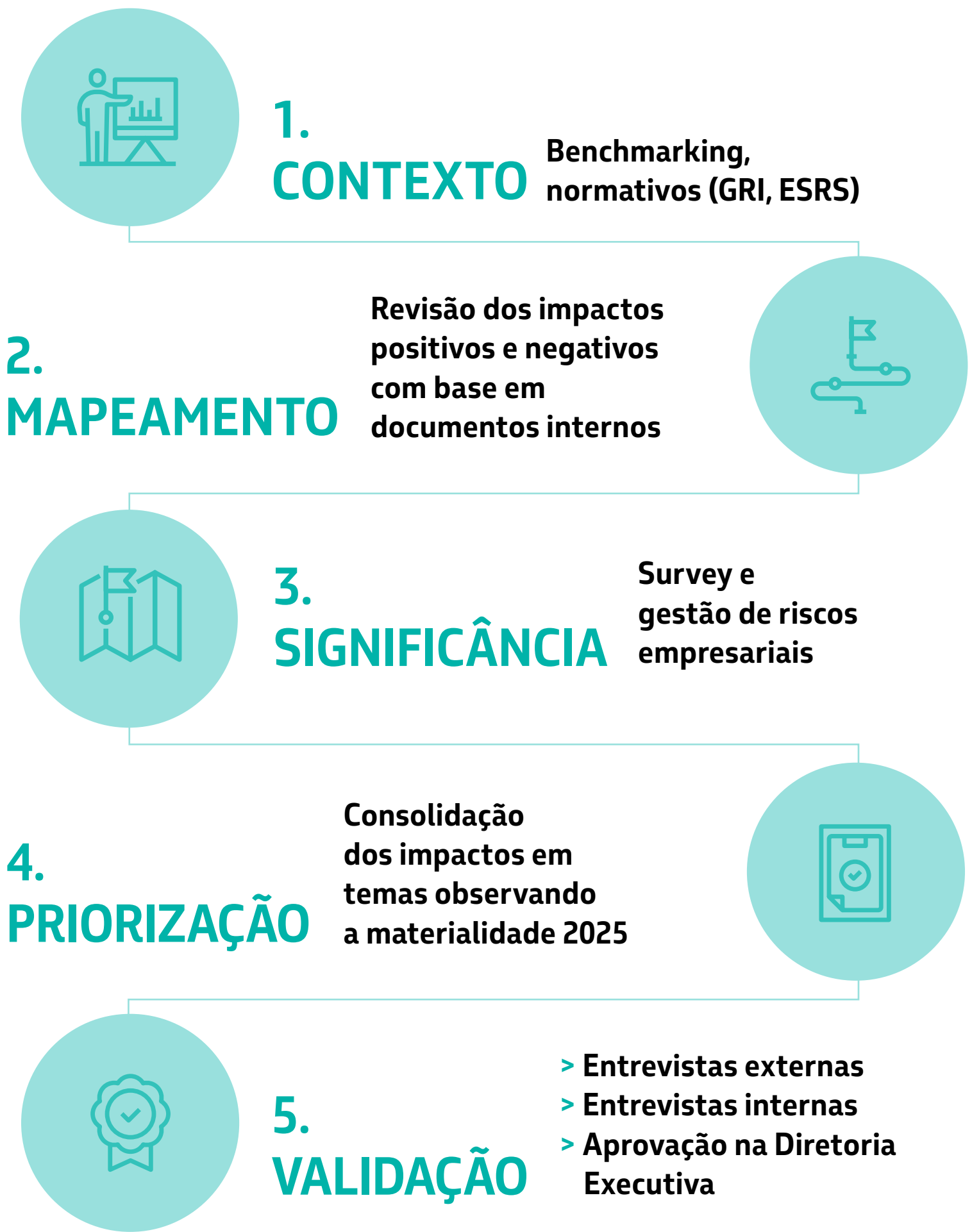
GRI 2-14, 3-1

Anualmente, revisamos os temas de sustentabilidade mais relevantes para a Petrobras e a sociedade. Nosso processo de análise de temas materiais baseia-se na perspectiva de impactos reais e potenciais, positivos e negativos, sobre as pessoas e o meio ambiente, incluindo questões relacionadas a direitos humanos, bem como de riscos e oportunidades que possam afetar a companhia.

Em 2025, o processo de revisão da materialidade teve como referências o padrão da Global Reporting Initiative (GRI) 3 – Temas Materiais (2021) e o caderno setorial GRI 11, voltado para a indústria de óleo e gás, o padrão da Sustainability Accounting Standards Board (SASB), o Guia para Relatórios de Sustentabilidade da Indústria de Óleo e Gás da International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca) e, de forma complementar, o princípio da dupla materialidade conforme as European Sustainability Reporting Standards (ESRS).

Nossa abordagem de dupla materialidade considera tanto os impactos que causamos no ambiente e na sociedade quanto os efeitos que questões de sustentabilidade podem exercer sobre nossos resultados. Esse método fortalece nossa transparência e permite que investidores, sociedade civil, órgãos reguladores e clientes compreendam como gerenciamos os principais desafios e oportunidades relacionados à sustentabilidade. A figura a seguir ilustra as etapas do processo.

ETAPAS DO LEVANTAMENTO DE TEMAS MATERIAIS



Para a análise de contexto e o mapeamento dos impactos reais e potenciais, utilizamos dados secundários provenientes de documentos internos e fontes externas. A base de dados empregada para verificar os impactos nos públicos de interesse incluiu matérias publicadas na mídia, demandas de investidores, avaliações externas de sustentabilidade relacionadas à companhia, reclamações de comunidades, manifestações em redes sociais, bem como reclamações e denúncias recebidas pela nossa Ouvidoria-Geral. Também foram considerados os resultados de pesquisas de imagem corporativa e os insumos sociais e ambientais oriundos do processo de mapeamento de riscos corporativos. Este último elemento também contribuiu para a base de dados de impactos sobre a organização, ao integrar a gestão de riscos empresariais ao processo de identificação de temas materiais.

Nosso processo de identificação, avaliação e monitoramento de riscos considera o grau de relevância de cada tópico e foi utilizado tanto para medir os impactos sobre as pessoas e o meio ambiente quanto sobre a organização, incluindo os riscos financeiros. Dessa forma, avaliamos a exposição aos riscos com base na probabilidade de ocorrência e na severidade de suas consequências, bem como na verificação dos impactos associados aos temas materiais.

Ver processo de levantamento de riscos detalhado no capítulo de Gerenciamento de Riscos

Para avaliar a significância dos impactos no eixo de materialidade de impacto e priorizá-los, levantamos dados primários por meio de uma pesquisa disponibilizada no site externo da Petrobras, aberta a todos os públicos. Essa abordagem assegura a incorporação de diferentes perspectivas na definição de nossas prioridades em sustentabilidade.

Para atribuição de significância, os respondentes foram agrupados nos públicos: consumidores, fornecedores, público interno e sociedade. Esse último grupamento inclui os públicos: investidores, comunidades do entorno, governo, parceiros de negócio, clientes, concorrentes, entidades setoriais, comunidade científica, organizações da sociedade civil e mídia.

A análise também incorporou a significância atribuída aos riscos empresariais nas réguas ambiente/vida e social, que determinam os potenciais impactos de nossas operações.

Já a significância do eixo de materialidade financeira foi o resultado obtido a partir de uma pesquisa baseada nos riscos da SASB disponibilizada para investidores e do mapeamento de riscos empresariais nas réguas financeira, legal/conformidade e imagem/reputação.

Uma vez identificados os riscos e impactos, reais e potenciais, positivos e negativos, de maior relevância, aprimoramos a descrição dos nossos temas materiais.

Testamos os 22 temas descritos no caderno setorial de óleo e gás da GRI (GRI 11) e somamos a esses temas as questões identificadas especificamente para a Petrobras. Para a revisão da materialidade de 2025, essa abordagem foi mantida para o eixo de impacto e aprimorada por meio da inclusão do teste de temas do padrão SASB, bem como de temas adicionais identificados no mapeamento de riscos empresariais.

Como resultado desse processo, foram incorporados como temas adicionais ao conjunto GRI: impactos na cadeia de valor; transparência, comunicação e gestão; e segurança da informação. Em relação ao conjunto de temas SASB, foram adicionados incertezas regulatórias e descomissionamento.

O critério para que um tema seja considerado material, conforme a metodologia adotada, é quando o tema atinge posição igual ou

superior a 2,5 em uma escala de 1 a 5. Com base nesse critério, os temas GRI direito à terra e aos recursos naturais e direitos de povos indígenas não alcançaram o limiar mínimo para classificação como materiais. Ainda assim, esses temas permanecem contemplados no relatório, por estarem diretamente relacionados a questões de direitos humanos, que constituem uma prioridade para a companhia.

Em função de nosso modelo de gestão, os temas GRI, SASB e os temas adicionais identificados foram agrupados em temas materiais para a Petrobras, conforme apresentado na tabela da próxima página. Dessa forma, na matriz de materialidade de 2025, os temas são posicionados de acordo com os resultados agrupados, conforme ilustrado no gráfico da página 13.

Conforme observado no gráfico a seguir, ao se considerar exclusivamente o eixo materialidade de impacto, o ordenamento dos temas, em escala decrescente de relevância, é o seguinte: segurança, saúde e bem-estar do trabalhador; engajamento em políticas públicas, *advocacy* e apoio financeiro; impactos econômicos; práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades; resiliência climática, emissões de GEE e outros gases; prevenção e gestão de acidentes de processo; integridade nos negócios; comunidades locais e tradicionais; biodiversidade; gestão de resíduos e descomissionamento sustentável; e água e efluentes.

Considerando exclusivamente o eixo de materialidade financeira, o ordenamento, em escala decrescente de relevância, é: prevenção e gestão de acidentes de processo; integridade nos negócios; resiliência climática, emissões de GEE e outros gases; segurança, saúde e bem-estar do trabalhador; gestão de resíduos e descomissionamento sustentável; impactos econômicos; comunidades locais e tradicionais; práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades; engajamento em políticas públicas, *advocacy* e apoio financeiro; água e efluentes; e biodiversidade.

A etapa final do processo consistiu na validação dos resultados obtidos nas fases anteriores, realizada por meio de entrevistas com especialistas internos, organizações da sociedade civil, parceiros e representantes da academia.

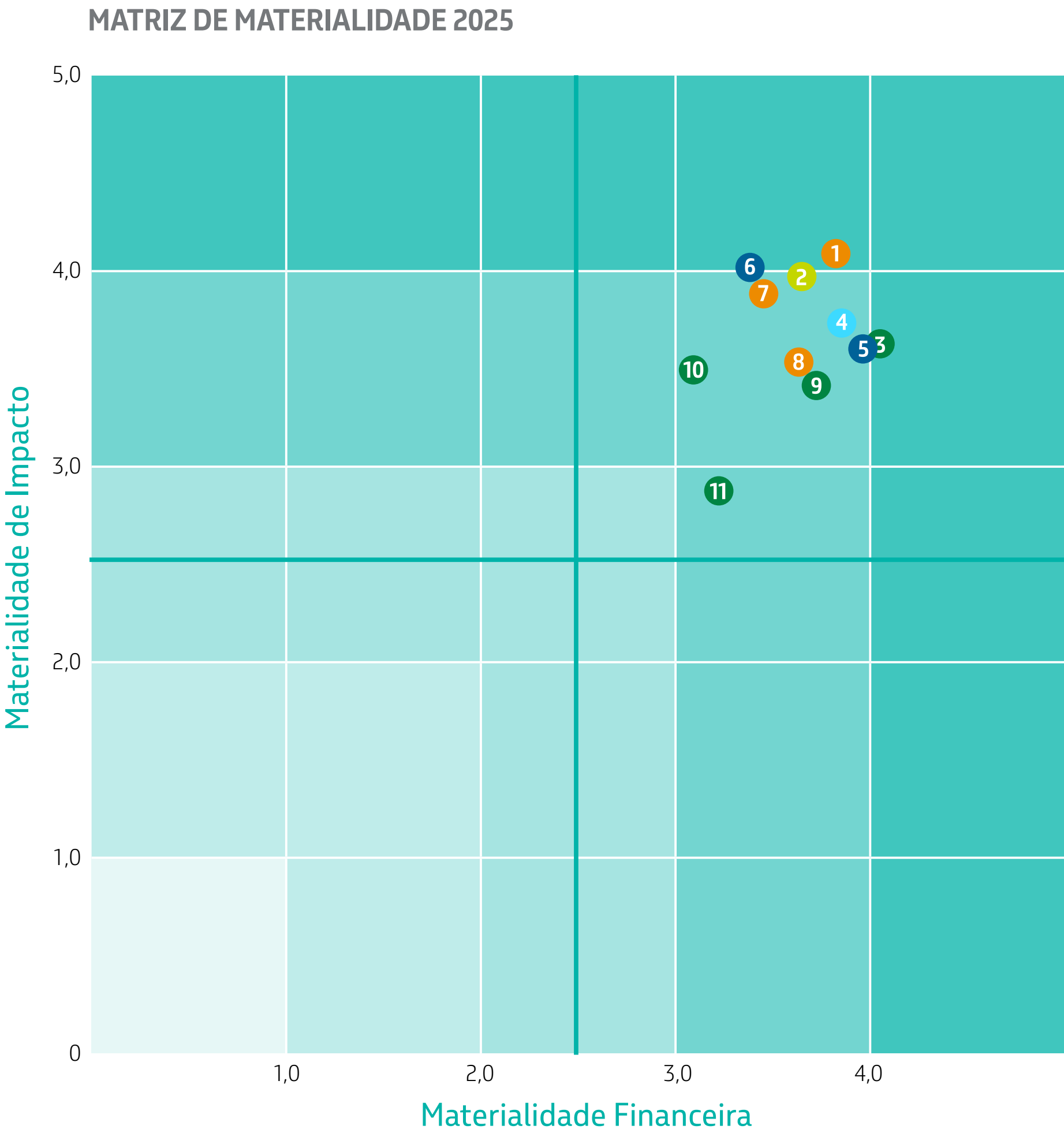
O trabalho também foi apresentado ao Comitê de Segurança, Meio-Ambiente e Saúde do Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. A etapa de validação teve como objetivo testar a adequação da seleção dos temas materiais, a partir das contribuições dos especialistas, com foco:

- na abrangência dos temas identificados, de modo a assegurar que nenhum tema potencialmente material para a companhia e para o setor tenha sido negligenciado;
- no limiar definido para a classificação dos temas como materiais para fins de relato;
- no alinhamento dos temas aos referenciais das normas setoriais GRI 11 e SASB.

Como resultado, essa etapa contribuiu para a melhoria da redação dos temas materiais identificados, sem, contudo, questionar a identificação dos temas em si, a metodologia adotada ou o processo de priorização.

A matriz de materialidade foi aprovada pela DE em 04/02/2026. Tal deliberação é de competência da DE, uma vez que ao Conselho de Administração (CA) compete deliberar apenas sobre matérias presentes em lei, no Estatuto Social ou em normativos aprovados pelo próprio CA, não se enquadrando a materialidade nessas hipóteses. A DE constitui o mais alto órgão de governança responsável pela gestão dos negócios da companhia, em conformidade com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes estabelecidas pelo CA.

TEMAS			
Petrobras		GRI	SASB
1	Segurança, saúde e bem-estar do trabalhador	Saúde e segurança do trabalho	Saúde e segurança da força de trabalho
2	Impactos econômicos ¹	Impactos econômicos Pagamentos a governos	Avaliação de reservas e despesas de capital
3	Prevenção e gestão de acidentes de processo	Integridade de ativos e gestão de acidentes de segurança de processo	Segurança operacional, preparação e resposta a emergências Gestão de riscos de incidentes críticos
4	Resiliência climática, emissões de GEE e outros gases	Emissões de GEE Adaptação, resiliência e transição climática Emissões atmosféricas	Impactos ecológicos Especificações de produtos Formulações de combustíveis limpos Qualidade do ar Emissões de gases de efeito estufa
5	Integridade nos negócios ²	Combate à corrupção Concorrência desleal	Ética e transparência nos negócios Integridade e transparência de preços Segurança de dados Conduta competitiva
6	Engajamento em políticas públicas, advocacy e apoio financeiro	Políticas públicas	Gestão do ambiente legal e regulatório
7	Práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades ³	Práticas empregatícias Não discriminação e igualdade de oportunidades Trabalho forçado e escravidão moderna Liberdade sindical e negociação coletiva	Práticas trabalhistas
8	Comunidades locais e tradicionais	Comunidades locais Direitos à terra e aos recursos naturais Direitos de povos indígenas Conflito e segurança	Relações com comunidades Segurança, direitos humanos e direitos de povos indígenas
9	Gestão de resíduos e descomissionamento sustentável	Resíduos Encerramento e reabilitação	Gestão de materiais perigosos
10	Biodiversidade	Biodiversidade	Impactos na biodiversidade
11	Água e efluentes	Água e efluentes	Gestão da água



1 Inclui impactos econômicos na cadeia de valor
2 Inclui impactos relacionados à segurança da informação, transparência, comunicação e gestão
3 Inclui o risco de incertezas regulatórias

POSICIONAMENTO ASG CUIDAR DAS PESSOAS

TEMA MATERIAL



Segurança, saúde e bem-estar do trabalhador

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



8 POSIÇÕES

Abordagem da companhia para obter condições de trabalho seguras e saudáveis. Inclui esforços para prevenir danos físicos e mentais aos trabalhadores e promover saúde, evitando impactos negativos como fatalidades, lesões e doenças ocupacionais, inclusive aquelas decorrentes do contato com produtos perigosos.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



Impactos econômicos

TEMA MATERIAL



Impactos econômicos

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



1 POSIÇÃO

Abrange as consequências relacionadas aos pagamentos de tributos, royalties, salários e fornecedores, distribuição de dividendos, bem como seus efeitos em nível local, nacional e global. Inclui impactos como o efeito multiplicador na economia, transformações sociais e melhorias em infraestrutura decorrentes desses pagamentos. Considera também os reflexos nos negócios, no mercado e na cadeia de valor, resultantes da vulnerabilidade aos preços das commodities, variações na produção e demanda, políticas de preços adotadas, além de investimentos e desinvestimentos em empresas e ativos. Engloba aspectos de abordagem tributária, conformidade fiscal e prestação de contas dos pagamentos aos governos. Destaca a responsabilidade e atenção com a cadeia de suprimentos, especialmente ações voltadas a pequenos fornecedores e à expansão de fornecedores locais. Contempla ainda o papel no desenvolvimento do setor industrial, na promoção de inovações técnicas e no potencial de geração de efeitos em cadeia.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG PROTEGER O MEIO AMBIENTE

TEMA MATERIAL



Prevenção e gestão de acidentes de processo

MOVIMENTAÇÃO
EM RELAÇÃO
A 2024



5 POSIÇÕES

Abrange o conjunto de estratégias, planos e práticas de gestão adotadas pela empresa para promover a operação segura dos ativos e das atividades logísticas. Inclui manutenção da prontidão dos sistemas de resposta a emergências, visando mitigar impactos sobre a vida humana, o meio ambiente, a infraestrutura e a reputação. Enfatiza a prevenção proativa e a capacidade de atuação integrada com poder público, parceiros, comunidade e demais atores em situações de emergência, como ações para conter vazamentos no mar e evitar o toque de costa, ou impactos em áreas sensíveis. Considera também os riscos de segurança corporativa decorrentes de interferências intencionais de terceiros em dutos e áreas próximas, especialmente práticas ilícitas como derivações clandestinas de petróleo e derivados.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA

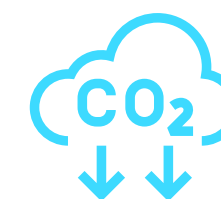


ODS



POSICIONAMENTO ASG REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

TEMA MATERIAL



Resiliência climática, emissões de GEE e outros gases

MOVIMENTAÇÃO
EM RELAÇÃO
A 2024



1 POSIÇÃO

Considera a abordagem da empresa diante dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, à economia de baixo carbono e à transição energética justa, incluindo a gestão de emissões atmosféricas e seus impactos nos ecossistemas, na saúde das pessoas e no bem-estar das comunidades locais. Abrange planos e ações voltados para mitigar emissões e gerar impactos positivos, contemplando: gestão de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (GEE) – Escopos 1, 2 e 3; desenvolvimento tecnológico e inovação para reduzir a intensidade das emissões e oferecer produtos com menor emissão de GEE, atendendo a legislações e mercados mais restritivos; implementação de novos negócios em baixo carbono ampliando a oferta e o acesso à energia de menor emissão, com atenção para minimizar os impactos sociais da transição e evitar aumento da desigualdade social; adaptação e resiliência dos ativos e das comunidades frente a eventos climáticos extremos; preservação e restauração de ecossistemas, por meio da aquisição de créditos de carbono e projetos de soluções baseadas na natureza (SBN).

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG ATUAR COM INTEGRIDADE

TEMA MATERIAL



Integridade nos negócios

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



1 POSIÇÃO

Mecanismos de governança e compliance, focando na promoção da ética, na manutenção de um ambiente de trabalho equilibrado e justo, na transparência dos processos decisórios e na política de indicação de conselheiros e diretores. Inclui ações para prevenir, identificar e corrigir desvios de conduta e atos prejudiciais à companhia, como fraude, corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, sanções comerciais e conflito de interesses. Esses riscos podem impactar a reputação da empresa, a força de trabalho, investidores e cadeia de valor. Também considera aspectos como concorrência desleal, gestão das contratações/licitações e a transparência das informações relacionadas, bem como os riscos associados a sistemas frágeis, controles ineficazes ou supervisão inadequada. Destacam-se ainda os impactos positivos da transparência e comunicação com públicos de interesse, além dos benefícios gerados por práticas empresariais responsáveis e pelo comprometimento com a integridade em toda cadeia de valor. Contempla os impactos éticos da adoção da inteligência artificial e das novas tecnologias, além da gestão e segurança da informação, incluindo impactos negativos relativos a vazamento de dados.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG ATUAR COM INTEGRIDADE

TEMA MATERIAL



Engajamento em políticas públicas, advocacy e apoio financeiro

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



4 POSIÇÕES

Abrange a contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam segurança energética, proteção ambiental e bem-estar social. Inclui ações de *advocacy* e os impactos sobre subsídios, legislações e regulamentações, bem como o engajamento com partes interessadas para fomentar uma abordagem mais abrangente e sustentável para o setor de óleo e gás. Compreende também investimentos em pesquisa, inovação e tecnologia voltados para soluções ambientalmente eficientes e socialmente justas, além do relacionamento com entidades e associações que atuam na mitigação das emissões de GEE.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG CUIDAR DAS PESSOAS

TEMA MATERIAL



Práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



3 POSIÇÕES

Abrange oportunidades de emprego e impactos positivos nos trabalhadores decorrentes das práticas empregatícias adotadas, incluindo impactos sobre trabalhadores da cadeia de fornecedores. Inclui impactos nos empregados, suas carreiras e seu desenvolvimento, bem como sobre a ambiência organizacional, em função do nível de transparência na comunicação e do estabelecimento de diálogo, especialmente nos processos de avanço de carreira. Observa políticas e práticas da empresa relativas à promoção da não discriminação, diversidade, equidade, inclusão e igualdade de oportunidades, incluindo diversidade na alta administração. Abrange liberdade sindical e negociação coletiva, assédio sexual, assédio moral e discriminação, além da forma como a empresa aborda essas questões. À luz do teletrabalho, incluem-se os impactos sociais e ambientais sobre os trabalhadores, áreas do entorno dos prédios administrativos e relacionados ao deslocamento. Compreende prevenção ao trabalho forçado e à escravidão moderna, especialmente na cadeia de suprimentos. Treinamento e qualificação da força de trabalho, incluindo temáticas como direitos humanos e transição energética justa. Contratação de mão de obra por processo seletivo público com foco em diversidade.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG CUIDAR DAS PESSOAS

TEMA MATERIAL



Comunidades locais e tradicionais

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



6 POSIÇÕES

Abrange iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico e social das comunidades localizadas na área de abrangência das operações. Considera impactos negativos decorrentes das atividades operacionais dos processos de investimento e desinvestimento, como dependência econômica da empresa, perturbações sociais e risco de violações de direitos humanos, incluindo aqueles relacionados à cadeia de suprimentos e à atuação de forças de segurança. Inclui impactos diretos e indiretos, como produção de ruído, odor, fuligem, aumento demográfico, aumento do afluxo de trabalhadores e do tráfego de veículos, além de impactos decorrentes de zonas de restrição, realização de sísmica e tráfego de embarcações de apoio. Envolve o respeito ao direito à autodeterminação dos povos indígenas e comunidades tradicionais, à integridade de seus territórios, ao uso e manejo da terra e dos recursos naturais, bem como às suas formas de organização social e princípios culturais. Considera impactos positivos, como segurança e proteção às comunidades locais por meio do diálogo entre as comunidades e forças de segurança pública. Inclui ainda a sistematização do processo de devida diligência em direitos humanos, garantindo respeito ao direito à terra em processos de reassentamento, aos direitos das comunidades, aos recursos naturais e na instalação de novos empreendimentos e operações. Impactos positivos decorrentes de ações de voluntariado e de educação ambiental.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG PROTEGER O MEIO AMBIENTE

TEMA MATERIAL



Gestão de resíduos e descomissionamento sustentável

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



2 POSIÇÕES

Abrange medidas para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos em todo ciclo de vida dos nossos negócios. Incluímos práticas de economia circular que buscam prevenir a geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos, além de realizar a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos. Buscamos valorizar materiais e recursos, evitando ou mitigando eventuais impactos ao meio ambiente e à saúde humana. Contempla o processo de descomissionamento, que envolve a desmontagem, transporte e destinação sustentável de equipamentos, estruturas e resíduos. Consideramos riscos e oportunidades no planejamento e execução de estudos e projetos, visando à sustentabilidade, proteção do meio ambiente, segurança e cuidado com as pessoas, além da recuperação de áreas contaminadas.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



POSICIONAMENTO ASG PROTEGER O MEIO AMBIENTE

TEMA MATERIAL



Biodiversidade

MOVIMENTAÇÃO EM RELAÇÃO A 2024



5 POSIÇÕES

Consiste na gestão de riscos e impactos à biodiversidade, visando evitar e minimizar impactos negativos, como alteração da qualidade do ar, solo e água e a perda de espécies de fauna e flora. Quando não for possível evitar integralmente os impactos, atuamos para recuperar e/ou compensar os impactos residuais, seguindo a hierarquia da mitigação ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos. Inclui programas e projetos de proteção e restauração ambiental que contribuem para a conservação e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, especialmente em áreas de alto valor de biodiversidade em ambientes terrestres e, principalmente, oceânicos, dada a intensidade de nossas atividades nesse bioma. Abrange também impactos positivos decorrentes da produção de dados ambientais gerados por programas de monitoramento ambiental. Considera, ainda, a gestão ambiental em novas fronteiras de produção em ambientes ecologicamente sensíveis. Aumento ou favorecimento da dispersão de espécies exóticas e invasoras por meio de incrustação em ambiente aquático.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA

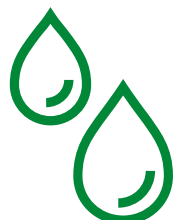


ODS



POSICIONAMENTO ASG PROTEGER O MEIO AMBIENTE

TEMA MATERIAL



Água e efluentes

MOVIMENTAÇÃO
EM RELAÇÃO
A 2024



POSIÇÃO

Considera a variação na disponibilidade ou qualidade da água nas nossas áreas de influência em função da captação/ou descarte de efluentes associados às atividades da companhia, incluindo água produzida. Abrange impactos negativos à biodiversidade e saúde humana no caso de escassez hídrica para captação de água ou assimilação dos nossos efluentes, e impactos positivos como a devolução de recurso hídrico em melhor qualidade do que a captada ou na implementação de projetos de conservação e recuperação de nascentes e mata ciliar. Adaptação tecnológica de atividades de E&P e refino em cenários de escassez hídrica permanente.

MATERIALIDADE DE IMPACTO



MATERIALIDADE FINANCEIRA



ODS



Análise

Anualmente, fortalecemos a integração entre a avaliação dos temas de sustentabilidade materiais da Petrobras e o mapa de riscos corporativos, elaborado com a contribuição de todas as áreas da companhia.

A articulação entre materialidade e riscos empresariais ocorre tanto na origem dos dados utilizados para definir os temas materiais quanto no resultado do processo, que passam a subsidiar as etapas seguintes do processo de gestão de riscos. Em 2025, utilizamos os riscos consolidados na gestão de riscos empresariais (Enterprise Risk Management) para avaliar, simultaneamente, os impactos sobre o meio ambiente e a sociedade e os riscos e oportunidades que esses temas representam para a companhia.

Paralelamente, nos últimos anos, o processo tem estimulado a identificação de novos riscos empresariais a partir dos temas materiais, retroalimentando o ciclo de gestão de riscos. Como resultado da avaliação de dupla materialidade, nossa principal ferramenta de identificação de riscos foi atualizada, reforçando a integração entre os processos de gestão de riscos e de avaliação de materialidade, tanto como insumo quanto como resultado.

Os 11 temas considerados materiais em 2024 permaneceram materiais em 2025, conforme descrito anteriormente neste capítulo. Todos os temas posicionam-se no quadrante superior direito da matriz de materialidade, e a variação relativamente limitada de sua significância indica que, uma vez identificados como materiais, permanecem como relevantes sob a perspectiva de riscos e impactos, devendo ser reportados e monitorados como instrumentos de gestão e de prestação de contas.

Ainda assim, as variações observadas nas posições relativas de priorização permitem verificar os temas que se tornaram mais latentes no ano-base 2025, à luz dos fatos relevantes ocorridos no período.

O tema segurança, saúde e bem-estar do trabalhador apresentou o maior deslocamento na matriz, com avanço de oito posições. Esse movimento reflete a percepção do público interno, que ampliou a significância atribuída ao tema se comparado a 2024. Na perspectiva de análise de riscos da companhia, manteve-se muito alta a severidade atribuída ao risco relacionado à segurança ocupacional, sem alterações em relação ao ano anterior. Tendência semelhante foi observada no tema prevenção e gestão de acidentes de processo, que subiu cinco posições.

Por outro lado, o tema comunidades locais e tradicionais apresentou queda de seis posições. Esse tema material da Petrobras agrega os temas GRI comunidades locais e tradicionais, direitos à terra e aos recursos naturais, direitos de povos indígenas e conflito e segurança. O mapa de riscos corporativos continua atribuindo alta significância ao tema, especialmente sob a ótica de impacto, para os temas comunidades locais e conflito e segurança. Na pesquisa de materialidade de impacto, os públicos avaliaram

que apenas comunidades locais são de alta relevância, uma vez que direitos à terra e aos recursos naturais, direitos de povos indígenas e conflito e segurança ficaram abaixo da linha de corte de 2,5 na análise de significância.

A manutenção desses temas relacionados a direitos humanos que não atingiram o limiar mínimo de materialidade na análise consolidada – direitos de povos indígenas e direitos à terra e aos recursos naturais – reforça nosso compromisso com a transparência de temas salientes de direitos humanos. Essa decisão evidencia a forma como a empresa se posiciona em relação às temáticas sensíveis para seus públicos de interesse.

As áreas que compõem nosso fórum interno ASG, em conjunto com especialistas externos, revisaram a redação dos temas materiais, de modo a assegurar que os impactos relacionados a cada tema estivessem apresentados de forma clara ao leitor, em um processo contínuo de aprimoramento do relato.



ENGAJAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE

GRI 2-29

Classificamos nossos públicos de interesse como grupos de indivíduos e organizações que compartilham questões e necessidades comuns de caráter social, político, econômico, ambiental ou cultural. Esses públicos mantêm ou podem estabelecer relações conosco e são capazes de influenciar ou serem influenciados por nossas atividades, negócios e reputação.

A seleção dos públicos de interesse para engajamento ocorre por meio da priorização. Essa priorização baseia-se na análise de relevância e impacto, bem como nas relações já estabelecidas com a Petrobras. Os critérios de seleção podem variar conforme as características de cada público de interesse.

Nossas ações de engajamento têm objetivos claros: promover o diálogo, defender interesses, aumentar a favorabilidade e fortalecer os vínculos com os envolvidos. Esse processo nos permite apresentar nossos posicionamentos e planos, ao mesmo tempo em que aprimoramos a compreensão sobre dúvidas, necessidades e expectativas desses públicos.

Essa aproximação possibilita um fluxo de informações mais eficaz. Como resultado, obtemos ganhos mútuos ao longo do tempo, construindo relações mais sólidas e transparentes com todos os grupos que se relacionam com a companhia.

Nossa classificação de públicos de interesse é apresentada na figura a seguir.



Engajamento com nossos públicos de interesse

Nossa abordagem de engajamento com os públicos de interesse é conduzida de forma diferenciada, considerando as características e especificidades de cada grupo. As interações ocorrem de forma contínua, periódica ou sob demanda, conforme a natureza do relacionamento e a criticidade dos temas envolvidos, conforme detalhado a seguir.

Parte interessada	CLIENTES	
Por que engajamos?	Construir valor para a companhia e reforçar nosso posicionamento estratégico. Buscamos entender suas necessidades e aprimorar o relacionamento comercial, o que nos permite identificar oportunidades de negócios e soluções adequadas. Simultaneamente, trabalhamos para garantir a melhor colocação dos nossos produtos no mercado.	
Como engajamos	➤ Iniciativas de relacionamento com nossos clientes voltadas à promoção do diálogo e à troca qualificada de informações; ➤ Participação e realização de eventos técnicos e de gestão, visitas e reuniões, além de pesquisas de satisfação; ➤ Manutenção de canais estruturados de atendimento e suporte, incluindo o portal canal cliente, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) e o programa de assistência técnica Petrobras.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Confiabilidade e previsibilidade no fornecimento e na precificação dos produtos; ➤ Relações comerciais equilibradas e negociações contratuais transparentes; ➤ Acurácia dos processos de medição; ➤ Evolução e melhoria da usabilidade do canal cliente; ➤ Avanço de iniciativas que apoiem a descarbonização da cadeia de valor, refletindo a crescente demanda por soluções sustentáveis e integradas.	

Parte interessada	COMUNIDADE CIENTÍFICA E DE INOVAÇÃO	
Por que engajamos?	Firmar novas parcerias e nos associar aos melhores parceiros disponíveis. Acelerar as entregas tecnológicas e reduzir o tempo de absorção das inovações desenvolvidas em parceria com instituições e universidades. Isso permite capacitar e promover o desenvolvimento da comunidade científica e tecnológica nacional. Além disso, buscamos promover transformações sociais e ambientais positivas na sociedade.	
Como engajamos	➤ Parcerias tecnológicas formatizadas por termos de cooperação e outros instrumentos; ➤ Chamadas públicas para apresentação, seleção e execução de projetos de pesquisa; ➤ Promoção de workshops e reuniões técnicas internas e externas; ➤ Comunicados por e-mail sobre temas estratégicos e de interesse; ➤ Concessão de bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, através do aporte financeiro ao Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis); ➤ Recebimento de comitivas no Programa de Visitas Petrobras; ➤ Pesquisas nas instalações do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), com participação de alunos de pós-graduação no âmbito do Programa Residentes; ➤ Iniciativas socioambientais voluntárias, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, executadas por instituições de referência e coordenadas por representantes da comunidade científica e acadêmica com disponibilização de bolsas de estudo e oportunidades de desenvolvimento profissional.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Gestão e continuidade dos projetos; ➤ Novas oportunidades de cooperação; ➤ Engajamento com a comunidade científica e tecnológica em classe mundial.	

Parte interessada	COMUNIDADES EM ÁREA DE ABRANGÊNCIA	
Por que engajamos?	Promover o diálogo contínuo e transparente junto às comunidades, monitorando e tratando possíveis riscos e impactos decorrentes de nossas operações. Consideramos as manifestações das comunidades na implantação de iniciativas que visam impulsionar o desenvolvimento local e gerar transformações socioambientais positivas nas comunidades. Buscamos estabelecer relacionamentos duradouros para obtenção e manutenção da licença social para operar.	
Como engajamos	➤ Inteligência territorial: diagnósticos socioeconômicos periódicos nas comunidades onde atuamos, além de estudos de riscos e impactos das nossas atividades ao longo de todo o ciclo de vida do negócio para subsidiar planos bienais de responsabilidade social nos territórios; ➤ Investimentos socioambientais, com destaque para o Programa Petrobras Socioambiental; ➤ Apoio direto e solidário às comunidades por meio do Programa Petrobras de Voluntariado e realização de doações corporativas estruturadas; ➤ Escuta ativa e engajamento comunitário via reuniões periódicas de comitês comunitários, visitas a representantes da sociedade que estão na área de abrangência das nossas operações, visitas guiadas às nossas instalações e palestras, cursos e treinamentos com temáticas de interesse comunitário; ➤ Gestão integrada de comunicação e atendimento às comunidades mediante envio de informativos eletrônicos, grupos de WhatsApp e disponibilização de canais de comunicação (como o SAC 0800, Ouvidoria e Canal de Denúncia); ➤ Capacitação e preparação das comunidades para situações de emergências com realização de treinamentos e exercícios simulados.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Odor e ruído; ➤ Empregabilidade; ➤ Investimentos em projetos socioambientais.	
Parte interessada	CONCORRENTES	
Por que engajamos?	Acompanhar os movimentos do mercado e colaborar tecnicamente com os órgãos reguladores para discutir questões de qualidade. Promover o acesso às principais oportunidades de parcerias em áreas de interesse da companhia, bem como a troca de conhecimentos entre as empresas.	
Como engajamos	➤ Monitoramento dos principais <i>players</i> do setor de O&G globais, com foco em tendências e semelhanças de posicionamento, além de prospectar oportunidades de crescimento; ➤ Pesquisas de imagem e reputação, para avaliar nossa performance em relação à concorrência e nos permitir ajustar nossa estratégia para melhorar nossa posição no mercado.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Alterações regulatórias; ➤ Questões relacionadas à transição energética.	

Parte interessada	CONSUMIDORES	
Por que engajamos?	Posicionar a companhia como uma empresa brasileira diversificada e integrada de energia, líder na transição energética justa e comprometida com o desenvolvimento sustentável do Brasil. Também, buscamos elevar os índices reputacionais da marca e construir vínculos de confiança com nossos públicos de interesse, por meio de uma comunicação autêntica e relevante.	
Como engajamos	➤ Fortalecimento de diálogo de forma consistente e coerente com nossos objetivos, com a transparência como valor para o processo de comunicação e posicionamento da marca; ➤ Amplificando o alcance de nossas mensagens e diálogos por meio da nossa presença digital (sites e redes sociais); ➤ Posicionamento da companhia e aprimoramento de indicadores de percepção de imagem e reputação, por meio de campanhas publicitárias ao longo do ano; ➤ Apoio a projetos culturais, por meio do Programa Petrobras Cultural; ➤ Apoio ao esporte brasileiro, através de iniciativas como Time Petrobras (que patrocina o treinamento de atletas olímpicos e paralímpicos de alto rendimento), apoio ao futebol feminino e algumas categorias do esporte motor.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Transparência e integridade nos negócios; ➤ Humanização e autenticidade da comunicação; ➤ Integridade e conformidade nos negócios; ➤ Gestão organizacional eficiente; ➤ Compromisso com a sociedade e com o meio ambiente.	



Parte interessada	ENTIDADES DE CLASSE	
Por que engajamos?	Assegurar o diálogo com entidades representativas de setores relevantes e garantir a participação da companhia em fóruns de discussão; Manter relacionamento adequado com as comunidades de influência, com o objetivo de mitigar riscos para o negócio e identificar oportunidades de atuação em sinergia com as vocações locais e regionais; Defender políticas e regulamentações que promovam o crescimento sustentável da indústria de petróleo e energia, abordando temas-chave, como segurança energética e mudança climática, além de proteger e promover a reputação da companhia por meio da comunicação de suas práticas ambientais, sociais e de governança e de suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade; Realizar relacionamento com as entidades representativas dos empregados para viabilizar negociações, mitigar a ocorrência de movimentos grevistas e passivo trabalhista, garantindo a conformidade com dispositivos jurídicos nacionais e internacionais.	
Como engajamos	➤ Relacionamento com associações empresariais e patronais no Brasil e no exterior; ➤ Participação em eventos de aproximação com entidades externas; ➤ Recebimento de comitivas através do Programa de Visitas Institucionais; ➤ Coordenação da comunicação com as entidades sindicais representativas dos empregados na área de Recursos Humanos, principalmente através de reuniões, apresentações e/ou entrevistas; ➤ Manutenção da interlocução permanente e contínua com os sindicatos, investindo no diálogo transparente e construtivo, para promover a cooperação e a resolução de conflitos.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Transição energética justa; ➤ Plano para projetos de descomissionamento sustentável de embarcações; ➤ Oportunidades para a indústria nacional apoiando as pequenas e médias empresas; ➤ Planos para projetos de exploração na Margem Equatorial; ➤ Oportunidades para o ecossistema de inovação; ➤ Oportunidades e desafios no segmento de novas energias; ➤ Custeio do plano de saúde; ➤ Alteração no modelo de fornecimento de alimentação; ➤ Mobilidade de empregados; ➤ Acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT); ➤ Saúde mental; ➤ Participação nos lucros e resultados; ➤ Diversidade; ➤ Frequência, regimes e modelos de trabalho; ➤ Prestação de serviços.	

Parte interessada	FORNECEDORES	
Por que engajamos?	Aumentar a competitividade, a qualidade e o desempenho dos fornecedores, preservando os requisitos de conformidade e ampliando o impacto positivo dos direcionadores estratégicos Ambiental, Social e de Governança (ASG) na cadeia de suprimentos. Essa atuação fortalece nossa relação com os fornecedores, atende às demandas do nosso plano de negócios e promove a sustentabilidade e a responsabilidade social em todos os níveis da nossa cadeia de suprimentos.	
Como engajamos	➤ Ações e comunicações para toda base de fornecedores, pelo Canal Fornecedor, e e-mail direcionado; ➤ Participação em eventos (feiras, congressos e seminários) com a participação dos fornecedores e demais públicos de interesse associados; ➤ Promoção do Prêmio Melhores Fornecedores (anual) e realização de encontros (mensais); ➤ Espaço Fornecedor no estande da Petrobras em congressos e eventos do segmento de óleo e gás; ➤ Realização de eventos presenciais no país para aproximação com fornecedores regionais, como o Encontro de Desenvolvimento de Fornecedores; ➤ Polos para atendimento presencial aos fornecedores; ➤ Interações permanentes com associações de fornecedores representativas para o nosso negócio (Abimaq, Abespetro, Abeam, entre outras); ➤ Ações desenvolvidas no âmbito do Acordo de Cooperação mantido com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para desenvolvimento de micro e pequenos negócios (treinamentos, palestras, etc); ➤ Incentivo na divulgação de ações relacionadas às mudanças climáticas, segurança hídrica e florestas; ➤ Capacitação em ASG por meio da Jornada ASG para fornecedores, além de webinars e workshops; ➤ Questionário ASG com foco no mapeamento do engajamento de práticas ASG; ➤ Integração de análise de riscos sociais nas paradas de manutenção, com foco preventivo em impactos de direitos humanos; ➤ Requisitos de direitos humanos incorporados a contratos e rotinas da cadeia de fornecedores; ➤ Módulos obrigatórios de direitos humanos na integração de prestadores de serviços; ➤ Workshops de alinhamento com prepostos e lideranças de fornecedores em direitos humanos; ➤ Inspeções e escuta em campo sobre temas trabalhistas e condições de alojamento; ➤ Divulgação ampliada de canais de denúncia e reporte, com materiais e orientações; ➤ Tratamento e encaminhamento de queixas/denúncias de direitos no contexto das paradas de manutenção; ➤ Lições aprendidas e replicabilidade do modelo de gestão preventiva de riscos sociais.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Procedimentos de contratação e como fazer negócios com a Petrobras; ➤ Funcionamento do cadastro e habilitação de fornecedores; ➤ Procedimentos para utilização dos portais de relacionamento e compras; ➤ Dinâmica da avaliação de devida diligência de integridade; ➤ Avaliação de desempenho de fornecedores; ➤ Conhecimento prévio das especificações técnicas e minutas contratuais; ➤ Perspectivas de contratação de bens e serviços; ➤ Gestão da qualidade; ➤ Agenda ASG para fornecedores.	

Parte interessada	INVESTIDORES	
Por que engajamos?	Estreitar nossa relação com os investidores, atuais ou potenciais, buscando estabelecer um maior entendimento e engajamento sobre nossas atividades, ações, iniciativas e planos de investimentos. Isso nos permite gerenciar as expectativas do mercado sobre os resultados, e contribuir para a construção e manutenção da credibilidade da companhia. Como resultado, podemos elevar e preservar o valor para os acionistas no longo prazo. Além disso, o diálogo com os investidores nos permite levantar as principais preocupações do mercado, subsidiando as discussões da alta administração, durante a elaboração de novos planejamentos estratégicos e na revisão dos processos.	
Como engajamos	➤ Reuniões (individuais ou em grupo) com investidores e analistas; ➤ Participação em conferências e roadshows no Brasil e no exterior; ➤ Programa de Visitas Petrobras, que oferece aos investidores a oportunidade de conhecer <i>in loco</i> nossas operações e projetos estratégicos; ➤ Apresentações em eventos corporativos (webcasts trimestrais de resultados e o Petrobras Day); ➤ Divulgação de informações financeiras, operacionais e de governança em nosso site de relacionamento com investidores, incluindo relatórios periódicos, comunicados ao mercado e fatos relevantes; ➤ Realização de assembleias de acionistas; ➤ Atendimento dedicado aos nossos investidores, por meio de e-mail, além do atendimento prestado pela instituição escrituradora das nossas ações; ➤ Aprimoramento contínuo dos nossos relatos de informações sobre temas ambientais, sociais e de governança.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Curva de produção futura e produção corrente; ➤ Acompanhamento do limite de dívida bruta estabelecido no Plano de Negócios; ➤ Novas fronteiras exploratórias, com destaque para a Margem Equatorial; ➤ Alocação de capital e compromisso com a geração de valor mesmo em cenário de baixos preços internacionais de petróleo; ➤ Acompanhamento da curva de investimentos conforme divulgado no Plano de Negócios; ➤ Redução de leasing (arrendamento) no plano entre outras iniciativas para chegar ao <i>breakeven</i> de 59 USD/bbl em 2026; ➤ Investimentos em segmentos de menor rentabilidade; ➤ Aumento da capacidade de processamento do parque de refino; ➤ Estratégia e metas para a mitigação das mudanças climáticas; ➤ Estratégia de transição energética/descarbonização e diversificação e potenciais M&A's; ➤ Governança corporativa; ➤ Governança na aprovação de projetos; ➤ Política de remuneração aos acionistas; ➤ Cadeia de suprimentos da indústria.	

Parte interessada	MÍDIA	
Por que engajamos?	Contribuir na construção de uma imagem institucional sólida, e estabelecer um canal de comunicação transparente e efetivo com a sociedade. Compreender melhor as necessidades e expectativas da sociedade, o que nos permite adaptar nossas ações e comunicações de forma eficaz.	
Como e ngajamos	➤ Divulgação de conteúdos por meio da Agência Petrobras; ➤ Emissão de comunicados sobre negócios e operações; ➤ Informes em casos de acidentes; ➤ Outros releases e conteúdos audiovisuais; ➤ Envio de releases para mailings segmentados ou sugestões de pauta; ➤ Atendimento contínuo de demandas de imprensa.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Atividades operacionais e de gestão da companhia; ➤ Resultados da companhia; ➤ Planos futuros da companhia.	
Parte interessada	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	
Por que engajamos?	Consolidar o relacionamento com a sociedade e apoiar iniciativas socioambientais relevantes para a indústria de óleo e gás, nos territórios onde atuamos. Nosso objetivo é buscar transformações socioambientais positivas e promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, buscamos estabelecer canais de diálogo e colaboração com a sociedade civil, promovendo a transparência, a participação e a troca de informações com diferentes partes interessadas.	
Como engajamos	➤ Por meio de projetos socioambientais, recebidos via seleção pública ou escolha direta; ➤ Participação em iniciativas e associações da sociedade civil na indústria de O&G, nas temáticas sociais, ambientais e de governança; ➤ Participação em grupos de trabalho ou comissões para desenvolver manuais e padrões, realizar pesquisas, compartilhar melhores práticas e estabelecer compromissos públicos conjuntos; ➤ Diálogo e estreitamento de relacionamento visando ampliar o conhecimento sobre nosso projeto da fase exploratória na Margem Equatorial brasileira.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Continuidade do apoio da companhia aos projetos socioambientais; ➤ Direitos humanos; ➤ Diversidade; ➤ Mudanças climáticas; ➤ Risco de perda da biodiversidade; ➤ Impacto líquido positivo em biodiversidade; ➤ Risco de escassez hídrica/segurança hídrica; ➤ Gestão de resíduos e economia circular; ➤ Exploração na Margem Equatorial.	

Parte interessada	PARCEIROS DE NEGÓCIOS	
Por que engajamos?	Garantir a correta operação das parcerias nos consórcios de exploração e produção, com o objetivo de explorar e desenvolver os ativos e compartilhar custos e riscos de forma eficaz.	
Como engajamos	➤ Estruturas de governança de consórcios de E&P (consórcios formados para a exploração e produção de hidrocarbonetos), com definição de representantes para discussões e decisões técnico-operacionais; ➤ Fóruns específicos onde são tratados todos os impactos relativos a tais empreendimentos; ➤ Atendimento às principais leis e normas de conformidade e práticas anticorrupção internacionais, além das leis e normas brasileiras sobre o tema.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Cumprimento das normas, resoluções e leis regulamentadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética); ➤ Cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas nos consórcios de E&P.	



Parte interessada	PODER PÚBLICO	
Por que engajamos?	Promover a articulação com os Poderes Executivo e Legislativo Federal para defender e buscar os interesses da companhia em temas-chave, por meio de um relacionamento institucional com o Poder Público. Estabelecer também relações de parceria e diálogo com os poderes públicos Estadual e Municipal, com o propósito de monitorar políticas públicas regionais e seu impacto nas nossas operações. Estabelecer canais de comunicação efetivos com representantes governamentais e representar os interesses da companhia. Buscar contribuir para a formulação de metas compartilhadas com o poder público e identificar oportunidades de parcerias que visem o desenvolvimento sustentável das regiões. Adicionalmente, promover a articulação com representantes de governos estrangeiros e organismos multilaterais no Brasil e no exterior, com o objetivo de defender e buscar ativamente os interesses da companhia em temas estratégicos e identificar oportunidades de parcerias que contribuam para o cumprimento de nosso planejamento estratégico.	
Como engajamos	➤ Atuação conforme normativos internos (Guia de Conduta Ética Petrobras e demais normativos internos, como as diretrizes de Relacionamento Institucional e o nosso padrão de Interações com agentes públicos), pautada em princípios éticos, claros e transparentes; ➤ Uso de canais de comunicação para relacionamento e interlocução; ➤ Participação em grupos de trabalho e programas coordenados por órgãos públicos ou pela própria companhia, bem como reuniões de órgãos colegiados.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	➤ Avanço nas melhorias do ambiente de negócios de exploração e produção; ➤ Desenvolvimento do mercado midstream e downstream; ➤ Regulação do mercado de gás natural no Brasil; ➤ Política de preços de combustíveis; ➤ Transição e segurança energética; ➤ Exploração na Margem Equatorial; ➤ Desenvolvimento do Complexo de Energias Boaventura; ➤ Descomissionamento; ➤ Indústria naval; ➤ Retomada ao setor de fertilizantes; ➤ Investimentos socioambientais; ➤ Patrocínios culturais e esportivos; ➤ Desenvolvimento regional; ➤ Possibilidade de realização de licitações locais; ➤ Informações sobre desenvolvimento da área de refino, gás natural e processos industriais; ➤ Empregabilidade; ➤ Atendimento à política de conteúdo local.	

Parte interessada	PÚBLICO INTERNO	
Por que engajamos?	Promover o engajamento dos nossos empregados por meio de um ambiente de trabalho positivo, com um clima organizacional e relações de trabalho saudáveis, valorizando a diversidade e alinhando-os com nossos valores. Dessa maneira, construir um local de trabalho mais saudável, produtivo, equânime e inclusivo, que atraí e retém talentos, potencializa a criatividade e inovação, e fortalece a resiliência e eficiência da companhia. Nosso objetivo é fortalecer o vínculo com os trabalhadores, explicar as estratégias e políticas da empresa, fornecendo ferramentas para o diálogo entre a liderança e as equipes. Buscamos também aumentar o senso de pertencimento e engajamento dos empregados, fomentando um ambiente de trabalho baseado nos valores da companhia.	
Como engajamos	> Pesquisas, com a força de trabalho, tais como pesquisa de engajamento, pesquisa de ambiência, benchmarkings e dados internos, gerando indicadores e insumos para gestão da companhia; > Interação digital nos nossos canais de comunicação interna, potencializando a confiança através da transparência, com divulgação de informações relevantes; > Eventos de interação e networking, visando fortalecer o senso de pertencimento e o espírito de equipe; > Avaliação anual dos empregados com base em competências alinhadas aos valores da companhia; > Ações de relacionamento para reforço do vínculo com a empresa, como atividades culturais e visitas de familiares; > Atividades para alinhamento com os valores da empresa durante a experiência do empregado, principalmente no momento da admissão e na designação para funções de liderança; > Ações do Programa de Voluntariado Corporativo e do Programa Petrobras de Combate às Violências Sexuais no Trabalho; > Ações corporativas baseadas no resultado da pesquisa interna realizada no ano anterior.	
Principais preocupações e demandas dos stakeholders	> Mudanças organizacionais; > Remuneração e benefícios; > Plano de previdência; > Plano de saúde; > Regime híbrido de trabalho; > Acordo Coletivo de Trabalho (ACT); > Gestão de portfólio (desinvestimentos e investimentos); > Diversidade, equidade e inclusão; > Destaques operacionais; > Segurança, meio ambiente e saúde; > Estratégia, desempenho e resultados; > Oportunidades de crescimento, aprendizado e desenvolvimento; > Ambiente de confiança; > Trabalho com significado e propósito; > Equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.	



MODELO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para entregarmos resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais baseia-se em princípios fundamentais, como o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, além do pleno alinhamento com o nosso plano estratégico. Gerenciamos riscos de forma integrada, com a orientação de ações de resposta a riscos que consideram os possíveis impactos em nossos públicos de interesse e estejam voltadas para agregar e preservar valor para os acionistas, a continuidade dos negócios e o bem-estar da sociedade.

Governança da gestão de riscos

Nossa área corporativa de gestão de riscos coordena todo o processo, definindo uma metodologia integrada e sistêmica. Isso permite padronizar nossas análises e gerenciar as responsabilidades segundo o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores desempenha um papel específico na estrutura de governança, promovendo atividades contínuas e integradas. A estrutura envolve o Conselho de Administração (CA), a Diretoria Executiva (DE), o Comitê Executivo de Riscos, os titulares da estrutura organizacional e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes envolvidas.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são realizados pelas unidades organizacionais na primeira linha, em articulação com a área corporativa de gestão de riscos. O monitoramento da gestão e da

mitigação dos riscos de maior severidade relacionados à sustentabilidade é responsabilidade do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. Esse comitê propõe ações preventivas e corretivas quando necessário, reportando suas análises ao CA.

Alguns riscos, independentemente de sua origem, são considerados estratégicos e priorizados conforme sua relevância para o atendimento dos objetivos estratégicos da companhia. Esses riscos são reportados trimestralmente ao Comitê Executivo de Riscos, à DE, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao CA, garantindo total transparência e acompanhamento pela alta administração.

Como terceira linha, a Auditoria Interna, órgão subordinado diretamente ao CA, avalia, de forma sistemática e independente, nosso processo de gerenciamento de riscos e recomenda melhorias. Anualmente, os Planos Anuais de Auditoria Interna são estruturados a partir dos riscos, objetivos e estratégias da companhia, com priorização baseada em diversos fatores, dentre eles os riscos empresariais. A Auditoria Interna planeja e executa suas atividades de modo a cobrir a totalidade dos processos de gestão de riscos estratégicos da companhia. Para mais informações sobre como a Auditoria Interna utiliza a gestão de riscos em suas atividades, recomendamos consultar o Plano Anual de Auditoria Interna, no Portal da Transparência da Petrobras.

Identificação, avaliação e tratamento dos riscos

A elaboração da nossa matriz de riscos empresariais é coordenada pela área corporativa de gestão de riscos e envolve todas as áreas de nossa estrutura. Nesse processo, buscamos compreender a nossa exposição aos riscos empresariais por meio do envolvimento de trabalhadores de diversas especialidades. Eles identificam, avaliam, propõem tratamento e relatam

os riscos potenciais para toda a nossa organização, contemplando riscos de qualquer natureza, incluindo social, ambiental e econômica.

Em consonância com a governança baseada no modelo de três linhas, cada risco empresarial possui um responsável direto, chamado de “dono do risco”. Considerando a natureza dinâmica dos riscos, conduzimos reavaliações da matriz de riscos empresariais pelo menos duas vezes ao ano. Nesses momentos, os donos dos riscos são orientados pela segunda linha a revisitar seus riscos, atualizando informações e controles. Além das atualizações solicitadas pela área corporativa, os empregados que atuam como donos de riscos têm a atribuição de manter e promover a gestão contínua dos riscos sob sua responsabilidade, definindo, monitorando e controlando a resposta adequada.

Contamos com ferramentas sistematizadas para promover a identificação de riscos, independentemente de sua natureza. Nos últimos anos, aprimoramos nosso catálogo de fontes de riscos empresariais, para expandir e capilarizar ainda mais a identificação de riscos empresariais oriundos de aspectos de sustentabilidade. Esse processo fornece a identificação do risco empresarial, seus controles associados, sua probabilidade de ocorrência e sua avaliação de impacto. Quando combinados, esses elementos resultam na avaliação de severidade do risco.

A avaliação de impactos considera cinco dimensões: financeira, imagem e reputação, legal e conformidade, ambiental e vida, e social. Esta última dimensão considera especificamente o nosso potencial de impactar comunidades, infraestruturas, atividades produtivas locais e o patrimônio cultural. A análise de riscos que realizamos permite priorizar e direcionar esforços relativos a planos de ação necessários para minimizar os eventos que possam levar a efeitos adversos e maximizar aqueles que possam trazer benefícios. A evolução do tratamento dos riscos de maior severidade, inclusive aqueles relacionados à sustentabilidade, é acompanhada periodicamente pelo Comitê Executivo de Riscos.

Apetite a riscos empresariais

A gestão dos riscos empresariais, que incluem ameaças e oportunidades, é fundamental para atingirmos nossos objetivos estratégicos. Para isso, temos definido nosso apetite a riscos, ou seja, o tipo e a quantidade total de riscos que estamos dispostos a assumir na busca de nossa missão e visão.

A estrutura do nosso apetite é proposta pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras. Ela engloba os riscos aos quais estamos expostos, as declarações de apetite relacionadas, as medidas de avaliação de risco, as condições de exposição e tratamento, o monitoramento e relato para a alta administração, além dos papéis e responsabilidades de cada área. Os riscos empresariais são agrupados em três blocos, conforme a natureza da sua origem. Para cada agrupamento, definimos a estrutura do apetite aos riscos empresariais e seu nível de tolerância associado.

Agrupamento financeiro: gerenciamos nossos riscos de forma a garantir a sua liquidez e a buscar um nível de alavancagem adequada ao setor em que atuamos, mantendo nível de investimentos que assegure a geração de valor e a remuneração para os acionistas de maneira sustentável, perseguindo sempre maior eficiência operacional com foco na redução de custos, sem abrir mão da segurança e da conformidade, e controlando sua exposição nas atividades comerciais e bancárias.

Agrupamento conformidade, legal e regulatório: não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos no Código de Conduta Ética ou de descumprimento de suas obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento dos nossos trabalhadores, parceiros e fornecedores.

Agrupamento operacional: gerenciamos nossos riscos de forma a minimizar falhas operacionais e garantir a continuidade dos negócios, visando o alcance dos nossos objetivos estratégicos e buscando, de forma

incessante, a proteção da vida, a saúde e a segurança da nossa força de trabalho, das comunidades e dos demais públicos impactados por nossas operações, assim como a preservação do meio-ambiente.

A maioria dos riscos que podem provocar impactos na sociedade, no meio ambiente ou na vida das pessoas tem origem consolidada no agrupamento operacional.

Para exemplificar a aplicação da estrutura de nosso apetite a risco, apresentamos dois riscos empresariais associados à sustentabilidade e bastante relevantes para nossas partes interessadas, sejam elas internas ou externas.

RISCOS EMPRESARIAIS ASSOCIADOS À SUSTENTABILIDADE

Descrição do risco	Probabilidade	Impacto
Queda de carga decorrente de falha nos sistemas/equipamentos de movimentação de carga, podendo resultar em múltiplas fatalidades, prejuízo à reputação e descontinuidade operacional.	 Muito baixa	 Muito alto
Volume de óleo equivalente in place menor que o previsto no caso base decorrente de incertezas quanto às propriedades que impactam esse volume, mesmo considerando uma campanha de aquisição de dados adequada, podendo resultar em produção de hidrocarbonetos menor que a prevista.	 Baixa	 Muito alto

O risco de queda de carga possui sua avaliação de probabilidade bastante reduzida, considerando o tratamento executado na primeira linha (gestão do negócio), a cultura de melhoria contínua na segurança e o alto nível de tecnologia empregada em nossas atividades operacionais. Essa avaliação está alinhada com nosso apetite a riscos, uma vez que buscamos minimizar falhas operacionais e também, de forma incessante, a proteção da vida, saúde e segurança de nossa força de trabalho.

No que se refere ao risco de volume de óleo equivalente *in place* menor que o previsto no caso base, tem-se uma probabilidade baixa. Para o tratamento deste risco, aplicamos técnicas de referência na indústria, haja vista as premiações já recebidas pela companhia na Offshore Technology Conference (OTC). Podemos citar algumas ações de mitigação, como ajustes de malhas de drenagem, estratégias robustas para perfuração de poços e aquisição de dados, bem como a atualização de modelos computacionais de reservatórios. A combinação da probabilidade deste risco com seu impacto potencial faz com que a exposição seja suficientemente alta para que a alta administração tome conhecimento e participe do ambiente de gestão deste risco. Parte fundamental da estrutura de apetite a riscos, nossa administração tem a responsabilidade de garantir as medidas necessárias para o alinhamento desta exposição ao apetite a risco da companhia. Considerando a condição específica do nosso negócio enquanto empresa de energia com ativos de óleo e gás, apesar da exposição bastante elevada, temos apetite para este risco frente ao retorno que nossos projetos podem proporcionar ao longo de seu ciclo de vida, uma vez que este apetite se faz necessário para atingirmos nossos objetivos de negócio.

Na etapa de tratamento, os riscos empresariais identificados e devidamente avaliados em diferentes níveis de severidade estão sujeitos a ações que podem ser dos seguintes tipos: evitar, reduzir, transferir, aceitar, observar, pesquisar ou explorar (apenas para oportunidades) o risco. Os riscos avaliados com grau de severidade muito alto, alto ou médio com impacto elevado não devem ser aceitos.

Cultura e capacitação em gestão de riscos

Fortalecemos continuamente a filosofia de gestão de riscos como parte da cultura empresarial da companhia, promovendo ações de capacitação adaptadas aos diferentes níveis de responsabilidade e tomada de decisão. No caso da alta administração, mantemos o Treinamento Obrigatório para Estatutários (TOPE), aplicável na posse e anualmente para membros executivos e não executivos, contemplando, entre seus conteúdos, a disciplina de gestão de riscos. Nesse contexto, a capacitação em gestão de riscos integra o conjunto de temas do TOPE, com abordagem sobre conceitos e práticas de gestão corporativa de riscos, estrutura normativa, Matriz de Riscos Empresariais e relatos corporativos.

Nossa atenção à capacitação não se limita à alta administração. Por isso, promovemos treinamentos focados em princípios e práticas de gestão de riscos para diferentes públicos internos. Esses treinamentos são voltados aos empregados que atuam como facilitadores e multiplicadores da gestão de riscos nas unidades organizacionais, que por sua vez disseminam esse conhecimento na primeira linha. Em 2025, foram realizados treinamentos e trocas de experiências com esses facilitadores para capilarizar as práticas de gerenciamento de riscos voltadas ao tratamento dos riscos empresariais, e foram constituídos comitês de riscos em todas as diretorias, com reuniões periódicas com a equipe responsável pela gestão corporativa de riscos (*enterprise risk management*), ampliando a permeabilidade e a integração do processo por toda a estrutura da companhia.

Incorporação de critérios de risco no nosso negócio

No contexto da execução dos projetos de investimento, diversos estudos e documentos podem ser obrigatórios, como uma avaliação da aderência do projeto aos nossos compromissos de sustentabilidade e à legislação. Isso inclui a conformidade com os requisitos de responsabilidade social, segurança, meio ambiente e saúde (SMS) e clima, bem como a indicação aos tomadores de decisão das oportunidades e riscos do projeto. As análises técnicas das unidades responsáveis pela responsabilidade social, SMS e clima aplicadas aos projetos de investimento proporcionam a preparação de recomendações. Estas podem incluir, por exemplo, a revisão dos planos de resposta a emergências, o monitoramento de ocorrências e reclamações da comunidade, além da inclusão ou modificação de cláusulas em contratos de serviço.

No contexto da elaboração do plano de negócios, são realizadas análises de riscos de CAPEX, produção, aquisições e desinvestimentos, estrutura de capital e financiabilidade. Essas análises contribuem para a definição dos direcionadores estratégicos adotados. Complementarmente, pode ser necessária a aplicação de uma análise de riscos para suporte à tomada de decisão. Esta pode incluir uma análise quantitativa que, por meio de simulações numéricas, avalia o efeito combinado dos riscos identificados e de outras fontes de incerteza sobre nossos objetivos.

As decisões apoiadas por técnicas de gestão de riscos, além das análises qualitativas e quantitativas, consideram o grau de aversão a risco dos decisores, as ações de resposta e uma análise de custo-benefício. Nessa análise, os custos das ações de resposta não podem ser superiores aos benefícios esperados ou às perdas evitadas.

Incentivos financeiros associados à gestão de riscos

Considerando a relevância de alguns resultados corporativos para a nossa estratégia, definimos junto às entidades que representam nossos empregados um acordo coletivo de trabalho para a remuneração variável. Para o ano de 2025, essa remuneração variável foi estabelecida ainda em 2024, com base em métricas que dialogam fortemente com os resultados das ações de mitigação para riscos empresariais associados à sustentabilidade. Entre essas métricas estão as emissões operacionais de gases de efeito estufa e o volume de água doce captada para as nossas operações. O programa de remuneração variável abrange todos os nossos empregados.

Principais eventos de risco e respectivos tratamentos associados aos temas materiais de sustentabilidade

A partir dos riscos empresariais identificados e registrados em nossa matriz de riscos, destacamos, de forma sintética e não exaustiva, alguns dos principais eventos e fatores de risco relacionados aos temas materiais de sustentabilidade que podem afetar o nosso desempenho, inclusive no

longo prazo. São mencionados também indicadores corporativos, métricas de topo da companhia ou indicadores e metas descritos no nosso Plano Estratégico 2050 e Plano de Negócios 2026-2030, relacionados aos temas materiais e aos fatores de riscos associados. Alguns desses indicadores estão associados aos incentivos financeiros para nossos empregados, promovendo alinhamento entre a cultura de gestão de riscos e a execução da estratégia empresarial. Trazemos um resumo dos tratamentos relacionados a esses riscos, que serão detalhados ao longo do relatório, na Tabela 1.3.



Informações sobre fatores de risco podem ser consultadas em nosso [Formulário de Referência](#)

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Segurança, saúde e bem-estar do trabalhador	Mudanças na interpretação de regulamentações ambientais, de saúde e segurança. Divergências entre normas e leis relacionadas a temas ambientais, de saúde e segurança. Riscos à saúde dos empregados, seja por questões sanitárias ou de doenças. Riscos no transporte de cargas e de passageiros para atender às operações da companhia.	Tratamos os riscos de mudanças na interpretação de regulamentações ambientais, de saúde e segurança, e divergências entre normas e leis relacionadas a esses temas, com uma gestão robusta e alinhada às melhores práticas. Monitoramos constantemente a saúde dos nossos empregados, prevenindo questões sanitárias e doenças, e garantimos a segurança no transporte de cargas e passageiros com auditorias rigorosas e padrões corporativos. Nosso compromisso é proteger a vida, o meio ambiente e assegurar operações seguras e eficientes.	> Implementar 100% dos compromissos do Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU até 2030 > Implementar 100% dos objetivos estratégicos do Plano de Ação Global de Atividade Física da OMS no contexto empresarial até 2030 > Indicador de compromisso com a segurança das pessoas (ICSP)¹ > Ambição Zero Fatalidade	> Due diligence em direitos humanos de fornecedores relevantes > Índice de avaliação de gestão de SMS (Segurança, meio ambiente e saúde) > Programa Compromisso com a Vida
	Políticas e diretrizes corporativas	✗ Política de Responsabilidade Social ✗ Diretrizes de Direitos Humanos ✗ Política de Diversidade, Equidade e Inclusão ✗ Diretriz de Prevenção e Combate à Discriminação, ao Assédio Moral e às Violências Sexuais ✗ Posicionamento Petrobras de Diversidade e Combate ao Assédio e Discriminação ✗ Políticas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde ✗ Guia de Conduta Ética para Fornecedores		

1 A Taxa de Acidentados Graves (TAG) que se juntou a métrica da Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) no Indicador de Compromisso com a Segurança das Pessoas (ICSP)

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Impactos econômicos	Interpretações divergentes da legislação tributária ou mudanças na lei tributária. Possibilidade de revisões de orientações relacionadas ao portfólio, plano estratégico e decisões sobre a gestão de nossas operações e investimentos. Mudanças em nossa estratégia comercial para definição de preços de combustíveis.	Para tratar os riscos de interpretações divergentes da legislação tributária ou mudanças na lei, mantemos uma gestão tributária ética e transparente, assegurando conformidade e evitando prejuízos à Petrobras e à sociedade. Revisamos continuamente nossas orientações relacionadas ao portfólio e plano estratégico, alinhando nossas operações e investimentos com práticas sustentáveis. A estratégia comercial observa a Diretriz de Formação de Preços de Derivados de Petróleo e Gás Natural no Mercado Interno do nosso Conselho de Administração, pela qual devemos buscar geração de valor para a companhia de forma sustentável, através da prática de preços competitivos e em equilíbrio com os mercados nacional e internacional. Adicionalmente, evitamos o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio para os preços internos, ao passo que preservamos um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente.	➤ Indicador de Fluxo de Caixa Livre (FCL) ➤ Indicador de Valor Presente Líquido (VPL)	➤ Percentil dos critérios de estratégia tributária do Dow Jones Best in Class ➤ Posição relativa da Petrobras no percentil dos critérios geridos pela DFINRI do Dow Jones
	Políticas e diretrizes corporativas	Política Tributária		

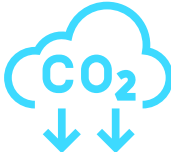


Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Prevenção e gestão de acidentes de processo	Riscos de segurança, meio-ambiente e saúde em nossas operações e instalações, tais como derramamento de óleo, vazamento de produtos, incêndios e explosões.² Atos intencionais, como derivação clandestina, crime, roubo, sabotagem, bloqueios de estradas e protestos.	Em nossas operações, tratamos os riscos de segurança, meio ambiente e saúde com inspeções, manutenção e integridade de equipamentos, além de treinamentos e controle de processos. Para atos intencionais, como derivação clandestina e sabotagem, intensificamos a comunicação com comunidades, aprimoramos tecnologias e fortalecemos parcerias com órgãos de segurança pública. Essas ações visam prevenir incidentes, mitigar impactos e garantir a segurança de nossas operações e instalações.	➤ Indicador de Compromisso com o Meio Ambiente (ICMA)³ ➤ Ambição Zero Vazamento ➤ Indicador de compromisso com a segurança das pessoas (ICSP)⁴	➤ Índice de avaliação de gestão de SMS ➤ Índice de acompanhamento das recomendações de análises de riscos ➤ Índice de atendimento das recomendações de inspeção de objetos que operam com fluido de alto potencial de risco ou críticos para a segurança operacional ➤ Índice de atendimento às recomendações de inspeção ➤ Indicador de compromisso com o meio ambiente ➤ Índice de desempenho em segurança ➤ Inovação em segurança ➤ Indicador de prontidão de resposta ao <i>blowout</i> ➤ Índice de realização de inspeções gerenciais de SMS ➤ Indicador de integridade de instalações ➤ Iniciativas estratégicas de redução de exposição ao risco ➤ Índice de segurança e integridade de poços
	Políticas e diretrizes corporativas	 Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde		

2 A ocorrência de um desses eventos, ou outros incidentes relacionados, pode resultar em impactos à saúde da nossa força de trabalho e/ou comunidades da área de abrangência, fatalidades e danos ambientais

3 O Indicador de compromisso com o meio ambiente (ICMA) é atualmente representando pelo volume vazado de óleo e derivados em ocorrências com volume acima de um barril (0,159 m³) que tenham atingido corpos hídricos ou solo não impermeabilizado (VAZO).

4 O Indicador de Compromisso com a Segurança das Pessoas (ICSP) é atualmente composto pela Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) e pela Taxa de Acidentados Graves (TAG).

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Resiliência climática, emissões de GEE e outros gases	Aumento de demanda por energia e produtos de baixo carbono, juntamente com a preferência por produtos fósseis com menor intensidade de GEE nos processos produtivos Não implementação ou implementação de tecnologias pouco eficazes ou pouco custo-efetivas para a redução de emissões de GEE de nossas operações e produtos. Regulamentações ambientais mais rigorosas⁵ Exigências regulatórias mais rigorosas quanto ao controle de emissões de GEE, incluindo a regulação do mercado de carbono no Brasil Não atendimento de compromissos climáticos, percepção de falta de transparência e/ou aquisição de créditos de carbono de baixa qualidade ou integridade Eventos climáticos extremos e alterações dos padrões climáticos	Definimos uma participação relevante de investimentos em baixo carbono na carteira total de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) Realizamos análises de resiliência do portfólio. Estamos ampliando a produção e a comercialização de combustíveis e produtos de baixo carbono. Cumprimos regulamentações ambientais rigorosas, e buscamos melhorias tecnológicas e de processos para garantir a sustentabilidade e a competitividade de nossos produtos e operações. Participamos de discussões técnicas e estratégicas relacionadas às potenciais regulações e demandas de órgãos externos. Realizamos investimentos para redução de emissões operacionais Buscamos reforçar a governança ao estruturar processos robustos para aquisição de créditos de carbono e ao realizar monitoramento contínuo do desempenho em carbono em diferentes níveis. Já na frente de transparência, divulgamos nossas estratégias e posicionamento frente às mudanças climáticas e à transição energética, fortalecendo o diálogo com nossos stakeholders Desenvolvemos ações para resiliência e adaptação dos ativos a eventos climáticos extremos	➤ Redução de 30% das Emissões Absolutas operacionais de GEE ➤ IGEE E&P: 15kgCO₂e/boe em 2030 ➤ IGEE Refino: 30kgCO₂e/CWT em 2030 ➤ Zero queima de rotina em flare até 2030 ➤ Intensidade de emissões de metano do upstream: 0,20 até 2030 ➤ Ambição NetZero 2050	➤ Avanços de realização da carteira de baixo carbono ➤ Índice de implantação da carteira de mitigação ➤ Percentil no critério estratégias climáticas no Dow Jones Sustainability Best in Class ➤ Indicador de atendimento às metas de gases de efeito estufa ➤ Intensidade de emissões de gases de efeito estufa
	Políticas e diretrizes corporativas	 Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde  Política de Responsabilidade Social		
 Integridade nos negócios	Risco de que diretores, administradores, empregados, contratados ou qualquer pessoa que faça negócios com a Petrobras possam incorrer em ações incompatíveis com princípios éticos e regras de conduta. Violações de leis de proteção de dados pessoais. Falhas nos controles internos. Riscos éticos e sociais associados à adoção de novas tecnologias baseadas em inteligência artificial.	Tratamos os riscos de ações incompatíveis com princípios éticos e regras de conduta por meio do nosso Programa de Compliance, que previne, detecta e remedia desvios. Protegemos dados pessoais com uma estrutura dedicada e tecnologia de prevenção de perda de dados. Fortalecemos nossos controles internos e processos com a realização de auditorias periódicas . Além disso, adotamos novas tecnologias de inteligência artificial de forma ética, analisando seus impactos e estabelecendo diretrizes internas. Fortalecemos nosso modelo de governança, por meio da promoção da diversidade, equidade e inclusão. Capacitamos fornecedores em práticas sustentáveis, direitos humanos e outros temas estratégicos.	➤ 100% dos fornecedores relevantes treinados em Integridade e/ou Privacidade até 2030 ➤ Avaliar, em 100% das contratações nas categorias estratégicas, a ampliação de requisitos ASG, até 2028 ➤ Atingir, até 2026, o mínimo de 30% de mulheres em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias ➤ Atingir, até 2028, o mínimo de 20% de pessoas autodeclaradas negras em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias	➤ Avaliação do grau de maturidade de fornecedores ➤ Indicador de Eficiência de Segurança da Informação ➤ Indicador de Iniciativas Estratégicas de Segurança da Informação ➤ Gestão de Projetos Estratégicos da Corregedoria-Geral ➤ Indicador de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais
	Políticas e diretrizes corporativas	 Diretrizes de Governança Corporativa  Guia de Conduta Ética para Fornecedores		

5 Fator de risco que também impacta outros temas materiais (Ex: Biodiversidade, Gestão de Resíduos e Descomissionamento etc.)

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Engajamento em políticas públicas, <i>advocacy</i> e apoio financeiro	Impossibilidade de garantir o atendimento às expectativas de todas as partes interessadas ⁶ , apesar de cumprirmos papel proativo no desenvolvimento de políticas públicas. Proposições normativas federais que possam afetar os interesses da companhia.	Através do diálogo com nossos públicos de interesse buscamos obter consenso sobre temas ou políticas públicas que impactam os nossos negócios. Nossa atuação ocorre de forma direta com a participação em audiências e consultas públicas, comissões, reuniões ou grupos de trabalho promovidos pelas diversas esferas do poder público e de forma indireta através das associações ou entidades representativas das quais fazemos parte. O acompanhamento de leis e normas infralegais e a discussão sobre o seu impacto para os negócios também faz parte da nossa atuação, que é orientada pela transparência, legitimidade e ética. Conforme estabelecido em nosso Código de Conduta Ética, assumimos o compromisso de não fornecer apoio ou contribuição a campanhas de partidos políticos ou de candidatos a cargos eletivos.	Estar entre as três empresas de O&G mais bem colocadas no ranking de Direitos Humanos até 2030 ⁷	> Quantidade de devidas diligências de direitos humanos realizadas nas operações > Número de reuniões de comitês comunitários realizadas > Total de fornecedores relevantes avaliados por meio da due diligence de integridade (DDI) com foco em direitos humanos > Indicador de diversidade de gênero e raça nas indicações da Petrobras para cargos de titulares em órgãos estatutários de participações do Sistema Petrobras > Mulheres na liderança e pessoas negras em posições de liderança gerencial
	Políticas e diretrizes corporativas	 Diretrizes de Direitos Humanos  Política de Responsabilidade Social  Diretriz de Deslocamento Involuntário de Pessoas ou Comunidades  Diretriz de Reparação de Danos em Direitos Humanos da Petrobras  Política de Diversidade, Equidade e Inclusão  Plano Estratégico 2050 e Plano de Negócios 2026-2030  Guia de Conduta Ética para Fornecedores		

6 Fator de risco que também está relacionado a outros temas materiais.

7 No Corporate Human Rights Benchmark (CHRB)

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades	Risco de violação da legislação trabalhista por parte de nossos fornecedores. Ocorrência de casos de violação de direitos humanos, risco existente em todos os ambientes em que há interação humana, incluindo a companhia e fornecedores. Impossibilidade de garantir a seleção de empregados com qualificação, experiência e competências desenvolvidas previamente no mercado. Obrigações relacionadas à participação no custeio no plano de saúde e possibilidade de aportes adicionais relacionados à previdência complementar.	Para tratar o risco de violação da legislação trabalhista por parte de nossos fornecedores, exigimos o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de FGTS, efetuando retenções nas medições e aplicando multas em caso de descumprimento, tal como previsto nos contratos. Em 2024, inserimos em nossa minuta contratual padrão de prestação de serviços a nova Cláusula de Direitos Humanos, estimulando a nossa cadeia de fornecedores quanto ao respeito e à promoção dos direitos humanos. Para mitigar a ocorrência de violações de direitos humanos, disponibilizamos um canal de denúncia. Promovemos ações de diversidade, equidade e inclusão. Para garantir a seleção de empregados qualificados, realizamos processos seletivos públicos rigorosos e investimos em programas de formação e desenvolvimento contínuo. Quanto às obrigações relacionadas ao plano de saúde e previdência complementar, oferecemos um plano de saúde abrangente e patrocinamos planos de benefícios pós-emprego, mantendo uma relação de custeio equilibrada e prevendo aportes adicionais quando necessário.	➤ Devida diligência em direitos humanos (DH) em 100% das nossas operações ➤ 100% da força de trabalho capacitada em DH ➤ Atingir a meta de ter 26% de mulheres e 26% de pessoas negras em posição de liderança até 2030 ➤ Estar entre as três empresas de O&G mais bem colocadas no ranking de Direitos Humanos até 2030 ➤ Assegurar, até 2030, o encerramento das apurações de violência sexual com prazo médio de 60 dias ➤ Implementar devida diligência em direitos humanos em 100% dos nossos fornecedores relevantes até 2030	➤ Total de fornecedores relevantes avaliados por meio da due diligence de integridade (DDI) com foco em direitos humanos ➤ Indicador de diversidade de gênero e raça nas indicações da Petrobras para cargos de titulares em órgãos estatutários de participações do Sistema Petrobras ➤ Mulheres na liderança e pessoas negras em posições de liderança gerencial ➤ Média da posição relativa da Petrobras na dimensão social do Dow Jones Best in Class, nos critérios de Recursos Humanos ➤ Realização das ações de promoção de saúde mental ➤ Entregas dos programas de treinamento e desenvolvimento disponibilizados pela Universidade Petrobras para toda a companhia
	Políticas e diretrizes corporativas	☑ Diretrizes de Direitos Humanos ☑ Política de Responsabilidade Social ☑ Diretriz de Deslocamento Involuntário de Pessoas ou Comunidades ☑ Diretriz de Reparação de Danos em Direitos Humanos da Petrobras ☑ Diretriz de Proteção a Vítimas de Violências no Trabalho ☑ Diretriz de Proteção ao Denunciante ☑ Política de Diversidade, Equidade e Inclusão ☑ Plano Estratégico 2050 e Plano de Negócios 2026-2030 ☑ Guia de Conduta Ética para Fornecedores		

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Comunidades locais e tradicionais	Comunidades podem ser atingidas negativamente por nossos projetos e operações, especialmente em relação aos direitos humanos. Operamos em locais expostos a uma ampla gama de questões relacionadas à instabilidade política, social e econômica. Impactos potenciais, principalmente, à pesca artesanal e ao turismo em caso de acidente com vazamento relacionado às atividades de exploração de petróleo e gás offshore; lesões em caso de acidentes nas atividades operacionais; transtornos pela migração de mão de obra em grandes projetos de investimento ou em grandes paradas de manutenção. Ameaças que possam comprometer a incolumidade das pessoas, das instalações e do negócio da companhia.	Para tratar os riscos às comunidades e aos direitos humanos, realizamos diagnósticos socioeconômicos, devidas diligências em direitos humanos, audiências públicas, programas de comunicação social, mantemos diálogo e implementamos planos com ações de relacionamento contínuo junto às comunidades. Mitigamos e evitamos impactos negativos e potencializamos os positivos. No caso do potencial de vazamentos de produtos, implementamos medidas de prevenção, monitoramento e compensação, além de programas de educação ambiental. Para minimizar transtornos em grandes projetos, estimulamos a contratação de mão de obra local, realizamos ações de prevenção contra discriminação e assédio e tratamos os riscos sociais específicos para cada território. Utilizamos análises de inteligência e recursos tecnológicos na área de segurança para identificar e prevenir ameaças às pessoas e às instalações, garantindo a proteção e a continuidade das operações. Realizamos treinamentos para atuação em situações de emergência e promovemos exercícios simulados envolvendo comunidades para disseminar nossas práticas de segurança.	➤ Proporcionar retorno à sociedade de no mínimo 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários até 2030⁸ ➤ Estar entre as três empresas de O&G mais bem colocadas no ranking de Direitos Humanos até 2030⁹	➤ Quantidade de projetos socioambientais avaliados ➤ Quantidade de pessoas capacitadas no Programa Autonomia e Renda ➤ Quantidade de devidas diligências em direitos humanos realizadas nas operações ➤ Número de reuniões de comitês comunitários realizadas
	Políticas e diretrizes corporativas ☑ Diretrizes de Direitos Humanos ☑ Política de Responsabilidade Social ☑ Diretriz de Deslocamento Involuntário de Pessoas e Comunidades ☑ Diretriz de Reparação de Danos em Direitos Humanos da Petrobras			

8 Por projeto, mensurável (3 anos)
9 No Corporate Human Rights Benchmark (CHRB)



Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Gestão de resíduos e descomissionamento sustentável	As atividades de encerramento de operações e descomissionamento podem causar impactos ao meio ambiente e às comunidades situadas na área de abrangência dos locais dos ativos. Divergências de interpretação relacionadas ao monitoramento e descomissionamento de ativos. Risco de presença de espécies incrustantes, nativas ou invasoras, no casco de plataformas flutuantes em descomissionamento com potencial de bioinvasão de áreas sensíveis na rota de navegação até o destino na costa. Nossas atividades geram resíduos sólidos que podem conter misturas de substâncias perigosas e não perigosas e, portanto, apesar de todos os esforços para uma gestão adequada, podem ser fontes de potenciais impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente, tais como poluição do solo e de mananciais superficiais ou subterrâneos por conta de destinação inadequada, ou a diminuição da vida útil de aterros em função da disposição de resíduos que seriam passíveis de reciclagem, recuperação e reuso (RRR), reduzindo a área de aterro disponível para a disposição daqueles rejeitos que não possuam rota RRR viável técnica e/ou economicamente.	Seguimos rigorosos padrões de segurança, realizamos análises multidisciplinares e adotamos medidas para evitar divergências de interpretação no monitoramento e descomissionamento de ativos, garantindo transparência e conformidade com as regulamentações. Para mitigar o risco de bioinvasão por espécies incrustantes no casco de plataformas flutuantes, traçamos rotas de navegação que evitam áreas sensíveis, priorizando trajetos por zonas profundas e afastadas da costa, minimizando assim os impactos ambientais. Gestão de resíduos abrangendo medidas para o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos em todo o ciclo de vida dos nossos negócios, incluindo práticas de economia circular, que buscam a prevenção da geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos, com o objetivo de valorização dos materiais e recursos e de evitar ou mitigar eventuais impactos ao meio ambiente e à saúde humana.	➤ Redução de 30% na geração de resíduos sólidos de processo até 2030¹⁰ ➤ Destinação de 80% dos resíduos sólidos de processos para rotas de reuso, reciclagem e recuperação até 2030¹⁰ ➤ Resíduos Sólidos Perigosos Gerados de Processo (RSPGP) ➤ Resíduos Sólidos Não Perigosos Gerados de Processo (RSNPGP) ➤ Resíduos Sólidos Perigosos Destinados para rotas não RRR (RSPD NRRR) ➤ Resíduos Sólidos Não Perigosos Destinados para rotas não RRR (RSNPD NRRR)	➤ Índice de gestão do risco sanitário das instalações do E&P ➤ Desenvolvimento de suprimento com matérias-primas mais sustentáveis ➤ Índice de condicionantes ambientais em atendimento ➤ Resíduos sólidos perigosos gerados
	Políticas e diretrizes corporativas	 Guia de Conduta Ética para Fornecedores  Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde		
 Biodiversidade	Riscos e impactos à biodiversidade relacionados ao ciclo de vida das nossas atividades. Riscos e impactos à fauna, saúde humana e segurança operacional. Acidentes que resultem em liberações de hidrocarbonetos e produtos químicos no mar.	Evitamos e minimizamos impactos, e, quando não for possível, recuperamos e/ou compensamos os impactos residuais, em consonância com a hierarquia da mitigação, ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos. Realizamos programas e projetos de proteção e restauração ambiental, contribuindo para a conservação e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, especialmente em áreas relevantes para a biodiversidade nos ambientes terrestres e principalmente oceânicos, em função da maior atividade neste bioma.	➤ 100% das nossas instalações com planos de ação em biodiversidade até 2025 ➤ Impacto líquido positivo em áreas vegetadas até 2030 ➤ Aumento em 30% dos esforços em conservação da biodiversidade até 2030	➤ Áreas protegidas (em hectares) com fortalecimento da sua gestão por meio das ações dos projetos socioambientais com foco em conservação das florestas e da biodiversidade
	Políticas e diretrizes corporativas	 Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde  Política de Responsabilidade Social		

10 Ano de referência: 2021

Tema material	Principais eventos e fatores de risco associados	Tratamento do risco	Indicadores e metas corporativas	Indicadores que impactam a remuneração executiva
 Água e efluentes	Eventos de escassez hídrica. Dificuldade na obtenção ou manutenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos.	Para tratar os riscos de eventos de escassez hídrica, desenvolvemos o Índice de Risco de Escassez Hídrica (IREH), que avalia a suscetibilidade das nossas unidades operacionais à escassez de água e a outros fatores. Implementamos ações de mitigação e gerenciamento de riscos, direcionando estudos detalhados de disponibilidade hídrica para locais importantes. Quanto à dificuldade na obtenção ou manutenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, seguimos rigorosamente as regulamentações e condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais, investindo continuamente na avaliação de impactos e no cumprimento das exigências legais para garantir a continuidade das nossas operações.	➤ Redução de 40% da nossa captação de água doce até 2030¹¹ ➤ Água Doce Captada (ADC)	➤ Volume de água doce captada
	Políticas e diretrizes corporativas	📄 Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde		

11 Ano de referência: 2021. Segmentos de negócio que não compunham o nosso portfólio em 2021 (Fertilizantes e BioQAV) não constam no escopo do compromisso.



Riscos emergentes

Riscos emergentes são novos riscos de longo prazo, decorrentes de fatores externos, nos quais identificamos um potencial de impacto significativo sobre grande parte de nossas operações. Esses riscos podem exigir adaptações em nossa estratégia e requerem monitoramento contínuo. Destacamos abaixo alguns riscos emergentes de grande relevância e as medidas que estão sendo tomadas para mitigar esses riscos futuros.

Evolução dos confrontos geoeconômicos (sanções, tarifas e restrições comerciais)

Apesar da interconexão das economias construída nas últimas décadas, o ambiente internacional tem evoluído para uma dinâmica de fragmentação e competição, na qual instrumentos econômicos (tarifas, impostos, sanções, controles de exportação/importação, restrições a investimento e barreiras regulatórias) são crescentemente utilizados como ferramentas estratégicas.

Em virtude da crescente volatilidade das relações internacionais, as empresas de petróleo e gás tornam-se vulneráveis a uma série de perturbações que podem afetar sua operação e rentabilidade. Choques simultâneos (ou encadeados) em custos, prazos, disponibilidade logística, acesso a mercados e volatilidade macroeconômica podem prejudicar a previsibilidade para a tomada de decisão empresarial.

Impactos potenciais

- > Maior volatilidade nos preços do petróleo e derivados, decorrente de sanções e choques geopolíticos, como também de decisões de redução ou aumento da oferta pela OPEP, com efeitos sobre receitas, margens e capacidade de planejamento;
- > Possíveis atrasos ou interrupções na cadeia de suprimentos e aumento significativo nos custos podem ter um efeito adverso na implementação de projetos e na rotina operacional da companhia;
- > Mudanças nas políticas governamentais e regulamentações em resposta a tensões geopolíticas podem criar um ambiente regulatório mais restritivo, impactando a nossa operação e a nossa estratégia;
- > Instabilidade nas operações comerciais de importação e exportação devido, por exemplo, a atrasos aduaneiros, encarecimento de fretes e bloqueios em rotas logísticas;
- > Desbalanceamento abrupto e transitório entre receita e despesas da companhia;
- > Ampliação das políticas domésticas visando segurança energética, com expansão de estoques estratégicos e aceleração das fontes alternativas aos combustíveis fósseis, como forma de fortalecer o poder de barganha dos países deficitários em petróleo.

Medidas de mitigação

- > Promoção da diversificação de ativos e de mercados através da expansão das operações para diferentes regiões geográficas e mercados, visando reduzir a dependência de um único país ou região e, assim, beneficiar a empresa com oportunidades em áreas de menor risco geopolítico;

- > Análise contínua de cenários geopolíticos por meio de um sistema de monitoramento das condições geopolíticas em regiões-chave, incluindo o uso de inteligência artificial nesse processo. Isso envolve a avaliação de tendências políticas, econômicas e sociais que podem impactar as nossas operações;
- > Estudos do Centro de Excelência em Análise de Riscos do Mercado Fornecedor, que atua de forma proativa na identificação, monitoramento e mitigação de riscos associados à cadeia de suprimentos, com especial atenção para os desdobramentos da conjuntura geopolítica mundial;
- > Participação ativa em fóruns e associações do setor de energia visando promover políticas favoráveis e influenciar decisões que possam impactar a nossa operação, incluindo o engajamento com governos e organizações não governamentais;
- > Manutenção de um sistema de gestão de crises e planos de contingência, a fim de desenvolver e manter planos robustos para responder rapidamente a crises geopolíticas, como sanções, conflitos ou mudanças regulatórias;
- > Presença de traders e analistas de inteligência de mercado nas empresas no exterior, visando prospectar novos mercados e realizar a busca por fornecedores ou mercados alternativos, caso necessário, e identificar riscos e oportunidades decorrentes de disputas econômicas entre países;
- > Monitoramento do fluxo de caixa da companhia;
- > Monitoramento das fontes de financiamento, visando à manutenção de uma carteira de possíveis linhas de crédito;
- > Manutenção de investimentos em segurança física e cibernética visando proteger ativos físicos e informações sensíveis contra ameaças externas, que podem ser intensificadas em ambientes geopolíticos instáveis.

Desafios para segurança e uso responsável de inteligência artificial

A forte valorização do uso de inteligência artificial (IA) tem levado a adoções de tecnologias sem a apropriada avaliação de riscos nas atividades empresariais. Isso se deve ao fato de que há um ajuste de ritmo a ser alcançado entre os trabalhadores, que buscam melhorar continuamente sua produtividade a favor do negócio, e as organizações, que ainda estão implantando a governança necessária para enfrentar os novos cenários.

O uso sem a devida avaliação de riscos de sistemas de inteligência artificial pode levar a efeitos adversos que incluem decisões incorretas por falhas dos resultados apresentados pelas aplicações de IA, vazamento de informações sensíveis, violação de propriedade intelectual, perda de integridade de dados e eventualmente até impactos operacionais por decisões autônomas indevidas.

O avanço acelerado da tecnologia também representa riscos, pois as ameaças estão se transformando mais rapidamente do que os mecanismos de mitigação. Técnicas avançadas para realização de fraudes, mecanismos complexos de ataques cibernéticos e a evolução dos assistentes pessoais representam desafios significativos.

Impactos potenciais

- > Perda de confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações corporativas afetando as nossas operações ou mesmo ocasionando interrupções operacionais;
- > Violação de privacidade, por meio de coleta e análise de dados pessoais sem o devido consentimento;
- > Exposição indevida de informações corporativas sensíveis e de dados pessoais, por vazamento, divulgação ou uso não autorizado;
- > Criação de informações falsas ou enganosas, que podem manipular a opinião pública a nosso respeito, causar danos à nossa reputação e influenciar decisões de nossas partes interessadas de maneira negativa;
- > O não cumprimento de novas regulamentações em níveis nacional e internacional pode resultar em multas ou sanções legais, bem como impactos em nossa imagem e reputação, afetando nossos resultados operacionais e financeiros;
- > Impactos negativos para as nossas operações ou mesmo interrupções operacionais.

Medidas de mitigação

- > Soluções tecnológicas para monitoramento dos canais de saída de informações;
- > Disponibilização de versão interna de IA (ChatPetrobras) para utilização com informações corporativas, garantindo maior segurança e controle;
- > Conscientização, capacitação e letramento sobre desenvolvimento e uso de IA de maneira responsável dentro da Petrobras;
- > Aprimoramento da governança corporativa de IA, com o estabelecimento de estruturas, processos e responsabilidades formais para orientar o uso seguro e ético da tecnologia, em conformidade com o sistema de gestão de riscos da companhia;
- > Integração de avaliações estruturadas de risco ao ciclo de vida das aplicações de IA, por meio de instrumentos corporativos específicos que permitem classificação, análise de impactos e definição de tratamentos proporcionais ao nível de severidade identificado;
- > Análises de segurança na rede, em sistemas e bancos de dados considerados críticos para identificação de vulnerabilidades;
- > Soluções de segurança cibernética para proteção das nossas informações e do nosso ecossistema digital.

IMPACTOS ECONÔMICOS

GRI 2-6, 11.14.1, 11.14.2, 11.14.3, 11.14.4, 11.14.5, 11.14.6, 11.21.1, 11.21.2, 11.21.3, 11.21.4, 11.21.5, 11.21.6, 11.21.7, 11.21.8

Em razão da dimensão dos nossos negócios e da abrangência de nossa cadeia de valor, geramos impactos econômicos relevantes, especialmente na economia brasileira. O tema material “Impactos econômicos” abrange as consequências relacionadas aos pagamentos de tributos, royalties, salários e fornecedores, distribuição de dividendos, bem como seus efeitos em nível local, nacional e global. Inclui impactos como o efeito multiplicador na economia, transformações sociais e melhorias em infraestrutura decorrentes desses pagamentos.

Considera também os reflexos nos negócios, no mercado e na cadeia de valor, resultantes da vulnerabilidade aos preços das commodities, variações na produção e demanda, políticas de preços adotadas, além de investimentos e desinvestimentos em empresas e ativos. Engloba aspectos de abordagem tributária, conformidade fiscal e prestação de contas dos pagamentos aos governos. Destaca a responsabilidade e atenção com a cadeia de suprimentos, especialmente ações voltadas a pequenos fornecedores e à expansão de fornecedores locais. Contempla ainda o papel no desenvolvimento do setor industrial, na promoção de inovações técnicas e no potencial de geração de efeitos em cadeia.

Investimentos, fusões e aquisições

O setor de óleo e gás (O&G) é intensivo em capital, ou seja, exige grandes investimentos financeiros. Revisamos nossa carteira de investimentos anualmente como parte do processo de elaboração do plano de negócios para o quinquênio. No Plano de Negócios 2026-2030, divulgamos que

planejamos investir nos próximos cinco anos US\$ 109 bilhões, sendo US\$ 91 bilhões em projetos da carteira em implantação e US\$ 18 bilhões na carteira em avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade.

Esses recursos serão aplicados em encomendas de bens e serviços para modernizar e ampliar nossa capacidade produtiva. Isso é fundamental para garantir nosso futuro, cumprindo metas de produção e eficiência. Além disso, esses investimentos geram um processo multiplicador de renda e emprego, especialmente na economia brasileira, onde a maior parte dos recursos será aplicada. Destacamos também o papel essencial de nossos produtos como insumo para o crescimento econômico. Produzimos a energia necessária para a expansão da agropecuária, da indústria e dos serviços, além de garantir mobilidade, calor e eletricidade para a sociedade.

Nossa atividade gera impactos positivos nas comunidades onde atuamos por meio da criação de emprego, renda e tributos. Uma alternativa aos investimentos diretos são as fusões e aquisições, que envolvem uma gestão ativa de portfólio para fortalecer nossa atuação em segmentos estratégicos, conforme definido no Plano Estratégico 2050 e no Plano de Negócios 2026-2030.

Até 11 de maio de 2026, atingimos os seguintes marcos no âmbito de fusões e aquisições:

➤ Assinamos com a Petronas Petróleo Brasil Ltda. os contratos para aquisição das participações de 50% dos campos de Tartaruga Verde e Espadarte – Módulo III, localizados na Bacia de Campos. Após a conclusão da operação, a Petrobras voltará a deter 100% de participação nos ativos, mantendo-se como operadora. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, incluindo a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

➤ Assinatura de acordo para estabelecimento de uma parceria estratégica no segmento de geração renovável, por meio da aquisição de 49,99% das subsidiárias da Lightsource bp no Brasil. A parceria será estruturada como uma joint venture, com gestão compartilhada entre Petrobras e Lightsource bp. Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a joint venture sem restrições. O fechamento do negócio está sujeito às condições definidas no acordo.

➤ Conclusão da transferência da participação integral da Petrobras nos campos de Cherne e Bagre, localizados em águas rasas na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro.

➤ Ampliamos nossa atuação na Bacia de Campos por meio da aquisição de 100% de uma porção do *ring-fence* do Campo de Argonauta (Concessão BC-10), detida pelas empresas Shell (Shell Brasil Petróleo Ltda.), ONGC (ONGC Campos Ltda.) e Brava (Enauta Petróleo e Gás Ltda.). A porção adquirida detém 0,86% da jazida compartilhada do pré-sal de Jubarte (“Jazida Compartilhada de Jubarte”), relacionada ao Acordo de Individualização da Produção (“AIP”) vigente desde 1º de agosto de 2025. Após a conclusão da operação, a Petrobras passará a deter 98,11% de participação na Jazida Compartilhada de Jubarte, enquanto a União, representada pela Pré-Sal Petróleo S.A. (“PPSA”), manterá sua participação de 1,89% referente à extensão da jazida para áreas não contratadas. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, incluindo a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 2025, a Transpetro operou 26 navios de bandeira brasileira, enquanto a Transpetro International BV (TI BV) operou sete embarcações. Ao todo, a frota da empresa conta com 33 navios, com idade média de 10,73 anos e porte bruto de aproximadamente 3,2 milhões de toneladas.

Com o objetivo de ampliar nossa competitividade e contribuir para o reposicionamento do Brasil na estratégia naval para a logística de petróleo, derivados e produtos de baixo carbono, é prevista a aquisição de 25 novos navios para a frota própria do Sistema Petrobras, operados pela Transpetro. Destes, 16 embarcações já estão incluídas no nosso plano estratégico, enquanto os outros nove estão em fase de avaliação.

As novas embarcações serão utilizadas principalmente na cabotagem, atendendo prioritariamente à nossa demanda logística. Os navios estão sendo especificados com foco em desempenho ambiental superior, com potencial de redução de até 30% nas emissões de gases de efeito estufa em comparação com a frota atualmente em operação, em linha com os compromissos corporativos de descarbonização e transição energética.

O programa ampliará a frota da Transpetro em cerca de 60%, ao mesmo tempo em que promoverá ganhos relevantes de eficiência energética e logística para o Sistema Petrobras, agregando valor, segurança operacional e retorno aos acionistas.

Em complemento a esse programa, a Transpetro concluiu a contratação de nove navios Suezmax de alta tecnologia de posicionamento dinâmico (Dynamic Position – DP) destinados à expansão da capacidade de alívio das plataformas do Sistema Petrobras. As novas embarcações trarão mais eficiência energética e menor emissão de gases, reforçando nossa estratégia de crescimento sustentável.

A Transpetro será responsável pela operação de dois desses navios Suezmax DP2, com tripulação 100% brasileira, marcando a retomada das operações de navios DP pela companhia e contribuindo para a geração de empregos qualificados, o fortalecimento da mão de obra nacional e a retenção de renda no país.

Impacto econômico dos investimentos em exploração e produção

Desenvolvemos internamente uma metodologia chamada insumo-produto para calcular a geração e sustentação de empregos diretos e indiretos relacionados aos investimentos em exploração e produção. Os investimentos criam empregos diretos na implementação dos projetos e indiretos na fabricação dos equipamentos, componentes e prestação de serviços para toda a cadeia de suprimentos envolvida.

Metodologia Insumo - Produto Cálculo de empregos diretos e indiretos



Nossa metodologia utiliza dados internos da gestão integrada de projetos para complementar as informações da matriz insumo-produto desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Trabalhamos junto a órgãos governamentais, bancos públicos e entidades setoriais para unificar a metodologia adotada na avaliação de impacto de projetos de investimento dos setores em que atuamos.



Dentre as ferramentas utilizadas como insumo destaca-se o painel da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que possui um simulador de impacto da produção de petróleo na Margem Equatorial em geração de empregos, royalties pagos e ganhos setoriais dentro de diversos cenários de volume de produção, preço do petróleo e taxa de câmbio.

Desde 2024 passamos a incorporar o cálculo de impacto econômico em nosso plano estratégico. Estimamos que os investimentos previstos no Plano de Negócios 2026-2030 possam gerar 311 mil empregos ao longo do período. No ano de 2025, estimamos que os investimentos do segmento E&P, que totalizaram US\$17,01 bilhões, sustentaram 194 mil empregos no país por meio das aquisições locais e de seus efeitos na cadeia de suprimento.

Formação de preços

Em 15 de maio de 2023, nossa Diretoria Executiva (DE) aprovou a estratégia comercial para definição de preços de gasolina e óleo diesel. Essa estratégia está alinhada com a Diretriz de Formação de Preços de Derivados de Petróleo e Gás Natural no Mercado Interno (disponível para consulta no nosso site de Relacionamento com Investidores). A premissa é oferecer preços competitivos por região, equilibrando os mercados nacional e internacional. Essa estratégia nos permite competir de forma eficiente, considerando nossa participação no mercado e otimizando nossos ativos de refino, sempre preservando a sustentabilidade financeira da companhia.

A definição de preços utiliza como referência: (a) o custo alternativo do cliente, ou seja, o preço das principais opções disponíveis no

mercado, que deve ser priorizado na precificação, e (b) o valor marginal para a Petrobras, baseado nos custos de oportunidade das diversas alternativas da companhia, como produção, importação e exportação do produto ou dos petróleos usados no refino. Cientes da importância dos nossos produtos para a sociedade brasileira, buscamos evitar o repasse imediato das oscilações de curto prazo no mercado internacional e da taxa de câmbio. Ao mesmo tempo, preservamos um ambiente competitivo saudável e em conformidade com a legislação vigente.

A diretriz reafirmou a competência da DE na execução das políticas de preço. Ela prioriza o resultado econômico da companhia, buscando maximizar a geração de valor, e incorpora uma supervisão adicional pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

É importante também diferenciar o preço de venda da Petrobras para as distribuidoras daquele percebido pelo consumidor final. O preço nas refinarias e terminais representa apenas uma parcela do valor cobrado nos postos revendedores. Até o combustível chegar ao consumidor, são acrescidos tributos, custos relativos à mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina e biodiesel no óleo diesel, além das margens dos distribuidores e revendedores. Cada parcela tem dinâmica própria de formação, sem nossa influência. Historicamente, a carga tributária é o principal fator que impacta o preço final dos combustíveis.



Informações sobre a tributação de nossos produtos podem ser consultadas no nosso [Relatório Fiscal](#)



Distribuição de valor adicionado

Em 2025, distribuímos R\$ 385,7 bilhões em valor adicionado. Por meio de nossas atividades, distribuímos recursos para nossos empregados, governos federal, estadual e municipal (via tributos, royalties e participações especiais), instituições financeiras, fornecedores e acionistas.



Detalhamento da Demonstração do Valor Adicional pode ser consultado nas [Demonstrações Financeiras](#)

Além disso, realizamos outras contribuições à sociedade, como projetos socioambientais voluntários, doações e iniciativas de monitoramento ambiental e mitigação de impactos.



Informações sobre programas e projetos de monitoramento ambiental nos processos de licenciamento ambiental podem ser consultadas no capítulo [Biodiversidade](#)

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DADOS CONSOLIDADOS EM R\$ MILHÕES)

Valor a distribuir	R\$ 749.557	Receitas
	R\$ -292.210	Insumos adquiridos de terceiros
	R\$ -84.388	Depreciação, depleção e amortização
	R\$ 12.695	Valor recebido em transferência
	R\$ 385.654	Valor adicionado a distribuir
Valor distribuído	R\$ 46.406	Remuneração direta (pessoal e administradores)
	R\$ 207.791	Tributos e participações governamentais
	R\$ 20.852	Instituições financeiras e fornecedores
	R\$ 110.605	Acionistas (incluindo lucros retidos)*
	R\$ 385.654	Valor adicionado total distribuído

* Inclui o valor de lucros retidos no patrimônio líquido da companhia no total de R\$ 68.893 milhões.

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS (DADOS CONSOLIDADOS EM R\$ MILHÕES)

	R\$ 480	Projetos socioambientais voluntários
	R\$ 435	Projetos culturais, esportivos e em negócio, ciência e tecnologia
	R\$ 730	Programas e projetos de monitoramento ambientais nos processos de licenciamento ambiental
	R\$ 228	Projetos de mitigação e compensação de impactos socioeconômicos
	R\$ 4	Doações
R\$ 1.877 bi		Investimentos na comunidade

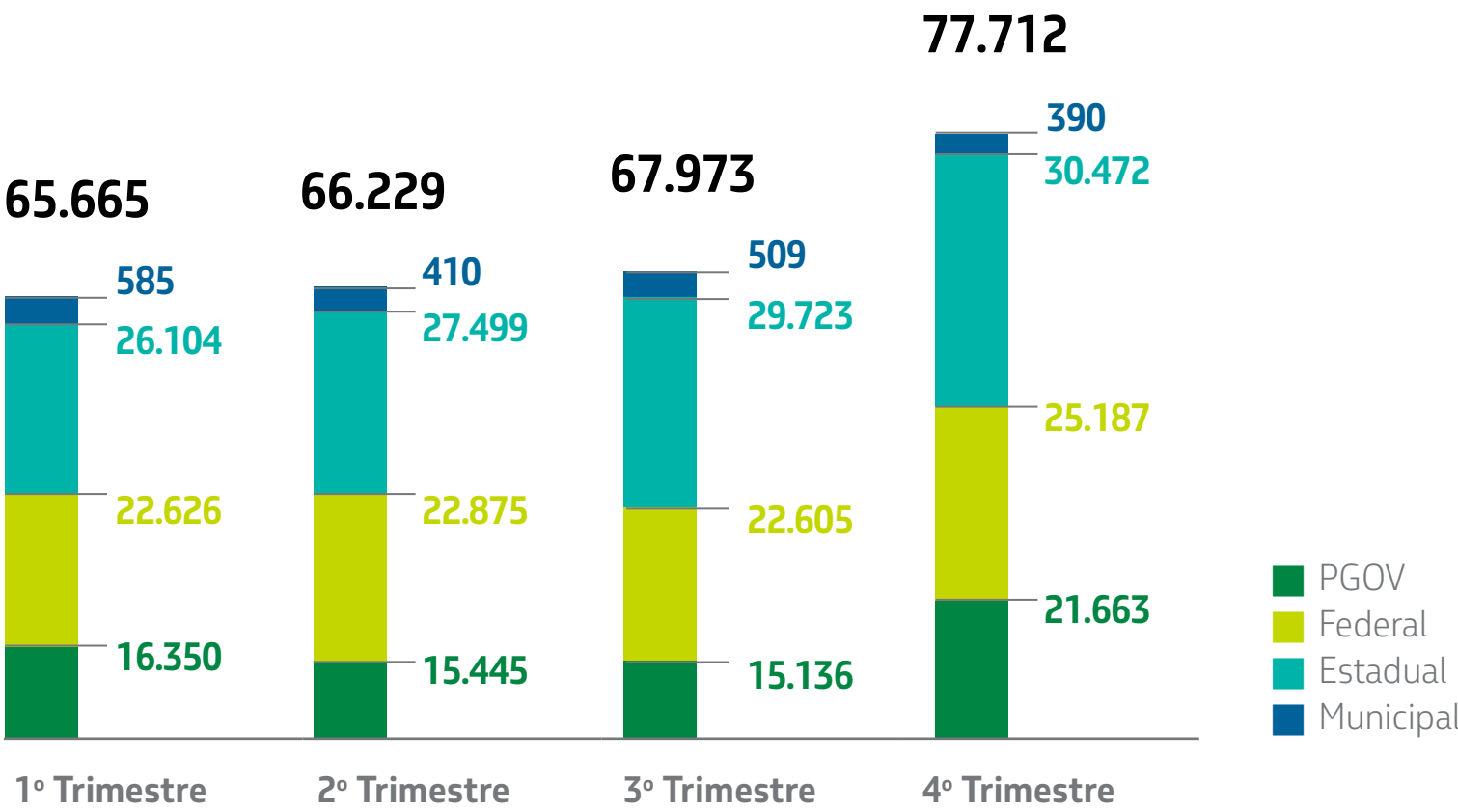
Pagamento de impostos e royalties

Em 2025, recolhemos R\$ 277,6 bilhões em tributos e participações governamentais (PGOV) no Brasil e US\$ 448,65 milhões no exterior. O recolhimento trimestral está demonstrado no gráfico a seguir. Esses recursos aumentam a disponibilidade financeira aos entes federados, em todas as esferas, para custear a administração pública e a prestação de serviços em atendimento à sociedade, além de ampliar a capacidade de investimento em infraestrutura e projetos alinhados às políticas de desenvolvimento dos países onde atuamos.



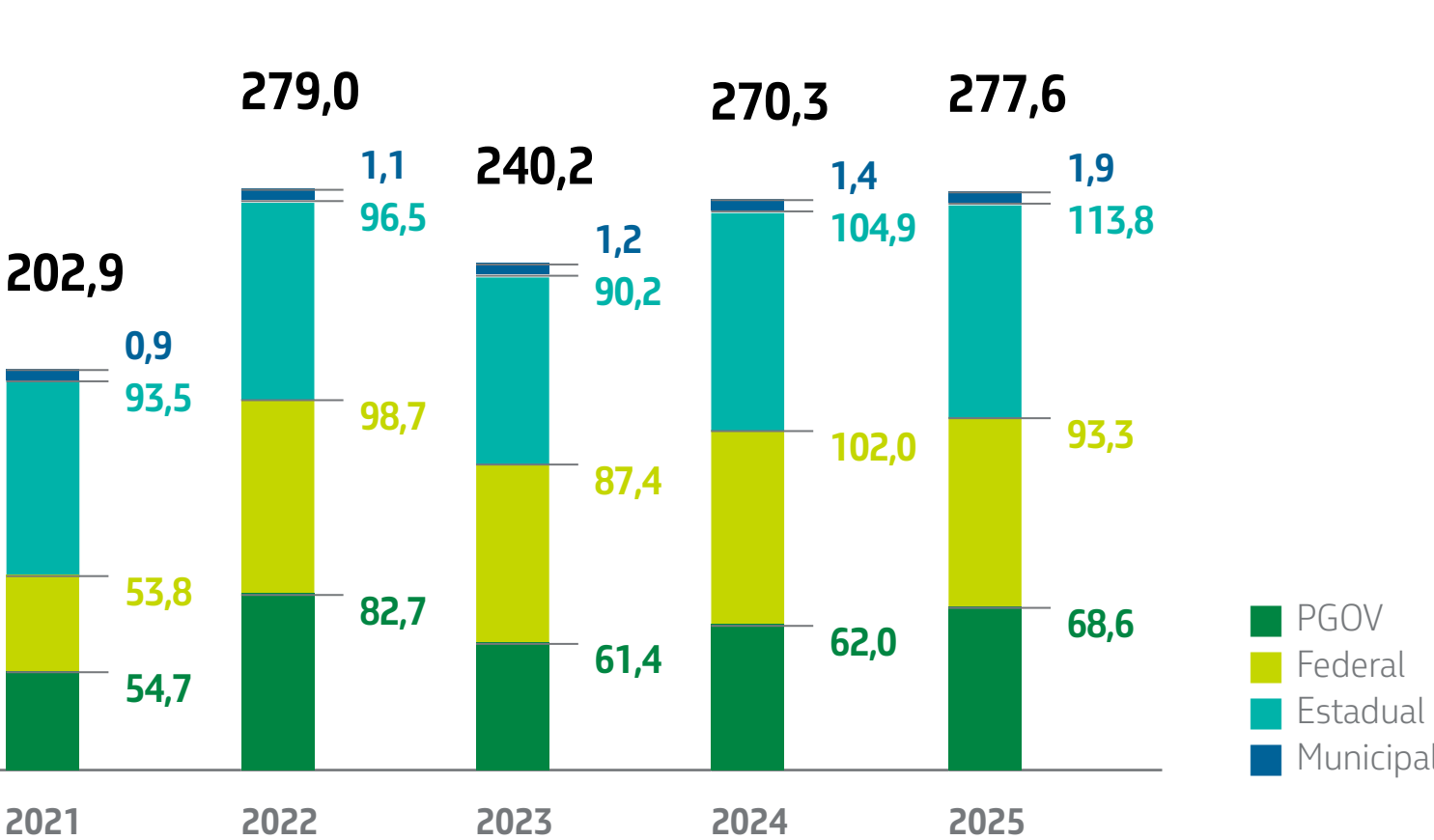
Informações detalhadas sobre nossos recolhimentos tributários podem ser consultados no nosso [Relatório Fiscal](#)

TRIBUTOS E PGOV (DADOS EM R\$ BILHÕES)



Nos últimos cinco anos, recolhemos mais de R\$ 1,3 trilhão em tributos e participações governamentais para a União, estados e municípios. Esses recursos fortalecem os orçamentos governamentais para políticas públicas que beneficiam a sociedade, conforme o gráfico a seguir.

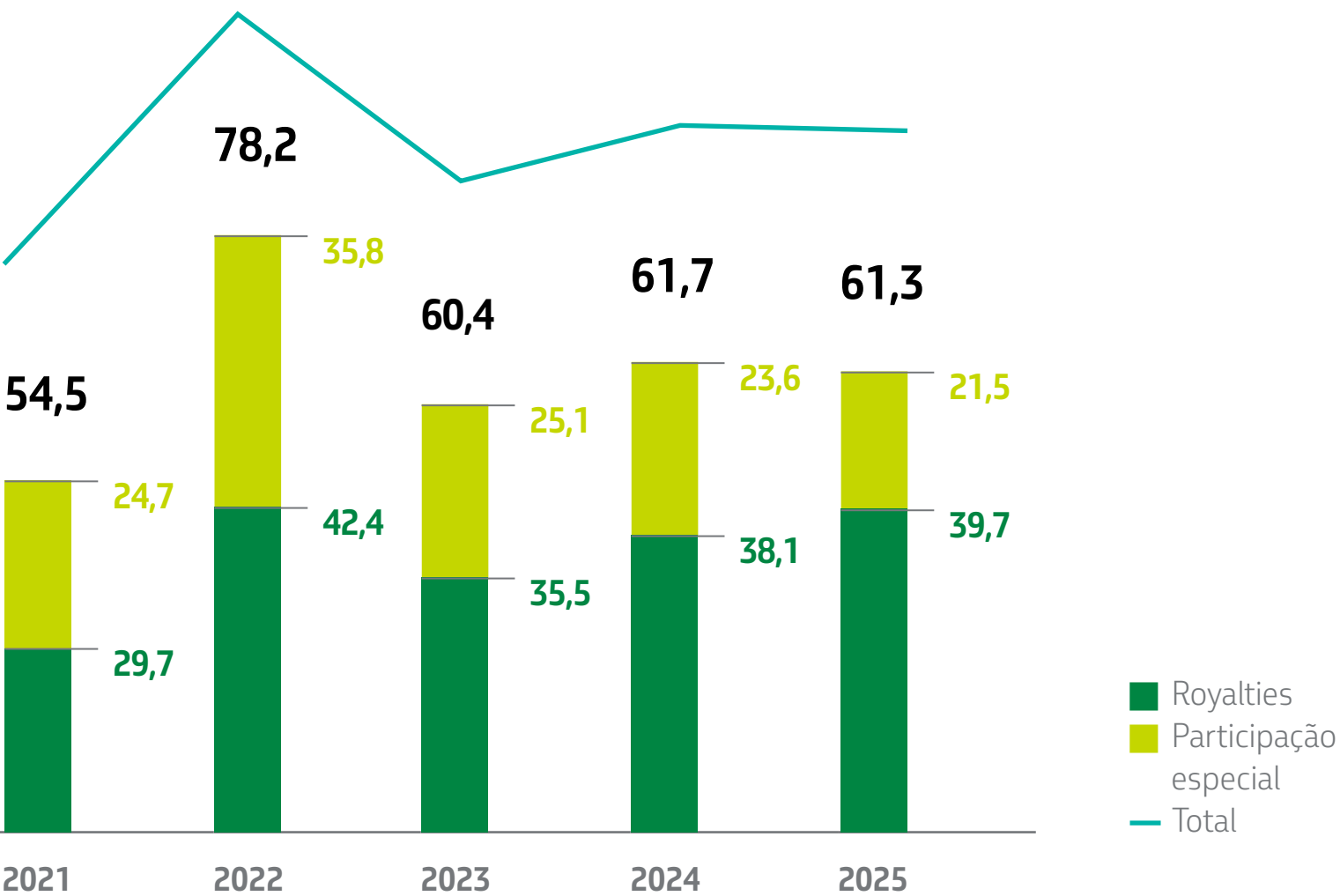
TRIBUTOS E PGOV POR ESFERA (DADOS EM R\$ BILHÕES)



Adicionalmente, temos a obrigação legal de recolher os valores de participações governamentais à Secretaria do Tesouro Nacional. A distribuição desses valores aos beneficiários é responsabilidade da ANP. Essas participações governamentais são compensações financeiras pelas nossas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Seu objetivo é retribuir à sociedade pela exploração dos recursos naturais não renováveis. São elas: royalties, participação especial, bônus de assinatura e pagamentos pela retenção ou ocupação de áreas contratadas.

Em 2025, recolhemos R\$ 68,6 bilhões em participações governamentais, conforme o gráfico a seguir. Esse valor é composto majoritariamente por royalties (R\$ 39,7 bilhões) e participação especial (R\$ 21,5 bilhões). Também houve pagamento pela retenção ou ocupação de área (R\$ 0,2 bilhão) e bônus de assinatura (R\$ 7,1 bilhão).

EVOLUÇÃO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS (DADOS EM R\$ BILHÕES)



Apoio financeiro recebido do governo

Para fomentar nossas atividades que contribuem para o desenvolvimento do país, utilizamos benefícios fiscais, principalmente no âmbito federal, destacados na Tabela a seguir. Alguns benefícios têm prazo determinado e condições específicas estabelecidas pela legislação, como o REPETRO-SPED. O não cumprimento dessas condições pode gerar exigência dos tributos com os acréscimos legais.

Em 2025, utilizamos cerca de R\$ 8,9 bilhões em incentivos fiscais federais, resultantes da redução dos tributos conforme legislação específica.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS FISCAIS UTILIZADOS PARA PETROBRAS

Incentivos governamentais (Subsídios)	
Repetro-Sped	O Repetro-Sped, instituído pela lei nº 13.586/2017 e regulamentado pelo decreto nº 9.128/2017 e pela Instrução Normativa (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.781/2017, consiste em um regime tributário e aduaneiro especial que prevê tratamento diferenciado, possibilitando a suspensão total do pagamento dos tributos federais e a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) de forma que a carga tributária seja equivalente a 3%, para os bens destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, a partir de 01/01/2018. Este novo regime, além de manter a possibilidade de aplicação de admissão temporária para utilização econômica para determinados bens, permite a importação de bens para permanência definitiva.
Importação do gás natural da Bolívia	Operação com isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
SUDAM e SUDENE	Incentivos destinados a promover o desenvolvimento das áreas do norte e do nordeste do país, que são previamente analisados pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Nordeste (SUDENE). Os benefícios em utilização são a redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e o reinvestimento de 30% do IRPJ devido.
Inovação tecnológica	Benefícios vinculados a investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). O principal benefício em utilização é a dedução adicional das despesas com PD&I a, no mínimo, 60%, na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	O programa reduz o IRPJ devido, mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre as despesas com alimentação, desde que respeitado o limite de 4% do imposto devido.
Incentivo à cultura (Lei Rouanet, arts. 18 e 26)	Reduz o IRPJ devido, conforme o valor despendido nos projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, na forma de doações e patrocínio, desde que respeitado o limite de 4% do imposto devido.
Prorrogação da licença maternidade e paternidade	Reduz do IRPJ devido o total da remuneração integral da empregada e do empregado pago nos dias de prorrogação de sua licença-maternidade e de sua licença-paternidade.
REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	Tem como objetivo a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura pela suspensão da incidência das contribuições para PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) sobre as receitas decorrentes das aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, materiais de construção, prestação de serviços e locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao seu ativo imobilizado.
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Benefícios fiscais utilizados na Zona Franca de Manaus (ZFM): (i) crédito presumido de ICMS nas operações que se destinem à comercialização e industrialização na ZFM; (ii) isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para mercadoria de procedência nacional ingressada na ZFM e demais áreas da Amazônia Ocidental; e (iii) alíquota zero para PIS e COFINS na comercialização, industrialização e uso e consumo nas operações internas na Zona Franca de Manaus.
Reintegra – Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras	Tem por objetivo devolver, parcial ou integralmente, o resíduo tributário remanescente de PIS e COFINS de 0,1% sobre as exportações de produtos específicos determinados no decreto 8.414/2015.

Gestão tributária e conformidade com a legislação

Nossa política tributária tem como princípio fundamental assegurar que a gestão dos tributos e participações governamentais esteja em conformidade com a legislação vigente no Brasil e nos países onde atuamos. Agimos com ética, integridade, transparência, eficiência e responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

Cumprimos as normas tributárias com base na interpretação técnica das leis, alinhadas ao propósito do negócio e à gestão de riscos tributários. Seguimos as diretrizes de nossa política tributária e temos o compromisso de não manter participações societárias em jurisdições de tributação favorecida, conforme definido pela legislação brasileira. Também aplicamos as regras de Preço de Transferência previstas no Brasil e nos demais países para todas as transações com partes relacionadas ou não, quando exigido por lei.

Nossa única participação em jurisdição favorecida é a Braspetro Oil Services Company – Brasoil, nas Ilhas Cayman, atualmente sem atividade operacional e financeira, em processo de encerramento, aprovado pelo Conselho de Administração em 21/12/2022.

Sendo um dos maiores contribuintes do Brasil, enfrentamos a complexidade do sistema tributário nacional. Para operar de forma eficiente, temos processos e controles internos robustos, apoiados por tecnologia de ponta decorrente da nossa transformação digital e por uma equipe técnica capacitada para lidar com a constante atualização legislativa.

Mantemos um bom relacionamento com órgãos governamentais e demais públicos de interesse, sempre com ética e a transparência. Assumimos posições tributárias sustentáveis, baseadas em análises técnicas e melhores práticas de mercado.

Fomos escolhidos como representantes do setor de óleo e gás no programa de conformidade cooperativa fiscal, “Confia”, da Receita Federal. O programa busca aprimorar a relação entre Fisco e contribuinte, oferecendo maior segurança jurídica e reduzindo litígios.

Somos certificados no programa Operador Econômico Autorizado pela Receita Federal e recebemos diversas premiações por transparência e qualidade técnica das demonstrações financeiras. Nossa representatividade na arrecadação nos expõe a fiscalização constante em todos os níveis de governo, auditorias especializadas para grandes contribuintes.

No relacionamento externo, buscamos cooperação com autoridades fiscais, pautado no respeito, transparência e confiança. Seguimos diretrizes do nosso Guia de Conduta Ética, incluindo:

- > Utilização dos meios formais e documentados para manifestação junto ao poder público;
- > Mecanismos que garantam rastreabilidade das interações;
- > Presença mínima de dois empregados em reuniões com agentes públicos e representantes dos nossos públicos de interesse, dentro e fora das nossas instalações;
- > Preservação do sigilo das informações, com divulgação conforme legislação e normas internas.

Atuamos em segmentos complexos que envolvem exploração, produção, importação, refino e comercialização de produtos em todo país, apurando tributos próprios e de terceiros. Gerenciamos riscos tributários com deliberações alinhadas ao nível hierárquico, garantindo conformidade e reduzindo exposição da companhia. Monitoramos detalhadamente nosso contencioso tributário, buscando interpretações legais adequadas por meio de disputas judiciais quando necessário.

Utilizamos indicadores de produtividade e de qualidade (KPIs) para medir e melhorar continuamente a função tributária.

As informações sobre nossa política e estratégia tributária, bem como sobre o contencioso tributário, estão disponíveis em nosso Relatório Fiscal, publicado trimestralmente; no Form 20-F apresentado à Securities and Exchange Commission (SEC); no Formulário de Referência, encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e nas notas explicativas nº 17 e nº 18 das demonstrações financeiras.

Emitimos relatórios como Declarações País-a-País (Country-by-Country Report), Mandatory Disclosure Rules (DAC 6), Master File e Local Files, que esclarecem nossas políticas sobre imposto de renda. Essas ações atendem às diretrizes do Projeto BEPS (Based Erosion Profit Shifting) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente às ações 12 e 13, que promovem maior transparência fiscal e evitam a não tributação de operações comerciais ou financeiras.

Tributos no exterior

Divulgamos os resultados e tributos pagos por jurisdição, referentes às nossas participações societárias no exterior, conforme a tabela a seguir.

TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

Países	Diretos USD	Indiretos + Retidos USD	Recuperados USD	Total USD
 Argentina	3.912.001,00	1.803.074,82	-	5.715.075,82
 Bolívia	2.106.892,26	827.413,58	-	2.934.305,85
 China	1.305.965,90	79.818,95	-	1.385.784,85
 Singapura	23.299.034,33	12.945.219,75	-	36.244.254,08
 Colômbia	2.293.765,49	85.138.505,44	19.315.535,74	68.116.735,19
 Espanha	209.821,68	4.092,72	-	213.914,40
 Estados Unidos	67.844.876,00	1.759.354,00	347.450,00	69.256.780,00
 Holanda	268.456.308,62	304.391,27	4.068.886,85	264.691.813,04
 Uruguai	37.828,46	46.306,37	-	84.134,83
TOTAL	369.466.493,74	102.910.010,07	23.731.872,58	448.644.631,23



Informações sobre os tributos pagos no exterior podem ser consultadas no nosso [Relatório Fiscal](#)

Cadeia de fornecedores

Nossos negócios geram emprego e renda não apenas de forma direta, mas também por meio do impacto indireto na cadeia produtiva. A compra de bens e serviços gera renda para fornecedores, que por sua vez contratam insumos, fornecedores e mão de obra, promovendo um efeito multiplicador na economia.

Em 2025, o perfil de contratação de bens e serviços apresentou maior diversificação entre atividades de exploração, desenvolvimento e infraestrutura submarina. As principais categorias contratadas foram:

- > **Controladora:** sondas; afretamento de embarcações especiais e de apoio; plataformas de produção; operações submarinas; umbilicais e dutos submarinos; serviços profissionais, consultoria, auditoria e apoio administrativo; manutenção e reparação; perfuração e completação; tubos e conexões; engenharia, aquisição e construção (EPC); geociências; tecnologia da informação e comunicação (TIC); e afretamento aéreo operacional.
- > **Transpetro:** afretamento e aquisição de embarcações; serviços de apoio operacional; manutenção da infraestrutura; logística; inspeção; docagem; transporte; e vigilância patrimonial.
- > **Petrobras Biocombustível:** No setor de biodiesel atua com fabricantes e comerciantes nacionais e internacionais, de óleos vegetais (soja, algodão, palma, milho, óleos e gorduras residuais), gorduras animais (bovinos, suínos, peixes e aves), além de metanol e metilato de sódio, insumos principais para a produção de biodiesel. Para manter o Selo Biocombustível Social (SBS) nas usinas, a subsidiária formaliza compromissos com cooperativas de produtores familiares para fornecimento de matérias-primas e assistência técnica. No setor de enxofre, tem como

principal fornecedor as nossas refinarias. Adicionalmente, a Petrobras Biocombustíveis desenvolve um programa de inserção socioeconômica de cooperativas de catadores de recicláveis na cadeia produtiva do biodiesel. Em 2025 adquirimos 42 toneladas de óleo de cozinha usado de cooperativas de Montes Claros (MG) e da região metropolitana de Salvador (BA).

> **Araucária Nitrogenados S.A:** partes e sobressalentes para manutenção de equipamentos; gás natural; energia elétrica; vapor industrial e água industrial; válvulas; tubos; equipamentos elétricos e de instrumentação; produtos químicos; serviços de manutenção industrial; serviços de conservação predial; serviços de apoio técnico e administrativo.

Nossa cadeia de suprimentos é complexa, com milhares de fornecedores e necessidade permanente de materiais para diversas operações. Temos o desafio de evitar desabastecimento de materiais nas unidades e controlar estoques excessivos, buscando eficiência e sustentabilidade.

Desde 2019, possuímos a certificação Enterprise Certification for Sustainability Standards, concedida pela Association for Supply Chain Management (ASCM). Essa certificação reconhece práticas sustentáveis e gestão eficiente na cadeia de suprimentos, com foco na integração de processos responsáveis.

Alinhados a esses princípios, investimos continuamente no desenvolvimento de soluções para sincronizar nossa cadeia de materiais de manutenção, reparo e operação (MRO). Essas iniciativas são aplicadas em todas as áreas dos negócios da companhia – Exploração e Produção, Refino, Unidades de Processamento de Gás Natural e Usinas Termoelétricas – com o objetivo de garantir níveis adequados de serviço, reduzir impacto financeiro, e diminuir emissões de CO₂, promovendo um modelo de negócios mais sustentável e eficiente.

Os investimentos previstos no Plano de Negócios 2026-2030, de US\$ 109 bilhões, têm capacidade para sustentar cerca de 311 mil empregos diretos e indiretos por ano.



Informações sobre a gestão dos nossos fornecedores podem ser consultadas no nosso [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para compensação de multas de Conteúdo Local

Celebramos TAC com a ANP para a compensação de multas por descumprimento da cláusula de conteúdo local relacionadas a 23 concessões nas quais possuímos 100% de participação, situadas nas Bacias de Barreirinhas, Campos, Espírito Santo, Parecis, Potiguar, Recôncavo, Santos, Sergipe-Alagoas e Solimões; e 23 concessões nas quais atuamos em parceria com outros concessionários, situadas nas Bacias de Almada, Campos, Espírito Santo, Mucuri, Parnaíba, Pelotas, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Santos e Sergipe.

Os TAC foram estabelecidos de acordo com a resolução ANP nº 848/2021 e preveem a conversão de multas de conteúdo local destas concessões em novos compromissos de investimentos em Exploração e Produção (E&P) no Brasil.

Tais compromissos se concentram na aquisição de bens e serviços para as atividades de descomissionamento terrestre e marítimo na etapa de desenvolvimento da produção em áreas da Rodada Zero, que não possuem obrigações de conteúdo local nos contratos de E&P.

Nos termos desses acordos, comprometemo-nos em investir R\$1,98 bilhão em conteúdo local até 31/12/2028, o que viabilizou a redução do passivo de multas no montante de R\$1,20 bilhão nas demonstrações financeiras. Especificamente no ano de 2025, celebramos TAC para investir R\$ 35,33 milhões em conteúdo local, o que reduziu o passivo de multas no montante de R\$16,87 milhões nas demonstrações financeiras em 2025.

Além de gerar valor para a companhia, a conversão de multas em novos compromissos de conteúdo local expande nossa contribuição para a economia brasileira. As aquisições feitas no país garantem demanda para a cadeia de suprimentos direta e para os fornecedores indiretos, gerando empregos e tributos no país.

Programas de fomento à cadeia de fornecedores

Para fortalecer a cadeia de fornecedores e aprimorar o desempenho dos contratos, oferecemos dois programas para a indústria de óleo e gás: Progredir e Mais Valor.

Desde 2020, alguns segmentos passaram a receber pagamentos de contratos em até 90 dias. Desde 2024, retomamos e padronizamos o prazo para 30 dias para todas as novas contratações. Essa mudança impactou positivamente todos os novos contratos, incluindo os relacionados à operação e manutenção das unidades industriais (onshore e offshore) e atividades administrativas.

PROGRAMAS DE FOMENTO

Programa Progredir



Lançado em 2012, com o objetivo de viabilizar a oferta de crédito em volume e condições competitivas para nossa cadeia de fornecedores, o programa possui regras de relacionamento entre os ofertantes e tomadores de crédito que minimizam riscos. Através de uma plataforma digital, os fornecedores que celebram contratos com a Petrobras podem se financiar através das instituições financeiras participantes.



Esse programa teve uma reformulação no final de 2020 e, deste então, já foram firmados R\$ 37,2 bilhões em financiamentos até dezembro de 2025. Somente no ano de 2025 foram R\$ 12,8 bilhões, valor 6% superior ao ano anterior.



O Progredir conta hoje com aproximadamente 146 instituições financeiras, possibilitando aos nossos fornecedores um meio eficiente de acessarem recursos de forma mais competitiva e cumprindo um importante papel no apoio ao crescimento da indústria de óleo e gás no país. Até dezembro de 2025, o programa já possuía 2.512 fornecedores cadastrados.

Programa Mais Valor



Lançado em 2020, de forma complementar às ações de fomento à cadeia de fornecedores, o Programa Mais Valor, possibilita aos fornecedores efetuarem a antecipação de faturas com a Petrobras. As empresas cadastradas verificam as notas de bens entregues e serviços prestados e têm a opção de antecipar o seu recebimento utilizando uma plataforma digital. O Mais Valor é uma importante iniciativa da companhia que permite aos fornecedores nacionais o acesso a capital de giro com custo mais baixo e de forma mais eficiente.



O programa Mais Valor completou cinco anos com R\$ 35,9 bilhões em crédito concedido aos nossos fornecedores e cerca de 282 mil faturas antecipadas. Somente no ano de 2025, foram aproximadamente R\$ 6,3 bilhões em operações.



No Mais Valor, existe atualmente cerca de 49 instituições financeiras cadastradas. Diariamente ocorre um leilão reverso de taxas na plataforma e a menor taxa oferecida é considerada para as operações. O fornecedor que opta por receber antecipado tem o valor recebido no mesmo dia em sua conta corrente. Essa solução ampliou o acesso das empresas a recursos com taxas mais competitivas junto às instituições financeiras, utilizando o risco de pagamento da Petrobras (risco sacado). Até dezembro de 2025, o programa já possuía 3.701 fornecedores cadastrados.

Investimentos em infraestrutura e serviços

Além dos impactos diretos e indiretos na geração de emprego e renda, realizamos investimentos em infraestrutura e serviços que beneficiam comunidades próximas às nossas operações.

Desenvolvemos diversos projetos socioambientais e patrocínios para responder às demandas locais e promover transformações positivas. Em 2025, o Sistema Petrobras investiu R\$ 480 milhões em projetos socioambientais por meio de diferentes iniciativas, como o Programa Petrobras Socioambiental e parcerias de matchfunding com outras empresas. Desse total, destacamos o investimento de R\$ 94 milhões no Programa Autonomia e Renda, iniciativa social voltada à geração de trabalho e renda em comunidades em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações de capacitação profissional, incentivo ao empreendedorismo e promoção da inclusão produtiva.

Na Petrobras controladora, foram investidos R\$ 457 milhões em projetos socioambientais pelo Programa Petrobras Socioambiental, nas linhas de educação, desenvolvimento econômico sustentável, florestas, oceano e na iniciativa Floresta Viva.



Informações sobre programas e projetos socioambientais e patrocínios podem ser consultadas no capítulo de Comunidades locais e tradicionais

Realizamos ainda investimentos em infraestrutura relacionados a projetos de compensação ambiental, acordados nos processos de licenciamento, para beneficiar diretamente as comunidades impactadas.

Em 2025, investimos na Petrobras Controladora R\$ 912 milhões em programas e projetos compulsórios decorrentes de

condicionantes ambientais, sendo R\$ 695 milhões em programas e projetos ambientais compulsórios de monitoramento ambiental nos processos de licenciamento e R\$ 217 milhões em programas e projetos socioambientais compulsórios de mitigação e compensação de impactos socioeconômicos.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Estações de monitoramento de qualidade do ar



Manutenção de diversas estações em comunidades nas áreas de influência de nossos ativos. Os dados das estações são encaminhados aos órgãos ambientais que, por sua vez, disponibilizam essas informações para a sociedade.



Ao final de 2025, os seguintes ativos mantinham e operavam estações de qualidade do ar: Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Baía de Guanabara (GNL-TRBGUA), a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), as Usinas Termelétricas Barbosa Lima Sobrinho (UTE-BF), Sergipe (UTE-SRP), Três Lagoas (UTE-TRI), Termomacaé (UTE-TMA) e Termoceará; o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes); as áreas operacionais de produção de Cabo (APCAB) e de Itaboraí (APITB), Refinaria Gabriel Passos (Regap); a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA); a Refinaria de Paulínia (Replan); a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap); a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar); a Refinaria Abreu e Lima (Rnest); e a Usina Termelétrica Termelétrica de Três Lagoas – Gás (UTE-TLG).

Comunidades pesqueiras



Apoio às comunidades por meio do atendimento de condicionantes do licenciamento ambiental federal conduzido pelo Ibama no âmbito do Plano de Compensação de Atividade Pesqueira – PCAP, voltado para atender as demandas das comunidades pesqueiras afetadas diretamente pelos nossos empreendimentos que causam impactos temporários e pontuais nas atividades pesqueiras artesanais.



As ações do PCAP passam por algumas etapas até a efetiva compensação e, no ano de 2025 avançaram em diversas fases de execução, com parte das entregas prevista em 2026.



Informações sobre nossos projetos socioambientais podem ser consultadas no capítulo Comunidades locais e tradicionais e no nosso Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025

Em 2025, a Transpetro consolidou sua atuação socialmente responsável de forma ainda mais robusta, marcada pela ampliação territorial e pela entrega de resultados concretos para as comunidades onde está presente. Ao longo do ano, foram investidos R\$ 7,4 milhões em projetos comunitários e espaços culturais, além de R\$ 7,8 milhões em convênios e R\$ 1,3 milhões em patrocínio. Nossas ações alcançaram 227.978 pessoas diretamente e 456.589 pessoas indiretamente, reforçando um avanço consistente na descentralização dos projetos para além do eixo Rio–São Paulo, levando iniciativas estruturantes a diferentes regiões do país e fortalecendo vínculos com realidades sociais diversas. O programa Faixa em Movimento foi o principal impulsionador da atuação comunitária da Transpetro em 2025, alcançando seu maior volume de entregas desde a criação.

Entre as realizações do ano, destaca-se a revitalização e ampliação da horta comunitária do bairro Eucaliptos, em Fazenda Rio Grande (PR), com impacto em 152 pessoas, reforçando práticas sustentáveis, segurança alimentar e o uso comunitário da área. No mesmo bairro, foi inaugurada

uma nova área de socialização, beneficiando 4.072 moradores com um espaço revitalizado de convivência, lazer e integração social.

Em Campinas (SP), na comunidade Jardim Novo Campos Elíseos, o programa entregou um jardim de chuva, biovaleta, paisagismo e nova área de lazer com impacto direto em 3.704 pessoas, resultando em uma solução de drenagem sustentável integrada ao uso comunitário do espaço. Na região Sudeste, em Paracambi (RJ), foi inaugurada a área de socialização de Bom Jardim, beneficiando 912 pessoas com um espaço multifuncional que reúne lazer, convivência e atividades físicas.

No quilombo do Feital, em Magé (RJ), o programa entregou a horta comunitária quilombola, ampliando a soberania alimentar, o protagonismo comunitário e o vínculo com práticas agroecológicas, beneficiando 152 pessoas. Já no município de São Francisco do Conde (BA), o Faixa em Movimento implantou a área de socialização Colmonte, com impacto direto em 2.320 beneficiários, reforçando nossa presença no Nordeste e ampliando a descentralização territorial do programa.

Essas entregas ilustram a diversidade e a amplitude das iniciativas concluídas em 2025, consolidando o Faixa em Movimento como um programa estruturante que qualifica os espaços comunitários, reduz riscos operacionais, fortalece vínculos territoriais e promove convivência segura e integrada nas áreas próximas às faixas de dutos.

ESTRATÉGIA EM SUSTENTABILIDADE

GRI 2-24

No Plano de Negócios 2026-2030 (PN 2026-30), mantemos as estratégias definidas no Plano Estratégico 2050 (PE 2050) e reafirmamos nossa visão de ser a melhor empresa diversificada e integrada de energia na geração de valor, construindo um mundo mais sustentável, conciliando o foco em óleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono (inclusive produtos petroquímicos, fertilizantes e biocombustíveis), sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

É plenamente possível conciliar a liderança na transição energética justa com a exploração responsável de óleo e gás no país. Nosso petróleo tem uma das menores intensidades de carbono do mundo.

Nossa atuação, tanto no pré-sal quanto em novas fronteiras, é fundamental para garantir a segurança energética nacional e gerar os recursos necessários para financiar a transição energética justa.

Nossas principais escolhas para a Petrobras do futuro são:



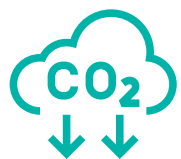
Foco em óleo e gás, com resiliência econômica e ambiental, e **reposição de reservas** que **gerem valor** para a sociedade e acionistas



Ampliação do parque industrial, promovendo a monetização do petróleo nacional e a **oferta crescente de produtos de baixo carbono**



Ambição de **neutralizar as emissões** operacionais



Liderança na **transição energética justa**

No PN 2026-30, também mantemos o propósito e os valores definidos no PE 2050.

VISÃO



Ser a melhor empresa diversificada e integrada de energia na **geração de valor**, construindo um mundo mais sustentável, conciliando o **foco em óleo** e gás com a diversificação em **negócios de baixo carbono** (inclusive produtos petroquímicos, fertilizantes e biocombustíveis), **sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente** e atenção total às **pessoas**.

PROPÓSITO



Prover energia que assegure **prosperidade de forma ética, justa, segura e competitiva**.

VALORES



CUIDADO COM AS PESSOAS



INTEGRIDADE



SUSTENTABILIDADE



INOVAÇÃO



COMPROMETIMENTO COM A PETROBRAS E COM O PAÍS

Nossas estratégias visam promover uma contribuição significativa para um futuro próspero e sustentável.



EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO



REFINO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO



GÁS E ENERGIAS DE BAIXO CARBONO



SUSTENTABILIDADE

Maximizar o valor do portfólio com foco em ativos rentáveis, repor as reservas de petróleo e gás, inclusive com a exploração de novas fronteiras, aumentar a oferta de gás natural e promover a descarbonização das operações.

Atuar de forma competitiva e segura, maximizar a captura de valor pela adequação e aprimoramento do nosso parque industrial e da logística, buscar a autossuficiência em derivados, com integração vertical, processos mais eficientes, aprimoramento de produtos existentes e desenvolvimento de novos produtos em direção a um mercado de baixo carbono.

Atuar de forma competitiva e integrada na operação e comercialização de gás e energia, otimizando o portfólio e atuando na inserção de fontes renováveis.

Atuar em negócios de baixo carbono, diversificando o portfólio de forma rentável e promovendo a perenização da Petrobras.

Atuar nos nossos negócios de forma íntegra e sustentável, com segurança, buscando emissões decrescentes, promovendo a diversidade e o desenvolvimento social, contribuindo para uma transição energética justa.

Inovar para gerar valor para o negócio, suportando a excelência operacional e viabilizando soluções em novas energias e descarbonização.

Para garantir a execução da estratégia e alinhar incentivos ao atingimento das metas, o PN 2026-30 define métricas de topo que refletem nosso compromisso com a sustentabilidade, a segurança e a geração de valor, como mostrado a seguir:

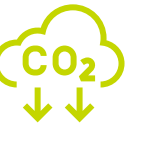
- > Índice de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE), que monitora o desempenho na redução de emissões;
- > Indicador de Compromisso com o Meio Ambiente (ICMA), representado pelo Volume Vazado de Óleo e Derivados (VAZO);
- > Indicador de Compromisso com a Segurança das Pessoas (ICSP), composto pela Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) e Taxa de Acidentados Graves (TAG);
- > Indicador Fluxo de Caixa Livre (FCL);
- > Indicador Valor Presente Líquido (VPL).

Na figura a seguir, ilustramos as métricas relacionadas às temáticas Ambiental, Social e Governança (ASG) e de compromisso com as pessoas.

MÉTRICAS DE TOPO ASG E COMPROMISSO COM AS PESSOAS

 IAGEE	 ICMA	 ICSP
E&P	VAZO m³	TAR
REFINO		TAG
PGN		
LOG		
LOEP		
AMBIÇÃO: ZERO FATALIDADES E ZERO VAZAMENTO		

O PE 2050 reafirma nossa estratégia relacionada às temáticas ASG integrando seus elementos em uma única visão, com destaque para quatro posicionamentos:



REDUZIR A PEGADA DE CARBONO



PROTEGER O MEIO AMBIENTE



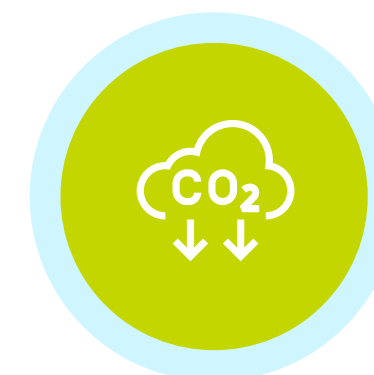
CUIDAR DAS PESSOAS



ATUAR COM INTEGRIDADE

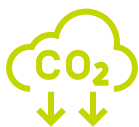
Nosso compromisso com a vida é inegociável. Fortalecemos diariamente nossa cultura de segurança para proteger pessoas e operações, mantendo a ambição de zero fatalidade e zero vazamento.

MANDALA ASG PN 2026-30

**REDUZIR A PEGADA DE CARBONO***Ambição Net Zero até 2050¹**Ambição de manter as emissões anuais abaixo de 55 MM tCO₂e até 2030 ^{1,2}**Ambição Near Zero Methane 2030***PROTEGER O MEIO AMBIENTE***Ambição Zero Vazamento***CUIDAR DAS PESSOAS***Ambição Zero Fatalidade***ATUAR COM INTEGRIDADE***Ambição de ser referência em ética, integridade e transparência*¹ Ambições consideram disposição da companhia no uso de créditos de carbono.² Ambição atualizada em relação ao PN 2025-29. Considera apenas os segmentos de negócio em que já estamos inseridos. Ano base 2022.

Para cada posicionamento, mantemos um conjunto de direcionadores que suportam e orientam nossas ações, projetos, programas e compromissos relacionados.

DIRECIONADORES ASG – PE 2050 E PN 2026-30



REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

Promover a **descarbonização intrínseca**, buscando a **neutralidade de emissões** operacionais **até 2050**, considerando a originação e a aquisição de **créditos de carbono** competitivos e de alta qualidade como **estratégia complementar**.

Ampliar a oferta e o acesso à **energia e produtos de baixo carbono** em uma **transição custo-efetiva**, contribuindo para a redução da pobreza energética e para a redução da exposição do portfólio a emissões de GEE.

Alavancar **ecossistemas de conhecimento** e inovação em soluções de baixo carbono.

Colaborar com partes interessadas para acelerar oportunidades que ampliem a **inclusão e o desenvolvimento sustentável**.



CUIDAR DAS PESSOAS

Ser vetor de **desenvolvimento socioambiental**.

Ser referência em **direitos humanos** e na promoção da **diversidade, equidade e inclusão**.

Promover o **bem-estar** e o cuidado integral com a **saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras**.

Promover a **segurança das pessoas** através de práticas que incorporam os **fatores humanos**, com foco no aprendizado organizacional.



PROTEGER O MEIO AMBIENTE

Ser **“Positiva em Água”** nas áreas de criticidade hídrica onde atuamos, através da redução da captação de água doce e da melhoria da disponibilidade hídrica local, contribuindo para a **segurança hídrica**.

Minimizar a geração e maximizar o reuso, reciclagem e recuperação de resíduos, promovendo práticas de **economia circular** e buscando a **destinação zero para aterros**.

Promover ações de conservação, restauração e **ganhos em Biodiversidade** buscando **impacto líquido positivo** nas regiões em que atuamos.

Aprimorar a **segurança de processo, a prontidão e a resposta às contingências** prevenindo e mitigando acidentes, vazamentos e impactos ambientais.



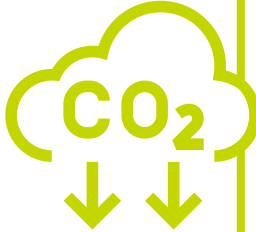
ATUAR COM INTEGRIDADE

Fortalecer nosso modelo de governança, por meio da **promoção da diversidade, equidade e inclusão**.

Atuar com excelência em **ética, integridade e transparência**.

Fomentar a adoção de **práticas ASG** junto aos nossos **públicos de interesse**.

Os compromissos relacionados aos quatro posicionamentos da mandala ASG estão consolidados em uma lista única, alinhada ao conceito integrado de ASG:



REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

Cumprimento do compromisso de reinjeção acumulada de CO₂ até 2025 e manutenção dos compromissos remanescentes

- > Redução das emissões absolutas operacionais totais em 30% até 2030*
- > Zero queima de gás de rotina e flare até 2030
- > Intensidade de GEE:
 - > E&P: atingir intensidade de portfólio de 15 kgCO₂e/boe até 2030
 - > Refino: atingir intensidade de 30 kgCO₂e/CWT até 2030
- > Redução da intensidade de emissões de metano no upstream alcançando 0,20tCH₄/mil tHC até 2030

* Ano de referência 2015; Este compromisso considera apenas os segmentos de negócio em que já estamos inseridos e a disposição da Companhia no uso de créditos de carbono.



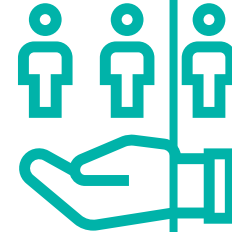
PROTEGER O MEIO AMBIENTE

- > 100% das unidades da Petrobras com planos de ação de biodiversidade até 2025 ✓

Manutenção dos compromissos remanescentes:

- > Redução de 40%* da nossa captação de água doce até 2030 (91 MM m³/ano)
- > Redução de 30%* na geração de resíduos sólidos de processo até 2030 (195 mil toneladas/ano)
- > Destinação de 80% dos resíduos sólidos de processos para rotas de RRR** até 2030
- > Alcançar ganhos de biodiversidade até 2030, com foco em florestas e oceanos:
 - > Impacto líquido positivo em áreas vegetadas até 2030
 - > Aumento de 30% na conservação da biodiversidade até 2030

* Ano-base: 2021. Segmentos de negócio que não compunham o portfólio da companhia em 2021 (Fertilizantes e BioQAv) não constam do escopo do compromisso.
** Reúso, reciclagem e recuperação.



CUIDAR DAS PESSOAS

- > Proporcionar retorno à sociedade de no mínimo 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários* até 2030
- > Estar entre as três empresas de O&G mais bem colocadas no ranking de direitos humanos até 2030**
- Promover a Diversidade, a Equidade e a Inclusão:
 - > Mulheres na liderança: 26% até 2030
 - > Pessoas negras na liderança: 26% até 2030
- > Implementar 100% dos compromissos do Movimento Mente em Foco (Pacto Global da ONU) até 2030
- > Implementar 100% dos objetivos estratégicos do Plano de Ação Global para Atividade Física da OMS no contexto empresarial até 2030

* Por projeto, mensurável (3 anos).
** No Corporate Human Rights Benchmark (CHRB).



ATUAR COM INTEGRIDADE

- > Promover a diversidade nas indicações da Petrobras para suas participações:
 - > Atingir, até 2026, o mínimo de 30% de mulheres em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias.
 - > NOVO: Atingir, até 2028, o mínimo de 20% de pessoas autodeclaradas negras em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras nas suas participações societárias.
- > Assegurar, até 2030, o encerramento das apurações de violência sexual com prazo médio de 60 dias
- > 100% dos fornecedores relevantes treinados em integridade e/ou privacidade até 2030
- > Implementar due diligence de direitos humanos em 100% dos nossos fornecedores relevantes até 2030
- > Avaliar, em 100% das contratações nas categorias estratégicas, a ampliação de requisitos ASG, até 2028
- > Estabelecer que 70% dos fornecedores relevantes tenham seu inventário de emissões (GEE) publicado, até 2028

Transição energética

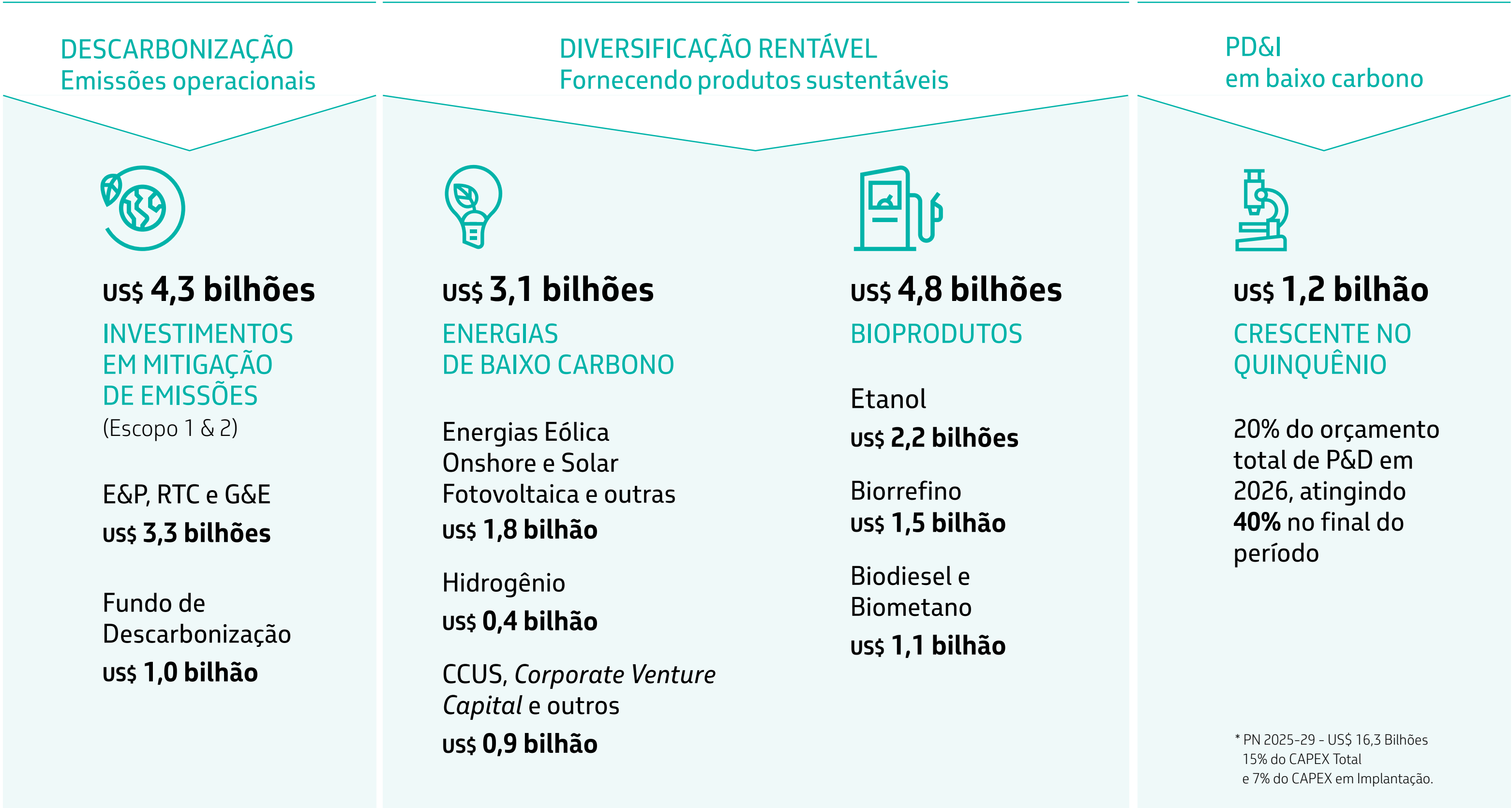
Considerando todas as iniciativas de baixo carbono (escopos 1, 2 e 3), o investimento em transição energética alcança US\$ 13 bilhões, englobando projetos em energias de baixo carbono, bioprodutos, ações para

descarbonização das operações e pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) presentes em todos os segmentos. Esse montante representa 12% do investimento total e 8% do investimento em implantação.

Em 2025, comprovamos o cumprimento das metas de sustentabilidade estabelecidas para o exercício anterior no âmbito da linha de crédito Sustainability-Linked Loan (SLL). Essa linha, contratada em 2022 no valor de US\$ 1,25 bilhão, tem vencimento em julho de 2027. O certificado de cumprimento das metas foi validado pela BSI Brasil Sistemas de Gestão Ltda, entidade certificadora independente.

O contrato foi celebrado com os bancos Bank of China, Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) e The Bank of Nova Scotia, apresentando custos competitivos em relação a referências de mercado e incorporando mecanismos de incentivos vinculados ao cumprimento dos compromissos de sustentabilidade. Esses compromissos são avaliados com base nos indicadores de intensidade de gases de efeito estufa (GEE) nas operações de Exploração e Produção (E&P) e Refino, além do indicador de intensidade de metano no segmento de upstream.

INVESTIMENTOS PARA PROJETOS DE BAIXO CARBONO



PRINCIPAIS MÉTRICAS DE SUSTENTABILIDADE¹ (CONSOLIDADO)

Indicador	Realização 2025	Compromisso ou Limite Máximo Admissível (LMA) para 2025	Desempenho 2025	Compromisso, Meta ou LMA para 2026
Fatalidades	3	LMA: Zero	Realização acima da ambição de zero fatalidades	Ambição: Zero
TAR	0,71	LMA <0,7	Realização 1,4% acima do Limite de Alerta projetado para o ano	< 0,7
VAZO ²	3,0 m ³	Ambição: Zero LMA: 108 m ³	Realização inferior ao volume vazado em 2024 (17,1 m ³) ³ e 97% inferior ao limite de alerta estipulado para 2025	Ambição: Zero LMA: 98 m ³
IGEE- E&P ⁴	14,7 kgCO ₂ e/boe	15 kgCO ₂ e/boe	Realização 2% inferior à meta de intensidade de emissões estipulada para 2025	Não aplicável ⁵
IGEE Refino ⁴	36,7 kgCO ₂ e/CWT	36 kgCO ₂ e/CWT	Realização 1,9% acima da meta de intensidade de emissões estipulada para 2025	Não aplicável ⁵

1 Dados de fatalidades e TAR (Taxa de Acidentados por milhão de homens-hora) incluem a Petrobras controladora, Petrobras Bolívia S.A. (PEB), Petrobras International Braspetro B.V. – Sucursal Colombia (PIB-COL), Transpetro, Petrobras Colombia Combustibles (PECOCO), Termomacaé, Termobahia, Petrobras Operaciones S.A. (POSA) e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG). Dados de VAZO incluem a Petrobras controladora, Libra, PEB, PIB-COL, PB-LOG e Transpetro. Dados de emissões consideram todas as empresas que detemos controle operacional.

2 Volume vazado de óleo e derivados. São computados os volumes de óleo e derivados vazados relacionados à nossa operação (não inclui derivações clandestinas) de todas as ocorrências com volume vazado acima de um barril (0,159 m³) e que tenham atingido corpos hídricos ou solo não impermeabilizado.

3 O volume vazado em 2024 foi revisado de 14,4 m³ para 17,1 m³ devido à atualização da estimativa de volume vazado em evento associado com incidente na Bacia de Santos, baseado nas conclusões da investigação do acidente. Não foram identificados impactos ambientais significativos em áreas sensíveis.

4 Intensidade de emissões de Gases de Efeito Estufa.

5 Compromisso com meta apenas para 2030.

Destaques e premiações



Recebemos, pelo oitavo ano consecutivo, o **Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol**, para o nosso inventário de emissões de 2024.



Recebemos, pelo terceiro ano consecutivo, o selo **Gold Standard Pathway da Oil and Gas Methane Partnership (OGMP)** como reconhecimento ao nosso plano de implementação da gestão de emissões de metano no upstream, midstream e downstream.



Prêmios **Gestor de Frota do Ano 2025 e Gestão Eficiente de Frota Pública 2025** da AIAFA Brasil (Associação Internacional de Administradores de Frotas e de Mobilidade).



2º lugar na categoria **Gestor de Frotas do Brasil** e o **3º lugar** na categoria **Frota mais Segura do Brasil** PARAR Awards 2025, do Instituto PARAR, demonstrando nossa eficiência operacional, com redução da pegada de carbono e impactos ambientais associados ao uso da frota.



Reconhecimento como o **melhor Programa de Compliance na categoria Energia**, durante a segunda edição do **Leaders League Compliance Summit & Awards Brazil**.



Troféu Transparência 2025, concedido pela **Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac)** dedicado às organizações mais transparentes do Brasil, pela qualidade de suas demonstrações financeiras.



Prêmio Destaques ESG conferido às empresas de maior destaque na sustentabilidade corporativa pelo Anuário Integridade ESG, realizado pela Insight Comunicação.



Prêmio BandNews Marcas Mais Admiradas de 2025, que premiou 20 marcas em diversas categorias, consideradas referências em confiança e reputação no Brasil.



Prêmio RGB 2025, da Rede Governança Brasil, que destaca as melhores práticas e iniciativas de governança em órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, estatais e municípios.



Prêmio Nacional de Transparência Pública, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



No 7º ciclo de certificação do **Indicador de Governança IG-Sest**, promovido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MGI), fomos classificados no nível de excelência em todos os quesitos avaliados. A certificação contemplou as dimensões de Governança Corporativa, Políticas Públicas, Boas Práticas e Inovação, reconhecendo o nosso compromisso com os mais elevados padrões de gestão e transparência.



Reconhecimento pela **Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas** no âmbito do Movimento Transparência 100%, devido às boas práticas em integridade. O destaque do reconhecimento foi o nosso progresso na Meta 3, que trata do treinamento em integridade para 100% da cadeia de valor de alto risco até 2030.



Menção honrosa no Prêmio AEA ESG 2025, organizado pela Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) na categoria Social e Governança, pelos trabalhos do Programa Autonomia e Renda Petrobras e das Salas Transpetro de Amamentação; e na categoria Inovação Tecnológica e Ambiental, pelo trabalho Gêmeo Digital de Emissões Sonda de Perfuração – otimização de consumo de combustível e redução nas emissões. Esse último acontece em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e a empresa canadense Constellation.



Certificação do Parque Termelétrico da Petrobras na **ISO 55.001**, demonstrando o compromisso da organização com práticas sustentáveis de gestão.



Reconhecimento do **Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)** como uma das 20 empresas mais inovadoras do Brasil.



Prêmio Valor Inovação, promovido pelo Jornal Valor Econômico e Strategy&: 1º lugar na categoria Petróleo, Gás e Petroquímica e 6º lugar geral.



Prêmio ANP de Inovação Tecnológica:

Categoria I – Projetos na área de Exploração e Produção de Petróleo e Gás: Sistema Totalmente Elétrico de Completação Inteligente em Poço Aberto

Categoria II – Projetos na área de Transporte, Dutos, Refino e Abastecimento: Robô para inspeção de tubos de catalisador (CTAs) presentes nos fornos de reforma a vapor

Categoria V – Projetos na área de Indústria 4.0 / Transformação Digital / Inteligência Artificial: Ativo360 – Plataforma digital para gestão visual da integridade de ativos de produção

Categoria VI – Projetos na área de Adoção Tecnológica: Digital Twin de Dutos Flexíveis Submarinos.



Ranking 100 Open Startups:

1º lugar na categoria Óleo e Gás, sendo eleita campeã da década nessa categoria, e 9º lugar geral. O ranking é divulgado pela 100 Open Startups, plataforma internacional para geração de negócios ente grandes empresas e startups.



Prêmio OTC Brasil 2025 – OTC Distinguished Achievement Award – Projeto Búzios 7

O Projeto Búzios 7 foi reconhecido com o OTC Distinguished Achievement Award na OTC Brasil 2025, destacando-se por introduzir inovações tecnológicas que estabeleceram novos padrões para o setor. Importante destacar que o navio-plataforma Almirante Tamandaré de Búzios 7 alcançou em 2025 a maior vazão de produção por unidade da nossa história. Além da alta capacidade, o projeto tem foco em eficiência e tecnologias de descarbonização. O FPSO foi a primeira unidade do Brasil a receber a Sustainability-1 Notation da sociedade classificadora Bureau Veritas (BV).



A Fábrica de Carioca de Catalisadores S.A. (FCC S.A.) recebeu o prêmio no **Latin American Refining Technology Conference 2025 (LARTC)**, fruto do desenvolvimento do ReNewFCCTM. O produto é uma solução catalítica desenvolvida para o coprocessamento e processamento de matérias-primas renováveis.



A FCC S.A. foi premiada com o **Prêmio de Empresa Inovadora**, em evento organizado pela Consultoria Grownt.



Líder em sustentabilidade e relacionamento com investidores na América Latina pela **Extel Surveys**.



No ranking "Latin America Executive Team - Oil, Gas & Petrochemicals", conquistamos o primeiro lugar na categoria **Best ESG (Ambiental, Social e Governança)**, além de ser destaque em outras categorias como Melhor *Investor Day*, Melhor Profissional e Programa de Relações com Investidores, e Melhor Equipe de RI.



Em 2025 a **Petrobras Biocombustíveis** foi reconhecida pelo **Programa Na Mão Certa** em razão da atuação destacada no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo de 2025. O programa é uma iniciativa da **Childhood Brasil**, organização da sociedade civil.



Fomos classificados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como uma organização de **nível aprimorado em maturidade de Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** – o patamar mais alto avaliado pelo órgão.



Obtivemos a certificação nas normas internacionais **ISO/IEC 27001:2022** (Gestão de Segurança da Informação) e **ISO/IEC 27701:2019** (Gestão de Privacidade da Informação).



Vencemos a décima edição do **Corporate Venture in Brasil Awards**, na categoria Largest Fundraising Announcement, com a iniciativa do Fundo de Investimento em Participações nos setores de Transição Energética e Descarbonização (FIP Transição Energética). Com investimentos de R\$ 500 milhões, o fundo é uma parceria da companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).



Destaque do **Índice de Equidade Racial nas Empresas** (IERE) 2025, no ranking das organizações com melhor desempenho em equidade racial no ambiente corporativo, dentre empresas não privadas e no Pilar Publicidade e Engajamento.



Na 24ª edição da **Pesquisa Carreira dos Sonhos**, conquistamos o 5º lugar entre os jovens, subindo cinco posições no ranking, com destaque para o desenvolvimento contínuo, estabilidade, benefícios competitivos e cultura inclusiva.



Top 3 marca empregadora mais reconhecida pelos talentos em 2025 pelo **Randstad Award – Love Brands**.



LinkedIn Top Companies: Uma das 25 melhores empresas para quem quer crescer no país.



Empresa brasileira mais bem classificada no ranking **Forbes World's Best Employers**.



2º lugar no Circuito Employer Branding 2025 apresentando o case "Estratégia de Employer Branding aliada à inclusão e diversidade."



Reconhecimento **Empregabilidade Jovem Brasil** pelo CIEE.



1º lugar na categoria Indústria e Manufatura, 3º lugar geral entre as empresas com mais de mil avaliações e 1º lugar na categoria Melhor página de carreiras na **Glassdoor's Best Places to Work**.



5º lugar entre as empresas preferidas pelos estagiários no Brasil pelo **Top Of Mind Universitários 2025**.



A Universidade Petrobras recebeu o prêmio ouro na categoria Inovação, no **Global CCU Awards** de 2025.



Estamos entre os **15 melhores relatórios de sustentabilidade do país**, em um universo de 82 empresas avaliadas pela publicação Reporting Matters Brasil, elaborada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).



ITB Earth Award, premiação internacional que reconheceu o **Projeto Golfinho Rotador** pela sua atuação para um turismo comprometido com a natureza e inovador no enfrentamento às mudanças climáticas.



O Projeto Coral Vivo recebeu medalha de ouro nas etapas regional e nacional da Olimpíada Brasileira do Oceano, organizada pelo programa Maré de Ciência (UNIFESP), em parceria com o MCTI e com apoio da UNESCO.



Prêmio Neide Castanha, que reconhece pessoas e instituições pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no combate à violência sexual, ao Programa Petrobras Socioambiental.



Prêmio Gaia Award Brasil, premiação que reconheceu ações realizadas no cuidado com a nossa força de trabalho e no socorro às vítimas da tragédia climática ocorrida o Rio Grande do Sul, em 2024. O Gaia Award Brasil faz parte do Programa Gaia, uma iniciativa da Society of Petroleum Engineers (SPE) que visa reconhecer e incentivar ações sustentáveis no setor energético.



Menção Honrosa pelo projeto “Jornada de Construção e Integração da Estratégia em Biodiversidade”, no Prêmio FIRJAN de Sustentabilidade 2025.



Destaque no Prêmio Manchete – As Melhores Empresas do Rio, na categoria Desenvolvimento Sustentável e Impacto Positivo, promovido pela Revista Manchete em parceria com a FIRJAN.



Fomos reconhecidos pelo prêmio do Movimento Mente em Foco, iniciativa do Pacto Global da ONU, que destacou nosso engajamento e a capacitação das lideranças no tema da saúde mental. O reconhecimento também ressaltou a atuação integrada da empresa em situações de urgências e emergências em saúde mental (Compromisso 2), além do Programa Petrobras Bem-estar (PPBEM), considerado uma prática corporativa de promoção de ambientes saudáveis (Compromisso 6).



Em 2025, fomos reconhecidos como Highly Commended Company (Empresa Altamente Reconhecida) na categoria Diversidade e Inclusão (DEI) do Reuters Sustainability Awards 2025.



Vencedores do International Quality Awards 2025, sendo a primeira empresa brasileira a alcançar essa posição na categoria Impact ESG, em reconhecimento ao projeto “Petrobras e a Gestão ESG na Cadeia de Suprimentos”. A premiação, realizada anualmente pelo Chartered Quality Institute (CQI), celebra a excelência em qualidade e impacto sustentável em âmbito global.



Prêmios ANP de Inovação Tecnológica 2025 Sistemas de Mapeamento das Unidades de Produção - PLAN 360 e ATIVO 360 - Veículo de inspeção automatizada (VIA)



REVAP: primeira produção do CAP Pro R, asfalto com conteúdo renovável da Petrobras



Adequação de refinarias para produção diesel SAF



REDUC: Autorização da ANP e certificado internacional ISCC CORSIA



Qualidade de diesel (+104 kbpd)

- a. REPLAN: Partida nova HDT IV (+ 63 kbpd)
- b. REVAP: REVAMP U-272 D (+41 kbpd)



Diesel Coprocessado (+48 kbpd)

- a. Adequação de refinarias para produção de diesel R5
- b. RPBC e REPAR: Conquista do certificado ISCC PLUS



A Transpetro recebeu o Selo Diamante de Sustentabilidade de Transparência Pública (PNTP), concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunais de Contas dos Estados e Municípios.



A Transpetro recebeu o Gaia Awards Brazil 2025, na categoria Tecnologia e Inovação, da SPE Brazil Section (seção brasileira da Sociedade de Engenheiros de Petróleo).



A Transpetro recebeu o segundo lugar na categoria Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho do 2º Prêmio ESG, da Associação Brasileira de ESG, e o primeiro lugar do 1º Prêmio ESG Social, na categoria Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho.



A Transpetro recebeu o primeiro lugar nas categorias “Arrendatárias”, “Responsabilidade Social” e “Compliance”, conquistando o título máximo de Empresa Destaque ESG 2025, da primeira edição do Prêmio ESG, do Porto de Itaqui (MA), por meio da Empresa Maranhense de Administração de Portos (Emap).



A Transpetro recebeu o Selo Diamante do Pacto pela Sustentabilidade, do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor).



A Transpetro recebeu a declaração de conformidade na maturidade ASG, concedida pela AMBIPAR segundo as diretrizes da ABNT PR 2030:2022.



O projeto Hisep® Digital Twin recebeu reconhecimento na categoria Global Awards do Energy Summit, premiação que destaca iniciativas inovadoras com potencial de gerar impacto para a transição energética e para a indústria.



2 ATUAR COM INTEGRIDADE

GOVERNANÇA CORPORATIVA	64
INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS	74
ENGAJAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ADVOCACY E APOIO FINANCEIRO	90

GOVERNANÇA CORPORATIVA

GRI 2-9, 2-10, 2-11, 2-12, 2-13, 2-16, 2-17, 2-18, 2-23, 2-24

Nosso compromisso com as melhores práticas de governança e com uma atuação cada vez mais sustentável se reflete em nossa estrutura organizacional e nos modelos de gestão adotados. Nesse contexto, a Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade segue consolidando sua atuação estratégica na companhia, coordenando as atividades das áreas de Energia Renovável, Gás e Energia, Gestão Integrada de Transição Energética e Mudança Climática e Descarbonização. Além disso, a área de Responsabilidade Social, vinculada diretamente à Presidência, atua de forma transversal na orientação e avaliação das atividades de responsabilidade social, incluindo a coordenação e execução de projetos socioambientais e programas de relacionamento comunitário.

Em 2025, o Conselho de Administração (CA) aprovou, dentro do Plano Estratégico 2050 (PE 2050) e Plano de Negócios 2026-2030 (PN 2026-30), o posicionamento ASG (Ambiental, Social e Governança) da companhia. Esse posicionamento, especialmente na dimensão de governança, reafirma nossa ambição de ser referência em ética, integridade e transparência.



O posicionamento ASG encontra-se detalhado no capítulo **Estratégia em Sustentabilidade** deste relatório.

Com a aprovação do PE 2050 e PN 2026-30, a Diretoria Executiva (DE) e os órgãos técnicos são responsáveis pela gestão dos negócios da companhia, garantindo o alinhamento com nossa visão, propósito, valores, estratégias e posicionamentos. Esse direcionamento inclui a aplicação das diretrizes nas decisões de investimentos e desinvestimentos, de acordo com os elementos estratégicos do plano. Esses elementos são usados para avaliar a aderência dos projetos ao plano e, junto ao compromisso com a geração de valor e de sustentabilidade financeira de longo prazo, fundamentam as decisões de incluir novos projetos na carteira ou retirar projetos existentes.

Nossa governança interna é essencial para garantir um processo decisório robusto e consistente. A rentabilidade é uma das principais premissas para a priorização de investimentos, que devem ser viáveis tanto técnica quanto economicamente. Quanto maior o investimento, maiores são as exigências de análises técnicas e trâmites de governança, incluindo pareceres técnicos e revisões em comitês, até a decisão final.

Nos projetos de competência do CA, o Comitê de Investimentos assessora os aspectos econômico-financeiros; a comunicação de temas críticos ASG ocorre por relatos periódicos dos Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, que os recebem das diversas áreas da companhia.

Na estrutura da DE, a governança é formada pelo Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, pelo Comitê Executivo de Direitos Humanos e pelo Comitê Executivo de Transição Energética. Esses reúnem gerentes executivos com experiência em diferentes áreas da companhia, garantindo uma visão complementar nos processos de investimento. Os gerentes executivos que participam desses comitês possuem as mesmas responsabilidades previstas na legislação societária para os administradores.



Estrutura de governança

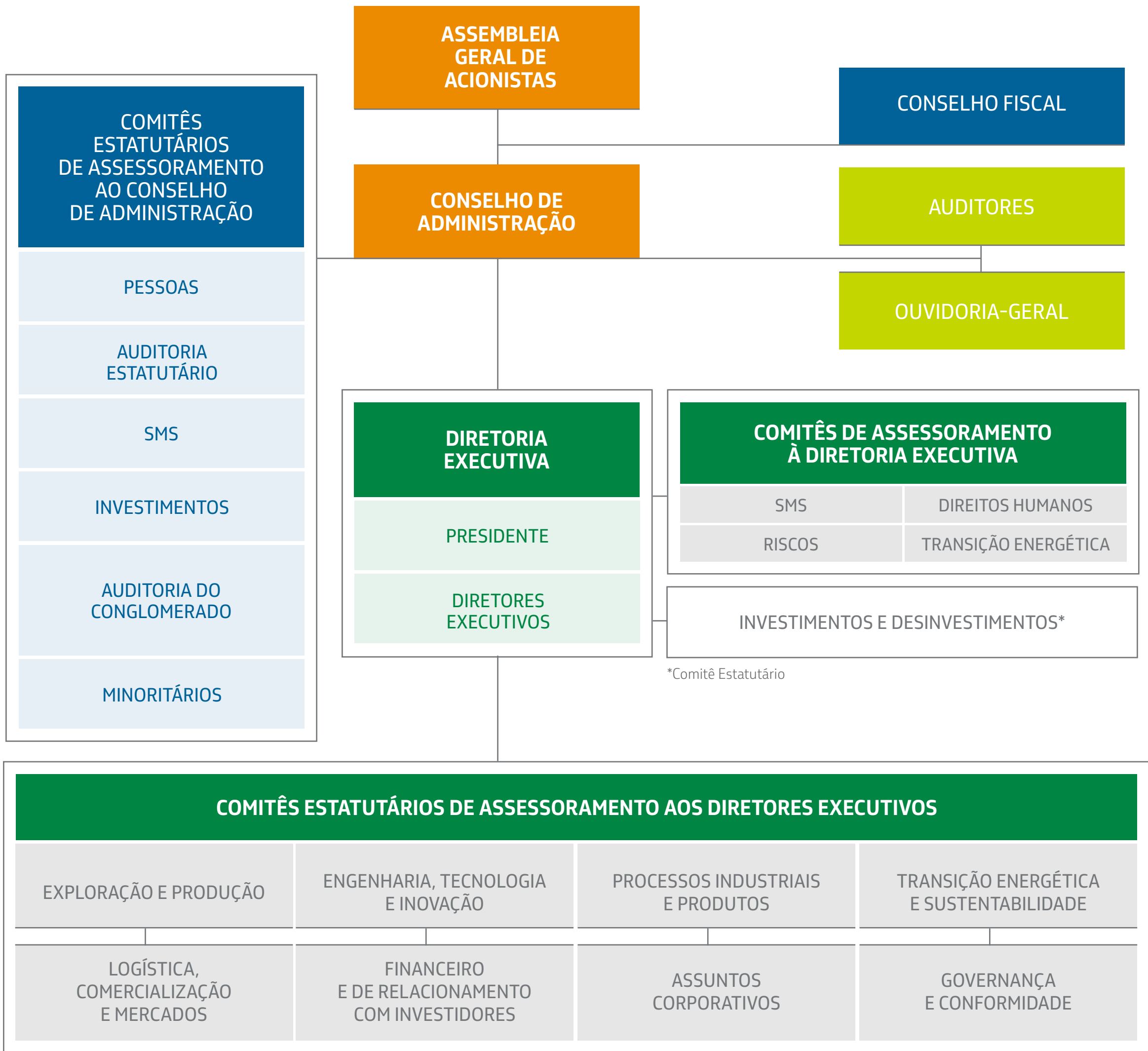
Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal (CF); Conselho de Administração (CA) e seus comitês; Auditorias; Ouvidoria-Geral; e Diretoria Executiva (DE), que conta com Comitês Técnicos Estatutários e Comitês Executivos, conforme ilustrado na figura ao lado.

De acordo com nosso Estatuto Social, o CA é formado por no mínimo sete e no máximo 11 membros. Ele é responsável por definir a orientação geral dos negócios da companhia, estabelecendo missão, objetivos estratégicos e diretrizes.

O CA deve ser composto majoritariamente por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a companhia, exceto o presidente da companhia e o membro eleito pelos empregados. A composição deve garantir pelo menos 40% de membros independentes, conforme o Estatuto Social.

Além disso, as funções de presidente do CA e da Petrobras não podem ser exercidas pela mesma pessoa, seguindo as melhores práticas de governança corporativa. O mandato dos conselheiros é de dois anos, com até três reeleições consecutivas permitidas.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Estamos sujeitos às legislações que vedam nepotismo e conflito de interesses, como as leis nº 12.813/2013; nº 13.303/2016; e, ao decreto nº 7.203/2010. Segundo a lei nº 12.813/2013, os integrantes do CA, da DE e titulares de cargos gerenciais vinculados diretamente ao CA, CF, presidente ou diretores devem abster-se de atividades restritas durante o mandato e consultar a Comissão de Ética Pública antes de assumir atividade privada em até seis meses após o término do cargo.

A composição atual das áreas consiste em Presidência; Transição Energética e Sustentabilidade; Engenharia, Tecnologia e Inovação; Processos Industriais e Produtos; Logística, Comercialização e Mercados; Assuntos Corporativos; Financeiro e de Relacionamento com Investidores; Exploração e Produção; Governança e Conformidade. A atual estrutura prepara a companhia para a transição energética e mantém foco nos demais segmentos de negócios e temas de gestão que sustentam nosso Plano de Negócios. Nosso **organograma geral** atualizado está disponível em portal externo para acesso de todos os públicos.

Os mecanismos para prevenção e mitigação de conflitos de interesse estão descritos no capítulo **Integridade nos negócios**

A tabela a seguir apresenta os comitês estatutários do CA e suas principais atribuições.

COMITÊS ESTATUTÁRIOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)¹

Comitê	Principais atribuições
Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde	Assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas a ASG, bem como no monitoramento das nossas iniciativas voltadas a sustentabilidade, incluindo gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, incluindo direitos humanos, dentre outros assuntos. Esse comitê também acompanha os indicadores de SMS e de pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações corretivas e de aprimoramento quando necessário.
Comitê de Investimentos	Assessorar o CA na definição das políticas e diretrizes estratégicas, do plano estratégico, do plano anual de negócios e demais temas relevantes de cunho estratégicos e financeiros. O comitê também apoia o CA na avaliação de oportunidades de negócios, investimentos, desinvestimentos, fusões, incorporações da Petrobras e das suas controladas que sejam de competência do CA ou da Assembleia Geral de Acionistas da Petrobras. Além disso, analisa o programa anual de financiamento da companhia e verifica a aderência das obrigações e responsabilidades assumidas pela Petrobras, em prol do interesse público que motivou sua criação, comparada com as demais empresas do setor.
Comitê de Auditoria Estatutário	Assessorar o CA na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS); assessorar o CA no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e ao gerenciamento de riscos; avaliar e monitorar as nossas exposições a risco; receber, encaminhar e monitorar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, em matérias relacionadas ao escopo de nossas atividades; analisar os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, operacionais, legais e éticos, elaborados pela auditoria interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações desses controles, e verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios; supervisionar as atividades das áreas responsáveis por controles internos, auditoria interna e ouvidoria; tomar conhecimento das atividades de governança e conformidade; avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria interna, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção; zelar pela adoção, manutenção e aprimoramento de boas práticas de conformidade legal e integridade pela companhia, reportando-se ao CA quando julgar necessário; e avaliar os seguintes relatórios, para, conforme o caso, publicação em nosso site na internet e arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

Comitê	Principais atribuições
Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado	É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria local. Criado para atender aos requisitos da lei nº 13.303/16, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. Atua também no assessoramento do Conselho de Administração da Petrobras na emissão de orientação para as sociedades do conglomerado com relação às matérias previstas em seu regimento interno.
Comitê de Pessoas	Auxiliar o CA em aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade. O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a lei nº 13.303/16 e o decreto nº 8.945/16, como comitê de elegibilidade e, quando do exercício desta função, suas manifestações se destinarão, além do Conselho de Administração, a auxiliar os acionistas na indicação de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Petrobras e a verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais da companhia, não se limitando nestes casos a ser um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração. O Comitê de Pessoas também assessora o CA na eventual aplicação de medida do sistema de consequência a membros da direção superior e membros externos dos comitês do CA, além de avaliar recursos sobre medidas disciplinares para rescisão do contrato de trabalho, quando o Comitê de Integridade da Petrobras não decidir por consenso. O Comitê monitora, ainda, pesquisas de imagem e reputação, recomendando ações quando pertinente.
Comitê de Minoritários	Assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, desde que fora do curso normal dos negócios da companhia. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do art. 30, §4º do nosso Estatuto Social.

1 Reportam-se mensalmente ao CA.

A tabela a seguir mostra a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal da Petrobras, bem como dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e nossas altas instâncias de governança.

Colegiado	Membro	Função executiva ¹	Independentes	Mulheres	Sub-representados ²
Conselho de Administração	11	2	64%	18%	18%
Membros externos dos comitês do Conselho de Administração ³	9	0	N/A ⁴	11%	22%
Conselho Fiscal ⁵	8	N/A	63%	13%	13%

1 CEO e representante dos empregados
2 Atualmente entendemos por sub-representados as minorias políticas relacionadas a cor/raça, LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência e identidade de gênero.
3 Os comitês de assessoramento ao CA são compostos por Conselheiros de Administração e membros externos. Cada conselheiro e cada membro externo têm a possibilidade de participar simultaneamente de mais de um comitê de assessoramento.
4 Não se aplica. Os regimentos internos do Comitê de Auditoria Estatutário, do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras e do Comitê de Pessoas exige a presença de membros independentes.
5 Considera titulares e suplentes.



Informações relacionadas à composição do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal podem ser consultadas em nosso [Formulário de Referência – Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal](#)



Informações sobre atribuições e deveres do nosso Conselho de Administração podem ser consultadas no [Estatuto Social e em seu Regimento Interno no nosso site de Relacionamento com Investidores](#)



O [Resumo da Composição dos nossos comitês de assessoramento estatutários](#), pode ser acessada no [Formulário 20F](#)



Informações relacionadas aos Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento do CA podem ser acessadas em nosso site [Investidores Petrobras](#)

Seleção e nomeação do Conselho de Administração

Os processos de seleção e nomeação do Conselho de Administração (CA) e seus comitês seguem o Estatuto Social e a Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal. Essa política reforça princípios de transparência, equidade, accountability, responsabilidade corporativa, independência, foco no resultado e diligência no tocante aos processos de seleção, indicação e avaliação da elegibilidade dos indicados, alinhados à legislação e ao Estatuto Social.

Todos os responsáveis pela indicação, sejam empregados ou acionistas, majoritários ou minoritários, detentores de ações ordinárias ou preferenciais, devem observar as diretrizes, requisitos mínimos e impedimentos estabelecidos, bem como considerar o perfil adequado à função, planos de sucessão, diversidade de competências e histórico de integridade e desempenho do indicado.

A avaliação de elegibilidade, realizada pelo Comitê de Pessoas, analisa a conformidade do processo, os requisitos aplicáveis e a verificação de integridade. Além disso, são observados os critérios de elegibilidade estabelecidos pela lei nº 6.404/1976 e normas regulamentadoras, e a composição mínima de 40% de conselheiros independentes.

A política orienta ainda que se deve buscar alcançar diversidade na composição do CA e complementaridade de experiências e qualificações.

A indicação do conselheiro eleito pelos empregados segue as regras da lei nº 12.353/2010 e o regulamento aprovado pelo CA.

Os acionistas reúnem-se em assembleia para decidir sobre a eleição dos indicados para o CA e Conselho Fiscal, avaliando habilidades e conveniência.

Decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável

As decisões sobre desenvolvimento sustentável envolvem diversas instâncias de governança, como o Conselho de Administração (CA) e Diretoria Executiva (DE).

Nos projetos de competência do CA, o Comitê de Investimentos assessora os aspectos econômico-financeiros; a comunicação de temas críticos ASG ocorre por relatos periódicos do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, que os recebem das diversas áreas da companhia.

A DE conta com comitês de assessoramento especializados, como o Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, o Comitê Executivo de Direitos Humanos, o Comitê Executivo de Transição Energética e o Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento. Esses comitês reúnem executivos das áreas corporativas e operacionais para buscar maior integração e alinhamento nas decisões técnicas e estratégicas da companhia.



Informações sobre a Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal podem ser consultadas no [Código de Boas Práticas da Petrobras](#)

As principais unidades responsáveis pela gestão dos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e aos impactos decorrentes de nossas atividades são:

- > Finanças
- > Relacionamento com Investidores
- > Responsabilidade Social
- > Relações Institucionais
- > Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- > Gás e Energia
- > Mudança Climática e Descarbonização
- > Energia Renovável
- > Gestão Integrada de transição Energética
- > Recursos Humanos
- > Governança
- > Conformidade
- > Riscos Empresariais
- > Estratégia e Planejamento

A responsabilidade gerencial se desdobra conforme os gestores reportam-se à DE, que segue as orientações do CA e seus comitês. As principais decisões são tomadas de forma colegiada (CA e DE) ou compartilhada, exigindo ao menos dois gestores para aprovação. Esse modelo, conhecido como princípio dos quatro olhos, aumenta a transparência e o controle de nosso processo decisório.

Fortalecemos nossas políticas de integridade incluindo, de forma efetiva, os direitos humanos em nossos processos. Incorporamos critérios específicos nas avaliações de nossa cadeia de fornecedores.

Para prestarem serviços à companhia, as empresas cadastradas devem comprovar compromisso com o respeito, a conscientização e a promoção dos direitos humanos.

Durante a due diligence de integridade (DDI) dos fornecedores, verificamos ações relacionadas à prevenção ao trabalho análogo à escravidão; à erradicação do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes; ao combate ao assédio moral, sexual e à discriminação em todas as suas formas; à garantia da liberdade de associação e negociação coletiva; e ao fomento da diversidade, equidade e inclusão.

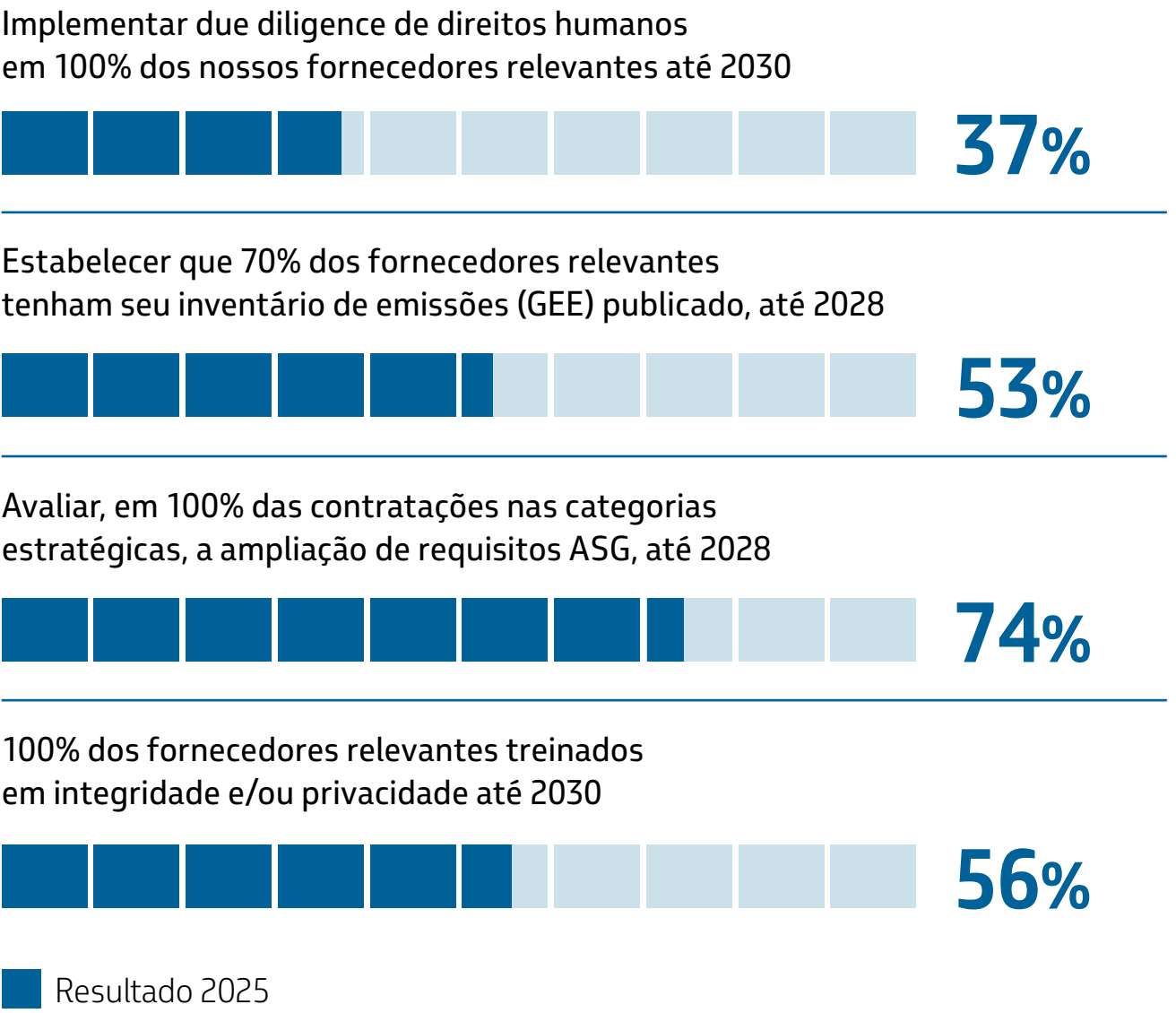
Esses requisitos complementam iniciativas anteriores, como o Guia de Conduta Ética para Fornecedores e o Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa. Essas ações reforçam nosso compromisso com tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, como a Carta Internacional dos Direitos Humanos, os Princípios Orientadores sobre Direitos Humanos e Empresas da ONU, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as diretrizes da International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca).

Implementamos o processo de devida diligência em direitos humanos (DDDH), parte do Plano de Ação de Direitos Humanos (PADH) da companhia, que é integrado aos compromissos ASG do plano estratégico. O PADH, por ser uma estratégia de tratamento do risco de violação de direitos humanos, tem o seu status da implementação reportado periodicamente aos Comitês de Risco, SMS e Auditoria Estatutário, que assessoram nossa alta administração. A gestão de riscos e impactos ajuda a analisar os efeitos das operações sobre os direitos humanos.

Após o momento de implementação da fase piloto em cinco operações da companhia, em 2025 o processo de devida diligência teve procedimentos formalizados e foi ampliado para as nossas unidades operacionais próprias.

Em 2026, visando cumprir a meta de realização da devida diligência em direitos humanos em 100% de nossas operações, serão incluídas no processo o restante das unidades a serem diligenciadas. O gráfico a seguir apresenta os compromissos ASG relacionados à cadeia de fornecedores no PN 2026-30.

COMPROMISSOS ASG RELACIONADOS
À CADEIA DE FORNECEDORES ASSOCIADOS AO PN 2026-30



Informações relacionadas ao processo de Governança de Direitos Humanos na Petrobras podem ser consultadas no Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025

Informações relacionadas ao processo de devida diligência em direitos humanos na Petrobras podem ser consultadas no Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025

Além dos comitês estatutários de assessoramento do CA e da Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade, contamos com fóruns operacionais, táticos e estratégicos que compõem nossa governança de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), mudança climática e responsabilidade social, como o Comitê Executivo de Direitos Humanos e o Comitê Executivo de Transição Energética, criados em 2025. Dessa forma, tratamos esses temas em todos os níveis da companhia, conforme detalhado na tabela a seguir.



Mais informações sobre due diligence de integridade (DDI) podem ser consultadas no capítulo **Integridade nos negócios** e sobre a devida diligência em direitos humanos podem ser consultadas no **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**



Mais informações sobre Comitê Executivo de Direitos Humanos podem ser consultadas no capítulo **Estratégia e governança em sustentabilidade e direitos humanos** no **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

FÓRUNS DE SUSTENTABILIDADE

Fórum	Principais atribuições
Comitê Executivo de SMS	Assessorar a DE na definição das estratégias, políticas e diretrizes de SMS e responsabilidade social; analisar e emitir à DE recomendações sobre objetivos, metas e planos de investimentos para o desenvolvimento da estratégia da companhia; monitoramento de desempenho em SMS e recomendação de ações de melhoria às nossas unidades e participações do Sistema Petrobras; análise crítica dos acidentes e recomendações de auditoria; monitoramento da implantação e desdobramento das diretrizes, padrões e ações de SMS; propostas de projetos e ações de melhoria e exigências do Comitê de SMS do CA; além de aprovar a criação de comissões para lidar com temas associados às recomendações do comitê.
Comitê Executivo de Transição Energética	Assessorar a diretoria executiva na análise de matérias relacionadas à transição energética, negócios de baixo carbono, mudança climática e descarbonização, bem como fortalecer a integração e a discussão desses temas pela alta administração da Petrobras.
Comitê Executivo de Direitos Humanos	Assessorar a DE na análise, acompanhamento e tratamento dos temas relacionados a direitos humanos, abrangendo a prevenção e combate à discriminação, ao assédio moral e às violências sexuais, diversidade, equidade e inclusão, devida diligência em direitos humanos, bem-estar, trabalho decente, relacionamento comunitário, relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais, defensores de direitos humanos, dentre outros.
Comissão de SMS	Assessorar o gestor do macroprocesso gerir SMS na uniformização, integração, desenvolvimento e análise crítica dos processos desdobrados do macroprocesso, visando à melhoria contínua do desempenho em SMS da Petrobras.
Comissões temáticas de SMS (Comissão de Segurança, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Saúde e Comissão de Contingência)	Assessorar a Comissão de SMS na definição das estratégias, diretrizes, procedimentos padrões e normas de SMS; monitorar a implantação das estratégias, diretrizes, programas, projetos e ações de SMS nas diversas áreas da empresa e subsidiárias; monitorar e reportar periodicamente o desempenho de SMS; deliberar ou encaminhar à Comissão de SMS propostas de programas, projetos e ações de melhorias na área de SMS apresentadas pelos fóruns temáticos; aprovar atualização da grade de capacitação para o tema; e propor e/ou acompanhar soluções de TIC e transformação digital para o tema.
Comissão de Direitos Humanos	Promover debates, disseminar conteúdos, assessorar e orientar os assuntos e práticas de direitos humanos na companhia. Coordenar a implementação do Plano de Ação em Direitos Humanos (PADH) da Petrobras. Desdobrar os compromissos de direitos humanos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Petrobras. Coordenar as quatro subcomissões vinculadas a ela: a Subcomissão de Capacitação de Direitos Humanos, a Subcomissão em Devida Diligência de Direitos Humanos, Subcomissão de Relacionamento Comunitário e a Subcomissão de Diversidade, Equidade e Inclusão.
Comitês comunitários	Espaços coordenados pela Petrobras, com participação de lideranças comunitárias e outros atores sociais, que se reúnem em média três vezes ao ano. O objetivo desses comitês é manter um diálogo permanente com as comunidades da área de abrangência de nossas operações, discutindo questões relacionadas às nossas atividades e ações para ampliar os impactos positivos e minimizar os riscos e impactos negativos por elas gerados.
Comitê de Contratações Sustentáveis	Atuar como fórum de alinhamento e deliberação para a temática ASG no macroprocesso de suprir bens e serviços, desempenhando papel assessorio e consultivo para o processo decisório do Comitê de Gestão de Suprimentos e demais instâncias necessárias. Avaliar oportunidades de contratações sustentáveis com requisitos de ASG, em atendimento às demandas de contratação da companhia, do plano estratégico vigente e das boas práticas de mercado.

Definição de estratégia e políticas

Nosso Estatuto Social estabelece que compete ao Conselho de Administração (CA), entre outras atribuições, definir a orientação geral dos negócios, incluindo missão, objetivos estratégicos e diretrizes.

Também cabe ao CA aprovar, por proposta da Diretoria Executiva (DE), o plano estratégico e seus planos plurianuais, assim como os planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos. Anualmente, o CA analisa o cumprimento das metas e resultados desses planos, publicando suas conclusões e informando ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

O CA também define políticas globais, como as de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, investimentos, meio ambiente, divulgação de informações, distribuição de dividendos, transações com partes relacionadas, porta-vozes, recursos humanos, responsabilidade social e participações minoritárias, conforme o decreto nº 8.945/2016.

Permanecemos com 96% de conformidade ao Código Brasileiro de Governança Corporativa. Com isso, mantivemos o maior desempenho desde 2019. O índice mantém-se acima da média geral e destaca-se tanto no segmento de empresas estatais quanto no setor de óleo e gás.



A lista das políticas que orientam nossa atuação ASG pode ser encontrada no site [Investidores Petrobras](#)

Todas as políticas, incluindo as ligadas à sustentabilidade, aplicam-se à controladora e todas as subsidiárias integrais e controladas do Sistema Petrobras, ou seja, é considerada uma Regra Corporativa Comum. Quando lançamos uma nova política relacionada à sustentabilidade, comunicamos aos empregados por diversos canais, como fatos relevantes, mídias sociais, site externo, release para imprensa, notas no portal interno, boletim semanal por e-mail e postagem na rede social interna (Workvivo).

Nosso modelo de governança, expresso na Política de Governança Corporativa e Societária, busca:

- Garantir a nossa sustentabilidade e perenizar as melhores práticas de governança;
- Aprimorar o processo decisório na alta administração;
- Melhorar planejamento, controles e desempenho;
- Aumentar transparência e divulgação de informações;
- Fortalecer a nossa imagem institucional e reputação;
- Gerar valor para acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

Esse modelo é guiado pelos princípios de transparência: respeito e tratamento equânime a acionistas e partes interessadas; prestação de contas; responsabilidade econômica, social e ambiental; e respeito à legislação dos países onde atuamos.

A governança da sustentabilidade da cadeia de fornecedores é apoiada por normas internas, canais de relacionamento com o mercado fornecedor, ações de capacitação da equipe de contratação e da cadeia de fornecedores, requisitos técnicos e contratuais, além da avaliação de desempenho dos fornecedores.

Os principais documentos que orientam esse relacionamento são:

- Programa de Compliance da Petrobras
- Guia de Conduta Ética para Fornecedores
- Política de Compliance
- Código de Conduta Ética da Petrobras
- Guia da Qualidade para Fornecedores
- Diretriz de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes e Hospitalidade
- Política de Responsabilidade Social da Petrobras

Esses documentos estão disponíveis para nossos fornecedores e potenciais fornecedores em nosso **Canal Fornecedor**.

No nível tático e operacional, a gerência executiva de Suprimentos é responsável por implementar essas diretrizes nos processos de aquisição de bens e serviços, alocando recursos humanos, técnicos e operacionais para integrar critérios de direitos humanos e demais requisitos ASG em todas as etapas do processo de contratação e gestão da base de fornecedores.

Para avaliar e deliberar sobre oportunidades de contratação com requisitos ASG, assegurando alinhamento às políticas corporativas, ao plano de negócios e às melhores práticas de mercado, constituímos o Comitê de Contratações Sustentáveis, grupo multidisciplinar que reúne profissionais de diferentes gerências da área de Suprimentos atuando como fórum de alinhamento, avaliação e deliberação da temática ASG no macroprocesso de suprir bens e serviços, desempenhando papel assessorio e consultivo ao processo decisório do Comitê de Gestão de Suprimentos e às demais instâncias necessárias.

Conforme nosso Estatuto Social e o seu Regimento Interno, o CA se reúne, ordinariamente, ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Em 2025, o CA realizou 32 reuniões: 11 ordinárias e 21 extraordinárias, isso porque, excepcionalmente, em julho de 2025 foram realizadas 3 reuniões extraordinárias ao longo do mês, não havendo assuntos restantes que precisassem ser deliberados na reunião ordinária originalmente convocada para o dia 25, tendo o Presidente do Conselho de Administração, autorizado, em caráter excepcional, o cancelamento dessa reunião.

Por meio da programação anual de pautas permanentes, o CA e seus comitês de assessoramento, analisam os temas dentro de suas atribuições, solicitando informações e documentos complementares às áreas técnicas competentes, conforme necessário. As unidades responsáveis também avaliam a conveniência

de submeter assuntos não programados no calendário anual de pautas permanentes para deliberação do CA ou de seus comitês.

A comunicação de temas críticos ASG ao CA ocorre por relatos periódicos dos Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, que os recebem das diversas áreas da companhia.

A tabela a seguir apresenta, de forma não exaustiva, as principais questões críticas e a frequência com que foram levadas para conhecimento e deliberação desses comitês em 2025.

PRINCIPAIS QUESTÕES CRÍTICAS E FREQUÊNCIA

Temas críticos	Frequência
Relato dos riscos ambientais, vida, social, imagem, reputação e cybersegurança	43
Violência Sexual e Violência no Trabalho	29
Acompanhamento dos acidentes críticos	20
Acompanhamento dos trabalhos de apuração de denúncias, protocolos internos e processos administrativos de responsabilização	15
Licenciamento ambiental e contencioso ambiental	14
Planejamento estratégico e monitoramento dos compromissos relativos aos temas de sustentabilidade	8
Planejamento das auditorias internas e resultados das auditorias internas e externas de SMS	7
Apresentação do relatório de Integridade, incluindo os temas de Privacidade e LGPD	5
Relatório de Transações com Partes Relacionadas	4
Sessão reservada de denúncias de alto risco e muito alto risco	2
Acompanhamento da Matriz de Riscos de Controles Internos e de Fraude e Corrupção	2
Programa Compromisso com a Vida	2
Relatório Integrado da Ouvidoria-Geral	2
Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa	1
Relatório de recomendações dos auditores independentes para o aprimoramento dos controles internos	1

Os administradores, membros externos dos comitês do CA e membros do Conselho Fiscal participam do Treinamento Obrigatório para Estatutários (Tope) na posse e anualmente. O objetivo é promover reflexão e debate sobre temas relevantes para uma conduta eficiente, íntegra, ética e responsável.

O Tope aborda legislação societária, mercado de capitais, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, Lei Anticorrupção (lei nº 12.846/2013) e outros temas essenciais. Administradores e conselheiros fiscais que não participarem dos treinamentos anuais nos últimos dois anos não podem ser reconduzidos ao cargo.

Em 2025, foram realizados os seguintes temas do Tope: Legislação societária e de mercado de capitais; Ato e fato relevante; Controles internos e certificação SOx; Valores Petrobras (alta administração); Noções básicas sobre a lei nº 12.846/13 – Lei Anticorrupção; e Gestão de riscos na Petrobras.

O treinamento foi oferecido preferencialmente por meio de ensino à distância (EAD) no sistema interno de treinamento Solução Integrada de Recursos Humanos (SIRH).

 **Informações sobre treinamentos também podem ser consultadas no capítulo Práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades**

 **Informações sobre denúncias recebidas pela Ouvidoria e levadas ao CA podem ser consultadas no capítulo Integridade nos negócios**

 **Informações sobre nosso Estatuto Social e principais instrumentos de governança podem ser consultadas em nosso site de Relacionamento com Investidores**

COMPROMISSOS EM SUSTENTABILIDADE, TAIS COMO POLÍTICAS, DIRETRIZES E OUTROS

Código de Conduta Ética
Diretrizes de Direitos Humanos na Petrobras
Política de Responsabilidade Social
Política de Diversidade, Equidade e Inclusão
Política de Segurança, Meio-Ambiente e Saúde
Política de Recursos Humanos
Política da Ouvidoria-Geral
Diretriz de Proteção a Denunciantes
Diretriz de Proteção a Vítimas de Violências no Trabalho
Política de Compliance
Política de Inteligência Protetiva e Segurança Corporativa
Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras
Diretriz de Deslocamento Involuntário de Pessoas e Comunidades
Diretriz de Relacionamento Comunitário
Diretriz de Reparação de Danos em Direitos Humanos da Petrobras
Posicionamento Petrobras de Diversidade e Combate ao Assédio e Discriminação
Diretriz de Prevenção e Combate à Discriminação, ao Assédio Moral e às Violências Sexuais
Política de Governança Corporativa e Societária
Diretrizes de Governança Corporativa
Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025-2027, cláusulas 11 a 17; 59 a 71

As políticas e diretrizes corporativas são publicadas tanto no portal interno como também nos portais externos, para acesso de todos os públicos. Realizamos também um plano de ações de comunicação e capacitação, considerando a abrangência do normativo, a necessidade do público-alvo e a disponibilidade de canais. Mídias sociais externas e internas, palestras e cursos são alguns exemplos dos recursos utilizados para divulgação de nossos compromissos.

Remuneração associada a métricas de topo não financeiras

O Plano de Negócios 2025-29 (PN 2025-29), vigente em 2025, estabelece quatro métricas de topo, sendo três delas utilizadas para remuneração variável de todos os empregados (IAGEE, ICMA e DELTA VALOR). Essas métricas traduzem e quantificam nossa visão, orientando os principais objetivos da empresa. Duas dessas métricas são diretamente relacionadas à temática ASG: o Índice de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE) e o Indicador de Compromisso com o Meio Ambiente (ICMA), que considera o volume vazado de óleo e derivados, abrangendo toda a companhia. O desempenho dos empregados é avaliado por meio

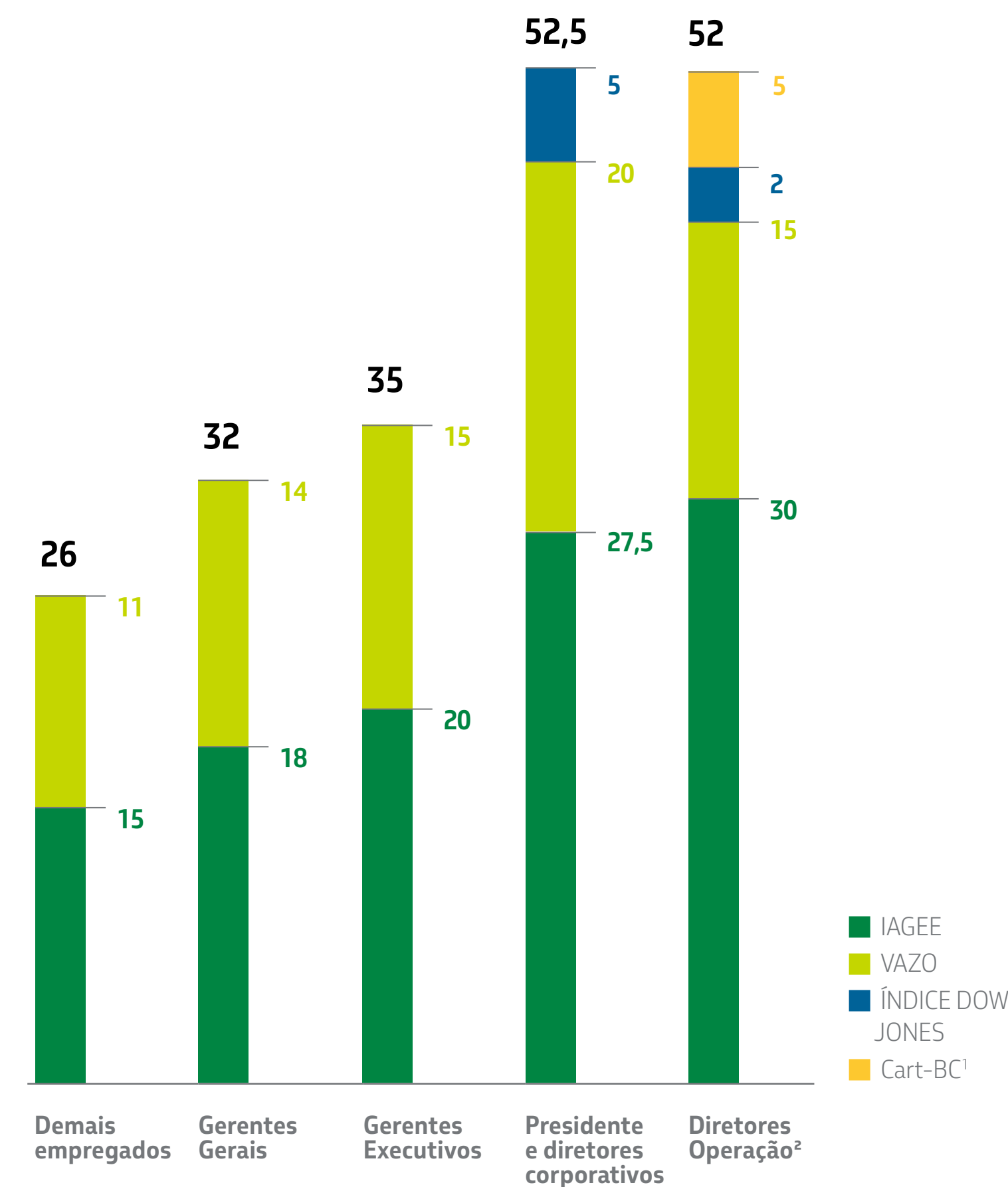
do processo de gestão de desempenho (GD), que considera competências e metas. As metas baseiam-se em métricas específicas, derivadas dos *scorecards* da alta administração e das unidades, garantindo que os objetivos individuais e coletivos estejam alinhados com as principais métricas da companhia.

- A avaliação da alta administração é dividida da seguinte forma:
- a. Avaliação individual anual do presidente e diretores executivos, coordenados pela unidade de Recursos Humanos (RH) sob supervisão do Comitê de Pessoas;
 - b. Avaliação coletiva anual da Diretoria Executiva, coordenada pela unidade de Governança;
 - c. Avaliação coletiva anual do CA e seus comitês de assessoramento, realizada internamente ou por empresa externa, coordenada pela Secretaria-Geral da Petrobras sob supervisão do presidente do CA;
 - d. Avaliação individual anual dos conselheiros e membros dos comitês, coordenada pela Secretaria-Geral da Petrobras sob supervisão do presidente do CA.

O gráfico a seguir apresenta o mínimo da remuneração variável vinculada às metas de emissão e vazamento em 2025.



MÍNIMO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ATRELADA ÀS METAS DE EMISSÕES E VAZAMENTO EM 2025 (%)



1 Carteira de Baixo Carbono (CART-BC): Mensura os avanços de realização da carteira de baixo carbono (projetos de investimentos, fusões e aquisições e otimizações de participações), considerando os seguintes marcos: aprovação dos portões conforme sistemáticas específicas; e assinaturas a serem realizadas ao longo de 2025.

2 Diretorias ligadas à operação: Diretoria de Exploração e Produção, Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Diretoria de Logística, Comercialização e Mercados, Diretoria de Processos Industriais e Produtos e Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade.

Avaliação do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento

A Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, enquanto colegiados, e de cada um de seus membros, individualmente, ocorre anualmente e está prevista no Estatuto Social, nas Diretrizes de Governança Corporativa da companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração. A avaliação de desempenho vigente ocorre através de diagnóstico de empresa de consultoria especializada, contratada por meio de licitação, que utiliza metodologia e formulários próprios para avaliação do CA e de seus Comitês, respeitados os quesitos e dimensões presentes na especificação de serviços elaborada pela companhia. Os resultados das avaliações são encaminhados para o CA de forma a identificar possíveis oportunidades de melhoria, não havendo previsão de impacto da avaliação de desempenho na remuneração dos membros do CA e seus Comitês, uma vez que a remuneração recebida por eles é fixa.

 **Maiores informações relacionadas à avaliação do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento podem ser consultadas em nosso Formulário de Referência**

Avaliação da Diretoria Executiva

Sob coordenação do RH, a avaliação individual dos membros da Diretoria Executiva (DE) considera três dimensões: competências, critérios de gestão e resultados.

Na primeira, a avaliação é multilateral, com autoavaliação, avaliação de pares e avaliação do presidente. A dimensão gestão aborda critérios relativos à efetividade de seu desempenho, em especial a contribuição para o

aperfeiçoamento da governança da organização, e atende a requisitos legais e normativos. A dimensão de resultados é baseada nas métricas de topo e metas de scorecards específicas, apuradas pela gerência executiva de Desempenho Empresarial.

O CA também avalia anualmente o desempenho da DE com base em metodologia própria, considerando alcance das métricas e avaliação qualitativa de estratégia, processo decisório, estrutura e identidade.

Em conformidade com o artigo 24, inciso III e artigo 37, §3º do decreto nº 8.945/2016, o CA analisa e publica anualmente o cumprimento das metas e dos resultados do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, informando ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

Também realizamos avaliação anual individual e coletiva dos membros estatutários, seguindo os critérios para os administradores.

Adicionalmente, vale ressaltar que alcançamos a excelência no 7º ciclo do IG-SEST (Indicador de Governança e Políticas Públicas da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), destacando-se em governança, políticas públicas e inovação. Também, dentre as sociedades de economia mista, ficamos em 1º lugar no iESGo/TCU (Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão nas Organizações Públicas, desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União) 2024 e obtivemos liderança no Anuário Integridade ESG (estudo organizado pela Insight Comunicação com apoio da Fundação Getúlio Vargas) 2025, no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com forte desempenho em governança e avanços em investimentos de baixo carbono. Esses reconhecimentos reforçam nossa maturidade, transparência e compromisso com sustentabilidade e melhores práticas.

 **Maiores detalhes podem ser consultados no capítulo Estratégia em Sustentabilidade deste relatório**

INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS

GRI 2-15, 2-26, 11.19.1, 11.19.2, 11.20.1, 11.20.2, 11.20.3, 11.20.4, 11.20.5, 11.20.6, 11.22.2

As boas práticas de governança corporativa e conformidade são pilares fundamentais para nossos negócios. Atuamos guiados pela integridade, que para a companhia significa agir com ética, transparência e coerência entre o que comunicamos e o que praticamos. Em um mercado cada vez mais competitivo, nosso modelo de governança busca equilibrar eficiência e controle. Assim, garantimos uma atuação ágil e segura. Também incentivamos a adoção de práticas relacionadas aos temas ambiental, social e governança (ASG) junto aos nossos públicos de interesse.

O tema material Integridade nos negócios abrange nossos mecanismos de governança e compliance, focando na promoção da ética, na manutenção de um ambiente de trabalho equilibrado e justo, na transparência dos processos decisórios e na política de indicação de conselheiros e diretores. Inclui ações para prevenir, identificar e corrigir desvios de conduta e atos prejudiciais à companhia, como fraude, corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, sanções comerciais e conflito de interesses. Esses riscos podem impactar a reputação da empresa, a força de trabalho, investidores e cadeia de valor. Também considera aspectos como concorrência desleal, gestão das contratações/licitações e a transparência das informações relacionadas,

bem como os riscos associados a sistemas frágeis, controles ineficazes ou supervisão inadequada. Destacam-se ainda os impactos positivos da transparência e comunicação com públicos de interesse, além dos benefícios gerados por práticas empresariais responsáveis e pelo comprometimento com a integridade em toda cadeia de valor. Contempla os impactos éticos da adoção da inteligência artificial e das novas tecnologias, além da gestão e segurança da informação, incluindo impactos negativos relativos a vazamento de dados.

No Plano Estratégico 2050 (PE 2050) e Plano de Negócios 2026-2030 (PN 2026-30), nos posicionamos em ASG para reduzir a pegada de carbono, proteger o meio ambiente, cuidar das pessoas e atuar com integridade.

Ao conduzir os negócios de forma íntegra, pretendemos ser referência em ética, integridade e transparência, baseando nossas ações nos três direcionadores do PE 2050.

Nosso compromisso com a transparência está expresso nos valores que sustentam o Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras e orientam nosso plano estratégico.

Em 2025, fomos novamente reconhecidos pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) com o Troféu Transparência, referente às Demonstrações Financeiras de 2024, nos mantendo entre as empresas vencedoras na categoria de companhias com receita líquida superior a R\$ 20 bilhões.

DIRECIONADORES DEFINIDOS NO PE 2050



ATUAR COM INTEGRIDADE

- Fortalecer nosso modelo de governança, por meio da promoção da diversidade, equidade e inclusão;
- Atuar com excelência em ética, integridade e transparência;
- Fomentar a adoção de práticas ASG junto aos nossos públicos de interesse.

Sistema de Integridade

Nosso sistema de integridade é um conjunto de estruturas de governança, normas e instrumentos de gerenciamento e controle que visa prevenir riscos relacionados à integridade. Composto pelo Programa de Compliance e pelas áreas responsáveis pelos riscos de integridade, tem como objetivo garantir um ambiente corporativo íntegro, pautado na transparência, ética e diálogo com trabalhadores, parceiros e clientes.

O sistema está estruturado conforme o modelo das três linhas de defesa. Cada linha desempenha um papel distinto na governança, com atividades contínuas e integradas, apoiadas pela estrutura corporativa, conforme ilustrado na figura a seguir.

MODELO DO SISTEMA DE INTEGRIDADE



Programa de Compliance

Nosso Programa de Compliance reúne mecanismos para prevenir, detectar e corrigir desvios de conduta e atos prejudiciais contra a companhia. Foi desenvolvido com base na Política de Compliance e no Código de Conduta Ética, visando fomentar e manter um ambiente de integridade.

O programa é direcionado a diversos públicos de interesse, incluindo alta administração, força de trabalho do Sistema Petrobras, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos aqueles que se relacionam ou representam interesses da companhia. A Diretoria de Governança e Conformidade (DGC) é responsável pelo programa e atua como a guardiã do sistema de integridade.

Diretoria de Governança e Conformidade

A DGC é composta pelas unidades de Governança, Conformidade, Corregedoria-Geral da Petrobras, Informações Estratégicas e Monitoramento do Sistema de Integridade e Privacidade. Sua gestão é liderada por um diretor independente que, conforme nosso Estatuto Social, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração (CA). A seleção desse diretor segue um processo externo de pré-seleção, realizado por empresa especializada, desde 2014.

A DGC atua na segunda linha de defesa do sistema de integridade e na gestão dos riscos de conformidade, apoiando o desenvolvimento e monitoramento dos controles realizados pelos gestores.

Nosso Plano Básico de Organização estabelece as responsabilidades da DGC, incluindo prevenção de incidentes de conformidade, entre eles fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, controles internos e análise de integridade de gestores e contrapartes. Também cobre processos investigativos,

deliberações disciplinares, atividades do modelo de governança corporativa e societária, gestão do processo decisório e cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A área de Conformidade analisa e emite pareceres sobre a conformidade processual de pautas submetidas à Diretoria Executiva (DE). Caso o parecer seja negativo, a pauta retorna ao emissor para adequação.

As atividades de governança e conformidade são reportadas, no mínimo, trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, e anualmente à DE e ao CA.

Além da estrutura principal, contamos com mais de 350 profissionais em diversas áreas atuando como agentes de integridade, contribuindo para disseminar informações e fortalecer o ambiente de integridade em toda companhia.

Durante o quarto trimestre de 2025, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), realizamos quatro treinamentos presenciais (Rio de Janeiro e São Paulo), além de dez edições de treinamento online, alcançando 331 participantes de 247 pequenas e médias empresas (PMEs). Os treinamentos compõem o Projeto de Fortalecimento da Integridade de PMEs, voltado à cadeia de suprimentos do setor de energia.

Os encontros presenciais contaram com a participação de representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Controladoria-Geral da União e do Pacto Global, além de outras empresas do setor, que integraram as rodas de conversa visando ampliar o diálogo sobre integridade na cadeia de valor do segmento de energia. Para apoiar a implementação das práticas discutidas em sala, o projeto também desenvolveu uma Matriz de Riscos de Integridade para PMEs, acompanhada de um Manual para Preenchimento, que detalha o passo a passo para mapear, avaliar e tratar riscos de integridade.

Alinhado à Convenção da ONU contra a Corrupção (UNCAC), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao PN 2026-30, o programa reforça o nosso compromisso com ética, governança e requisitos ASG em sua cadeia produtiva.

Também firmamos Protocolo de Intenções com a Comissão de Ética Pública (CEP) do Governo Federal para fortalecer a gestão ética por meio de ações integradas e intercâmbio de boas práticas.

Utilizamos tecnologias avançadas de análise de dados e inteligência artificial (IA) para fortalecer nosso Sistema de Integridade e nossos mecanismos de governança e conformidade. Essas ferramentas têm desempenhado papel crescente no aprimoramento dos processos de monitoramento de conformidade, contribuindo para maior eficiência, capacidade analítica e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Segurança da informação, privacidade e proteção de dados pessoais

Reconhecemos a Segurança da Informação (SI) como fator estratégico para o sucesso organizacional e para o fortalecimento das suas práticas de integridade. Em consonância com a evolução tecnológica e o aumento dos desafios globais relacionados à cibersegurança, adotamos princípios e diretrizes robustos, amparados por uma estrutura organizacional independente e altamente especializada. A governança do tema reflete a segregação de funções e o alinhamento às melhores práticas de mercado, com a área de Segurança da Informação desvinculada da área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações e reportando diretamente à Diretoria Executiva de Assuntos Corporativos.

O modelo de atuação da SI é sustentado pela Política de Segurança da Informação da Petrobras, desdobrada em normativos internos, e pelo



Plano Diretor de Segurança da Informação, que estabelece o propósito, os direcionadores estratégicos e os principais investimentos, alinhados aos objetivos de negócio, aos valores, à gestão de riscos e aos requisitos legais e regulatórios da organização.

O escopo dos processos sob responsabilidade de SI contempla, dentre outros aspectos: inteligência e segurança cibernética corporativa e industrial, proteção de identidades, acessos, dados e aplicações, segurança em inteligência artificial, resiliência digital, gestão de risco cibernético de terceiros, conscientização, governança e arquitetura de SI, garantindo amplitude e profundidade à gestão.

Também asseguramos o cumprimento dos principais marcos normativos nacionais, promovendo avaliações regulares de riscos, realização de auditorias independentes e testes de vulnerabilidade com o apoio de especialistas externos.

A atuação preventiva, bem como a sua capacidade de responder a eventuais incidentes de segurança da informação, é fortalecida pela existência da equipe CSIRT (Computer Security Incident Response Team), disponível em regime contínuo (24 horas, sete dias por semana) e apta a responder de forma ágil e estruturada a potenciais incidentes. O plano de resposta a incidentes cibernéticos é multidisciplinar, alinhado aos padrões internacionais e contempla, ainda, um programa de continuidade digital que garante resiliência e recuperação efetiva em situações críticas.

A cultura de SI é continuamente reforçada por treinamentos, campanhas de conscientização e simulações práticas envolvendo todos os públicos internos e, especialmente, a alta administração. Essa abordagem sistêmica tem se traduzido em resultados sólidos: em 2025, não tivemos incidentes causados por ataque cibernético de qualquer natureza que comprometessem nosso ambiente corporativo ou industrial. As tentativas de ataques foram detectadas e gerenciadas pelo nosso ecossistema de segurança.

Todo esse compromisso da SI, com seus públicos de interesse, internos e externos, se complementa nas práticas de privacidade e proteção de dados pessoais, conferindo solidez e transparência à nossa governança e integridade corporativa.

Estamos fortalecendo nossa atuação em privacidade e proteção de dados pessoais e contamos com uma estrutura dedicada ao tema, a gerência geral de Privacidade. A unidade coordena o cumprimento da lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e adota um modelo de governança alinhado ao negócio, às legislações aplicáveis e às melhores práticas do mercado. Sua atuação inclui prevenção, tratamento e resposta a riscos, além de iniciativas contínuas de conscientização, sempre colocando o titular dos dados no centro das ações.

Nosso compromisso está refletido no Código de Conduta Ética, que conta com uma seção específica sobre privacidade e proteção de dados pessoais. Também há padrões internos e canais dedicados tanto ao registro de incidentes quanto ao esclarecimento de dúvidas. Outra frente relevante em 2025 foi a atualização do Inventário de Dados Pessoais (IDP), com o uso de ferramenta desenvolvida internamente para identificar riscos associados à privacidade e proteção de dados pessoais nos processos corporativos e orientar a implementação de medidas de mitigação.

A cultura de privacidade também ganhou reforço com programas de capacitação. Em 2025, alcançamos a marca de mais de 200 mil trabalhadores, desde 2020, treinados no tema e ampliamos a aplicação de Privacy by Design, com análise específica em projetos ou processos desde a concepção. Também aprimoramos o processo de avaliação de maturidade de parceiros em proteção de dados pessoais, com o objetivo de verificar se os fornecedores que tratam dados pessoais em nome da Petrobras estão

atuando em observância às melhores práticas de mercado, cláusulas contratuais e regulamentações relativas à LGPD. Além disso, estabelecemos a meta de capacitar todos os fornecedores relevantes até 2030 em temas relacionados à privacidade e/ou integridade.

O reconhecimento externo acompanha esses avanços. Em 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) nos classificou como uma organização de “nível aprimorado” em maturidade de LGPD – o patamar mais alto avaliado pelo órgão.

Ainda em 2025, obtivemos certificações nas normas internacionais ISO/IEC 27001:2022 (Gestão de Segurança da Informação) e ISO/IEC 27701:2019 (Gestão de Privacidade da Informação), reforçando nossa aderência às melhores práticas globais.

Esses resultados evidenciam nosso compromisso com a segurança da informação e a privacidade de dados pessoais, consolidando nossa posição como referência de integridade e transparência no cenário nacional.

Ética na adoção da inteligência artificial e novas tecnologias

Reconhecemos o potencial transformador da Inteligência Artificial (IA) e reafirmamos nosso compromisso com sua aplicação ética, segura, transparente, justa e responsável. Antes da adoção de novas tecnologias, conduzimos análises abrangentes dos impactos potenciais, contemplando riscos éticos, sociais, regulatórios e de tecnologia de informação e telecomunicações.

No exercício de 2025, avançamos de forma significativa na consolidação da governança de IA responsável. Publicamos a Diretriz de IA Responsável,

estruturando a gestão em pilares estratégico, tático e operacional, com processos claros para tomada de decisão e monitoramento. Implementamos a avaliação preliminar de riscos (APR) e a avaliação de impacto algorítmico (AIA), assegurando mitigação de riscos e conformidade regulatória. Criamos o Escritório de IA Responsável, dedicado ao acompanhamento contínuo, suporte às áreas e promoção da cultura de responsabilidade no uso de IA.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética promove a gestão da ética na companhia, atuando como fórum para o aprofundamento de temas relacionados à ética. Foi instituída conforme decreto nº 1.171/1994 e decreto nº 6.029/2007 e a resolução nº 10/2008 da Comissão de Ética Pública (CEP).

A Comissão de Ética, apoiada por sua Secretaria-Executiva, atua em questões relacionadas aos temas previstos no Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras e nos demais instrumentos que compõem o Sistema de Integridade da companhia. Também supervisiona o cumprimento do Código da Alta Administração Federal (CAAF) e encaminha à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

A Comissão é composta de três membros titulares e seus respectivos suplentes, todos profissionais com ampla experiência em suas funções, prezando pela diversidade de gênero e pelo equilíbrio na representatividade das áreas corporativas e operacionais.

Para mais informações, disponibilizamos o e-mail comissaodeetica@petrobras.com.br

Políticas e procedimentos

Código de Conduta Ética

Nosso Código de Conduta Ética reflete nosso compromisso com as melhores práticas de integridade empresarial, fortalecendo um ambiente íntegro para os negócios. Mais do que estabelecer responsabilidades e condutas, o código incentiva comportamentos positivos e orienta as pessoas a tomarem decisões corretas, alinhadas aos valores que norteiam a companhia: Cuidado com as pessoas, Integridade, Sustentabilidade, Inovação e Compromisso com a Petrobras e com o país.

O documento define os princípios éticos que norteiam as responsabilidades institucionais, da alta administração e de toda a força de trabalho, reforçando o sentido ético presente na nossa missão, visão e propósito. Destaca ainda o papel fundamental da liderança como exemplo para suas equipes, com seções específicas voltadas a esse público.

O código aborda temas relevantes e atuais, como o uso responsável de mídias sociais e inteligência artificial, além de aprofundar questões relacionadas a ASG, com ênfase nas relações de trabalho, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

A assinatura do termo de ciência ao código é obrigatória para todos os empregados e empregadas e pode impactar o processo de Aumento por Mérito em caso de não cumprimento.

Até 31 de dezembro de 2025, 99,87% dos empregados e empregadas assinaram o termo de ciência ao Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras.

Para manter o alinhamento estratégico e as boas práticas de governança, a nova versão do Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras foi desdobrada para as participações societárias controladas e adotada em 100% delas. Em relação aos parceiros de negócio e a outras organizações externas, como fornecedores, dispomos de uma cláusula padrão em nosso modelo de contrato que exige a observância e cumprimento das diretrizes do documento.

Contribuições políticas

De acordo com o disposto no Código de Conduta Ética, assumimos o compromisso de não fornecer apoio ou contribuição a campanhas de partidos políticos ou de candidatos a cargos eletivos. Em 2025, não foram identificadas não conformidades ou denúncias relacionadas à realização de doações ou contribuições políticas, seja no Brasil ou nos países onde atuamos.

Política de Compliance

Nossa Política de Compliance estabelece princípios e diretrizes que expressam os compromissos que assumimos em relação à promoção dos valores éticos, da integridade e da transparência na condução de nossos negócios. Essa política contribui para um ambiente seguro para a tomada de decisão.

Em outubro de 2025, o nosso Conselho de Administração (CA) aprovou uma nova versão da Política de Compliance incorporando ajustes que reforçam a integridade como um valor fundamental, fortalecem os compromissos ASG e destacam o papel das lideranças na disseminação desses princípios.

Com essa atualização, buscamos reforçar o nosso compromisso com a integridade da nossa cultura corporativa, guiados pelos princípios de compliance, conforme ilustrado na figura a seguir.

PRINCÍPIOS DE COMPLIANCE



Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras

Nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores traz orientações sobre valores e comportamentos éticos esperados nas nossas relações de negócio. O guia reafirma nossa tolerância zero a toda e qualquer forma de fraude e corrupção, recomendando a mesma postura à nossa cadeia de fornecedores.

Dessa forma, nossos fornecedores devem prover condições de trabalho seguras e tratar seus trabalhadores com dignidade e respeito. Devem agir de forma íntegra e ética, estando em total conformidade com as regulamentações e leis aplicáveis. Essas obrigações estão previstas tanto em nossa minuta contratual como em nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores.

Com base nesses documentos e nos padrões internos com as orientações para fiscalização de contratos de bens e serviços, verificamos a conformidade da execução das cláusulas contratuais quanto aos aspectos relacionados à segurança, ao meio ambiente e à saúde, bem como à responsabilidade social, incluindo as obrigações de natureza trabalhista, em que exigimos mensalmente o envio da documentação necessária para comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O descumprimento dessas normas e obrigações contratuais é passível de sanções administrativas.

Além disso, avaliamos o desempenho e qualidade de nossos fornecedores e, quando necessário, aplicamos o sistema de consequências, conforme disposto em nosso Guia da Qualidade para Fornecedores, que pode resultar desde a aplicação de multas e outras penalidades previstas nos contratos, até a instauração de Comissão para Análise e Aplicação de Sanções (Caas), em cumprimento aos artigos 83 e 84 da lei nº 13.303/16. É possível instaurar

a Caase em casos de não conformidades trabalhistas, previdenciárias ou de SMS, abandono de contrato, desistência imotivada de processo licitatório, descumprimento do Guia de Conduta Ética para Fornecedores, dentre outras condutas consideradas graves.

No que diz respeito aos processos sancionatórios (Caase) relativos a não conformidades em práticas trabalhistas, 13 empresas foram sancionadas dentre o total de 34 empresas sancionadas em 2025.

Ressalta-se que, para contratos considerados de maior risco de violação de direitos humanos, como nos casos de uso intensivo de mão de obra, existe uma cláusula declaratória de responsabilidade social que estabelece compromissos de responsabilidade social e direitos humanos para as empresas contratadas.

Diretriz de Compliance Concorrencial

Nossa Diretriz de Compliance Concorrencial estabelece o compromisso com o cumprimento estrito da legislação de defesa da concorrência brasileira e das jurisdições estrangeiras em que realizamos negócios. A observância às orientações previstas nessa diretriz é fundamental para evitar a ocorrência de violações e impedir que a companhia sofra com práticas anticompetitivas executadas por outros agentes.

Nossa política de preços tem sido objeto de diversos questionamentos, especialmente por empresas concorrentes que alegam possíveis prejuízos decorrentes de nossa precificação.

No âmbito regulatório, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mantém oito processos para investigar possíveis infrações à ordem econômica pela Petrobras. Destes, seis encontram-se suspensos em virtude de Termos de Compromisso de Cessação de Conduta, não havendo decisões definitivas em nenhum dos casos.

Portal da Transparência

Pelo sexto ano consecutivo, o Portal da Transparência da Petrobras manteve-se em primeiro lugar no ranking de transparência ativa da Controladoria-Geral da União (CGU), entre mais de 300 órgãos e entidades federais avaliados em 2025.

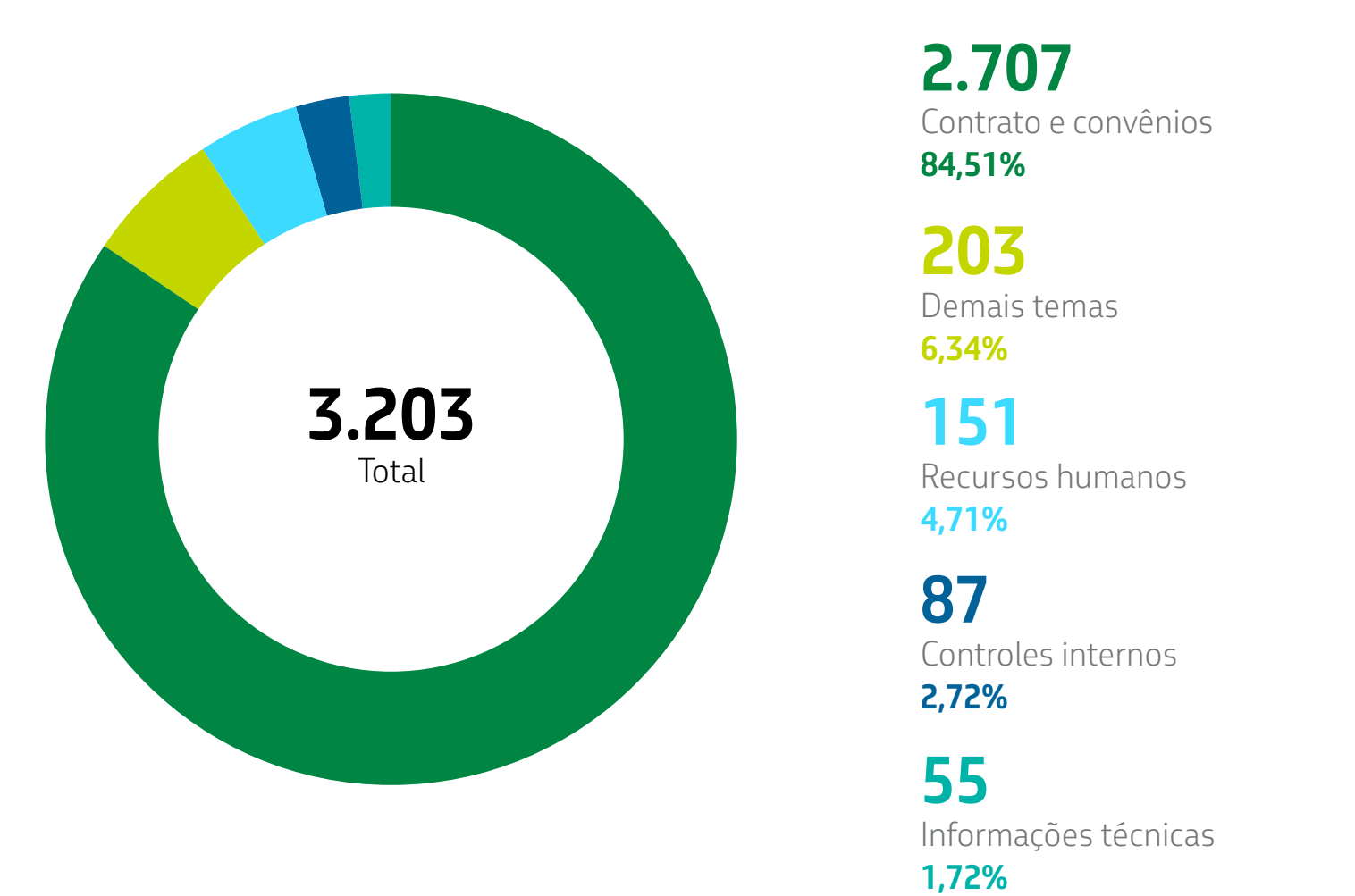
Em 2025, conquistamos a categoria ouro no Prêmio Nacional de Transparência Pública, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e outros tribunais. Com essa conquista, nos destacamos como uma das empresas mais transparentes do país. O reconhecimento é resultado do desempenho próximo a 90% nos critérios de acesso, clareza e divulgação de informações essenciais à sociedade. O Programa Nacional de Transparência Pública avaliou 52 estatais, premiando 42 nas categorias prata, ouro e diamante, reforçando a ampliação do acesso à informação e a confiança entre cidadãos e Estado.

Lançamos a terceira versão do nosso Portal da Transparência, com design aprimorado e tecnologia mais avançada, com o objetivo de tornar a navegação e a consulta às informações ainda mais acessíveis. Desenvolvemos automação para as seções de presentes e hospitalidades. Também divulgamos o balanço anual da Ouvidoria, a agenda de autoridades, a tabela de salários dos empregados e de remuneração dos administradores, entre outras informações de relevante interesse da sociedade, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), à Lei das Estatais (lei nº 13.303/2016) e à Lei de Conflito de Interesses (lei nº 12.813/2013).

Ampliamos a disponibilidade de contratos com cópias para download em nosso Portal da Transparência, acessíveis por meio de ferramentas de pesquisa em contratos, aditivos, licitações e convênios. Visando ampliar o acesso imediato à nossa maior demanda de transparência passiva, atingimos a marca de mais de dez mil cópias de contratos disponibilizadas.

Em 2025, registramos 731.236 visualizações no Portal da Transparência e analisamos 3.203 pedidos de acesso à informação, conforme o gráfico a seguir. O prazo médio de resposta foi de 16,6 dias. Somos o oitavo órgão mais demandado do Brasil.

SOLICITAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO



Em dezembro de 2025, finalizamos a segunda fase do projeto voltado para ampliar a transparência ativa no Sistema Petrobras. Sob a coordenação da Ouvidoria-Geral, foram desenvolvidos e lançados os portais institucional e da transparência da Araucária Nitrogenados (ANSA), que agora integra o grupo de empresas do Sistema Petrobras com portais próprios: Petrobras Biocombustível (PBio), Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações (PBEN-P), Petrobras Logística de Exploração e Produção (PBLOG), Termomacaé, Termobahia e Baixada Santista Energia (BSE).

Treinamento e comunicação

A divulgação das políticas, normas e procedimentos relacionados à ética e integridade é realizada para os nossos públicos de interesse por meio de campanhas e ações internas e externas, utilizando diversos canais de comunicação. Essas ações são planejadas a partir da nossa análise de riscos de integridade e são combinadas com ações específicas de capacitação.

As ações de capacitação são igualmente pensadas a partir da priorização de temas e públicos de interesse. Realizamos, ao menos, um treinamento anual sobre integridade para toda nossa força de trabalho, incluindo a alta administração. Além disso, trabalhadores e contrapartes recebem periodicamente conteúdos sobre os temas de integridade. Públicos que atuam em áreas mais expostas aos riscos de integridade, incluindo fraude, corrupção e violação à defesa da concorrência, também recebem treinamentos específicos. Em setembro de 2025, lançamos o curso na modalidade a distância (EAD) Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras. Este treinamento, disponível para toda a força de trabalho e de caráter obrigatório para empregados e empregadas, utiliza estudos de caso interativos que estimulam a reflexão e incentivam a aplicação prática dos princípios éticos no cotidiano profissional. Ressalta-se que a não realização do curso pode impactar o processo anual de progressão profissional.

Do total de empregados e empregadas, 98% realizaram o treinamento sobre o Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras, contabilizando 42.337 pessoas treinadas ao final da campanha, em dezembro.

O EAD Código de Conduta Ética adota uma integração com abordagens fundamentadas em teorias comportamentais, como o compliance e ética comportamental, estruturada em três eixos complementares:

- > **Aprendizagem orientada por dilemas:** exposição a situações reais, com múltiplos caminhos que levam a diferentes consequências;
- > **Narrativas imersivas:** casos com personagens, contextos e pressões próximos à nossa realidade;
- > **Autorreflexão guiada:** feedbacks éticos provocativos, que evitam classificações simplistas de “certo” ou “errado” e estimulam a responsabilização consciente.

Essa metodologia promove um desconforto construtivo, favorecendo a internalização dos princípios éticos e o amadurecimento do julgamento individual.

A partir do Código de Conduta Ética, o conteúdo reúne os Valores Petrobras, princípios éticos e orientações sobre a conduta esperada de todas as pessoas que integram nossa força de trabalho. Entre os temas abordados nos casos práticos, destacam-se condutas nas relações de trabalho, relacionamento com parceiros externos, recebimento de presentes, brindes e hospitalidades, prevenção à fraude e ao conflito de interesses e comportamento em mídias sociais.

Em 2025, publicamos a Diretriz de Proteção a Vítimas de Violências no Trabalho, estabelecendo protocolos e orientações para amparar vítimas de violência sexual, assédio moral, discriminação e retaliação no ambiente corporativo. Resultado de um grupo de trabalho multidisciplinar que reuniu representantes de diversas áreas da empresa, o documento representa um avanço significativo na prevenção e combate a práticas discriminatórias, reforçando o nosso compromisso com um ambiente de trabalho ético, seguro e acolhedor. A diretriz proporciona maior agilidade para propor medidas de mitigação e reparação de danos em casos confirmados, especialmente os mais graves, e envia uma mensagem clara sobre os valores da empresa ao prever mecanismos de acolhimento, sigilo e proteção contra retaliações.

Adicionalmente, para promover um espaço livre de violências, também realizamos palestras de prevenção e combate à discriminação, ao assédio moral e às violências sexuais no trabalho. Esta iniciativa visa informar nossa força de trabalho sobre o que são essas violências, as consequências dessas práticas prejudiciais e como agir diante dessas situações. Contribuímos assim para a criação de um espaço seguro para todos. Essas palestras são oferecidas no formato presencial e telepresencial.

Reconhecemos que a liderança segue desempenhando um papel fundamental na promoção da ética e da integridade em nossa companhia. Em 2025, mantivemos o compromisso de fortalecer esse papel ao disponibilizar o treinamento para lideranças recém-designadas, ampliando o alcance e a efetividade da ação. O objetivo permanece em aumentar o conhecimento dos líderes sobre sua função em um sistema de integridade efetivo, além de apresentar ações práticas para o fortalecimento da integridade na cultura organizacional. O treinamento, dividido em cinco capítulos, aborda o sistema de integridade e explora a relação entre integridade, práticas ASG e compliance, reforçando a importância desses temas para a sustentabilidade do negócio.

Com o objetivo de capacitar 100% dos fornecedores relevantes até 2030, realizamos diversas ações de treinamento em integridade, privacidade, direitos humanos e ambiente de trabalho saudável, incluindo temas como Norma Regulamentadora nº1 (NR-1) e riscos psicossociais. As iniciativas contaram com a participação de especialistas internos, representantes da Controladoria-Geral da União e profissionais de empresas relevantes. Ao longo de 2024 e 2025, essas capacitações envolveram diferentes formatos, como webinars, Jornadas ASG e fóruns, ampliando o engajamento dos fornecedores. Como resultado, concluímos 2025 com a participação de 130 empresas, o que representa 56% do público-alvo.

Treinamentos EAD sobre ética, integridade e transparência

Nossa carteira de treinamentos EAD está permanentemente disponível para a força de trabalho. Em 2025, foram acessados 28 treinamentos sobre temas relacionados a ética, integridade e transparência na carteira permanente. No período, totalizamos mais de 190 mil realizações por empregados e prestadores de serviço.



Movimento Transparência 100%

Como participantes do Pacto Global da ONU, estamos engajados, desde 2021, na iniciativa Movimento Transparência 100%, da Rede Brasil do Pacto Global. Essa iniciativa tem como objetivo contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. As empresas participantes se comprometem a adotar medidas que vão além das suas obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade.

O movimento propõe cinco metas a serem atingidas escalonadamente até 2030 pelos seus participantes:

- > **Meta 1:** 100% de transparência nas interações com a administração pública;
- > **Meta 2:** Remuneração 100% íntegra da alta administração;
- > **Meta 3:** 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- > **Meta 4:** 100% de transparência da estrutura de compliance e governança;
- > **Meta 5:** 100% de transparência sobre o desempenho dos canais de denúncia.

Fomos reconhecidos pelo Pacto Global – Rede Brasil, no âmbito do Movimento Transparência 100%, como uma das empresas que se destacam por suas boas práticas em integridade. Este reconhecimento ocorreu durante o Fórum Ambição 2030, em junho de 2025, e destaca nossa atuação na meta 3 da iniciativa, que prevê o treinamento em integridade de 100% da cadeia de valor de alto risco até 2030. A prática premiada, Nova Metodologia de Treinamento para Fornecedores Relevantes, reflete nosso compromisso como signatários do 10º Princípio do Pacto Global, bem como nosso alinhamento com a Agenda 2030 e a promoção de práticas sustentáveis em nossa cadeia de fornecimento.

Gestão de riscos de integridade

Nosso gerenciamento de riscos direciona nossas ações de integridade e fortalece os nossos controles internos e a nossa governança. A nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais define, em um de seus princípios, que tal gestão se insere em nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atuamos.

Definimos os riscos de integridade como aqueles decorrentes da não observância aos valores, princípios éticos e requisitos de integridade estabelecidos pela companhia. Também incluem o não atendimento às boas práticas de transparência, conformidade e controles internos. Anualmente, analisamos os nossos processos com base em fatores de risco relacionados à fraude e corrupção, considerando também a existência de controles e ações de mitigação nos processos.

O nosso sistema de integridade está sujeito ao risco de que os administradores, empregados, contratados ou qualquer pessoa que faça negócios conosco possam se envolver em atividades fraudulentas, corrupção ou suborno, burlar ou anular seus controles e procedimentos internos, apropriar-se indevidamente ou manipular seus ativos para seu benefício pessoal ou de terceiros, contra o nosso interesse. Nesse sentido, um dos objetivos do sistema de integridade é a prevenção e o tratamento desses riscos.

Em 2025, reavaliaremos todos os nossos processos¹ com base em fatores de risco relacionados a fraude e corrupção.

1 Tendo em vista a configuração de nossos padrões de processo em hierarquia, todos os processos de nível 2 foram reavaliados.

Monitoramos nossos processos de negócios com foco nos riscos de integridade, tais como fraude e corrupção, violação ao regime de sanções e conflito de interesses. Quando identificados red-flags, encaminhamos para conhecimento e ação pela respectiva Primeira Linha de Defesa. Analisamos os incidentes do Sistema de Integridade, visando o aprimoramento dos processos e seus controles. Nossa carteira é avaliada em relação à eficácia dos resultados obtidos, o que possibilita a estruturação de novos monitoramentos e implementação das mudanças necessárias em processos, controles, sistemas de tecnologia da informação, treinamentos, entre outros. Em 2025, incorporamos ao portfólio um novo monitoramento, com objetivo de identificar potenciais comportamentos anticompetitivos entre empresas licitantes nas oportunidades de contratação em andamento.

Nossa alta administração dispõe de ferramentas para mitigação de riscos como os de fraude, corrupção e desvios de ética em geral.

Dentre essas ferramentas, destacamos os monitoramentos de riscos de conformidade e os trabalhos operacionais da área de Auditoria Interna, bem como os do escopo da certificação SOx. Esses trabalhos são realizados de forma integrada com a gerência executiva de Conformidade por meio da execução de testes de controles.

A Auditoria Interna é certificada pelo Institute of Internal Auditors (IIA Brasil) e disponibiliza aos diretores, gerentes executivos e gerentes de unidades os relatórios de auditorias. Além disso, trimestralmente, apresenta seus resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê de Auditoria Estatutário das Controladas, à Diretoria Executiva (DE) e ao Conselho de Administração (CA) para que os executivos acompanhem a implementação das melhorias pelas áreas.

Mecanismos de integridade na cadeia de valor

Due diligence de integridade

Realizamos due diligence de integridade (DDI) de contrapartes visando conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao nosso relacionamento com fornecedores de bens e serviços; clientes na comercialização de derivados e de petróleo; instituições em projetos de patrocínio e convênios relacionados às funções de Comunicação e Responsabilidade Social; partícipes de termos de cooperação e outros convênios; armadores e brokers; e empresas interessadas em processos de desinvestimento de ativos, aquisições e em participações societárias, parcerias estratégicas e operacionais.

Dentre as verificações realizadas durante o procedimento de DDI estão a identificação de beneficiários finais da pessoa jurídica, a utilização de intermediários em negócios com a companhia e a existência e aplicação de mecanismos de integridade por parte das pessoas jurídicas avaliadas.

O resultado da DDI é expresso pelo grau de risco de integridade (GRI) nas categorias baixo, médio e alto. O GRI é considerado pelos gestores em nosso processo decisório.

Em 2025, a equipe da Conformidade atribuiu 2.787 GRIs aos nossos fornecedores.

Reforçando o nosso compromisso com os direitos humanos, o tema passou a integrar, desde outubro de 2023, o questionário de DDI, juntamente com aspectos relacionados à proteção de dados pessoais. Verificamos requisitos relacionados aos compromissos e práticas de direitos humanos, considerando, entre outros aspectos, a existência de compromissos públicos,

políticas e procedimentos, avaliação de riscos e impactos em direitos humanos, ações de conscientização e treinamentos, existência e efetividade de canais de denúncia, bem como práticas de gestão de riscos na cadeia de suprimentos, como a avaliação do histórico e reputação e a inclusão de cláusulas contratuais específicas. As informações coletadas serão utilizadas para atuação preventiva junto à nossa cadeia de fornecedores.

Desde de novembro de 2024, nossos contratos com fornecedores incluem uma cláusula de direitos humanos com exigências relacionadas à promoção da diversidade e inclusão, à proibição de preconceito, discriminação, assédio, exploração sexual, trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão, entre outros riscos de violações de direitos humanos. Essas exigências, que também se estendem aos subcontratados por meio de itens específicos, têm o objetivo de garantir maior efetividade dos compromissos expressos no Guia de Conduta Ética para Fornecedores.

Em dezembro de 2025, elaboramos o Manual de Devida Diligência em Direitos Humanos em Fornecedores Relevantes, alinhado às melhores práticas internacionais e às diretrizes internas. O manual estabelece um padrão robusto de gestão de direitos humanos em nossa cadeia de suprimentos, baseado em riscos e centrado nas pessoas. O processo inclui as seguintes etapas: mapeamento de riscos, avaliação, engajamento – incluindo visitas presenciais aos fornecedores quando aplicável –, implementação de planos de ação corretiva e preventiva, identificação de questões críticas e monitoramento contínuo. O processo de devida diligência em direitos

humanos é implementado conjuntamente pelas áreas de Conformidade, Suprimentos e Responsabilidade Social, garantindo alinhamento com os nossos compromissos estratégicos em direitos humanos.

Os resultados da devida diligência em direitos humanos são integrados ao processo de devida diligência de integridade (DDI).

Em 2025, passamos a integrar uma colaboração com a BP, Shell, Equinor, Ørsted e TenneT, conhecido como Worker Welfare Group (WWG), com foco na melhoria dos aspectos de bem-estar dos trabalhadores na cadeia de fornecedores. No âmbito dessa parceria, as ações concentram-se no setor de construção marítima em Singapura, especialmente junto aos trabalhadores envolvidos na construção e montagem das unidades estacionárias de produção (UEPs). O grupo atua em áreas-chave, como recrutamento responsável, melhoria das condições de acomodação, promoção de transporte mais seguro e fortalecimento do acesso a mecanismos eficazes de reclamação e queixas.

O WWG tem avançado em sua abordagem coletiva por meio do desenvolvimento de fornecedores, facilitando o compartilhamento de conhecimento entre diferentes setores, e do aprofundamento do engajamento com as principais partes interessadas em Singapura, com perspectiva de expansão dessas iniciativas para outras regiões.

Essas ações reforçam nosso compromisso com tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, como a Carta Internacional dos Direitos Humanos, os Princípios Orientadores sobre Direitos Humanos e Empresas da ONU, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, e as diretrizes da International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca).

Ainda em relação aos fornecedores, desenvolvemos mecanismos de avaliação que têm por objetivo garantir de forma adequada requisitos técnicos, econômico-financeiros, legais e práticas de SMS. Também devem possuir perfil ético em seu relacionamento com a sociedade e com o meio ambiente.

Mantemos nossa base de fornecedores ativa, com o objetivo de avaliarmos, previamente à celebração da contratação, as empresas quanto ao atendimento dos requisitos. A avaliação de fornecedores está sendo continuamente otimizada e simplificada, buscando maior geração de valor ao processo. Em 2025, avaliamos 1.931 empresas quanto aos requisitos técnicos; 5.985 empresas quanto aos requisitos econômico-financeiros; 15.281 empresas quanto aos requisitos legais; e 198 empresas quanto aos requisitos de SMS.

Background check de integridade

O background check de integridade (BCI) é um mecanismo de integridade para subsidiar os gestores e a alta administração na tomada de decisão quanto à indicação de candidatos a posições-chave. Isso ocorre por meio da análise de requisitos legais e de conformidade com nosso Estatuto Social e nossa Política de Indicação de Administradores.

Em 2025, conduzimos 4.446 avaliações de *background check* de integridade.

Prevenção ao conflito de interesses

Além de atendermos à Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6.404/1976), a Lei de Conflito de Interesses (lei nº 12.813/2013) e a Lei das Estatais (lei nº 13.303/2016), dispomos de instrumentos continuamente aprimorados que tratam da identificação e da administração de potenciais conflitos de interesses relativos a nossos administradores e a outros empregados, conforme descrito na tabela a seguir.

INSTRUMENTOS PARA PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Instrumento	Mecanismo para prevenção de conflito de interesses
Estatuto Social	Para a investidura de administrador, a companhia considerará as hipóteses de conflito material e, no caso das hipóteses de conflito de interesses formal, somente aqueles expressamente previstos em lei; conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do Conselho Fiscal e comitês de assessoramento ao CA; composição e regras de funcionamento dos comitês de assessoramento do CA; declaração anual de bens e rendas, assim como a declaração sobre conflito de interesses, a ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR, na forma da legislação vigente.
Diretrizes de Governança Corporativa	Definem que o CA tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesses entre acionistas e membros da alta administração.
Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras	Estabelece que é responsabilidade da força de trabalho conhecer e evitar situações em que os seus interesses pessoais possam entrar em conflito com nossos interesses ou das empresas do Sistema Petrobras e determina que é necessário declarar-se impedido de decidir ou de participar de atos que possam gerar tal conflito.
Guia de Conduta Ética para Fornecedores	Determina que os fornecedores devem se abster de praticar qualquer ato que possa colocar os nossos empregados ou agentes públicos de outros órgãos e instituições públicas em situação de conflito de interesses, real ou potencial.
Diretriz de Prevenção ao Conflito de Interesses	De forma complementar às orientações contidas no Código de Conduta Ética, a diretriz apresenta o conceito e os tipos de conflito de interesses, os mecanismos de prevenção dos quais nos utilizamos, os papéis e responsabilidades das áreas envolvidas, bem como as legislações e demais normativos aplicáveis.
Diretriz de Prevenção de Conflito de Interesses referente aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e equivalentes a DAS-6 e 5	De forma complementar às orientações contidas no Código de Conduta Ética, a diretriz apresenta o conceito e os tipos de conflito de interesses, os papéis e responsabilidades das áreas envolvidas, o conceito de funções equivalentes a DAS-6 e 5 na companhia e detalha as demais obrigações inerentes da lei nº 12.813/13 aplicáveis ao público-alvo do normativo.
Background check de integridade	Consiste em um procedimento de avaliação de integridade que engloba o risco de conflito de interesses de candidatos a posições-chave no Sistema Petrobras.
Comissão de Ética	Atua como instância consultiva da área de Conformidade em relação à avaliação das situações de conflito de interesses identificadas, assim como na definição de ações mitigatórias ou saneadoras.
Programa de Compliance	É o conjunto de mecanismos destinados a prevenir, detectar e remediar desvios de conduta e atos lesivos praticados contra a companhia, incluindo aqueles relacionados ao conflito de interesses.
Código de Boas Práticas	Expressa que é necessário que tanto os nossos administradores quanto os nossos empregados pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesses ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de nossa emissão.
Política de Indicação de Membros da alta administração e do Conselho Fiscal	Estabelece os requisitos mínimos e diretrizes para a indicação de membros da alta administração e do Conselho Fiscal da Petrobras e de suas participações societárias.
Política de Transações com Partes Relacionadas	Estabelece os princípios que orientam a empresa e nossos empregados na celebração de transações com partes relacionadas e em situações em que exista potencial conflito de interesses nessas operações.

Nossos empregados realizam consultas de potenciais conflitos de interesses por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCI). Esse sistema foi desenvolvido pela CGU em atendimento à Lei de Conflitos de Interesses. As consultas são recebidas pela Ouvidoria-Geral, responsável pela gestão do processo de demandas no âmbito da Lei de Conflitos de Interesses (lei nº 12.813/2013), e encaminhadas para análise da área de Conformidade. Os demais agentes devem realizar consultas de potenciais conflitos de interesses à CEP.

Caso sejam identificadas situações de potencial conflito de interesses, o administrador ou empregado deverá declarar-se impedido. Deve abster-se de participar da decisão, da negociação, da estruturação e do rito decisório relativo à situação, com o objetivo de garantir o exclusivo interesse da companhia.

No ano de 2025, recebemos 188 solicitações por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses da Controladoria-Geral da União (SeCI). Com um aumento de 18% em relação ao ano anterior (160 solicitações), este número representa cerca de 5% das solicitações do sistema e nos posiciona como a terceira instituição mais demandada no país. Foram 11 solicitações inabilitadas por cancelamento de solicitação, perda de objeto ou por não atenderem os requisitos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333/2013.

Das 177 solicitações habilitadas, 128 são pedidos de autorização de atividades privadas externas e 49 são consultas sobre orientação de como prevenir ou impedir o possível conflito de interesses com as atividades realizadas na companhia.

A maior parte das solicitações está relacionada à participação de empregados em sociedades empresariais. Foram também registradas demandas que versam sobre atividades de docência e relacionadas a autorização para o exercício de atividades ligadas à área de formação dos



solicitantes (consultorias, projetos, perícias). Outros assuntos abrangem nepotismo, atividades de voluntariado, participação em palestras ou eventos, entre outros.

Destacamos ainda que possuímos uma Política de Transação com Partes Relacionadas, além de mecanismos de relatos periódicos ao Comitê de Auditoria Estatutário. Considerando as diretrizes da nossa política e os controles da companhia relacionados, não foram identificados conflitos de interesses em transações com partes relacionadas no ano de 2025.

Procedimentos de conformidade em projetos patrocinados

Para assegurar a aplicação eficiente e conforme dos recursos de projetos que patrocinamos, as propostas passam por processos de análise documental, técnica, e orçamentária previamente ao início da contratação. Isso garante que procedimentos de governança e conformidade sejam seguidos e busca prevenir conflitos de interesses.

As propostas de projetos socioambientais e de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia são recebidas via editais de seleção pública ou escolha direta.

A seleção pública de projetos corresponde a processo amplo e transparente, com regulamento próprio, divulgação nacional e comissões de seleção colegiadas para a escolha dos projetos a serem contemplados.

Na escolha direta, analisamos propostas que são encaminhadas pelos interessados diretamente aos sistemas próprios para gestão de projetos, devendo atender a critérios de análise documental, técnica e adequação para contratação, assim como relevância para atingimento dos nossos objetivos.

As propostas de projetos de patrocínio passam por vários processos de análise técnica e documental previamente ao início da contratação – de forma a garantir a transparência e a conformidade da decisão de se contratar a oportunidade em questão – garantindo que procedimentos de governança e conformidade sejam seguidos, mitigando riscos e evitando possíveis conflitos de interesse.

Caso atendam aos critérios corporativos e sejam consideradas estratégicas para a companhia, são incorporadas à carteira de patrocínios, conforme definido na Tabela de Limites de Competência da Petrobras.

Além disso, também é realizada a análise de due diligence de integridade (DDI) das contrapartes, para conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao nosso relacionamento com os titulares de oportunidades. O resultado da DDI é expresso pelo Grau de Risco de Integridade (GRI). Adicionalmente, os projetos de patrocínio passam ainda por análise e verificação de conformidade prévia por parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM)

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Petrobras é uma atividade independente que avalia controles internos, gestão de riscos e governança, focada em fortalecer a integridade da companhia. Certificada internacionalmente pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), utiliza tecnologias como data analytics e metodologias ágeis para auditoria contínua e conformidade, com estrutura focada em eficiência e monitoramento dos processos operacionais.

Os profissionais da Auditoria Interna realizam treinamentos periódicos para manter e desenvolver suas competências, incluindo conhecimento sobre

indicadores de fraude e corrupção. A qualidade dos trabalhos é monitorada por meio do indicador Percepção dos Trabalhos de Auditoria pelas Áreas, apurado em pesquisas encaminhadas diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Em 2025, recebemos o prêmio do IIA, reconhecendo nossas iniciativas para fortalecer e promover a conscientização sobre atividade de auditoria interna. É a terceira vez que conquistamos esse reconhecimento. Desde 2020, o IIA Brasil promove a campanha nacional IIA May Brasil, premiando as empresas que desenvolvem ações relevantes para valorização da profissão.

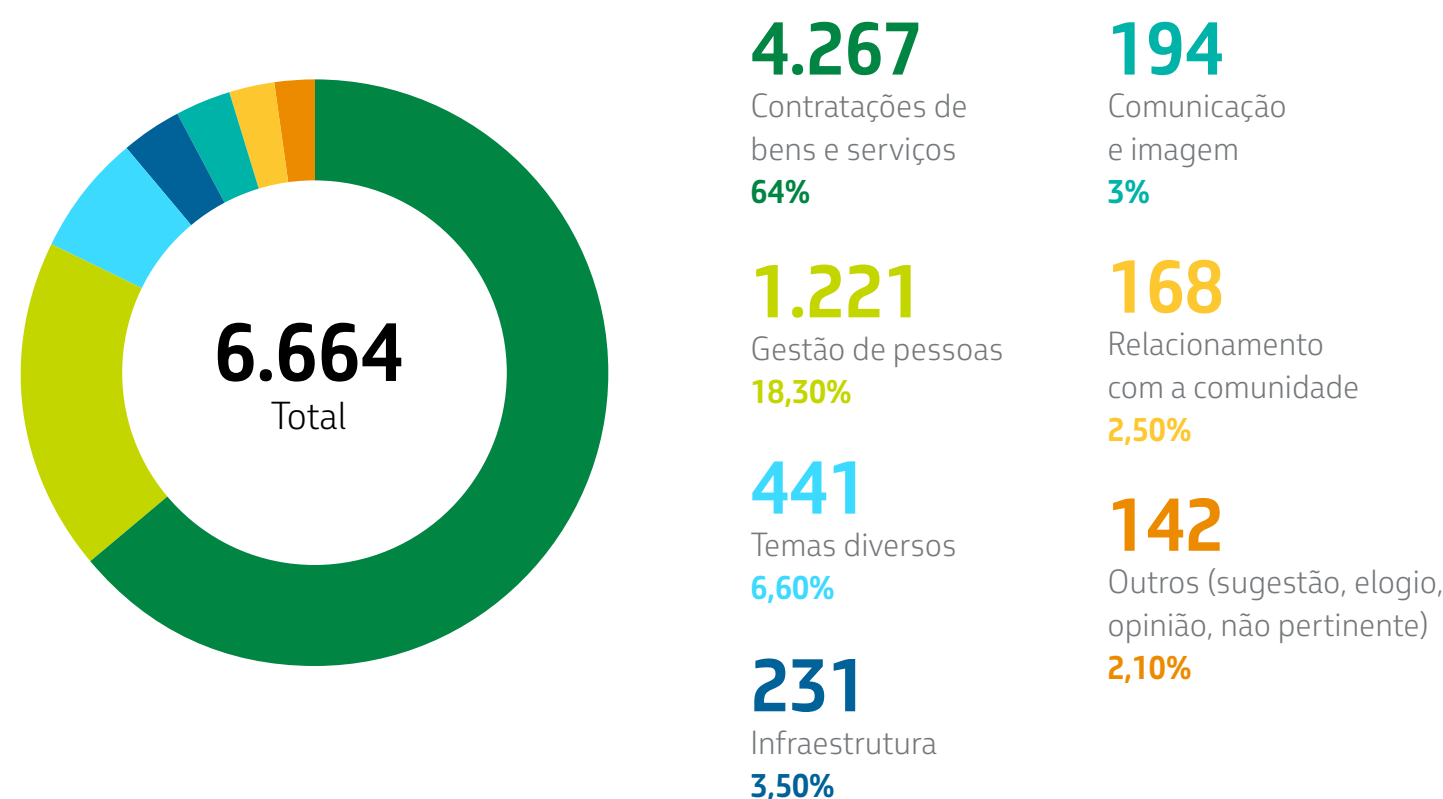
No Workshop Anual de Auditoria Interna 2025, foi destacado o papel estratégico da Auditoria. O evento, que teve como tema “Novas fronteiras para auditoria interna. O que está por vir?”, reuniu nossas lideranças e representantes de diversas organizações como Banco do Brasil, CGU e Shell, atraindo público presencial e cerca de 500 espectadores remotos.

Mecanismos para tratamento de solicitações e reclamações

Disponibilizamos diversos canais para recebimento de solicitações e reclamações, garantindo maior transparência e tratamento adequado. Entre eles podemos citar os canais: Fale com Ouvidoria, o Serviço de informação ao Cidadão (SIC), o Serviço Eletrônico de Consulta e Prevenção a Conflito de Interesses (SeCI), entre outros.

A Ouvidoria-Geral atua como canal de segundo atendimento para manifestações como reclamações, pedidos, elogios e sugestões. Em 2025, recebemos 6.664 demandas (reclamações, pedidos, sugestões e elogios), conforme percentuais no gráfico a seguir.

DEMANDAS RECEBIDAS



A maioria, relacionada à contratação de bens e serviços, apontou irregularidades trabalhistas em empresas contratadas, como atraso no pagamento de salários e benefícios. Esses relatos subsidiam a fiscalização e permitem ações imediatas na cadeia de fornecedores.

As reclamações sobre gestão de pessoas referem-se a erros ou inconformismos em processos internos, sem indicar ilegalidades, e na maioria dos casos versam sobre remuneração e jornada de trabalho de empregados.

Canal de Denúncia

Nosso Canal de Denúncia funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, por telefone e internet, em português, inglês e espanhol, para públicos externo e interno da Petrobras e suas controladas. Todas as informações são recebidas por uma empresa contratada especializada, que registra a denúncia para o devido tratamento da Ouvidoria-Geral. Em 2025, registramos 3.716 denúncias (66% pelo site, 29% por telefone e 5% pelos demais meios), o que equivale a 2,05 denúncias para cada 100 trabalhadores (considerando empregados, prestadores de serviço,

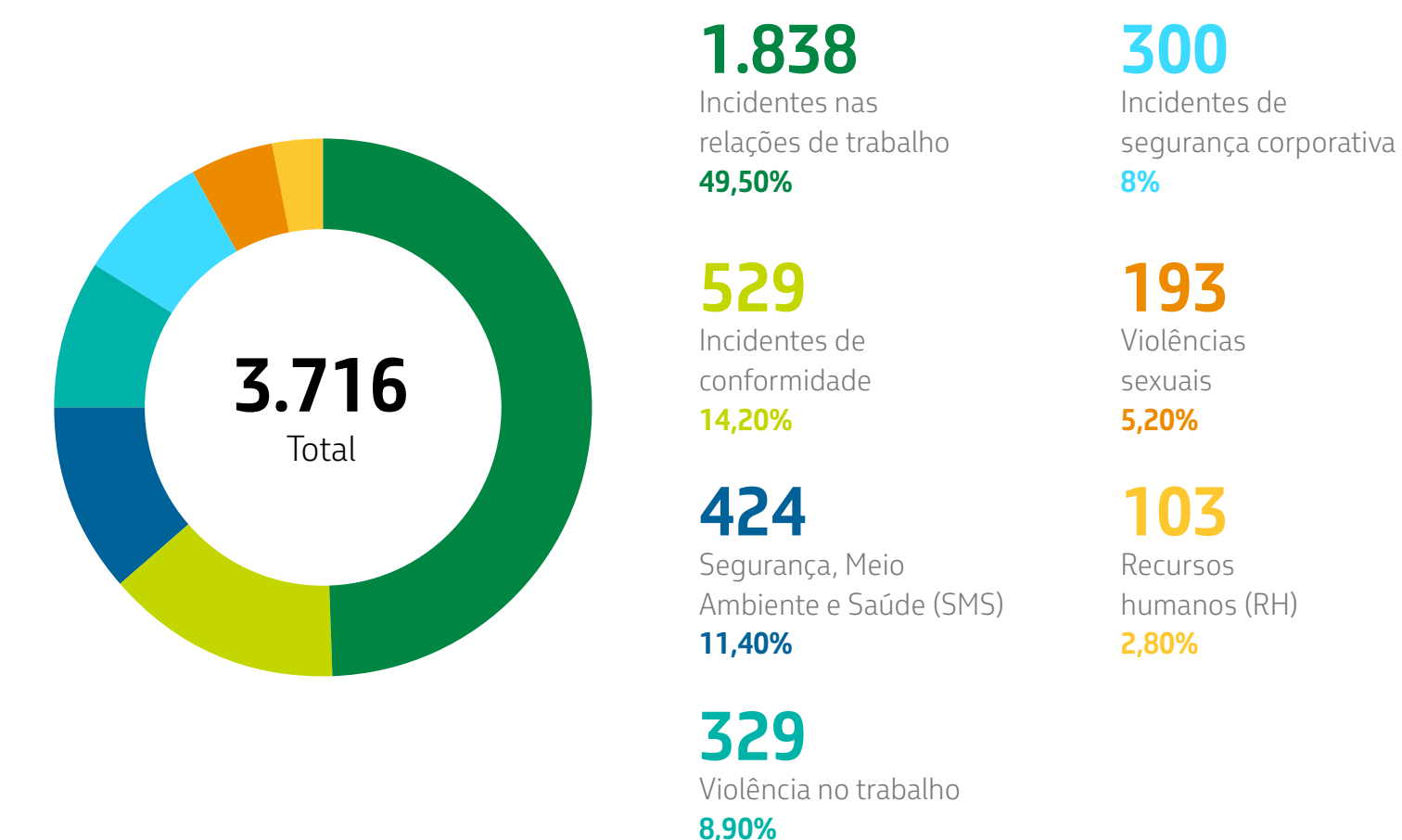
credenciados, nomeados, jovens aprendizes e estagiários da Petrobras e suas subsidiárias). Para a segurança dos denunciante, não há rastreamento de IP dos computadores ou das ligações para quem opta pelo anonimato. Em 2025, 72% das denúncias foram anônimas e 28% identificadas. O tratamento das denúncias preserva o sigilo e a confidencialidade dos relatos, sejam identificados ou anônimos. Nas situações em que é necessária a identificação do denunciante, como ocorre em alguns casos de violência no trabalho, o tratamento da denúncia prossegue apenas se houver o seu consentimento, observados sempre o sigilo e a confidencialidade das informações.

O processo de tratamento das denúncias segue controles internos específicos e é regido pela Diretriz de Proteção a Denunciantes, que assegura medidas contra quem denuncia de boa fé.

Desde julho, implementamos uma versão revisada do Glossário de Classificação de Denúncias de Relações de Trabalho, que serve como ferramenta estratégica para o sistema de integridade da empresa. Coordenada pela Ouvidoria-Geral com participação de diversas áreas como Corregedoria, Inteligência e Segurança Corporativa (ISC) e Jurídico, a revisão simplificou a estrutura do documento, reduzindo os anteriores 23 temas para oito, organizados em três grupos, sem comprometer a cobertura dos tipos de condutas apuradas. Esta simplificação permite um enquadramento mais ágil e consistente das denúncias, enfatiza a gravidade de determinadas condutas conforme previsto no Código de Conduta Ética, e torna mais eficiente o processo de classificação, triagem e análise das denúncias, contribuindo para um ambiente organizacional mais seguro e respeitoso, além de fortalecer o princípio da proporcionalidade no sistema de integridade da companhia.

O gráfico a seguir apresenta o número e o percentual de denúncias recebidas, organizadas em grandes grupos definidos pela similaridade dos relatos recebidos.

DENÚNCIAS



O grupo de incidentes nas relações de trabalho teve como principal tema as condutas inadequadas na relação de trabalho, ou seja, aquelas que não envolveram grave ameaça ou agressão física. Nas denúncias de incidentes de conformidade, destacaram-se os temas de favorecimento e irregularidades em processo de contratação. Em relação às denúncias de violências no trabalho, destacam-se discriminação e assédio moral. Nos demais grupos de denúncias, os temas mais recorrentes foram regras de ouro, incidentes e desvios (SMS), gestão de pessoas (RH), furtos (incidentes de segurança corporativa), condutas inadequadas de natureza sexual (violências sexuais).

Em 2025, a Ouvidoria recebeu 3.716 denúncias. Durante o ano, parte dessas denúncias foi tratada e algumas permaneceram em análise ao final do

período. Além disso, todas as denúncias remanescentes do ano anterior foram concluídas, totalizando 3.952 denúncias tratadas em 2025. Destas, 507 foram confirmadas ou parcialmente confirmadas, 1.022 não foram confirmadas e 2.423 foram inabilitadas por falta de elementos. Dos casos de arquivamento, 87,2% ocorreram por ausência de retorno do denunciante para complementar informações. Ademais, também são arquivadas denúncias apresentadas por desistência formal do denunciante e nas quais não houve a concordância da possível vítima para o tratamento da demanda.

Em conformidade com a lei nº 13.303/2016, a Ouvidoria-Geral reporta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado as denúncias de incidentes de conformidade de muito alto e alto riscos, e o resultado de suas apurações. Casos envolvendo alta administração são apresentados mensalmente ao Comitê de Auditoria Estatutário. Das 3.716 denúncias recebidas, 68 se enquadravam no escopo de apresentação ao Comitê de Auditoria Estatutário e 14 se enquadraram no escopo do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, sendo formalmente apresentadas aos respectivos comitês.

Informações quantitativas e qualitativas das demandas recebidas pela Ouvidoria-Geral são reportadas semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e à DE e, anualmente, ao CA.

Investigações

Fortalecemos nosso Sistema de Integridade com a criação da Corregedoria-Geral, aprovada pelo CA e implementada a partir de 1º de julho. A nova estrutura, vinculada à diretoria de Governança e Conformidade, unifica duas gerências executivas e absorve atividades antes distribuídas entre diferentes áreas, visando à maior assertividade e à redução de prazos nos processos investigativos relacionados a fraudes, corrupção e violências sexuais e no trabalho.

No início de 2025, obtivemos nota máxima na avaliação conduzida pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre a maturidade das corregedorias de entidades públicas federais. A CGU, órgão responsável pela prevenção e combate à corrupção na administração pública federal, reconheceu que nossa área correccional atende aos 18 requisitos de excelência estabelecidos pelo órgão, entre os quais independência, atuação preventiva, transparência das atividades e capacitação dos empregados. Essa nota mantém-se válida até 2026, quando será realizada nova avaliação.

Adicionalmente, somos membros fundadores do Fórum Nacional de Corregedorias das Empresas Estatais, que reúne diversas estatais federais para promover cooperação, troca de experiências, fortalecimento da interação com o governo, disseminação de boas práticas e realização de treinamentos na área correccional. Sediámos a reunião de constituição do fórum e o corregedor-geral da companhia foi eleito o primeiro presidente do fórum.

Em 2025, o estoque de protocolos de denúncias foi reduzido em 44%, tendo sido mantido o viés de queda no tempo médio das investigações, reforçando nosso compromisso com respostas rápidas e eficazes.

No período, foi instituída medida alternativa de solução disponível à Corregedoria-Geral, para aplicação durante investigações, caracterizando-se como instrumento unilateral de natureza educativa e não disciplinar, que visa conferir efetividade ao Sistema de Integridade da companhia. A ferramenta permite o encerramento antecipado de investigações envolvendo transgressões leves ou situações que possam gerar riscos corporativos, mesmo quando não configurem descumprimento normativo, oferecendo uma abordagem mais eficiente e proporcional na gestão de questões de integridade. A medida pode ser aplicada a empregados ativos ou membros da alta administração, mediante autorização prévia da autoridade competente, exigindo apenas a formalização da ciência do orientado através de termo específico, sem impacto na ficha funcional.

Sanções a pessoas físicas e jurídicas

Os casos de sanções referem-se a desvios de conduta, como descumprimento ou inobservância de normativos internos, desídia no desempenho das funções, mau procedimento, entre outras situações de natureza similar.

Em 2025, aplicamos 102 medidas disciplinares a empregados de diferentes níveis hierárquicos na Petrobras controladora, incluindo 12 rescisões de contrato por justa causa, 35 suspensões e 55 advertências por escrito. Não foram identificados casos de corrupção envolvendo empregados. Não obstante, foi identificado um caso de desvio de itens de compras para uso pessoal, por um empregado que foi demitido após o devido processo disciplinar.

Quanto às pessoas jurídicas, encerramos 35 processos administrativos, responsabilizando 37 empresas por ilícitos cometidos contra a Petrobras, nos termos da lei nº 12.846/2013, com aplicação de multas que totalizaram aproximadamente R\$ 50,5 milhões. Além disso, 23 pessoas jurídicas foram suspensas de participar de licitações, conforme a lei nº 13.303/2016. Mantivemos posição de destaque no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União (CGU), reforçando os princípios de transparência e controle social.

Operação Lava Jato

Desde 2014, acompanhamos as investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), que apuram irregularidades em contratos e pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo ex-executivos e empregados da Petrobras.

Nas ações penais e de improbidade administrativa em que ex-empregados da Petrobras foram ou ainda são réus por prática de corrupção relacionada à Operação Lava Jato, temos sido reconhecidos pelo MPF e pela União Federal como vítima das condutas criminosas e ímprobas. Nos casos em que as imputações são julgadas procedentes, o Judiciário, em regra, também tem reconhecido a Petrobras como vítima das irregularidades apuradas.

À medida que as investigações relacionadas à Operação Lava Jato resultem em acordos de leniência com as empresas investigadas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, podemos ter direito a receber uma parte dos valores restituídos. Deste modo, até o fim de 2025, recuperamos a quantia aproximada de R\$ 8,05 bilhões por meio de acordos de colaboração, acordos de leniência e repatriações.

Mencione-se, ainda, que atuamos como coautora, juntamente com o MPF e/ou União Federal, em ações de improbidade administrativa que visam ao ressarcimento dos prejuízos sofridos pela companhia.

Além disso, atuamos em diversas ações penais relacionadas à Operação Lava Jato, na qualidade de terceira interessada ou assistente de acusação.

Nos últimos anos, algumas condenações proferidas em ações penais decorrentes das investigações da Operação Lava Jato foram declaradas nulas pelos tribunais superiores, em razão de discussões sobre competência, validade das provas e outras alegações. Ainda há medidas judiciais em curso com o objetivo de anular condenações criminais relacionadas às investigações. Esses processos estão em andamento e seus desfechos podem afetar os nossos interesses.

A estratégia de ingressar como assistente de acusação nesses casos pautou-se pela opinião do MPF quanto à presença de evidências suficientes de crimes praticados contra a companhia, aliada à existência de acordos de colaboração em que investigados confessaram práticas delituosas em face da Petrobras.

Atualmente, somos parte de uma ação coletiva iniciada na Holanda e outra na Argentina, de um processo de arbitragem na Argentina e de processos judiciais e de arbitragem iniciados no Brasil. Em cada caso, o processo foi movido por investidores (ou entidades que alegam representar interesses de investidores) que compraram ações da companhia negociadas na B3 ou outros valores mobiliários emitidos pela companhia fora dos Estados Unidos, alegando danos relacionados a fatos descobertos na Operação Lava Jato.

Na Argentina, somos atualmente réus em uma ação criminal em que se alega uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários agravada por informações supostamente falsas incluídas nas demonstrações financeiras da companhia emitidas antes de 2015. Em 03 de setembro de 2025, a primeira instância reconheceu a prescrição da ação penal e determinou o

seu arquivamento. A parte contrária apresentou recurso, ainda pendente de julgamento. Até 2025, também estava em andamento uma ação criminal em que se alegava o descumprimento da obrigação de divulgar no mercado argentino uma ação civil coletiva proposta pela Consumidores Damnificados Asociación Civil, nos termos das disposições da legislação argentina de mercado de capitais. Entretanto, em 25 de março de 2025, a justiça argentina encerrou a ação por considerar que não havia fato relevante que devesse ser informado nos termos da legislação local. A decisão transitou em julgado.

Além desta ação, convém mencionar que a EIG Management Company e alguns fundos afiliados iniciaram um processo judicial contra a Petrobras em 23 de fevereiro de 2016 nos Estados Unidos (Distrito de Colúmbia). Os autores alegam que a companhia teria praticado fraude ao induzi-los a investir na Sete Brasil Participações S.A. ("Sete"), por meio de comunicações que teriam deixado de revelar um suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e a Sete. A EIG pedia indenização de, no mínimo, US\$ 221 milhões. É importante mencionar que, em março de 2025, o CA aprovou celebração de acordo para encerramento da pendência judicial com a EIG. Nos termos do acordo, que não constitui reconhecimento de culpa ou de práticas irregulares pela companhia, pagamos o valor de US\$ 283 milhões, enquanto a EIG pediu o encerramento da ação e renunciou a qualquer eventual direito relacionado à disputa.

ENGAJAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ADVOCACY E APOIO FINANCEIRO

GRI 11.22.1

Esse tema material abrange a contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam segurança energética, proteção ambiental e bem-estar social. Inclui ações de *advocacy* e os impactos sobre subsídios, legislações e regulamentações, bem como o engajamento com partes interessadas para fomentar uma abordagem mais abrangente e sustentável para o setor de óleo e gás. Compreende também investimentos em pesquisa, inovação e tecnologia voltados para soluções ambientalmente eficientes e socialmente justas, além do relacionamento com entidades e associações que atuam na mitigação das emissões de GEE.

Somos uma sociedade de economia mista, cuja maioria do capital votante pertence à União Federal. Como instrumento de atuação do Estado na economia, nosso papel vai além da geração de lucro aos acionistas. Contribuímos para o desenvolvimento econômico e social do país, apoiando a implementação de políticas públicas, sem comprometer nossa rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Ao executar nosso objeto social de forma alinhada à agenda prioritária de políticas públicas do setor de energia, promovemos segurança energética, proteção ambiental e bem-estar social, mantendo-

nos lucrativos e sustentáveis. Essa atuação reflete nosso valor institucional de Comprometimento com a Petrobras e com o país.

Quando nos referimos a políticas públicas, tratamos de ações estratégicas do Estado para enfrentar problemas coletivos e atingir objetivos socialmente determinados, em escala local, regional ou nacional.

Nossa atuação orientada a políticas públicas ao interesse público deve ser compatível com o nosso objeto social e, em geral, com as condições de mercado. Em nenhuma hipótese, pode colocar em risco nossa rentabilidade e a nossa sustentabilidade financeira. A rentabilidade é premissa fundamental para a priorização de nossos investimentos, exigindo projetos viáveis técnica e economicamente.

Caso o atendimento ao interesse público ocorra em condições distintas daquelas praticadas por outras empresas privadas que atuam no mesmo mercado, conforme o artigo 8º, §2º, da lei nº 13.303/2016, as obrigações ou responsabilidades assumidas deverão estar definidas em norma ou regulamento. Devem também estar previstas em documentos específicos, como contratos ou convênios, com ampla publicidade de custos e receitas, inclusive no plano contábil. Ainda, conforme ajuste realizado no artigo terceiro de nosso Estatuto Social em 2017, caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Aviso ao leitor: A seguir, descrevemos as obrigações em condições diversas de mercado assumidas antes da lei nº 13.303/2016 e da reforma do nosso Estatuto Social, que inseriu previsões relativas ao interesse público.

Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT)

Em 24 de fevereiro de 2000, frente ao risco iminente de racionamento de energia, foi instituído, mediante o decreto nº 3.371/2000, o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), o qual visava à implantação de usinas termelétricas no país. Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia, no âmbito de suas atribuições, publicou a portaria nº 43/2000, assegurando às usinas integrantes desse programa, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31 de dezembro de 2004, fazerem jus ao suprimento de gás natural pela Petrobras por um prazo de até 20 anos contados a partir do início da operação comercial, com preço preestabelecido e reajustado pela inflação americana. Nossa atuação no PPT foi pautada no cumprimento dos contratos de suprimento de gás natural celebrados com as usinas termelétricas integrantes do programa. O último contrato vigente para fornecimento de gás para terceiros no âmbito do programa se encerrou em 8 de dezembro de 2024 (UTE Norte Fluminense). Em 2025, devido à variação cambial, houve o ajuste referente aos últimos meses de 2024, o que gerou um impacto negativo no resultado de R\$ 1,5 milhão.

Nossas ações para a descarbonização e transição energética buscam favorecer que o país avance nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente os ODS 7, 8, 9, 10, 12 e 13.

Conforme o Plano de Negócios 2026-2030, prevemos para os próximos cinco anos a ampliação do parque industrial, com monetização do petróleo nacional e no direcionamento de investimentos para o desenvolvimento e a ampliação da capacidade de oferta de produtos de baixo carbono, especialmente etanol, biodiesel e biometano, além de combustível

sustentável de aviação (SAF), bunker e diesel com conteúdo renovável (Diesel R5). Nossos investimentos têm o benefício de contribuir para o fornecimento e acesso à energia, um importante vetor de desenvolvimento econômico e social para o país, e têm o potencial de gerar e sustentar 311 mil empregos diretos e indiretos.

Essa estratégia de ampliação do parque industrial e de diversificação da oferta de produtos de baixo carbono evidencia a convergência entre as nossas decisões de investimento e as diretrizes das políticas públicas voltadas à segurança e à transição energética. Ao expandir a oferta de combustíveis renováveis e de menor intensidade de carbono, contribuimos para o fortalecimento do abastecimento nacional e para a progressiva transformação da matriz energética brasileira, alinhando nossas iniciativas empresariais às prioridades setoriais de descarbonização e desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, ressaltamos alguns exemplos de contribuições para políticas públicas:

> **Abastecimento Nacional de Combustíveis:** No ano de 2025, nos mantivemos como agente central no abastecimento nacional de combustíveis, em estreita consonância com os objetivos da Política Energética Nacional previstos no art. 1º, inciso V, da lei nº 9.478/1997, atendendo ao interesse público que justificou sua criação.

A trajetória projetada de ampliação da oferta energética, combinada com a progressiva incorporação de fontes renováveis e com a ambição de neutralização das emissões operacionais, evidencia a convergência entre o nosso planejamento estratégico, o interesse público que fundamenta nossa atuação e as políticas públicas prioritárias do setor energético. Ao buscar simultaneamente ampliar a oferta de energia,

preservar a segurança energética nacional, fomentar o desenvolvimento econômico e reduzir a intensidade de carbono de suas operações, orientamos nosso planejamento de longo prazo em consonância com as diretrizes da Política Energética Nacional e com as políticas de transição energética e descarbonização vigentes no país.

> **Programa Gás para Empregar:** Um acordo firmado entre a Petrobras e a Prio em 2025 assegurou à Prio o acesso ao Sistema Integrado de Escoamento de gás natural da Bacia de Campos (SIE-BC) e à Unidade de

Tratamento de Gás de Cabiúnas (UTGCAB). A medida reflete as diretrizes do Programa Gás para Empregar, instituído pelo decreto nº 12.153/2024 e que busca ampliar a oferta de gás natural, otimizar o uso das infraestruturas existentes e fomentar o desenvolvimento econômico e social.



Maiores detalhes acerca da atividade produtiva da Petrobras alinhada à referida política podem ser obtidos por meio do [Relatório de Produção e Vendas](#), disponível em nosso site de Investidores

Programa de Incentivo e Revitalização das Atividades de E&P de Petróleo e Gás Natural – Potencializa E&P

Nosso planejamento prioriza o crescimento seguro da produção, a longevidade dos ativos e a integridade operacional. Buscamos repor reservas, explorando novas fronteiras e contribuindo para ampliar a oferta de gás natural. Investiremos na descarbonização do portfólio, em tecnologias limpas, com otimização de custos e disciplina de capital, visando eficiência e resultados sustentáveis alinhados à nossa estratégia.

Esses objetivos refletem nosso compromisso com a geração de valor para nossos acionistas, empregados e para a sociedade, consolidando nossa posição como protagonista na indústria de energia e referência em responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, destacamos que tais objetivos estão plenamente alinhados ao Programa Potencializa E&P, instituído pela portaria do gabinete do ministro do Ministério de Minas e Energia (GM/MME) nº 804/2024, que visa estimular a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural de forma sustentável, fortalecendo o setor de E&P no Brasil e assegurando sua continuidade no longo prazo.

Além de incentivar a exploração e a produção de petróleo e gás natural, inclusive em novas áreas de fronteira exploratória, o programa visa: (i) fomentar a exploração em novas fronteiras, ampliando o potencial nacional de reservas; (ii) aumentar a produção e a vida útil de campos maduros e de economicidade marginal, por meio da elevação dos fatores de recuperação; (iii) estimular o desenvolvimento de acumulações marítimas de economicidade marginal mediante soluções integradas, como tie-backs; e (iv) promover maior sinergia entre a oferta de áreas para exploração e o licenciamento ambiental, com o objetivo de atrair investimentos com segurança jurídica e ambiental.

O programa Potencializa E&P, do MME, enfatiza a importância de aumentar a eficiência e a sustentabilidade das operações, promovendo investimentos em tecnologia e inovação, e nosso plano de negócios atua em linha com essa visão, buscando garantir a nossa resiliência econômica e ambiental, preparando-nos para cenários de preços baixos do petróleo no longo prazo e contribuindo para a descarbonização de nossas atividades.

Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet)

O programa do governo federal, vinculado ao MME, instituído por meio do decreto s/nº de 18 de julho de 1991 e executado com nosso apoio técnico e administrativo, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Em 2025, foi realizada a seguinte atividade pertinente ao Conpet:

- Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis. Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provemos apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa e não são responsáveis pelas ações de certificações.

Em 2019, iniciamos tratativas junto ao MME para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo ministério. O interesse pela transferência foi manifestado por carta protocolada junto ao MME, que respondeu, em 22 de abril de 2022, que as interações entre equipes as técnicas do MME e Petrobras para informações detalhadas do processo, funcionamento de aplicativos e sítio eletrônico foram suficientes para a transmissão do conhecimento. O MME deu ciência no interesse da total transferência das responsabilidades, e informou que daria início a uma Análise de Impacto Regulatório (procedimento, a partir da definição de um problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de interesse geral, que conterà informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão). Para o exercício social em curso está previsto o atendimento às convocações de participações técnicas pelo Inmetro para o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

Não houve valores aplicados pela Petrobras ao Conpet em 2025.

Para além do interesse público que justificou a criação da Petrobras, existem as políticas públicas que, conforme portaria da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) nº 9.734, de 26 de dezembro de 2024, devem ser entendidas como ações do governo no sentido amplo. Portanto, quando falamos em políticas públicas, devemos entender como todas as ações estratégicas criadas pelo Estado para resolver determinado problema público em escala local, regional ou nacional. Essas ações partem de propostas elaboradas com base em uma concepção estratégica e institucionalizada sobre como enfrentar determinado problema público. O Estado é o ator central, e seu objetivo é atender às necessidades da população ou aproveitar oportunidades para promover o desenvolvimento em diferentes escalas: local, regional, nacional ou até mesmo internacional.

Em nosso Plano de Negócios (PN 2026-30), mantemos as estratégias definidas no Plano Estratégico 2050 (PE 2050) e reafirmamos nossa visão de sermos a melhor empresa de energia diversificada e integrada em geração de valor, construindo um mundo mais sustentável, conciliando nosso foco em petróleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono (incluindo petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis), sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

Neste sentido, nossa visão estratégica encontra-se alinhada a diversas políticas públicas da agenda do MME, como, por exemplo, Abastecimento Nacional de Combustíveis (lei nº 9.478/1997), o Programa Gás para Empregar (decreto nº 12.153/2024), o Programa Potencializa E&P, (portaria GM/MME nº 804/2024), o Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN (lei nº 15.103/2025), o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 (decreto nº 10.991/2022), a Política Nacional de Transição Energética – PNTE (resolução CNPE nº 5, de 26 de agosto de 2024), o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (lei nº 14.990/2024), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB (lei nº 11.097/2005 e lei nº 13.033/2014), o Novo PAC (decreto nº 11.623/2023) e a Lei do Combustível do Futuro (lei nº 14.993/2024).

Desempenhamos papel importante no apoio e na implementação de políticas públicas relacionadas à transição energética no Brasil. Buscamos convergir nossas estratégias e investimentos com as metas e compromissos globais de redução de emissões de GEE e de promoção de fontes de energia mais limpas e renováveis.

Uma das nossas principais contribuições no horizonte do PE 2050 e do PN 2026-30 está associada ao esforço de descarbonização e de diversificação gradual da oferta energética, em consonância com uma transição energética justa. Nesse contexto, priorizamos investimentos em biorrefino e bioprodutos, no desenvolvimento de rotas para combustíveis de menor intensidade de carbono e em iniciativas relacionadas ao hidrogênio de baixo carbono, além de ações voltadas à eficiência energética e à redução das

emissões operacionais. A atuação em energias renováveis elétricas ocorre de forma seletiva e estratégica, sobretudo como suporte à descarbonização dos ativos industriais e ao desenvolvimento de novas rotas tecnológicas.

Adicionalmente, promovemos pesquisas e desenvolvimento em tecnologias avançadas, como biocombustíveis de segunda geração a partir de biomassa lignocelulósica, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para o fortalecimento de uma matriz energética mais sustentável.

Política Nacional de Transição Energética

Nosso Plano Estratégico 2050 apresenta a trajetória que iremos percorrer como empresa brasileira líder na transição energética justa, reduzindo nossas emissões, mantendo nossa participação na oferta de energia no Brasil e com papel crescente das energias renováveis em nosso portfólio. De forma alinhada à Lei do Combustível do Futuro (lei nº 14.993/2024), à Política Nacional de Transição Energética – PNTE (resolução CNPE nº 5/2024), à Política de Promoção da Descarbonização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (resolução CNPE nº 08/2024) e ao Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN (lei nº 15.103/2025) e ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) (lei nº 15.042/2024), estamos mobilizando nossos

recursos e a nossa capacidade técnica, bem como nosso ecossistema de inovação e parcerias com empresas, universidades e institutos de pesquisa, para desenvolver soluções que contribuam para que nós – a Petrobras e a sociedade brasileira – possamos trilhar esse caminho.

Nos últimos anos, reduzimos em 36% as emissões de CO₂e e em 62% as emissões diretas de metano em nossas operações, e ampliamos o desenvolvimento de produtos mais sustentáveis.

Reconhecemos a urgência da mitigação da mudança climática e sabemos da importância de intensificar a descarbonização das nossas operações. Temos a ambição de neutralizar as emissões nas atividades

sob nosso controle (escopos 1 e 2) até 2050. Por meio de representantes diretos ou técnicos nas entidades externas às quais somos associados, asseguramos nossa participação em fóruns relevantes, contribuindo para discussões sobre políticas e regulamentações que promovam o crescimento sustentável da indústria de petróleo e energia. Da mesma forma, promovemos a articulação com o poder público, em âmbito federal, estadual e municipal, com o objetivo de defender e buscar ativamente os nossos interesses em temas-chave. Adicionalmente, identificamos oportunidades de colaboração com representantes de governos estrangeiros e organismos multilaterais no Brasil e no exterior, também visando o cumprimento do nosso planejamento estratégico.

Política Nacional sobre Mudança do Clima e Plano Clima

O Plano Clima, lançado pelo Governo Federal, orienta e alimenta uma série de políticas públicas voltadas para a transformação da oferta e da demanda energética, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (lei nº 12.187/2009) e a Política Nacional de Transição Energética (resolução CNPE nº 5/2024).

Participamos do processo de elaboração das diretrizes do plano, visando especialmente à redução de emissões e ao desenvolvimento de uma matriz energética mais limpa, ao mesmo tempo em que reconhecemos a necessidade de crescimento econômico inclusivo e sustentável e de soluções para resiliência climática. Por meio desta participação e da observação dos cenários e tendências pela visão do planejamento energético e metas setoriais de emissão de gases do efeito estufa alinhadas à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC – Nationally Determined Contribution, na sigla em inglês) brasileira, é possível atualizar premissas de riscos e oportunidades para o nosso planejamento estratégico e plano de negócios.

Plano de Transição Ecológica (PTE), agora denominado Novo Brasil, gerido pelo Ministério da Fazenda, é intrinsecamente integrado ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com o PTE fornecendo parte da infraestrutura de execução e investimento necessária. O PTE possui instrumentos de financiamento, incluindo recursos públicos do Fundo Clima gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), emissão de títulos verdes e programas para atração de investimentos privados. Parte das medidas do PTE ainda depende de regulamentação, por exemplo do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio) e Plano Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB)

A Petrobras Biocombustível, subsidiária integral da Petrobras, tem, desde 2020, suas usinas certificadas no Programa Renovabio, instituído conforme lei nº 13.576/2017, e gerou 200.092 créditos de descarbonização (CBIOS) em 2025. Atualmente, a usina de Candeias na Bahia possui nota de eficiência energética-ambiental de 77,33 gCO₂eq./MJ e um volume elegível de 16,69%. Já a usina de biodiesel de Montes Claros, em Minas Gerais, possui nota de eficiência energético-ambiental de 76,64 gCO₂eq./MJ e volume elegível de 49,76%. A Petrobras Biocombustíveis atua no setor de biocombustíveis em atendimento aos mandatos estabelecidos no PNPB, conforme lei nº 11.097/2005. Nossas usinas em operação têm capacidade total de produção de 501 milhões de litros de biodiesel por ano.

Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel (PMQBio)

Criado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos termos da resolução ANP nº 860/2021, tem o objetivo de contribuir para a garantia da qualidade do biodiesel ao longo da cadeia, durante as etapas de produção e distribuição do produto. O programa prevê a coleta e análise de amostras de biodiesel em cada agente integrante da cadeia, permitindo o levantamento de dados estatísticos sobre a qualidade do produto. Além do monitoramento das análises de qualidade, o programa prevê a expansão do uso de boas práticas de manuseio, estocagem e distribuição de biodiesel. Após finalizado o processo de credenciamento dos laboratórios responsáveis pela execução do PMQBio, conforme estabelecido pela resolução ANP nº 860/2021, a PBio celebrou contratos com os laboratórios credenciados para garantir a realização das análises necessárias conforme os requisitos do programa. Em maio de 2025, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato celebrado em 2024, relativo aos serviços estabelecidos pelo PMQBio para a Usina de Candeias (UBC), prorrogando sua vigência por mais 365 dias. No caso da Usina de Montes Claros (UBMC), o contrato original já previa validade até junho de 2028, não havendo, portanto, a necessidade de celebração de aditivo. No ano de 2025, as duas rodadas de coleta foram realizadas em julho e outubro na UBC, e em julho e novembro na UBMC. Todos os resultados obtidos e avaliados pela ANP referentes à UBC encontraram-se dentro dos limites de especificação. Quanto à UBMC, foram disponibilizados pelo laboratório contratado apenas os resultados da coleta de novembro, na qual todos os resultados encontraram-se dentro dos limites de especificação.

Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) 2050

Participamos do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas – Confert (órgão colegiado incumbido do tratamento do Plano Nacional de Fertilizantes), que tem como atribuição revisar, debater e implementar o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) com o objetivo de diminuir a dependência externa do Brasil e incorporar a dimensão ambiental à produção nacional, refletindo nosso compromisso com o desenvolvimento agropecuário e com o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 (decreto nº 10.991/2022).

Ao longo de 2025 foi dada sequência às ações previstas no Protocolo de Intenções assinado em 2024 entre a Petrobras e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e no Termo de Cooperação assinado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os dois instrumentos têm como objetivo central gerar oportunidades de negócio e atividades de pesquisa e desenvolvimento para o segmento de fertilizantes. Neste contexto, foram traçadas linhas de ação relacionadas a temas críticos identificados, tais como: aumento da competitividade da cadeia de fertilizantes, via expansão e melhoria qualitativa da produção nacional; desenvolvimento de novos produtos e descarbonização da produção; e difusão do conhecimento para o conjunto dos produtores.

Uma dessas ações resultou na nossa contribuição para a criação de um ambiente virtual de cooperação técnica – Cefenp Digital – que tem como objetivo ser o locus de troca e cooperação entre os diversos agentes do segmento de fertilizantes, no país. O Cefenp Digital é o primeiro estágio de implantação do Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas, o Cefenp, que busca promover uma governança público-privada

eficiente e integrada em Ciência, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade Ambiental, e reforça o compromisso com o desenvolvimento tecnológico no Brasil e com a disseminação de conhecimento que contribuem para resolução dos desafios do setor.

Estas iniciativas se inserem em um conjunto mais amplo de ações que visam, não apenas diversificar a oferta interna de produtos sustentáveis, mas também aumentar a disponibilidade de fertilizantes no mercado nacional, alinhando-se às metas do Plano Nacional de Fertilizantes.

Concretamente anunciamos, em nosso PN 2026-2030, um investimento de US\$ 1bilhão no segmento de fertilizantes em cinco anos, com foco na retomada das operações de sua subsidiária integral Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), reinício das obras para conclusão da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados – UFN-III – em Três Lagoas (MS) e na volta às operações das Unidades de Nitrogenados da Bahia e Sergipe (Fafen-BA e Fafen-SE, respectivamente).

A Fafen-Sergipe iniciou sua produção em dezembro de 2025. Em janeiro de 2026, iniciaram-se as vendas comerciais, com os primeiros carregamentos de amônia e ureia destinados a clientes localizados nos estados da Bahia, Goiás e São Paulo, marcando o retorno efetivo da unidade ao mercado nacional de fertilizantes. No caso da Fafen-Bahia, a volta às operações ocorreu no mês de janeiro de 2026, concluindo o processo de retomada plena da produção do ativo.

A Fafen-Sergipe possui capacidade instalada para produzir até 1.250 toneladas por dia de amônia e 1.800 toneladas por dia de ureia. A unidade da Bahia, por sua vez, possui capacidade de 1.300 toneladas por dia de

amônia, 1.300 toneladas por dia de ureia, além de 178 toneladas por dia de Arla 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo), produto essencial para o controle de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) em veículos a diesel, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

A retomada das Fafens demandou investimentos iniciais da ordem de R\$ 76 milhões, com potencial de geração de mais de cinco mil empregos diretos e indiretos, impactando positivamente as economias regionais e fortalecendo a cadeia industrial associada ao setor de fertilizantes.

Consideradas em conjunto, as duas Fafens, apresentam potencial para atender aproximadamente 12% da demanda nacional de ureia. Com a retomada também das operações da Ansa, prevista para o segundo semestre de 2026, e a conclusão da UFN-III, em 2029, devemos atingir uma cobertura do mercado de ureia de cerca de 35%.

Este movimento, em seu conjunto, além de contribuir para o Plano Nacional de Fertilizantes 2050, impacta também o Plano Nacional de Energia (PNE) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010) ao fortalecer a produção nacional de fertilizantes, a redução da dependência externa e a segurança alimentar no Brasil.

Entre as ações previstas estão a eficiência energética, gestão responsável de resíduos e promoção da economia circular. Tais iniciativas impulsionam o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a sustentabilidade, beneficiando a sociedade em seu conjunto.

Programa Nacional do Hidrogênio

A lei nº 14.948/2024 estabeleceu o marco legal e regulatório para o hidrogênio de baixa emissão de carbono (H2BEC), enquanto a lei nº 14.990/2024 instituiu o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), destinando R\$ 18 bilhões em crédito fiscal para o desenvolvimento da produção de H2BEC no Brasil. Essas leis ainda aguardam regulamentação pela ANP, que atuará como órgão regulador do H2BEC.

No PN 2026-30, planejamos investir US\$ 13,4 bilhões em transição energética, dos quais US\$ 0,4 bilhão será destinado a projetos de H2BEC e seus derivados. O objetivo é descarbonizar nossas atividades, fornecer produtos sustentáveis, aproveitar sinergias e estabelecer parcerias estratégicas. Adicionalmente, estão previstos investimentos em projetos-piloto de H2BEC, como Vale do Açú com partida prevista para 2026, com o objetivo de testar a tecnologia e reduzir custos.

Ao longo de 2025, prosseguimos no desenvolvimento do projeto-piloto de hidrogênio renovável no Rio Grande do Norte, que se encontra em fase de construção. O projeto tem como objetivo adquirir conhecimento, avaliar oportunidades e contribuir para o desenvolvimento do mercado de hidrogênio renovável no Brasil. Com um orçamento total de R\$ 90 milhões, o projeto é realizado em cooperação com o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (Senai ISI-ER) e executado pela WEG, empresa brasileira de referência global em eletrificação. A planta de testes está prevista para entrar em operação em 2026.

Está em estudo uma outra planta piloto de hidrogênio renovável integrada a uma das nossas refinarias. O projeto tem como objetivo gerar o conhecimento técnico e de engenharia necessário para que um novo processo de geração de hidrogênio seja integrado aos processos existentes. Atualmente, a partida dessa planta está prevista para 2030.

Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

Temos 28 projetos ativos e 25 concluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, instituído pelo decreto nº 11.623/2023. Este programa representa um instrumento de gestão e priorização de políticas públicas, reunindo uma carteira de projetos destinados a incentivar o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura. Por meio do PAC, investiremos mais de 300 bilhões de reais nos próximos quatro anos, contribuindo para diversas políticas públicas prioritárias. Dentre os investimentos, destacam-se sistemas de produção no pré-sal, revitalização de campos petrolíferos convencionais, como Marlim, Albacora e Roncador, a construção de novas plataformas e navios no Brasil e a melhoria do diesel S-10 produzido nas refinarias de Paulínia (Replan) e de São José dos Campos (Revap). Dentro da área de projetos renováveis e descarbonização, pretendemos investir em implementação de plantas de BioQAV (querosene de aviação verde) para acelerar a visão de transição energética e também alavancar segmentos em que o país já é uma potência, como o biorrefino e a geração de energia a partir de fonte eólica onshore ou solar, além de desenvolver novos negócios como hidrogênio sustentável e captura e estocagem de carbono (CCUS, na sigla em inglês).

Importante salientar que, dentro do novo PN 2026-30, passamos de aproximadamente 6% da carteira total de projetos de baixo carbono em implantação para 28% em implantação, demonstrando o nosso avanço na área de transição energética.

Somado a isso, na carteira do Novo PAC, continuaremos as obras do Trem 2 da RNEST, iniciaremos as obras no Complexo de Energias Renováveis Boaventura, adicionaremos mais capacidade às unidades existentes de refino e retornaremos a produção de fertilizantes no Nordeste, com as Fafens Bahia e Sergipe. A modernização da unidade HDT Revap permitirá ampliar em aproximadamente 80% a produção de diesel S-10 da refinaria, combustível de baixo teor de enxofre, fundamental para a redução de emissões e atendimento às demandas do mercado.

No campo da geração renovável, já operamos a primeira usina fotovoltaica no refino, instalada na Regap, com 10 MW de capacidade. Até o final do ano, novas usinas entrarão em operação na Rnest e na Replan, elevando nossa capacidade total para 42 MW e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Política Nacional de Inovação

O Programa Petrobras Conexões para a Inovação engloba iniciativas de inovação e tem como objetivo estabelecer parcerias e criar um ecossistema de inovação, envolvendo pesquisadores, estudantes, institutos, empresas e startups, tanto no Brasil como no exterior. Como resultado, atualmente temos uma rede com mais de 230 parceiros de inovação, mais de dez mil pesquisadores colaborando interna e externamente, e mais de 950 parcerias em andamento. O programa acelera o desenvolvimento tecnológico e reduz o tempo de absorção dessas inovações, fortalecendo nosso relacionamento com instituições e universidades parceiras, estando alinhado aos objetivos da Política Nacional de Inovação (decreto nº10.534/2020).

Nosso investimento em pesquisa, inovação e tecnologia tem se concentrado cada vez mais no desenvolvimento de soluções ambientalmente eficientes e socialmente justas. Um exemplo é o início da operação do aerogerador desenvolvido por meio de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), em parceria com a WEG. Trata-se do maior aerogerador onshore das américas, com 7MW de potência. O projeto contribui para a redução dos custos por MW instalado e atesta a capacidade da indústria nacional de desenvolvimento de tecnologia.

Entendemos que a tecnologia e o conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nossas metas de PD&I visam tanto a eficiência quanto a diversificação de negócios futuros, por meio da

inovação, resultando em um portfólio de patentes cada vez mais robusto. O orçamento anunciado para PD&I no atual plano de negócios para os próximos cinco anos é de US\$ 4 bilhões em projetos. Dispomos do maior centro de pesquisas da América Latina, o Cenpes, que interage com todo o ecossistema inovador do país.

Ao longo da última década, investimos mais de R\$29 bilhões em PD&I, sendo a maior parte desse montante destinada a parcerias com instituições de ciência e tecnologia. Somente em 2025, foram investidos R\$ 4,8 bilhões em PD&I. A obrigação de investimentos decorrente da cláusula de PD&I dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural é regulamentada pela ANP por meio da resolução ANP nº 918/2023, porém, os investimentos no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras não estão limitados ao cumprimento dessa obrigação. Os resultados desses investimentos em PD&I são refletidos em diversas premiações. Em 2025, fomos vencedores de quatro das seis categorias do Prêmio ANP de Inovação, além de termos sido classificados entre as 20 empresas mais inovadoras do Brasil pela MIT Technology Review. Também ficamos em primeiro lugar na categoria Petróleo e Gás e sexto lugar no ranking geral da pesquisa Valor Inovação e em primeiro lugar na categoria Petróleo e Gás, sendo eleita campeã da década, e nono lugar geral no Ranking 100 Open Startups, que elege as empresas com maior relacionamento com startups.

Política de Conteúdo Local no Setor de Petróleo e Gás Natural

O compromisso com o Brasil é um dos Valores Petrobras. Reconhecemos que o fornecimento de bens e serviços pela indústria nacional desempenha papel essencial na geração de valor para a companhia, trazendo benefícios como redução de custos logísticos, maior segurança no abastecimento e proteção contra instabilidades geopolíticas. Para o país, nossas atividades impulsionam a criação de empregos e o desenvolvimento de competências técnicas e tecnológicas no setor, contribuindo para um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

Em nossas operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, asseguramos e promovemos o cumprimento da cláusula de conteúdo local prevista nos contratos de E&P, garantindo que parte significativa dos bens e serviços utilizados nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção no Brasil seja de origem nacional.

Todas as oito Unidades Estacionárias de Produção (UEP) previstas para entrar em operação até 2030 incluem requisitos de conteúdo local, o que deve resultar na fabricação de aproximadamente 250 mil toneladas de módulos em estaleiros brasileiros. Além disso, o mercado fornecedor terá uma demanda expressiva nos próximos anos, envolvendo a contratação de dez UEPs e 40 embarcações de apoio

para renovação da frota de suporte às atividades de E&P, bem como aquisição e processamento de dados geofísicos e diversos materiais e equipamentos para construção de poços e sistemas de coleta da produção. A participação da indústria nacional será essencial para garantir o sucesso das nossas atividades.

Nesse contexto, a política de conteúdo local, enquanto instrumento de política pública industrial no setor de petróleo e gás, transcende a dimensão contratual e assume caráter estruturante para o desenvolvimento produtivo nacional, consolidando-se como elemento estratégico para a segurança de suprimentos da nossa cadeia de fornecedores. Ao mobilizar fornecedores brasileiros na construção de unidades de produção, embarcações, equipamentos submarinos e serviços especializados, contribuimos para o fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas, para a internalização de capacidades tecnológicas e para a geração de efeitos multiplicadores na economia. Tal dinâmica favorece a consolidação de competências industriais de alta complexidade, amplia a resiliência da base produtiva nacional e reforça a competitividade do país no setor energético.



Programa Petrobras Socioambiental

O Programa Petrobras Socioambiental estrutura os nossos investimentos socioambientais e tem como propósito contribuir para a sustentabilidade do negócio, apoiando iniciativas executadas por organizações da sociedade civil parceiras que gerem valor para a Petrobras e para a sociedade. Suas linhas de atuação são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florestas e Oceano, por meio das quais contribuímos, especialmente, para o alcance dos ODS 4, 8, 14 e 15, além de diversos outros objetivos, de acordo com a natureza de atuação das iniciativas.

Além dos projetos desenvolvidos pelo referido programa, existem iniciativas estruturantes relacionadas às Soluções Baseadas na Natureza (SBN), visando à conservação, restauração e manejo de ecossistemas naturais, refletindo na prevenção de emissões ou redução de concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. Tais iniciativas, como, por exemplo, o Floresta Viva e o Restaura Amazônia – realizadas em parceria com o BNDES, proporcionam benefícios tanto para as pessoas quanto para a natureza, incluindo a preservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e da água e o fortalecimento de comunidades resilientes por meio de impactos positivos em seus meios de subsistência.

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, das iniciativas Floresta Viva e Restaura Amazônia, realizamos, em 2025, o investimento socioambiental de R\$ 457 milhões (pela controladora), dos quais R\$ 37,4 milhões em projetos que utilizam benefícios fiscais.

Ainda na linha de SBN, destaca-se a criação do Fundo Petrobras de Bioeconomia, um veículo inovador de impacto voltado a fomentar negócios de bioeconomia, priorizando iniciativas de conservação da biodiversidade, extrativismo sustentável, restauração produtiva e modelos econômicos inclusivos, sobretudo em áreas críticas para o clima e a biodiversidade, tendo sido investidos em 2025 cerca de R\$ 112 milhões para financiamento desses projetos, sendo R\$ 50 milhões pela Petrobras.

Dentre as diretrizes do investimento socioambiental, está a atuação em sinergia com políticas públicas, de modo que as iniciativas apoiadas contribuam para resultados significativos, gerando benefícios que fortalecem e complementam essas estratégias de maneira efetiva. No ano de 2025, as iniciativas apoiadas relataram o alinhamento ou contribuição a mais de 60 políticas públicas, incluindo leis, planos, programas e políticas nacionais, conforme destaques a seguir.

Todos os projetos apoiados nas linhas de Oceano, Florestas e SBN possuem ações diretas de conservação e recuperação de espécies e biomas brasileiros, em sinergia com a Política Nacional da Biodiversidade (decreto nº 4.339/2002).

Destacamos também que, com o objetivo de contribuir para a reversão da perda da biodiversidade, muitos projetos socioambientais colaboram com os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), seja por meio do apoio à elaboração dos planos, à realização das ações estratégicas previstas ou, ainda, pela coordenação executiva desses planos em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em 2025, 40 projetos socioambientais apoiados realizaram ações que contribuíram para 31 dos 41 PANs em execução no país.

Por meio dos projetos de investimento socioambiental que realizam restauração florestal, colaboramos para o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), instituído pelo decreto

nº 8.972/2017, ao impulsionar ações que promovem a recuperação de áreas degradadas em diferentes biomas brasileiros.

Na linha de atuação Florestas, também há projetos que desenvolvem ações para o fortalecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais, apoiando a elaboração e execução de seus planos e colaborando para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (decreto nº 7.747/2012) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (decreto nº 6.040/2007).

Também estamos desenvolvendo, em parceria com o Imaflora, uma iniciativa para a criação de referências em salvaguardas socioambientais para projetos de conservação na Amazônia com foco em geração de créditos de carbono, capacitando o terceiro setor, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais a atuarem de forma eficaz no mercado de carbono, garantindo que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa e sustentável, fortalecendo a sociobioeconomia e as cadeias produtivas da conservação.

Os projetos socioambientais das linhas de Florestas e de Desenvolvimento Econômico Sustentável também realizam ações para o combate à fome, garantia da segurança alimentar e fortalecimento da economia solidária, alinhados com políticas públicas como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos.

Na área da Educação e Inclusão Social, apoiamos projetos que contribuem para a alfabetização de jovens e adultos, para a inclusão digital das comunidades e para atividades de reforço escolar em língua portuguesa e matemática para crianças e adolescentes, em consonância com a Política Nacional de Educação (lei nº 9.394/1996).

Em consonância com a Política Nacional de Emprego e Renda (lei nº 7.998/1990), destaca-se o Programa Autonomia e Renda, destinado à qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou desempregadas, com o objetivo de ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho no setor de óleo e gás. O programa busca valorizar a mão de obra local em nossa cadeia de fornecedores e prioriza a capacitação de grupos minorizados, como mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas transgênero, pessoas com deficiência e refugiados, em conformidade com a Política Nacional de Igualdade de Gênero (lei nº 11.340/2006). No âmbito do desenvolvimento econômico e do empreendedorismo, atua em conformidade com o Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego.

No âmbito do meio ambiente e sustentabilidade, iniciativas de educação ambiental mobilizam a população, enquanto projetos de reflorestamento e de conservação da biodiversidade estão alinhados com a Política Nacional da Biodiversidade (decreto nº 4.339/2002) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei nº 9.985/2000).

No que diz respeito à disseminação de temas de direitos humanos e igualdade de gênero, diversas ações são realizadas junto às comunidades da área de abrangência de nossas operações, incluindo a discussão das pautas em reuniões dos comitês comunitários, eventos e cursos, como ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e incentivo à contratação da mão de obra local por prestadores de serviços.

Também apoiamos projetos voltados ao fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010), além de integrar formalmente o Comitê Interministerial

para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) do Governo Federal.

Em resposta à calamidade provocada pela emergência climática no Rio Grande do Sul (RS), estamos apoiando o projeto Conexões Sustentáveis: Fortalecendo a Cadeia da Reciclagem no Estado do RS, desenvolvido pelo Instituto Caminhos Sustentáveis. O projeto beneficia diretamente 360 catadores e prevê a reestruturação de organizações de catadores de materiais recicláveis e apoio à organização e inclusão de catadores que atuam de forma individual nos municípios de Canoas e Esteio, por meio de ações técnicas, de qualificação, mobilização social e fomento ao empreendedorismo.

Em 2025, lançamos a Seleção Pública Regional – Soluções baseadas na Natureza: Adaptação e Resiliência Climática nas Cidades, com o objetivo de selecionar projetos socioambientais para áreas urbanas de municípios prioritários no Rio Grande do Sul e São Paulo. Ainda em 2025, aprovamos a ampliação do Programa Petrobras de Voluntariado, que passou a incluir a participação da força de trabalho contratada. Podemos citar ainda os projetos socioambientais que atuam no estímulo ao cooperativismo, fortalecendo a economia local, em conformidade com a Política Nacional de Economia Solidária (lei nº 12.101/2009).

Além de monitorar os indicadores de desempenho dos projetos apoiados, realizamos estudos de avaliação de impacto e análises do retorno socioambiental sobre o investimento. Nos últimos sete anos, os projetos avaliados geraram um valor social total de R\$ 935 milhões, com retorno médio sobre o valor investido de R\$ 4,89, ou seja, para cada real investido, foram gerados R\$ 4,89 em benefícios para a sociedade, evidenciando a efetividade das iniciativas. De 2019 até 2025, já foram avaliados 49 projetos.

Esses resultados reforçam a eficácia das iniciativas apoiadas e a nossa maturidade da gestão socioambiental, demonstrando a contribuição do Programa Petrobras Socioambiental para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, o alinhamento aos objetivos estratégicos e aos nossos compromissos públicos, incluindo o previsto no PN 2050 e no PN 2026–30. Até 2028, mais 36 projetos serão avaliados, ampliando o alcance das ações e o conhecimento sobre os impactos gerados.

Também promovemos ações de apoio à sociedade em situações de calamidade decorrente de mudanças climáticas, buscando contribuir para o desenvolvimento social do país e para o socorro às vítimas de consequências dos efeitos decorrentes. Além dos projetos realizados por meio do Programa Petrobras Socioambiental, também realizamos doações de bens, serviços de apoio e recursos financeiros com esse intuito.



Para mais informações sobre a nossa colaboração por meio de projetos socioambientais para políticas públicas sociais e ambientais, consulte o capítulo [Comunidades Locais e Tradicionais](#)



Para mais informações sobre a nossa atuação em políticas públicas, consulte a [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa](#)

Programa Petrobras Cultural

O Programa Petrobras Cultural tem a brasilidade como princípio norteador, refletida nas temáticas, origens, curadoria, história e características dos projetos que apoiamos. Por meio do incentivo a diversas iniciativas patrocinadas em todas as regiões do país, contribuímos para o desenvolvimento econômico regional e reafirmamos nossa convicção de que a cultura é uma forma de energia valorizada pela empresa, essencial para a transformação da sociedade. Com criatividade e inspiração, impulsionamos crescimento e mudanças.

O Programa Petrobras Cultural é reconhecido pelas seleções públicas que realiza, com transparência de requisitos e democratização de acesso aos nossos patrocínios. As iniciativas selecionadas estão organizadas em quatro eixos temáticos: Produção e Circulação; Festivais e Festas Populares; Cinema e Cultura Digital e Ícones de Cultura Brasileira.

Em 2025, comemoramos 30 anos de apoio ao cinema nacional, reafirmando nosso compromisso com a valorização da cultura brasileira. Ao longo dessas três décadas, patrocinamos mais de 600 filmes, contribuindo para o fortalecimento da indústria cinematográfica no Brasil e para a disseminação da diversidade e riqueza cultural do país.

Ainda em 2025, 280 patrocínios integraram o Programa Petrobras Cultural, promovendo o desenvolvimento da cultura e contando com a Lei Federal de Incentivo à Cultura (lei nº 8.313/1991) e a Lei do Audiovisual (lei nº 8.685/1993), que permitem a renúncia fiscal para empresas que direcionam parte de seus impostos ao fomento cultural.



Ações relacionadas à Diversidade e Direitos Humanos

Aderimos às iniciativas do Ministério das Mulheres Brasil sem Misoginia e Feminicídio Zero, e realizamos diversas ações internas de prevenção e combate à violência contra a mulher, alinhado ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (decreto nº 11.640/2023) e à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O Programa Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho (PPCVST) contempla ações de enfrentamento às violências em quatro eixos de atuação: estratégia, prevenção, acolhimento e tratamento de denúncia. As iniciativas incluem palestras, rodas de conversas, momentos de escutas, e treinamentos sobre a temática, disponibilização de Canal de Acolhimento para escuta e orientação a pessoas afetadas por qualquer tipo de violência no trabalho, bem como publicação de novos normativos e adequações em processos considerando a perspectiva de gênero.

Também colaboramos com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio de iniciativas e projetos sociais que promovem a conscientização e prevenção da violência de gênero.

Um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual (lei nº 14.540/2023) é o enfrentamento da prática de assédio sexual, orientando procedimentos para encaminhamento de reclamações e denúncias de assédio sexual, demais crimes contra a dignidade sexual ou de qualquer forma de violência sexual. Neste sentido, contamos em nossa estrutura com a Corregedoria-Geral, responsável, dentre outras atribuições, por conduzir no âmbito do Sistema Petrobras investigações de denúncias e realização da etapa de processamento disciplinar de empregados, autores de desvios de temas de violência no trabalho e violências sexuais, nos quais se

inserem, respectivamente, os casos de assédio moral e assédio sexual, em consonância com o PPCVST.

Colaboramos com o Programa Emprega + Mulheres e Jovens (lei nº 14.457/2022) por meio de projetos sociais que visam promover a inclusão e a inserção dessas populações no mercado de trabalho, bem como capacitações e apoio ao empreendedorismo.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Ministério das Mulheres, tem como objetivo fomentar práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional de médias e grandes empresas, com foco nas áreas de gestão e recursos humanos. Busca, ainda, eliminar discriminações relacionadas ao acesso, à remuneração, à ascensão profissional e à permanência no emprego. Já conquistamos, nas seis edições anteriores, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, que é uma marca de gestão eficiente que, contribui para o alcance de bons resultados econômicos, financeiros e socioambientais e a divulgação nacional e internacional (por meio eletrônico) sobre o compromisso assumido com a igualdade racial e entre mulheres e homens.

Com o objetivo de nos posicionar entre as empresas mais desejadas para trabalhar, investimos continuamente na gestão de nossa marca empregadora e em ações de atração e retenção de talentos. Com foco na inclusão de grupos sub-representados, temos enfatizado a valorização da diversidade nas peças de comunicação e nas iniciativas de aproximação com estudantes.

Conforme divulgado no PN 2026–30, estabelecemos metas voluntárias para ampliar a diversidade em nossas indicações para órgãos estatutários de suas participações societárias, buscando atingir, até 2026, o mínimo 30% de mulheres e, até 2028, o mínimo 20% de pessoas autodeclaradas negras nos cargos de indicação da Petrobras nos referidos órgãos.

Além das metas voluntárias, como empresa estatal, também estamos sujeitos à lei nº 15.177/2025, que determina que os conselhos

de empresas públicas e sociedades de economia mista tenham a participação mínima de 30% de mulheres – incluindo cota para mulheres negras ou com deficiência – com implementação gradual (10%, 20% e 30%) e previsão de sanções em caso de descumprimento.

Conforme legislação vigente, em nossos próximos processos seletivos públicos, reservaremos percentual de vagas para pessoas negras, indígenas e quilombolas (conforme lei nº 15.142/2025, decreto nº 12.536/2025 e instrução normativa conjunta do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) nº 261/2025) e para pessoas com deficiência (conforme decreto nº 9.508/2018 e decreto nº 12.536/2025). Vale ressaltar que, conforme compromisso assumido junto ao Ministério Público do Trabalho, os próximos PSPs terão reserva de 25% para candidatos PcDs, acima da previsão legal.

Temos diversos projetos que, por meio do investimento socioambiental, promovem a equidade entre os gêneros, combatem a discriminação e a violência de gênero e garantem os direitos das mulheres. Buscamos fomentar a participação feminina em todas as esferas da sociedade, promovendo políticas públicas que assegurem igualdade de oportunidades e fortaleçam a autonomia das mulheres. É o caso do projeto Mão na Massa apoiado pelo Programa Petrobras Socioambiental, que fortalece o protagonismo feminino em setores historicamente masculinos.

Integramos o grupo de trabalho que elaborou o Pacto pela Igualdade Racial, publicado em dezembro de 2024, conduzido pelo MIR, constituído com o objetivo de debater e propor ações que promovam a igualdade racial no âmbito empresarial público e privado, a constar em um plano de ações. Adicionalmente, demos sequência ao Programa de Equidade Racial da Petrobras, aprovado em novembro de 2023 e tem como estratégia a nossa participação na formulação e revisão de políticas públicas referentes à equidade racial.

Em 2025, finalizamos o Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), que tinha como objetivo aperfeiçoar políticas de governança e promover um ambiente que defenda e respeite a democracia, a justiça e os direitos humanos na companhia. O relatório concluiu que demonstramos avanços robustos na institucionalização dos direitos humanos e que seguimos como referência no setor de energia na promoção e respeito a esses direitos.

Em alinhamento ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite (decreto nº 11.793/2023) e à diretriz de compartilhamento pactuado de ações e estratégias com entes federativos, organizações e movimentos da sociedade civil, nos associamos em 2025 à Rede Empresarial de Inclusão Social pela Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (REIS) e aderimos ao Pacto pela Inclusão de Pessoas com Deficiência.

Como desdobramento desse compromisso institucional com a inclusão, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão da Petrobras, constituída em 2024 para atuar como fórum técnico propositivo em acessibilidade e inclusão, revisou toda a jornada da pessoa com deficiência e/ou neurodivergência na companhia, realizou diagnósticos, inclusive de acessibilidade digital, propôs melhorias e estruturou fluxos de atendimento desde o ingresso pelo processo seletivo até o desligamento.

Também atualizamos as orientações do Programa de Abordagem à Pessoa com Deficiência e/ou Neurodivergência, cujo objetivo é contribuir para que tenhamos uma gestão inclusiva de pessoas com deficiência e/ou neurodivergência, realizando ações educativas com as lideranças e voltadas para as condições e relações de trabalho.

Atualizamos, em 2025, a Cartilha de Acessibilidade e Inclusão em Eventos e Reuniões. Realizamos campanhas e eventos voltados à sensibilização da força de trabalho sobre temas relacionados às pessoas com deficiência. Também capacitamos profissionais de saúde para a avaliação multiprofissional de pessoas com deficiência e promovemos debates relevantes sobre neurodivergência, saúde da população negra e diversidade de gênero.

Considerando as melhores práticas de governança corporativa, publicamos anualmente o Relatório de Sustentabilidade, o Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa e o Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética que, em conjunto com a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, prestam contas, mantendo um relacionamento transparente com nossos públicos de interesse e a sociedade em geral. Todos os relatórios citados estão disponíveis em nosso site de Relacionamento com Investidores.



Para mais informações sobre a nossa atuação em políticas públicas, consulte a [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa](#)

Contribuição para consultas públicas e fóruns de debate de políticas públicas

Celebramos memorandos de entendimento (MOU, da sigla em inglês) com entes da federação e instituições nacionais e internacionais para realização de estudos conjuntos, cooperação, desenvolvimento de tecnologias e possíveis implantações de projetos em energias renováveis.

No âmbito nacional, realizamos reuniões institucionais e participamos de eventos com entidades externas para fortalecer as cadeias de suprimentos regionais e promover a inovação tecnológica. No âmbito internacional, articulamos com embaixadas e instituições estrangeiras, recebemos delegações estrangeiras, participamos de eventos de energia e conduzimos missões de cooperação e parcerias no exterior.

Participamos de fóruns setoriais, governamentais e regulatórios voltados ao aprimoramento de legislações, regulamentações e melhores práticas na indústria de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás. Em 2025, contribuímos com três consultas públicas promovidas pela ANP, diretamente ou em colaboração com o Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP) e outras empresas do setor. As consultas públicas promoveram melhorias regulatórias na resolução que regulamenta o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM), na norma relacionada aos procedimentos para viabilizar a participação nas Ofertas Permanentes (Bids) de novas áreas pela ANP e na elaboração de nova regulamentação voltada à redução das emissões de metano nas atividades da cadeia do petróleo e do gás natural.

Como maior investidora do segmento no Brasil, compartilhamos conhecimento com gestores públicos para que políticas públicas sejam formuladas com metas exequíveis e compatíveis com nossas capacidades e da cadeia de suprimentos. Contribuímos com os prognósticos sobre a política de ampliação de reservas de petróleo e gás, essenciais para a manutenção da soberania energética do país, a criação de empregos e a continuidade da geração de valor.

Monitoramento de leis, normas e regulamentos

Monitoramos frequentemente leis, normas e regulamentos que possam afetar nosso setor. Nossa atuação se dá por meio da identificação de temas relevantes em discussão no legislativo e executivo e em entidades vinculadas à indústria de petróleo, gás e energias. Mapeamos oportunidades em processos de potencial relevância, inclusive em temas corporativos transversais. Planejamos e promovemos ações para melhorar nossa imagem empresarial, com relacionamento e aproximação com entidades públicas e privadas, participação em visitas, eventos e outras iniciativas. Avaliamos o ambiente regulatório e a conjuntura política para estimar potenciais impactos ao plano estratégico vigente e definir posicionamento sobre temas de interesse. Monitoramos as proposições normativas federais de nosso interesse, para eventual tratamento ou mitigação de riscos.

Participação em associações setoriais

Apoiamos associações setoriais estratégicas para nosso negócio de abrangência nacional ou internacional, por meio das quais exercemos influência e/ou adquirimos informações relevantes em temas de interesse, participando de debates, grupos técnicos, projetos, comissões, eventos e intercâmbio de melhores práticas. Essas entidades podem ou não ter membro formal nos representando em sua governança.



Para mais informações sobre as nossas participações em associações setoriais consulte o [Painel ASG](#)

Sustentabilidade para o setor de petróleo e gás

Promovemos engajamento com partes interessadas para uma abordagem mais abrangente e sustentável para o setor de óleo e gás.

No ciclo de vida de projetos offshore de exploração e produção, existe a etapa final de descomissionamento (processo de desativação e desmonte de plataformas e equipamentos), quando se interrompe definitivamente a operação de uma unidade produtora. Como parte da gestão integrada do ciclo de vida dos ativos, desenvolvemos estratégias de destinação sustentável para as unidades em processo de descomissionamento, priorizando segurança, eficiência operacional e responsabilidade ambiental.

Uma das estratégias é o acostamento temporário das unidades, como no contrato firmado com o Porto do Açu (RJ), que prevê disponibilização de cais para acostamento temporário até a definição da destinação final, conforme as melhores práticas de reciclagem verde e sustentabilidade internacionais. O contrato com o Porto do Açu tem duração de três anos e determina a prestação de serviços de apoio e disponibilização de energia elétrica, entre outros.



Para mais informações sobre o modelo de destinação sustentável de plataformas, ver o capítulo **Gestão de resíduos e descomissionamento sustentável**

Em 2025, reforçamos a integração da sustentabilidade às operações logísticas de petróleo e derivados, com foco na redução de emissões, eficiência energética e segurança operacional, em alinhamento às exigências regulatórias e às melhores práticas internacionais.

Avançamos na adoção de combustíveis marítimos com menor intensidade de carbono, com abastecimentos pioneiros de bunker com 24% de conteúdo renovável (B24) em navios da frota própria da Transpetro, no Brasil e no exterior. Essas iniciativas contribuíram para o atendimento à regulamentação FuelEU Maritime, evitando custos regulatórios relevantes e reduzindo a pegada de carbono da navegação.

Durante a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP30), cooperamos com o fornecimento de diesel com conteúdo renovável para transporte e geração de energia, reforçando o nosso papel como agente ativo na transição energética e no apoio a eventos de relevância global.

Avançamos na descarbonização das operações portuárias com o início do uso de energia elétrica de terra por rebocadores no Terminal Aquaviário de São Sebastião, reduzindo emissões atmosféricas, consumo de combustível, ruído e vibração, além de gerar ganhos de conforto e qualidade de vida para as tripulações.

Como apoio ao desenvolvimento de novas rotas energéticas, realizamos a primeira operação de descarregamento de óleo vegetal na Revap, viabilizando a produção de combustível de aviação sustentável (SAF).

No campo da segurança e da adaptação às mudanças climáticas, firmamos acordo de cooperação técnica com a Marinha do Brasil para reforçar a segurança da navegação nos rios da Amazônia durante períodos críticos de estiagem, assegurando a continuidade do abastecimento energético e de itens essenciais à população da região.



O Cenpes vem ampliando o portfólio de projetos de PD&I em Captura, Utilização e Armazenamento de CO₂ (CCUS), desenvolvendo e qualificando tecnologias, ferramentas e sistemas ao longo de toda a cadeia de valor. Nosso foco é impulsionar novas soluções, reduzir custos e aumentar a eficiência operacional, contribuindo para a descarbonização das operações industriais no país e impulsionando novos produtos, processos e serviços de baixo carbono.

Focamos em identificar oportunidades para a implantação de hubs de CCUS no Brasil. O primeiro passo dessa trajetória é o Projeto Piloto de CCS São Tomé, no Estado do Rio de Janeiro – uma iniciativa de PD&I com capacidade de capturar cerca de 100 mil toneladas de CO₂ por ano no Terminal de Cabiúnas, no norte fluminense. O CO₂ será acondicionado e injetado em um reservatório salino profundo, evitando que esse gás de efeito estufa seja emitido para a atmosfera. A fase de construção e implantação do piloto já foi aprovada e o início da injeção está previsto para 2028.

O Projeto Piloto de CCS São Tomé representa um marco para o Brasil. Por ser o primeiro projeto do país a realizar armazenamento geológico de carbono em reservatório salino, ele permitirá validar, em escala real, tecnologias, metodologias e práticas essenciais para futuros hubs de CCS.

Além de sua importância técnica, o piloto cria as condições para que órgãos reguladores, como ANP e Instituto Estadual do Ambiente (INEA), testem e aprimorem procedimentos e normas específicas para a cadeia de valor do CCS. Trata-se de um avanço regulatório fundamental para viabilizar projetos comerciais de armazenamento geológico de CO₂ no Brasil, com potencial de descarbonizar diversos setores industriais – incluindo óleo e gás, siderurgia, cimento e química.

Paralelamente, conduzimos estudos preliminares para novos projetos de CCUS nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, reforçando o nosso compromisso com a transição energética justa e com a redução das emissões próprias e de outras indústrias.

No ambiente offshore, seguimos avançando no maior projeto de CCUS do mundo, no polo pré-sal da Bacia de Santos, e avaliando e desenvolvendo soluções adicionais de CCS para mitigar emissões de CO₂ associadas à geração de energia nas nossas Unidades Flutuantes de Produção, Armazenamento e Transferência (FPSO, na sigla em inglês).

Participamos da COP30 por entendermos que se trata de um fórum estratégico para o intercâmbio de visões sobre modelos sustentáveis. Esses modelos integram a produção de energia ao uso de tecnologia, inovação e soluções voltadas à mitigação das mudanças climáticas, à proteção do meio ambiente e das pessoas, assegurando simultaneamente o acesso à energia, a segurança energética e a promoção de renda e desenvolvimento inclusivo no país.

Nossa presença na COP30 reafirma o compromisso com a mitigação das mudanças climáticas, por meio de iniciativas ancoradas em um plano de investimentos que busca equilibrar segurança energética, crescimento econômico e responsabilidade socioambiental.

No âmbito da programação, participamos do evento de abertura do Dia da Energia, promovido pela Presidência da Conferência, ao lado de lideranças nacionais e internacionais do setor, destacando nosso papel estratégico na agenda de descarbonização da indústria de óleo e gás.

Contribuímos ativamente para debates técnicos sobre mercados regulados de carbono, bioeconomia e soluções para a descarbonização do transporte. Também coordenamos painéis sobre descarbonização das operações de óleo e gás, transição energética, transportes, bioeconomia e inovação para os oceanos, além de integrar discussões organizadas por terceiros, compartilhando experiências em soluções voltadas a setores de difícil descarbonização.

Adicionalmente, apoiamos a realização da Conferência por meio do fornecimento de combustível com conteúdo renovável (Diesel R10), utilizado no abastecimento de ônibus e geradores empregados no evento.

Dessa forma, colaboramos para o alcance de objetivos de políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro, alinhadas à nossa estratégia e objeto social, em condições de mercado e precedidas de análises técnicas e do devido processo decisório. Essas iniciativas, além de alinhadas aos valores estratégicos, são lucrativas e essenciais para garantir nossa eficiência operacional, inovação e sustentabilidade de longo prazo, e trazem benefícios diretos para a sociedade, que incluem segurança energética, geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e redução de emissões.



Mais informações podem ser obtidas na **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Petrobras**



3 REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA, EMISSÕES DE GEE E OUTROS GASES

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA, EMISSÕES DE GEE E OUTROS GASES

GRI 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8, 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3, 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3

Os impactos relativos ao tema material resiliência climática, emissões de gases de efeito estufa (GEE) e outros gases consideram a abordagem da empresa diante dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, à economia de baixo carbono e à transição energética justa, incluindo a gestão de emissões atmosféricas e seus impactos nos ecossistemas, na saúde das pessoas e no bem-estar das comunidades locais. Abrange planos e ações para mitigar emissões e gerar impactos positivos, contemplando: gestão de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (GEE) – Escopos 1, 2 e 3; desenvolvimento tecnológico e inovação para reduzir a intensidade das emissões e oferecer produtos com menor emissão de GEE, atendendo a legislações e mercados mais restritivos; implementação de novos negócios em baixo carbono ampliando a oferta e o acesso à energia de menor emissão, com atenção para minimizar os impactos sociais da transição e evitar aumento da desigualdade social; adaptação e resiliência dos ativos e das comunidades frente a eventos climáticos extremos; preservação e restauração de ecossistemas, por meio da aquisição de créditos de carbono e projetos de soluções baseadas na natureza (SBN).

Riscos e oportunidades frente às mudanças climáticas e transição energética

As mudanças climáticas representam desafios e oportunidades para a nossa empresa. A falta de adaptação às regulamentações climáticas e aos desafios globais pode acarretar consequências financeiras, de reputação e legais, afetando o fluxo de caixa, a competitividade e o valor para os acionistas.

Possuímos um histórico de análise e gestão de riscos relativos às mudanças climáticas e transição energética. A gestão desses riscos está integrada à metodologia corporativa, o que permite uma visão integrada e sistêmica de monitoramento dos riscos em todas as áreas nos diversos níveis hierárquicos da empresa. O conjunto de ameaças relacionadas às mudanças climáticas e transição energética é considerado estratégico para o cumprimento dos nossos objetivos. Por este motivo, sua evolução e tratamento são reportados ao Comitê Executivo de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

A governança da gestão de riscos é estruturada de modo a envolver, além da alta administração, todos os níveis hierárquicos da companhia, promovendo o engajamento coletivo no tema. A identificação dos riscos e das oportunidades é realizada com foco na sustentabilidade de nosso negócio e na geração de valor, garantindo que as decisões estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da empresa.



De acordo com a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), os riscos associados às mudanças climáticas são classificados em duas categorias:

- > **Riscos de transição:** relacionados à adaptação para uma economia de baixo carbono;
- > **Riscos físicos:** relacionados aos impactos físicos das mudanças climáticas e se dividem em agudos (eventos pontuais como tempestades, precipitação intensa ou extremos de temperatura) e crônicos (tendências prolongadas como aumento de temperatura, alterações nos padrões de precipitação ou elevação do nível do mar).

Em relação aos riscos de transição, monitoramos quatro tipos:

- > **Risco regulatório e legal:** realizado por meio de um acompanhamento contínuo das normas climáticas aplicáveis que possam impactar nossas operações.
- > **Risco de mercado:** monitorado por meio de análises estruturadas que avaliam a evolução da demanda, dos preços e da competitividade diante da transição energética, bem como seus impactos sobre a receita da companhia;
- > **Risco tecnológico e de implementação:** engloba as incertezas relacionadas à pesquisa, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, bem como à capacidade de implementar iniciativas de descarbonização já identificadas. Monitorado por meio de acompanhamento contínuo do progresso das tecnologias de descarbonização, tanto internamente quanto em fóruns externos, consórcios e hubs de inovação;
- > **Risco contencioso e reputacional:** monitorado de maneira ampla, considerando tanto a integridade institucional quanto a percepção dos

principais públicos de interesse, de forma a preservar nossa reputação e mitigar riscos de exposição decorrentes de falhas operacionais, inconsistências na comunicação relacionada a mudanças climáticas e transição energética e questionamentos regulatórios e legais.

Nossas instalações estão sujeitas a diversos riscos físicos relacionados às mudanças climáticas, como mudanças nos padrões de ventos, ondas e correntes oceânicas nas áreas offshore, disponibilidade de água doce nas operações onshore, além de deslizamentos de terra, inundações, secas, incêndios e ondas de calor.

Para avaliar riscos físicos das mudanças climáticas nas regiões oceânicas, realizamos pesquisas e desenvolvemos a regionalização do clima em parceria com instituições brasileiras e internacionais. Estas parcerias geram dados qualificados que apoiam o processo de adaptação das operações. Também monitoramos, gerimos e mitigamos os riscos relacionados à disponibilidade de água doce nas nossas operações. Este monitoramento é feito de forma integrada, usando diferentes ferramentas. A avaliação do risco de inundações e deslizamentos foi realizada com o apoio da plataforma AdaptaBrasil¹, desenvolvida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A plataforma Probable Futures² foi utilizada para mapear os riscos de incêndios, secas extremas e ondas de calor em alta resolução espacial.



Informações sobre riscos climáticos podem ser consultadas no capítulo **Gerenciamento de riscos e no **Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética****

1 Para mais informações, acessar <<https://adaptabrasil.mcti.gov.br/>>.
2 Para mais informações, acessar <<https://probablefutures.org/>>.

Oportunidades na transição energética

As mudanças climáticas e a transição energética são vetores para o desenvolvimento de oportunidades, envolvendo novos segmentos e negócios. Dispomos de um portfólio ímpar, que gerimos com eficiência para proporcionar um crescimento robusto, aliado à geração de valor, ampliando a oferta de energia no país e gerando benefícios para a sociedade e para os nossos acionistas. A nossa atuação em negócios de baixo carbono visa diversificar o nosso portfólio de forma rentável.



Mais informações neste capítulo em **Inovação em baixo carbono e **Produtos e negócios com menor intensidade de carbono****

Análise da resiliência financeira

As premissas utilizadas para a elaboração de nosso plano de negócios refletem possíveis cenários futuros e consideram as incertezas relacionadas às mudanças climáticas, como mandatos de combustíveis sustentáveis e as preferências de consumidores por nossos produtos.

Realizamos simulações do valor presente líquido do nosso portfólio, considerando a sensibilidade ao preço do Brent e do preço do carbono, nos cenários externos de referência da Agência Internacional de Energia (AIE). Maiores detalhes dessa análise podem ser encontrados no Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética da Petrobras.



Informações detalhadas sobre análise de resiliência do portfólio e nas estimativas contábeis podem ser consultadas em nosso **Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética**

Governança relacionada às mudanças climáticas

Estruturamos nossa governança para mudanças climáticas e descarbonização com base em uma abordagem multinível, garantindo a integração transversal deste tema em todos os nossos segmentos. Esta governança abrange diversos níveis hierárquicos – incluindo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerências Executivas, Gerências Gerais e Gerências – distribuídos em comitês de assessoramento e comissões estratégicas e técnicas, que se reúnem periodicamente.



O papel de cada um destes atores na governança climática pode ser encontrado no capítulo [Governança Corporativa](#) e no [Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética](#)

Metas para remuneração variável

O Indicador de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE) representa a consolidação do atendimento das metas de intensidade de gases de efeito estufa. Esse indicador é uma das nossas métricas de topo e está vinculada à remuneração variável de todos os empregados, inclusive da alta administração.



Mais informações sobre remuneração variável podem ser consultadas no capítulo [Práticas Trabalhistas e Igualdade de Oportunidades](#)

Posicionamento frente às mudanças do clima e transição energética

Nossas ações relacionadas às mudanças climáticas e transição energética são sustentadas em três pilares, conforme figura a seguir.

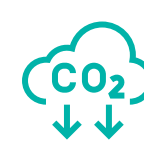
PILARES PARA AS AÇÕES RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DE CARBONO

Governança nas informações, processos e decisões

- > Governança até o CA, carbono na matriz de riscos e sistema de recompensa com IGEE
- > Disclosure alinhado ao TCFD*, incluindo risco financeiro do portfólio (teste frente a cenários públicos)
- > Inventário de emissões verificado por terceira parte desde 2003



COMPETITIVIDADE DE O&G

Resiliência e Valor do Portfólio fóssil frente à transição

- > Perfil de custo dos ativos alinhado à transição
- > Ambição NetZero 2050 e compromissos em descarbonização
- > Desempenho superior: menor intensidade que competidores



NEGÓCIOS EM BAIXO CARBONO, EMISSÕES ESCOPO 3 E TRANSIÇÃO JUSTA

Exposição do portfólio ao carbono

- > Cenários corporativos expressando tendências de transição
- > Portfólio rentável no contexto da economia de baixo carbono e desenvolvimento sustentável
- > Direcionadores para alocação de capital com foco em redução da exposição

* Task Force on Climate Related Financial Disclosures

Ambições e compromissos para reduzir a pegada de carbono e investimentos em baixo carbono

Reafirmamos nossos compromissos relacionados às mudanças climáticas, de acordo com a figura seguir.

		META 2030
 EMISSÕES ABSOLUTAS OPERACIONAIS ¹	milhões de tCO ₂ e	-30% ²
 QUEIMA DE ROTINA EM FLARE ³	milhões m ³	ZERO
 INTENSIDADE DE GEE NO E&P	kgCO ₂ e/boe ⁴	15
 INTENSIDADE DE GEE NO REFINO	kgCO ₂ e/CWT ⁵	30
 INTENSIDADE DE EMISSÕES DE METANO NO UPSTREAM	tCH ₄ /mil tHC	0,20

1 Este compromisso considera apenas os segmentos de negócio em que já estamos inseridos e a nossa disposição no uso de créditos de carbono
2 Em comparação com 2015.
3 Compromisso queima de rotina em flare é apenas para o segmento de E&P.
4 O indicador kgCO₂e/boe considera em seu denominador a produção bruta de óleo e gás (wellhead).
5 O indicador kgCO₂e/CWT utiliza a unidade de atividade denominada CWT (Complexity Weighted Tonne), que considera tanto o efeito da carga processada quanto a complexidade de cada refinaria, permitindo a comparação do potencial de emissões de GEE entre refinarias com perfis e portes diferenciados.

No âmbito do compromisso de reinjeção de CO₂ em projetos de Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS, na sigla em inglês), associados a operações de recuperação avançada de petróleo (*Enhanced Oil Recovery* – EOR), foi alcançada, em 2025, a meta de reinjeção acumulada de 80 milhões tCO₂.

Além dos compromissos, temos ambições associadas à mitigação de nossas emissões operacionais:

- > Net Zero até 2050;³
- > Manter as emissões anuais abaixo de 55 milhões de tCO₂e até 2030;⁴
- > Near Zero Methane até 2030.

3 Ambição considera nossa disposição no uso de créditos de carbono. A ambição refere-se às emissões em território brasileiro, onde ocorrem mais de 99% de nossas emissões operacionais. Para as demais emissões, ambicionamos a neutralidade em prazo compatível com o Acordo de Paris, em alinhamento a compromissos locais.
4 Ambição considera nossa disposição no uso de créditos de carbono. Ambição atualizada em relação ao PN 2025-29. Considera apenas os segmentos de negócio em que já estamos inseridos.



Programa Carbono Neutro, Curva MACC e Fundo de Descarbonização

O desafio de alcançar a neutralidade das emissões operacionais exige viabilizar técnica e financeiramente as tecnologias necessárias. Para apoiar esse processo, desenvolvemos o Programa Carbono Neutro, estruturado para fortalecer nossa atuação em baixo carbono, acelerar e reduzir os custos das soluções de descarbonização.

O Programa Carbono Neutro é o instrumento transversal que busca a gestão da mitigação das emissões operacionais por meio de uma visão integrada de nossas iniciativas. Ele conta com as seguintes frentes de atuação, conforme ilustrado na figura a seguir.

PROGRAMA CARBONO NEUTRO



Para apoiar sua gestão, o Programa Carbono Neutro conta com um conjunto de ferramentas, dentre as quais destacam-se:

> **Curva MACC Integrada:** mapeamos sistematicamente oportunidades de mitigação de GEE e organizamos o conjunto de oportunidades em todos os segmentos em que atuamos, utilizando a metodologia da Curva de Custos Marginais de Abatimento (Marginal Abatement Cost Curve – MACC). A MACC Integrada é uma ferramenta de suporte à decisão, que facilita a comparação entre diferentes oportunidades de mitigação e orienta a alocação de recursos para maximizar a trajetória custo-efetiva. A MACC Integrada possui atualmente mais de 1.000 oportunidades de mitigação, com diferentes níveis de maturidade tecnológica.

A MACC é usada para analisar e priorizar opções de redução de emissões de GEE, balizando as projeções e decisões a partir das oportunidades selecionadas para compor a trajetória *Net Zero*. A carteira em 2025 contemplou 35 oportunidades, totalizando cerca de US\$ 540 milhões comprometidos e potencial de mitigação de 1,5 milhão de tCO₂e/ano quando implementadas.

> **Fundo de Descarbonização:** para acelerar a descarbonização das operações (escopos 1 e 2), visando mitigar riscos associados às emissões de carbono, atender aos compromissos climáticos e à ambição de neutralidade de carbono (*Net Zero*). O fundo tem um orçamento específico de US\$ 1,0 bilhão para o quinquênio 2026–2030.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em baixo carbono

A adoção de tecnologias eficientes é fundamental para manter a competitividade no setor. Estabelecemos que os investimentos em baixo carbono terão participação significativa na composição da carteira total de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Para o período de 2026 a 2030, o planejamento de PD&I prevê o aporte de US\$ 1,25 bilhão em iniciativas de baixo carbono, correspondendo a 20% do orçamento total em 2026 e alcançando 40% até o final do ciclo. O portfólio de pesquisa contempla oportunidades tanto na cadeia de petróleo e gás quanto em novos negócios.

Temos desenvolvido e avaliado tecnologias que contribuem para atingir as metas de descarbonização estabelecidas nas operações (escopo 1 e 2), reduzindo as emissões nos processos internos e agregando maior sustentabilidade aos nossos produtos (o que contribui para a redução de emissões de escopo 3).

Estamos ampliando nosso portfólio de PD&I com foco em novas oportunidades de negócios em energia. Buscamos otimizar nossos ativos atuais e investir em soluções inovadoras e sustentáveis, nos preparando para os desafios do futuro e para a transição energética, conforme figura a seguir.

PD&I PARA O FUTURO: OTIMIZAÇÃO, BAIXO CARBONO E NOVOS NEGÓCIOS

Nosso portfólio de PD&I é ambicioso, com apostas em novos negócios em energia



Seguimos com foco na otimização dos nossos ativos e em transformar o O&G do Futuro



Reforçamos apostas disruptivas como alavanca para o horizonte de longo prazo

OTIMIZAÇÃO DOS ATIVOS ATUAIS

O&G DO FUTURO

NOVOS NEGÓCIOS

PRODUTOS DE BAIXO CARBONO

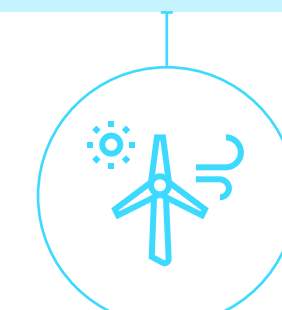
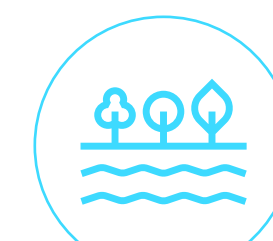


CCS/CCUS

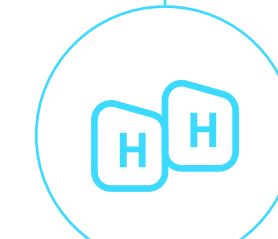
E-FUELS*



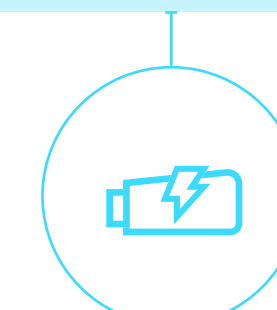
SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA



GERAÇÃO EÓLICA E SOLAR



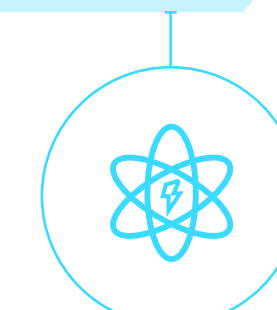
HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO



BATERIAS E MINERAIS CRÍTICOS



ARMAZENAMENTO DE ENERGIA DE LONGADURAÇÃO



SMRs

* Combustíveis sintéticos produzidos a partir de hidrogênio de baixa emissão de carbono

Em 2025, foram investidos R\$ 168,6 milhões no desenvolvimento de produtos de baixo carbono, incluindo diesel renovável, combustível sustentável de aviação (SAF, da sigla em inglês), bunker e asfalto com conteúdo renovável, BioGLP, gasolina renovável e bioaromáticos. Adicionalmente, foram aplicados R\$ 106,9 milhões em hidrogênio de baixa emissão de carbono e em tecnologias de conversão de CO₂, bem como R\$ 51,3 milhões em energia renovável, totalizando R\$ 327 milhões em

investimentos no período. Essas entregas refletem nossa estratégia para a transição para uma economia de baixo carbono.

No âmbito da geração renovável, em 2025 iniciamos a maior campanha de medição eólica offshore no Brasil, com a instalação de cinco boias BRAVO (Boia Remota de Avaliação de Ventos Offshore). No mesmo período, concluímos a fabricação e iniciamos a operação do maior aerogerador onshore das Américas, com potência de 7MW, desenvolvido em parceria com a WEG e Stratkraft.

REALIZAÇÕES EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO NO REFINO

Iniciativas	Objetivo	Resultado
 Plano diretor de sustentabilidade para o setor do refino	Redução da intensidade de emissões de gases de efeito estufa e no aumento da eficiência energética.	> Estabelecimento de projeções e metas para horizontes temporais de 2035, 2040 e 2050, considerando a implementação de tecnologias de descarbonização; > Verificação do potencial de redução de aproximadamente 20,7 milhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2050, com investimentos estimados na ordem de bilhões de dólares; > Estabelecimento de desafios críticos relacionados à infraestrutura elétrica, necessidade de geração própria de energia, gestão de excedentes de gás combustível e desenvolvimento de mercado de carbono como condição essencial para viabilidade econômica das iniciativas.
 Segunda fase do Programa Carbono Neutro	Identificação, priorização e quantificação de oportunidades de redução de emissões.	> Identificadas mais de 180 oportunidades de mitigação; > O estudo projetou potencial de redução significativa na intensidade de emissões até 2030 e 2040, com análise detalhada de custos de mitigação e investimentos necessários; > Elaborados roadmaps preliminares por unidade operacional e estabelecido um plano de trabalho estruturado para consolidação da carteira de projetos.

Desempenho em emissões

Nosso inventário de emissões

A gestão de emissões de gases de efeito estufa está diretamente relacionada à gestão do risco climático e à identificação de oportunidades de mitigação. A publicação do nosso inventário possibilita o acompanhamento dos nossos compromissos de redução de pegada de carbono e o atendimento às demandas de diversas entidades externas.

Desde 2002, utilizamos o Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas (SIGEA®), uma ferramenta própria que processa, mensalmente, dados de cerca de sete mil fontes, consolidando nosso inventário com informações rastreáveis e confiáveis.

No SIGEA®, são calculadas as emissões de GEE – dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hexafluoreto de enxofre (SF₆) e hidrofluorcarbonetos (HFCs), além das emissões de poluentes atmosféricos: dióxido de nitrogênio (NO₂), dióxido de enxofre (SO₂), monóxido de carbono (CO), material particulado (MP) e hidrocarbonetos não-metano (HCNM).

Encontra-se em andamento o processo de integração das emissões do Escopo 3 ao SIGEA®, promovendo uma evolução contínua na gestão de emissões.

Nosso inventário de emissões é elaborado segundo as especificações técnicas do Programa Brasileiro GHG Protocol⁵, com a norma ISO 14064-1 e com as recomendações da International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca), conforme estabelecido no Petroleum Industry Guidelines for Reporting Greenhouse Gas Emissions. Publicado voluntariamente desde 2002, o nosso inventário é verificado anualmente por terceira parte independente.

5 Em conformidade com as orientações do padrão A Corporate Accounting and Reporting Standard do Greenhouse Gas Protocol, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)

Somos membros fundadores do Programa Brasileiro GHG Protocol e publicamos o nosso inventário no seu Registro Público de Emissões⁶ do programa. Em 2025, o nosso inventário (ano-base 2024) conquistou o Selo Ouro, pelo oitavo ano consecutivo.

A abrangência de nosso inventário inclui todas as atividades sob o nosso controle operacional. Os limites organizacionais abrangem as emissões das empresas Petrobras, Transpetro, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), Petrobras Biocombustíveis (PBio), Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), Petrobras Bolívia (PEB) e Petrobras Colômbia (PIB-COL).

Acompanhamos continuamente as atualizações dos fatores de Potencial de Aquecimento Global (GWP – na sigla em inglês), disponibilizados periodicamente pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Nossos compromissos públicos foram definidos desde 2019, considerando os valores de GWP apresentados no 4º Relatório de Avaliação do IPCC (AR4). Dessa forma, visando manter a coerência com nossos compromissos, nesta publicação, todos os valores de CO₂ equivalente estão alinhados com o AR4.

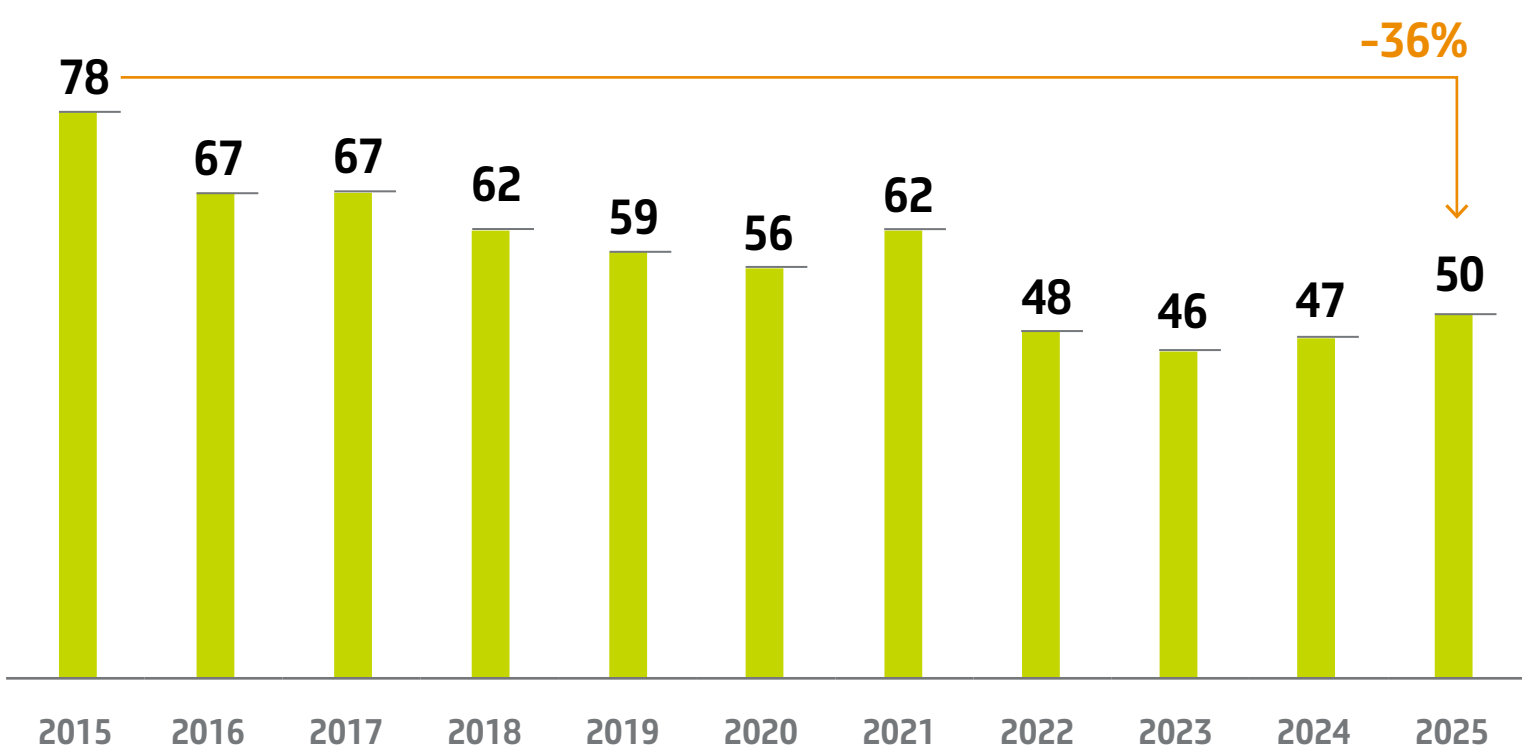
Redução de emissões de gases de efeito estufa

Reduzimos em 36% as emissões absolutas provenientes de nossas atividades operacionais em relação a 2015, conforme mostrado no gráfico a seguir, alcançando o total de 50 milhões tCO₂e em 2025. Essa expressiva redução é resultado de iniciativas focadas em eficiência, redução de perdas, gestão do portfólio e menor despacho termelétrico. Apesar de, nos últimos três anos, termos registrado um aumento nas emissões – reflexo do crescimento da atividade para garantir o fornecimento de energia à sociedade – seguimos significativamente abaixo dos níveis de 2015.

6 Para mais informações, acessar <<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/>>.

Isso evidencia que nosso compromisso com a eficiência, a gestão responsável e a descarbonização têm gerado resultados concretos.

EMISSIONES ABSOLUTAS OPERACIONAIS⁷ (MILHÖES DE tCO₂e)



Dentre as ações implementadas, destacam-se, no segmento upstream, a otimização da operação de turbogeradores e operacionalização de FGRUs (Unidades de recuperação de gás de flare), unidades que recuperam parte da corrente de gás que seria direcionada para o flare, reintegrando-a ao processo. No refino, sobressaem as ações voltadas para a eficiência energética e para a manutenção dos equipamentos, ambas essenciais para o aprimoramento da eficiência operacional. Desde 2022, neutralizamos nossas emissões de escopo 2 no Brasil por meio da compra de Certificados de Energia Renovável (I-REC, da sigla em inglês). Essa iniciativa assegura que 100% da energia elétrica comprada de terceiros no Brasil seja gerada por fontes renováveis.

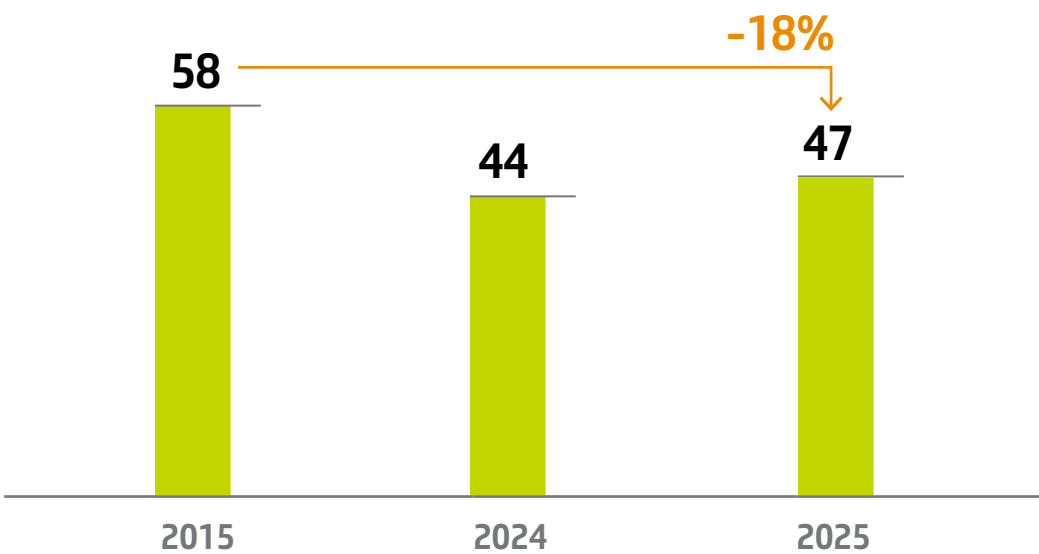
⁷ Os valores se referem às emissões operacionais totais, sem considerar a utilização dos créditos de carbono para a compensação das emissões de GEE da gasolina Petrobras Podium Carbono Neutro calculadas através de Avaliação do Ciclo de Vida. Das emissões compensadas em 2025, cerca de 36,3 mil tCO₂e se referem às emissões operacionais.

Em 2025, neutralizamos 183 mil tCO₂, equivalente a 3,94 milhões MWh de energia elétrica renovável adquirida. No exterior, nossas emissões de escopo 2 totalizaram 132 tCO₂, representando apenas 0,0003% de nossas emissões absolutas operacionais em 2025.

Realizamos também o monitoramento das emissões operacionais provenientes exclusivamente das nossas atividades de óleo e gás, desconsiderando as emissões relacionadas à participação no mercado de termelétricidade. Dessa forma, conseguimos avaliar com maior precisão o impacto das iniciativas para a redução de emissões absolutas, sem que os resultados sejam influenciados pelo acionamento das usinas térmicas solicitado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

Em 2025, conforme pode ser visto no gráfico abaixo, as emissões de GEE das atividades de óleo e gás totalizaram 47 milhões de tCO₂e, representando um acréscimo de 3 milhões de tCO₂e em relação ao período anterior. As iniciativas de eficiência e redução de perdas implementadas nas áreas operacionais contribuíram para mitigar o impacto desse aumento, resultado da entrada em operação de novos ativos.

EMISSIONES OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES DE ÓLEO E GÁS (MILHÖES DE tCO₂e)

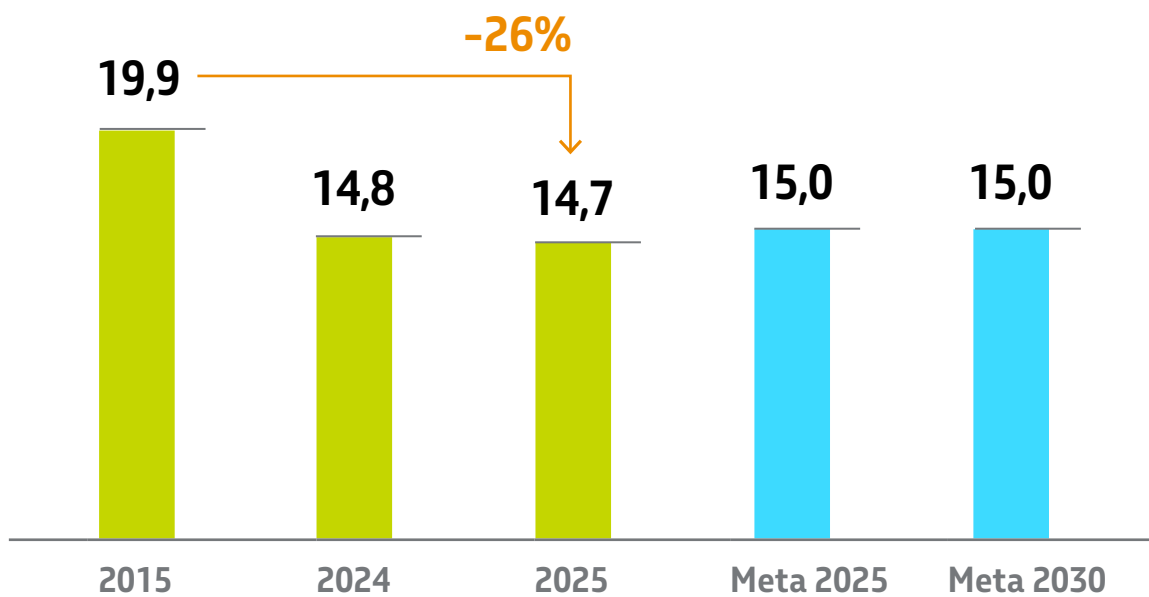


Os segmentos de E&P e refino são responsáveis pela maior parte das emissões absolutas operacionais registradas. Em 2025, os nossos compromissos públicos relativos à intensidade de emissões de GEE (IGEE-E&P e IGEE-Refino) abrangeram 84% das emissões provenientes das atividades sob nossa operação.

Intensidade de emissões de GEE no E&P

Atingimos um desempenho de intensidade de GEE de 14,7 kg/boe, valor 1% inferior ao ano de 2024. A melhoria na intensidade decorreu do aumento de 13% da produção operada de óleo e gás aliado a ações de otimização energética e de redução de perdas de gás.

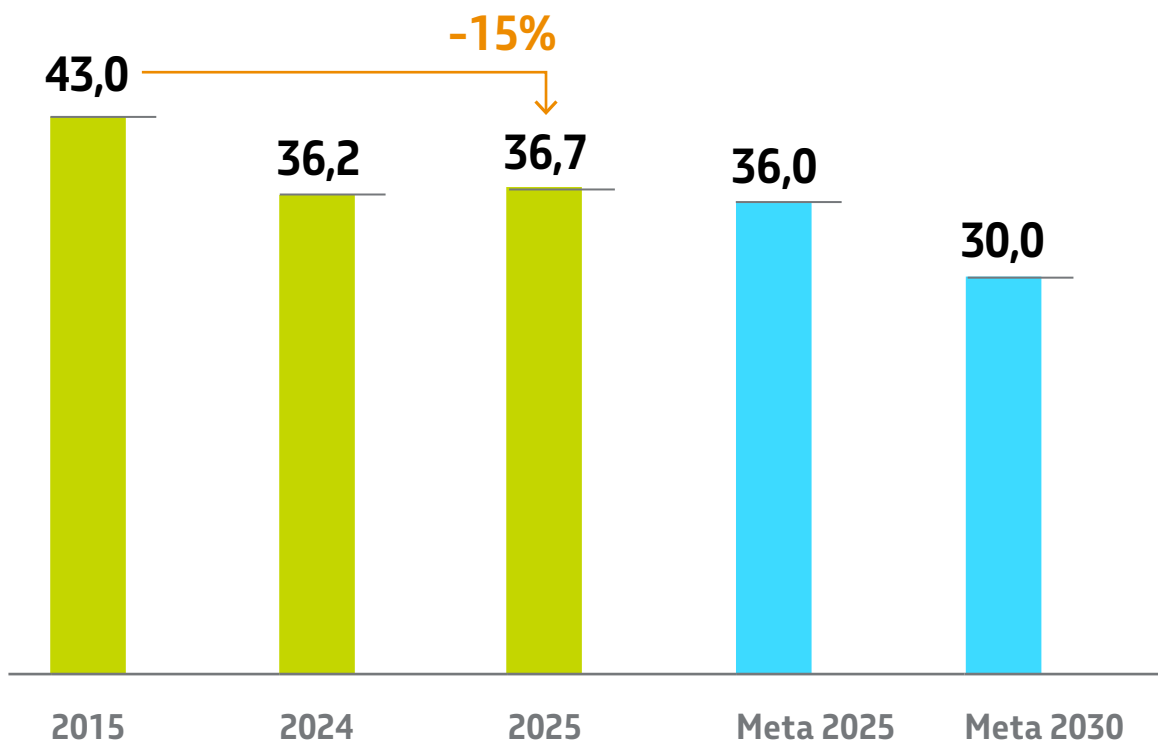
INTENSIDADE DE EMISSIONES DE GEE NO E&P (KgCO₂e/boe)



Intensidade de emissões de GEE no refino

A intensidade de emissões de GEE no segmento de refino em 2025, com resultado de 36,7 kgCO₂e/CWT, confirma o histórico de redução expressiva de 14,6% quando comparada a 2015, refletindo os avanços consistentes na melhoria da eficiência energética, gestão operacional do segmento e iniciativas implementadas ao longo da última década. O aumento pontual de 1,4% com relação a 2024 foi ocasionado por fatores operacionais específicos, como paradas programadas para a implementação de projetos.

INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE NO REFINO (kgCO₂e/CWT)



Cabe destacar que os compromissos firmados para 2025 e 2030 para intensidade de emissões de GEE no refino, foram estabelecidos no contexto de desinvestimentos de plano de negócios anterior da companhia, que considerava o parque de refino composto por apenas cinco refinarias na região sudeste. Com a retomada de investimentos para melhoria da qualidade dos combustíveis e aumento de capacidade e expansão das operações do refino para atendimento à segurança energética nacional,

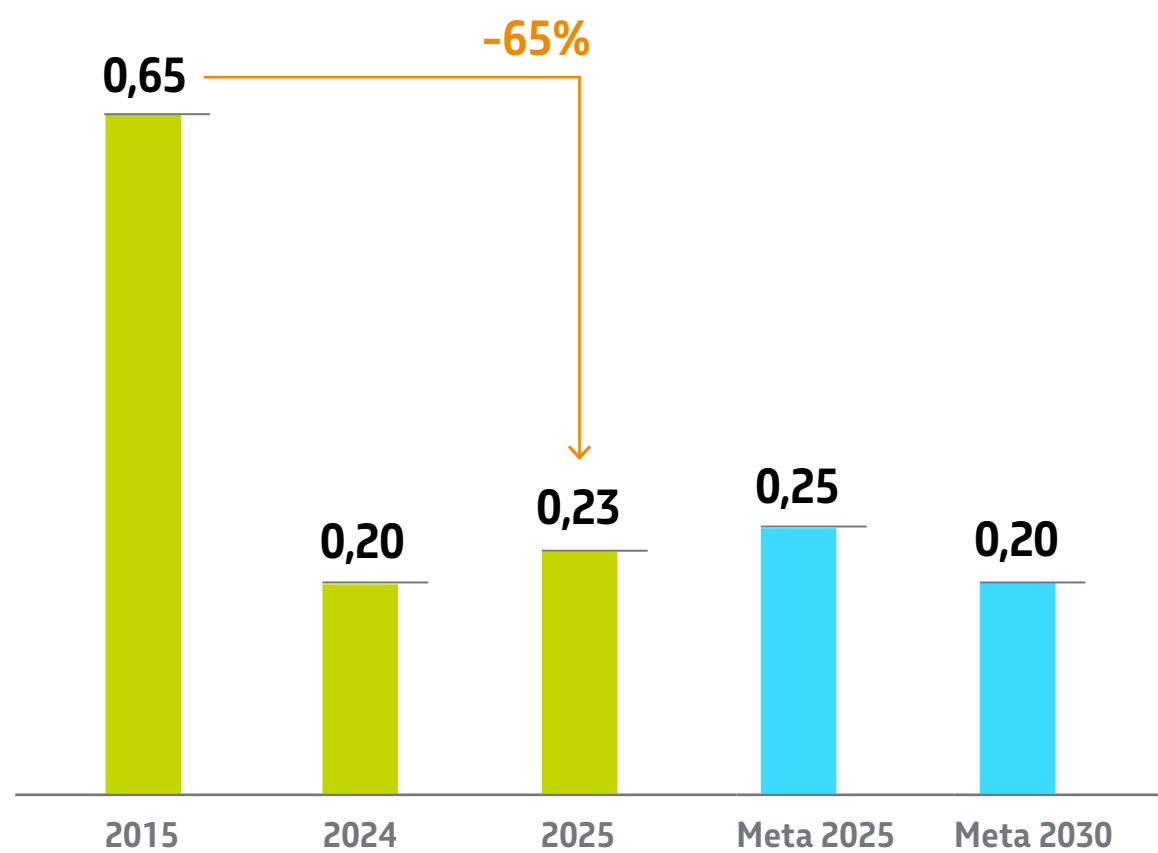
os desinvestimentos em ativos do refino foram cancelados, resultando na manutenção das dez refinarias do parque atual. Essa mudança impactou o resultado de 2025, pois programas estruturantes como RefTOP e Carbono Neutro foram iniciados mais tarde nas refinarias que seriam desinvestidas.

Emissões de metano no upstream

Desde janeiro de 2023, aderimos à iniciativa OGMP 2.0 – Oil and Gas Methane Partnership, reforçando nosso comprometimento com a redução das emissões de metano em nossos processos. A OGMP 2.0 é uma iniciativa global coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à quantificação, reporte e gestão das emissões de metano, com foco na mitigação das mudanças climáticas do setor de O&G. Reconhecida como a mais relevante do setor em transparência e credibilidade no fornecimento de dados sobre emissões de metano, a OGMP 2.0 reúne mais de 150 empresas do setor de O&G.

Em 2025, em decorrência da implementação das ações de monitoramento direto de emissões de metano previstas no âmbito da OGMP 2.0, esse indicador apresentou variação em relação aos resultados dos anos anteriores, justificada pela melhoria do processo de monitoramento, quantificação e reporte. A intensidade de metano em 2025 foi de 0,23 tCH₄/mil ton HC, apresentando 65% de redução em relação à data-base de 2015 e superando o compromisso estabelecido de 0,25 tCH₄/mil tHC.

INTENSIDADE DE EMISSÕES DE METANO NO UPSTREAM (tCH₄/mil tHC)

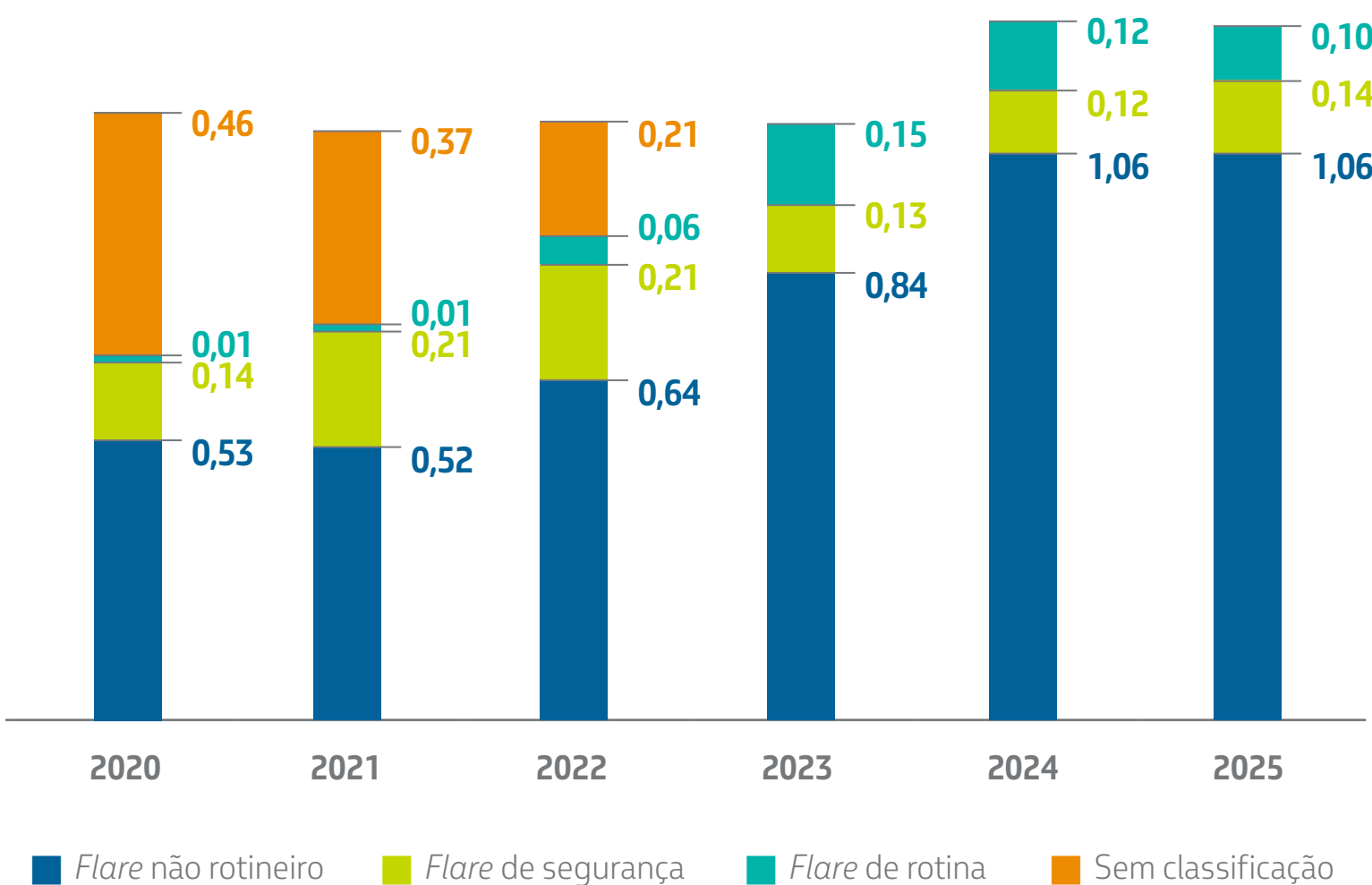


Zero queima de rotina em flare

Desde 2018, divulgamos nosso apoio à iniciativa Zero Routine Flaring by 2030 do Banco Mundial, cujo cumprimento dos critérios constitui um de nossos compromissos públicos. Em 2025, a queima de rotina em flare representou 8% do volume total de gás queimado nas operações do segmento de E&P, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

O volume total de flaring se manteve no patamar de 2024, porém, registrou-se uma redução de 17% na parcela de flare de rotina. Esse baixo percentual é em grande parte devido à operação de 14 Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) de alta capacidade sem queima de rotina, resultado direto da incorporação das Unidades de Recuperação de Gases (FGRU) em seus projetos. Além disso, a adoção do conceito “zero queima de rotina” em todos os novos projetos reforça a tendência de redução contínua desse percentual nos próximos anos.

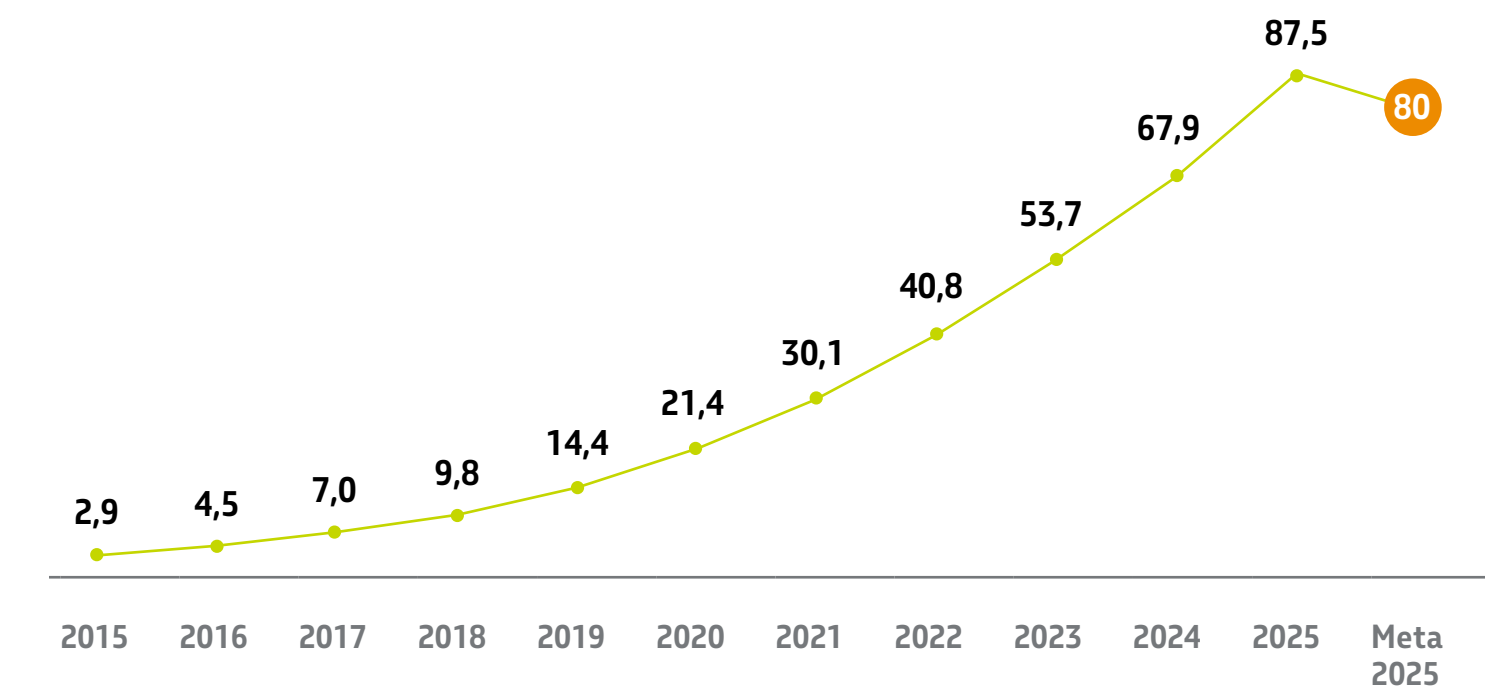
VOLUME DE QUEIMA - FLARING (BILHÕES DE M³)



Projetos de CCUS no E&P

Em 2025, foram reinjetadas 19,6 milhões de toneladas de CO₂ nos reservatórios do pré-sal da Bacia de Santos, superando o volume de 14 milhões de tCO₂ registrado em 2024 e ultrapassando, de forma acumulada, a marca de 80 milhões de toneladas de CO₂ reinjetadas em nossos reservatórios do pré-sal, conforme estabelecido no nosso compromisso público. O gráfico a seguir representa a reinjeção acumulada de CO₂ ao longo dos anos.

REINJEÇÃO ACUMULADA DE CO₂ (MILHÕES DE tCO₂)

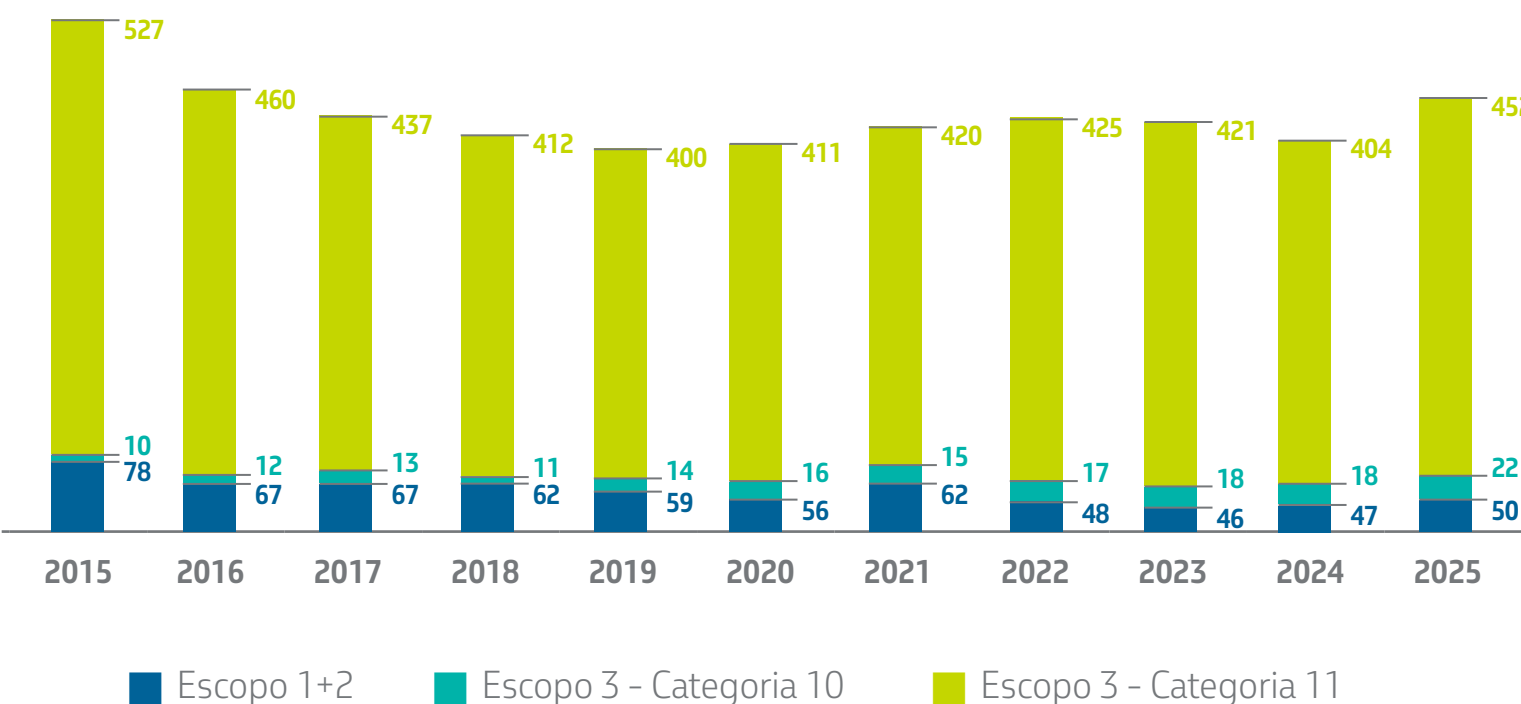


Emissões de GEE da cadeia de valor

Como empresa integrada de energia, acompanhamos as emissões absolutas e a intensidade de carbono ao longo da cadeia de valor de nosso portfólio global de energéticos. Consideramos relevante o desempenho em carbono de cada produto, devido às diferenças na intensidade de emissões entre os diversos tipos de petróleos, correntes de gás natural e energia elétrica proveniente de fontes fósseis.

O gráfico a seguir representa as emissões da cadeia de valor ao longo dos últimos anos.

EMISSIONES DA CADEIA DE VALOR⁸ (MILHÕES DE tCO₂e)



No âmbito das emissões de GEE da cadeia de valor, além das emissões operacionais, são consideradas duas categorias relevantes de emissões de escopo 3: emissões indiretas provenientes do processamento de produtos vendidos (Categoria 10) e emissões indiretas resultantes da utilização dos produtos vendidos (Categoria 11), sendo estas últimas as de maior relevância em nossa cadeia de valor.⁹

Demonstramos um avanço consistente em nosso desempenho no CDP Supply Chain, um programa global que permite que grandes empresas avaliem e incentivem seus fornecedores a medir, gerenciar e reportar suas ações ambientais. Nossa evolução ao longo dos últimos ciclos reflete o fortalecimento da governança climática, o aprimoramento da gestão ambiental e maior transparência na cadeia de valor.

⁸ Os valores apresentados referem-se às principais emissões da nossa cadeia de valor e não consideram a utilização de créditos de carbono para a compensação das emissões de GEE da gasolina Petrobras Podium Carbono Neutro, calculadas com base em Avaliação do Ciclo de Vida, que totalizaram 297,9 mil tCO₂e em 2025.

⁹ Embora o presente documento apresente somente as categorias 10 e 11 do escopo 3, as categorias 1 a 7 também são reportadas junto ao Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2022, somos reconhecidos pela liderança (classificação A) no critério “Engajamento da Cadeia de Fornecedores” da avaliação CDP - Supplier Engagement Assessment (SEA). Neste quarto ciclo, 240 fornecedores reportaram as suas ações e iniciativas sobre práticas associadas às mudanças climáticas, uso e gestão de recursos hídricos e florestas.

Para engajar os fornecedores no ciclo do CDP Supply Chain 2025 e incentivar maior qualidade nas respostas, foi adotada uma estratégia de comunicação educativa, suporte contínuo e capacitação técnica. O objetivo foi elevar a maturidade do compromisso climático da cadeia de valor, promover transparência e apoiar a gestão de riscos e impactos ambientais.

Um dos destaques do último ciclo foi o elevado índice de engajamento dos nossos fornecedores no CDP *Supply Chain*, superando a taxa média de respostas no setor de óleo e gás. Esse resultado evidencia o nosso avanço em temas estratégicos de sustentabilidade em um setor historicamente desafiador em emissões e riscos climáticos.

A classificação demonstra o aprimoramento dos processos internos e uma abordagem integrada para engajar fornecedores, fortalecer a governança e impulsionar práticas ambientais mais robustas.

Programas de Excelência Operacional

Possuímos procedimentos para a análise e inclusão de requisitos de sustentabilidade nos processos de contratação, incluindo consulta ao mercado para avaliação dos respectivos níveis de maturidade, alinhados ao nosso plano de negócios. Adicionalmente aos requisitos contratuais relacionados às emissões, o tema também é contemplado em nossos diversos Programas de Excelência Operacional:

> **PEOTRAM (Programa de Excelência Operacional para Transporte Aéreo e Marítimo):** sistema de auditorias anuais nas nossas operações de transporte aéreo e marítimo, que tem por objetivo buscar a excelência operacional na prestação de serviços de helicópteros e de embarcações de apoio marítimo e especiais. Este programa é utilizado como critério de julgamento em nossos processos de contratação e, desde 2021, o sistema foi adaptado para levar em consideração os requisitos de emissões de GEE das empresas contratadas.

> **PEO-SONDAS (Programa de Excelência Operacional nas Sondas Marítimas):** tem como objetivo aumentar a segurança operacional e de processos por meio do gerenciamento da maior qualidade de gestão das empresas contratadas de sondagem marítima, valorizando práticas de melhoria contínua e excelência em gestão. Para alcançar tais objetivos, o programa conta com auditorias de terceira parte, na base e nas unidades marítimas das contratadas, para avaliar o sistema de gestão das empresas contratadas quanto aos recursos humanos; gestão de ativos; integração; segurança, meio ambiente e saúde; operações; e gestão de fornecedores.

> **PEOTER (Programa de Excelência nas Operações Terrestres):** busca desenvolver os fornecedores de serviços de operações terrestres nas questões de excelência operacional e de segurança, padronizando e aprimorando as práticas de gestão e das operações terrestres, levando em consideração suas características e riscos associados, contribuindo para o fortalecimento da cultura de prevenção de acidentes, de preservação do meio ambiente e de promoção da saúde.

Outras emissões atmosféricas

Além das emissões de GEE, nosso inventário inclui as emissões de poluentes atmosféricos: óxidos de enxofre (SOx), óxidos de nitrogênio (NOx), material particulado (MP), monóxido de carbono (CO) e compostos orgânicos voláteis (COVs). É utilizada a mesma metodologia aplicada ao inventário de GEE para esses poluentes, assim como o processo de verificação anual por terceira parte abrange todas essas emissões.

Em 2025, as emissões de NOx aumentaram 6%, principalmente devido à maior atividade de exploração e produção de petróleo. Já as emissões de CO aumentaram 14% em relação a 2024, resultado influenciado pela operação das caldeiras de CO em algumas unidades de craqueamento catalítico de fluidos (FCC, na sigla em inglês) do refino, este número, no entanto ainda é inferior ao observado em 2023.

As emissões de SOx são mais relevantes no segmento de refino, que respondeu por 73% do total em 2025. Monitoramos esse poluente como indicador há cerca de 20 anos, com limites de alerta estabelecidos para cada refinaria. Em 2025, as emissões totais de SOx do parque de refino ficaram cerca de 3,5% acima do limite de alerta anual. Apesar disto, atingimos o menor valor da série histórica para o refino e para a companhia, demonstrando nosso compromisso com a melhoria contínua e a nossa contribuição para a melhoria da qualidade do ar. Nas emissões de COVs registramos um aumento de 96% em relação a 2024. Essa variação decorreu principalmente de uma atualização metodológica adotada no período, não representando necessariamente um aumento efetivo das emissões. A alteração consistiu na substituição do uso de fatores de emissão padronizados por simulações de processo, resultando em uma estimativa mais precisa e representativa das condições operacionais reais. Dessa forma, a comparabilidade com séries históricas anteriores deve ser analisada considerando essa mudança metodológica.

Além do inventário, realizamos amostragem em chaminés para verificar conformidade com limites legais. Também monitoramos a qualidade do ar no entorno das nossas atividades de refino e de geração termelétrica, por meio de estações de monitoramento próprias ou operadas por órgãos ambientais locais. Esses dados são considerados em nossas operações e no licenciamento de novas unidades.



Energia consumida

Em 2025, nosso consumo de energia refletiu nosso compromisso com a eficiência energética. O levantamento inclui o uso de combustíveis de fontes não renováveis, renováveis e eletricidade, conforme ilustrado na figura a seguir.

BALANÇO ENERGÉTICO DO PERÍODO

 CONSUMO INTERNO DE ENERGIA	717.294 TJ
 VENDA DE ELETRICIDADE	45.378 TJ
 VENDA DE VAPOR	1.504 TJ
 BALANÇO CONSUMO DE ENERGIA	670.412 TJ

O consumo interno em 2025 aumentou 5,7% em relação ao ano anterior, reflexo da entrada em operação e o ramp-up de novos FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), acompanhando a expansão da capacidade produtiva da companhia

A melhoria da eficiência energética é essencial para reduzir emissões de GEE. Como temos uma ampla diversidade de operações e produtos, gerenciamos o desempenho energético analisando separadamente resultados de consumo e produção de energia, além dos indicadores de intensidade de emissões.

A intensidade energética no segmento do refino indica a relação entre o consumo total de energias primárias de cada refinaria e o consumo de energia de referência e leva em consideração o volume de carga processada, a qualidade da carga, a complexidade e a severidade das unidades

de processo. A partir de 2025, passamos a adotar o Índice de Energia Sustentável™ (ESI™ – da sigla em inglês), um indicador que incorpora o impacto das iniciativas de consumo de energia elétrica proveniente de fontes de energia renovável, tais como as usinas fotovoltaicas em fase de implementação e o sistema elétrico brasileiro, caracterizado por uma elevada participação de energias renováveis.

Em 2025, o Índice de Energia Sustentável (IES) do parque de refino atingiu 98,5, praticamente estável em relação ao ano anterior, considerando que houve impactos de paradas programadas e variações de carga processada, fatores conjunturais que também influenciaram outros indicadores energéticos.

O desempenho do IES em 2025 confirma a manutenção dos ganhos obtidos nos últimos anos, sustentada por melhorias contínuas na eficiência energética e na adoção crescente de iniciativas estruturantes como o RefTOP e projetos de otimização operacional. Esses avanços vêm garantindo maior resiliência do indicador mesmo em cenários operacionais desafiadores.

No segmento de E&P, implantamos o Painel Energia e Carbono em 39 plataformas, permitindo monitoramento em tempo real da geração, consumo de energia e emissões, além de identificar oportunidades para aumentar a eficiência energética e reduzir emissões das unidades.

Considerando nossa produção de óleo, gás e derivados para o mercado interno e externo, vendemos em 2025 um total equivalente a 6,2 milhões de terajoules (TJ) em produtos energéticos¹⁰. O uso desses produtos (desde derivados líquidos até energia elétrica) para transporte e processos industriais é o principal fator de consumo energético em nossa cadeia de valor, assim como as emissões associadas à queima desses combustíveis.

10 O consumo energético destes combustíveis vendidos pode ocorrer em diversos pontos da cadeia, como no transporte de pessoas e produtos. Destacamos, entretanto, que possuímos grande integração ao longo dos segmentos da indústria de óleo e gás, sendo assim, o consumo de energia em operações controladas por nós pode ser consultado no **Painel ASG**.

Produtos e negócios com menor intensidade de carbono

Para contribuir com a melhoria da qualidade do ar e a redução da emissão de GEE, lançamos novos combustíveis mais sustentáveis.

Lançamento do SAF (Combustível Sustentável de Aviação)

As tecnologias de coprocessamento aplicadas ao refino apresentam elevado grau de maturidade tecnológica, sendo que, para a maioria delas, já foram realizados testes em escala protótipo ou testes industriais, o que confirma sua viabilidade técnica e prepara o caminho para a implantação comercial. O coprocessamento é uma rota que permite antecipar a oferta de produtos com conteúdo renovável, de forma ágil e minimizando a necessidade de investimentos. No caso específico do SAF produzido por coprocessamento de óleos vegetais em unidades de hidrotratamento, foram realizados testes industriais bem-sucedidos nas refinarias Presidente Getúlio Vargas (Repar), de Paulínia (Replan), Henrique Lage (Revap), Gabriel Passos (Regap) e Duque de Caxias (Reduc). Em novembro de 2025 foi realizada na Reduc a primeira produção comercial nacional de SAF com certificação International Sustainability and Carbon Certification (ISCC), reconhecida no âmbito do Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation (CORSIA), utilizando óleo técnico de milho (TCO – *Technical corn oil*) como matéria-prima. O volume produzido foi comercializado para distribuidoras de querosene de aviação que operam no Aeroporto Internacional do Galeão. A antecipação da oferta de SAF é um marco para a aviação nacional e mais um passo importante na liderança da transição energética justa no país.

Bunker com conteúdo renovável

Em janeiro de 2025, o Terminal do Rio Grande (RS) obteve a certificação ISCC – European Union Renewable Energy Directive (EU RED) para comercialização do VLS B24, nosso combustível marítimo com 24% de conteúdo renovável proveniente de biodiesel (FAME). No Brasil, o biodiesel para o VLS B24 é obtido a partir de matérias-primas residuais, enquanto que nas operações internacionais em Singapura, é utilizado o UCOME, biocombustível de segunda geração derivado do processamento de óleo de cozinha usado.

O produto atende aos critérios internacionais de sustentabilidade e pode ser utilizado em motores marítimos convencionais. Essas iniciativas reforçam nosso pioneirismo na transição energética e têm potencial para reduzir em cerca de 20% as emissões de gases de efeito estufa no segmento marítimo.

Asfalto com conteúdo renovável

Em outubro de 2025, foi iniciada produção do Asfalto CAP Pro R com conteúdo renovável na Revap. O produto apresenta menor pegada de carbono, qualidade superior, atende às normas nacionais e é compatível com os processos industriais existentes. Promove maior flexibilidade na produção de cimento asfáltico, possibilitando o aumento do uso de petróleos do pré-sal para este fim.

Combustíveis com conteúdo celulósico

Foi realizado teste pioneiro em escala comercial de coprocessamento de bio-óleo de pirólise de biomassa não alimentar com carga mineral na unidade de craqueamento catalítico da Refinaria Riograndense (Rio Grande/RS), com tecnologia desenvolvida pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), em fevereiro de 2025. A operação foi bem-sucedida com duração de sete dias, com coprocessamento de até 5% de bio-óleo de pirólise lenta fornecido pela Vallourec, gerando combustíveis com conteúdo celulósico, com elevado

poder de descarbonização. O avanço tecnológico representa um marco para o biorrefino mundial, demonstrando o potencial de transformar resíduos agroflorestais em derivados típicos do refino de petróleo.

Combustíveis 100% renováveis

Em dezembro de 2025, junto com a Refinaria Riograndense (RPR) realizamos teste substituindo totalmente o gasóleo pesado de petróleo por 100% de óleos vegetais em sua unidade de craqueamento catalítico fluido (FCC), utilizando tecnologia também desenvolvida pelo Cenpes. O objetivo foi comprovar a viabilidade técnica e operacional da produção de combustíveis 100% renováveis, utilizando blends de óleo de soja e óleo técnico de milho. Com os resultados, a RPR planeja iniciar operação contínua em 2026, tornando-se a primeira biorrefinaria em escala industrial do Brasil.

ACV (Análise de Ciclo de Vida) Digital

A ACV Digital é uma ferramenta implantada em todas as nossas refinarias para calcular, em tempo real, a intensidade de carbono dos produtos e correntes, apoiando ações de descarbonização, certificações e identificação de oportunidades de monetização. Após validação, os dados gerados subsidiam iniciativas como a neutralização de carbono da gasolina podium e a certificação de produtos.

Projetos para produção de combustível sustentável de aviação pelas rotas HEFA e ATJ – Produção de SBC (sigla em inglês de Componente Sintético da Mistura para produção de SAF)

Dentre as tecnologias homologadas pela American Society for Testing and Materials (ASTM) para produção de SBC, a rota HEFA (Hydroprocessed Esthers and Fatty Acids) destaca-se pela maior maturidade comercial, com diversas unidades já implantadas globalmente para produção de

SBC e diesel renovável. Contemplamos em nosso Plano de Negócios 2026-2030 um projeto de planta HEFA, a ser implantada na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), associados a estudos para viabilização do uso de matérias-primas alternativas e sustentáveis, além de avaliarmos a implantação de uma segunda planta HEFA, a ser localizada no Complexo de Energias Boaventura.

Outra rota certificada pela ASTM para a produção de SBC é a tecnologia ATJ (*Alcohol-to-Jet*), a partir de álcoois obtidos de fontes renováveis, como biomassa, abundante no Brasil. Essa alternativa é promissora para a redução da pegada de carbono e o atendimento às metas globais de descarbonização do setor aéreo. Avaliamos a implantação de uma planta ATJ na Replan e mantemos iniciativas de pesquisa e desenvolvimento para aprimorar a eficiência do processo e reduzir custos de produção, superando desafios técnicos e econômicos para o aumento de escala.

Veículos leves

A gasolina Petrobras Podium Carbono Neutro, lançada em 2023, é a primeira do mercado brasileiro com emissões compensadas em todo o ciclo de vida. A compensação é realizada por meio de créditos de carbono gerados por ações de preservação florestal de biomas nacionais. Além da compensação, o produto oferece maior octanagem (102) e menor teor de enxofre do mercado (20 mg/kg), melhorando o desempenho do veículo.

Também lançamos uma gasolina premium com teor de enxofre de 30 mg/kg (inferior ao limite regulado de 50 mg/kg) e octanagem de 100 (acima do limite de 97), contribuindo para reduzir emissões de SO₂ para a atmosfera.

Veículos pesados

Após testes feitos em linhas de ônibus urbanos em Curitiba, lançamos em 2023 o óleo Diesel R5, com 5% de conteúdo renovável e menor intensidade de carbono que o óleo diesel mineral. O produto é *drop in*, podendo ser usado sem necessidade de qualquer adaptação nos motores ou na infraestrutura logística.

Inicialmente comercializado pela Repar, passou a ser ofertado também pela RPBC desde 2024. Realizamos a avaliação do ciclo de vida do óleo Diesel R da Repar, que subsidiou a certificação internacional (ISCC Plus e ISCC EU RED), obtida em 2023 e recertificações em 2024 e 2025. A certificação do óleo Diesel da RPBC (ISCC Plus) foi obtida em 2025.

Transporte aéreo

Avaliamos e desenvolvemos tecnologias para a produção de diesel renovável e SAF. Nosso Plano de Negócios 2025-29 prevê a construção de plantas dedicadas de biorrefino para a produção de SAF e de diesel renovável na RPBC (capacidade de 15 mil bpd) e no Complexo de Energias Boaventura (capacidade de 19 mil bpd), com previsão de início de operação após 2029.

Também estudamos uma planta na Replan para produção de 10 mil bpd de SAF via rota Alcohol-to-jet (ATJ), utilizando etanol como matéria-prima. Essas iniciativas permitirão uma contribuição mais efetiva para a descarbonização do aéreo, além de diversificação do portfólio.

Em 2025 realizamos as primeiras entregas de SAF, produzido por coprocessamento na Reduc, e nos tornamos a primeira empresa a produzir, integralmente no Brasil, o combustível que recebe o certificado de sustentabilidade ISCC-CORSIA de acordo com as regras da ICAO (International Civil Aviation Organization).

Além disso, estamos desenvolvendo parcerias para ingressar na produção de etanol, com um olhar atento para sua pegada de carbono, que pode fornecer o insumo necessário às plantas de ATJ.

Combustíveis marítimos

Em 2022, iniciamos testes pioneiros de abastecimento de bunker com conteúdo renovável para o setor marítimo. Esse trabalho continuou em 2023, quando foram realizados três testes de campo em rotas de cabotagem no litoral brasileiro utilizando combustível marítimo com menor intensidade de carbono. Os resultados dos três testes foram positivos. Adicionalmente, nos testes com 24% de biodiesel, as reduções potenciais de emissão de GEE variaram entre cerca de 17% e 20%, em comparação ao bunker 100% mineral, dependendo da origem da matéria-prima do biodiesel.

Desde 2023, vendemos o produto VLS B24 (bunker com 24% de biodiesel), certificado pela ISCC. Em 2024, certificamos a mistura do biodiesel certificado com o bunker no terminal de Rio Grande (TERIG), e em 2025 iniciamos a comercialização de VLS B24 com certificação ISCC. Em 2026 iremos fornecer o VLS B24 no âmbito do corredor verde entre o Brasil e a Noruega.

Desde 2023, passamos também a comercializar gasóleo marítimo com teor máximo de enxofre de 1.000 mg/kg (Low Sulfur Marine GasOil, LSMGO), no porto de Santos. Esse teor é significativamente menor que o limite regulado de 5.000 mg/kg.

Combustíveis Premium

Em 2026, o Óleo Diesel Podium, destinado ao segmento de SUVs (sport utility vehicles) e picapes de uso pessoal, e o Diesel Verana, voltado ao segmento de embarcações náuticas de lazer, passam a ter 5 % de conteúdo renovável em suas formulações. Ambos reduzem as emissões de GEEs em aproximadamente 3 % em relação ao óleo diesel mineral, e não requerem adaptações nos motores para o seu uso.

Indústria petroquímica

Em 2025, obtivemos a certificação ISCC Plus para a produção de Hidrocarboneto Leve de Refinaria (HLR) com conteúdo renovável na Recap, garantindo rastreabilidade e sustentabilidade à cadeia, resultado de testes industriais em parceria com a Braskem.

Realizamos, em fevereiro de 2025, teste de coprocessamento com óleo de pirólise de biomassa juntamente à carga habitual da unidade de craqueamento catalítico da RPR, visando avanços do biorrefino em nossas refinarias.

Produtos asfálticos

A linha CAP PRO é a nossa linha de produtos asfálticos mais sustentáveis. Desde 2023, iniciamos o desenvolvimento de dois produtos para compor essa linha:

- > **CAP Pro AP 70/85:** asfalto de alta penetração com capacidade rejuvenescedora, ideal para serviços de reciclagem a quente de revestimentos asfálticos danificados, permitindo maior uso de conteúdo reciclado sem agentes rejuvenescedores.
- > **CAP Pro W 30/45:** cimento asfáltico que pode ser usinado e aplicado em temperaturas até 40 °C menores do que as usuais, gerando economia de energia, menor emissão de GEE e vapores e melhores condições de trabalho.

Em 2025, lançamos o CAP Pro 50/70 R, um asfalto com conteúdo renovável, combinando correntes minerais com um óleo de origem vegetal com características específicas que conferem ao produto propriedades adequadas para pavimentação e industrialização, além de grande sinergia com o refino de petróleos nacionais. Está previsto que em 2026 o CAP Pro AP e o CAP Pro W também recebam conteúdo renovável e passem a ser chamar CAP Pro AP 70/85 R e CAP Pro W 30/45 R respectivamente.

Em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Coppe), oferecemos acompanhamento técnico para aplicação da linha CAP Pro, junto a grandes consumidores, incluindo estudos de dosagem da massa asfáltica, medições de fumos e emissões de GEE nas usinas e durante a aplicação, elaboração da análise do ciclo de vida dos processos, e monitoramento de performance em pista. Assim, inovamos com os parceiros e órgãos públicos tecnologias e soluções de pavimentação que reduzam os custos na cadeia, com ganhos ambientais e elevados requisitos de desempenho.

É fundamental, nos projetos de PD&I, garantirmos a qualidade do produto ao longo de todas as etapas do processo, desde a produção nas refinarias até o seu uso pelos nossos consumidores, abrangendo as fases de transporte, transferências e armazenamento.

Cumprimos normas nacionais e internacionais sobre impactos em saúde e segurança, e reforçamos junto aos nossos fornecedores a obrigatoriedade do seu cumprimento. Nossos produtos passam por avaliação de perigos à saúde e à segurança, visando proteger os trabalhadores, as comunidades vizinhas e o consumidor final. As avaliações, orientações e recomendações são apresentadas nas Fichas com Dados de Segurança (FDS) e nas Safety Data Sheet (SDS) dos produtos e insumos comercializados no Brasil e no exterior. Quando atuamos como fornecedores, disponibilizamos FDS atualizadas aos usuários, contendo as principais informações sobre saúde, segurança e meio ambiente dessas substâncias químicas. Atualmente, nosso Sistema de Fichas de Produtos Químicos (SFPQ) oferece cerca de 300 fichas de informação de segurança de produto químico de produtos da companhia e aproximadamente 1,6 mil fichas de insumos para consulta.



Informações sobre os nossos produtos podem ser consultadas na aba de produtos em nosso [site](#) e na aba sobre Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos (REACH)

Colaborações e parcerias estratégicas

Mantemos parcerias nacionais e internacionais com empresas e organizações, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade do ar e dos combustíveis, incluindo iniciativas estruturadas no âmbito do programa Petrobras Conexões para Inovação, que busca fortalecer o ecossistema de inovação por meio de cooperação com instituições, empresas e startups, e abrange também o seu módulo de corporate venture capital (CVC), o Petrobras Innovation Ventures.

Petrobras Innovation Ventures: É o programa de Corporate Venture Capital (CVC) da Petrobras que busca investir em empresas com soluções e modelos de negócios inovadores com alto potencial de crescimento. Em 2025, aprovamos nosso primeiro fundo de CVC no Brasil: R\$ 500 milhões, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dedicado à transição energética e descarbonização. O anúncio deste fundo foi reconhecido pelo mercado, evidenciado pelo número recorde de propostas recebidas para gestão do fundo. Adicionalmente, a iniciativa conquistou o primeiro lugar no prêmio Corporate Venture in Brasil Awards 2025, nos destacando como referência em investimento corporativo no país.

Desenvolvimento de políticas públicas e participação em associações relacionadas às mudanças climáticas e transição energética

A liderança na transição energética justa implica em *advocacy* climático propositivo, em observância aos objetivos do Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. O governo brasileiro avança na definição de políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e que visem a transição para uma economia de baixo carbono de forma justa e sustentável. Neste contexto, buscamos fortalecer discussões técnicas e contribuir para a consolidação de marcos legais e regulatórios que viabilizem tecnologias e negócios que, por sua vez, contribuam para os esforços climáticos do país.

Desta forma, desempenhamos um papel importante no apoio e implementação de políticas públicas, tanto diretamente, por meio de reuniões *ad-hoc* com órgãos reguladores e formuladores de políticas, fóruns públicos, eventos técnicos, grupos de trabalho organizados por autoridades governamentais e consultas públicas, quanto indiretamente, por meio das associações setoriais das quais somos membros, mesmo quando a atividade de *advocacy* não seja o objetivo primário dessas entidades.

As eventuais atividades de engajamento político dessas associações são monitoradas e revisadas por nossa estrutura de governança, garantindo que suas ações de engajamento climático estejam em consonância com os nossos princípios. Defendemos posições de *advocacy* climático que estejam alinhadas à nossa estratégia climática nas entidades externas das quais participamos ou somos associados.

A gerência executiva de Gestão Integrada de Transição Energética, ligada à Diretoria Executiva de Transição Energética e Sustentabilidade, conta com uma área dedicada a assuntos regulatórios. Essa área acompanha políticas públicas, marcos legais e regulatórios, normas e diretrizes nacionais, monitorando projetos de lei e regulamentações infralegais.

Atua em parceria com a área de Relações Institucionais junto aos poderes Executivo e Legislativo, ministérios e agências reguladoras federais e estaduais, em temas como biocombustíveis, gás natural, energia elétrica e negócios de baixo carbono.

Possuímos um padrão interno para gerir a nossa participação em entidades externas, que aborda o procedimento para a proposição de nova participação da companhia. Este padrão estabelece que o objetivo e o escopo de atuação da entidade externa estejam alinhados ao objetivo social e/ou à nossa estratégia, com destaque para o nível de aderência da entidade aos nossos posicionamentos públicos e compromissos vigentes em relação às mudanças climáticas e aos ODS. Este destaque reforça o alinhamento climático como condição necessária para novas participações em entidades externas. A manutenção da nossa participação junto às entidades está sujeita a uma reavaliação anual de critérios de participação e um desalinhamento poderá resultar na não renovação de nossa participação na entidade em questão.

Nossas principais associações e iniciativas no tema mudanças climáticas e transição energética são:

- > Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)
- > Oil and Gas Climate Initiative (OGCI)
- > Oil & Gas Decarbonization Charter (OGDC)
- > International Association of Oil and Gas Producers (IOGP)
- > International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)
- > Associação Brasileira de Hidrogênio (ABH2)
- > Associação Brasileira de Geração de Energia Termelétrica (ABRAGET)
- > Associação CCS Brasil
- > Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica)
- > Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- > International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca)
- > Associação Regional de Empresas de Petróleo, Gás e Biocombustíveis na América Latina e Caribe (ARPEL)



Para mais informações sobre nosso engajamento em políticas públicas, posicionamento em política climática e participação em associações, consultar o capítulo Políticas Públicas, *advocacy* e apoio financeiro e nosso Caderno de Mudanças Climáticas e Transição Energética

Soluções baseadas na natureza e créditos de carbono

Acreditamos que as compensações de emissões (*offsets*) a partir de créditos de carbono possam ser utilizadas como ferramenta complementar em nossa trajetória de descarbonização. Esses créditos podem ser de base natural, aproveitando o potencial de florestas, solos, oceanos e algas marinhas, ou obtidos por meio de soluções tecnológicas.

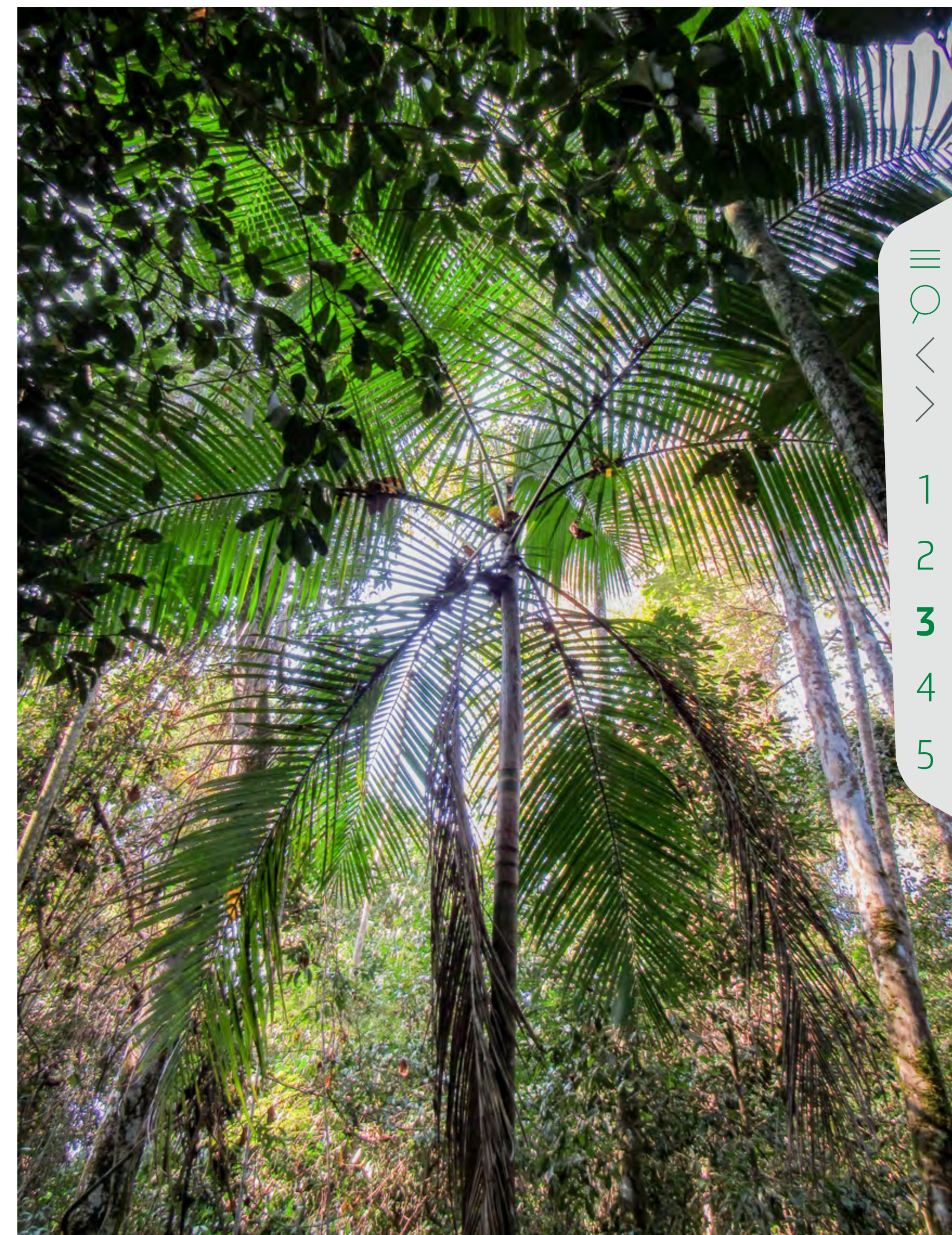
Embora tenhamos expectativa de uso de *offset*, essas iniciativas devem ser pensadas como contribuições adicionais aos esforços de mitigação intrínseca e não substituem a necessidade de suprimento de energia com menor intensidade de carbono para a sociedade.

Nossos ativos operacionais encontram-se majoritariamente instalados no Brasil e somos responsáveis pelo fornecimento de grande parte da energia consumida no país. Por isso, priorizamos a aquisição de créditos de base natural, sejam créditos de reflorestamento (ARR) ou redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) que contribuam com mitigação de emissões de GEE nacional, das quais 40% decorrem de mudança do uso da terra e florestas (Sirene, 2025, ano base 2020). Assim, ao incluirmos *offsets* em nossa estratégia estamos também, contribuindo para a preservação dos ecossistemas brasileiros. Para isso, buscamos créditos de alta qualidade e integridade a fim de garantir que de fato estejam trazendo benefícios climáticos, socioeconômicos e ambientais, aproveitando o potencial brasileiro na geração de créditos de base natural com alta competitividade.

Desde 2023, investimos no mercado voluntário para a compensação das emissões da gasolina Petrobras Podium Carbono Neutro. Em 2025, adquirimos 1,2 milhão de créditos do projeto Brazilian Amazon APD Grouped¹¹, dos quais 455 mil foram aposentados para a compensação da Gasolina Podium. Os créditos são da safra de 2022 e certificados segundo o padrão Verified Carbon Standard (VCS) da Verra, a maior certificadora do mercado voluntário de carbono no mundo, e possuem certificação para os quesitos de Adaptação às Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Comunidade segundo o padrão Climate, Community & Biodiversity (CCB). Em março de 2025, lançamos o ProFloresta+ com o objetivo de adquirir créditos de carbono de projetos de restauração ecológica de florestas em áreas privadas ou em áreas públicas sob concessão florestal inseridos no bioma amazônico.

O ProFloresta+ é uma iniciativa conjunta nossa com o BNDES que visa à compra de créditos de carbono a partir da estruturação de projetos de restauração ecológica para a geração de créditos de carbono de alta qualidade e integridade. O programa visa atender aos nossos compromissos de redução de emissões ao mesmo tempo que contribui para o aumento da cobertura vegetal com espécies nativas, o fortalecimento da estrutura técnica e de gestão da cadeia produtiva do setor de restauração florestal e do mercado de créditos de carbono no Brasil. O objetivo da iniciativa é a compra de créditos, promovendo a restauração de até 50 mil hectares de áreas degradadas na Amazônia com a geração de cerca de 15 milhões de créditos de carbono.

¹¹ Para mais informações, acessar <<https://brcarbon.com.br/en/brazilian-amazon-grouped-project/>>.





Investimento socioambiental em florestas

Nosso investimento voluntário em florestas integra nossa estratégia de responsabilidade socioambiental e reflete o compromisso da nossa política com a conservação da biodiversidade, a restauração de ecossistemas e a geração de benefícios ambientais e sociais nos territórios onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade.

Em 2025, por meio do Programa Petrobras Socioambiental e de iniciativas complementares em soluções baseadas na natureza, investimos, voluntariamente, cerca de R\$ 90 milhões em projetos voltados à recuperação e conservação florestal em todos os biomas brasileiros. Realizadas por organizações da sociedade civil, com a participação ativa das comunidades e nosso acompanhamento ao longo de todo seu ciclo de implantação, essas iniciativas contribuem para a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais, a conectividade de paisagens, o fortalecimento de capacidades locais e a redução de pressões sobre áreas naturais, em consonância com as metas nacionais e globais de biodiversidade.

Esses projetos já atuaram na recuperação ou conservação direta de cerca de 579 mil hectares de florestas e áreas naturais em todos os biomas brasileiros (sendo cerca de cinco mil hectares abrangidos em ações de recuperação e 574 mil hectares de áreas conservadas diretamente). Estima-se que os projetos tenham contribuído até o momento para evitar cerca de 2,7 milhões de tCO₂.

Essas iniciativas também atuaram para o fortalecimento da gestão de cerca de 34 milhões de hectares de áreas protegidas¹², com ações como monitoramento de incêndios, biodiversidade e manejo sustentável com geração de renda por meio dos produtos da sociobiodiversidade em terras indígenas e territórios quilombolas. Estas iniciativas também atuam no monitoramento de espécies terrestres em perigo de extinção.



Mais informações sobre nossos investimentos voluntários em florestas podem ser consultadas nos capítulos de **Biodiversidade e Comunidades Locais e Tradicionais**, e no nosso **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

¹² Valor referente à área abrangida pelo conjunto de projetos vigentes em 2025. O perfil dos projetos e tipo de ação incidem neste valor e refletem a composição da carteira, cuja dinâmica pode acarretar variações anuais.



4 PROTEGER O MEIO AMBIENTE

BIODIVERSIDADE	126
ÁGUA E EFLUENTES	142
GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCOMISSIONAMENTO SUSTENTÁVEL	148
PREVENÇÃO E GESTÃO DE ACIDENTES DE PROCESSO	158

BIODIVERSIDADE

GRI 11.4.1, 11.4.2, 11.4.3, 11.4.4, 11.4.5

O reconhecimento global da relevância do tema biodiversidade é reforçado pelo Relatório de Riscos Globais 2026 do Fórum Econômico Mundial, que destaca a perda de biodiversidade e o colapso de ecossistemas como o segundo maior risco para a próxima década, ficando atrás apenas dos eventos climáticos extremos.

O tema material refere-se à gestão de riscos e impactos à biodiversidade, com foco em evitar e minimizar efeitos negativos como alterações na qualidade do ar, solo e água, além da perda de espécies de fauna e flora. Quando a eliminação total dos impactos não é possível, atuamos na recuperação e/ou compensação dos impactos residuais, seguindo a hierarquia de mitigação ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos. Inclui programas e projetos de proteção e restauração ambiental que contribuem para a conservação e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, especialmente em áreas de alto valor de biodiversidade em ambientes terrestres e, principalmente, oceânicos, dada a intensidade de nossas atividades nesse bioma. Inclui também impactos positivos decorrentes da produção de dados ambientais gerados por programas de monitoramento ambiental. Considera, ainda, a gestão ambiental em novas fronteiras de produção situadas em ambientes ecologicamente sensíveis e o aumento ou favorecimento da dispersão de espécies exóticas e invasoras por meio de incrustação em ambiente aquático.

Nesse contexto, adotamos requisitos de biodiversidade alinhados às tendências nacionais e internacionais atendendo às expectativas das partes

interessadas como pares, investidores, comunidades e organizações do terceiro setor. Uma gestão robusta de biodiversidade é essencial para a sustentabilidade do negócio, especialmente porque nossas operações se concentram no Brasil, onde há muitas áreas protegidas e espécies endêmicas e ameaçadas em diferentes biomas, com interfaces relevantes entre nossas instalações e esses aspectos de biodiversidade.

Em 2025, investimos quase um bilhão de reais em projetos relacionados a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, somente no âmbito de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), estudos de caracterização e monitoramento ambiental das atividades de exploração e produção (E&P), projetos do Programa Petrobras Socioambiental e iniciativas voluntárias complementares.

No contexto de PD&I, foram 40 projetos com um investimento de cerca de R\$ 215,15 milhões que geram conhecimento científico estratégico e soluções tecnológicas para a gestão da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Os projetos abrangem temas como caracterização, monitoramento, prevenção, mitigação de impactos, mensuração de ganhos de biodiversidade, ecologia da conservação, desenvolvimento socioeconômico e soluções baseadas na natureza.

No âmbito das atividades de E&P, investimos R\$ 610 milhões em mais de 90 programas e projetos de caracterização e monitoramento ambiental, dedicados à avaliação da saúde do ambiente marinho com abordagens metodológicas diversas, envolvendo diferentes grupos de fauna (cetáceos, aves, tartarugas, entre outros) e demais componentes ambientais.

Entre 2026–2030, nossos investimentos em projetos socioambientais voluntários devem somar cerca de R\$ 1,5 bilhão em projetos voltados às temáticas de Oceano, Florestas, Educação e Desenvolvimento Econômico Sustentável, no âmbito do Programa Petrobras Socioambiental e de iniciativas complementares com parceiros.

Além disso, as iniciativas desenvolvidas para alcançar os compromissos públicos em biodiversidade e outros projetos conduzidos, no âmbito do licenciamento ambiental, complementam esses esforços, frequentemente superando requisitos legais e levando à recuperação de áreas degradadas, proteção da biodiversidade e promoção de ganhos ecológicos.

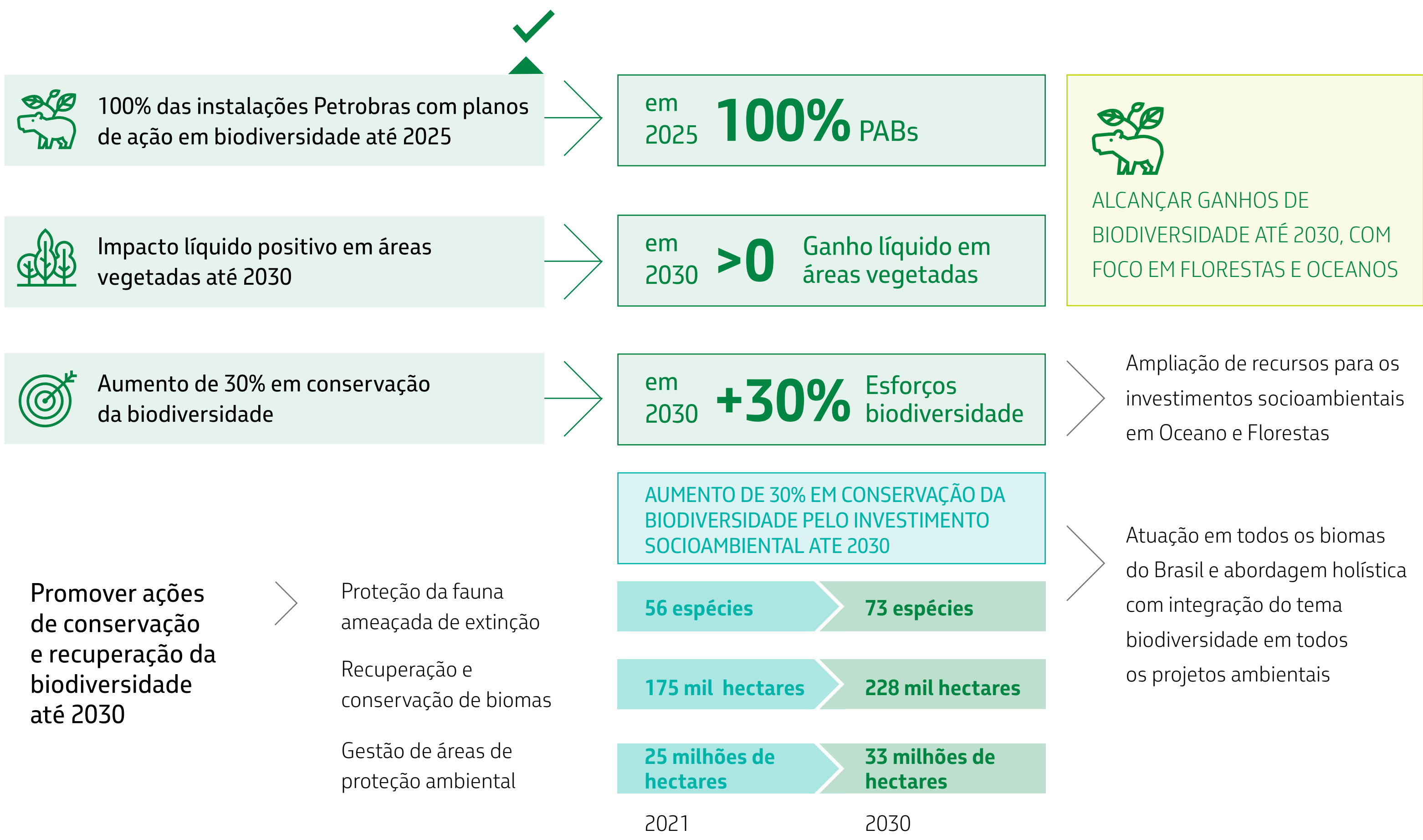
Ganhos em biodiversidade

No âmbito do Plano Estratégico 2050 e do Plano de Negócios 2026-2030 (PN 2026-30), aprovados pelo Conselho de Administração, mantivemos como um de nossos direcionadores ASG (ambiental, social e governança) o compromisso de “Promover ações de conservação, restauração e ganhos em biodiversidade buscando impacto líquido positivo nas regiões em que atuamos”. Nesse sentido, reafirmamos nossa meta de alcançar ganhos de biodiversidade até 2030, com foco em florestas e oceanos, conforme ilustrado ao lado.

Encerramos 2025 alcançando a meta de termos 100% de nossas instalações com Planos de Ação em Biodiversidade (PABs), contemplando 74 unidades inseridas em suas respectivas áreas de estudo, totalizando 142.073,87 hectares em ambientes terrestres e costeiros e 1.083.002,39 hectares em ambientes marinhos. Os planos abrangem instalações terrestres – como refinarias, termelétricas, unidades de processamento de gás, dutos e terminais logísticos – e unidades em ambientes offshore, tendo sido elaborados para todas as nossas unidades operacionais onde foram identificados impactos potenciais ou efetivos à biodiversidade, conforme nosso padrão Gerir Riscos e Impactos à Biodiversidade da Petrobras.

Dessa forma, o escopo desse trabalho considerou desde as operações de produção nas bacias sedimentares até o processamento, logística e transporte de produtos (atividades downstream). As áreas de estudo delimitadas para o desenvolvimento dos PABs em ambientes offshore abrangem inclusive as áreas geográficas sobre as bacias sedimentares marinhas brasileiras onde estão localizadas operações com parceiros por meio de joint ventures e consórcios.

Os PABs funcionam como instrumentos para identificar riscos, orientar ações de conservação e definir metas mensuráveis de proteção e recuperação da biodiversidade. Para implementar esse compromisso em um portfólio amplo



e diversificado de instalações distribuídas por todos os biomas brasileiros, desenvolvemos uma metodologia própria, estruturada e replicável, que assegura consistência técnica e alinhamento com padrões nacionais e internacionais, especialmente o documento: A guide to developing Biodiversity Action Plans for the oil and gas and alternative energy sector, elaborado pela International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca) e pela International Association of Oil & Gas Producers (IOGP).

Essa metodologia abrange uma análise detalhada das operações e de seus potenciais impactos ambientais, riscos envolvidos, mapeamento de áreas protegidas, habitats críticos e espécies prioritárias. Ela integra dados ambientais oriundos de levantamentos de campo e bases públicas, permitindo uma compreensão abrangente do contexto ecológico de cada unidade e suas áreas adjacentes em distância mínima de cinco quilômetros. A partir desse diagnóstico, são definidas ações de conservação alinhadas à hierarquia de mitigação, com metas claras e indicadores de desempenho.

Além de orientar ações práticas de conservação, os PABs contam com uma base de dados integrada e um painel de monitoramento para acompanhar a implementação das ações. Esses recursos fortalecem a transparência, apoiam a tomada de decisão e permitem acompanhar a evolução das metas em tempo real. Os documentos são dinâmicos e passam por revisões periódicas, garantindo adaptação a mudanças operacionais e novos desafios ambientais.

A expectativa é que a implementação dos PABs fortaleça a nossa gestão ambiental, amplie o engajamento das equipes operacionais com o tema biodiversidade e gere valor ao negócio, contribuindo de forma efetiva para a conservação de espécies, habitats e serviços ecossistêmicos.

Com o compromisso de alcançar ganho líquido em áreas vegetadas até 2030, expressamos nosso comprometimento com a redução e reversão da perda da cobertura de vegetação nativa nos biomas em que atuamos. Mais do que perseguir a meta de desmatamento líquido zero, buscamos promover a regeneração de florestas e demais formações nativas em nível superior à eventual supressão vegetal necessária às nossas atividades.

Para viabilizar esse compromisso, estruturamos duas frentes de atuação complementares. A primeira é voltada ao levantamento, consolidação e gestão de dados relativos às áreas vegetadas. A segunda contempla o desenvolvimento metodológico para mensuração dos ganhos em biodiversidade, fortalecendo a transparência e a consistência dos resultados reportados.

No âmbito da primeira frente, desenvolvemos uma ferramenta corporativa capaz de calcular e apresentar o saldo líquido de revegetação associado aos

nossos projetos. Foi implementada uma base de dados geoespacializada, integrada a um painel de monitoramento, que consolida todas as áreas a recuperar, em recuperação e já recuperadas, tanto por iniciativas próprias quanto por projetos voluntariamente apoiados.

Essa ferramenta, denominada Painel de Saldo Líquido de Vegetação, consolida as informações fornecidas por todas as unidades operacionais e pelos responsáveis dos projetos apoiados. Sua atualização contínua permite acompanhar, de forma sistemática, os esforços de recuperação sob nossa responsabilidade e monitorar a evolução do saldo líquido de áreas vegetadas.

A base de dados associada ao painel será submetida à asseguuração por terceira parte, com o objetivo de identificar e corrigir eventuais inconsistências e validar os resultados antes de sua divulgação externa. Para isso, já contratamos empresa especializada, reforçando nosso compromisso com a credibilidade, a transparência e a integridade das informações reportadas.



Informações sobre as unidades com Plano de Ação em Biodiversidade podem ser consultadas no **Painel ASG**

A segunda frente de trabalho consiste na realização de estudos relativos a avaliações de saldo líquido de biodiversidade. Conduzimos avaliações piloto de impacto líquido em biodiversidade em seis unidades terrestres. Esse trabalho utilizou uma métrica adaptada do método The Statutory Biodiversity Metric, elaborado pelo Department for Environment, Food & Rural Affairs (Defra) do Reino Unido, dando continuidade às ações iniciadas em 2024. O objetivo foi ajustar os critérios ao contexto dos ecossistemas brasileiros e testar a aplicação da metodologia adaptada nas nossas unidades terrestres.

Paralelamente, uma cooperação entre o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e o Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), iniciada ao fim de 2024, deu origem ao projeto Adaptação de Métricas para Avaliação do Impacto Líquido de Biodiversidade em Ambientes Terrestres. A iniciativa busca identificar e adaptar métricas internacionais de referência para medir e quantificar os impactos das nossas atividades sobre a biodiversidade em ecossistemas terrestres, costeiros e aquáticos continentais antes e depois de intervenções para implantação de ativos. Essa metodologia permitirá avaliar os ganhos obtidos com os projetos de compensação, influenciando a adoção de boas práticas por todo o setor de óleo e gás.

Na fase atual do projeto, foram coletados e analisados os insumos necessários à definição das métricas, que já foram selecionadas e serão adaptadas ao contexto brasileiro. Também foram avaliados os dados a serem utilizados nas aplicações piloto. As próximas etapas incluem a conclusão das adaptações, a realização de testes em aplicações piloto e posterior aperfeiçoamento da metodologia.

Adicionalmente, está em desenvolvimento o projeto Avaliação de Impacto Líquido de Biodiversidade em Ambientes Marinhos, que visa criar e testar um método capaz de mensurar perdas e ganhos de biodiversidade em ambientes marinhos, bem como alternativas de compensação. A proposta prioriza

ecossistemas com maior interface com atividades da indústria de petróleo e gás, possibilitando que empresas do setor avaliem seus impactos em áreas offshore e adotem as medidas compensatórias mais adequadas, quando necessário. O projeto é fruto de parceria entre a Petrobras, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção da UFRJ. Atualmente estão sendo definidas as referências brasileiras para adaptação do método selecionado, os indicadores e parâmetros ambientais que irão compor a metodologia, além da avaliação dos dados ambientais dos ativos onde serão realizados os estudos de caso.

Em 2025, também avançamos na caracterização e avaliação de serviços ecossistêmicos, com aplicações piloto em todas nossas unidades terrestres e costeiras. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem integrada, considerando as áreas de estudos definidas nos PABs e alinhada a referenciais internacionais consagrados. O objetivo foi estimar a disponibilidade e uso potencial de múltiplos serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade, considerando os contextos locais e regionais de cada unidade. O método combinou dados de uso e cobertura do solo, qualidade do habitat e feições antrópicas como classes de serviços ecossistêmicos reconhecidos na literatura. Os resultados foram organizados em mapas específicos e agregados por categorias de serviços (provisão, regulação e culturais), permitindo análises comparativas, identificação de áreas prioritárias e subsídios à gestão de impactos e à tomada de decisão corporativa.

O conjunto dessas ações engloba relevantes subsídios para nossa implementação da metodologia Leap (Localizar as interações com a natureza, Estimar impactos e dependências, Avaliar riscos e oportunidades e Preparar a resposta e o relato) que foi desenvolvida no âmbito da força-tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD, na sigla em inglês), importante balizador internacional para que as empresas avaliem e gerenciem riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade.

De forma alinhada a duas das 23 metas do Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, estabelecido pela Convenção da Diversidade Biológica em 2022, assumimos o compromisso de ampliar em 30% nossos esforços de conservação da biodiversidade. Esse compromisso considera tanto a ampliação do número de espécies da fauna ameaçadas de extinção abrangidas por projetos socioambientais que apoiamos, quanto a expansão do tamanho das áreas recuperadas e conservadas com o nosso apoio.

Para atingirmos esse objetivo, novos projetos socioambientais foram integrados à carteira por meio de um processo de seleção pública e, no ano de 2025, passaram a desenvolver ações voltadas a espécies ameaçadas de extinção ainda não contempladas pelo Programa Petrobras Socioambiental, assim como ampliaram consistentemente o escopo e a escala das ações de recuperação e conservação florestal. A isso se somaram novos modelos de investimento em soluções baseadas na natureza, como os *matchfundings* realizados em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas iniciativas Floresta Viva e Restaura Amazônia.

A evolução dos investimentos socioambientais consolidou um novo patamar da nossa atuação na agenda de biodiversidade, permitindo alcançar os compromissos estabelecidos e reforçar a relevância de manter e ampliar esses esforços ao longo dos próximos anos.

Alinhado ao nosso compromisso ASG, continuamos avançando no atendimento às três metas do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), às quais aderimos:

- Aplicar a hierarquia da mitigação ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos;
- Desenvolver e incentivar estudos, pesquisas, tecnologias e inovações que contribuam para a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos;
- Conhecer a biodiversidade das áreas onde atuamos e, sempre que possível, monitorar e mensurar impactos e dependências.

Desde 2023, as ações previstas no compromisso ASG em biodiversidade passaram a integrar o Programa Compromisso com a Vida (PCV), que reúne as nossas iniciativas mais relevantes em segurança, meio ambiente e saúde (SMS). O monitoramento dessas ações ocorre em diferentes níveis organizacionais e culmina na avaliação da Diretoria Executiva e do Comitê de SMS do Conselho de Administração.

Nossa gestão de riscos e impactos relacionados à biodiversidade conta com uma governança bem estabelecida que permeia todos os níveis hierárquicos. Para isso, instituímos o Fórum Temático de Biodiversidade, composto por especialistas e vinculado à Comissão de Meio Ambiente de nossa governança.

Dispomos de um processo de monitoramento contínuo das tendências nacionais e internacionais, ações de pesquisa e desenvolvimento – tanto voluntárias quanto vinculadas ao licenciamento ambiental –, parcerias com partes interessadas, além de atividades de capacitação e disseminação de informações sobre biodiversidade para a força de trabalho.

Para acompanhar tendências nacionais e internacionais e compartilhar experiências sobre biodiversidade, participamos de fóruns externos, tais como:

- Câmara Temática de Biodiversidade e Biotecnologia (CTBio) do CEBDS;
- Rede de Biodiversidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Biodiversity and Ecosystem Services Working Group (BESWG) da Ipieca;
- Working Group on Biodiversity da International Chamber of Commerce (ICC);
- Working Group on Sustainable Development Goals da Ipieca;
- Força-tarefa de Bioeconomia do CEBDS;
- Coalizão Life de Negócios e Biodiversidade.

Nossa gestão de biodiversidade é continuamente aprimorada e integrada a um sistema georreferenciado que consolida dados e informações de todas as instalações. Atualizado anualmente, esse sistema sustenta o Relatório Anual de Biodiversidade, reunindo ações e indicadores de biodiversidade corporativos.

Dentre os padrões e normas que orientam nossos processos, o padrão corporativo Gerir riscos e impactos à Biodiversidade estabelece, como requisito a aplicação da hierarquia da mitigação: evitar e minimizar impactos e, quando isso não for possível, recuperar ou compensar os impactos residuais significativos.

Na tabela a seguir, destacamos iniciativas e projetos que evidenciam a aplicação desse processo e, também, das etapas adicionais Regenerar e Transformar.



INICIATIVAS E PROJETOS NAS DIFERENTES FASES DA HIERARQUIA DA MITIGAÇÃO



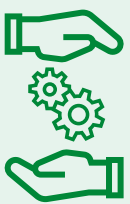
Evitar

Ao longo de décadas de atuação ambientalmente responsável na região amazônica, aplicamos medidas para prevenir a supressão vegetal na Unidade de Amazonas, situada na província petrolífera de Urucu (AM). Adicionalmente, temos um programa permanente de restauração da vegetação nas áreas desmobilizadas, no qual já foram plantadas mais de 1,4 milhões de mudas.

O total das áreas em que houve supressão vegetal representa apenas 2,26% da área total das concessões, e estima-se o armazenamento de carbono em 9,14 milhões t/C na vegetação e em 3,42 milhões t/C no solo. Nas áreas que sofreram algum grau de antropização, a estimativa de perda de carbono foi de apenas 0,21 milhões t/C e 0,08 milhões t/C, respectivamente, na vegetação e solo.

Há mais de dez anos, mantemos o Núcleo Operacional de Análise Ambiental de Imagens Marinhas, responsável por apoiar a identificação, a caracterização e o monitoramento de ecossistemas marinhos sensíveis nas nossas áreas de atuação. Entre os principais ecossistemas mapeados destacam-se os corais de águas profundas e os bancos de algas calcárias, considerados vulneráveis pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) devido à baixa resiliência e aos longos períodos necessários para recuperação após impactos.

A partir da análise de imagens georreferenciadas obtidas por veículos operados remotamente, o núcleo elabora mapeamentos do fundo marinho que mitigam impactos sobre estes ambientes sensíveis, além de subsidiar análises de viabilidade ambiental de projetos e permitir medidas de prevenção associadas às operações submarinas.



Mitigar

Como parte das exigências do licenciamento ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio de empresas contratadas de aquisição de dados geofísicos, implementamos o Projeto de Monitoramento da Biota Marinha nas atividades sísmicas que realizamos.

O projeto segue as diretrizes do Guia de Monitoramento da Biota Marinha em Pesquisas Sísmicas Marítimas (Ibama, 2018) e tem como finalidade registrar a ocorrência e o comportamento de mamíferos (golfinhos, baleias e outros) e quelônios (tartarugas) marinhos, de modo a mitigar os impactos das atividades sísmicas sobre esses grupos.

Durante o período diurno, quando há boas condições de visibilidade, observadores embarcados monitoram a presença desses animais. Quando algum animal é detectado em um raio de 1.000 metros das fontes sísmicas (canhões de ar comprimido que emitem ondas sonoras), as operações são interrompidas. A retomada somente ocorre após 30 minutos sem nova avistagem, chamado de período de varredura, seguido do aumento gradual da potência da fonte até o alcance da potência máxima.

Uma análise preliminar dos dados gerados, desde 2021, nos campos Sapinhoá, Tupi-Iracema, Itapu, Aram, Iara e Búzios, na Bacia de Santos indicou que em mais de 15 mil horas de observação, foram registrados 7.079 animais, com predominância de espécies oceânicas e costeiro-oceânicas. Os meses de junho e julho concentram o maior número de avistagens.

As baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) foram as espécies mais observadas, devido às migrações sazonais desses animais, de águas polares ou subpolares para águas mais quentes para se reproduzirem, entre junho e novembro.

O maior número de indivíduos avistado foi de odontocetos (cetáceos com dentes), com maior incidência nos meses de novembro, dezembro e maio, embora ocorra ao longo de todo o ano, destacando-se os golfinhos-pintados-pantropicais (*Stenella attenuata*).

Entre os quelônios, apenas 29 indivíduos foram registrados, sendo a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) a espécie mais observada.

Mais informações [aqui](#)



Recuperar

Iniciado em 2018, com manutenção prevista até 2029, o projeto de Reposição Florestal – Reserva Biológica União tem como objetivo restaurar 18,55 hectares de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, na área desta reserva, em Rio das Ostras (RJ). A iniciativa atende à condicionante do licenciamento ambiental do Gasoduto Rota Cabiúnas (Rota 2), que interliga os campos do pré-sal da Bacia de Santos ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé (RJ). Já foram plantadas e seguem sendo monitoradas 14.900 mudas pertencentes a 62 espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica, incluindo espécies ameaçadas de extinção, como o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) e a juçara (*Euterpe edulis*).

Além disso, o projeto também prevê a erradicação de indivíduos de *Eucalyptus sp.*, espécie exótica anteriormente cultivada na área, por meio da técnica de anelamento. O projeto contribui para a recomposição da cobertura florestal, amplia a conectividade entre fragmentos e favorece a recuperação de serviços ecossistêmicos em área de ocorrência do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), espécie endêmica e ameaçada de extinção, reforçando o compromisso com a conservação da biodiversidade.



Compensar

O projeto de Reflorestamento na Estação Ecológica do Jataí, em São Paulo, integra um esforço amplo de compensação das emissões de CO₂ geradas pelo teste de longa duração na área de Tupi, no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. A iniciativa prevê o reflorestamento de 392 hectares de vegetação nativa de cerrado, além da recuperação de outros 50 hectares por meio do controle de espécies invasoras.

O projeto já alcançou resultados expressivos com a conclusão do primeiro ciclo de plantio na porção 1 (136 hectares), na porção 2 (139 hectares), e na porção 3 (176 hectares), totalizando mais de 300 mil mudas plantadas. A biodiversidade apresenta sinais claros de recuperação com uma riqueza média de 83 espécies diferentes. A taxa média de cobertura do solo com vegetação nativa atingiu 57,8%, demonstrando um progresso significativo na restauração da área.

Além disso, a densidade média de 1.658 indivíduos regenerantes por hectare é considerada como adequada segundo as normas ambientais vigentes. Atualmente, trata-se da maior iniciativa de restauração florestal em Unidades de Conservação no estado de São Paulo. O projeto emprega técnicas avançadas de restauração, incluindo o uso de hidrogel para retenção de água e um rigoroso sistema de monitoramento baseado em parcelas de amostragem de 25m x 4m, que têm apresentado uma cobertura satisfatória.

Este projeto não apenas compensa as emissões de CO₂, mas também serve como um modelo para futuras iniciativas de restauração ecológica em grande escala.



Regenerar

Em 2025, fortalecemos nossa carteira de projetos socioambientais no âmbito do Programa Petrobras Socioambiental, com o apoio a 62 iniciativas presentes em todos os biomas brasileiros. Também ampliamos nossas frentes de soluções baseadas na natureza com o lançamento de um edital inédito com foco em adaptação e resiliência climática nas cidades. Na dimensão de regeneração, as ações previstas nessas iniciativas apoiadas pretendem recuperar a funcionalidade ecológica e socioeconômica de territórios estratégicos, combinando soluções baseadas na natureza, tecnologias sociais, fortalecimento da governança local e geração de renda associada à sociobiodiversidade.

Na linha de atuação Florestas do Programa Petrobras Socioambiental, um exemplo é o projeto Raízes do Purus, apoiado por nós desde 2013. A iniciativa contribui para a regeneração da biodiversidade da Amazônia por meio do manejo sustentável de espécies nativas e da restauração de paisagens produtivas em territórios de povos como paumari, deni, apurinã, banawa, jamamadi e kanamari. O manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) pelas comunidades contribuiu para a recuperação dos estoques naturais, com aumento populacional superior a 600%, restabelecendo o equilíbrio ecológico dos ambientes aquáticos manejados. Por conta do estabelecimento e implantação desse protocolo de manejo do pirarucu, o projeto ganhou o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria Tecnologias Sociais Certificadas. Além disso, a iniciativa promove o manejo sustentável de recursos como a castanha-da-amazônia, o açaí e o óleo de copaíba, gerando renda e fortalecendo a coesão social. A produção desses recursos já somou mais de 184 mil kg, gerando cerca de R\$ 700 mil em faturamento.

Já na linha de atuação Oceano do referido programa, o projeto Mares, apoiado desde 2023, promove a regeneração de recifes de coral na Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos (BA), ao mesmo tempo em que fortalece capacidades locais para a conservação marinha. Foram restaurados 1,5 km² de recifes de corais, com 1.620 sementeiras de coral nativo e 31 mesas-berçário, com a participação direta de jovens das comunidades da Ilha de Itaparica, capacitados para atuar no resgate, cultivo e monitoramento de colônias de *Millepora alcicornis*. Ao longo de 90 saídas de campo, esses jovens atuaram como agentes locais de conservação, contribuindo para a recuperação da estrutura recifal e para o acompanhamento da saúde do ecossistema, inclusive em eventos de estresse térmico. Em 2025, um novo ciclo do projeto prevê o transplante de 4.000 fragmentos das espécies para os sítios de restauração e o monitoramento contínuo, utilizando o protocolo internacional do Reef Check.



Transformar

No Plano de Negócios Petrobras 2026-2030, apresentamos nossa estratégia para a transição energética justa. Nesse sentido, serão feitos investimentos em descarbonização de emissões operacionais (US\$ 4,3 bilhões); diversificação para fornecer produtos sustentáveis em energias de baixo carbono (US\$ 3,1 bilhões) e bioprodutos (US\$ 4,8 bilhões); PD&I em baixo carbono (US\$ 1,2 bilhão).

Em 2025, ampliamos investimentos socioambientais para dar escala à restauração florestal por meio da parceria com o BNDES nas iniciativas Floresta Viva e Restaura Amazônia, onde está previsto o investimento conjunto de R\$ 218 milhões ao longo de sete anos. Além disso, consolidamos o Fundo Petrobras de Bioeconomia, nosso primeiro fundo de impacto, em um modelo de investimento reembolsável que preserva capital e permite reinvestir retornos, tendo destinado, em 2025, cerca de R\$ 112 milhões a iniciativas como extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais, restauração produtiva e bioinsumos.

Outra frente relevante é o Programa Petrobras Socioambiental, por meio do qual investimentos socioambientais voluntários são realizados de forma contínua há mais de 40 anos. Em determinados contextos, esses investimentos induzem mudanças estruturais, como a formação de redes colaborativas entre projetos – a exemplo da Rede de Conservação da Biodiversidade Marinha (Biomar) e da Rede de Conservação Águas da Guanabara (Redagua). Essas redes atuam com planejamento estratégico e definição de indicadores conjuntos, ampliando o alcance e a efetividade das ações. Evidências mostram que o apoio contínuo pode aumentar em até 20% a consciência ambiental do público envolvido (<https://portal.unifesp.br/destaques/educacao-oceanica-consciencia-ambiental>). Além disso, o fortalecimento institucional local e a produção de conhecimento aplicado contribuem para políticas públicas e para a escalabilidade das iniciativas, alinhadas a metas globais de natureza positiva. A mensuração de impacto, baseada em metodologias como Social Return on Investment (SROI) e análise de custo-benefício, indica que cada R\$ 1 investido em projetos do programa gera, em média, R\$ 4,9 em benefícios socioambientais.

Vale mencionar, ainda, que em 2025, participamos da COP 30 (30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), realizada em Belém, no Brasil, entre os dias 10 e 21 de novembro, onde divulgamos a versão atualizada de nossa publicação digital sobre biodiversidade, disponível [aqui](#).

Durante a COP30, promovemos e participamos ativamente de painéis técnicos e institucionais, com especialistas e executivos da companhia em temas como mudanças climáticas, descarbonização das operações, transição energética, descarbonização dos transportes, soluções baseadas na natureza (SBN), bioeconomia, meio ambiente e responsabilidade socioambiental. Ao todo, nossa comitiva:

- Participou de seis painéis no âmbito do Acordo de Cooperação Internacional, tendo coordenado quatro deles nas Zonas Azul e Zona Verde;
- Participou do painel de alto nível da indústria de óleo e gás, evento de abertura do Dia da Energia, promovido pela presidência da COP30;
- Atuou como painelistas em mais de 20 painéis organizados por instituições parceiras, nas Zonas Azul e Verde.

Entre os destaques, figuram painéis como Decarbonization of O&G Operations: Main Results and Perspectives, Transição Energética e Transportes, PróFloresta+, Cultura Oceânica, Bioeconomia como Caminho da Transição Ecológica, Conhecimento e Inovação para os Oceanos do Futuro, contando com a presença de representantes de organismos internacionais, governo brasileiro, instituições financeiras, academia e sociedade civil. Além da participação direta, a empresa se fez presente por meio dos parceiros dos projetos socioambientais, que foram painelistas em mais de 20 painéis organizados por instituições parceiras, nas Zonas Azul e Verde.



Informações sobre o Caderno de Biodiversidade e a publicação digital Nós e a Biodiversidade podem ser consultadas na aba Biodiversidade em nosso site na internet

Em 2025, no contexto de nossos projetos de PD&I, ampliamos parcerias com empresas e com instituições de ciência e tecnologia, incluindo universidades do Norte e Nordeste, para estudos ecológicos e socioeconômicos e para o desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o monitoramento e a resposta a impactos ambientais na Margem Equatorial.

Buscando ampliar nossa capacidade de mitigar impactos em mar, realizamos experimentos de dispersão química e mecânica subaquáticas em laboratório, atestamos o potencial de sensores hiperespectrais para aumentar a eficácia de detecção de pequenos vazamentos e implantamos o Aurora, sistema automatizado de monitoramento de manchas de óleo, por meio de inteligência artificial. Também avançamos no desenvolvimento de um bioproduto à base de microrganismos capaz de degradar óleo e melhorar a saúde de corais, tendo iniciado em 2025 os ensaios para escalonamento da produção, em parceria com universidades e uma empresa nacional de biotecnologia.

Além disso, conduzimos estudos sobre a sensibilidade acústica de cetáceos (baleias, golfinhos e botos) visando ao aumento da sustentabilidade de atividades de aquisição de dados sísmicos. Mantivemos ainda parcerias para caracterização de corais de águas profundas, incluindo a definição de marcadores biológicos aplicáveis ao monitoramento de formações e recuperação desses corais. Nossa carteira contempla também análises sobre os possíveis impactos do descomissionamento de instalações marinhas, buscando tanto a minimização de perdas de biodiversidade quanto a maximização de ganhos com serviços ecossistêmicos associados a essas instalações.

No que diz respeito ao controle de espécies invasoras, contribuimos para o desenvolvimento de uma solução ambientalmente segura para controle do coral-sol, assim como geramos conhecimentos que poderão embasar estratégias futuras de prevenção ou novas abordagens de controle.

No ambiente terrestre, disponibilizamos para uso corporativo, softwares destinados à seleção de tecnologias de remediação. Validamos em campo uma ferramenta para monitoramento da biodegradação de contaminantes – um serviço ecossistêmico intrínseco aos solos – que temos procurado otimizar por meio do plantio de espécies vegetais (fitorremediação). Publicamos uma metodologia baseada em análise de trajetória funcional para orientar projetos de restauração de florestas tropicais e iniciamos estudos para desenvolver técnicas de recomposição de vegetação costeira, incluindo mangues e restingas.

Para aumentar a capacidade de detectar e monitorar elementos da biodiversidade, iniciamos o planejamento de um projeto para avaliação de técnicas de monitoramento bioacústico em ambiente terrestre e aquático com o objetivo de identificar espécies e avaliar suas interações com atividades de E&P. Firmamos também uma parceria para estudar a dinâmica do DNA ambiental em ecossistemas marinhos, de forma a gerar um banco de dados robustos com informações de espécies de diversas regiões do Brasil.

Em 2025, iniciamos o Carbon Countdown, o maior projeto já concebido para medir, de forma padronizada e em escala nacional, os estoques de carbono em solos e vegetações do Brasil, inclusive nas regiões costeiras. Com investimento de R\$ 100 milhões, a iniciativa criará uma base científica pública que apoiará o mercado de carbono em todos os biomas brasileiros.



Saiba mais sobre o projeto Carbon Countdown

Além de projetos, estudos e ferramentas de gestão, somos reconhecidos pelo apoio a iniciativas voluntárias de conservação de habitats e espécies, em alinhamento com as políticas públicas de biodiversidade.

Muitos dos projetos apoiados por meio do Programa Petrobras Socioambiental e das iniciativas complementares de soluções baseadas na natureza contribuem diretamente para reverter a perda da biodiversidade ao fortalecer os Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) – instrumentos oficiais de política pública para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade. Esse apoio ocorre por meio da elaboração, execução das ações estratégicas ou pelo apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na coordenação executiva desses planos. Em 2025, 40 projetos socioambientais apoiados realizaram ações que contribuíram para 31 dos 41 PANs em execução no país.

Entre os destaques está o projeto Albatroz, que atua na conservação de aves marinhas ameaçadas e recebe apoio do Programa Petrobras Socioambiental desde 2006. O projeto colabora com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio) na coordenação executiva do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis, fortalecendo bases técnicas e científicas para

a implementação do plano, e ampliando a capacidade de execução de ações e políticas públicas. A proteção dessas espécies altamente ameaçadas é essencial para a saúde dos ecossistemas marinhos e para o cumprimento dos compromissos ambientais do país.

Outro exemplo é o edital Manguezais, da iniciativa Floresta Viva, que apoia diversos projetos de restauração ecológica em manguezais da costa brasileira, em áreas prioritárias definidas no PAN Manguezais – ICMBio. A iniciativa prevê a recuperação de 1.700 hectares de manguezais e restingas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, ecossistemas de alta relevância ecológica, social e econômica. Os projetos contam com parcerias com cerca de 30 instituições e estão em andamento em 13 Unidades de Conservação e cinco terras indígenas, incluindo a implementação de 11 viveiros de mudas e a formação de grupos de coletores de sementes.

Para disseminar informações e conscientização sobre biodiversidade entre nossa força de trabalho, estruturamos a trilha de conhecimento em biodiversidade e áreas degradadas. A trilha reúne cursos específicos sobre temas críticos e funciona como um itinerário formativo, auxiliando cada empregado a direcionar seu aprendizado conforme seus interesses.

A tabela a seguir apresenta alguns dos cursos realizados, incluindo aqueles da trilha de conhecimento em biodiversidade e áreas degradadas, além de outros treinamentos relacionados ao tema. Ao todo, 9.407 trabalhadores da nossa força de trabalho participaram dessas capacitações.

CURSOS SOBRE BIODIVERSIDADE REALIZADOS PELOS TRABALHADORES EM 2025

Título da Entidade	Total
Curso Continuoado do Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)	6.158
EAD – Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) – Curso básico	932
Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT-POÇOS (ciclo 2025 – Módulo Subsequente)	642
Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT-POÇOS (ciclo 2025 – Diálogo de Meio Ambiente 1)	616
Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT-POÇOS (ciclo 2025 – Diálogo do Meio Ambiente 2)	433
Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna – PMAVE	174
Workers’ Environmental Education Project - PEAT – continuing course	79
VII Encontro Técnico de Biodiversidade	77
Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) – Descomissionamento	66
Encontro Técnico: Respostas de Cetáceos à Pesquisa Sísmica e avanços tecnológicos da pesquisa no Brasil	37
Oficina de análise crítica dos Planos de Ação de Biodiversidade	30
Consulta prévia do projeto SIRIUS: Disseminação de aprendizados e vivências	26
Licenciamento Ambiental	25
Outros	112
	9.407

Áreas protegidas

A distribuição espacial e a diversidade de nossas operações geram interface frequente com áreas relevantes para a biodiversidade, especialmente porque atuamos, majoritariamente, no Brasil, um país megadiverso e com muitas áreas protegidas e sensíveis.

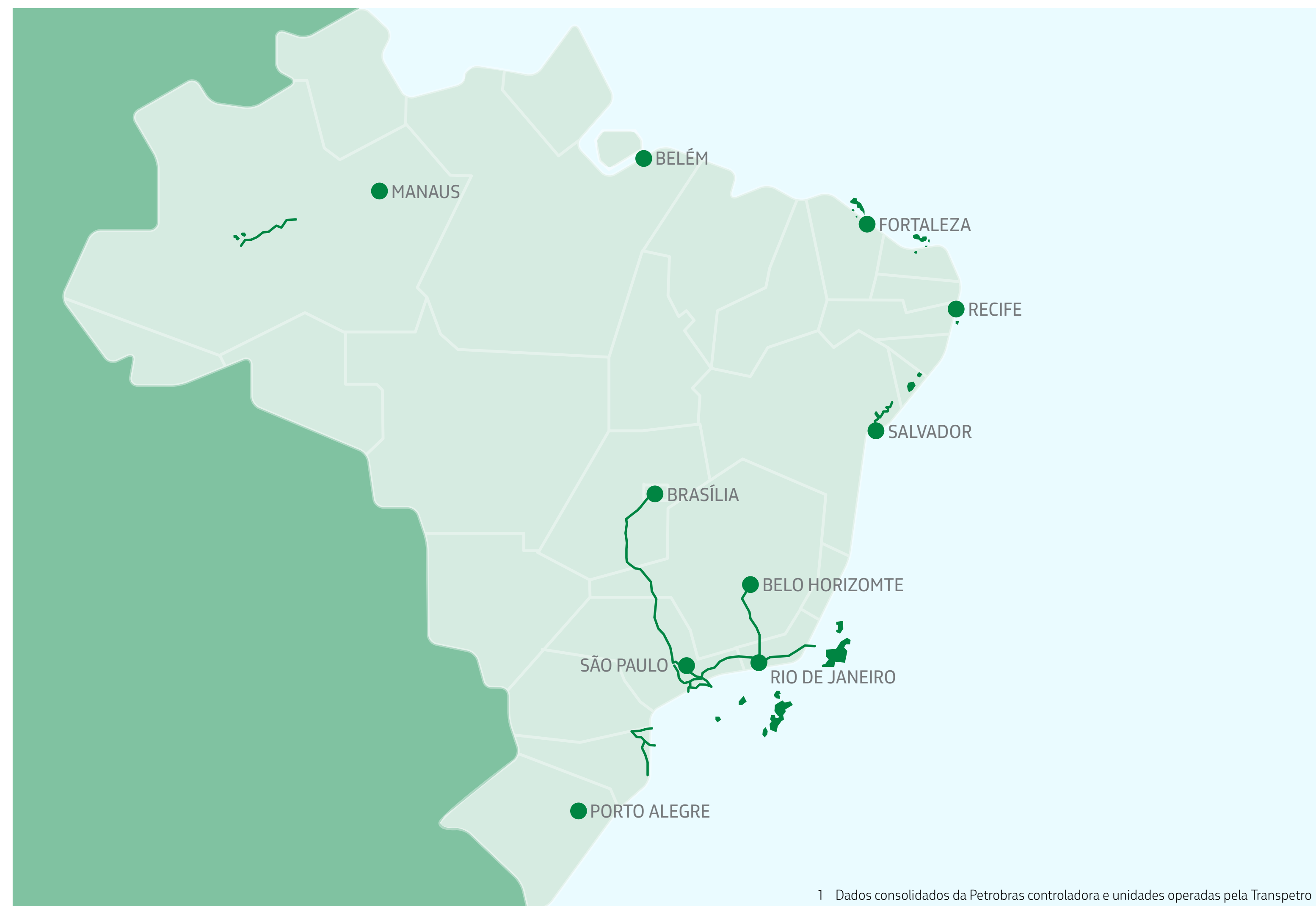
Em 2025, apoiamos 208 áreas protegidas, atendendo a condicionantes de licenciamento previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), por meio de aportes no Fundo de Compensação Ambiental do ICMBio. O valor destinado a essas unidades de conservação foi de R\$ 493 milhões. A identificação de habitats críticos orienta ações de prevenção e mitigação de riscos e impactos e permite avaliar oportunidades de parcerias.

Essa identificação foi feita por meio do cruzamento da localização das nossas instalações com habitats críticos delineados a partir de uma adaptação da definição deste conceito proposta pelo Internacional Finance Corporation (IFC) em seu Padrão de Desempenho 6 (Biodiversity Conservation and Sustainable Management of Living Natural Resources), em alinhamento com os requisitos de biodiversidade do Global Reporting Initiative (GRI-101 Biodiversidade).

Dentre os critérios utilizados para o estabelecimento dos habitats críticos, constam áreas protegidas e habitats de alta integridade ecológica.

Os habitats considerados críticos nas áreas de estudo das unidades foram espacializados e compõem nossa base de dados. Com o intuito de ampliar nossa base de dados em biodiversidade para avaliar riscos, priorizar ações e atender requisitos de divulgação, aderimos à plataforma Ibat (Integrated Biodiversity Assessment Tool). Essa ferramenta disponibiliza o Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas e Conservadas (WDPCA, na sigla em inglês), o Banco de Dados Mundial de Áreas-Chave para a Biodiversidade (WDKBA, na sigla em inglês) e a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN.

LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES COM INTERSEÇÕES COM HABITATS CRÍTICOS¹



¹ Dados consolidados da Petrobras controladora e unidades operadas pela Transpetro

Margem Equatorial

Conforme o PN 2026-30, planejamos investir cerca de USD 2,5 bilhões na Margem Equatorial brasileira, o que representa 37,5% do investimento exploratório previstos para os próximos cinco anos, com expectativa de perfurar 15 poços exploratórios na região.

Localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte, a Margem Equatorial é considerada uma importante fronteira exploratória em águas profundas e ultra profundas.

Os poços exploratórios de Pitu Oeste e Anhangá, perfurados em 2024, na Bacia Potiguar, confirmaram a presença de hidrocarboneto e descobriram uma nova acumulação de petróleo em águas ultra profundas da bacia. Em 2025, iniciamos a avaliação das características dos reservatórios, da qualidade do óleo e da viabilidade técnico-comercial da acumulação.

Em 20 de outubro de 2025, após emissão da licença de operação pelo Ibama, iniciamos a perfuração do poço Morpho, no bloco exploratório FZA-M-59, em águas ultra profundas do Amapá, a cerca de 175 km da costa e 540 km da foz do rio Amazonas, em lâmina d'água superior a 2.800 metros.

Atendemos integralmente aos requisitos do licenciamento ambiental. Como etapa final, realizamos em agosto a Avaliação Pré-Operacional, um simulado *in loco* que permitiu ao Ibama verificar nossa capacidade operacional e a eficácia do plano de resposta às emergências. A operação envolveu, articulação com ministérios, órgãos governamentais, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), autoridades consulares e sociedade civil, e os seguintes recursos:

- > Navio-sonda NS-42;
- > Dois centros de comando (Rio de Janeiro e Oiapoque);
- > 335 especialistas;

- > 32 embarcações;
- > Seis aeronaves;
- > Dois Centros de Atendimento e Reabilitação de Fauna.

Essa estrutura permanece disponível para as atividades de perfuração planejadas para a bacia. Assim, em caso de ocorrências, contamos com equipamentos de última geração, embarcações especializadas, barreiras oceânicas, além de equipes altamente treinadas. Simulados contínuos garantem aprimoramento permanente da resposta a emergências.

Em dezembro de 2025, conforme condicionante do Ibama realizamos uma nova simulação dedicada à resposta à fauna, com participação de 294 técnicos no Rio de Janeiro, em Oiapoque e em campo.

No âmbito do tema social, desenvolvemos ações estruturadas de relacionamento no município de Oiapoque (AP), pautadas pelo diálogo contínuo, pelo respeito aos direitos humanos e pela valorização das especificidades socioculturais locais. Essas iniciativas contemplam comunidades tradicionais – como quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais – reconhecidas por suas formas próprias de organização social e vínculo histórico com seus territórios.

Nosso principal objetivo é manter canais permanentes de escuta e interlocução, garantindo transparência, circulação qualificada de informações e tratamento adequado das demandas apresentadas. Esse processo fortalece nossas práticas de gestão socioambiental e está alinhado às diretrizes corporativas de responsabilidade social e direitos humanos.

Mantemos interlocução regular com representações comunitárias e com instituições públicas estaduais e federais. Em 2025, participamos de reunião promovida pelo governo do Amapá e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), com a participação de lideranças

indígenas do Oiapoque. O encontro resultou na criação de um grupo de trabalho composto por representantes indígenas, Funai e governo estadual, para discutir temas prioritários para a região. Para apoiar as atividades do grupo, foi contratada assessoria técnica especializada em mediação intercultural e fortalecimento institucional.

No campo da proteção de direitos, realizamos ações preventivas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo atividades de sensibilização da força de trabalho e capacitação de profissionais que integram o sistema de garantia de direitos.

Também foram realizados exercícios simulados previstos nas rotinas operacionais do projeto, essenciais para fortalecer a eficiência, a cultura de segurança e o diálogo com as comunidades. Essas ações foram acompanhadas de materiais informativos em linguagem acessível, considerando a diversidade dos públicos locais.

Em 2026 será perfurado mais um poço exploratório, o Mãe de Ouro, na Bacia Potiguar, dando continuidade à avaliação da área.

As atividades reforçam nosso compromisso com a reposição de reservas e com o desenvolvimento de novas fronteiras exploratórias para garantir o atendimento à demanda energética durante a transição energética. A campanha atual segue com excelência e segurança, reafirmando nosso compromisso com o respeito às pessoas e ao meio ambiente.



Mais informações em
<https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras>

Para avaliação das descobertas, aplicamos soluções tecnológicas de geologia e geofísica, somadas à expertise do nosso corpo técnico e à liderança mundial em operações em águas profundas e ultra profundas.

Estamos preparados para atuar na Margem Equatorial com total responsabilidade, alinhando nossas operações às melhores práticas ASG, priorizando inovação e eficiência e redução da pegada de carbono, em consonância com os princípios da transição energética justa e da geração de valor para comunidades locais.

Desde 2022, desenvolvemos projetos socioambientais voltados à geração de conhecimento, com foco regional e estratégico, com iniciativas de gestão e licenciamento ambiental, pesquisa e desenvolvimento científico e investimentos socioambientais voluntários. Entre os nossos grandes eixos de atuação na Margem Equatorial, destacamos:

- > Caracterização socioambiental integrada do ambiente costeiro-oceânico;
- > Monitoramento ambiental da biota e dos ecossistemas, contemplando métodos e tecnologias inovadores;
- > Modelagem ecossistêmica e de avaliação de riscos e impactos;
- > Desenvolvimento e utilização de tecnologias autônomas, robótica e sensoriamento remoto;
- > Conservação da biodiversidade e de espécies ameaçadas;
- > Restauração ecológica e soluções baseadas na natureza;
- > Desenvolvimento territorial sustentável e fortalecimento de cadeias produtivas locais.

No âmbito da gestão e do licenciamento ambiental, realizamos e planejamos diversos projetos, entre os quais destacamos: (i) monitoramento reprodutivo de tartarugas-marinhas; (ii) monitoramento de aves costeiras

e migratórias; (iii) estudo socioambiental de comunidades tradicionais extrativistas marinhas; (iv) mapeamento dos manguezais e classificação do estado de degradação; (v) quantificação da capacidade de estoque de carbono em manguezais; e (vi) monitoramento e atendimento à fauna.

Adicionalmente, iniciativas de pesquisa e desenvolvimento em curso e em planejamento irão subsidiar as operações e a gestão ambiental das atividades na Margem Equatorial.

PD&I na Margem Equatorial

O Cenpes mantém histórico consolidado de cooperação com instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de gerar conhecimento científico, promover inovação e contribuir para a qualificação profissional.

Atualmente, contamos com uma carteira de 13 projetos de PD&I estruturados para a Margem Equatorial, voltados a:

- > Caracterização ambiental;
- > Avanços tecnológicos na detecção e resposta a emergências operacionais;
- > Metodologias para medir ganho líquido em biodiversidade, considerando a hierarquia da mitigação.

Foram lançados 22 editais, que resultaram em 37 termos de cooperação de PD&I e infraestrutura contratados ou em tramitação junto à ANP para contratação pelo Conexões para Inovação do Cenpes, programa voltado à estruturação e gestão de parcerias em PD&I.

As propostas selecionadas envolvem 23 instituições de pesquisa e duas empresas de tecnologia, em redes de cooperação científica – modelo tradicional das nossas parcerias de pesquisa.

Impactos na biodiversidade

Identificamos e avaliamos impactos de forma a subsidiar medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias ao longo das fases de instalação, operação e desativação dos nossos empreendimentos. Conforme o estágio do ciclo de vida, tipo de operação, os fatores ambientais, as exigências legais, e as condicionantes de licenciamento), desenvolvemos estudos e projetos para avaliar riscos à biodiversidade e definir planos de ação.

Em 2025 registramos cinco eventos de vazamento de petróleo e derivados com volume superior a um barril (159 litros): quatro em ambiente offshore e um em ambiente terrestre. Não foram observados impactos significativos, e todos os eventos tiveram extensão local e temporária, sem atingir áreas sensíveis para a biodiversidade.

Em todos os casos, acionamos imediatamente o Plano de Resposta a Emergências (PRE), adotamos medidas de contingência e conduzimos análises de causa e abrangência para prevenir recorrências. Os eventos foram comunicados aos órgãos públicos conforme legislação aplicável.



Informações sobre vazamentos podem ser consultadas no capítulo **Prevenção e gestão de acidentes de processo**

Realizamos avaliações de risco nos processos de licenciamento ambiental para todas as atividades de perfuração e produção offshore. Nelas, identificamos cenários acidentais de liberação de hidrocarbonetos e produtos químicos no mar, analisando causas, probabilidades, severidade e riscos. Para cada risco, definimos medidas preventivas (planos de manutenção e inspeção, atendimento a procedimentos de segurança operacional e capacitação de equipes) e medidas mitigadoras, incluindo planos de emergência, de proteção à fauna e ações para áreas vulneráveis, adequadas ao risco ambiental de cada operação.

Ademais, estamos aplicando a Metodologia Life para Negócios e Biodiversidade, que possibilita uma análise aprofundada das pressões, dos impactos positivos e negativos, dos riscos, das dependências e das oportunidades relacionadas à biodiversidade. A ferramenta utilizada é o software Life Key, que disponibiliza métricas que permitem a quantificação, bem como a avaliação qualitativa e o monitoramento do desempenho do negócio em relação à biodiversidade. Até o momento já calculamos o índice de pressão das unidades Complexo de Energias Boaventura, Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas (UTGCab), Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), Usina Termelétrica de Seropédica (UTE-SRP), Usina Termelétrica da Baixada Fluminense (UTE-BF) e Refinaria de Paulínia (Replan) e iniciamos a aplicação do módulo de Desempenho Positivo para as mesmas unidades.

Para conservar os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade também atuamos na reabilitação das áreas impactadas por contaminantes químicos decorrentes das nossas atividades. A mitigação dos impactos na qualidade do solo e da água subterrânea segue diretrizes do nosso padrão corporativo de gerenciamento de áreas contaminadas em alinhamento com a legislação ambiental vigente, e normas dos órgãos reguladores.

Na nossa governança, a Comissão de Meio Ambiente conta com o suporte técnico do Fórum Temático de Áreas Contaminadas, que reúne especialistas responsáveis por acompanhar o desempenho interno, difundir boas práticas e identificar oportunidades de aprimoramento no gerenciamento dessas áreas.

Em 2025, concluímos a implantação do Sistema de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, estruturado em plataforma georreferenciada, que permite registrar e acompanhar os processos de reabilitação conforme o fluxo de gerenciamento. Nesse período, atingimos as etapas mais avançadas do fluxo para 70% das áreas priorizadas, selecionadas segundo critérios de

criticidade previamente definidos. Os planos de gerenciamento dessas áreas incluem ações para sua reabilitação, de forma a garantir a eliminação de perigos e a redução dos riscos a níveis toleráveis, de acordo com os usos previstos.

No contexto das operações da Amazônia, o processo de recomposição ambiental desenvolvido ao longo dos 37 anos já produziu e plantou mais de 1.511.000 mudas. Em 2025, plantamos 5.736 mudas em áreas em recuperação e realizamos a manutenção de seis áreas reflorestadas, totalizando 37,16 hectares. Também iniciamos a implantação de planos de recuperação para o novo bosque de espécies protegidas e conduzimos estudos para identificar novas áreas a serem restauradas. Para preservar a diversidade da flora regional, coletamos, beneficiamos e cultivamos sementes de 40 espécies do viveiro de Urucu, cujas mudas são usadas nos reflorestamentos.

Nossas operações concentram-se no Brasil, um país megadiverso, com espécies ameaçadas em ambientes naturais e antropizados. A ocorrência dessas espécies e os riscos associados são mapeados e geridos por meio de projetos de conservação, práticas de gestão e cumprimento de

condicionantes de licenciamento ambiental. Esse levantamento é complexo e extenso, por isso, o processo é continuamente refinado e nossas bases de dados são permanentemente atualizadas.

Nesse contexto, executamos projetos regionais para ampliar conhecimento, mitigar e monitorar impactos e riscos identificados em estudos ambientais, visando à conservação de espécies marinhas ameaçadas e da biodiversidade nas áreas de atuação, assumidos como compromisso de licenciamento ambiental federal para as atividades de exploração e produção offshore junto ao Ibama.

Em 2025, destacamos os dez anos de execução de três grandes projetos regionais executados na Bacia de Santos, em uma área superior a 250.000 km². o Projeto de Monitoramento de Praias (PMP-BS), o Projeto de Monitoramento de Cetáceos (PMC-BS) e o Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica Submarina (PMPAS-BS). Nessa primeira década, o PMP-BS, o PMC-BS e o PMPAS-BS consolidam-se entre os projetos mais importantes para geração de conhecimento sobre a biodiversidade marinha e a paisagem acústica submarina do Brasil, subsidiam a gestão das operações e atendem às exigências do licenciamento ambiental federal,



conduzido pelo Ibama. A produção científica dos três projetos supera 500 publicações, com destaque para 74 dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de artigos científicos, capítulos de livros, resumos em congressos, entre outras.

Em conjunto com o PMP-BS, executamos três outros projetos de monitoramento de praias, de forma contínua e regional, nas Bacias de Campos e do Espírito Santo (PMP-BC/ES), de Sergipe-Alagoas (PMP-Seal) e Potiguar (PMP-BP). Os quatro PMPs são realizados ao longo de 3.000 km da costa de dez estados, para avaliar a interferência das atividades de E&P sobre aves, tartarugas e mamíferos marinhos, constituindo o maior programa de monitoramento de encalhes em praias do mundo. Os projetos incluem registro, resgate, necropsia, reabilitação e soltura de mamíferos, tartarugas e aves marinhas, contribuindo para políticas públicas de conservação da biodiversidade marinha. Todos os animais feridos e doentes recebidos pelas equipes têm atendimento veterinário em uma rede de 35 centros de reabilitação e unidades de estabilização, visando à reabilitação e soltura para a manutenção das populações. Os PMPs já reabilitaram e devolveram à natureza aproximadamente 8.000 animais marinhos, dos quais mais de 5% pertencem a 18 espécies ameaçadas de extinção.

Desde a declaração da emergência zoossanitária de gripe aviária no Brasil, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária em maio de 2023, os PMPs vêm colaborando com as ações de controle e notificação de casos positivos em aves marinhas e pinípedes atendidos no litoral do país em ação conjunta ao Serviço Veterinário Oficial. Os primeiros casos da doença ocorreram em áreas do PMP-BC/ES e PMP-BS (entre Conceição da Barra/ES a Laguna/SC), com principais focos em São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Quatro espécies de trinta-réis foram as mais afetadas, três delas ameaçadas de extinção – *Thalasseus acutiflavus* (vulnerável), *Thalasseus maximus* (em perigo), *Sterna hirundinacea* (vulnerável) e *Sterna hirundo*, além de lobos e leões marinhos.

Principais investimentos e resultados socioambientais

Por meio dos nossos investimentos socioambientais voluntários, apoiamos projetos de organizações da sociedade civil que geram conhecimento relevante para o negócio e promovem transformações sociais e ambientais positivas, incluindo ganhos para a biodiversidade.

O Programa Petrobras Socioambiental é a nossa principal ferramenta de investimento socioambiental. Seu propósito é contribuir para a sustentabilidade do negócio ao apoiar iniciativas executadas por organizações da sociedade civil parceiras que gerem valor para a Petrobras e para a sociedade. Suas linhas de atuação são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florestas e Oceano, contribuindo para o alcance dos ODS 4, 8, 14 e 15, além de diversos outros objetivos, de acordo com a natureza das iniciativas. De forma complementar aos projetos do programa, mantemos iniciativas estruturantes que visam dar escala às soluções baseadas na natureza, em parcerias como o Floresta Viva e o Restaura Amazônia, em um modelo de coinvestimento.

Em 2025, foram investidos R\$ 159 milhões nas frentes de Florestas e Oceano do Programa Petrobras Socioambiental e nas iniciativas complementares voltadas a soluções baseadas na natureza. Desse total, cerca de R\$ 126 milhões foram destinados a 62 projetos fomentados pelo programa – sendo 33 na linha Florestas e 29 na linha Oceano – o que representa um aumento de 24% no número de projetos e de 75% no volume de recursos em relação ao ano anterior.

Como estratégia complementar para ampliação de escala, diversidade de modelos de investimento e alcance territorial das soluções baseadas na natureza, R\$ 27,6 milhões foram direcionados às iniciativas Floresta Viva

e Restaura Amazônia, por meio das quais foram apoiados 29 projetos de restauração florestal em biomas brasileiros.

Na iniciativa Floresta Viva, por meio dos editais Manguezais do Brasil e Corredores de Biodiversidade – Petrobras e BNDES destinarão R\$ 118 milhões (50% contribuídos pela Petrobras) ao longo de sete anos para 20 organizações da sociedade civil, visando restaurar 4.200 hectares, capturar toneladas de dióxido de carbono e entregar benefícios sociais e ambientais associados. Os projetos estão em fase de execução das atividades previstas nos seus planos de restauração.

Já na parceria Restaura Amazônia, a Petrobras e o BNDES selecionamos, em 2025, nove projetos no primeiro edital da iniciativa, que irão restaurar cerca de 3.600 hectares em unidades de conservação no bioma Amazônia. No total da iniciativa, que contemplará outros projetos em seleção, investiremos R\$ 50 milhões e o BNDES o mesmo valor, com recursos do Fundo Amazônia, em um período de cinco anos.

Destacamos, ainda, que lançamos, em 2025, a seleção pública Soluções Baseadas na Natureza para Adaptação e Resiliência Climática nas Cidades. A iniciativa é inédita e voltada ao enfrentamento das mudanças climáticas em áreas urbanas, com a intenção de fortalecer a resiliência de cidades e comunidades vulnerabilizadas por meio do apoio a infraestruturas verdes e azuis, recuperação de áreas e tecnologias comunitárias que contribuam para mitigar impactos climáticos, restaurar ecossistemas e tornar as comunidades mais resilientes. Os investimentos previstos são de R\$ 21 milhões em projetos nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Por fim, de forma integrada à estratégia de florestas e bioeconomia, avançamos em instrumentos inovadores de financiamento para ampliação do impacto positivo em florestas de seus investimentos. O Fundo Petrobras de Bioeconomia, desenvolvido em parceria com a Régia Capital, gestora focada em investimentos e soluções financeiras sustentáveis, introduziu a

modalidade de financiamento reembolsável como estratégia complementar aos investimentos com recursos não reembolsáveis, adotando o modelo de Impact Linked Compensation, que vincula a remuneração ao desempenho socioambiental dos projetos. Em 2025, o fundo consolidou sua atuação, com R\$ 112 milhões em financiamentos destinados a empresas inovadoras de bioeconomia que atuam em extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais, restauração ecológica, uso sustentável do solo e bioinsumos, contribuindo para a conservação de florestas, a restauração de áreas degradadas e a geração de benefícios socioeconômicos para comunidades locais.

Todas essas iniciativas contemplam ações voltadas à conservação e recuperação de ambientes e espécies e para o fortalecimento de comunidades em diversos territórios, de forma alinhada às diretrizes e compromissos da Política de Responsabilidade Social e ao Plano Estratégico da Petrobras, e contribuindo para compromissos globais de sustentabilidade, como a Agenda 2030 e o Marco Global da Biodiversidade.



Outras informações sobre nossos projetos socioambientais podem ser consultadas no capítulo Comunidades locais e tradicionais e no nosso Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025

Entre os principais resultados acumulados das iniciativas socioambientais apoiadas em 2025, destacamos:

- 949 pesquisadores envolvidos nas atividades dos projetos e 591 publicações (incluindo artigos, livros, cartilhas e divulgações em eventos técnicos e científicos);
- Mais de 195.675 participantes diretos em ações realizadas de forma contínua;
- Mais de 550 espécies da fauna monitoradas, estudadas ou protegidas, sendo 114 ameaçadas de extinção, incluindo o miqui-do-sul

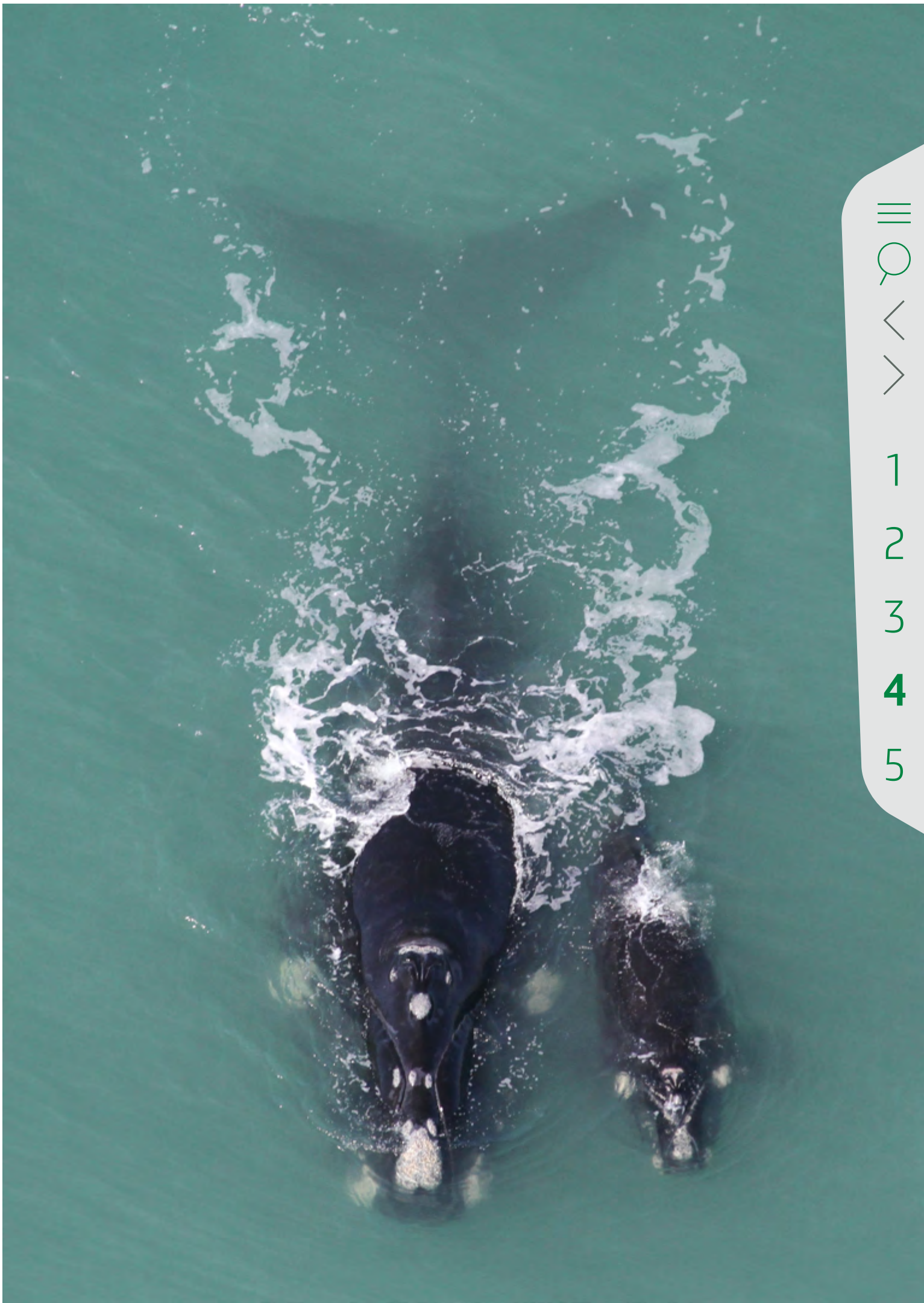
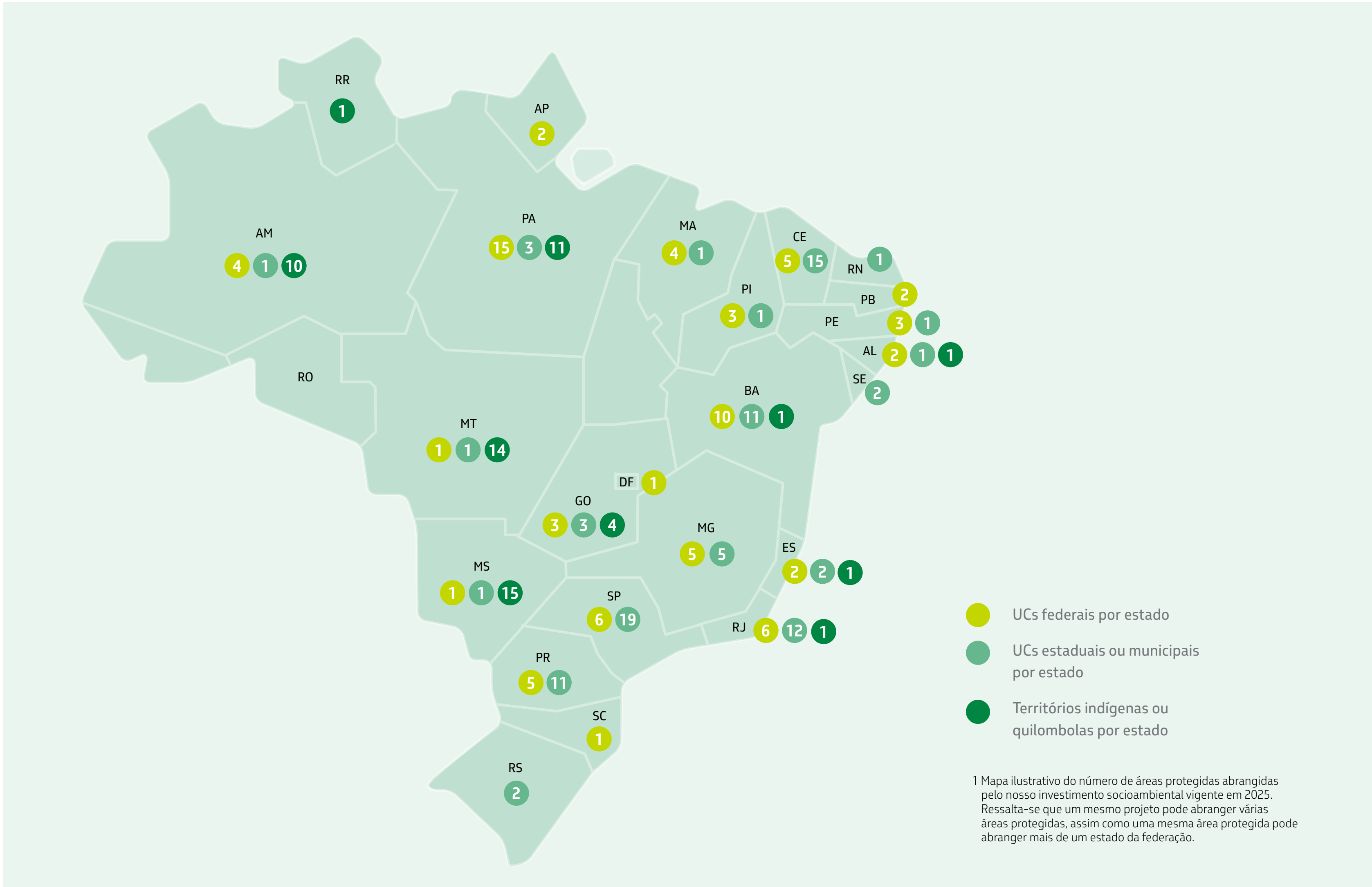
(maior primata das Américas) e a toninha (pequeno golfinho que vive na costa do sul e sudeste da América do Sul, criticamente ameaçado de extinção), além de baleias, corais, aves, peixes e tartarugas;

- Cerca de 520 espécies da flora em ações de proteção, monitoramento, pesquisa ou, ainda, nas ações de plantio e coleta de sementes, das quais 42 ameaçadas de extinção, como a cerejeira-da-Amazônia (*Amburana acreana*), espécie sistematicamente explorada em áreas acessíveis e já extinta, ou quase, em regiões de maior pressão exploratória;
- Cerca de três milhões de participantes em ações de educação ambiental e mais de 1.530 escolas com inserção de conteúdos sobre meio ambiente nos currículos;
- Mais de 400 ações de limpezas de praias e rios em todo o Brasil, envolvendo mais de 18 mil pessoas;
- Recuperação ou conservação direta de cerca de 579 mil hectares de florestas e áreas naturais em todos os biomas do Brasil (sendo, aproximadamente, cinco mil hectares em ações de recuperação e 574 mil hectares de áreas conservadas diretamente), além do fortalecimento de áreas protegidas em cerca de 34 milhões de hectares;
- 3,8 milhões de mudas plantadas, 140 nascentes protegidas ou recuperadas e 27 corredores ecológicos em formação.

Estas iniciativas abrangeram 164 unidades de conservação terrestres e marinhas, (parques nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável, reservas extrativistas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, entre outras), além de 44 terras indígenas e 10 territórios quilombolas.



MAPA DE ÁREAS PROTEGIDAS ABRANGIDAS PELOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS¹



ÁGUA E EFLUENTES

GRI 11.6.1, 11.6.2, 11.6.3, 11.6.4, 11.6.5

A disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas é essencial para as nossas operações, as quais utilizam esse recurso, por exemplo, em processos de produção, na geração de vapor, refrigeração, e consumo humano. Como resultado, praticamente todas as nossas atividades geram efluentes domésticos e industriais, incluindo a água produzida.

Reconhecendo a relevância estratégica da água para toda a cadeia produtiva (upstream e mid/downstream), tanto em operações terrestres quanto nas operações offshore, atuamos continuamente para aprimorar a gestão dos recursos hídricos e efluentes, alinhados ao nosso valor de respeito à vida e integridade das instalações.

O tema material água e efluentes abrange riscos e impactos associados à captação de água e ao descarte de efluentes, considerando variações de disponibilidade e qualidade da água em nossas áreas de influência. Considera impactos negativos, como riscos à biodiversidade e à saúde humana em cenários de escassez hídrica para captação de água ou assimilação dos nossos efluentes, e impactos positivos, como a devolução de água em qualidade superior à captada e projetos de conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares. Também contempla o desenvolvimento de tecnologias para garantir continuidade operacional em cenários de escassez hídrica permanente.

Os eventuais impactos podem ocorrer em terra – por captação excessiva em mananciais críticos, lançamento inadequado de efluentes ou derramamentos – e no mar, por descargas fora dos padrões ou vazamentos acidentais. Esses eventos podem afetar o meio ambiente, o acesso humano à água e as atividades econômicas nas bacias hidrográficas. Por isso, mantemos mecanismos robustos de gestão e melhoria contínua.

Gestão de recursos hídricos e efluentes

Buscamos racionalizar o uso da água, garantir o suprimento necessário, conservar o recurso e sua disponibilidade nas áreas de influência das nossas instalações. Para isso, adotamos tecnologias menos intensivas, otimizamos o seu uso, promovemos o reúso ou a reciclagem de água e avaliamos fontes alternativas de suprimento, sempre considerando a disponibilidade local e a viabilidade técnica, econômica e ambiental.

No gerenciamento dos efluentes, priorizamos a redução de poluentes descartados por meio da segregação, tratamento e destinação adequada, respeitando a capacidade de assimilação dos corpos hídricos receptores.

Utilizamos ferramentas corporativas de gestão, com resultados acompanhados pela alta administração. Dispomos de padrões técnicos que orientam todas as nossas áreas de negócio, servindo como referência para as demais empresas do Sistema Petrobras.

Em 2025, nosso inventário registrou 294 instalações usuárias de água e geradoras de efluentes.

Investimos R\$ 73,4 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à gestão hídrica e de efluentes, conduzidos internamente e em parceria com universidades e institutos tecnológicos, buscando maior confiabilidade, eficiência e segurança hídrica, além de viabilizar a reinjeção de água produzida em reservatório offshore.

No Plano Estratégico 2050 e Plano de Negócios 2026–2030 reafirmamos o direcionador ASG (ambiental, social e governança) Positiva em Água nas áreas com criticidade hídrica onde atuamos. Isso envolve reduzir a captação de água doce e contribuir para melhorar a disponibilidade local do recurso. Reforçamos também o nosso compromisso¹ de reduzir em 40% a nossa

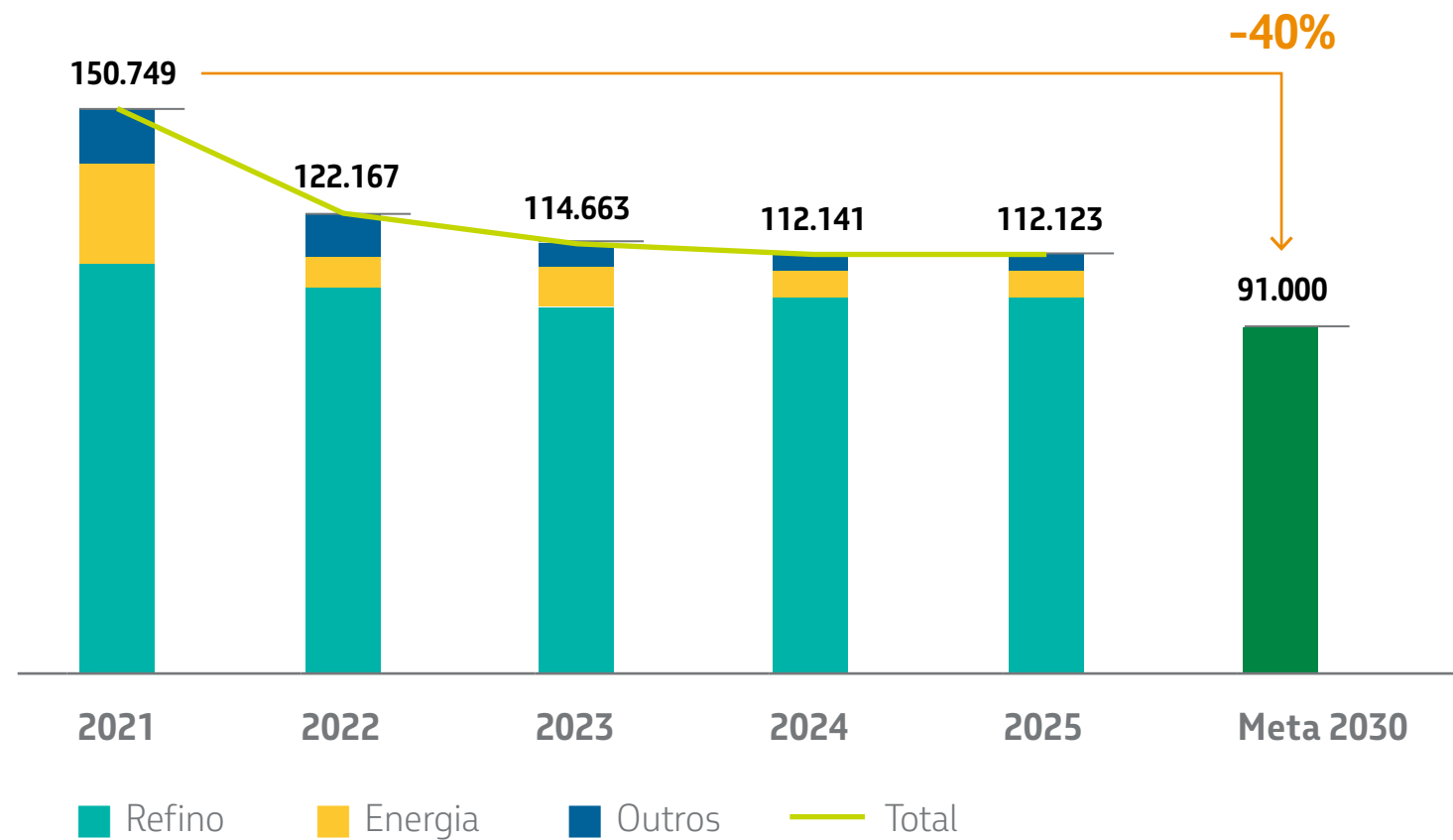
1 Segmentos de negócio que não compunham o nosso portfólio em 2021 (Fertilizantes e BioQAV) não constam no escopo do compromisso.

captação de água doce até 2030, tendo 2021 como ano-base, conforme gráfico a seguir.

Para alcançar esses compromissos, contamos com:

- 55 ações e projetos em uma carteira dedicada, incluindo ações de otimização operacional, recuperação de condensados, redução de perdas, reúso/reciclagem interno(a) de água, reúso/reciclagem de efluentes finais e construção de grandes reservatórios de águas pluviais. Tais ações propiciam a redução de captação, e consequente consumo, de água doce;
- Programa Compromisso com a Vida (PCV), que inclui iniciativas para uso eficiente da água e gestão integrada de efluentes.

ÁGUA DOCE CAPTADA¹ (DADOS CONSOLIDADOS² EM MEGALITROS)



1 Nesse gráfico, o número apresentado para 2025 está considerando o escopo do compromisso, cujo ano base é 2021. Os segmentos de negócio que não compunham o nosso portfólio em 2021 (Fertilizantes e BioQAV) não constam em tal escopo. O indicador Água Doce Captada não considera água doce de resfriamento em circuito aberto (2.862 megalitros em 2025) e aproveitamento de água de chuva (2.339 megalitros em 2025).

2 Os dados abrangem a Petrobras controladora; as controladas brasileiras Transpetro, Petrobras Biocombustível (PBio), Termobahia, Termomacãe e Transbel; as atividades de E&P nos campos/áreas de Tupi, Sapinhoá, Iara, Mero e Roncador; e as operações internacionais na Petrobras Bolívia S.A. (PEB), Petrobras International Braspetro B.V. – Sucursal Colombia (PIB-COL) e Petrobras Colombia Combustibles S.A. (Pecoco). Os dados das demais termelétricas estão incluídos no escopo da controladora.



Até 2025, implementamos 40 ações, com potencial de reduzir até cerca de 8.800 megalitros (8,8 milhões de m³) de captação de água, a depender das condições de operação das instalações envolvidas. Entre os exemplos de ações já adotados estão:

- Reúso/reciclagem de água de purga de caldeiras em torres de resfriamento;
- Otimização dos ciclos de concentração em torres de resfriamento, reduzindo a captação, consumo e perdas por evaporação.

No PCV, são definidas anualmente ações prioritárias para aprimorar nosso sistema de gestão e desempenho. No ciclo mais recente, 15 ações estavam relacionadas ao projeto Segurança Hídrica, distribuídas em três entregas: Redução da captação de água doce; Aumento do reúso de efluentes e Aprimoramento da gestão de água e efluentes em plataformas. Concluímos 100% das ações planejadas para 2025.

Na entrega Aumento do reúso de efluente, um resultado de destaque foi a partida (condicionamento e pré-operação) de uma unidade de tratamento de efluente oleoso por osmose reversa na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) com o objetivo de garantir a segurança hídrica na refinaria. A unidade passará a disponibilizar em 2026 até 3.100 megalitros por ano de efluente tratado para reúso/reciclagem, reduzindo a captação e consumo de água doce da refinaria.

Outro resultado relevante das ações do PCV foi a expansão do reúso de efluente tratado nas Redes de Água de Combate a Emergência das refinarias: Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) e Refinaria de Paulínia (Replan).

Essa iniciativa segue a prática inovadora desenvolvida por nós, implementada inicialmente na Reduc em 2020. Com essa ampliação, essas três refinarias têm potencial para incrementar o reúso de efluente tratado

em mais de 1.000 megalitros por ano a partir de 2026, também contribuindo para a redução da captação e consumo dessas unidades.

A evolução da carteira de ações do PCV é acompanhada periodicamente pela governança em segurança, meio ambiente e saúde (SMS) e pela alta administração. Projetos socioambientais apoiados pela companhia, como os que envolvem reflorestamento, recuperação de nascentes e matas ciliares, também contribuem para nosso direcionador ASG no tema água.

Com base no compromisso de redução de captação, estabelecemos nossas metas anuais para o indicador Água Doce Captada (ADC), que influenciam a remuneração variável de gerentes executivos e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR)² dos empregados.

Para atender às reclamações relacionadas a água e efluentes, dispomos da Ouvidoria-Geral, acessível pelo nosso site. Todas as manifestações são analisadas e encaminhadas às áreas técnicas competentes, que tratam e respondem às demandas.

Avaliamos continuamente nosso desempenho por meio de três indicadores corporativos³: Volume de Água Doce Captada (ADC); Volume de Água Reusada (VAR) e Volume de Efluente Hídrico Descartado (EHD).

As análises críticas dos indicadores ADC e VAR são acompanhadas pela nossa alta administração. A eficácia das nossas ações é avaliada em diferentes fóruns técnicos e gerenciais, permitindo ajustes nos ciclos seguintes de planejamento.

Nossa governança sobre o assunto conta ainda com um fórum temático de recursos hídricos e efluentes, composto por nossos especialistas e vinculado à Comissão de Meio Ambiente, que por sua vez se reporta ao Conselho de Administração.

² Para fins da PLR especificamente, a demanda das usinas termelétricas não é contabilizada no indicador, por conta de sua significativa variabilidade em função das necessidades do Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica.

³ Apesar de a água ser imprescindível para uso em nossas operações, nossos produtos não incorporam teores significativos desse recurso em sua composição. Nas nossas atividades, a principal parcela de consumo de água (volumes que são captados e não retornam aos mananciais) se dá na forma de evaporação nos sistemas de resfriamento. Desta forma, na nossa gestão interna, consumo não é um indicador sistematicamente acompanhado.



Informações sobre nossa estrutura de governança podem ser consultadas no capítulo **Governança corporativa**

Para fortalecer a conscientização e a capacitação interna, estruturamos a Trilha de Conhecimento em Recursos Hídricos e Efluentes, com cursos específicos que funcionam como itinerário formativo para os empregados. Em 2025, realizamos, no nível corporativo, dez cursos e workshops sobre águas e efluentes, com a participação de aproximadamente 500 pessoas da nossa força de trabalho. Foram abordados os temas medição de vazões, caracterização e tratamento de água e de efluentes, aproveitamento de água de chuva e dessalinização.

Além disso, promovemos anualmente uma ampla campanha de conscientização sobre o uso eficiente da água, alinhada ao Dia Mundial da Água e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 – Água Potável e Saneamento, com materiais educativos que incorporam orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Agência Nacional de Águas, estimulando boas práticas dentro e fora do ambiente de trabalho.

Água como um recurso compartilhado

Captamos água de mananciais superficiais (rios, lagos), subterrâneos (poços freáticos ou artesianos), recebemos água de terceiros (sistemas públicos ou empresas) e geramos água produzida durante a extração de óleo e gás. No Brasil, os limites de captação são definidos pelos órgãos gestores de recursos hídricos, considerando critérios técnicos e os múltiplos usos do recurso, e é proibido retirar volumes superiores aos autorizados.

Também monitoramos continuamente os impactos das nossas atividades, com atenção às áreas protegidas e sensíveis próximas às nossas instalações.

Em 2025, não identificamos impactos significativos nos mananciais decorrentes da captação direta de água.

Os principais tipos de descartes são: os efluentes industriais provenientes das atividades de óleo e gás, efluentes sanitários (em menor volume) e água produzida descartada (principal efluente do processo de produção de petróleo).

Todos os efluentes são descartados conforme os padrões legais vigentes. Eles podem ser lançados em mananciais superficiais, em ambientes subterrâneos (como fossas sépticas), enviados para concessionárias ou empresas terceirizadas, ou, no caso da água produzida, reinjetados em reservatórios de óleo e gás para recuperação secundária.

Antes do descarte, realizamos o tratamento necessário para garantir que os efluentes atendam aos critérios de qualidade exigidos pela legislação ambiental. Em 2025, não identificamos impactos quantitativos ou qualitativos significativos nos mananciais relacionados ao lançamento de efluentes.

Antes de iniciar novas atividades, cumprimos rigorosamente o processo de licenciamento ambiental – municipal, estadual ou federal – que exige

estudos detalhados, como o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), o qual avalia impactos socioambientais ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos e define medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias nas suas fases de instalação, operação e desativação. Todas as condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais são sistematicamente monitoradas.

Nossos novos projetos passam por revisões que analisam aspectos como o uso da água, geração, tratamento e descarte de efluentes, impactos em mananciais e medidas de mitigação, prevenção e, quando necessário, compensação.

A gestão dos riscos de escassez hídrica é essencial tanto para nossas operações quanto para a sociedade. Para apoiar essa gestão, utilizamos ferramentas como:

- Aqueduct Water Risk Atlas, do World Resources Institute;
- Índice de Risco de Escassez Hídrica (IREH), desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e aplicado desde 2016;
- Estudos de disponibilidade hídrica e fontes alternativas para bacias estratégicas.

Em 2025, o IREH avaliou 44 instalações, responsáveis por cerca de 98% da captação de água doce de nossas unidades operacionais no Brasil, sendo uma importante ferramenta para subsidiar nossas tomadas de decisão sobre o tema. Em 2025 não tivemos eventos de escassez hídrica ou de limitação compulsória de captação que impactaram ou reduziram as nossas operações.

Em casos de eventuais impactos ambientais em corpos hídricos, estamos preparados para destinar os recursos necessários para mitigar danos em articulação com o poder público. Como exemplo de prontidão, contamos com os Centros de Defesa Ambiental (CDAs), equipados e capacitados para atuar em derramamentos de óleo, derivados ou produtos químicos.

Por entendermos que a água é um recurso compartilhado, mantemos forte engajamento com as partes interessadas. Isso nos permite compreender demandas sociais e empresariais e incorporar requisitos relevantes à nossa gestão de água e efluentes. Dentre as atividades de relacionamento com públicos de interesse, podemos destacar:

Engajamento com a indústria e setor de negócios

Somos membros da Câmara Temática de Água do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), da Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Water Working Group da International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (Ipieca). Nesses espaços, nos articulamos com outros grandes usuários, avaliamos tendências e sinergias, discutimos as melhores práticas e trabalhamos para prevenir conflitos relacionados ao uso da água.

Engajamento com comunidades locais e organizações da sociedade civil

Há mais de 40 anos apoiamos iniciativas da sociedade civil voltadas à proteção ecológica e à educação ambiental. A temática água integra nossos investimentos socioambientais desde 2003, abrangendo projetos que contribuem para a conservação e/ou recuperação de nascentes, mata ciliares e corpos hídricos.

Em 2025, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, apoiamos 33 projetos voltados para a conservação e recuperação de florestas e áreas naturais que colaboraram para a preservação da água. As ações incluíram a reversão de degradação de nascentes, mananciais e cursos d'água, recomposição de matas ciliares e gestão de bacias hidrográficas, além de

iniciativas voltadas para o fortalecimento da resiliência e da capacidade de adaptação à escassez hídrica e eventos extremos.

Um exemplo é o projeto No Clima da Caatinga, executado pela Associação Caatinga e apoiado pela Petrobras desde 2011. A iniciativa atua no único bioma exclusivamente brasileiro, e que também é a região semiárida mais biodiversa do mundo. O projeto protege recursos hídricos e florestas da Caatinga por meio de ações de conservação e restauração, além de contribuir para a adaptação de comunidades rurais ao clima.

Desde seu início, o projeto já possibilitou a criação de cinco Unidades de Conservação (UCs) e o apoio, por meio de ações de conservação, outras sete UCs que juntas preservam cerca de 6,5 mil hectares e armazenam mais de 1,6 milhões de toneladas de CO₂. Além disso, já promoveu o plantio de 117.760 mudas, restaurando mais de 100 hectares e contribuindo para a segurança hídrica, a manutenção da biodiversidade e o sequestro de carbono no bioma Caatinga. Outra frente importante foi a disponibilização de 1.038 tecnologias sociais compatíveis com o semiárido, como as cisternas de placas, soluções de baixo custo e construção comunitária voltadas à captação e ao armazenamento de água da chuva, aumentando a resiliência das famílias em regiões de escassez hídrica.

A área de atuação do projeto abrange os municípios de Fortaleza e Crateús (CE) e Buriti dos Montes (PI), tendo como base a Reserva Natural Serra das Almas, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural com 6.285 hectares. Estudos mostram que a cobertura florestal da RNSA evita o escoamento anual de 4.800 megalitros de água, graças à retenção realizada pelas raízes das árvores. Isso reduz o escoamento superficial de água, aumenta a infiltração no solo, diminui a deposição de sedimentos e fortalece o ciclo

hídrico em uma região naturalmente marcada pela escassez de água.

O volume de escoamento evitado equivale ao abastecimento anual de mais de 299 mil cisternas de placas de 16 mil litros, quantidade suficiente para atender uma família durante o período de estiagem na Caatinga.

Integração com o poder público

Mantemos diálogo contínuo com órgãos das três esferas de governo, incluindo ministérios, secretarias, agências reguladoras, conselhos e demais instituições relacionadas a saúde, segurança e meio ambiente.

Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas

Fóruns normativos e deliberativos que reúnem comunidades, organizações não governamentais (ONGs), governo e grandes usuários para discutir a gestão dos recursos hídricos em cada bacia hidrográfica.

Engajamento com a cadeia de fornecimento

Em 2025, realizamos o Prêmio Petrobras Melhores Fornecedores, incluindo um prêmio especial de SMS – Meio Ambiente, que contemplou, além dos demais temas ambientais, aspectos relativos ao uso da água, como a redução, reúso/reciclagem, identificação de estresse hídrico e descarte de efluentes.

Gerenciamento de impactos relacionados a efluentes

A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 430/2011 estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e complementa a Resolução Conama nº 357/2005. Assim, em todo o Brasil, existem requisitos legais tanto para as correntes de efluentes lançadas, quanto para a qualidade de água do corpo receptor. Isso significa que, além de atender aos padrões de lançamento, o efluente não pode comprometer a classe e a qualidade do manancial que o recebe.

Alguns efluentes possuem regulamentações específicas. É o caso da água produzida, cujo descarte offshore deve atender à Resolução Conama nº 393/2007. As atividades offshore também seguem a nota técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nº 01/2011, que define os requisitos do projeto de Controle da Poluição, de nível nacional, para os empreendimentos marítimos de exploração e produção de óleo e gás.

Atuamos dentro desse arcabouço regulatório garantindo que nossos efluentes cumpram os padrões de lançamento e não comprometam a qualidade dos corpos receptores. Nas operações internacionais, seguimos rigorosamente as normas locais de descarte vigentes.

Uso de água doce e reúso/reciclagem^{4 5}

Em 2025, captamos 112.744 megalitros de água doce para nossas operações e atividades administrativas, volume 15% inferior à meta⁶ estabelecida (limite máximo) de 132.500 megalitros. Considerando o escopo do compromisso⁷ de reduzir 40% da captação de água doce até 2030 (ano base 2021), a captação registrada em 2025, de 112.123 megalitros, representa uma redução de aproximadamente 25% em relação ao ano base.

Grande parte dos nossos investimentos para racionalizar o uso da água (redução de captação e consumo) foi destinada ao reúso e reciclagem, reduzindo nossas necessidades de captação de “água nova”. Em 2025, alcançamos 39.564 megalitros de água reutilizada ou reciclada, o equivalente a 26% da nossa demanda total por água doce, e volume suficiente para abastecer, por um ano, uma cidade com cerca de 680 mil habitantes. Essas ações proporcionaram uma economia anual estimada de R\$ 16 milhões nos custos de captação.

4 Os dados abrangem a Petrobras controladora; as controladas brasileiras Transpetro, Petrobras Biocombustível (PBio), Termobahia, Termomacaê e Transbel; as atividades de E&P nos campos/áreas de Tupi, Sapinhoá, Iara, Mero e Roncador; e as operações internacionais na Petrobras Bolívia S.A. (PEB), Petrobras International Braspetro B.V. – Sucursal Colombia (PIB-COL) e Petrobras Colombia Combustibles S.A. (Pecoco). Os dados das demais termelétricas estão incluídos no escopo da controladora.

5 Os valores de captação de água doce apresentados não incluem água de resfriamento em circuito aberto (2.862 megalitros) e aproveitamento de água de chuva (2.339 megalitros). Com relação ao reúso/ reciclagem: (a) Não são considerados como tal o condensado recuperado em ciclos térmicos e a água de resfriamento recirculada. (b) Inclui a água produzida reinjetada para recuperação secundária em campos terrestres.

6 Para fins da PLR especificamente, a demanda das usinas termelétricas não é contabilizada, por conta de sua significativa variabilidade em função das necessidades do Sistema Interligado Nacional de energia elétrica. Para 2025, a meta (limite máximo) foi de 120.700 megalitros e o volume captado foi de 107.166 megalitros.

7 Segmentos de negócio que não compunham o nosso portfólio em 2021 (Fertilizantes e BioQAV) não constam no escopo do compromisso.

Gestão dos principais efluentes

Nas atividades de upstream, os principais poluentes nos efluentes são os óleos e graxas, presentes na água produzida e em correntes oleosas. Um impacto relevante, considerado nos estudos ambientais, é a bioacumulação na cadeia alimentar, que pode afetar os ecossistemas e a saúde humana.

Nas atividades de midstream e downstream, os poluentes mais comuns são aqueles que elevam a demanda química de oxigênio e os níveis de amônia, podendo causar depleção de oxigênio e eutrofização dos corpos hídricos, com riscos de perdas ou desequilíbrios na biodiversidade e ecossistemas. As medidas de controle e mitigação desses impactos são definidas nos estudos e processos de licenciamento ambiental e implementadas nas fases de instalação e operação.

Tratamos os nossos efluentes de forma a atender aos limites legais das Resoluções Conama nº 430/2011, 357/2005 e 393/2007, garantindo conformidade com os padrões de descarte.

O nosso indicador Volume de Efluente Hídrico Descartado (EHD)⁸, monitorado rotineiramente, contempla os efluentes industriais, sanitários e água produzida descartados após tratamento ou enviados para tratamento e destinação final por terceiros. Em 2025, esse volume foi de 218.598 megalitros⁹.

8 O EHD não considera os fluxos de água de resfriamento em circuito aberto e os volumes injetados ou reinjetados em reservatórios de óleo e gás para recuperação secundária.

9 Esse valor é superior ao valor da água doce captada principalmente por conta: (a) da geração de água produzida nas atividades de óleo e gás, e (b) do uso de água do mar – salina – nas plataformas, a qual é dessalinizada, utilizada nos processos e se transforma em efluente hídrico.

Água produzida

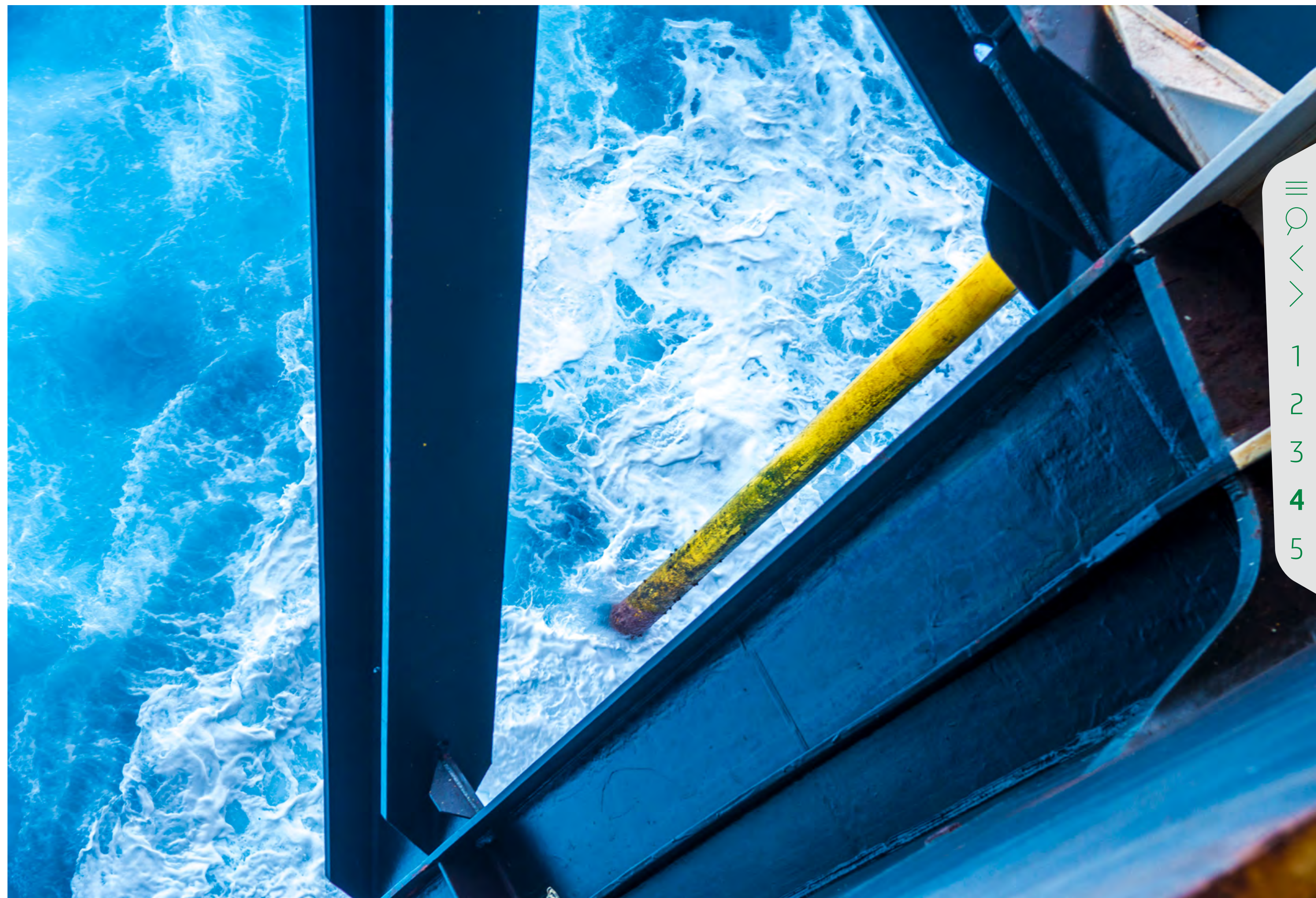
Gerenciamos o descarte de água produzida offshore conforme a resolução Conama nº 393/2007, que estabelece os limites para descarte de Teor de Óleos e Graxas (TOG), de 42 mg/L (diário) e 29 mg/L (mensal). O TOG é monitorado diariamente, e a salinidade, semestralmente.

Antes do descarte, a água produzida passa por tratamento com hidrociclones e flotadores. Também realizamos a reinjeção de água produzida em reservatórios offshore e onshore para recuperação secundária de petróleo, reduzindo a necessidade de captar água doce, que é particularmente relevante nas instalações terrestres.

Em 2025, descartamos cerca de 50.330 megalitros de água produzida e reinjetamos 35.107 megalitros, correspondendo a aproximadamente 59% e 41% do volume disposto, respectivamente. A carga total de óleos e graxas na água produzida descartada em 2025 foi de aproximadamente 0,6 mil toneladas, cerca de 8% inferior ao valor de 2024.

Não conformidades relacionadas ao uso da água

Mantemos processos de monitoramento e controle voltados à gestão de recursos hídricos e efluentes, com iniciativas contínuas de aprimoramento operacional. Em 2025, foram registradas ocorrências que resultaram em sanções. No segmento upstream, houve três sanções relacionadas a descartes, com valor igual ou superior a R\$ 1.000.000. No downstream, não houve sanções dessa magnitude.



GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCOMISSIONAMENTO SUSTENTÁVEL

GRI 11.5.1, 11.5.2, 11.5.3, 11.5.4, 11.5.5, 11.5.6, 11.7.1, 11.7.2, 11.7.3, 11.7.4]

A gestão de resíduos abrange todas as etapas do ciclo de vida dos resíduos sólidos gerados por nossas operações. Adotamos práticas alinhadas à economia circular, priorizando a prevenção da geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento de resíduos perigosos e não perigosos, além da disposição ambientalmente adequada dos rejeitos. Nosso objetivo é valorizar materiais e recursos, evitando ou mitigando eventuais impactos ao meio ambiente e à saúde humana.

O tema material contempla o descomissionamento, que envolve a desmontagem, o transporte e a destinação sustentável de equipamentos, estruturas e resíduos. Nesse processo avaliamos riscos e oportunidades desde o planejamento até a execução, visando a sustentabilidade, a proteção do meio ambiente, a segurança e o cuidado com as pessoas, além da recuperação de áreas contaminadas.

Nossas atividades geram resíduos sólidos que podem conter misturas de substâncias perigosas e não perigosas e, portanto, apesar dos esforços para uma gestão adequada, esses resíduos podem ser fontes de potenciais impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente, tais como:

- Poluição do solo e de mananciais superficiais ou subterrâneos, decorrente de destinação ambientalmente inadequada de resíduos, podendo comprometer a disponibilidade de serviços ecossistêmicos para o uso pela sociedade, setores produtivos e biodiversidade;

- Redução da vida útil de aterros, devido a disposição de resíduos passíveis de Reciclagem, Recuperação ou Reúso (RRR), diminuindo a área disponível para disposição de rejeitos que não possuam alternativas técnica ou economicamente viáveis no momento da destinação.

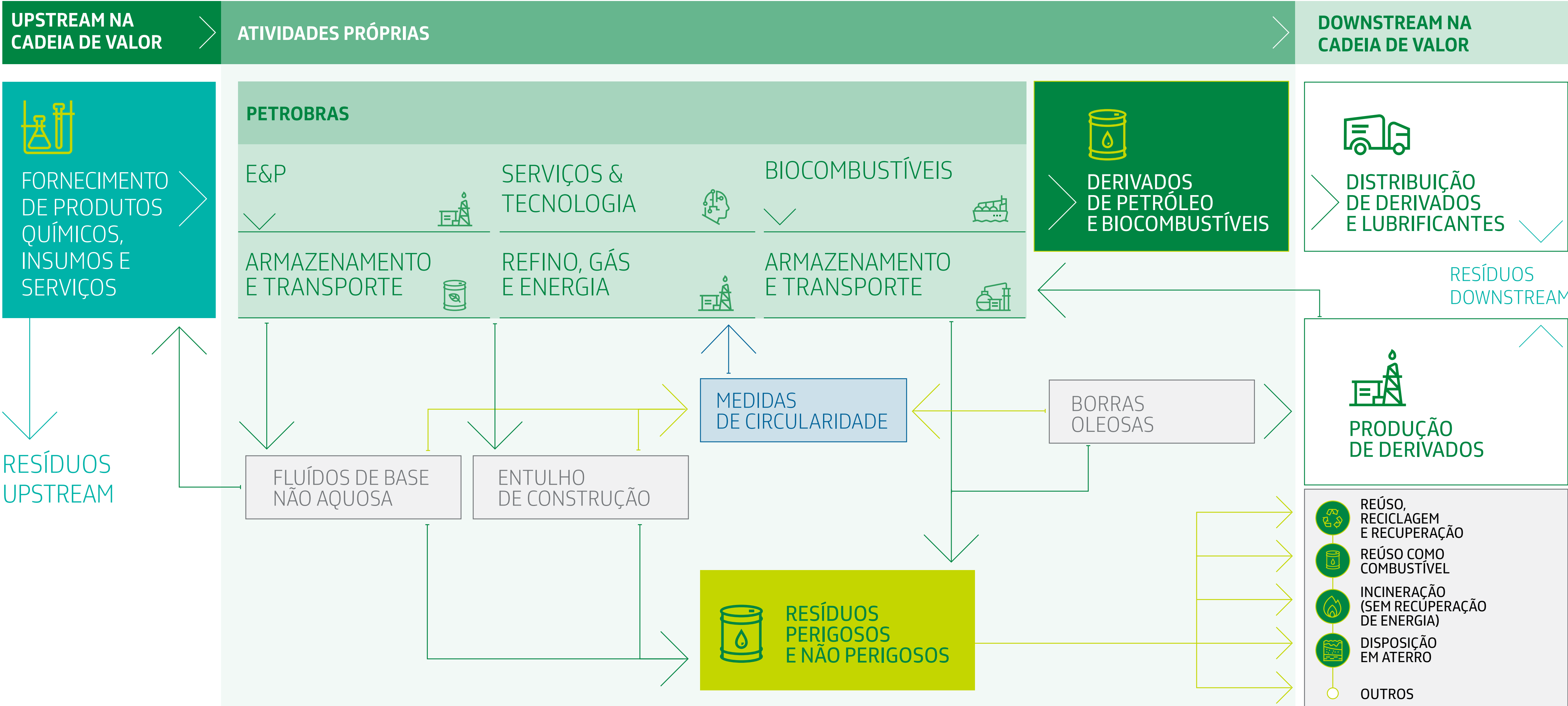
Nossa cadeia de fornecedores também pode ser um eventual responsável por impactos em função de gestão inadequada de resíduos. Por isso, priorizamos a contratação de empresas devidamente licenciadas pelas autoridades ambientais competentes e realizamos auditorias de habilitação no processo de contratação e fiscalizações durante a execução dos serviços.

Entre os resíduos gerados em nossos processos estão incluídos: borras oleosas, fluidos e cascalhos de perfuração, lodos de estação de efluentes industriais, catalisadores gastos, óleos lubrificantes usados, soluções ácidas ou básicas gastas, elementos filtrantes de combustíveis, papéis, plásticos, madeiras e entulho de construção civil. As principais fontes de geração de resíduos de processo em nossas atividades incluem as atividades de produção e processamento de matérias primas e correntes intermediárias, o tratamento de efluentes, a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, obras de engenharia e atividades administrativas.

A Figura a seguir ilustra, de forma simplificada, o fluxo de entradas, atividades e saídas relacionado à gestão de resíduos.



FLUXO DE PROCESSOS DAS ENTRADAS, ATIVIDADES E SAÍDAS RELACIONADAS A GESTÃO DE RESÍDUOS



O modelo linear de produção pressiona o meio ambiente e o capital natural, gerando impactos decorrentes da extração de recursos naturais e da geração de resíduos sólidos. Diante disso, aprimoramos continuamente a gestão de produtos ao longo do ciclo de vida e buscamos fechar nossos processos com base na economia circular, reinserindo resíduos no ciclo produtivo para minimizar a disposição final no meio ambiente e reduzir a necessidade de nova extração de matéria prima.

Reconhecendo a relevância do tema para a sustentabilidade de nossos negócios em toda cadeia produtiva, adotamos como direcionador ASG minimizar a geração e maximizar o reúso, reciclagem e recuperação de resíduos, promovendo práticas de economia circular e buscando a destinação zero para aterros. No Plano de Negócios 2026-2030, reafirmamos os compromissos de:

- Reduzir em 30%¹⁰ a geração de resíduos sólidos de processo até 2030 (limite máximo de 195 mil t/ano);
- Destinar pelo menos 80% desses resíduos para rotas de RRR até 2030¹⁰.

Para atingir essas metas, temos desenvolvido ações de circularidade visando permitir o reaproveitamento de resíduos como matéria-prima para produtos derivados de petróleo ou em outros processos produtivos. A eficácia dessas iniciativas é monitorada por indicadores que medem a quantidade de resíduos gerados e o percentual destinado para as rotas RRR.

Um dos projetos é o Compromisso ASG Economia Circular, que reúne ações voltadas a cumprir os compromissos ASG de resíduos. Em 2025, as ações foram organizadas em três entregas: Redução da geração de resíduos sólidos perigosos (dez ações), Redução da geração de resíduos sólidos não perigosos (oito ações), Aumento da destinação de resíduos para rotas RRR (11 ações).

Concluímos 100% das ações planejadas para 2025 no projeto do PCV Compromisso ASG – Economia Circular. Entre os resultados, destacam-se:

- O avanço em ações de diagnóstico sobre a geração de solos contaminados em áreas de tancagem, entulhos, e sucatas metálicas, alguns dos resíduos de processo mais relevantes gerados. Essas informações nos permitirão aprimorar os controles e mitigar a geração;
- A implementação de biodigestores para processamento de resíduos orgânicos provenientes de refeitórios em duas de nossas unidades e ainda, de rotas de compostagem desse tipo de resíduo em outras sete unidades;
- A implantação de rota de destinação RRR para o catalisador gasto de craqueamento catalítico fluido (FCC) não perigoso na Refinaria Capuava (Recap), com isso todas as nossas refinarias passaram a dispor de rotas de reaproveitamento para esse resíduo. Em 2025, foram 8,8 mil toneladas desse resíduo reaproveitadas como matéria prima (7,5 mil toneladas) ou preparo de combustível derivado de resíduos (1,3 mil toneladas), em cimenteiras.

Engajamento com a indústria e setor de negócios

Somos membros da Câmara Temática de Economia Circular do CEBDS, da Rede de Resíduos Sólidos da CNI e do Environment Group da Ipieca. Participamos da Comissão de Estudo Especial de Gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reversa da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CEE-246) e também participamos como convidados do Fórum Nacional de Economia Circular. Nesses espaços, nos articulamos com importantes organizações, avaliamos tendências e sinergias e discutimos as melhores práticas no segmento.

¹⁰ Ano de referência: 2021. Segmentos de negócio que não compunham o nosso portfólio em 2021 (Fertilizantes e BioQAV) não constam no escopo do compromisso.

Gerenciamento de impactos relacionados a resíduos

A gestão adequada de resíduos, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas da indústria de óleo e gás, integra os princípios da nossa Política de SMS. Seguimos a hierarquia de gerenciamento de resíduos estabelecida na legislação vigente: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada, com o objetivo de evitar ou mitigar impactos ambientais.

Desde 2013, adotamos práticas de economia circular, com destaque para o reaproveitamento de borras oleosas na produção de óleo de xisto e coque verde de petróleo. Essas práticas reduziram a geração de resíduos perigosos em mais da metade, de 192 mil toneladas para 92 mil toneladas em cerca de dez anos, minimizando eventuais impactos negativos ao meio ambiente e às pessoas¹¹.

Em 2025, o reaproveitamento de correntes residuais oleosas, por meio da recuperação de hidrocarbonetos na produção de óleo de xisto, nafta e gás liquefeito de petróleo (GLP), evitou a geração de aproximadamente 77,3 mil toneladas de resíduos oleosos. Além desse montante, na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), a operação da unidade de recuperação de óleo reaproveitou 17,5 mil m³ de correntes residuais oleosas, recuperando hidrocarbonetos e produzindo coque verde de petróleo.

Em nossas operações na Amazônia, 100% dos resíduos orgânicos são reaproveitados. Tudo é segregado, transportado para área específica e tratado por compostagem, gerando adubo utilizado na germinação de sementes e desenvolvimento de mudas para recompor áreas degradadas na província de Urucu.

Para mitigar impactos adversos, implementamos ações preventivas e corretivas estabelecidas em padrões e normas internas, e em normas técnicas nacionais e internacionais.

No desenvolvimento de novos projetos, utilizamos a metodologia *Front-End Loading* (FEL) que avalia viabilidade técnica, econômica e de SMS em fases. Nessa metodologia, todos os novos projetos passam por revisões que incluem análise da estimativa de geração de resíduos sólidos e identificação de oportunidades de minimização e reaproveitamento. Como parte do licenciamento ambiental, realizamos estudos e definimos medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias nas fases de instalação, operação e desativação.

Em 2025, investimos cerca de R\$ 87,5 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento no Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) em tecnologias relacionadas à redução, reaproveitamento e valorização de resíduos.

Avançamos na construção de parcerias com universidades e empresas privadas para a implantação de práticas de economia circular no descomissionamento de plataformas e estruturas submarinas, construção de indicadores de economia circular para a Petrobras e desenvolvimento de inovações visando a redução da geração de borras de petróleo e o uso dos nossos resíduos ou dos resíduos dos municípios onde se encontram as unidades operacionais como insumos para produtos de alto valor agregado, como o óleo de pirólise, biometano, gás de síntese, óleo recuperado, pó de carvão, fertilizantes, aço verde, resinas plásticas recicladas, catalisadores rejuvenescidos, revestimentos anticorrosivos, dentre outros, com aplicações diversas como o biorrefino, a agricultura, a construção de novos materiais, incorporação no asfalto e nos pavimentos, manufatura aditiva, produção de energia, siderurgia etc.

Uma ação que merece destaque foi a implantação em parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) de uma planta piloto de reciclagem química de plástico, no âmbito de um projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essa iniciativa configura-se como um avanço significativo na gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos (RSU), principalmente resíduos plásticos flexíveis, que não podem ser processados por reciclagem mecânica.

Com capacidade de reciclagem físico-química de 1 tonelada por dia de resíduos plásticos da Baía de Guanabara no entorno da Cidade Universitária, a unidade possibilita a geração de diferentes produtos que podem ser aproveitados em refinarias e na indústria química, promovendo a substituição de matérias-primas fósseis e fortalecendo a economia circular. Será avaliado o potencial do óleo de pirólise (*py-oil*) gerado como matéria-prima circular para coprocessamento em processos de refino de óleo e gás e geração de produtos de baixo carbono, como plásticos circulares e asfalto circular.

Esta é uma iniciativa alinhada ao escopo do programa EcoCenpes, que reforça o nosso compromisso com a inovação tecnológica e a sustentabilidade e contribui para a economia circular e mitigação das mudanças climáticas.

Ainda em pesquisa, desenvolvimento e inovação, avançamos na construção de parcerias com universidades e empresas privadas para a implantação de práticas de economia circular no descomissionamento de plataformas e estruturas submarinas. Também avançamos na construção de indicadores de economia circular para a Petrobras e no desenvolvimento de inovações que reduzem a geração de borras de petróleo e promovam o aproveitamento de resíduos como insumos para produtos de maior valor agregado.

¹¹ Reportamos nesse capítulo as informações de resíduos em mil toneladas para melhor compreensão dos dados quantitativos.

Também promovemos ações para a força de trabalho sobre gestão de resíduos. Atualizamos a Trilha de Conhecimento em Resíduos Sólidos, com cursos específicos relacionados a esse tema para orientar o empregado e mantê-lo atualizado.

Em 2025, realizamos o treinamento: Jornada da Sustentabilidade – consumo consciente e resíduos, com 660 participações e treinamos 683 responsáveis pela operação do nosso sistema informatizado de resíduos.

Registramos informações sobre gestão de resíduos sólidos em sistemas corporativos que cobrem todas as etapas do processo e mantemos um banco de dados atualizado, base do nosso inventário anual. O desempenho ambiental em gestão de resíduos é monitorado mensalmente por quatro indicadores corporativos:

- **RSPG:** Resíduos Sólidos Perigosos Gerados de Processo;
- **RSNPG:** Resíduos Sólidos Não Perigosos Gerados de Processo;
- **RSPD NRRR:** Resíduos Sólidos Perigosos Destinados para rotas não RRR;
- **RSNPD NRRR:** Resíduos Sólidos Não Perigosos Destinados para rotas não RRR.

As análises críticas desses indicadores são acompanhadas pela alta administração.

A governança de resíduos permeia todos os níveis da companhia. Contamos com um Fórum Temático de Resíduos, formado por especialistas, que se reporta à Comissão de Meio Ambiente, a qual, em última instância, se reporta ao conselho de administração.

Resíduos gerados

Classificamos os resíduos como perigosos ou não perigosos conforme norma ABNT NBR 10004, baseada no Code of Federal Regulation¹². A Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010) adota o mesmo critério, exceto para rejeitos radioativos, que possuem legislação específica.

Em 2025, geramos 92 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos de processo e 200,4 mil toneladas de não perigosos, totalizando 292,4 mil toneladas. A geração foi maior que em 2024 devido, principalmente, à geração de lodo de dragagem, atividade não recorrente. Apesar do aumento de geração de resíduos não perigosos, mantemos nosso compromisso de minimizar geração de resíduos, apesar da intensificação de nossas operações.

Para atender ao compromisso ASG de redução de resíduos, planejamos novas ações de circularidade, otimizações operacionais, contratações sustentáveis e capacitação da força de trabalho, visando chegar a 2030 gerando, no máximo, 195 mil toneladas de resíduos de processo.

As massas de resíduos são determinadas por pesagem direta ou estimativas técnicas (densidade x volume). Nas estimativas, adotamos abordagem conservadora, superestimando as massas que são posteriormente corrigidas após a pesagem no envio para a destinação final. Em 2025, a geração de resíduos sólidos perigosos ficou 34% abaixo do limite interno (140 mil toneladas), e a geração de resíduos sólidos não perigosos ficou 10% abaixo do limite interno (223,7 mil toneladas).

Destinação dos resíduos

Em 2025, destinamos 84,3 mil toneladas de resíduos perigosos e 180,2 mil toneladas de resíduos não perigosos dos nossos processos. Do total de resíduos perigosos, 80% foram destinados para rotas RRR. A parcela de 17,1 mil toneladas foi destinada para rotas não RRR, abaixo do limite corporativo interno (17,8 mil toneladas).

Para os resíduos sólidos não perigosos, 78% foram destinados para rotas RRR. As rotas não RRR somaram 40,4 mil toneladas, também abaixo do limite (63,8 mil toneladas).

No total, 78,3% dos resíduos sólidos de processo foram destinados a rotas RRR, nosso melhor resultado histórico, que nos aproxima do nosso compromisso de alcançar 80% até 2030.

A destinação ambientalmente adequada é realizada por empresas contratadas, especializadas e devidamente licenciadas, após aprovação dos métodos de destinação pela fiscalização.

Todos os resíduos são transportados para tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, empregando fornecedores licenciados para transporte e destinação. Em 2025, transportamos 84,3 mil toneladas de resíduos perigosos e 178,6 mil toneladas de resíduos não perigosos. No ano em referência, não houve remessa internacional de resíduos¹³.

A diferença entre resíduos gerados e destinados decorre do armazenamento temporário seguro para formação de lotes e logística, podendo transitar entre exercícios.

¹³ A lei nº 12.305/2010 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos não contempla os rejeitos radioativos que são tratados com regulamentações específicas (por exemplo a norma da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) nº 8.01/2014). Apesar disso, informamos que em 2025, foram destinadas aproximadamente 1.381 toneladas de rejeitos radioativos Classe 2.2 – Rejeitos Contendo Radionuclídeos Naturais: rejeitos de extração e exploração de petróleo, contendo radionuclídeos das séries de decaimento do urânio e tório em concentrações de atividade ou atividades acima dos níveis de dispensa estabelecidos na norma ANSN 3.01/2025, para empresa licenciada no Texas-EUA. Para este processo não houve óbice da CNEN/ANSN e o plano de transporte foi licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

¹² Title 40, Protection of Environmental – Parts 260–265, Hazardous Waste Management

Fluidos de perfuração

Adotamos ações de eficiência operacional alinhadas às práticas da indústria offshore, maximizando o aproveitamento de insumos e minimizando resíduos desembarcados. Algumas práticas aumentam a vida útil de fluidos de base não aquosa, como controle de sólidos e armazenamento para avaliação e possível reutilização em outros projetos. Além disso, o uso de secadoras reduz o teor de base orgânica aderida aos cascalhos, permitindo a disposição ambientalmente adequada, conforme legislação vigente e determinações das autoridades competentes.

Em 2025, geramos 3,8 mil toneladas e destinamos 4,7 mil toneladas de cascalhos e fluidos de base aquosa dos processos de exploração e produção em operações terrestres ou desembarcados de operações offshore¹⁴. Geramos também 6,2 mil toneladas e destinamos 6,4 mil toneladas de cascalhos e fluidos de base não aquosa.

O aumento na geração de cascalhos e fluidos em relação ao ano anterior refletiu a ampliação das campanhas de perfuração de poços terrestres, mantendo-se a adoção de práticas de gestão e destinação ambientalmente adequadas para esses materiais.

Adicionalmente, foram geradas 5,2 mil toneladas de fluidos e cascalhos base não aquosa classificados como não perigosos e que não integram nossos indicadores de processo pelas suas características de efluente. Adotamos alternativas de tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para esses materiais.

Borras oleosas

As borras oleosas estão entre os principais resíduos perigosos da indústria de óleo e gás, sobretudo em limpezas de tanques de petróleo e derivados e de sistemas de drenagem e tratamento de efluentes. Nos últimos anos, implementamos práticas de economia circular para reaproveitamento e valorização desses resíduos.

Apesar das ações de reaproveitamento, em 2025, geramos 31,4 mil toneladas e destinamos 31,2 mil toneladas de borras oleosas de processo. Para essa parcela não reaproveitada como matéria-prima em derivados de petróleo, 30,8 mil toneladas foram enviadas para reaproveitamento energético e menos de 0,1 mil toneladas foram destinadas para aterro.

Processos de desinvestimentos

Possuímos sistemáticas para descomissionamentos e desinvestimentos de ativos, além de políticas e padrões de SMS, que orientam o planejamento e execução dessas atividades em ativos offshore e onshore. A prevenção de acidentes e vazamentos é realizada em todos os ativos em que somos operadores ou temos participação, ao longo de todo o ciclo de vida, desde o planejamento até o descomissionamento ou venda, sempre com acompanhamento dos órgãos de controle.

Nos desinvestimentos, adotamos critérios rigorosos para seleção de compradores, garantindo sua capacidade técnica, financeira e operacional para dar continuidade segura ao negócio.

Todos os compromissos e requisitos de prevenção de acidentes e vazamentos são divulgados aos potenciais compradores e mantidos por nós até a transferência do ativo no encerramento da transação (*closing*).



¹⁴ O total de resíduos de cascalhos e fluidos de base aquosa relatado é referente aos que desembarcam como resíduos perigosos de acordo com a NBR 10.004.

Nossa sistemática também prevê acompanhamento pós-*closing*, assegurando que as obrigações contratuais sejam cumpridas e que o novo operador implemente adequadamente a gestão de segurança e meio ambiente.

Após a transferência, o novo operador assume a responsabilidade por todos os compromissos e requisitos de prevenção de acidentes e vazamentos. Esses compromissos são estabelecidos e fiscalizados por diversos órgãos de controle como ANP, Ibama, Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e órgãos estaduais de meio ambiente e todos os participantes do processo de desinvestimento.

Processos de descomissionamento

A gestão ativa de portfólio de E&P considera o descomissionamento um requisito legal aplicado quando o ciclo de vida das instalações se encerra, ou em projetos de revitalização que substituem sistemas antigos por novos. Trata-se de um processo natural da indústria de óleo e gás, que será cada vez mais frequente no Brasil, diante da proximidade do fim da vida útil de diversos sistemas marítimos.

O descomissionamento envolve atividades como: interrupção definitiva das operações, abandono permanente e arrasamento de poços, destinação adequada das instalações desativadas, materiais, resíduos e rejeitos, além da recuperação ambiental das áreas.

Antes de decidir pelo descomissionamento, conduzimos estudos para avaliar o reaproveitamento dos componentes dos sistemas, como plataformas. São analisadas a condição atual dos ativos, potencial de reforma e a viabilidade econômica do reaproveitamento em comparação ao descomissionamento, buscando a eficiência dos recursos e evitar desperdícios, em benefício da empresa e do meio ambiente.

Confirmada a necessidade do descomissionamento, planejamos e executamos as atividades conforme regulamentação vigente, seguindo padrões rigorosos de segurança e analisando alternativas de projeto com base em critérios multidisciplinares – ambiental, técnico, de segurança, social e econômico – para identificar a alternativa mais adequada.

Em cumprimento à resolução nº 817/2020 da ANP, os Programas de Descomissionamento das Instalações (PDI) marítimas são avaliados e aprovados pela ANP, Ibama e Marinha segundo as atribuições de cada órgão: o Ibama analisa as soluções sob a ótica ambiental; a ANP avalia a adequação técnica às melhores práticas da indústria; e a Marinha verifica a segurança da navegação e outros usos do mar.

Nos sistemas marítimos, o PDI cobre três grandes escopos: (i) plataforma, (ii) poços e (iii) sistemas submarinos.

As atividades incluem limpeza e o condicionamento de plataformas, dutos e equipamentos; o tratamento e a destinação de resíduos; a disposição de rejeitos conforme legislação vigente; o tamponamento seguro e definitivo de poços; a desconexão e destinação de sistemas submarinos; e o desmantelamento e reciclagem de plataformas e equipamentos.

Entre 2026 e 2030, investiremos mais de US\$ 9,7 bilhões no descomissionamento de ativos. Aproximadamente 70% destinados aos poços e 30% aos equipamentos, incluindo as plataformas e sistemas submarinos.

Temos como valores inegociáveis a saúde e o bem-estar das pessoas, a proteção ao meio ambiente, a segurança das operações e temos como ambição ser referência global em descomissionamento, gerando valor com sustentabilidade, segurança e cuidado com as pessoas e o meio ambiente.

Buscamos transformar o descomissionamento em uma alavanca de valor, alinhada aos compromissos com o desenvolvimento econômico do país,

a inovação sustentável e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, respeitando direitos humanos e o meio ambiente e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Implementamos iniciativas para prevenir e minimizar riscos, custos e impactos adversos às diversas partes interessadas, – força de trabalho, comunidades e toda a cadeia de fornecimento – ao mesmo tempo que buscamos ampliar impactos positivos e benefícios sociais, além de promover a segurança e a eficiência econômica dos projetos, fortalecendo redes de valor.

Sustentabilidade na escolha das alternativas de descomissionamento

Observamos critérios de sustentabilidade na avaliação das alternativas de descomissionamento. Cada sistema é analisado individualmente considerando suas características e as do ambiente onde está inserido, e propomos aos órgãos reguladores a alternativa mais eficiente.

Desenvolvemos em parceria com a COPPE/UFRJ uma metodologia de análise multicritério para apoiar decisões sobre alternativas de descomissionamento de sistemas submarinos, adaptada ao contexto brasileiro. A metodologia avalia seis critérios principais (técnico, ambiental, social, gestão de resíduos, segurança e econômico), subdivididos em 37 subcritérios. Entre os aspectos sociais e de resíduos, destacam-se restrições às atividades pesqueiras, a geração/manutenção de empregos e as emissões de gases de efeito estufa (impactos climáticos).

Também avaliamos alternativas de reaproveitamento sustentável de plataformas, valorizando a circularidade. Quando a reutilização não for possível, plataformas flutuantes serão recicladas, seguindo melhores práticas de destinação sustentável com foco em economia circular, segurança e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

A estratégia de acostamento para plataformas flutuantes também faz parte do processo, reduzindo riscos às pessoas, às operações e ao meio ambiente, além de mitigar impactos gerados a partir de atividades offshore e de logística, resultando na redução das emissões de gases de efeito estufa.

Biodiversidade

As plataformas flutuantes em descomissionamento precisam ser transportadas da locação no campo de produção até a destinação final, muitas vezes a longas distâncias. Assim, a rota de navegação proposta considera riscos socioambientais associados a esta etapa, como a incrustação por espécies exóticas, e busca mitigá-los.

Após anos de operação, o casco das plataformas pode conter espécies exóticas incrustadas. Para reduzir o risco de bioinvasão, em áreas sensíveis, as rotas de navegação são traçadas evitando áreas de alto valor de biodiversidade e sensibilidade ambiental, priorizando o trajeto por zonas profundas e afastadas da costa, cruzando regiões rasas pelo menor trajeto possível.

As áreas de pesca artesanal também são evitadas, sempre que possível, pois o comboio lento utilizado para o reboque pode causar conflito espacial com este método vulnerável de pesca.

Governança e Transparência

Mantemos políticas, diretrizes, padrões e sistemáticas específicas para descomissionamento onshore e offshore.

Para aprimorar a transparência e a comunicação com os nossos públicos de interesse, mantemos um plano de relacionamento e uma página sobre o descomissionamento em nosso site.

O tema é tratado nos Projetos de Comunicação Social (PCS) e Programas de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), no Relatório de

Sustentabilidade (tema material desde 2022) e nos Cadernos de Mudança do Clima e de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa.

Essas iniciativas fortalecem nossa credibilidade e ampliam o diálogo com trabalhadores, comunidades, acionistas, governo, investidores, clientes e órgão reguladores, oferecendo maior previsibilidade ao mercado e à cadeia de suprimentos.

Inovação

Para promover operações cada vez mais seguras, eficientes e sustentáveis, adotamos novas tecnologias e soluções operacionais.

Por exemplo, no descomissionamento de poços marítimos, consolidamos ações que aprimoram as intervenções, simplificando etapas operacionais e implementando tecnologias pioneiras. Entre estas tecnologias, destacam-se o uso de novos materiais, mais eficientes para tamponamento definitivo dos poços e uso de sondas de posicionamento dinâmico em profundidades rasas, reduzindo o uso de sondas ancoradas.

Social e Econômico

Os PDIs apresentam informações do nosso sistema de gestão de responsabilidade social, incluindo diagnóstico social, plano de responsabilidade social (com medidas mitigadoras dos riscos identificados) e iniciativas apoiadas no Programa Petrobras Socioambiental. Essas ações cobrem todo o ciclo de vida dos ativos e demonstram nosso compromisso com a execução segura do descomissionamento.

Os riscos sociais dos projetos de descomissionamento são avaliados e as medidas mitigadoras são implementadas, conforme o padrão interno Gerir Riscos Sociais em Todo o Ciclo de Vida dos Negócios.

Em uma iniciativa inédita, beneficiamos cinco instituições através de chamada pública para recebimento de doações de itens de casario oriundos de plataformas em descomissionamento da Bacia de Campos, tais como colchões, equipamentos de ar-condicionado e móveis, reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade e contribuindo com o desenvolvimento local.

A política de destinação sustentável de plataformas flutuantes

Acompanhamos as discussões sobre desmantelamento e reciclagem de plataformas, trazendo ao cenário brasileiro as melhores práticas ambientais e de engajamento de mercado para assegurar a execução sustentável de seus projetos.

Em 2023, implementamos diretrizes para a destinação sustentável de nossas plataformas flutuantes próprias, reduzindo riscos de violação de direitos humanos e ambientais, ao incorporar requisitos como:

- Reciclagem segura da frota, protegendo o meio ambiente e os trabalhadores dos estaleiros;
- Conformidade internacional, exigindo atendimento ao regulamento (UE) nº 1257/2013 para reciclagem no exterior;
- Conformidade nacional, com apresentação de licenças específicas, gestão de resíduos, atendimento às normas ambientais, de segurança e saúde, incluindo subcontratados;
- Tecnologias de contenção de contaminantes nos estaleiros;
- Ações de redução de resíduos, prevenção de impactos à biodiversidade e estímulo à economia circular;
- Inventário prévio de materiais e resíduos perigosos, elaborado pela companhia, para orientar o plano de reciclagem;

- Acompanhamento das atividades de reciclagem;
- Adesão aos nossos compromissos, incluindo controle de emissões de carbono, combate à corrupção e respeito aos direitos humanos.

O novo modelo amplia nosso acompanhamento, e reforça o alinhamento às melhores práticas ASG internacionais.

Considerando que, em geral, mais de 90% do peso total de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo (FPSO) é composto por metais e que serão reaproveitados em siderúrgicas nacionais, as diretrizes para destinação sustentável de embarcações contribuem para a economia circular, reduzindo impactos ambientais da extração de minério e a redução das emissões nacionais de gases de efeito estufa (GEE). O processamento de sucata metálica emite menos GEE que o processamento de minério de ferro, além de fomentar ecossistemas de reaproveitamento de materiais e equipamentos, criação de postos de trabalho e o desenvolvimento de um mercado nacional de reciclagem de embarcações.

Em 2025 iniciamos os leilões das plataformas P-19 e P-26, reforçando a estratégia da companhia para a gestão sustentável do ciclo de vida dos ativos e para o fortalecimento da economia circular no Brasil, iniciado como as vendas de P-32 e P-33. Nestes processos reforçamos parâmetros claros de segurança, sustentabilidade e transparência: reciclagem com recuperação de materiais, e destinação adequada de resíduos e rejeitos, reduzindo impactos ambientais e gerando benefícios econômicos. Ressaltamos, ainda, que a estratégia de destinação dos componentes dos sistemas descomissionados é definida somente após avaliação interna de seu potencial de reaproveitamento em outros ativos.

O novo edital incorpora aprendizados obtidos com a P-32 e P-33 e apresenta avanços operacionais ao manter requisitos rigorosos de SMS e ASG, permitir reciclagem em solo impermeável e prever pré-desmantelamento

pelo comprador, com plano técnico detalhado, medidas que aumentam a atratividade e garantem destinação sustentável em território nacional.

Mantivemos o modelo de venda já consolidado, no qual não executamos diretamente a reciclagem, que é responsabilidade atribuída ao comprador, porém atuamos no acompanhamento rigoroso das atividades da empresa vencedora, assegurando conformidade com os requisitos de SMS e as diretrizes de sustentabilidade ao longo de todo o processo. Desta forma, seguimos transformando com responsabilidade, colocando a segurança das pessoas no centro e a proteção do meio ambiente como legado.

Em reconhecimento às nossas práticas sustentáveis, pelo terceiro ano consecutivo, fomos mencionados pela ONG Shipbreaking Platform, entre as empresas com práticas responsáveis de destinação sustentável. A ONG é dedicada a monitorar as práticas e promover o desmantelamento seguro e ambientalmente responsável de embarcações, sendo referência para fundos de investimentos europeus que investem em empresas proprietárias de navios, como a Petrobras. Essa menção ressalta o nosso compromisso em liderar iniciativas que promovem a destinação adequada de embarcações, destacando seu esforço contínuo em avançar em direção a um futuro mais sustentável, com segurança, respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.

A siderurgia é diretamente beneficiada pela sucata metálica resultante do processo de reciclagem, ao mesmo tempo em que se ampliam oportunidades para outros segmentos, como empresas que demandam materiais oriundos do desmantelamento, a cadeia de gerenciamento de resíduos, o transporte de cargas, a academia, os desenvolvedores de tecnologias e a indústria naval.

A economia circular é um vetor estratégico para a sustentabilidade da cadeia de suprimentos, ao combinar eficiência operacional, redução de impactos ambientais e geração de valor de longo prazo. A destinação sustentável de plataformas flutuantes, a comercialização responsável de sucatas e o reúso de equipamentos são elementos centrais dessa abordagem.

Em 2025, aprimoramos os critérios para a destinação das sucatas ferrosas, com priorização da eficiência logística na entrega para destinação final. As iniciativas concentram-se na maximização da capacidade de transporte, na otimização de rotas e na adoção de soluções operacionais mais eficientes, como a retirada de linhas flexíveis a partir do porto, reduzindo custos, emissões e complexidade logística.

No mesmo período, iniciou-se a venda de aproximadamente 80 mil toneladas de sucata ferrosa para a destinação, provenientes dos processos produtivos, incorporando requisitos de sustentabilidade de forma estruturante nos contratos de venda.

- Os contratos passaram a adotar critérios claros e objetivos, incluindo: decisão multicritério, equilibrando retorno econômico e desempenho ambiental;
- Destinação sustentável obrigatória, com direcionamento da sucata ferrosa para fornos elétricos em siderúrgicas;
- Redução de emissões, com economia estimada de 1,5 t de CO₂ por tonelada de aço produzida;
- Escalonamento da abordagem para outros grupos de materiais, ampliando a aplicação dos princípios da economia circular além das plataformas, para diferentes fluxos de materiais recicláveis.

Essas iniciativas reforçam o compromisso com a integração da sustentabilidade às decisões operacionais e comerciais, consolidando a economia circular como um instrumento de eficiência logística, descarbonização e geração de valor sustentável.

Execução dos projetos

A plataforma P-32 foi desancorada em novembro de 2023 e seguiu para o estaleiro iniciando o processo de reciclagem. O plano de reciclagem elaborado pela Gerdau-Ecovix inclui procedimentos desde o recebimento da unidade, passando pelo desmantelamento em dique seco até a destinação final dos resíduos. A execução está sendo acompanhada para assegurar segurança, meio ambiente, saúde ocupacional e responsabilidade social de forma sustentável ao longo de todo o processo de reciclagem. Aproximadamente 50% do processo de reciclagem foi concluído em 2025.

A P-33, que saiu da locação em fevereiro de 2024, permanece acostada provisoriamente no Porto do Açu. Da mesma forma, a P-26, desancorada em novembro de 2024, encontra-se acostada no Porto do Açu, aguardando definição de sua destinação.

A contratação de serviços de acostamento temporário e de facilidades para unidades flutuantes em descomissionamento tem como objetivos mitigar riscos ambientais, operacionais e ocupacionais, além de reduzir custos, abreviando o tempo de permanência das plataformas na locação offshore até a definição da destinação final (instalação onde serão realizados o desmantelamento e a reciclagem).

Com esses serviços, ampliamos a eficiência, reduzimos custos e elevamos a segurança sob as perspectivas ambiental, ocupacional e operacional.

Quanto às plataformas P-35 e P-37, iniciamos em dezembro de 2025 o processo licitatório para desmantelamento dos sistemas de *topside* e dos sistemas navais e, paralelamente, estão sendo avaliados as possibilidades de reaproveitamento do casco para futuros projetos.

Em relação às atividades de descomissionamento de poços e sistemas submarinos em 2025, realizamos 53 intervenções de

abandono em poços marítimos, 76 *pull outs* e o recolhimento de aproximadamente 215 km de dutos flexíveis.

Entretanto, algumas estruturas podem ter como alternativa de descomissionamento a permanência no leito marinho. Nesse contexto, em 2025, recebemos aprovação para manter no leito marinho as *flowlines* rígidas associadas ao descomissionamento da P-18. Essa alternativa está prevista na legislação e é admitida quando os estudos indicam que ela equilibra melhor os fatores considerados, sendo implementada após a limpeza e o condicionamento das estruturas, sem riscos ou impactos adversos ao meio ambiente, à segurança da navegação ou à socioeconomia da região.

Em 2025, avançamos nas ações de descomissionamento de poços marítimos em águas rasas, concluindo o abandono permanente de nove poços localizados em ambiente offshore.

Nos próximos cinco anos, daremos continuidade à execução do nosso programa de descomissionamento, com foco em sustentabilidade, segurança, eficiência operacional e cuidado com as pessoas e o meio ambiente, buscando consolidar referências e boas práticas para a indústria.



Informações sobre prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais e programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira podem ser consultadas no capítulo [Práticas trabalhistas e igualdade de oportunidades](#)

Processos de descomissionamentos terrestres

O planejamento e a avaliação são etapas fundamentais do processo de descomissionamento terrestre, envolvendo a definição de objetivos, a análise de riscos e a elaboração de plano com consulta a partes interessadas. Essa abordagem garante que as alternativas escolhidas estejam alinhadas às diretrizes corporativas e às exigências legais.

O processo inclui inspeções, avaliação das condições dos poços, desconexão de equipamentos, limpeza e descomissionamento de dutos, abandono permanente, arrasamento e recuperação ambiental das áreas. As atividades são autorizadas pelos órgãos reguladores e seguem os requisitos legais. Tal como nos ativos offshore, os projetos são submetidos à ANP, e o licenciamento ambiental terrestre é conduzido pelos órgãos ambientais estaduais. A recuperação ambiental é essencial para restabelecer as condições das áreas impactadas. As condicionantes ambientais são rigorosamente monitoradas, garantindo a mitigação de impacto se a devolução das áreas à sociedade.

Em 2025, realizamos o descomissionamento de poços terrestres em diversas concessões, incluindo 13 abandonos permanentes, 11 arrasamentos, demolição das bases de 34 poços e a recuperação ambiental completa de dez poços que foram completamente recuperados ambientalmente.

PREVENÇÃO E GESTÃO DE ACIDENTES DE PROCESSO

GRI 11.8.1, 11.8.2

A prevenção e a gestão de acidentes reúnem estratégias, planos e práticas adotadas pela companhia para garantir a operação segura de seus ativos e atividades logísticas, manutenção da prontidão dos sistemas de resposta a emergências, mitigando impactos sobre pessoas, meio ambiente, infraestrutura e reputação. Essa atuação prioriza a prevenção proativa e a capacidade de atuação integrada com o poder público, parceiros, comunidade e demais atores – incluindo ações de resposta a vazamentos no mar para proteger áreas sensíveis. Abrange, ainda, riscos de segurança corporativa decorrentes de interferências intencionais de terceiros em dutos, especialmente derivações clandestinas.

Em nossas atividades que envolvem grandes volumes de petróleo e derivados, a gestão adequada dos processos é essencial para evitar perdas de contenção e vazamentos. Por sua relevância, o tema integra os princípios da nossa Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Além disso, buscamos continuamente aprimorar a integridade e a confiabilidade de nossas instalações com a ambição, conforme definida em nosso Plano Negócios 2026–2030, de atingir zero fatalidade e zero vazamento.

O aprendizado com acidentes é conduzido pela Comissão de Análise e Aprendizado, que avalia causas e recomenda ações preventivas. Nesse contexto, as Comissões Corporativas de Abrangência avaliam eventos passíveis de abrangência e encaminham ações para implementação. Esses

resultados geram materiais de comunicação, divulgação de lições aprendidas e grupos de trabalho para reforçar o aprendizado organizacional.

Dentre as principais iniciativas preventivas, destacam-se:

- Projeto Gestão Dinâmica de Barreiras de Segurança de Processo: solução tecnológica que visa o monitoramento integrado, dinâmico e em tempo real das barreiras de segurança, auxiliando decisões com base em análise de risco;
- Projeto Aprimoramento das Capacidades de Segurança: ações para prevenção de acidentes com alto potencial.

Os planos de emergências são disponibilizados antes da entrada em operação de qualquer instalação. Os Planos de Resposta a Emergência (PREs) são elaborados e atualizados com base em análise de riscos e seguem as legislações aplicáveis, as nossas normas internas, e melhorias identificadas. Eles se articulam com outros planos, tais como: Plano de Emergência Individual (PEI); Plano de Emergência para Vazamento de Óleo (Pevo); Plano de Proteção de Fauna e Áreas Vulneráveis (PPFAV); Plano de Radioproteção; Plano de Contingência Corporativo (PCCorp); e Plano de Auxílio Mútuo (PAM).

O PCCorp fornece suporte técnico e logístico para mobilizar recursos adicionais no Brasil e no exterior. Esses recursos estão distribuídos nos Centros de Defesa Ambiental (CDAs), incluindo suas bases avançadas e postos avançados, localizados em vários pontos do território nacional. Eles são mobilizados por meio da Central de Atendimento a Emergência (CAE).

Além da estrutura do sistema CDA, somos sócios da Oil Spill Response Limited, especializada em resposta a emergências relacionadas ao derramamento de óleo. Ela provê apoio com recursos complementares em casos de resposta nacional ou internacional (Tier 3), incluindo uso de *capping* (capeamento) e aeronaves para aplicação de dispersantes químicos

em cenários de *blowout* (descontrole de poços submarinos). Também somos membros da Associação de Empresas de Petróleo, Gás e Energias Renováveis da América Latina e do Caribe (Arpel), com objetivo de aprimorar processos internos e troca de conhecimento técnico com outras operadoras e reguladores da América Latina.

No Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) mantemos pesquisas contínuas em dispersantes químicos, monitoramento ambiental, avaliação de impactos, ecotoxicidade, modelagens e estudos sobre o comportamento de petróleo no mar.

Adicionalmente, o parque de equipamentos de contingência é continuamente atualizado com tecnologias mais eficientes, para uso terrestre, costeiro e offshore, reforçado por parcerias internacionais que ampliam o acesso a recursos de ponta.

Vazamentos de petróleo e derivados

Investimos no aprimoramento contínuo da integridade e confiabilidade das instalações, dos processos, e das práticas operacionais. Em 2025, mantivemos o volume de vazamentos de petróleo e derivados significativamente abaixo do nosso limite de alerta (108 m³), registrando 3 m³ para vazamentos de petróleo e derivados acima de 1 barril (0,159 m³), distribuídos em cinco ocorrências.

Desse total, 0,7 m³ atingiu o solo decorrente de um evento e foi posteriormente recuperado. Os demais vazamentos ocorreram em ambiente marinho. Não houve recuperação de óleo, pois os volumes, tipos de óleo e condições ambientais inviabilizaram a recuperação por embarcação. Foi realizado o monitoramento das manchas com eventual dispersão mecânica ao acionar o PRE. Não foi identificado atingimento de áreas sensíveis marinhas ou áreas sensíveis não usuais.

Medidas de resposta adotadas nos casos de vazamentos significativos

Nas ocorrências no mar, as ações seguem o Pevo e a constituição da Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) para coordenar as atividades.

Entre as ações, destacam-se a identificação e o bloqueio da fonte do vazamento; a mobilização de embarcações do tipo Oil Spill Response Vessel (OSRV) para avaliação, dispersão mecânica, contenção e recolhimento do óleo; além do uso de aeronaves para diagnóstico por sobrevoo e orientações às embarcações mobilizadas.

Nas ocorrências em terra, acionamos os PREs e constituímos a EOR, realizando manobras para interromper a fonte do vazamento. São mobilizadas equipes de resposta à emergência, segurança patrimonial e limpeza, além de equipamentos para recolher o óleo derramado. Em seguida, realizamos abrangência com base na investigação do acidente, atuando preventivamente em unidades com processos ou equipamentos similares à causa raiz, fortalecendo a segurança das operações.

Adotamos práticas de saúde e segurança que garantam a prontidão das bases de contingência e promovam respostas seguras e eficientes, na atuação eficiente de equipes especializadas.

A Transpetro dispõe de sistemas informatizados para monitorar a integridade de seus ativos, que auxiliam a manutenção preventiva e contribuem para a redução de riscos de vazamentos.

Por meio do Centro Nacional de Controle e Logística, a Transpetro monitora 95% da malha dutoviária, acompanhando em tempo real as operações e permitindo respostas rápidas para a prevenção de vazamentos.

A estratégia de prevenção de vazamentos da Transpetro inclui:

- Inspeção, manutenção e integridade de equipamentos, sistemas de oleodutos e faixas de dutos;
- Cumprimento de procedimentos, treinamento e controle de variáveis de processo;
- Relacionamento com comunidades localizadas no entorno das faixas de dutos;
- Utilização de sistemas de gerenciamento de viagens de navios, visando à eficiência no consumo de combustível e à redução de emissões;
- Desenvolvimento de projetos-piloto voltados à redução do consumo de combustível dos navios.

Na Petrobras Biocombustível, em casos de vazamento, são executados os PREs específicos para cada unidade operacional. As ações emergenciais priorizam a identificação e interrupção da fonte de vazamento, isolamento da área, e a limpeza e remoção do produto derramado. As manobras são coordenadas pelas equipes de contingência, considerando a natureza do produto vazado, suas características e riscos potenciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Dependendo da magnitude do evento, a EOR é mobilizada para coordenar comunicação, logística, segurança e operações, envolvendo desde equipes locais até unidades do Sistema Petrobras, órgãos reguladores e autoridades governamentais.

Registramos e classificamos anomalias para definir ações corretivas e analisar abrangência, emitindo alertas de SMS e lições aprendidas. Essas informações identificam causas básicas e são compartilhadas em todas as nossas unidades para evitar recorrências.

As informações e dados dos acidentes são analisados via indicadores de gestão, com acompanhamento da alta administração e apresentados mensalmente em comissões e fóruns previstos na nossa governança corporativa.

Uso da tecnologia na segurança das operações

O desenvolvimento de tecnologias mais seguras e a aplicação de requisitos de SMS em projetos de investimento são essenciais para nossa atuação. Temos índices de acidentes que são referência na indústria de óleo e gás e seguimos nos desafiando a ampliar a segurança de nossos trabalhadores.

Em 2025, o Laboratório de Inovação em Segurança, do Cenpes, avançou no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas para a eliminação de fatalidades, a redução de acidentes e a diminuição da exposição das equipes (HHER – horas homem de exposição ao risco). As iniciativas mantêm foco estratégico na integridade de ativos e na gestão de barreiras de segurança de processos.

Os projetos são conduzidos em parceria com instituições de ciência e tecnologia e empresas, validados em ambientes controlados, e seguem as melhores práticas de segurança ocupacional, segurança de processos, gestão de riscos e prevenção de acidentes graves, além de inovação. Entre os principais destaques estão:

- > **Sistema Supervisório de SMS (S³MS):** identifica situações de risco e emite alertas por meio de câmeras com inteligência artificial, incluindo desvios operacionais e não conformidades de segurança;
- > **MiniROVs:** robôs subaquáticos de pequeno porte usados para inspeções internas de tanques de lastro, hidrojateamento submarino, medições de espessura e potenciais eletroquímicos em unidades estacionárias de produção (UEPs). Também apoiam o controle de bioincrustações (em locais de mais difícil acesso) e processos de descomissionamento;

- > **Robôs removedores de bioincrustação:** equipamentos subaquáticos em desenvolvimento para a remoção de microincrustação (até 5 cm de espessura de craca/coral) e de macroincrustação (acima de 5 cm). Inicialmente funcionam como um suporte ao mergulhador, aumentando a eficiência e afastando-o do casco, e em breve evoluirão para operação teleoperada;
- > **Equipamentos de proteção individual (EPIs) inteligentes:** dispositivos eletrônicos vestíveis que monitoram sinais vitais e localização de trabalhadores em emergências, permitindo respostas mais rápidas e eficazes;
- > **Novos macacões de serviço:** desenvolvimento de tecidos com maior proteção ao fogo sem comprometer o conforto térmico, proporcionando maior segurança e bem-estar dos usuários;
- > **Chatbot AjudAI:** ferramenta que facilita o acesso a conteúdo SAP das unidades do E&P, permitindo consulta rápida a informações de equipamentos, notas de manutenção e registros operacionais;
- > **Projeto Fatores Humanos e Organizacionais na Segurança Industrial (FHOSI):** aplicação da metodologia de avaliação em 20 unidades – incluindo logística, termoelétricas, refinarias, sondas e unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência de petróleo (FPSOs, na sigla em inglês) – identificando oportunidades de melhoria na cultura de segurança e nos aspectos organizacionais que influenciam o desempenho humano;
- > **Projeto Sistema de Monitoramento de Mergulho (SMM):** entrega de protótipo de dispositivos vestíveis (*wearables*) para acompanhamento em tempo real de mergulhadores, testado em situações reais;
- > **Inductosense:** tecnologia de sensores sem fio baseados em RFID/NFC para medição de espessura de equipamentos estáticos, contribuindo para a integridade mecânica e prevenção de falhas, reduzindo HHER em inspeções em altura;

- > **Inteligência Artificial aplicada à Segurança:** iniciativas em Gerenciamento Dinâmico de Barreiras, Gêmeo Digital de Segurança, Risk Based Inspection para otimização da integridade de equipamentos críticos e Liberação, Isolamento e Bloqueio de Energias em equipamentos produtivos (Libra), fundamentais para gestão de riscos de processo e integridade operacional.

Automação da perfuração

Com foco na proteção das pessoas e na sustentabilidade de nossas operações, avançamos na automatização da perfuração de parte de nossa frota de sondas de perfuração até 2030. Essa iniciativa, além de reduzir o tempo médio de perfuração de poços offshore, proporciona ganhos financeiros e ambientais, ao mesmo tempo que minimiza a exposição das equipes a áreas de maior risco operacional (*red zone*). O operador passa a supervisionar sequências automatizadas de comandos em ambientes seguros, seja dentro das instalações ou remotamente em terra.

Para além da fase de perfuração, investimos em tecnologias inovadoras que garantem a integridade e a segurança dos poços durante toda sua vida produtiva. Destaca-se o uso de Digital Twin para gestão de integridade, que possibilita o monitoramento contínuo e preditivo das condições operacionais, antecipando potenciais falhas e otimizando intervenções.

O monitoramento em tempo real de pressões e outros parâmetros críticos durante a produção contribui para a preservação da integridade dos poços, ampliando a proteção das pessoas, do meio ambiente e dos ativos, em consonância com nosso compromisso com a sustentabilidade e a excelência operacional.

Gestão meteo-oceanográfica

Implementamos uma rotina de briefings diários de informações meteo-oceanográficas nos principais fóruns de integração de operações. Em 2025, foram realizados mais de 1.500 briefings, possibilitando um melhor controle e planejamento mais seguro das operações.

Com o compromisso de proteger as pessoas e promover ambientes cada vez mais seguros, buscamos continuamente a adoção de melhores práticas e soluções tecnológicas que assegurem a integridade e confiabilidade das instalações submarinas.

Tamponamento de Caixa de Mar *diverless* com *Remotely Operated Vehicles (ROV)* de Observação

Implementamos pela primeira vez, em parceria com a empresa EM&I, as atividades de tamponamento e destamponamento de caixa de mar de forma *diverless* (sem mergulhadores), com o caso pioneiro na plataforma P-75, localizada no Campo de Búzios, em 2024. A operação eliminou os riscos associados ao mergulho e assegurou a continuidade operacional da plataforma. Essa atividade, que representa uma parcela relevante da demanda de mergulho no nosso plano de negócios, envolve tarefas críticas como substituição e reparo de válvulas, do sistema de bioincrustação e limpeza interna de caixas de mar. Com o sucesso da experiência inicial, firmamos um aditivo permitindo até sete dessas atividades *diverless* adicionais e está em fase de preparo um contrato para ampliar a escala da operação em múltiplas unidades.

Inspeções offshore com robótica, drones e ensaios por ondas guiadas

A adoção de drones, robôs escaladores e ensaios por ondas guiadas reduziu significativamente a exposição de trabalhadores ao risco em serviços de inspeções de dutos offshore, ampliando a confiabilidade e a segurança operacional.

Programa Sinergia *Diverless*

Com o Programa Sinergia *Diverless* (PSD) buscamos reduzir a dependência de mergulho humano nas operações de inspeção, manutenção e reparo de ativos submarinos. A iniciativa reflete a necessidade de aumentar a segurança, reduzir custos e otimizar a eficiência logística, ao mesmo tempo em que contribui para a sustentabilidade ambiental e o alinhamento com metas corporativas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

O PSD introduz o conceito de operações *diverless*, utilizando ROVs (Remotely Operated Vehicles) e sistemas remotamente controlados para substituir o trabalho humano direto em áreas de risco, transferindo o controle para centros onshore e reduzindo significativamente a necessidade de pessoal embarcado.

Em 2025, alcançamos a redução de 86% do mergulho numa visão de demanda equiparada. Esse resultado foi possível graças à incorporação de diretrizes para seleção de tecnologias, planejamento, integração de fornecedores e gestão de riscos, promovendo repetibilidade nas operações, conformidade regulatória e rastreabilidade das atividades, possibilitando auditorias e análise de desempenho em tempo real. Em termos estratégicos, o PSD visa estruturar um portfólio de soluções *diverless* escaláveis, que permitam resposta rápida a demandas em todas as nossas unidades.



Gestão da integridade dos ativos

A gestão da integridade dos ativos envolve o acompanhamento contínuo de plataformas, refinarias, usinas termelétricas e ativos de processamento de gás, assegurando que permaneçam adequados ao seu uso. Esse monitoramento reduz a possibilidade de impactos adversos sobre a segurança das pessoas, as instalações, ao meio ambiente e a produção. São realizadas inspeções para detectar falhas e executar manutenções preventivas ou corretivas, com destaque para as paradas de manutenção programadas.

As paradas ocorrem em intervalos definidos conforme as características dos ativos e são planejadas de forma minuciosa, com escopo e contratações alinhados à garantia de integridade e alta confiabilidade operacional.

Em 2025, realizamos 156 paradas em termelétricas, 41 em ativos de gás natural e 43 em unidades de refino. Na Petrobras Biocombustível, realizamos cinco paradas totais, 19 parciais conforme programado e nove paradas parciais por oportunidade nas usinas de biodiesel. Em ativos de exploração e produção, foram 27 paradas programadas em plataformas. O planejamento e a execução das paradas de manutenção são conduzidos com base em processos estruturados de governança, que envolvem a integração entre áreas técnicas, operacionais e corporativas, a avaliação de riscos, a priorização de intervenções críticas e o acompanhamento sistemático da execução. Esse modelo busca assegurar previsibilidade, eficiência na alocação de recursos, conformidade com requisitos de segurança, meio ambiente e integridade dos ativos, bem como a mitigação de impactos sobre a continuidade operacional.

Nossos compromissos com a vida, com o meio ambiente e com a segurança operacional sempre estiveram presentes em nossas atividades desenvolvidas em 2025.

Nossas práticas de SMS se baseiam em diretrizes corporativas de SMS, convergentes com o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional. Esse sistema consiste em um conjunto de práticas elaboradas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para os segmentos sob sua responsabilidade, visando garantir a segurança operacional das instalações industriais.



Informações sobre nossas 15 Diretrizes de SMS podem ser consultadas em nosso [site na internet](#)

Combate à derivação clandestina

Em 2025, reforçamos nossa integração com a Transpetro nas ações de combate ao furto de combustíveis em dutos (derivações clandestinas).

Atuamos no combate às derivações clandestinas de forma multidisciplinar. Nossas ações se apoiam em três pilares principais:

o relacionamento com as comunidades no entorno das faixas de dutos, com a disponibilização de um canal gratuito para denúncias com melhoria no atendimento; adoção de tecnologias como a implantação de um centro de controle dedicado à proteção de dutos, com operação ininterrupta; e a colaboração com os órgãos de segurança pública.

Os resultados obtidos nos últimos anos são consequência dessa atuação integrada e consistente. Entre 2018 e 2025, foram registradas 909 derivações clandestinas, gerando gastos aproximados de R\$ 1,5 bilhão em ações de enfrentamento e mitigação.

Em 2025, registramos 30 ocorrências nos dutos do Sistema Petrobras. Em comparação à máxima histórica de 2018 (261 ocorrências), houve uma redução de 90% nos furtos ou tentativas de furto de combustíveis. Cabe salientar que todas as ocorrências de 2025 ocorreram em áreas rurais com baixo adensamento populacional, o que reduz o risco à vida das pessoas.

Ao longo do ano, além das atividades de relacionamento comunitário, reforçamos temas como integridade de dutos e preservação da faixa por meio de reuniões, palestras, simulados e visitas técnicas. Também realizamos, em novembro, o Segundo Fórum de Proteção de Dutos – Mantendo a Guarda Alta, dando continuidade à iniciativa de 2024 e promovendo a discussão de estratégias com as áreas diretamente envolvidas no combate ao furto de combustíveis.

Segurança de processo

Acompanhamos nosso desempenho em segurança de processo por meio de indicadores alinhados às melhores práticas da indústria, permitindo comparação do desempenho frente aos nossos pares.

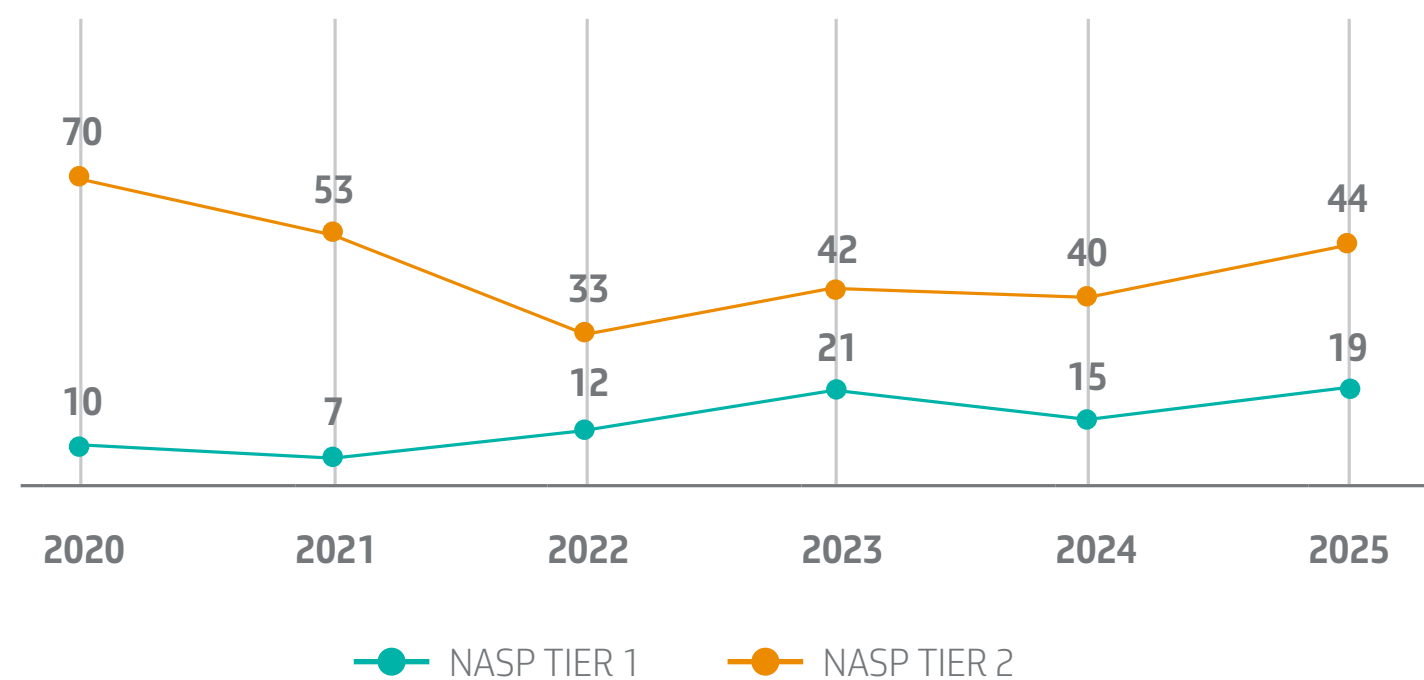
Monitoramos o Número de Anomalias de Segurança de Processo (Nasp) e a Taxa de Anomalias de Segurança de Processo (Tasp). Esses indicadores registram a ocorrência de acidentes, caracterizados por perdas de contenção primária, com liberações não planejadas ou não controladas de produtos perigosos ou energia em instalações de processamento. Estes acidentes possuem potencial de causar impactos ambientais, danos às instalações e à saúde das pessoas.

Os acidentes de segurança de processo de maior gravidade são classificados como Tier 1, enquanto os de gravidade menor são classificados como Tier 2¹⁵.

Em 2025, registramos um total de 18 acidentes classificados como Tier 1 e 40 acidentes Tier 2. No mesmo ano, a Transpetro contabilizou um acidente Tier 1 e quatro acidentes Tier 2. Esses dados estão consolidados e podem ser observados no gráfico a seguir.

¹⁵ Esses indicadores seguem o preconizado na Norma API RP 754 – Process Safety Performance Indicators for the Refining and Petrochemical Industries e a publicação IOGP RP 456 – Process safety – Recommended Practice on Key Performance Indicators.

EVOLUÇÃO INDICADORES NASP TIER 1 E NASP TIER 2¹ (CONSOLIDADO)



¹ Os dados incluem Petrobras S.A., Transpetro, TermoMacaé e TermoBahia.

No âmbito do Programa Compromisso com a Vida, avançamos na implementação de tecnologia que permite a gestão dinâmica da integridade e disponibilidade das barreiras de proteção contra acidentes de processo em nossas instalações industriais, totalizando 60 unidades de processo com o sistema implantado.

A solução foi integrada a sistemas de gestão de riscos, fornecendo informações para tomadas de decisão mais eficazes com foco em gestão de riscos. A gestão de barreiras dinâmicas melhora a eficiência dos processos de gestão de riscos e garante respostas mais alinhadas na prevenção de acidentes de segurança de processo.



Informações sobre os Fundamentos de Segurança de Processo podem ser consultadas no capítulo [Segurança, saúde e bem-estar](#)

Preparação e resposta a emergências

Nossa gestão de SMS define em sua Diretriz 11 – Contingência, que as emergências devem estar previstas e ser enfrentadas com rapidez e eficácia. Em resposta às emergências, integramos esforços para reduzir impactos às pessoas, ao meio ambiente, ao patrimônio e à nossa imagem.

A gestão de contingência é composta pelos processos: Planejar Contingência, Manter Estado de Prontidão e Responder Emergência. Eles estão em conformidade com a legislação vigente e à gestão dos riscos do negócio. Realizamos projetos e iniciativas que aprimoram a previsão e a avaliação de cenários acidentais, a identificação e dimensionamento de recursos e tecnologias aplicáveis, bem como a análise contínua de possíveis impactos sociais, ambientais e econômicos.

As iniciativas de capacitação fortalecem a cultura de SMS incluindo ações em educação, treinamento e conscientização dos públicos envolvidos. Nosso sistema educacional corporativo disponibiliza uma matriz de cursos e trilha de desenvolvimento para atuação em contingência. Em 2025, oferecemos treinamentos nas modalidades ensino à distância e síncrona, totalizando 8.902 capacitações concluídas em metodologias e tecnologias relativas às estruturas organizacionais de resposta a emergência.

Para aprimorar a preparação complementar a capacitação e avaliar o desempenho das equipes de resposta, realizamos periodicamente exercícios simulados que reproduzem cenários como vazamentos de óleo, incêndios, explosões e atendimento às vítimas. Esses exercícios podem envolver órgãos do poder público, comunidades e outros públicos de interesse.

Em 2025 realizamos 17 simulados completos abrangendo as tipologias de simulados de comunicação, mesa (*table top*) e campo, com cenários de maior complexidade. Nossas unidades e instalações executaram cerca de 6 mil exercícios operacionais no último ano.

Também apoiamos as empresas com participações societárias no exterior no planejamento e execução de simulados. Em associação com a Petrobras International Braspetro B.V. – sucursal Colômbia (PIB-COL), desenvolvemos iniciativas para aprimorar a prontidão em emergências em poço pioneiro na Colômbia. As ações incluíram capacitação no modelo de gestão de incidentes, planejamento de simulado de comunicação e acionamento da EOR PIB-COL em simulados de mesa e campo.



Mais informações sobre os Simulados podem ser consultadas no [Painel ASG](#)

A gestão de contingência integra diversas unidades, instalações e atividades operadas por nós, nos diferentes níveis organizacionais, com PREs elaborados para atendimento local, regional e nacional. Cada instalação dispõe de seu PRE que identifica cenários e medidas para controlar eventos e mitigar impactos. Este plano é continuamente exercitado e aperfeiçoado por capacitações, simulados e exercícios.

A CAE centraliza comunicações e atendimentos de emergência no Sistema Petrobras, operando 24 horas por dia, sete dias por semana. A CAE é responsável pelo acionamento da EOR e pela mobilização dos recursos previstos no PCCorp. Em incidentes de maior porte, quando os recursos locais são insuficientes, estruturas corporativas especializadas

complementam a resposta, garantindo atuação integrada. Em situações com parceiros, estes são notificados e integrados à EOR para acompanhamento das ações de contingência.

Dispomos de padrão de processo para atuação junto às comunidades em situações de emergências, com orientações, requisitos e procedimentos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. As ações estão alinhadas à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (lei nº 12.608/2012) e estão alinhadas com nossa Política de Responsabilidade Social, Política e Diretrizes Corporativas de SMS, Política de Comunicação e Guia de Gerenciamento de Crise.

Anualmente, nossos planos locais de responsabilidade social incluem ações para reforçar a cultura de prevenção de riscos nas comunidades, orientando sobre procedimentos de segurança em caso de emergência. Essas ações são realizadas por meio de palestras, visitas às instalações, e simulados de emergência envolvendo esse público.

Os CDAs atuam como segunda resposta em eventos acidentais com vazamento de óleo, e em situações específicas, ampliam sua atuação para outros tipos de impacto, buscando reduzir danos às pessoas, ao meio ambiente e às nossas instalações.





5 CUIDAR DAS PESSOAS

COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS	166
PRÁTICAS TRABALHISTAS E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	188
SEGURANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR DO TRABALHADOR	208

COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS

GRI 2-25, 11.15.1, 11.15.2, 11.15.3, 11.15.4, 11.16.1, 11.16.2, 11.17.1, 11.17.2, 11.17.3, 11.18.1, 11.18.2

Nosso tema material Comunidades Locais e Tradicionais foca no desenvolvimento econômico e social das comunidades na área de abrangência de nossas operações. Reconhecemos que podemos causar impactos negativos em comunidades tanto em operações quanto no processo de investimento e desinvestimento. Entre esses impactos estão dependência econômica da empresa, perturbações sociais em geral e risco de violações de direitos humanos, incluindo aquelas causadas pela cadeia de suprimentos e pelas forças de segurança patrimonial. Inclui outros impactos diretos e indiretos tais como produção de ruído, odor, fuligem, aumento demográfico, aumento do afluxo de trabalhadores e do tráfego de veículos, além de impactos decorrentes de zonas de restrição, realização de sísmica e tráfego de embarcações de apoio.

Prezamos pelo respeito ao direito à autodeterminação dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a seus territórios, ao uso e manejo da terra e dos recursos naturais, e a suas formas diferenciadas de organização social e princípios culturais. Observamos também a ocorrência de impactos positivos, tais como segurança e proteção às comunidades locais por meio de diálogo entre as comunidades e as forças de segurança pública, ações de voluntariado e de educação ambiental. Sistematizamos o processo de devida diligência de direitos humanos e atualizamos diretrizes que tratam do respeito ao direito à terra em processos de reassentamento e respeito ao direito das comunidades aos recursos naturais na instalação de novos empreendimentos e nas operações.

Engajamento com as comunidades

O relacionamento comunitário é desenvolvido de forma contínua nas comunidades localizadas na área de abrangência de nossas unidades operacionais, visando o engajamento comunitário. É orientado por um padrão corporativo e pela Diretriz de Relacionamento Comunitário, que estabelecem metodologia e recomendam ações específicas, que constam nos planos locais de responsabilidade social periodicamente revisados e monitorados.

Os planos locais de responsabilidade social têm como objetivo estabelecer relacionamentos duradouros, baseados no diálogo, na transparência e no respeito. São elaborados a cada dois anos e o processo prevê ainda revisões e atualizações periódicas. As ações de responsabilidade social são pensadas para tratar os riscos e impactos identificados no diagnóstico socioeconômico e ampliar o nível de engajamento das comunidades, buscando a manutenção do diálogo permanente e a ampliação da participação comunitária. Nossos principais espaços de diálogo com as comunidades que são ou podem ser impactadas por nossas operações são os comitês comunitários. O calendário com as datas das reuniões realizadas e previstas pode ser consultado em nosso **Portal da Transparência**. Os comitês comunitários permitem uma escuta ativa e qualificada das demandas das comunidades locais e contam com a participação de lideranças comunitárias, organizações do terceiro setor, integrantes do poder público, empresas locais, entre outros atores sociais relevantes. No ano de 2025, somamos 23 espaços de interlocução ativos em todo o país e realizamos quase 60 reuniões dos comitês comunitários.

Além dos comitês, enviamos periodicamente aos atores sociais de cada território que manifestam interesse, boletins eletrônicos denominados

Boletim Lado a Lado e/ou Petrobras Informa. Nessas publicações, informamos sobre nossas operações, investimentos socioambientais e questões de direitos humanos que possam interessar a nossas comunidades, sendo que em 2025 foram enviadas 30 edições desses periódicos locais. Além disso, realizamos comunicações frequentes sobre nossas operações e atividades via grupos de WhatsApp. Nesse ano, foram enviados mais de 200 comunicados de responsabilidade social, incluindo os boletins e mais de 50 comunicados operacionais.

Nossos planos locais de responsabilidade social contemplaram mais de 150 ações voltadas ao fortalecimento da cultura de segurança e à preparação das comunidades para situações de emergência. Realizamos 19 simulados de emergência com envolvimento das comunidades. Além dos simulados, organizamos palestras educativas, oficinas de primeiros socorros e visitas às nossas instalações, com foco em disseminar nossos procedimentos de segurança. Destacam-se a realização de exercícios simulados de resposta a cenários de vazamentos de óleo, treinamentos com evacuação de comunidades e o trabalho integrado de nossas equipes com órgãos públicos, como Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

Realizamos cinco simulações com evacuação real das comunidades, envolvendo a participação de mais de 300 moradores. Esses exercícios integram um conjunto contínuo de ações voltadas à conscientização e à preparação para emergência de comunidades localizadas no entorno das barragens de Saracuruna (RJ), Rio Verde (PR) e Ibirité (MG). Como parte desse esforço de fortalecimento da preparação comunitária – que abrange diferentes públicos e faixas etárias –, cerca de 50 alunos, com idades entre 6 e 9 anos de uma escola de Duque de Caxias (RJ), participaram de uma simulação de evacuação após ouvirem o sinal sonoro próximo à barragem de Saracuruna, deslocando-se até o ponto de encontro definido.

No Paraná, o simulado da barragem de Rio Verde envolveu articulação com a Defesa Civil e mobilização das comunidades dos municípios de Araucária, Campo Largo e Balsa Nova, além de parcerias com igrejas localizadas próximas à Zona de Autossalvamento. Em Minas Gerais, realizamos diversos seminários para a preparação das comunidades de Ibirité e Sarzedo, com o registro do deslocamento de 78 pessoas aos pontos de encontro, reforçando a capacidade de resposta em caso de emergência envolvendo a barragem. Em Cabo de Santo Agostinho (PE), além do simulado com evacuação de 90 alunos de uma escola municipal próxima à Refinaria Abreu e Lima (Rnest), organizamos uma programação especial ao longo do dia com diversas atividades educativas relacionadas a temas de segurança.

Avaliação de riscos e impactos sociais e ambientais

Nossos processos de gestão de riscos sociais e ambientais buscam prevenir e mitigar os impactos ao meio ambiente, de forma a garantir às comunidades das áreas onde atuamos o direito a um ambiente saudável, respeitando a saúde e os seus meios de vida.

Nossas operações de exploração e produção e refino podem trazer riscos (impactos potenciais), principalmente, à pesca artesanal e ao turismo, em caso de acidente com vazamento relacionado às atividades de exploração de petróleo e gás offshore; lesões em caso de acidentes nas atividades operacionais; transtornos pela migração de mão de obra em grandes projetos de investimento ou em grandes paradas de manutenção.

Em termos de impactos reais ou potenciais, destacam-se aqueles que podem decorrer da emissão de gases de efeito estufa; do uso de recursos hídricos; do descarte de efluentes tratados; da geração de resíduos; de ruído, vibração, tocha alta ou emissão de particulado nas atividades de refino; bem

como aqueles associados à biodiversidade; às áreas de exclusão à pesca, definidas pela Marinha do Brasil no entorno das plataformas; à intensificação do trânsito devido à movimentação de pessoas e cargas; além da expectativa não atendida de geração de emprego e renda.

Para prevenir e mitigar os riscos e impactos negativos de nossas atividades e para potencializar os impactos positivos nas comunidades locais, implementamos os planos e programas ambientais e sociais aprovados nos processos de licenciamento ambiental, bem como as ações de relacionamento comunitário e investimentos socioambientais e a gestão de riscos sociais e ambientais em todo o ciclo de vida do negócio.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal, na qual seguimos rigorosamente todas as diretrizes e normas para a execução, tais como a lei federal 6.938/81, a lei complementar nº 140/2011 e as resoluções Conama nº 001/86 e nº 237/97.

O rito do licenciamento ambiental inclui a análise dos impactos socioeconômicos na região, contemplando o levantamento de todos os aspectos das atividades e seus respectivos impactos, conforme os estudos de impactos ambientais e regulamentação vigente. Para aqueles impactos identificados como negativos, são desenvolvidas e implementadas medidas de mitigação, monitoramento ou compensação, enquanto para os impactos positivos são definidas ações para sua potencialização.

A avaliação dos impactos é realizada por projeto, ou conjunto de projetos, e o ponto de partida é a identificação das atividades inerentes a cada fase (projeto, instalação, operação e descomissionamento), caracterizando o

ambiente socioeconômico, qualificando o risco ambiental, e propondo respectivas medidas de monitoramento, mitigação ou compensação.

Em 2025, a Petrobras controladora investiu R\$ 912 milhões em programas e projetos compulsórios decorrentes de condicionantes ambientais, sendo R\$ 695 milhões em programas e projetos ambientais compulsórios de monitoramento ambiental nos processos de licenciamento e R\$ 217 milhões em programas e projetos socioambientais compulsórios de mitigação e compensação de impactos socioeconômicos.

As ações decorrentes dos processos de licenciamento ambiental incluem a realização de audiências públicas, programas de comunicação social e outras iniciativas voltadas à transparência e à participação comunitária. Essas medidas garantem que os impactos e benefícios de nossas atividades sejam amplamente discutidos e compreendidos, reforçando nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental.

A participação social por meio de audiências públicas envolve a presença de diversos órgãos e comunidades inseridas nas áreas de influência do empreendimento ou atividade. Nesses encontros, a partir da divulgação do estudo ambiental, todos os setores da sociedade podem manifestar suas dúvidas e, principalmente, realizar propostas a serem incorporadas ao processo de licenciamento ambiental, no intuito de mitigar e compensar os impactos negativos e maximizar os positivos.

Em 2025, tivemos audiências públicas, reuniões informativas e públicas realizadas conforme ilustrado na figura a seguir.

 Pauta	 Data	 Local
4 reuniões públicas e 1 audiência pública – Etapa 4 do processo de licenciamento ambiental do Pré-sal da Bacia de Santos	11/03/2025	Ilha Grande (RJ)
	13/03/2025	Paraty (RJ)
	14/03/2025	Paraty (RJ)
	26/03/2025	São Sebastião (SP)
	15/04/2025	Cananéia (SP)
2º ciclo de reuniões informativas de sísmicas na Bacia de Campos – LP nº689/2024 Cluster Bacia de Campos e LP nº698/2024 Cluster Bacia de Campos Profundo	11/11/2025	Cabo Frio (RJ)
	19/11/2025	Campos dos Goytacazes (RJ)
	25/11/2025	Niterói (RJ)
	03/12/2025	Guarapari (ES)
Reuniões informativas da atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59 LO nº 1.684/2025	24/11/2025	Cachoeira do Arari (PA)
	24/11/2025	São João de Pirabas (PA)
	25/11/2025	Salinópolis (PA)
	25/11/2025	Soure (PA)
	25/11/2025	Salvaterra (PA)
	26/11/2025	Marapanim (PA)
	27/11/2025	Abaetetuba (PA)
	27/11/2025	Barcarena (PA)
	01/12/2025	Belém (PA)
	02/12/2025	Maracanã (PA)
	03/12/2025	Magalhães Barata (PA)
	03/12/2025	Colares (PA)
	04/12/2025	Vigia (PA)
	04/12/2025	São Caetano de Odivelas (PA)
	04/12/2025	Santo Antônio do Tauá (PA)
	04/12/2025	Curuçá (PA)
	11/03/2026	Oiapoque (AP)
Audiência Pública – Estudo de Impacto à vizinhança (EIV)	09/08/2025	Itaboraí (RJ)

Atualmente, temos 149 ativos em instalação ou operação. Desse total, 96% (143 ativos) tiveram algum tipo de consulta a comunidades. Temos ainda 16 projetos em desenvolvimento, dos quais 81% (13 projetos) tiveram os seus Relatórios de Impacto Ambiental, para fins de audiências públicas, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e nos órgãos ambientais estaduais, além de terem sido distribuídos nos locais indicados pelos órgãos ambientais, tais como prefeituras, Ministério Público e unidades de conservação, a depender da fase do processo de licenciamento.

Ao longo do ciclo de vida do empreendimento licenciado, a participação da sociedade tem sua continuidade por meio das condicionantes de licenças ambientais. Dentre as condicionantes, destacam-se os programas de educação ambiental, que são voltados às comunidades da área de influência e se fundamentam na formação crítica, dialógica e emancipatória, bem como os programas de comunicação social, que mantêm canais de comunicação (central de atendimento, canal 0800 e portais online de informação) e disponibilizam informações sobre as atividades operacionais, projetos sociais e ambientais desenvolvidos.



Gestão de riscos sociais e ambientais

Além das obrigações legais do processo de licenciamento ambiental, desenvolvemos os processos de gestão de riscos sociais e ambientais em todo o ciclo de vida dos nossos negócios. O principal objetivo dos processos de gerir riscos sociais e ambientais é prevenir os impactos negativos decorrentes da interação entre as nossas atividades, a sociedade e o meio ambiente.

Gestão de riscos ambientais

Entendemos que o acesso à água potável e ao saneamento é essencial às nossas atividades e à sociedade. A gestão de recursos hídricos na Petrobras busca a racionalização do uso da água. Nos últimos cinco anos, a captação de água doce¹ foi reduzida em cerca de 25% e foi assumido o compromisso² de até 2030 reduzirmos a captação de água doce em 40% com base em 2021. Estamos comprometidos com a segurança hídrica e temos como um de nossos direcionadores ASG o de sermos positivos em água nas áreas de criticidade hídrica em que atuamos, contribuindo para a manutenção desse importante recurso para a sociedade. Além de nos empenharmos na minimização do uso da água, também realizamos um rigoroso monitoramento do tratamento dos efluentes gerados para garantir a destinação adequada.

Promovemos a destinação ambientalmente adequada e adotamos práticas de economia circular, incluindo parcerias com organizações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

¹ Os dados abrangem a Petrobras controladora; as controladas brasileiras Transpetro, Petrobras Biocombustível (PBio), Termobahia, Termomacaê e Transbel; as atividades de E&P nos campos/áreas de Tupi, Sapinhoá, Iara, Mero e Roncador; e as operações internacionais na Petrobras Bolívia S.A. (PEB), Petrobras International Braspetro B.V. – Sucursal Colombia (PIB-COL) e Petrobras Colombia Combustibles S.A. (Pecoco). Os dados das demais termelétricas estão incluídos no escopo da controladora.

² Segmentos de negócio que não compunham o nosso portfólio em 2021 (Fertilizantes e BioQAV) não constam no escopo do compromisso.



Mais informações sobre os projetos de apoio a iniciativas para o fortalecimento de coletivos de catadores de materiais recicláveis podem ser consultadas no tópico [Ações para o desenvolvimento sustentável](#)

A gestão de riscos e impactos à biodiversidade está integrada na companhia. Nossa gestão de riscos e impactos à biodiversidade apresenta uma governança bem estabelecida, documentos norteadores corporativos e específicos por área, sistemas georreferenciados, processo de acompanhamento sistemático das tendências nacionais e internacionais sobre o tema, ações de pesquisa e desenvolvimento, de cunho voluntário e associadas aos processos de licenciamento ambiental, estabelecimento de parcerias com partes interessadas, ações de capacitação e outras atividades de disseminação de informações e conscientização sobre biodiversidade para a força de trabalho.

Gestão de riscos sociais

O estabelecimento do contexto é a etapa inicial que subsidia todo o processo de gestão de riscos sociais. Essa etapa é realizada por meio do diagnóstico socioterritorial, que consiste em uma tradução da realidade vivida por uma população em determinado espaço geográfico. Em janeiro de 2024, foi iniciada a fase de levantamento e análise de dados primários e secundários em mais de 700 comunidades localizadas próximas às nossas unidades.

Essas comunidades foram selecionadas a partir da identificação de riscos e impactos sociais de nossas unidades em 141 municípios de 16 estados brasileiros. Além de direcionadores estratégicos, utilizamos para essa priorização insumos como estudos ambientais (EIA/Rima), curvas de iso-risco, resultados de pesquisas de imagem corporativa, históricos de reclamações, críticas e sugestões das comunidades recebidas por meio de nossos canais (Ouvidoria, SAC e outros), eventuais contenciosos

administrativos e judiciais, além da percepção das equipes dedicadas ao relacionamento comunitário nessas unidades.

Os diagnósticos sociais possibilitam a caracterização dos aspectos socioeconômicos das comunidades na área de abrangência das nossas atividades e são utilizados no planejamento de ações de relacionamento comunitário e investimentos socioambientais, com foco na licença social para operar. Ao obter conhecimento especializado sobre aspectos das comunidades vizinhas às nossas operações, é possível identificar vulnerabilidades e potencialidades desses territórios e endereçar a eles projetos estruturantes com ações adequadas às questões socioambientais mais relevantes.

Os diagnósticos mais simples contam com o levantamento de dados secundários (obtidos indiretamente a partir de consulta a banco de dados de terceiros, como o censo do IBGE), enquanto os mais complexos incluem a obtenção de dados primários, com aplicação de questionários junto aos moradores locais, conversas semiestruturadas com lideranças comunitárias e representantes do poder público e a realização de diálogos participativos.

Os questionários aplicados aos moradores contêm 71 questões, dentre perguntas abertas e fechadas, considerando análise de informações relacionadas a trabalho e renda familiar, condições de moradia, infraestrutura e serviços locais e percepção sobre nossa atuação no território. Até dezembro de 2025, foram aplicados 40.288 questionários, em 530 comunidades.

Para as entrevistas, nas conversas semiestruturadas, foram convidados trabalhadores da Petrobras, lideranças comunitárias, representantes das áreas de assistência social, educação, segurança pública, habitação, proteção e defesa civil, comércio local, saúde, além de organizações da sociedade civil. Com isso, buscamos agregar diversos olhares sobre nossa relação com o entorno, com foco também na análise de suas percepções sobre os aspectos

socioeconômicos destas localidades, tendo sido entrevistadas 2.465 pessoas (dentre trabalhadores, lideranças e representantes do poder público local).

Ao longo de 2025, foram realizados 35 diálogos participativos, somando-se aos 32 realizados no ano anterior, totalizando 67 até o momento. Os diálogos são caracterizados por rodas de conversa qualificada com as lideranças locais e outros representantes da localidade, com objetivo de conhecer o território. Os participantes podem debater e elencar os pontos positivos e negativos e sugerir melhorias para as questões locais.

Também fazem parte do escopo de trabalho reuniões com nossas equipes que atuam nas unidades para captar a percepção pessoal da interação diária com a comunidade e levantar pontos de atenção no trabalho a ser desenvolvido. As análises críticas de cada comunidade serão construídas com o uso de relatórios, apresentações, painéis dinâmicos para análise de dados e fornecimento de dados georreferenciados.

Ao final do diagnóstico das nossas unidades, teremos mapas georreferenciados com identificação de equipamentos sociais de uso comunitário, painéis com indicadores socioeconômicos e identificação de potencialidades e vulnerabilidades locais, que nos auxiliarão a tomar decisões considerando também a perspectiva das comunidades e suas principais questões. Em 2025, foi concluído o diagnóstico em 62% das nossas unidades. A previsão de conclusão total é agosto de 2026.

Também realizamos avaliações de riscos em projetos de investimentos, desinvestimentos, aquisição e descomissionamento, levando-se em conta aspectos de responsabilidade social (RS) e segurança, meio ambiente e saúde (SMS), além de outros.

Em 2025, 26 projetos de investimentos foram submetidos à avaliação de RS e SMS para a passagem de fase, sendo 9 projetos do segmento E&P, com participação Petrobras (*Work Interest* - WI) acima de US\$ 300 milhões, 14 projetos do segmento de refino, logística, gás e energia e 3 projetos de

renováveis, com participação Petrobras (WI) acima de US\$ 35 milhões. No caso de joint ventures não operadas pela Petrobras em fase de operação, 100% das avaliações de SMS são realizadas conforme previsto nos seus respectivos contratos de Joint Operation Agreement (JOA).

Os acordos firmados com parceiros para a realização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção – entre eles o JOA – estabelecem os termos de cooperação entre as partes. Ressalta-se que todos os JOAs incluem requisitos relativos a SMS e a leis anticorrupção. Além disso, desde 2023, ampliamos os requisitos para, sempre que possível, incluir explicitamente cláusulas sobre direitos humanos e direitos trabalhistas.

Conforme previsto nas sistemáticas e padrões internos para aquisições de empresas e parcerias, no âmbito da gestão de projetos de fusões e aquisições, antes mesmo de a oportunidade ser integrada à nossa carteira de projetos, a área de Responsabilidade Social analisa as características

socioeconômicas dos territórios a fim de obter um conhecimento preliminar sobre o contexto social no qual esse negócio em potencial está inserido. Assim, buscamos identificar situações que possam impactar positiva ou negativamente a decisão quanto aos rumos do projeto.

Após entrada na carteira, são identificados e analisados riscos e impactos sociais deste negócio e avaliadas informações sobre o sistema de gestão de responsabilidade social do potencial parceiro (como políticas, diretrizes e normativos), seu posicionamento quanto a diversidade, equidade e inclusão, cultura em responsabilidade social e direitos humanos, entre outros. Nosso processo interno prevê também o envio de perguntas, visitas às unidades, sessões com especialistas e reuniões internas para a elaboração do relatório de responsabilidade social. Ao longo de 2025, 26 projetos contaram com assessorias e relatórios de responsabilidade social que subsidiaram nosso processo decisório.



Direito à terra

Em 2025, revisamos o padrão interno que orienta e disciplina as nossas ações em situações de deslocamento involuntário decorrentes de atividades ou empreendimentos. Nesse processo, a Diretriz para Remoção e Reassentamento de Comunidades passou a denominar-se Diretriz de Deslocamento Involuntário de Pessoas ou Comunidades, reafirmando o compromisso com a proteção e a promoção dos direitos humanos em nossas operações. O processo de revisão foi conduzido por um grupo de trabalho multidisciplinar, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, e reuniu aprendizados de experiências práticas e estudos de caso realizados pela companhia.

O novo documento adota um conceito mais abrangente de deslocamento involuntário, reconhecendo diferentes formas de deslocamento físico e econômico e garantindo atenção especial a grupos vulnerabilizados, como povos indígenas e comunidades tradicionais.

Entre os principais destaques, estão o compromisso com soluções negociadas e não coercitivas, a participação ativa das comunidades em todas as etapas do processo, a disponibilização de canais de comunicação acessíveis para manifestações e a compensação justa, baseada na reparação integral dos danos. As mudanças reforçam que o deslocamento somente ocorre após avaliação de todas as alternativas possíveis e a realização de diagnóstico detalhado das necessidades das pessoas envolvidas.

Essas diretrizes fortalecem nossa atuação ética e responsável, alinhando a empresa às melhores práticas globais, à legislação aplicável e aos compromissos institucionais relacionados ao respeito à propriedade, à moradia digna e à promoção de condições de vida iguais ou melhores para todas as pessoas afetadas.

Com o objetivo de ampliar o escoamento de gás natural do pré-sal por meio do gasoduto Rota 2, empreendimento que envolve um consórcio de empresas, tendo a Petrobras como operadora líder, o Ibama estabeleceu a condicionante LO1324/2026 como requisito para o licenciamento do aumento da vazão do gasoduto. A condicionante prevê o deslocamento da população residente em um trecho de 180 metros ao longo da faixa de servidão. No âmbito do processo de deslocamento involuntário em curso em 2025, foi apurado que o trecho sinalizado implica a desocupação de 585 imóveis e 399 famílias no bairro de Lagomar, no município de Macaé (RJ).

O Projeto de Desocupação em Lagomar inaugura práticas que asseguram a moradia digna e utilizam medidas compensatórias complementares pelas perdas imateriais, relacionadas à ruptura de vínculo sociocultural com o território e à minimização de riscos de intensificação da pobreza com a compensação social por vulnerabilidade social.

A experiência de Lagomar inspirou o desenvolvimento das nossas Diretrizes para o Deslocamento Involuntário de Pessoas ou Comunidades e será base para o desenvolvimento de relatório de lições aprendidas, tendo como insumo a avaliação das partes interessadas sobre a eficácia das ações do projeto de desocupação junto à comunidade, considerando principalmente os resultados relacionados à preservação ou restituição dos seus meios de vida e à garantia da moradia digna.



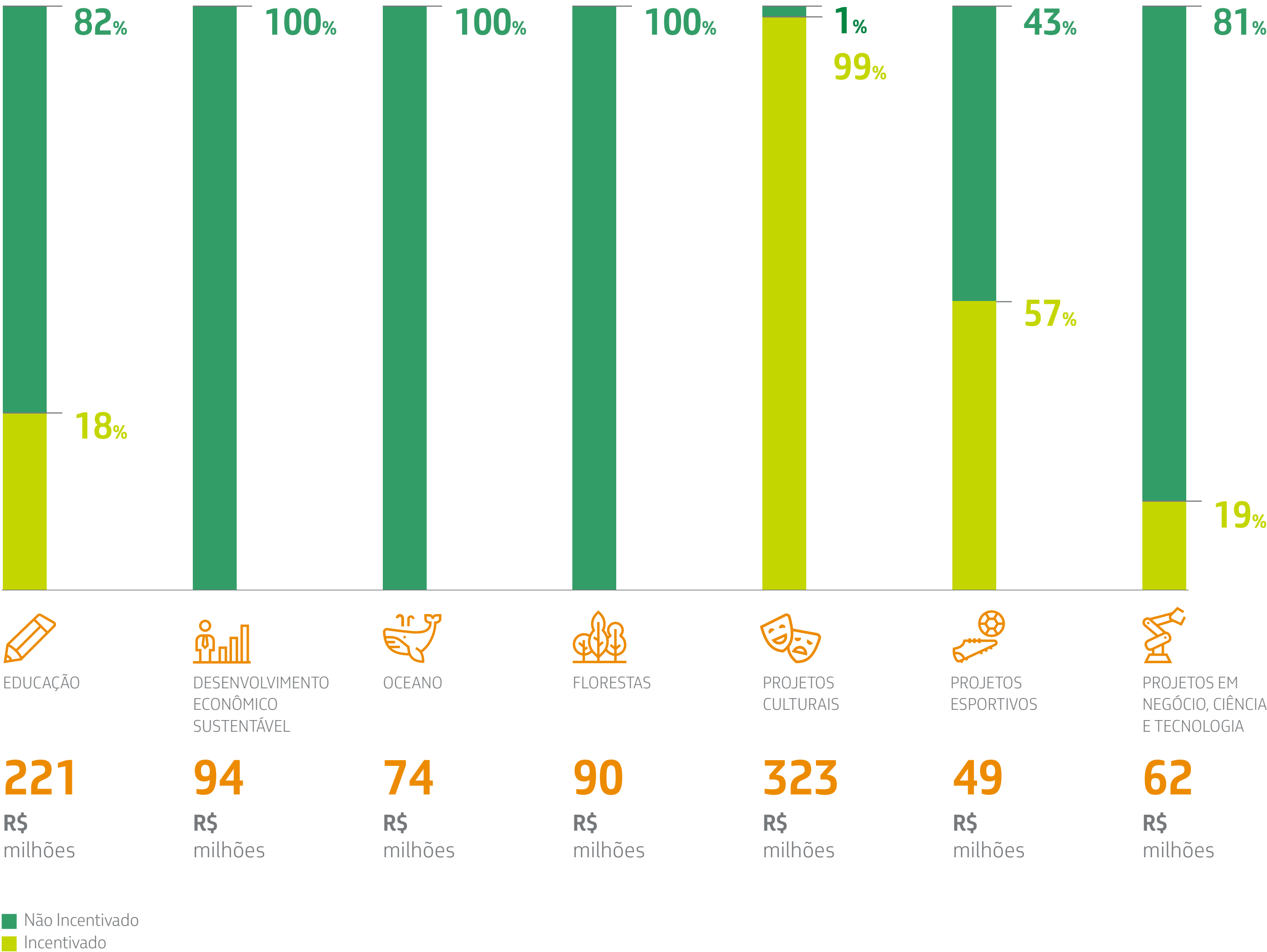
Saiba mais sobre o deslocamento involuntário de famílias no bairro de Lagomar no **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**



Ações para o desenvolvimento sustentável das comunidades

Desenvolvemos diversas práticas de cidadania corporativa, com o objetivo de responder às demandas das comunidades nos territórios onde atuamos, alcançar transformações socioambientais positivas, contribuir para uma transição energética justa, proteger o meio ambiente por meio de ações de conservação, restauração e ganhos em biodiversidade e consolidar o relacionamento com nossos públicos de interesse. Essas ações podem decorrer de investimentos socioambientais e patrocínios, doações e ações de voluntariado, conforme informado na tabela a seguir.

TOTAL DE INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS, PATROCÍNIOS E OUTROS PROJETOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS
(DADOS CONSOLIDADOS)



Investimentos socioambientais voluntários

Nosso investimento socioambiental voluntário está alinhado ao Plano Estratégico 2050 e ao Plano de Negócios 2026-2030, e é estruturado, principalmente, pelo Programa Petrobras Socioambiental, contribuindo para a sustentabilidade do nosso negócio. Por meio do programa, desenvolvemos soluções socioambientais em temas relevantes para a indústria de energia e para os territórios onde atuamos.

As linhas de atuação do Programa Petrobras Socioambiental são educação, desenvolvimento econômico sustentável, oceano e florestas. Por meio dessas linhas, contribuímos, especialmente, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (4) educação de qualidade, (8) trabalho decente e crescimento econômico, (14) vida na água e (15) vida terrestre. Incentivamos, também, que os temas transversais primeira infância, inovação e direitos humanos permeiem as ações realizadas pelos projetos da carteira.

O planejamento do investimento socioambiental é baseado em diagnósticos socioeconômicos dos territórios onde atuamos, riscos sociais mapeados, demandas comunitárias, assim como temas ambientais relevantes para a companhia e para o país, espécies e ecossistemas relevantes para o negócio e ações previstas nos planos de ação de biodiversidade das unidades. Além disso, realizamos a avaliação da carteira de projetos vigente e encerrada. Essas análises nos permitem identificar lacunas e oportunidades, subsidiando as decisões sobre a realização de seleções públicas ou a incorporação de propostas do nosso banco de projetos.

Além do Programa Petrobras Socioambiental, estamos fortalecendo nosso compromisso com soluções baseadas na natureza por meio de um portfólio mais diversificado de investimentos socioambientais voluntários. Alinhadas às diretrizes corporativas e à Política de Responsabilidade Social, essas ações promovem, de forma inovadora, parcerias estratégicas que dão escala às iniciativas de restauração florestal em diferentes biomas brasileiros, como é o caso dos investimentos socioambientais coletivos (matchfunding), realizados em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos programas Floresta Viva e Restaura Amazônia.

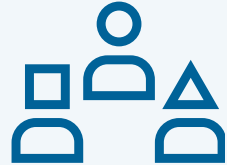
Ainda na frente de soluções baseadas na natureza, em 2025, lançamos a seleção pública Soluções Baseadas na Natureza para Adaptação e Resiliência Climática nas Cidades. A iniciativa é inédita e direcionada ao enfrentamento das mudanças climáticas em áreas urbanas, com a intenção de fortalecer a resiliência de cidades e comunidades vulneráveis. O foco é apoiar infraestruturas verdes e azuis e tecnologias comunitárias que contribuam para mitigar impactos climáticos, restaurar ecossistemas e estimular a bioeconomia. Com investimentos de R\$ 21 milhões, os projetos socioambientais atuarão nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, em regiões sensíveis a eventos extremos como enchentes, secas e deslizamentos.

Entre a ampla diversidade de projetos socioambientais que apoiamos em 2025, seja por meio do Programa Petrobras Socioambiental ou das iniciativas complementares de investimento socioambiental, destacamos os principais resultados alcançados, que merecem visibilidade por representarem desafios relevantes e oportunidades de transformação:



RESULTADO DOS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS VOLUNTÁRIOS

Educação e transformação

 44,4 mil participantes em formação	 128 mil horas em atividades de formação	 10,2 mil cursos, oficinas ou treinamentos ofertados	 825 brigadistas ou agentes ambientais capacitados para atuação em campo
 7,8 mil produtores engajados em práticas produtivas sustentáveis	 2,8 mil escolas parceiras nas ações realizadas pelos projetos	sendo  1,5 mil com inserção de conteúdos sobre meio ambiente nos currículos	 22,2 mil jovens participando de ações de engajamento e empoderamento
 591 publicações técnicas e científicas produzidas	 949 pesquisadores participantes	 123 conselhos gestores de unidades de conservação com participação dos projetos	 31 Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção com contribuição pelos projetos

Trabalho decente,
economia inclusiva e sustentável

 3 mil empregos diretos gerados
 2,9 mil participantes que obtiveram emprego formal ou informal como resultado direto da participação nos projetos
 12,2 mil participantes recebendo bolsas pelos projetos

Proteção social e direitos humanos



191 mil
participantes
contínuos em
ações dos projetos



+3,5 milhões
participantes eventuais



3 mil
participantes
encaminhados ao
Sistema Único de
Assistência Social



13,9 mil
participantes
das comunidades
com atendimento
psicossocial



4,2 mil
profissionais
capacitados na Rede de
Proteção de Crianças e
Adolescentes



3,4 mil
ações/eventos de
consulta ativa e para
participação das
comunidades (fóruns,
comitês, reuniões)



3,5 mil
pessoas
das comunidades locais
com participação direta em
ações de monitoramento
ambiental

+ 1.000 unidades
de tecnologia social implantadas com
32 mil pessoas beneficiadas,
dentre elas:



933
fogões
ecoeficientes



28
sistemas
de reúso de
águas cinzas



77
protocolos
para manejo
sustentável



23
cisternas



28
meliponários

Inovação social e transição energética justa



+ 8 mil
pessoas
com acesso a energias renováveis
em espaços coletivos e a
soluções de energia mais limpas
em suas residências



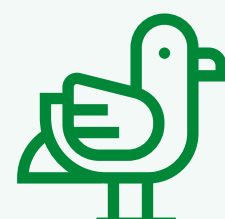
2,2 mil
pessoas
capacitadas nas temáticas de
energias renováveis ou transição
energética justa

Biodiversidade



+1.000

espécies
abrangidas
pelos projetos



555

espécies
da fauna

114

ameaçadas
de extinção



526

espécies
da flora

42

ameaçadas
de extinção



+700

ninhos
de aves e tartarugas
protegidos

Áreas protegidas



34 milhões

ha de **áreas terrestres**
protegidas com sua
gestão fortalecida



218

áreas protegidas
terrestres e marinhas
impactadas pela atuação
dos projetos

164

unidades de
conservação

44

terras
indígenas

10

territórios
quilombolas



140

nascentes
protegidas ou
recuperadas



414

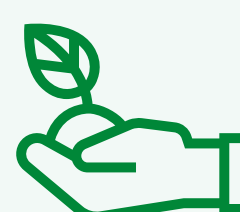
mutirões de limpeza de
praias e rios, envolvendo
+18 mil pessoas

Florestas



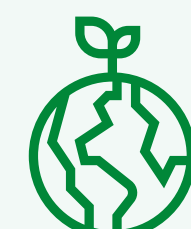
579 mil

ha de áreas diretamente
conservadas ou
abrangidas em ações de
recuperação



3,8 milhões

mudas plantadas



2,7 milhões

tCO₂e de potencial
em remoção líquida e
emissões evitadas



27

corredores ecológicos
formados ou em
formação

Categoria	Indicador	Quantidade
Proteção Social e Direitos Humanos	Participantes contínuos em ações dos projetos	191.335
	Participantes eventuais	3.524.922
	Participantes encaminhados ao Sistema Único de Assistência Social	3.275
	Participantes das comunidades com atendimento psicossocial	13.974
	Número de profissionais capacitados na Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes	4.251
	Ações/eventos de consulta ativa e para participação das comunidades nas ações, decisões e resultados do projeto (fóruns, comitês, reuniões etc.)	3.490
	Pessoas das comunidades locais com participação direta em ações de monitoramento ambiental	3.568
	Ações de equidade de gênero	112
	Ações de equidade racial	94
Educação e Transformação	Participantes em formação	44.477
	Horas em atividades de formação	128.284
	Cursos, oficinas ou treinamentos ofertados	10.205
	Participantes em atividades de educação ambiental	3.188.878
	Brigadistas ou agentes ambientais capacitados para atuação em campo	825
	Produtores engajados em práticas produtivas sustentáveis	7.808
	Escolas parceiras nas ações realizadas pelos projetos	2.891
	Escolas com inserção de conteúdos sobre meio ambiente nos currículos	1.538
	Jovens participando de ações de engajamento e empoderamento	22.260
	Publicações técnicas e científicas produzidas	591
	Pesquisadores participantes	949
	Conselhos gestores de unidades de conservação com participação do projeto	123
	Planos de Ação Nacionais Espécies Ameaçadas de Extinção	31
Trabalho decente, economia inclusiva e sustentável	Empregos diretos gerados	3.089
	Participantes que obtiveram emprego formal ou informal como resultado direto da participação no projeto	2.951
	Número de participantes com bolsas fornecidas	12.249
Oceano sem plástico	Número de eventos de mutirões de limpeza de praias e rios	414
	Número de pessoas envolvidas nos mutirões de limpeza de praias e rios	18.835

Categoria	Indicador	Quantidade
Florestas	Áreas diretamente conservadas ou abrangidas em ações de recuperação (ha)	580.000
	Áreas protegidas terrestres com sua gestão fortalecida (ha)	34.000.000
	Mudas plantadas	3.755.141
	Potencial em remoção líquida e emissões evitadas (tCO2e)	2.771.000
	Corredores ecológicos formados ou em formação	27
	Áreas terrestres protegidas com sua gestão fortalecida (ha)	34.000.000
Áreas Protegidas	Número de áreas protegidas terrestres e marinhas impactadas pela atuação dos projetos (164 unidades de conservação, 44 terras indígenas e 10 territórios quilombolas)	218
	Nascentes protegidas ou recuperadas	140
Biodiversidade	Número total de espécies abrangidas pelos projetos	1.081
	Número total de espécies de fauna trabalhada pelos projetos	555
	Número espécies de fauna ameaçadas de extinção trabalhada pelos projetos	114
	Número total de espécies de flora trabalhada pelos projetos	526
	Número espécies de flora ameaçadas de extinção trabalhada pelos projetos	42
	Ninhos de aves e tartarugas protegidos	701
Inovação Social e Transação Energética Justa	Pessoas beneficiadas pelas tecnologias sociais implantadas	32.439
	Unidades de tecnologia social Implantadas, sendo:	1.089
	933 fogões ecoeficientes	
	23 cisternas	
	28 sistemas de reuso de águas cinzas	
	77 protocolos para manejo sustentável	
	28 meliponários	
	Pessoas com acesso a energias renováveis em espaços coletivos e a soluções de energia mais limpas em suas residências	8.080
	Pessoas capacitadas nas temáticas de energias renováveis ou transição energética justa	2.282



Para saber mais sobre os projetos do Programa Petrobras Socioambiental, consulte o **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**



Para detalhes sobre as soluções baseadas na natureza para a restauração florestal, consulte o capítulo de **Biodiversidade**

Soluções baseadas na natureza para a restauração florestal e o fortalecimento das comunidades

Em 2025, fortalecemos nosso compromisso com soluções baseadas na natureza por meio de um portfólio mais diversificado de investimentos socioambientais voluntários. Alinhadas às diretrizes corporativas e à Política de Responsabilidade Social, essas ações promovem, de forma inovadora, parcerias estratégicas que dão escala às iniciativas de conservação e restauração florestal em diferentes biomas brasileiros.

Floresta Viva: matchfunding para restauração com diversidade biológica

Em parceria com o BNDES e com gestão do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), participamos do matchfunding Floresta Viva, que destinará R\$ 118 milhões ao longo de sete anos para apoiar 20 projetos de reflorestamento com espécies nativas. Os projetos, selecionados por meio dos editais “Manguezais do Brasil” e “Corredores de Biodiversidade”, abrangem os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal, e têm como meta a restauração de 4,2 mil hectares, gerando benefícios sociais e ambientais com a atuação de organizações da sociedade civil.

Restaura Amazônia: reversão do arco do desmatamento

Como ação complementar e com o objetivo de ampliar nosso apoio a um portfólio mais diversificado de projetos que envolvam soluções baseadas na natureza, nos unimos ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e ao BNDES na iniciativa Restaura Amazônia. A iniciativa busca transformar a faixa amazônica desmatada, conhecida como “Arco do Desmatamento”, no “Arco da Restauração”.

Nesta etapa, serão investidos R\$ 50 milhões pela Petrobras e R\$ 50 milhões pelo Fundo Amazônia, destinados à recuperação da flora, fauna e biodiversidade, com a restauração de aproximadamente 6 mil hectares de vegetação nativa em Unidades de Conservação nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão.

Em 2025, foram selecionados nove projetos que atuarão em áreas protegidas prioritárias no Bioma Amazônia. A iniciativa é executada por meio da parceria junto às organizações: Fórum Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável, Conservation International e Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que gerenciam os projetos de restauração florestal.

Fundo Petrobras de Bioeconomia: investimento de impacto socioambiental

O Fundo Petrobras de Bioeconomia é uma parceria entre a Petrobras e a Régia Capital, gestora focada em investimentos e soluções financeiras sustentáveis. O fundo recebeu um aporte inicial de R\$ 50 milhões da Petrobras, complementado por outros R\$ 50 milhões de recursos próprios da Régia Capital. Este é o primeiro fundo de impacto desenvolvido pela Petrobras, marcando a ampliação da nossa estratégia de investimentos socioambientais voltados a soluções baseadas na natureza.

O fundo desenvolve modalidades inovadoras de financiamento, de forma complementar aos investimentos com recursos não reembolsáveis, historicamente desenvolvidos pela Petrobras. A modalidade reembolsável apoia projetos com estruturação inicial, permitindo preservar o nosso capital e reinvestir retornos em novos negócios socioambientais, ampliando a magnitude, o alcance e a sustentabilidade dos projetos de bioeconomia financiados, bem como seus resultados econômicos e socioambientais.

O Fundo Petrobras de Bioeconomia é um dos primeiros do Brasil a adotar o modelo de *impact linked compensation*, que alinha os incentivos financeiros aos objetivos de sustentabilidade. Ou seja, a taxa de performance do fundo varia de acordo com a taxa de impacto socioambiental dos projetos.

Em 2025, o fundo consolidou sua atuação, com financiamentos que totalizaram R\$112 milhões em empresas inovadoras de bioeconomia. Os investimentos abrangem segmentos como extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais, restauração ecológica, uso sustentável do solo e bioinsumos.

Com os projetos financiados, iremos contribuir para a conservação de florestas e a restauração de áreas degradadas. Além disso, a iniciativa irá beneficiar centenas de pessoas de comunidades locais e pequenos agricultores, gerando impactos significativos na inclusão social, geração de emprego e renda para mulheres e jovens, e valorização do conhecimento local.

Retorno socioambiental do investimento

Com o objetivo de trabalhar em uma perspectiva de resultados de longo prazo e melhorar o processo de gestão dos projetos socioambientais apoiados, passamos a utilizar a Teoria da Mudança para apresentação de propostas de projetos socioambientais e as metodologias de Retorno Social do Investimento e Análise de Custo-Benefício para avaliação de impacto dos projetos da carteira.

Dessa forma, além do monitoramento de indicadores, realizamos também análises do retorno socioambiental sobre o investimento, convertendo em valores monetários as transformações ambientais, sociais e econômicas ocorridas em virtude da implementação do projeto. As avaliações são realizadas por uma terceira parte, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, e contemplam o envolvimento de beneficiários dos projetos para identificar as mudanças percebidas.

No Plano Estratégico 2050 e no Plano de Negócios 2026-30, assumimos o compromisso, no âmbito dos investimentos socioambientais, de proporcionar retorno à sociedade de, no mínimo, 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários até 2030.

Nos últimos sete anos, 49 projetos avaliados geraram um impacto social total de quase R\$ 935 milhões, correspondendo a 490% do valor investido. Em média, para cada real investido os projetos avaliados geram um retorno de R\$ 4,9 reais em benefícios sociais e ambientais, evidenciando a efetividade das iniciativas apoiadas na nossa carteira de investimentos socioambientais.³ Até 2028, mais 36 projetos da carteira serão avaliados.

Patrocínios culturais, esportivos e de negócios e ciência e tecnologia

Em 2025, comemoramos 30 anos de apoio ao cinema nacional, reafirmando nosso compromisso com a valorização da cultura brasileira. Ao longo dessas três décadas, patrocinamos mais de 600 filmes, contribuindo para o fortalecimento da indústria cinematográfica no Brasil e para a disseminação da diversidade e riqueza cultural do país. Ainda em 2025, 280 patrocínios integraram o Programa Petrobras Cultural, promovendo o desenvolvimento da cultura e contando com a Lei Federal de Incentivo à Cultura (lei nº 8.313/1991) e a Lei do Audiovisual (lei nº 8.685/1993), que permitem a renúncia fiscal para empresas que direcionam parte de seus impostos ao fomento cultural. Nos patrocínios esportivos, o destaque foi a continuidade da nossa estratégia como líder no incentivo ao futebol feminino. Consolidamos a maior parceria da história do futebol paulista, patrocinando competições adultas e de base, e lançamos a Caravana do Futebol Feminino Petrobras, que percorreu 24 cidades com experiências imersivas e educativas, preparando a sociedade para a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2027 no Brasil. Em 2025, também demos continuidade a patrocínios a modalidades de esporte-motor, com a Copa Truck Petrobras, Nascar Brasil, Sertões Petrobras e F4 Brasil, além incentivarmos modalidades esportivas voltadas ao público jovem, como skate e breakdance.

Os patrocínios a eventos de negócio, ciência e tecnologia, intensificam o relacionamento com parceiros, investidores, clientes, fornecedores, comunidade acadêmica e científica, dentre outros. Estamos presentes nos principais eventos do ecossistema de inovação do país, assim como em iniciativas que despertam a curiosidade promovem experiências, especialmente junto ao público jovem, em temas relacionados às ciências e ao mundo em transformação. Além disso, mantemos nosso protagonismo

e presença nos principais eventos de negócios relacionados ao segmento de energia e, em especial, em temas ligados à transição energética justa.

São utilizadas diversas metodologias para selecionar, gerir e avaliar os projetos de patrocínio, individualmente e em conjunto, incluindo avaliações técnicas, valoração de potencial, avaliação de realização de escopo, medição de exposição de marca em mídia, de maneira a aferir o valor alcançado em retorno financeiro equivalente dos patrocínios culturais, esportivos e a eventos de negócio, ciência e tecnologia.

Todos os patrocínios selecionados, assim como os demais que já compõem a carteira, passarão por avaliação do indicador Índice de Desempenho do Patrocínio. Trata-se de um indicador de processo que avalia o desempenho dos patrocínios contratados nas linhas de atuação de Cultura, esporte e negócio, ciência e tecnologia. Cada projeto de patrocínio é único, e, mesmo entre edições, pode haver variação no escopo e itens propostos. O processo considera o desempenho dos patrocínios contratados, alinhado aos direcionadores estratégicos e oportunidades para a companhia.



³ Considerando apenas o ano de 2025, os projetos avaliados geraram um retorno socioambiental de 5,18 vezes o valor investido.

Doações

Além dos investimentos em projetos socioambientais e patrocínios, realizamos também doações com o objetivo de contribuir para a sociedade com ações que auxiliem a solução de problemas sociais e/ou ambientais e que envolvam oportunidades de atuação junto aos nossos públicos de interesse.

Em 2024/2025, realizamos o terceiro ciclo de doação de notebooks recondicionados cujo público-alvo foram escolas públicas municipais situadas em comunidades da área de abrangência de nossas operações nos estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. De forma inédita, também lançamos um edital para contemplar instituições do terceiro setor que participam de nossos comitês comunitários, ampliando o alcance das doações.

Ao todo, esse ciclo de doações beneficiou 206 escolas públicas municipais, que receberam mais de 5,2 mil notebooks, e 136 instituições do terceiro setor, com quase 2 mil notebooks. No total, doamos mais de 7,2 mil equipamentos, reforçando nosso compromisso com a ampliação do acesso à tecnologia e com o empoderamento digital das comunidades.

Em um processo inédito, beneficiamos cinco instituições através de chamada pública para recebimento de doações de bens inservíveis aptos para uso oriundos de plataformas em descomissionamento da Bacia de Campos, tais como colchões, equipamentos de ar-condicionado e móveis.

Em 2025, doamos aproximadamente R\$ 1 milhão em apoio à restauração do Clube de Empregados da Petrobras no município de Canoas, que adequou

sua sede como abrigo para acolhimento a desabrigados e pessoas atingidas pelas graves enchentes que assolaram a população do Estado Rio Grande do Sul. O grande fluxo de pessoas durante os 45 dias de mobilização do abrigo trouxe consequências para as dependências e equipamentos e a sede social necessitou de apoio para a recuperação das instalações que prontamente foram adaptadas na calamidade. Desta forma, doamos recursos para recuperação das instalações deste parceiro após laudo técnico identificando a necessidade e os impactos gerados pela utilização como abrigo.

Em 2025, foram realizadas diversas ações de doações pelo Sistema Petrobras, conforme segue:



Voluntariado

Ao longo de 2025, desenvolvemos 164 ações de voluntariado, o que representa um crescimento de 130% em relação a 2024. Essas iniciativas mobilizaram mais de 3 mil voluntários e beneficiaram aproximadamente 33 mil pessoas, ampliando de forma significativa o alcance e o impacto social do Programa Petrobras de Voluntariado.

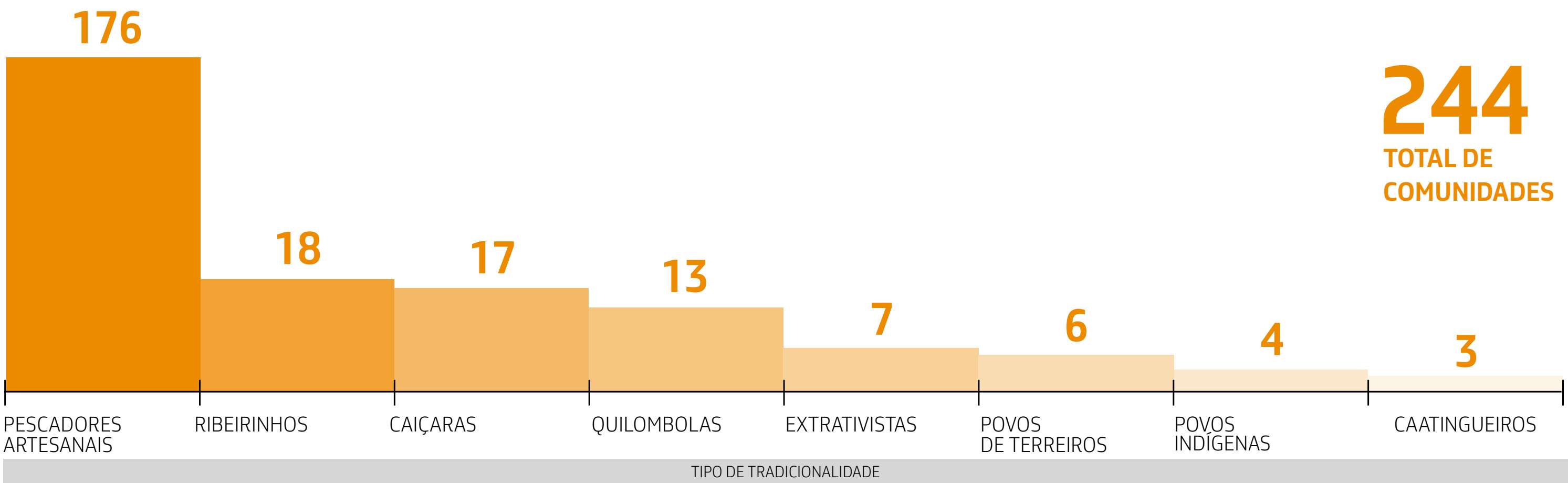


Para saber mais sobre nosso voluntariado corporativo, consulte o **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

Comunidades indígenas e tradicionais

Nos planos locais de responsabilidade social, incluimos a atenção a povos indígenas e comunidades tradicionais de pescadores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhas e de terreiro. A identificação das pessoas abordadas nesse recorte considera os conceitos estabelecidos legalmente. Esse escopo foi ancorado na identificação estabelecida no decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As comunidades selecionadas são apresentadas no gráfico a seguir.

NÚMERO DE COMUNIDADES PRIORIZADAS POR TIPO DE TRADICIONALIDADE



Estados

AM 1 EXTRATIVISTA
10 RIBEIRINHOS

CE 6 PESCADORES ARTESANAIS

RJ 2 CAIÇARAS
66 PESCADORES ARTESANAIS
1 POVO INDÍGENA
4 QUILOMBOLAS

SC 2 PESCADORES ARTESANAIS

AP 1 POVO INDÍGENA

ES 28 PESCADORES ARTESANAIS

RN 3 CAATINGUEIROS
18 PESCADORES ARTESANAIS
1 QUILOMBOLA

SE 2 EXTRATIVISTAS
20 PESCADORES ARTESANAIS
2 QUILOMBOLAS
8 RIBEIRINHOS

BA 4 EXTRATIVISTAS
1 QUILOMBOLA

PE 1 PESCADOR ARTESANAL
1 QUILOMBOLA

RS 6 POVOS DE TERREIROS

SP 15 CAIÇARAS
35 PESCADORES ARTESANAIS
2 POVOS INDÍGENAS
4 QUILOMBOLAS

Registramos reservas no Brasil, Estados Unidos e Argentina. Nessas áreas, não possuímos reservas com distância de cinco quilômetros ou menos de terras indígenas.

Segundo a legislação da Bolívia, não possuímos reservas nesse país, pois essas pertencem ao Estado boliviano. As operações da Petrobras Bolívia próximas a comunidades indígenas estão localizadas no campo Sábalo, no Bloco San Antonio. Neste campo, encontram-se cerca de 70 famílias na Tierra Comunitária de Origen (TCO) Guaraní, denominada Tucainty. A TCO tem uma superfície de 20 mil hectares. Nessa área, existe uma estrada com aproximadamente 36 km de extensão, e as casas comunitárias estão distribuídas ao longo dessa estrada. Caracteriza-se por apresentar habitações dispersas, em uma distância que varia entre dois e cinco quilômetros entre as habitações.

O relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais se dá tanto por ações de caráter mandatório, provenientes de condicionantes do licenciamento ambiental (como o Projeto de Educação Ambiental, Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais e projetos de compensação para atividades pesqueiras), como por ações de caráter voluntário, como os projetos de responsabilidade social corporativa e os investimentos socioambientais.

Um exemplo dessas ações é o Projeto Povos – Território, Identidade e Tradição, fruto de uma reivindicação histórica das comunidades tradicionais frente aos órgãos ambientais e ao Ministério Público. O Projeto Povos, condicionante pioneira do licenciamento ambiental exigida à Petrobras pelo Ibama, relacionada aos empreendimentos nas etapas 1, 2 e 3 do pré-sal, é a mais abrangente iniciativa de cartografia social e caracterização de comunidades tradicionais do Brasil. É um projeto realizado na Bacia de Santos, que tem como objetivo fazer a caracterização junto às comunidades tradicionais localizadas nos municípios de Mangaratiba(RJ), Angra dos Reis

(RJ) Paraty (RJ), e Ubatuba (SP), Caraguatatuba(SP), São Sebastião (SP) e Ilhabela (SP), sistematizando as informações obtidas em uma plataforma digital webmaps (www.plataformapovos.org) e em material gráfico de linguagem acessível para uso das comunidades.

No projeto piloto, que aconteceu de 2018 até 2023, nos municípios de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), os próprios povos e comunidades tradicionais realizaram a caracterização dos territórios das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas por levantamento primário, com auxílio de técnicos, por meio de oficinas e entrevistas em campo, mas também por meio de dados secundários. As informações coletadas incluíram todo o território terrestre e marinho ocupado pelas comunidades. A execução do projeto está a cargo do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, uma parceria entre o Fórum de Comunidades Tradicionais e a Fundação Oswaldo Cruz.

O processo foi planejado, discutido e estruturado com as comunidades, que validaram informações recolhidas pela equipe de pesquisadores e decidiram quais os temas que seriam caracterizados e mapeados ao longo do projeto (de acordo com a situação atual dos conflitos e vulnerabilidades), em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (decreto nº 6040/2007) e a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

O Fórum de Comunidades Tradicionais, a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a Comissão Guarani Yvyrupa e as associações comunitárias acompanharam a execução das atividades e atuaram na interlocução entre as comunidades e a equipe técnica dedicada ao projeto, que também era composta por comunitários.

Ao fim dos primeiros cinco anos de execução, foi reunido um conjunto de 98 comunidades caracterizadas, distribuídas em dez microterritórios (agrupamento de comunidades) entre os municípios de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP). A sistematização dessas informações resultou em um conjunto de documentos importantes para a promoção de justiça socioambiental dessas comunidades. Em 2024, a área de abrangência do projeto foi ampliada para os municípios de Mangaratiba (RJ), Caraguatatuba (SP), São Sebastião (SP) e Ilhabela (SP), totalizando sete municípios. Desde 2024, a Petrobras e o Ibama estão em tratativas com o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira para iniciar o projeto também nos municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia e Peruíbe, no sul de São Paulo. O mesmo vem ocorrendo desde 2025 com o Fórum dos Pescadores em Defesa da Baía de Sepetiba, no âmbito desta baía, no processo de licenciamento da etapa 4 do pré-sal. Mais informações sobre o projeto podem ser acessadas no site [Comunica Bacia de Santos](#).

Além dos projetos provenientes de condicionantes do licenciamento ambiental, nossos investimentos socioambientais voluntários desenvolvem ações específicas com foco no registro e na valorização da cultura indígena e das comunidades tradicionais, a partir do fortalecimento do protagonismo dessas populações.

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, apoiamos projetos socioambientais que visam a contribuir para o fortalecimento institucional e a autonomia de povos indígenas e comunidades tradicionais. Ao todo, são 26 projetos que envolvem povos indígenas em suas ações e 48 que trabalham com comunidades tradicionais, entre pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas costeiros, ribeirinhos, caiçaras e outros 16 povos e comunidades tradicionais.

Em 2025, a Transpetro avançou na construção de uma base estruturada de informações sobre os povos e comunidades tradicionais situados no entorno de suas unidades. O levantamento – realizado em 26 terminais – identificou 32 povos tradicionais, entre indígenas e remanescentes de quilombos, além de 216 associações e grupos de pescadores artesanais, consolidando um panorama atualizado dos territórios tradicionais presentes nas nossas áreas de influência.

Esse mapeamento fortalece a implementação das diretrizes do padrão Gerir Relacionamento Comunitário, ao subsidiar o planejamento social com dados consistentes sobre cultura, organização comunitária, modos de vida e vulnerabilidades locais. As informações levantadas apoiam a tomada de decisão, a gestão de riscos sociais, a definição de pautas prioritárias e o respeito à autodeterminação desses povos, em alinhamento com as práticas de direitos humanos da empresa.

Além do levantamento técnico, a Transpetro apoiou iniciativas de fortalecimento cultural e territorial, como o 7º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do RJ, promovendo logística e transporte para a participação de representantes da Baixada Fluminense, ampliando a escuta, o diálogo e o vínculo com comunidades tradicionais.



Saiba mais sobre os projetos do Programa Petrobras Socioambiental voltado para povos indígenas e populações tradicionais no [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)

Forças de segurança e direitos humanos

Nossos processos e normativos internos vem sendo adequados às práticas internacionais de direitos humanos para forças de segurança, visando submissão do pedido de adesão aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, implementando treinamentos específicos em direitos humanos e anexo alusivo aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em contratos com empresas de segurança privada contratadas, garantindo que a atuação das forças de segurança seja pautada pelo respeito absoluto à dignidade da pessoa humana e pelos mais rigorosos padrões internacionais de conduta, elevando o nível de confiança e integridade em todas as operações, em consonância com a **Política de Inteligência Protetiva e Segurança Corporativa**.

A Política de Inteligência Protetiva e Segurança Corporativa é o documento que orienta a atuação no Sistema Petrobras em relação à temática de segurança. As operações de segurança corporativa são realizadas de acordo com a estratégia de tratamento dos riscos de inteligência e segurança corporativa, considerando os ativos e sua interdependência na cadeia produtiva, atuando de forma transversal na Petrobras e suas subsidiárias.

No Brasil, a Polícia Federal disciplina as atividades de segurança privada. Contratamos empresas especializadas de vigilância privada para operacionalizar a segurança das nossas instalações, seguindo as orientações da regulamentação vigente, que determina que a atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados.

Nas nossas operações no Brasil, estabelecemos também memorandos de entendimento com a segurança pública para trocas de informações de inteligência para a proteção dos ativos corporativos. As operações contemplam também a realização de apurações corporativas sobre incidentes de segurança (security) e gestão do controle de acesso às nossas instalações.

No exterior, atuamos em sete países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, Países Baixos, Singapura e China, em que a nossa presença física se dá por meio de escritórios administrativos cuja segurança é responsabilidade do condomínio onde o escritório está instalado, ou seja, não há operação de segurança corporativa no local. Há exceção para os casos da Bolívia e da Colômbia, nos quais a segurança corporativa é operacionalizada pelas respectivas empresas do sistema, com base na Política de Inteligência Protetiva e Segurança Corporativa.

Nossa metodologia de gestão de riscos de inteligência e segurança corporativa contempla a análise da interação dos ambientes interno e externo às nossas unidades, de modo a identificar ameaças que possam comprometer a segurança das pessoas, das instalações e dos nossos negócios. Na gestão dos nossos processos de inteligência e segurança corporativa, na elaboração dos estudos de segurança e nos demais produtos relacionados, sempre observamos a legislação e os normativos relacionados a direitos humanos, bem como as boas práticas de mercado.

Utilizamos também, para o cenário externo, análise de inteligência que abrange, entre outras questões, o mapeamento e o acompanhamento de ameaças externas, por meio de fontes especializadas em gestão de riscos de segurança no Brasil e no exterior, acompanhamento dos índices de criminalidade e outras informações relevantes para antevermos e

prevenirmos possíveis situações de conflito. Com base nessa análise, realizamos a avaliação dos riscos e desenvolvemos ações e procedimentos de segurança corporativa com foco em prevenção e resposta aos riscos de atos intencionais, bem como antecipamos aos gestores questões críticas de segurança com potencial de impactar os nossos negócios.

No contexto interno, realizamos processos e utilizamos recursos tecnológicos que contribuem para o planejamento das respostas em casos de conflitos. Como exemplo da tecnologia empregada, temos os drones utilizados em áreas extensas, como refinarias e campos de produção terrestre, e as unidades móveis de segurança patrimonial, empregadas em paradas de produção ou no monitoramento eventual de locais remotos, em alinhamento com os planos locais de segurança patrimonial.

O plano estabelece procedimentos padronizados e ações relativas às práticas preventivas e/ou reativas de segurança. Toda a equipe de segurança das nossas unidades é treinada no seu respectivo plano, que é alinhado às orientações corporativas, dentre as quais se destacam:

- Guia de conduta – guia que visa orientar todos os integrantes que compõem o corpo de segurança corporativa da unidade (empregados e prestadores de serviços de segurança privada), para que possam desempenhar suas funções de maneira ética e segura, conforme preveem as nossas normas internas; e
- Orientações sobre atuação preventiva e uso proporcional da força, ou seja, o necessário para conter o agente da ameaça, quando aplicável.

Em 2025, o plano de capacitação em direitos humanos, englobou a realização de palestras com o objetivo de conscientizar a força de trabalho sobre a importância dos direitos humanos, bem como desdobrar as orientações

e os canais corporativos para a realização de denúncias e reclamações. Esses eventos foram realizados na modalidade virtual e presencial, sendo o público-alvo empregados próprios e prestadores de serviços, incluindo liderança, da área de Inteligência e Segurança Corporativa. Também foram realizados 56 workshops presenciais, nos quais abordamos nossas orientações sobre segurança e direitos humanos, abrangendo 1.261 profissionais; sete lives intituladas Direitos Humanos na ISC em diversos temas alusivos aos Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos, com participação média de 115 empregados por evento. Além das oportunidades de capacitação para toda a força de trabalho, foram realizados ainda cinco eventos para capacitação específica da liderança da área de Inteligência e Segurança Corporativa, com participação média de 58 líderes por evento.

Além das ações de sensibilização, as equipes de segurança ainda participaram de diálogos de segurança, meio ambiente e saúde, que ocorreram semanalmente, e nos quais foram abordados temas referentes a direitos humanos, diversidade e combate ao assédio moral, às violências sexuais e à discriminação.

Toda a força de trabalho que executa a atividade de segurança patrimonial é capacitada e passa por reciclagem a cada dois anos, em atendimento à legislação pertinente e em conformidade com a Polícia Federal. A atividade de segurança patrimonial atende necessariamente a requisitos legais, aplicáveis tanto à segurança orgânica (constituída por empregados próprios) quanto às empresas de serviços de vigilância contratadas. Todas as atividades de segurança estão sujeitas à fiscalização pela Polícia Federal, órgão regulador e fiscalizador da atividade de segurança privada no Brasil.



O conteúdo programático dos cursos de formação e reciclagem de vigilantes inclui aspectos de direito constitucional e penal, legislação da segurança privada e relações interpessoais, pautados no respeito à pessoa humana, objetivando coibir a prática de atividades discriminatórias ou em desrespeito aos direitos humanos, especialmente na perspectiva de combate à violência de gênero, orientação sexual, contra a criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência, bem como a aplicação correta e proporcional da força.

Adicionalmente, os contratos das empresas de vigilância dispõem sobre a obrigação legal de manutenção das autorizações de funcionamento das contratadas e a capacitação dos profissionais que atuam em nossas unidades. As empresas contratadas são avaliadas quanto à qualidade dos serviços prestados, atendimento a requisitos legais e outros itens. As avaliações ou conceitos são registrados em sistemas corporativos e considerados em reuniões de análise crítica, estando disponíveis para auditorias internas e externas.

Reclamações e denúncias relativas à atividade de segurança corporativa podem ser comunicadas à nossa Ouvidoria-Geral, sendo assegurado o anonimato da pessoa comunicante, e serão tratadas conforme procedimentos corporativos, com relatos periódicos à alta administração. Caso refiram-se aos serviços de segurança terceirizados, são adotadas as sanções previstas em contrato.

Reclamações e denúncias das comunidades locais

Priorizamos a construção de relacionamentos duradouros com as nossas comunidades, baseados no diálogo, no respeito e na transparência. Para apoiar nossa interface junto a esse público, realizamos reuniões periódicas nos comitês comunitários, visitamos atores sociais relevantes da área de abrangência de nossas atividades, promovemos visitas às nossas unidades de operações, organizamos eventos, treinamentos e cursos, e divulgamos boletins com notícias sobre a companhia, entre outras ações de relacionamento comunitário.

Os canais para registro de manifestações das comunidades, como o contato da nossa Ouvidoria-Geral e o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC – Fale Conosco 0800), que prestam atendimento por meio de ligações gratuitas, 24 horas por dia, 7 dias por semana, são constantemente divulgados durante essas interfaces com as comunidades.

Em 2025, recebemos e acompanhamos 312 manifestações⁴ de comunitários por meio dos nossos canais de relacionamento. Essas informações são categorizadas por unidade, tipo e tema e são monitoradas por um painel específico. As manifestações das comunidades, classificadas por cenário de maior recorrência, estão indicadas a seguir:

Em 2025, registramos queda no número de reclamações, principalmente devido ao menor número de ocorrências relacionadas a fuligem e odor. Todavia, foi percebido aumento nas manifestações relacionadas ao ruído e vibração gerados pelo flare (tocha) nas comunidades da área de abrangência da Refinaria Henrique Lage (Revap) e da Unidade de Processamento de Gás Natural no Complexo de Energias Boaventura. Em atenção às queixas das comunidades, ambas as unidades contrataram consultorias especializadas

4 As informações de SAC são relativas à Petrobras controladora.

Cenário/evento	Total
Odor/cheiro forte	110
Ruído/barulho	109
Vibração/tremores/detonação	84
Vazamento de gás	20
Solicitação de poda/corte de vegetação/limpeza	10
Poeira/fuligem	9
Invasão/intrusão/conflito em terreno da Petrobras	8
Chama alta na tocha/flare	7
Emissão/fumaça	6
Outro incidente com impacto/risco a comunidade	6
Vazamento de água/alagamento	6
Explosão/incêndio nas instalações da Petrobras	5
Obras e instalacoes executadas pela Petrobras	5
Bloqueio de vias de acesso	3
Solicitação de indenizações	2
Solicitação de recolher animal	2
Veículos ou embarcações em excesso, e prejuízo às condições da via	2
Compartilhamento de água	1
Conflito envolvendo terreno da Petrobras	1
Incêndio/escavação/invasão em faixa de dutos	1
Incêndio/queimadas em terreno da Petrobras	1
Lixo acumulado em terrenos da Petrobras	1
Vazamento de óleo, derivados e petroquímicos	1
Total	312

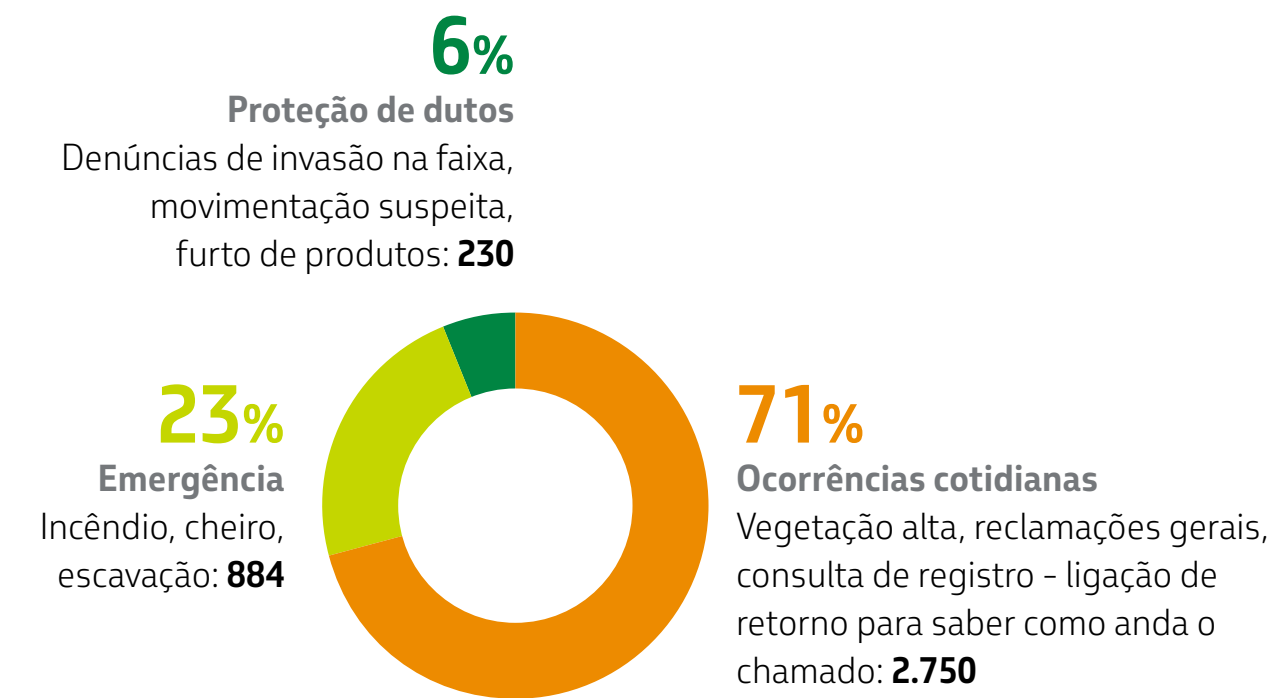
para avaliar os impactos e implementaram melhorias. Na Revap, foi iniciada uma obra de readequação da tocha e, no Complexo Boaventura, ocorreu a troca de uma das válvulas da tocha, com o objetivo comum de reduzir significativamente os ruídos e eliminar a vibração. O tema foi amplamente tratado junto às comunidades, sendo apresentado em reuniões dos comitês comunitários das duas unidades e durante encontros com moradores.



Telefone 168

Principal canal de comunicação da Transpetro com a comunidade

Nossa subsidiária Transpetro também possui um canal próprio de comunicação com a comunidade. Em 2025, o telefone de emergência 168 da empresa atendeu 13.025 chamados. Destes, 3.864 foram classificados como válidos para análise. Os chamados válidos foram classificados em três grupos:



Além das interações via SAC, em 2025, nossa Ouvidoria-Geral recebeu 545 manifestações de comunidades locais do entorno de operações da Petrobras controladora.

545 demandas



93 denúncias¹

13 confirmadas

18 inabilitadas

41 não confirmadas

21 em tratamento



210 pedidos²

113 atendidos

45 inabilitados

51 não atendidos

1 em tratamento



214 reclamações²

109 atendidas

47 inabilitadas

55 não atendidas

3 em tratamento



28 sugestões, opiniões e elogios²

20 atendidas

5 inabilitadas

3 não atendidas

0 em tratamento

1 Este número considera demandas da controladora e das subsidiárias.
2 Este número considera demandas da controladora e da Transpetro.

Adicionalmente à Ouvidoria-Geral e ao SAC (Fale Conosco 0800), disponibilizamos o Canal de Denúncia da Petrobras (<https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>) para receber manifestações de todos os indivíduos, comunidades externas e stakeholders que possam ser impactados pela empresa. O canal está disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, 7 dias por semana e pode ser acessado por site, telefone ou aplicativo.

Destacam-se, entre essas denúncias, relatos sobre invasão ou ocupação indevida de terrenos, emissões atmosféricas e ruídos anormais, descarte irregular de resíduos no meio ambiente e golpes de vagas de emprego. Especificamente em relação às comunidades indígenas ou povos tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas, marisqueiros, entre outros), em 2025, recebemos sete manifestações em nossa Ouvidoria-Geral, sendo uma denúncia, duas reclamações e três pedidos. A denúncia referente a suposta coação da comunidade pesqueira participante de projeto social foi inabilitada por insuficiência de informações. As duas reclamações recebidas não foram atendidas e abordavam questões relacionadas a projetos sociais com pescadores. Já os três pedidos, sendo um em tratamento e dois parcialmente atendidos, tratam de indenizações e informações sobre doação à comunidade pesqueira.

Em 11 de setembro de 2024, a 4ª Vara Laboral de Santa Marta, na Colômbia, atendeu a uma ação de tutela interposta pelo Cabildo Indígena de Taganga que, entre outros pedidos, determinava a suspensão da exploração do poço Sirius 2 (anteriormente Uchuva 2) na área de interesse de perfuração exploratória GUA-OFF-0 (anteriormente Tayrona).

Em 29 de outubro de 2024, o Tribunal Superior de Santa Marta ordenou que o Ministério do Interior da Colômbia analisasse e emitisse parecer vinculante sobre a pertinência e a necessidade da consulta prévia à comunidade de Taganga. A decisão também autorizou a continuidade das operações de perfuração e a execução de suas atividades operacionais, que são de vital importância para a segurança energética do país. Não há restrições, ordens ou medidas liminares impedindo a realização de atividades na área do contrato, incluindo operações exploratórias ou de desenvolvimento.

O Ministério do Interior da Colômbia emitiu sua decisão final sobre a procedência da consulta prévia com a comunidade de Taganga, em abril de 2025. Com essa decisão, a Petrobras Internacional Braspetro B.V – Sucursal Colômbia (PIB-COL) iniciou as ações e atividades necessárias para realizar a consulta prévia com a comunidade, e incorporá-la na rota de consulta prévia de seu projeto na Colômbia. Dessa forma, a PIB-COL solicitou à direção da Autoridade Nacional de Consulta Prévia (DANCP) o início da consulta prévia em 11/04/2025 e realizou as seguintes reuniões e diligências:

- > Relacionamento inicial com o Cabildo Indígena de Taganga em 28 de janeiro de 2025;
- > Reunião de coordenação e preparação com DANCP e com o Cabildo Indígena de Taganga em 27 de maio de 2025;
- > Reunião de pré-consulta e abertura, que não produziu os efeitos esperados, uma vez que não foi possível acordar a rota metodológica, em 2 de julho de 2025;
- > Proposta de rota metodológica enviada pelo Cabildo Indígena de Taganga à PIB-COL em 4 de julho de 2025;
- > Contraproposta de rota metodológica de consulta prévia enviada pela PIB-COL à comunidade em 25 de julho de 2025;
- > Troca de comunicações, de agosto a dezembro de 2025, com o Cabildo Indígena de Taganga e com a DANCP para solicitar o avanço do processo consultivo, sem acordo sobre o local das reuniões;
- > A expectativa é de que, em 2026, a PIB-COL, junto à DANCP, implemente os mecanismos necessários para poder iniciar a pré-consulta e abertura, que representam o início formal da consulta prévia, com o Cabildo Indígena de Taganga.

A PIB-COL reitera o seu compromisso com o país e reafirma que continuará trabalhando com segurança, respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, reconhecendo a importância do diálogo com as comunidades e do respeito às decisões das autoridades do país.

Processos para reparar impactos negativos

Diretriz de Reparação de Danos em Direitos Humanos

A Diretriz de Reparação de Danos em Direitos Humanos da Petrobras estabelece orientações em relação ao acesso amplo e equitativo a mecanismos de reparação para todos os níveis de nossas operações e cadeia de suprimentos.

Por meio dessa diretriz, nos comprometemos com um processo de reparação célere, transparente, participativo e fundamentado na centralidade das pessoas afetadas. Reconhecemos que a reparação deve ser proporcional ao dano ocorrido e comprovado, visando restabelecer a situação anterior sempre que possível, assegurar reparação justa e prevenir a reincidência.

Como parte das inovações implementadas, o documento incorpora etapas essenciais para a condução de processos de reparação, sob a perspectiva dos direitos humanos em toda a companhia. O conteúdo também estabelece diretrizes para o atendimento em nossos mecanismos de manifestação, reforçando princípios como transparência e confidencialidade. Além disso, foram detalhadas ações fundamentais, como a promoção de agilidade, a centralidade das pessoas, a participação e a consulta, bem como detalhamento das medidas de reparação a serem adotadas.



Ver caso da **Comunidade Lagomar**, neste capítulo



Ver mais sobre este conteúdo no **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

PRÁTICAS TRABALHISTAS E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

GRI 2-7, 2-8, 2-19, 2-20, 2-21, 2-30, 11.7.2, 11.7.3, 11.10.1, 11.10.2, 11.10.3, 11.10.4, 11.10.5, 11.10.6, 11.10.7, 11.10.8, 11.10.9, 11.11.1, 11.11.2, 11.11.3, 11.11.4, 11.11.5, 11.11.6, 11.11.7, 11.12.1, 11.12.2, 11.12.3, 11.13.1, 11.13.2, 11.14.3

Esse tema material abrange oportunidades de emprego e impactos positivos nos trabalhadores decorrentes das práticas empregatícias adotadas, incluindo impactos sobre trabalhadores da cadeia de fornecedores. Inclui impactos nos empregados, suas carreiras e seu desenvolvimento, bem como sobre a ambiência organizacional, em função do nível de transparência na comunicação e do estabelecimento de diálogo, especialmente nos processos de avanço de carreira. Observa políticas e práticas da empresa relativas à promoção da não discriminação, diversidade, equidade, inclusão e igualdade de oportunidades, incluindo diversidade na alta administração. Abrange liberdade sindical e negociação coletiva, assédio sexual, assédio moral e discriminação, além da forma como a empresa aborda essas questões. À luz do teletrabalho, incluem-se os impactos sociais e ambientais sobre os trabalhadores, áreas do entorno dos prédios administrativos e relacionados ao deslocamento. Compreende prevenção ao trabalho forçado e à escravidão moderna, especialmente na cadeia de suprimentos. Inclui treinamento e qualificação da força de trabalho, incluindo temáticas como direitos humanos e transição energética justa. Aborda a contratação de mão de obra por processo seletivo público com foco em diversidade.

Práticas trabalhistas

A indústria de energia tem sido desafiada a se transformar em função de fatores tecnológicos, econômicos, ambientais e sociais. Além disso, com resiliência e em prol de sua sustentabilidade, as empresas do setor vêm repensando seus modelos de organização e gestão, buscando a adoção de processos mais enxutos e produtivos. Compreender essas mudanças tem sido pauta nas organizações e em suas áreas de Recursos Humanos (RH), considerando as perspectivas para o futuro do trabalho.

Dentro desse contexto, no Plano de Negócios 2026-2030 (PN 2026-30), a área de RH estabelece cinco escolhas estratégicas para o período:

- 1 Orquestrar, otimizar e integrar a gestão dos processos, alinhando-os à nossa estratégia e incorporando novas tecnologias, que entreguem foco, eficiência e resultados, com ganhos de produtividade;
- 2 Garantir a sustentabilidade da nossa estrutura remuneratória e de benefícios e melhorar a percepção dos(as) empregados(as) sobre a nossa proposta de valor;
- 3 Ter líderes comprometidos com a nossa estratégia e os nossos valores para gerenciar negócios e engajar equipes nos objetivos e desafios organizacionais;
- 4 Gerir talentos de forma estratégica e integrada ao sistema de conhecimento para a nossa sustentabilidade;
- 5 Promover cultura baseada em valores, com ambiente de trabalho saudável, diverso, inclusivo, protagonismo da liderança e engajamento das pessoas com a nossa estratégia.

Além disso, temos como objetivo associado às práticas ASG, o de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, com ênfase na promoção do bem-estar e dos direitos humanos. Para tanto, buscamos avançar em ações de diversidade e inclusão, principalmente no que tange a pessoas com deficiência, questões raciais e de gênero.

Por fim, visamos preservar e fortalecer aspectos valiosos de nossa cultura, como a capacidade de inovar e de superar desafios, concentrando-nos em produzir com excelência nos campos técnico e econômico, atuando coletivamente para gerar valor. Faremos tudo isso com pleno respeito às pessoas e ao meio ambiente, integrando, de forma transversal, os princípios de diversidade, equidade e inclusão às nossas práticas e decisões, pois a segurança – física, psicológica e organizacional – é o nosso maior valor.

Direitos e condições de trabalho

Jornada de trabalho

Na Petrobras controladora, todos os empregados admitidos são contratados por tempo indeterminado, e a carga horária contratual é de oito ou seis horas diárias, conforme o cargo. Todos os empregados da Petrobras controladora foram admitidos segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao longo de 2025, nosso efetivo aumentou cerca de 3,40% devido a admissões (ingressos de novos empregados, principalmente por processo seletivo público).

Adicionalmente, temos nove dirigentes estatutários, regidos pelo nosso estatuto – quatro homens e cinco mulheres –, totalizando 43.199 empregados em 31 de dezembro de 2025. Não praticamos a modalidade de contrato temporário na Petrobras controladora.

Oferecemos aos nossos empregados duas possibilidades opcionais de redução da jornada de trabalho, com redução proporcional de remuneração: (i) redução de oito para seis horas diárias, com redução proporcional de 25% da remuneração, para empregados em regime administrativo e horário flexível que não exercem função gratificada; e (ii) redução de cinco para quatro dias de trabalho por semana, com redução proporcional de 20% da remuneração.

A redução de dias na semana foi oferecida aos empregados que trabalham em regime administrativo, com horário flexível ou fixo de oito horas diárias, bem como a profissionais em regime administrativo de categoria diferenciada (assistentes sociais), com jornada de seis horas diárias, desde que não ocupassem função gratificada.

Empregados em jornada reduzida dispõem dos mesmos benefícios de empregados em jornada normal. Em 2025, 361 empregados da Petrobras controladora estavam em jornada reduzida. Nas empresas controladas no Brasil, seis empregados estavam em jornada reduzida e, nas empresas controladas no exterior, onze empregados.

Nosso modelo híbrido de trabalho

Oferecemos modelo híbrido de trabalho para empregados em regime administrativo, com adesão opcional, por meio da assinatura de termo aditivo ao contrato de trabalho, em que constam as regras a serem observadas.

Há também a possibilidade de teletrabalho integral para três públicos específicos: empregados com filhos com deficiência, empregados com deficiência e empregados com restrição temporária ao trabalho presencial. A adesão requer cumprimento dos critérios estabelecidos e assinatura do termo de adesão correspondente.

Os empregados em regime administrativo da controladora que aderiram ao teletrabalho permanente passaram a atuar de forma híbrida. Atualmente, 53% dos empregados, em relação ao efetivo total, estão no modelo híbrido de trabalho, enquanto 5% atuam em teletrabalho integral.

Nas empresas controladas no Brasil, 32% dos empregados (2.227) atuam em modelo híbrido, seguindo a mesma regra da controladora para dias presenciais e remotos. Nas empresas controladas no exterior, 73% dos empregados (447) também atuam em modelo híbrido, conforme práticas de mercado locais para manutenção do teletrabalho pós-pandemia. Ao final de 2025, a maioria tinha a possibilidade de dois a três dias de teletrabalho por semana, dependendo do cargo.



Direito à livre associação e à negociação coletiva

A Petrobras controladora segue a Constituição, as Declarações e Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil, que versam sobre os direitos de livre associação e de negociação coletiva, além de ser, desde 2003, signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, cujo princípio três prevê o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Esse compromisso é reforçado pela Política de Recursos Humanos, aprovada pelo Conselho de Administração (CA), que determina a implementação de acordos sustentáveis construídos por meio do diálogo, da ética e da transparência, visando superar as diferenças nas negociações com os empregados e seus representantes. Por sua vez, o Código de Conduta Ética garante o direito à livre associação sindical, em consonância com a legislação brasileira e diplomas jurídicos internacionais. Cabe também registrar que o nosso acordo coletivo de trabalho contém um capítulo dedicado às relações sindicais, no qual estão estipuladas as obrigações e os direitos entre a Petrobras e os sindicatos.

De acordo com a legislação brasileira, todos os nossos empregados são representados por sindicatos independentes. Mantemos relações com 17 sindicatos e duas federações (ou seja, uma entidade sindical de alto nível) de trabalhadores petrolíferos, bem como cinco sindicatos e uma federação de trabalhadores marítimos, presentes em todas as regiões do Brasil. Valorizamos nosso relacionamento com todos os nossos stakeholders. Por esta razão, investimos no diálogo aberto e permanente com os sindicatos.

Para as empresas do Sistema Petrobras no Brasil e no exterior, orientamos que sigam a recomendação do Pacto Global das Nações Unidas e que desdobrem a nossa Política de Recursos Humanos e nosso Código de Conduta Ética. Incentivamos que também sigam as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde que em consonância com as legislações locais de cada país.

Em reconhecimento à legitimidade dos sindicatos enquanto representantes dos empregados e interlocutores na negociação coletiva, investimos no diálogo social, visando à busca de soluções negociadas, por meio de reuniões periódicas para tratar de temas como regime de trabalho, benefícios e acompanhamento do acordo coletivo de trabalho (ACT). Quando necessário, também realizamos apresentações instrutivas aos sindicatos sobre temas relevantes, como planejamento estratégico, manutenção de ambiente de trabalho seguro e saudável, diversidade, equidade e inclusão, dentre outros.

Acordo coletivo

Possuímos ACT vigente com todos os sindicatos representantes dos empregados, estando 100% do nosso efetivo próprio coberto por acordo coletivo de trabalho. Conforme previsto pelo artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), esses acordos incluem cláusulas sociais relativas às condições de trabalho, segurança industrial, benefícios, saúde ocupacional, diversidade e manutenção de ambiente de trabalho seguro e saudável.

No ACT 2025-2027, foi incluída uma nova cláusula, que versa sobre liberdade de associação e negociação coletiva. Em conformidade com o disposto na Constituição Federal, com os princípios estabelecidos pela OIT e na Convenção nº 98 (Direito de Organização e de Negociação Coletiva), a companhia, na cláusula 107 do ACT, declara e reafirma seu compromisso com o pleno respeito à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva:

Parágrafo 1º – A Petrobras e as Entidades Sindicais reconhecem que a negociação coletiva se trata do meio preferencial para a resolução de questões atinentes às relações de trabalho, visando à busca de acordos que atendam aos interesses das partes envolvidas, privilegiando o diálogo, a transparência, a boa-fé negocial, os instrumentos coletivos de trabalho, a autonomia privada coletiva e atuando para que as

negociações sejam significativas, equilibradas e fundamentadas. (O parágrafo primeiro era a antiga cláusula 115 no ACT 2023-2025).

Parágrafo 2º – A companhia respeita integralmente a autonomia das instituições representativas dos empregados, conforme parâmetros estabelecidos em legislação, além de reconhecer o direito de todos os empregados de filiar-se livremente ao sindicato representante de sua categoria.

Por meio de nossos instrumentos contratuais, adotamos diretrizes que buscam promover o direito à livre associação sindical e à negociação coletiva aos trabalhadores da cadeia de fornecimento. A cláusula de direitos humanos, obrigatória nos contratos de prestação de serviços, estabelece o respeito ao direito de todos os empregados de formar ou se associar a sindicatos, sem qualquer tipo de represália. Esse compromisso é reforçado pelo Guia de Conduta Ética para Fornecedores, que orienta os fornecedores a garantir condições dignas de trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista vigente e a liberdade sindical, com reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, inclusive exigindo a mesma postura de seus (sub)fornecedores.

Adicionalmente, tais instrumentos reforçam obrigações relacionadas à promoção de um ambiente de trabalho seguro, ao combate à discriminação, ao assédio, à exploração sexual, ao trabalho infantil e a condições análogas à escravidão, bem como à adoção de práticas ambientais sustentáveis e ao fornecimento de declarações periódicas de conformidade. Promovemos também a inclusão de grupos sub-representados, com mecanismos obrigatórios para contratos acima de 80 pessoas mobilizadas.

Para determinadas categorias de contratos – como Engineering, Procurement and Construction (EPC), Engineering, Procurement, Construction and Installation (EPCI), descomissionamento e grandes obras – adotamos diretrizes contratuais específicas, que exigem apresentação de planos,

relatórios periódicos e evidências documentais, além de acompanhamento por profissionais de responsabilidade social, assegurando comunicação contínua e alinhamento de expectativas durante a execução contratual.

O cumprimento desses compromissos é reforçado pela possibilidade de multas, avaliações de desempenho, fiscalização ativa, registro de ocorrências e verificação direta pela Petrobras, conforme previsto na cláusula de direitos humanos.

Práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores

Com o objetivo de coibir qualquer prática de trabalho degradante na cadeia de fornecedores, a minuta contratual padrão estabelece cláusula que exige a garantia do cumprimento dos preceitos trabalhistas previstos na legislação brasileira vigente. O descumprimento dessa cláusula poderá resultar na rescisão do contrato. Além disso, também há cláusula sobre a proibição de utilizar, em todas as atividades relacionadas à execução do contrato, mão de obra infantil ou análoga à escravidão, sendo esta exigência também incluída no Guia de Conduta Ética para Fornecedores, que estende este compromisso para os subfornecedores de nossos fornecedores.

Nesse contexto, para ratificar o compromisso em relação à proibição do uso de mão de obra análoga à escravidão, na revisão do Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP), publicada em 15/04/2025, incluímos o artigo 4º-A, que preconiza que “estarão impedidas de participar de procedimentos de contratação com a Petrobras ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoas físicas ou jurídicas que constem do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo”.

Como desdobramento desta inclusão, os nossos normativos e procedimentos internos foram revisados buscando garantir que em todas as nossas contratações seja observada esta restrição.

Além disso, desde 2005, somos signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Em junho de 2015, aderimos ao Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO). O InPACTO é uma organização sem fins lucrativos que mobiliza os diferentes setores – produtivo, sociedade civil e setor público – na promoção do trabalho decente. Constitui-se como espaço de debate, troca de informações e estabelecimento de planos e ações conjuntas para grandes empresas atuantes no Brasil. É também meio de articulações com o Ministério do Trabalho e a OIT.

Ao aderir ao InPACTO, a empresa associada assume a responsabilidade de cumprir dez compromissos relacionados à prevenção e à erradicação do trabalho escravo. Para cumprir esses objetivos, foi elaborado um plano de ação por nossas diversas áreas, contemplando o tema ao longo da cadeia de fornecedores.

O plano inclui ações como levantar oportunidades de melhorias em padrões e normativos internos relacionados à contratação de fornecedores e desenvolver plano de ação para prevenção e combate ao trabalho escravo, entre outras ações específicas de acordo com os nossos compromissos assumidos, dentre as quais destacamos:

- Definir restrições comerciais a pessoas físicas e jurídicas inseridas na “Lista Suja” que façam parte da cadeia de valor da empresa ou da organização;
- Apoiar ações voltadas para a qualificação profissional de trabalhadores vulnerabilizados;

- Promover ações de informação e comunicação visando a prevenção ao trabalho escravo;
- Sistematizar, divulgar e compartilhar boas práticas para prevenção e erradicação do trabalho escravo; e
- Apoiar ações de reinserção de trabalhadores vulnerabilizados.

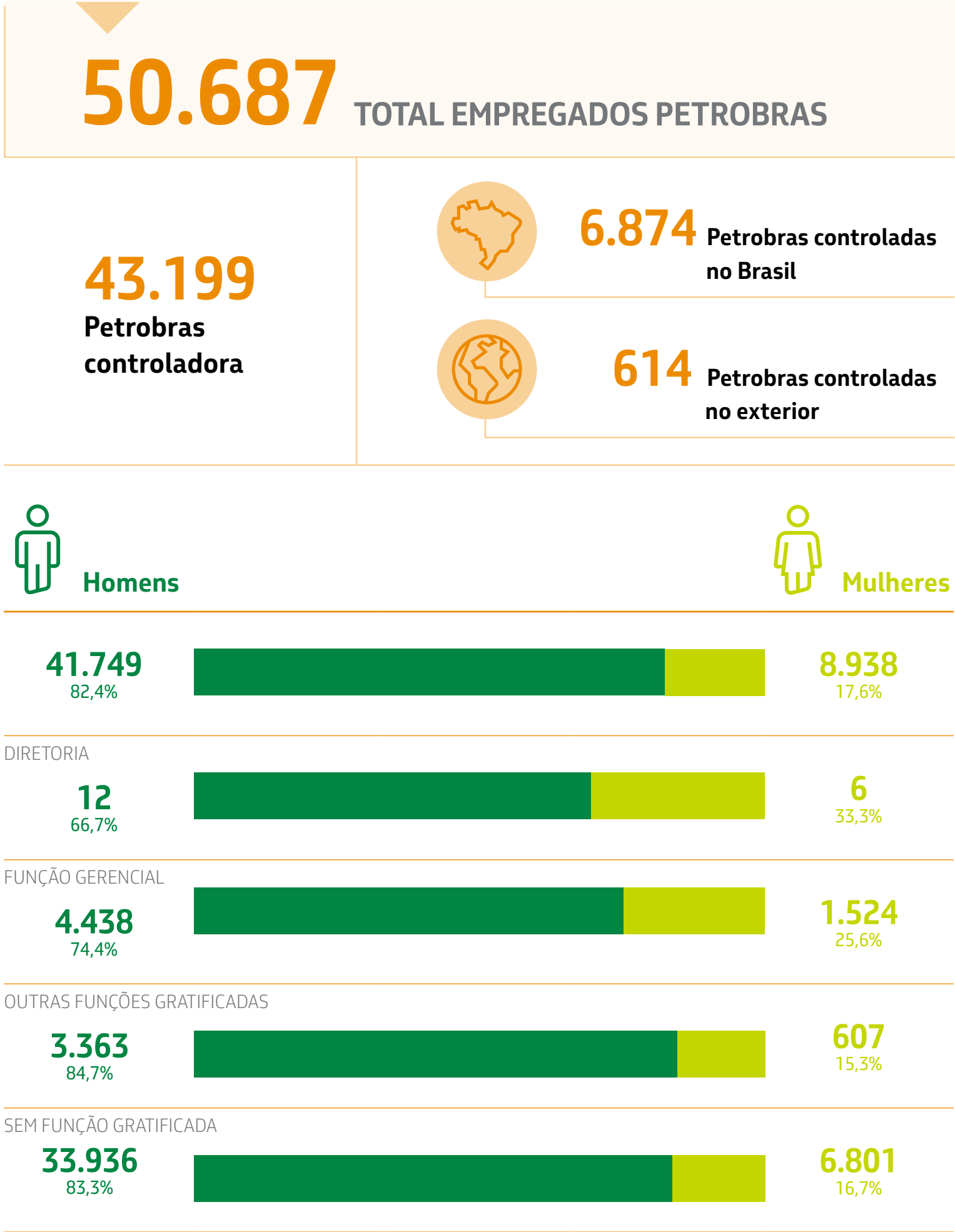
Em relação a denúncias de trabalho infantil e análogo à escravidão em nossas operações e cadeia de fornecedores, verificamos que, em 2025, recebemos uma denúncia sobre trabalho em condições análogas à escravidão, que foi inabilitada por falta de retorno do denunciante.

Enfrentamento ao trabalho forçado e à mão de obra infantil

Em 2025, passamos a integrar, juntamente com a bp, Shell, Equinor, Ørsted e TenneT, uma colaboração conhecida como Worker Welfare Group (WWG), com foco na melhoria dos aspectos de bem-estar de trabalhadores na cadeia de fornecedores. Nessa parceria, temos como foco o bem-estar dos trabalhadores no setor de construção marítima em Singapura, que atuam na construção e montagem das unidades estacionárias de produção (UEPs). O grupo atua em áreas-chave, como recrutamento responsável, melhoria das acomodações, transporte mais seguro e fortalecimento do acesso a mecanismos eficazes de reclamação e queixas. O WWG avançou em sua abordagem coletiva, investindo no desenvolvimento de fornecedores, facilitando o compartilhamento de conhecimento entre diferentes setores e aprofundando o engajamento com as principais partes interessadas em Singapura. Espera-se expandir esses esforços para outras regiões.

Gestão de pessoal e contratações

PERFIL DOS EMPREGADOS



Perfil dos contratados

Não definimos o número de empregados das empresas contratadas para execução dos contratos, apenas as entregas previstas no instrumento contratual. Por isso, não dispomos de informações sobre gênero, escala de trabalho, ou outros dados dos profissionais prestadores de serviços pertencentes aos respectivos empregadores. Dispomos apenas das informações necessárias para liberação no nosso sistema de acesso corporativo.

Em dezembro de 2025, registramos 129.961 empregados de empresas prestadoras de serviços atuando em nossas unidades, dos quais 121.436 estavam alocados na Petrobras controladora. Nossos fornecedores devem garantir condições dignas de trabalho, cumprindo a legislação trabalhista vigente. Essa obrigação consta na minuta contratual e no Guia de Conduta Ética para Fornecedores. Com base nesse guia e nos padrões internos de fiscalização de contratos de bens e serviços, buscamos assegurar conformidade das obrigações trabalhistas, exigindo mensalmente documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), quando aplicável. O descumprimento dessas obrigações permite aplicação de multas e outras penalidades previstas nos contratos.

Com base nesses documentos e nos padrões internos com as orientações para fiscalização de contratos de bens e serviços, verificamos a conformidade da execução das cláusulas contratuais quanto aos aspectos relacionados à segurança, ao meio ambiente e à saúde, bem como à responsabilidade social, incluindo as obrigações de natureza trabalhista, em que exigimos mensalmente o envio da documentação necessária para comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O descumprimento dessas normas e obrigações contratuais é passível de sanções administrativas.

Avaliamos o desempenho e qualidade de nossos fornecedores e, quando necessário, aplicamos o sistema de consequências, conforme disposto em nosso Guia da Qualidade para Fornecedores, que pode resultar desde a aplicação de multas e outras penalidades previstas nos contratos, até a instauração de Comissão para Análise e Aplicação de Sanções (CAASE), em cumprimento aos artigos 83 e 84 da lei nº 13.303/16. É possível instaurar a CAASE em casos de não conformidades trabalhistas, previdenciárias ou de SMS, abandono de contrato, desistência imotivada de processo licitatório, descumprimento do Guia de Conduta Ética para Fornecedores, dentre outras condutas consideradas graves.

No que diz respeito aos processos sancionatórios (CAASE) relativos a não conformidades em práticas trabalhistas, 13 empresas foram sancionadas dentre o total de 34 empresas sancionadas em 2025.

Ressalta-se que, para contratos considerados de maior risco de violação de direitos humanos, como nos casos de uso intensivo de mão de obra, existe uma cláusula declaratória de responsabilidade social que estabelece compromissos de responsabilidade social e direitos humanos para as empresas contratadas.

Com o objetivo de avaliar se essas exigências foram cumpridas pelas empresas contratadas, em 2025, foram realizadas oito avaliações de responsabilidade social junto a prestadores de serviço, em que é avaliado se todos os requisitos contratuais de responsabilidade social foram cumpridos. Nos contratos submetidos a avaliação por lista de verificação não foi identificada nenhuma violação contratual.

Além das avaliações de responsabilidade social junto aos prestadores de serviço que atuam nas paradas de manutenção, realizamos uma série de ações ressaltando os compromissos presentes em nosso Código de Conduta Ética, na Política de Responsabilidade Social e na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e em nossas Diretrizes de Direitos Humanos. Durante os

encontros com esse público, destacamos a necessidade do desenvolvimento de ações de promoção e defesa dos direitos humanos, abordando temas como combate ao trabalho análogo à escravidão, ao trabalho infantil, à exploração sexual, ao assédio moral e sexual e à discriminação de quaisquer tipos.



Para mais informações sobre impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas adotadas, consulte o [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)

Gestão de efetivo

Um dos principais desafios da gestão de RH é assegurar a adequação contínua do quadro de pessoal às nossas necessidades. A análise do efetivo projetado para os próximos anos, dos projetos e necessidades previstas no plano de negócios, bem como previsões em relação ao contexto da indústria, impactada por oscilações cíclicas do Brent, associadas à evolução histórica do quadro de pessoal e à rotatividade do nosso efetivo, orienta as iniciativas para a adequação de pessoal às estratégias da empresa.

O aprimoramento das práticas de mobilidade interna também é essencial para dar agilidade e flexibilidade às dinâmicas do negócio. Realizamos análises do perfil do efetivo e definimos estratégias para a adequação dos quadros de pessoal, apoiadas em planejamento estruturado de entradas e saídas de empregados, programas de formação e educação continuada e avaliação de impactos e custos. Essas ações criam condições para manter conhecimentos críticos, incorporar novos e promover mudança gradual do perfil do efetivo.

Recrutamento e seleção de empregados

Os empregados são um dos nossos ativos intangíveis mais importantes. A capacidade de atrair profissionais qualificados e reter talentos internos é fundamental para o nosso sucesso e sustentabilidade. Nesse contexto, fortalecemos nossa marca empregadora e ampliamos a diversidade na composição do efetivo.

No Brasil, a admissão de empregados ocorre por meio de processos seletivos públicos, conforme o artigo 37 da Constituição Federal e o plano de cargos e salários vigente. Em observância aos princípios da publicidade e da transparência, o edital do processo é publicado no Diário Oficial da União (DOU), em nossos sites e da organizadora do certame, com ampla divulgação em diferentes meios de comunicação.

Para participar dos processos seletivos, o candidato deve pagar a taxa de inscrição e, somente após a sua efetivação, sua inscrição é confirmada. A isenção da taxa de inscrição poderá ser solicitada caso o candidato esteja amparado nos requisitos da lei nº 13.656/2018, aplicável a candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo nacional, a doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

Excepcionalmente, conforme previsto no artigo 50 do Estatuto Social, as funções da administração superior podem ser atribuídas, a critério do Conselho de Administração (CA), a técnicos ou especialistas externos ao quadro permanente, por meio de cargos em comissão de livre provimento. No caso das posições de diretores e titulares da estrutura geral, eventual recrutamento externo é conduzido por empresa especializada em seleção de executivos (*headhunter*), com custos assumidos pela Petrobras.

Em 2025, foram admitidos 1.797 empregados na Petrobras controladora por meio de Processos Seletivos Públicos (PSP), majoritariamente decorrentes

do PSP 2023.2, que reservou 20% das vagas para pessoas negras e 20% para Pessoas com Deficiência (PcDs). Com isso, encerramos o ano com 1.530 empregados PcDs na controladora, representando aumento de 63,81% em relação a 2024 (934), enquanto que, no consolidado, totalizamos 1.803 PcDs, um crescimento de 55,04% frente a 2024 (1.163).

Considerando todas as formas de ingresso, foram 1.855 admissões em 2025, frente a 434 empregados dispensados da companhia, resultando em taxa de rotatividade de 2,72% (considerando ingressos e desligamentos). A taxa de rotatividade voluntária (considerando apenas desligamentos) foi de 0,78% e taxa de rotatividade total de 1,00%. No consolidado, a taxa de rotatividade voluntária é 1,07% e a taxa de rotatividade total é 1,66%.



Para mais informações sobre admissões, desligamentos e rotatividades do Sistema Petrobras (controladora e controladas), consulte o [Painel ASG](#)

Contratação de empregados locais

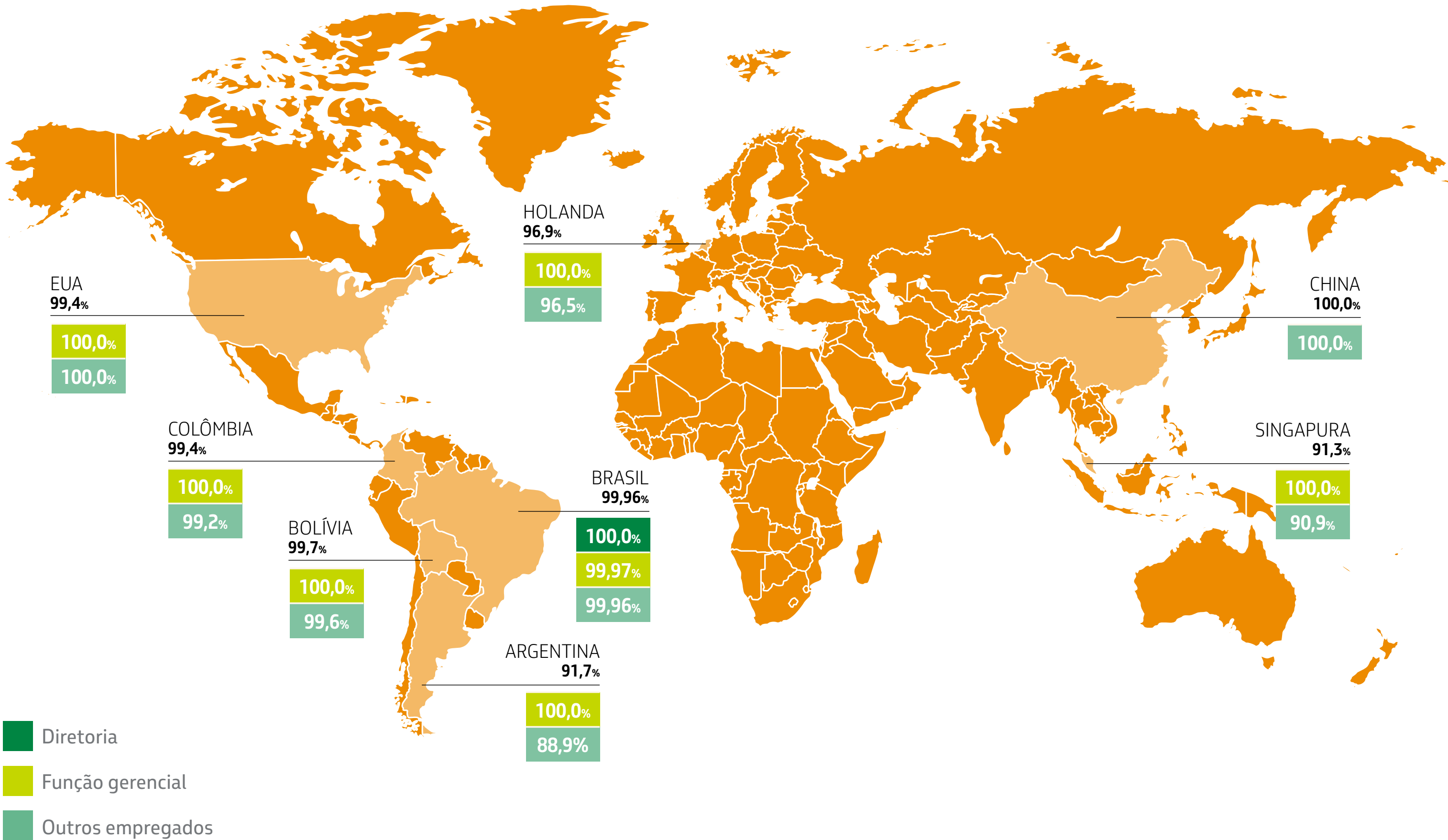
Um dos requisitos básicos para admissão no Brasil, que ocorrem por meio de processos seletivos públicos, é que a pessoa candidata tenha nacionalidade brasileira ou portuguesa (quando amparada pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, promulgado pelo decreto nº 3.927/2001).

É permitida a admissão de membro da Diretoria Executiva (DE) de outra nacionalidade quando se tratar de pessoa natural residente no país, conforme previsto em nosso Estatuto Social.

Em 2025, pessoas com nacionalidade brasileira representaram 99,96% dos empregados da controladora, incluindo a alta administração. Considerando apenas a DE, esse percentual foi 100%.

Nas empresas do exterior, adotamos como política a priorização de mão de obra de residentes locais, conforme distribuição ilustrada na figura a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL



Mobilidade e transição de carreira

Buscamos atrair os melhores talentos, sem esquecer dos profissionais internos que cresceram conosco, entendem a organização e conhecem nossa missão e cultura. Para atender às necessidades de adequação de efetivo, integramos processos de movimentação interna com contratações de novos empregados por processo seletivo público, garantindo maior retenção de talentos e otimização de custos.

Em 2025, aproximadamente mil empregados foram movimentados por meio de processos internos estruturados de recrutamento e seleção. Para aprimorar a mobilidade interna, criamos, desde 2024, o Painel de Interesse em Permuta, ferramenta que dá visibilidade às oportunidades de permuta entre empregados e facilita movimentações internas. O painel permite divulgar, de forma transparente e acessível, interesses de permuta para áreas de preferência, ampliando possibilidades de transferência. Até dezembro de 2025, cerca de 2,8 mil empregados haviam registrado seus interesses e mais de 260 transferências foram viabilizadas.

Em 2025, abrimos 10.157 vagas na Petrobras controladora, preenchidas por candidatos internos (transferências, designações e outros) e externos (processos seletivos públicos, contratação direta, e outros). Destas vagas, 1.855 foram preenchidas por candidatos externos (18,3%) e 8.302 foram preenchidas internamente (81,7%). No consolidado, foram 10.751 vagas abertas, sendo 8.454 preenchidas por candidatos internos (79% do total).

Cabe destacar que a mobilidade interna ocorre dentro do mesmo cargo (Profissional Petrobras de Nível Médio ou Superior), com possibilidade de mudança de ênfase, sendo vedada por lei a mobilidade entre cargos.

O custo médio de contratação por empregado admitido da Petrobras controladora em 2025 foi de R\$ 3.271,71. No consolidado de todas as empresas do sistema, o custo foi de R\$ 3.918,75. Em 2025, a taxa de novas contratações da Petrobras controladora foi 4%. No consolidado, a taxa foi de 4,53%.

Atração de jovens talentos

Programa Petrobras Jovem Aprendiz

O Programa Petrobras Jovem Aprendiz (PPJA) é uma iniciativa estratégica para atrair e desenvolver jovens talentos para a nossa indústria. O programa atende à lei nº 10.097/2000 e ao decreto nº 9.579/2018, que determinam a contratação de aprendizes em número equivalente a 5% a 15% dos trabalhadores em funções que exigem formação profissional.

Em dezembro de 2025, formamos mais de 600 jovens (ciclo 2024–2025). Em abril de 2026, admitiremos 830 jovens para o ciclo de aprendizagem 2026–2027, em cursos distribuídos por 13 estados e no Distrito Federal.

O processo de seleção incluiu cotas para:

- > Adolescentes em medida de proteção de acolhimento institucional ou familiar (10%);
- > Adolescentes egressos de trabalho infantil (15%);
- > Pessoas com deficiência (20%);
- > Pessoas negras, indígenas e quilombolas (30%).

Programa de Estágio de Estudantes Petrobras

Em 2025, seguimos com o Programa de Estágio de Estudantes Petrobras (PEEP), em um modelo inovador que amplia a participação ativa, colaborativa e autônoma dos estagiários. Iniciamos o ano de 2025 com 223 estagiários, encerrando o ano com 135 estudantes ativos.

Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Diretrizes de não discriminação

Diversidade pressupõe inclusão e equidade, assegurando um ambiente que valoriza a expressão e o reconhecimento das diferentes identidades e fortalece relações baseadas no respeito e na confiança. A gestão da diversidade fundamenta-se nos princípios do respeito às diferenças, da igualdade de oportunidades e da não discriminação.

Nossa gestão da diversidade está alinhada às seguintes referências corporativas:

- > Valores da companhia;
- > Código de Conduta Ética;
- > Política de Recursos Humanos;
- > Política de Responsabilidade Social;
- > Política de Diversidade, Equidade e Inclusão;
- > Diretrizes de Direitos Humanos.

Diversidade na Petrobras

Equipes mais diversas tomam melhores decisões e alcançam melhores resultados, pois consideram diferentes pontos de vista e promovem um clima organizacional de acolhimento. Por isso avançamos em ações para ampliar a participação e a inclusão de grupos sub-representados, em linha com os nossos valores e com as melhores práticas do mercado. Reforçando nosso compromisso com a equidade, avançamos no PN 2026–30, estabelecendo a meta de alcançar, até 2030, 26% de mulheres e 26% de pessoas negras em posições de liderança.

Na condição de empresa estatal, estamos sujeitos à lei nº 15.177/2025, que determina a composição mínima de 30% de mulheres nos conselhos de empresas públicas e sociedades de economia mista, incluindo reserva de vagas para mulheres negras ou com deficiência. A implementação dessa exigência é gradual (10%, 20% e 30%) e prevê sanções em caso de descumprimento.

Nesse contexto, com o objetivo de promover a diversidade nas suas indicações, foi mantida no PN 2026–30 a meta voluntária de alcançar, até 2026, o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras em suas participações societárias.

Em complemento, assumimos o compromisso de atingir, até 2028, o de mínimo 20% de pessoas autodeclaradas negras nesses cargos, representando um avanço significativo em relação ao PN 2025–2029, que previa, até 2030, o mínimo de 10% de pessoas autodeclaradas negras em cargos de órgãos estatutários de indicação da Petrobras em suas participações societárias.

Promover maior ingresso de pessoas com perfil diverso significa incluir mais mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e outros grupos sub-representados.

Também implementamos ações para aumentar a presença desses grupos em cargos de liderança. Desde 2024, adotamos práticas para ampliar a ocupação de cargos gerenciais e de especialistas por pessoas de grupos sub-representados.

Criamos um normativo que orienta a adoção de ações afirmativas nos processos internos de recrutamento e seleção de gerentes e especialistas, como processos exclusivos, priorização ou reserva de vagas. Essas práticas foram aplicadas considerando dados demográficos que indicam sub-representatividade em nossas diversas áreas.



Com a implantação do normativo e ações de incentivo, 60% dos 159 processos internos de recrutamento e seleção de gerentes e especialistas foram processos afirmativos.

Além de atrair diversidade, investimos em iniciativas para promover um ambiente mais inclusivo:

- Manutenção de calendário corporativo com datas celebrativas, que estimula ações de letramento e capacitação coletiva;
- Criação de um Programa de Diversidade Geracional;
- Criação do Assistente de Linguagem Inclusiva Petrobras;
- Atuação na Comissão de Acessibilidade, fórum técnico para questões de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e neurodivergência;
- Adesão ao Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+;
- Associação à Rede Empresarial de Inclusão Social pela Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (REIS), vinculada à adesão ao Pacto pela Inclusão de Pessoas com Deficiência;
- Formalização do grupo de afinidade de diversidade geracional, constituído em setembro de 2025, e fortalecimento dos demais grupos de afinidade: mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, neurodivergentes e LGBTQIAPN+;
- Programas de mentoria específicos para mulheres e pessoas negras;
- Diretriz de Uso e Tratamento de Dados de Diversidade.

Nosso objetivo é garantir um ambiente onde todas as pessoas possam expressar sua identidade de forma genuína, trabalhar livres de preconceitos, vieses ou crenças limitantes, potencializando desempenho e bem-estar.

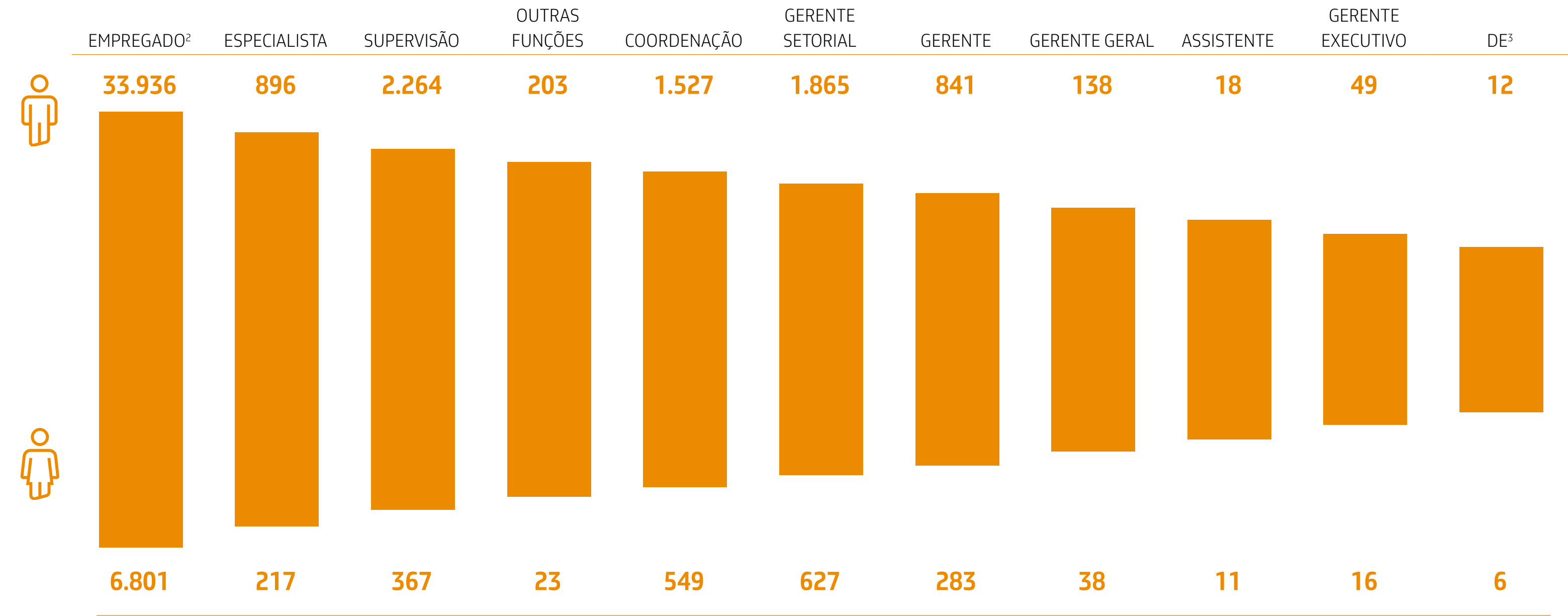
Na composição da DE⁵ da Petrobras controladora, em dezembro de 2025, 56% dos membros eram mulheres. Quanto aos grupos sociais sub-representados⁶, não havia representatividade. A distribuição etária dos integrantes apresentava-se da seguinte forma:

- > dois membros entre 51 e 55 anos;
- > um entre 56 e 60 anos;
- > seis de 61 anos ou mais.



Para mais informações sobre nossas ações para a diversidade na Petrobras, consulte o **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

DADOS SOBRE SEXO (CONSOLIDADO)¹



1 Os números calculados correspondem aos empregados registrados no sistema no regime em 31/12/2025. Especialistas, supervisores e “outras funções” não são consideradas funções gerenciais, mas outras funções gratificadas. Por isso, consideramos o 1º nível de gestão, ou liderança júnior, as funções de coordenador e gerente setorial e, liderança na alta gestão, as funções de gerente executivo, diretor, (membro da DE) e presidente (que faz parte da DE). Sendo assim, temos 22% de mulheres na liderança geral (liderança júnior e liderança na alta gestão somadas às funções de gerente, gerente geral e assistente), 22% na liderança júnior e 21% na liderança da alta gestão.

2 Empregados sem função gratificada.

3 Diretoria Executiva (DE): Compreende presidente e diretores.

5 Diretoria Executiva (DE): Compreende presidente e diretores.

Na Petrobras controladora, encerramos 2025 com mulheres representando 17,5% do nosso quadro total de empregados (incremento de 0,2 pontos percentuais). Nas funções gerenciais, que compreendem coordenador, gerente setorial, gerente, gerente geral, assistente, gerente executivo e DE (presidente e diretores), a participação feminina foi de 25,2% (incremento de 0,9 pontos percentuais), superando a meta para o ano (21%). Na função supervisão, alcançamos 15,1% de mulheres. Considerando funções gerenciais e supervisão juntas, as mulheres representam 22,1% (incremento de 0,7 pontos percentuais).

Encerramos 2025 com 24,6% de mulheres na liderança da alta gestão (gerentes executivos, diretores e presidente), 25,3% de mulheres na liderança júnior (coordenação e gerente setorial) e 24,8% de mulheres na liderança média (gerente, gerente geral e assistente).

Nas diretorias geradoras de receitas, onde 84,5% dos empregados das carreiras STEM (sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) estão lotados, as mulheres representam 20,8% nas funções gerenciais, o que representa um incremento de 1,2 ponto percentual em relação ao exercício anterior (19,6%). No total dos empregados em carreira STEM, a participação feminina é de 12,9% (incremento de 0,1 ponto percentual) e, nas funções gerenciais das diretorias geradoras de receita, 18,2% (incremento de 1,1 ponto percentual). No consolidado, encerramos 2025 com 17,42% de mulheres no quadro geral (incremento de 7,13%) e 24,7% nas funções gerenciais (incremento de 2,6%).

Programa Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho (PPCVST)

Em 2025, o Programa Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho (PPCVST) deu continuidade à implementação das iniciativas previstas em seu plano de ação, que está estruturado em quatro eixos de atuação: Estratégia, Prevenção, Acolhimento e Tratamento de Denúncia.

Dentre as 14 ações concluídas no ano, destacam-se:

- > Ampliação de medidas de proteção a vítimas de violências sexuais e no trabalho;
- > Emissão de orientações corporativas sobre ocupação de funções gratificadas, com impedimentos previstos para pessoas sancionadas por práticas de violências sexuais e/ou no trabalho;
- > Revisão da Diretriz de Proteção a Denunciantes;
- > Realização de nova fase da campanha de combate às violências sexuais e no trabalho.

Adicionalmente, reforçando continuamente o compromisso institucional com o enfrentamento à violência contra a mulher, por meio do PPCVST, promovemos 18 workshops de autodefesa feminina em nossas diversas unidades, alcançando a participação de mais de 2,8 mil mulheres da força de trabalho própria e contratada, bem como realizamos uma capacitação de 14 horas para 100 profissionais sobre prevenção e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

 Para mais informações, consulte o **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

De acordo com a Diretriz 7 da Política de Recursos Humanos, o item 4.7 da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e o item 4.2.a do Código de Conduta Ética, nosso Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) não faz distinção de gênero na remuneração para cargos ou funções gratificadas equivalentes. Considerando mesmo cargo, nível salarial, tempo de companhia, regime e condições de trabalho, a razão da média de remuneração entre mulheres e homens é igual a 1.

 Para mais informações sobre nossas ações para a diversidade na Petrobras, consulte o **Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025**

Quando analisamos de forma ampla, regimes especiais de trabalho que possuem adicionais específicos de remuneração impactam a razão da média entre a remuneração de mulheres e homens, apontando pequena diferença. Cabe esclarecer que há predominância masculina nas atividades associadas a esses regimes na indústria de óleo e gás. Apesar disso, seguimos reduzindo essa diferença. Em 2025, a razão entre a remuneração de mulheres e homens na Petrobras controladora foi de 0,97.

RAZÃO ENTRE REMUNERAÇÃO DE MULHERES E HOMENS PETROBRAS CONTROLADORA

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
0,92	0,93	0,91	0,92	0,95	0,96	0,96	0,97	0,97	0,97

Perfil étnico-racial

Em 2025, como parte do nosso PN 2026–30, estabelecemos a meta de ter 26% de pessoas negras em posição de liderança até 2030. Encerramos o ano com 34,45% de empregados autodeclarados negros na Petrobras controladora. Nas funções gerenciais, a participação foi de 24,72%, superando a meta para 2025 (20%). No consolidado, atingimos 32,85% de empregados autodeclarados negros, e 23,84% nas funções gerenciais.



Mais informações sobre o perfil etário e étnico-racial dos empregados podem ser consultadas no Painel ASG

[GRI 11.11.1] Desde 2023, com o objetivo de avançarmos na pauta racial, lançamos o Programa de Equidade Racial da Petrobras, que possui sete motivadores principais:

- 1 Petrobras como empresa de referência na promoção da equidade racial no ambiente corporativo brasileiro;
- 2 Contribuição para o alcance dos resultados estratégicos da companhia;
- 3 Contribuição para a prevenção de riscos associados às discriminações raciais em nossos projetos e operações;
- 4 Impulsionamento de cultura organizacional vinculada aos valores da diversidade e equidade racial;
- 5 Fortalecimento de ambiente de trabalho que respeite, acolha e promova a diversidade racial;
- 6 Estímulo ao ambiente empresarial brasileiro quanto a valores e práticas de equidade racial;
- 7 Aderência a legislações, políticas públicas, compromissos nacionais e internacionais e demandas de mercado quanto à equidade racial.

Além disso, o programa foi estruturado em nove eixos prioritários, cada um com metas e recomendações específicas: posicionamento corporativo em favor da equidade racial; ampliação da participação de pessoas negras em funções gerenciais e especialistas; engajamento da liderança; fortalecimento da cultura organizacional, comunicação, educação e desenvolvimento vinculados à equidade racial; saúde e bem-estar nas relações de trabalho; relacionamento com poder público; envolvimento com a cadeia de fornecedores; relacionamento com as comunidades, sindicatos e sociedade; e redes e parceiros de negócio.

Alguns exemplos de metas e recomendações finalizadas, e que constam no programa, são: estabelecimento de meta de participação de pessoas negras em funções de liderança; constituição de grupo de afinidade racial corporativo; estímulo à realização de processos de seleção gerencial com ações afirmativas; qualificação de profissionais da saúde quanto às questões raciais; inclusão, nas nossas minutas padrão, de cláusulas associadas à obrigação de não discriminação e de promoção da diversidade racial, dentre outras.

Pessoas negras na liderança

Como parte do PN 2026–30, estabelecemos a meta de alcançar até 2030 26% de pessoas negras em posições de liderança.

Em 2025, na Petrobras controladora, as pessoas autodeclaradas negras (isto é, cuja informação de cor/raça é informada pela própria pessoa em cadastro corporativo, conforme as categorias adotadas) representaram 24,72% das funções gerenciais, superando a meta do ano (20%). No consolidado do Sistema Petrobras, a participação de pessoas autodeclaradas negras nas funções gerenciais foi de 23,84%.

Para acelerar o avanço e reduzir assimetrias históricas de acesso a oportunidades, combinamos medidas de atração, desenvolvimento e progressão. Desde 2024, adotamos práticas de ações afirmativas em processos internos de recrutamento e seleção de gerentes e especialistas, como por exemplo, processos exclusivos, priorização ou reserva de vagas, considerando diagnósticos de sub-representatividade por área. Também fortalecemos iniciativas de desenvolvimento, como programas de mentoria direcionados a pessoas negras, além de ações de letramento e capacitação coletiva voltadas à cultura inclusiva.

O acompanhamento dos indicadores étnico-raciais e a evolução da representatividade em posições de liderança são monitorados por meio de dados de diversidade e de iniciativas corporativas estruturantes, com foco em consolidar uma cultura organizacional baseada em equidade, respeito e não discriminação.

Ações de promoção da diversidade na cadeia de fornecedores

Incentivamos práticas que promovam ambientes seguros e respeitosos, a equidade no acesso a oportunidades, a transparência nos processos de gestão de pessoas e o fortalecimento de uma cultura organizacional orientada pelos direitos humanos. Esse direcionamento se estende às empresas prestadoras de serviços, reforçando a corresponsabilidade na consolidação de relações de trabalho éticas, inclusivas e alinhadas aos valores do Sistema Petrobras.

Em 2025, Búzios manteve sua pesquisa junto aos fornecedores com o objetivo de avaliar a percepção sobre a diversidade no ambiente Petrobras, bem como as ações implementadas para a formação de um ambiente de trabalho inclusivo e diverso. Entre as empresas participantes, 78% declararam possuir política ou programa de diversidade, enquanto 22% afirmaram não adotar ações afirmativas nos processos seletivos visando à inclusão de grupos minoritários.

Ressalta-se que, dentre as ações afirmativas promovidas pelos fornecedores, destaca-se a inclusão de mulheres, alinhada ao nosso projeto em parceria com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) – “O mar também é delas” –, cujo objetivo é ampliar a participação feminina nas atividades offshore, fomentando a equidade de gênero na companhia.

Ainda no ano de 2025, foi introduzida como base em todos os contratos firmados pela Petrobras cláusula garantidora dos direitos humanos, reafirmando o compromisso referente à pauta de diversidade, equidade e inclusão por parte da Petrobras e de suas prestadoras de serviço, assegurando a formação de uma força de trabalho mais equânime e refletidora da realidade social do nosso país. Em 2025, foram assinados 49 contratos contendo a referida cláusula em Búzios.

Também passamos a contar com a participação das empresas parceiras em nossas RACs internas sobre diversidade e inclusão, aproximando as empresas contratadas e realizando troca de informações e experiências, enriquecendo a relação existente entre as partes e fortalecendo laços, com o objetivo de evoluir conjuntamente.

Após identificar a falta de diversidade nas equipes dos termos de cooperação (TCs) firmados por nós com universidades públicas e privadas, criamos também um grupo de trabalho (GT) com o intuito de fomentar a adoção de ações afirmativas para aumento da participação de grupos sub-representados em projetos de pesquisa das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM).

O objetivo do GT foi definir critérios para a composição das equipes executoras dos TCs firmados com as universidades, no que tange à diversidade; e criar cláusula padrão para inclusão nas minutas de TCs que contemple reserva mínima para mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e outros grupos sub-representados nas equipes executoras dos projetos.

O GT foi concluído, em novembro de 2023, com a proposição de cláusula de diversidade com reserva de 20% das vagas para profissionais de grupos sub-representados, garantindo sua presença, preferencialmente, na composição das equipes de trabalho. A cláusula passou a ser obrigatória para todos os TCs assinados pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) junto a instituições de ciência e tecnologia a partir de maio de 2024, tendo sido celebrados, até o momento, 318 TCs com a referida cláusula.

Atualmente, o Cenpes estuda a extensão da obrigatoriedade para TCs celebrados com empresas e outras entidades.

Em 2025, lançamos o Programa Fortalecer, alinhado ao nosso compromisso com a construção de uma cadeia de suprimentos mais diversa, equitativa e inclusiva. O programa tem como objetivo promover a inclusão de micro e pequenas empresas (MPEs) pertencentes a grupos sub-representados no ecossistema de contratação. A iniciativa busca, adicionalmente, fortalecer a sustentabilidade e a competitividade desses negócios, bem como contribuir para o desenvolvimento socioeconômico regional, assegurar o fornecimento de bens e serviços necessários às operações e fortalecer a nossa licença social.

O programa foi realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e teve como abrangência municípios do Vale do Paraíba – como São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Taubaté – localizados no entorno da Refinaria Henrique Lage (Revap). Este primeiro ciclo teve como foco o desenvolvimento de MPEs lideradas ou pertencentes a mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas com deficiência e pessoas idosas, em alinhamento às diretrizes corporativas de inclusão e diversidade.

Ao todo, 30 empresas foram contempladas neste primeiro ciclo do Programa Fortalecer, e tiveram a oportunidade de participar das etapas de capacitação e consultoria individual em gestão, conduzidas pelo Sebrae. Essa fase contemplou temas como planejamento estratégico, marketing, gestão financeira, gestão de pessoas e liderança, segurança do trabalho, uso de inteligência artificial e orientação para cadastramento no Canal Fornecedor Petrobras.

Concluídas as etapas de capacitação, as empresas passaram pelo processo de cadastramento no Portal Petronect, no qual foram avaliados critérios

técnicos, legais e econômicos. A cerimônia de encerramento do programa inclui a obtenção do Certificado de Registro Cadastral (CRC), requisito essencial para participação nos processos de contratação.

Com o Programa Fortalecer, avançamos na implementação da agenda de diversidade, equidade e inclusão na cadeia de valor, ao mesmo tempo em que promovemos o desenvolvimento de empreendedores locais no entorno de suas operações. A iniciativa contribui para o fortalecimento de uma base de fornecedores mais diversa, competitiva e sustentável, em alinhamento às diretrizes corporativas de responsabilidade social e sustentabilidade.

Com o objetivo de dar continuidade à iniciativa, foram analisados, mapeados e sistematizados os aprendizados, desafios e boas práticas identificados ao longo do primeiro ciclo do Programa Fortalecer, de modo a consolidar um referencial que contribua para o seu aprimoramento contínuo. Nesse contexto, buscou-se definir as premissas para o escalonamento do projeto, assegurando a replicabilidade e a consistência das ações em ciclos futuros.

Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

A fim de mitigar os riscos de integridade no processo de contratação, realizamos o processo de due diligence de integridade (DDI) em nossa cadeia de fornecedores. O resultado é expresso por meio do Grau de Risco de Integridade (GRI), classificado como baixo, médio ou alto. Fornecedores com GRI alto estão impedidos de participar de procedimentos de contratação com a Petrobras, salvo exceções previstas em normas internas.

Desde outubro de 2023, alinhados aos nossos compromissos ASG, ampliamos o escopo da DDI para incluir a verificação do respeito aos direitos humanos e à proteção de dados pessoais em nossa cadeia de suprimentos. Desde 2024, iniciamos a devida diligência em direitos humanos para os fornecedores relevantes, contemplando critérios como compromissos públicos, políticas, avaliação de riscos, treinamentos, canais de denúncia, cláusulas contratuais e histórico de não conformidades, entre outros mecanismos de gestão.

Alinhada aos Princípios Orientadores da ONU, a devida diligência em direitos humanos incorpora escuta ativa e engajamento direto dos detentores de direitos, viabilizados por visitas presenciais. O processo prevê a implementação de planos de ação corretivos e preventivos e o monitoramento contínuo, com prioridade para temas críticos e fornecedores de maior risco.

Essa abordagem integrada assegura monitoramento constante, priorização de riscos e implementação de medidas mitigatórias, alinhando fornecedores às melhores práticas internacionais.

Também em 2024, implementamos a regionalização das compras de pequeno valor, aplicável às aquisições de até R\$ 85 mil, como parte da estratégia corporativa para a cadeia de suprimentos, orientada à responsabilidade socioambiental, ao fortalecimento de pequenos fornecedores e à expansão da base de fornecedores locais. A iniciativa está alinhada à nossa visão de exercer

um papel indutor no desenvolvimento do setor industrial nacional, estimulando inovações técnicas e promovendo efeitos positivos em cadeia nos territórios onde atua.

Como resultado, desde sua implementação, mais de 112 mil itens foram contratados de empresas regionais, o que em bases anuais representa um aumento de mais de 31% em relação a 2023. Ao descentralizar os processos de aquisição e aproximá-los das realidades regionais, passamos a identificar melhor as necessidades de cada localidade, estabelecer relações mais transparentes com fornecedores e fortalecer a economia local.

Além de agilizar a contratação de bens e serviços e fomentar a geração de empregos locais, essa abordagem amplia a participação de segmentos historicamente sub-representados, promovendo práticas de trabalho decente e relações comerciais mais justas e sustentáveis. Esses efeitos fortalecem a gestão de riscos socioambientais e contribuem para reduzir o risco de violações de direitos humanos ao longo da cadeia de suprimentos.

Adicionalmente, a política de regionalização de compras favorece a eficiência dos processos operacionais, resultando na redução de custos de transporte e de prazos de atendimento, além de maior agilidade na resposta às demandas do negócio e melhoria da qualidade do atendimento e dos bens e serviços contratados. A estratégia é suportada pela presença de equipes regionais, facilitando o diálogo com as partes interessadas e assegurando o respeito à diversidade cultural, aos valores das comunidades tradicionais e às legislações aplicáveis.

Dessa forma, nossa maior proximidade com os mercados locais reforça o nosso compromisso com a mitigação e a reparação de eventuais impactos negativos, bem como apoia o alinhamento dos parceiros de negócios às diretrizes corporativas de responsabilidade socioambiental.

Gestão de denúncias e prevenção de violências

Nosso Canal de Denúncia está preparado para receber ocorrências relacionadas à força de trabalho. As informações sobre as manifestações recebidas pela Ouvidoria são divulgadas anualmente no Balanço da Ouvidoria-Geral, disponível no Portal da Transparência. As denúncias são classificadas por grupos e temas, conforme melhores práticas de mercado e especificidades da Petrobras, e encaminhadas para as áreas responsáveis pela apuração.

Em 2025, recebemos 155 denúncias de discriminação:

- > 23% envolviam empregados;
- > 52% prestadores de serviços;
- > 25% não identificados.

Dessas denúncias, 21 estavam em tratamento em 31/12/2025, 8 foram confirmadas ou parcialmente confirmadas e 9 não confirmadas. Quando os denunciantes optam pelo anonimato e não fornecem informações suficientes, a Ouvidoria arquiva a denúncia. Assim, 117 denúncias de discriminação foram arquivadas por insuficiência de informações ou pela falta de autorização do denunciante ou da vítima.

As denúncias de discriminação envolvendo empregados são apuradas por gerência especializada e independente. Na etapa de responsabilização, aplicamos, em 2025, uma suspensão e realizamos treinamentos. Para trabalhadores das empresas prestadoras de serviço, o tratamento é feito pela nossa gestão contratual em conjunto com o empregador.

Quanto às violências sexuais, recebemos 193 denúncias em 2025:

- > 24% envolviam empregados;
- > 58% prestadores de serviços;
- > 18% não identificados.

Destas, 19 estavam em tratamento, 147 foram inabilitadas, 16 foram confirmadas ou parcialmente confirmadas e 11 não foram confirmadas. Entre as denúncias confirmadas envolvendo empregados, aplicamos uma suspensão. Para prestadores de serviços, sete foram desmobilizados pelas empresas contratadas.



Mais informações sobre nossas ações de promoção de diversidade, equidade e inclusão estão disponíveis no [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)

Remuneração e benefícios

Política de remuneração

Nossa Política de Remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração (CA), está diretamente relacionada à estratégia organizacional, com foco na atração, engajamento e retenção de talentos. É competitiva em relação ao mercado, alinhada à cultura de desempenho, e gera valor a médio e longo prazos, considerando resultados organizacionais e individuais. Dessa política, derivam nosso plano de cargos e programas de remuneração variável.

O reajuste das tabelas salariais resulta da negociação entre a empresa e os sindicatos durante a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). As propostas são apreciadas pelos empregados em assembleias deliberativas convocadas pelas entidades sindicais. Assim, as tabelas são reajustadas conforme os termos negociados e pactuados no ACT.



Para conhecer mais sobre nossa abordagem de liberdade de associação e negociação coletiva, bem como o percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva, consulte o [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)

O Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) define nossa estrutura de cargos e carreiras, com descrições de atribuições, responsabilidades, requisitos, avaliações e respectivas faixas salariais. Alinhado aos objetivos estratégicos, o PCR sustenta o planejamento e a gestão de nossos empregados, apoiando políticas de atração, retenção, reconhecimento e recompensa, evolução funcional e desenvolvimento profissional.

Implantado em 2018, o PCR substituiu o Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), em processo de extinção. Atualmente, o PCR alcança 90% dos empregados, pois a migração ocorre de forma opcional. Todas as admissões de empregados, a partir da vigência do PCR, ocorrem exclusivamente nesse plano.

A classificação dos cargos e ênfases é baseada na pontuação obtida em avaliação conduzida por consultoria especializada e independente, correlacionada aos resultados de pesquisas salariais. Realizamos pesquisas anuais de mercado, conduzidas por consultorias especializadas, como Willis Towers Watson e Korn Ferry (BR) Consultores, que confirmam a competitividade do pacote de remuneração oferecido em relação às melhores práticas do setor de óleo e gás. Este posicionamento se mantém estável desde 2007. Os valores salariais praticados são revisados e corrigidos anualmente por negociação sindical, sem distinção por gênero, etnia ou região.

Possuímos um modelo conceitual de remuneração variável, composto pelos programas Prêmio por Desempenho (PRD) e Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), ambos para os empregados ocupantes ou não de funções gratificadas; além do Prêmio por Performance (PPP), exclusivo para membros da DE (Presidente e Diretores).

A PLR é a principal prática de remuneração variável, enquanto o PRD reforça o reconhecimento do esforço e do desempenho individual. A PLR é regida por ACT negociado entre a empresa e os sindicatos e aprovado em assembleia deliberativa. O acordo coletivo vigente contempla os exercícios

2024 e 2025 para todos os empregados, ocupantes ou não de funções gratificadas. Para o pagamento da PLR é necessário declaração e pagamento de remuneração ao acionista, aprovado pelo CA; apuração de lucro líquido mínimo no exercício de referência; e atingimento mínimo de 80% das metas ponderadas.

A apuração de 2025 confirmou o atingimento dos gatilhos do acordo de PLR. Em janeiro de 2026, conforme previsto no acordo correspondente, adiantamos 1/3 do prêmio devido a cada empregado elegível.

A remuneração global dos administradores (CA e DE) é aprovada anualmente pela Assembleia Geral, conforme o artigo 152 da Lei de Sociedades Anônimas (lei nº 6.404, de 15/12/1976). Para DE, considera resultados econômicos e financeiros, reconhecimento dos esforços dos administradores e o alinhamento às estratégias e metas de curto, médio e longo prazos. A remuneração dos membros do CA equivale a 10% da média mensal recebida pelos membros da DE.

Em 2025, os scorecards das unidades organizacionais continuam sendo insumo para avaliação da DE (presidente e diretores), gerentes executivos e demais gestores, refletindo-se no cálculo da remuneração variável. Esses scorecards incluem métricas de topo e específicas:

- I. Delta Valor Petrobras (VALOR): mede nosso desempenho econômico-financeiro com base no valor gerado por suas atividades (riqueza criada ou destruída em um determinado exercício);
- II. IAGEE: monitora emissões diretas de gases de efeito estufa na atmosfera;
- III. Indicador de compromisso com o meio ambiente (ICMA), representado pelo indicador de volume vazado de óleo e derivados (VAZO);
- IV. Métricas específicas de cada scorecard executivo (representadas por indicadores específicos que abordam fatores econômicos, ambientais e sociais.

Quanto maior o nível hierárquico, maior o peso das métricas de topo e, consequentemente, das remunerações associadas ao prêmio, refletindo o grau de responsabilidade.

O valor estimado de desembolso depende do desempenho individual dos empregados e das métricas da companhia. Para os membros da DE (presidentes e diretores), gerentes executivos e gerentes gerais, o pagamento do Incentivo de Longo Prazo (ILP) via PPP ou PRD ocorre de forma diferida ao longo de cinco anos, referenciado pela cotação das ações da Petrobras, sem, contudo, contemplar a outorga de opções de compra de ações da companhia. Para esse público, a proporção entre o valor pago à vista e o valor diferido varia de acordo com o nível hierárquico do participante, com maior percentual diferido para níveis mais altos da hierarquia. Para a DE, 60% do PPP é pago à vista e 40% diferido, sendo quitado em quatro parcelas anuais. Para Gerentes Executivos e Gerentes Gerais, o pagamento do PRD é 70% e 80% pagos à vista, respectivamente, enquanto o saldo (30% e 20%, respectivamente) é quitado em quatro parcelas anuais.

Os valores são convertidos simbolicamente em ações ordinárias da Petrobras (PETR3), com base na média ponderada dos últimos 60 pregões do exercício. O recebimento das parcelas ocorre após o cumprimento dos prazos de carência estabelecidos, mediante solicitação formal, e é calculado pela média ponderada das ações PETR3 dos últimos 20 pregões anteriores à data do pedido.

Para os demais empregados, o PRD é pago exclusivamente à vista, mediante aprovação da DE, condicionada à aprovação do CA e à conclusão da avaliação de desempenho do exercício para as metas específicas.

Mantemos mecanismos de proteção da empresa (*clawback*), que cancelam parcelas à vista e diferidas do PPP ou PRD para membros da DE, gerentes

executivos e gerentes gerais, em casos de renúncia ou aplicação de sanções previstas no sistema de consequências. Não adotamos bônus de atração ou pagamentos de incentivos ao recrutamento ou pagamentos de rescisão para a alta administração.

Em 2025, a relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e a média salarial dos demais empregados da Petrobras controladora, considerando os valores formalmente vigentes até 31 de dezembro de 2025, foi de 5,44, sendo a presidente a pessoa com maior remuneração.

Na mesma data-base, a remuneração mínima de entrada na Petrobras controladora correspondia a R\$ 6.189,22, equivalente a 4,08 vezes o salário-mínimo nacional vigente em dezembro/2025, sem qualquer diferenciação por gênero.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) referente ao período foi firmado em janeiro/2026, com efeitos financeiros retroativos a setembro/2025, prevendo reajuste de 5,66% nas tabelas dos cargos permanentes. De forma independente, a tabela das funções gratificadas foi reajustada em 5,13%, também com efeitos retroativos a setembro/2025, nos termos da Política de Remuneração.

Adicionalmente, os membros da Diretoria Executiva (presidente e diretores) tiveram reajuste de 4,83% a partir de abril/2025, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

No consolidado de todas as empresas, a relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e a média salarial dos demais empregados foi de 5,53. Já a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio dos demais empregados ficou em 0,83.

Remuneração justa na cadeia de fornecedores

No período compreendido entre 2020 e início de 2024, praticávamos, para alguns segmentos de fornecimento, o pagamento de contratos em até 90 dias. Em maio de 2024, retomamos e padronizamos o prazo para 30 dias para todas as novas contratações.

Essa mudança impactou positivamente todos os novos contratos, incluindo os relacionados à operação e manutenção das unidades industriais (onshore e offshore) e atividades administrativas.

Benefícios oferecidos aos empregados

O plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), operacionalizado pela Saúde Petrobras, é um benefício de assistência à saúde que atua na promoção, prevenção e recuperação da saúde. É oferecido a empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus familiares. O plano inclui assistência à saúde ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica, com abrangência nacional e padrão de acomodação individual em internações.

Em 2025, o plano AMS encerrou o ano com 258.905 beneficiários em todos os estados. A relação de custeio do benefício foi de 70% para empresa e 30% para os empregados, conforme o ACT 2023-2025.

O plano AMS também cobre programas complementares, como o Programa Cuidar, Benefício Farmácia, PAE (Programa de Assistência Especial), PAD (Programa de Atenção Domiciliar), e PASA (Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado). O Benefício Farmácia garante medicamentos para tratamento de doenças crônicas ou psiquiátricas, além de outros considerados de alto custo.

Em 2025, implementamos melhorias significativas na gestão do plano, com foco em eficiência de custos e melhoria da qualidade do atendimento aos beneficiários. Entre os principais resultados podemos destacar:

- > A Saúde Petrobras alcançou a nota 0,8907 (sendo 1,0 a nota máxima) no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, superando o resultado de 2024 (0,8378). Pelo terceiro ano consecutivo, o plano permaneceu na faixa mais alta de avaliação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, posicionando-se entre as melhores operadoras do mercado de saúde suplementar;
- > Aumento da satisfação dos beneficiários no atendimento prestado através dos canais de comunicação da operadora, especialmente com o retorno do atendimento presencial em 2024;
- > Crescimento de 93% da adesão dos beneficiários ao Programa Cuidar – Atenção Primária, que visa a promoção da saúde preventiva, oferecendo atendimento remoto e presencial, a depender da localidade do beneficiário, com destaque para a inauguração da unidade no Rio de Janeiro e em Brasília;
- > Implantação do Programa Transcuidar, linha de cuidado dedicada ao acolhimento de pessoas transgênero, garantindo a cobertura de procedimentos relacionados ao processo de afirmação de gênero e promovendo um atendimento inclusivo e acolhedor;
- > Ampliação da rede credenciada garantindo mais acesso a cuidados essenciais, com mais locais de atendimento e opções de agendamento.

Cumprimos a resolução CGPAR nº 36/2022, artigo 4º, que trata sobre rotinas de avaliação e monitoramento da gestão das operadoras de autogestão. As informações contábeis da Associação Petrobras de Saúde estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras em nosso site de Investidores.

Também oferecemos benefícios educacionais para apoiar a formação dos filhos dos empregados. Esses benefícios não se aplicam aos administradores (CA e DE) nem aos membros do Conselho Fiscal (CF) e consistem em valores financeiros concedidos para reembolso com despesas escolares.

Além disso, mantemos medidas voltadas ao bem-estar dos empregados, como abono de carga horária para empregados com deficiência e para aqueles com filhos com deficiência inscritos no PAE, que necessitem acompanhar consultas médicas ou terapias. Esse abono foi ampliado para até 240 horas por ano, não cumulativas. Em 2025, 349 empregados utilizaram o benefício.

Desde 2024, oferecemos o Auxílio Cuidador, para empregados da ativa e que sejam PCD com necessidades da vida diária, que consiste no pagamento de um valor mensal, até o limite de um salário-mínimo nacional, para custear cuidador, atendente pessoal ou acompanhante, mediante reembolso aos empregados que atendam aos requisitos de saúde.

Para afastamentos médicos, praticamos complementação do auxílio-doença e benefício do ACT por 48 meses quando relacionado ao trabalho e 36 meses quando não relacionado. O primeiro a empregados em auxílio-doença e o segundo a aposentados afastados por motivos médicos acima de 15 dias. Empregados em jornada reduzida dispõem dos mesmos benefícios de empregados em jornada normal.

Parentalidade

Todos os empregados que comprovem nascimento ou adoção de filho têm direito às licenças-maternidade (cuidador principal) ou paternidade (cuidador secundário ou não-principal). Além do previsto em lei, garantimos prorrogação da licença-maternidade, totalizando 180 dias, e da licença-paternidade, que passou para 30 dias a partir de novembro de 2023, conforme negociação do ACT. Também asseguramos extensão da licença-maternidade em caso de internação da mãe ou do bebê pelo período que durar a internação.

Desde 2023, aprovamos de forma pioneira a licença-maternidade para mães não gestantes. Conforme o ACT, concedemos 120 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 60 dias ou por mais 120 dias com redução de 50% da jornada. Consideramos mãe não gestante a empregada mulher cujo benefício de licença-maternidade não está amparado pela Previdência Social e que consta como mãe na certidão de nascimento ou no termo de guarda para fins de adoção.

A(o) empregada(o) em licença-maternidade (cuidador principal) faz jus ao recebimento do salário-maternidade, sendo garantida a manutenção da remuneração que estiver recebendo no dia do afastamento do trabalho, com todos os adicionais, limitada ao teto da remuneração do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Os empregados em licença-paternidade (cuidador não-primário) não têm alteração em sua remuneração.

Na Petrobras controladora, 1.061 empregados usufruíram licença-paternidade e 276 empregadas em licença maternidade, totalizando 100% dos empregados com direito às licenças maternidade/paternidade/adoção. A taxa de retorno ao trabalho foi de 100% e a taxa de retenção de empregados foi de 99,7% em 2025.

Mantemos 37 salas de apoio à amamentação, distribuídas em unidades operacionais e instalações administrativas.

Planos de previdência

Patrocinamos seis planos de benefícios pós emprego, operados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), com caráter previdenciário:

- > Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R);
- > Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR);
- > Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70);
- > Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70);
- > Plano Petros-2 (PP-2);
- > Plano Petros-3 (PP-3).

Esses planos cobrem 96% dos empregados, considerando que são ofertados a todos, com adesão opcional.

Análise de desempenho

Processo de avaliação

A avaliação individual dos empregados ocorre por dois processos. Um deles é a Avaliação de Desempenho da Alta Administração, que utiliza abordagem multidimensional, incorporando visões de pares, dos superiores e de autoavaliação. Além das métricas objetivas definidas nos scorecards, são avaliadas competências comportamentais e outros elementos da atuação.

Para os demais gestores e equipes, o Gerenciamento de Desempenho (GD) desdobra as métricas dos scorecards da alta administração em metas

individuais e compartilhadas para as demais lideranças e equipes.

Em 2024, esse desdobramento abrangeu mais de 169 mil metas para 41.778 empregados, das quais 19.505 eram metas de equipe, envolvendo 8.780 empregados, contribuindo para o atingimento das nossas métricas de topo e garantindo alinhamento estratégico em todos os nossos níveis. Além da etapa de planejamento, já descrita, o processo ainda tem as etapas de acompanhamento e feedback contínuo, revisão de metas e avaliação.

No ciclo de avaliação de 2024 (realizado no primeiro trimestre de 2025), 100% dos empregados elegíveis foram avaliados. Os 4.214 empregados não avaliados, representando (9,8% do total) foram considerados não elegíveis, conforme regulamento. O ciclo de 2025 ainda está em andamento com previsão de conclusão no 2º trimestre de 2026.

Os resultados do GD são insumos para outras práticas como sucessão gerencial, recrutamento, seleções gerenciais e de especialistas, mobilidade, treinamento, desenvolvimento e progressão profissional.

Entre essas práticas, destacam-se as Conversas de Carreira, estruturadas entre líderes e liderados com apoio do RH, para ampliar a consciência sobre gestão de carreira. Nessas conversas, analisamos trajetória, resultados, experiências, competências, valores, prioridades e aspirações, buscando alinhar expectativas e propor soluções de desenvolvimento. Elas ocorrem principalmente em processos de sucessão gerencial e projetos de gestão de carreira, presentes em mais de 50 áreas da companhia, abrangendo potencialmente mais de 26 mil empregados.

Com base nos resultados do GD 2024, aplicamos em 2025 o programa anual de progressão profissional na carreira Aumento por Mérito, que reconhece empregados com desempenho diferenciado. Foram contemplados mais de 13,6 mil empregados ocupantes de cargos de nível médio e de nível superior do PCR, considerando recurso financeiro para atender 50% dos empregados

com possibilidade de progressão na carreira. Para funções gratificadas, 2.396 empregados foram contemplados, considerando recursos para atender 20% dos empregados com possibilidade de progressão na função. A proporção entre homens e mulheres foi semelhante ao padrão do efetivo total, não sendo observadas assimetrias ou vieses sistemáticos significativos.

Treinamentos e desenvolvimento contínuo

Estrutura e investimentos em capacitação

A capacitação dos empregados é um valor para nós. Disponibilizamos infraestrutura interna para realização de treinamentos na Universidade Petrobras e em unidades pelo país, além de metodologias e tecnologias de ensino para facilitar o acesso aos conteúdos. Em 2025, investimos R\$262 milhões em treinamentos.

Com base na avaliação de desempenho, no Plano de Negócios 2025-2029 (PN 2025-29) e Plano Estratégico 2050 (PE 2050), identificamos necessidades de treinamento negociadas entre gestor e empregado. A média de horas de treinamento por empregado foi de 97 horas na Petrobras controladora e 99 horas no consolidado.

A Universidade Petrobras conta com 13 academias, que desenvolvem programas específicos e ações de gestão do conhecimento alinhadas à estratégia. A Universidade Petrobras estruturou o Sistema do Conhecimento Petrobras para alavancar a aprendizagem na companhia, composto pelas Academias, que atuam em rede, em consonância com os Comitês Técnicos de Conhecimento (CTCs), que, por sua vez são formados por profissionais que são referência nas respectivas áreas de conhecimento, indicados pelas nossas áreas de negócio.

Um destaque foi o desenvolvimento e formalização de uma metodologia de Mapeamento da Gestão do Conhecimento (GC), com o objetivo de identificar, avaliar e direcionar ações de preservação dos conhecimentos da organização. Os resultados das avaliações permitem identificar lacunas e orientam a necessidade de implementação de Trilhas de Preservação de Conhecimentos, alinhadas às diretrizes corporativas de gestão do conhecimento e à mitigação de riscos associados à perda de saberes organizacionais. Também preparamos empregados para mobilidade interna, em ações de transição de carreira e novas responsabilidades, com foco em *soft skills* (habilidades humanas), para melhorar relacionamento interpessoal, crescimento pessoal e desempenho profissional.

Ainda em 2025, a Universidade Petrobras promoveu, em parceria com a Universidade de Santa Catarina, uma evolução no Mapeamento e Classificação de Criticidade dos Conhecimentos da Companhia.

Iniciativas e trilhas estratégicas de desenvolvimento

Atualmente, oferecemos 13 temáticas *soft skills*, como Inteligência Emocional, Gerenciamento do Tempo, Gerenciamento do Estresse, Diversidade, Comunicação, Trabalho em Equipe e Atenção Plena. Em 2025, registramos mais de 8,8 mil aprovações no Programa de Soft Skills da Petrobras (PDSP), somando EADs e diálogos temáticos (para todos os empregados e estagiários).

Outro destaque foi o programa Democratização de Dados, que capacita os empregados para compreender, interpretar e utilizar de dados de forma eficaz, promovendo decisões mais precisas, redução de riscos e inovação. Em 2025, nossa Academia de Inovação e Transformação Digital, em parceria com a gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação, disponibilizou novos conteúdos formativos e ampliou significativamente o acesso a ferramentas

de análise, permitindo que profissionais de diferentes áreas utilizem dados no dia a dia para melhorar decisões e aumentar a eficiência dos processos. Até dezembro de 2025, mais de dez mil empregados foram requalificados e desenvolveram novas competências digitais. Adicionalmente, o programa ofertou para toda a companhia aulas abertas de dados e inteligência artificial, que mobilizaram a participação de mais de 16 mil integrantes da força de trabalho, o que fortaleceu a cultura digital e ampliou a autonomia no uso de tecnologias. Esses avanços impulsionaram a qualificação de trabalhadores e estimularam a criação de cerca de 380 novas aplicações ativas baseadas em dados, contribuindo para uma Petrobras mais ágil, moderna e orientada a resultados.

Também realizamos treinamentos sobre diversidade, equidade e inclusão:

- EAD Prevenção e Combate à Discriminação, Assédio Moral e Violências Sexuais, com mais de 99% da força de trabalho treinada entre 2023 e 2025;
- Momento de Direitos Humanos, para novos empregados;
- EAD Direitos Humanos e Empresas: um olhar sobre a Petrobras, curso obrigatório com mais de 99% de empregados treinados desde 2022;
- Em 2025 ampliamos a abrangência dos nossos treinamentos em direitos humanos, alcançando agora toda a nossa força de trabalho com o EAD Direitos Humanos para prestadores de serviços;
- Inclusão de temas sobre integridade, cuidado com as pessoas e combate a assédio nos treinamentos anuais obrigatórios dos conselheiros de administração e conselheiros fiscais;
- Mais de 74 mil aprovações em 2025 em itens da Trilha Incluindo Você na Diversidade, Equidade e Inclusão e do Programa Homens Aliados;
- Finalização do terceiro ciclo do Programa de Mentoria Feminina Corporativo e do primeiro ciclo do Programa de Mentoria Negritudes;

- Disponibilização do EAD Código de Conduta Ética, obrigatório para os empregados e empregadas, com mais de 42 mil aprovações (98% dos empregados em 31/12/2025).

Ao longo de 2025, mais de 3.300 novos empregados participaram de cursos de formação antes de sua alocação nas respectivas áreas de atuação. Esses cursos passaram a contar com avaliações de resultados incorporados à rotina, com metodologia própria, inspirada em referencial teórico consolidado e em práticas do mercado. As avaliações demonstram que os cursos promovem a rápida adaptação dos novos empregados, gerando uma economia média estimada entre 10 e 15 meses no tempo de aprendizado e alcance da prontidão. Também estimulam inovação e melhorias nos processos, fortalecem a integração e colaboração interna, aumentam significativamente a produtividade dos participantes, permitindo que eles passem a contribuir com prontidão nas áreas em que atuam. As avaliações também indicam economias de custos financeiros, ambientais, entre outros, assim como estimativas de economias que podem chegar a milhões de reais no futuro.

Investimos na capacitação de nossos empregados, oferecendo treinamentos sobre mitigação de emissões e descarbonização de nossas operações, com foco na preparação para uma transição energética justa.

Em 2025, registramos mais de 195 mil participações em capacitações sobre segurança, saúde, contingência e resposta a emergências, e mais de 13 mil participações em temas de sustentabilidade, meio ambiente, transição energética e mudanças climáticas e mais de 25 mil matrículas de empregados em treinamentos externos.



Para mais informações sobre EAD Código de Conduta Ética, Programa Homens Aliados, Mentoria Feminina, Mentoria Negritudes, entre outros, consulte o [Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025](#)

Além disso, realizamos eventos e ações específicas para alinhamento das lideranças e demais públicos da companhia às práticas de diversidade e cultura, como:

- Treinamento Líder 4.0, que visa impulsionar o desenvolvimento de habilidades de autoconsciência e competências socioemocionais e relacionais, com foco na atenção plena, com mais de 190 aprovações em 2025;
- O Onboarding de Novas Lideranças foi reformulado, incluindo capacitações presenciais e remotas síncronas, voltado para novos líderes com módulos de direitos humanos, abrangendo temas de diversidade e respeito às diferenças, cultura e valores Petrobras, violência no trabalho, e comunicação não violenta, com mais de 500 aprovações em 2025;
- Foram disponibilizadas novas trilhas de desenvolvimento da alta e média liderança, compostas por um conjunto de soluções conectadas às competências Petrobras e aos perfis de liderança;
- Palestras e workshops para líderes, visando uma abordagem mais ampla, tais como, Comunicação não Violenta, Visão estratégica, entre outras;
- Programa de capacitação em cultura, clima e diversidade para empregados do RH;
- Jogo Valores Petrobras, iniciativa gamificada para engajar empregados nos nossos valores, com 1.447 participações em 2025;
- Programa de Preparo para Aposentadoria (PPA) estruturado para ampliar o entendimento sobre essa nova etapa da vida, promovendo reflexão e planejamento para o futuro. A iniciativa oferece palestras e orientações práticas sobre saúde integral, planejamento financeiro, planos de previdência complementar da Petros, plano de saúde AMS, projeto de vida e empreendedorismo. Em 2025, foram realizadas duas turmas, que

reuniram 323 participantes na primeira edição e 200 na segunda. Em fevereiro de 2026, uma nova turma foi promovida, com a participação de mais 115 pessoas, reforçando nosso compromisso com o valor Cuidado com as Pessoas e com o planejamento responsável para a aposentadoria;

- Para empregados inscritos em Programas de Desligamento Voluntário, eles se tornam elegíveis, caso cumpram todas as regras do programa até o desligamento, a receber, além das verbas rescisórias, valor de indenização calculado com base na remuneração do(a) empregado(a), respeitados os valores de piso e teto do programa.



Informações sobre horas de treinamento por sexo e categoria funcional podem ser consultadas no [Painel ASG](#)

SEGURANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR DO TRABALHADOR

GRI 11.9.1, 11.9.2, 11.9.3, 11.9.4, 11.9.5, 11.9.6, 11.9.7, 11.9.8, 11.9.9, 11.9.10, 11.9.11

O tema segurança, saúde e bem-estar apresenta nossa abordagem para garantir condições de trabalho seguras e saudáveis. Inclui esforços para prevenir danos físicos e mentais aos trabalhadores e promover saúde, evitando impactos negativos como fatalidades, lesões e doenças ocupacionais, inclusive aquelas decorrentes do contato com produtos perigosos.

Nossa Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) estabelece cinco princípios que orientam decisões e comportamentos de todos os trabalhadores:

- > SMS como valor;
- > Respeito à vida;
- > Gestão baseada em riscos;
- > Sustentabilidade dos negócios;
- > Excelência e transparência no desempenho.

Cada princípio é detalhado em padrões que orientam as nossas práticas.

Alinhados ao Plano de Negócios 2026–2030, temos como propósito cuidar das pessoas e proteger o meio ambiente hoje e no futuro. Atuamos continuamente para alcançar excelência em segurança, meio ambiente e saúde, com aprendizado e melhoria contínua, perseguindo nossa ambição de zero fatalidade e zero vazamento.

Integramos em nosso plano elementos ASG (ambiental, social e governança) em uma visão única, que orienta a mitigação de riscos, planejamento e engajamento com públicos de interesse.

Nesse contexto, assumimos o compromisso de promover operações seguras, protegendo a vida e o bem-estar dos mais de 43 mil empregados da Petrobras controladora. Nossa meta é que cada trabalhador retorne saudável e seguro para sua família ao final de cada jornada de trabalho.

O SMS está presente em nossa visão, propósito e valores. Mais do que parte da cultura, ele permeia todas as nossas atividades.

Jornada de Fatores Humanos da Petrobras

Em 2021, foi iniciada a Jornada de Fatores Humanos da Petrobras e resultou na definição de cinco princípios:

- 1 **Confiança é fundamental;**
- 2 **Pessoas criam segurança;**
- 3 **Como respondemos às falhas importa muito;**
- 4 **Aprender e melhorar é chave para o sucesso;**
- 5 **O contexto direciona o comportamento.**

Esses princípios integram a Política de SMS, Diretriz 1 de SMS – Liderança e Responsabilidade, e induziram mudanças na gestão de SMS, tais como:

- > Incorporação de conceitos de fatores humanos na Comissão de Investigação, passando a ser denominada Comissão de Análise e Aprendizagem;
- > Adoção de práticas voltadas a aprender com o trabalho normal;
- > Promoção da cultura justa restaurativa entre as lideranças;
- > Fortalecimento da influência da cultura de segurança junto a fornecedores;
- > Adoção de estratégias para ampliar a presença de capacidade em segurança em atividades críticas e nos contratos estabelecidos entre a Petrobras e empresas parceiras.



Para saber mais sobre a Jornada de Fatores Humanos, baixe o nosso Guia de Fatores Humanos no Canal do Fornecedor

Sistema de Gestão de SMS

Atualmente, todos os empregados estão abrangidos pelo sistema de gestão de SMS, que estabelece requisitos corporativos para a prevenção de riscos, a proteção da saúde e a promoção de condições de trabalho seguras. Os prestadores de serviços também são incluídos nesse sistema quando atuam nas nossas instalações, estando sujeitos a padrões de saúde e segurança aplicáveis às atividades realizadas e integrados aos processos corporativos de monitoramento e controle, incluindo o Processo de Auditoria Interna da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (PAG-SMS). Essa abordagem contribui para a aplicação consistente dos requisitos de SMS e para a gestão de riscos ao longo da cadeia de valor.

A execução do sistema segue as legislações vigentes e as resoluções dos órgãos reguladores, incluindo:

- > Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego;
- > Legislações do Ministério da Saúde;
- > Resoluções dos conselhos de profissionais de saúde;
- > Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- > Legislação previdenciária;
- > Resoluções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre outros aplicáveis.

A avaliação do sistema é realizada por meio do PAG-SMS, que verifica o atendimento aos padrões derivados das 15 Diretrizes Corporativas de SMS e aos requisitos legais. O objetivo é reduzir riscos de acidentes e incidentes e seus impactos nos processos industriais, nas pessoas e no meio ambiente, promovendo aprendizado e melhoria contínua do desempenho em SMS.

Além disso, todos os contratos de prestação de serviço possuem um anexo de SMS com requisitos obrigatórios de saúde e segurança que devem ser cumpridos pelas empresas parceiras e seus trabalhadores.

O cumprimento dessas obrigações é fiscalizado por meio da gestão contratual e pelas avaliações do PAG-SMS, que incluem mecanismos para monitorar e aperfeiçoar o desempenho em SMS em toda a companhia. O tratamento dos pontos de melhoria identificados nas avaliações periódicas contribui para o aprimoramento contínuo do nosso sistema de gestão de SMS.

Nosso compromisso com a segurança também se estende a gestão dos contratos de transporte. Estas atividades seguem o padrão corporativo de segurança no transporte rodoviário, que orienta a gestão da segurança nos contratos exclusivos de transportes a nosso serviço, tanto de pessoas quanto de produtos e cargas. Cada área da companhia responsável por operações de transporte tem padrões que detalham as exigências específicas para sua atividade.

Participação dos trabalhadores

Comitês e comissões de segurança e saúde

Todos os nossos empregados estão representados em comitês formais de segurança e saúde. Em nossas unidades operacionais e instalações administrativas, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipas) são responsáveis por relatar condições de risco nos ambientes de trabalho e contribuir para a preservação da saúde, bem-estar e da integridade física dos trabalhadores.

Nessas comissões, são discutidos temas de SMS envolvendo empregados próprios e de empresas contratadas. Promovemos reuniões anuais integradas com os representantes das Cipas das unidades e das empresas contratadas (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Sipat).

Os integrantes recebem capacitação, realizam rotinas de verificação das condições de segurança das instalações e das ações implementadas para a melhoria, e participam da análise de acidentes.

Relações sindicais

Os empregados também participam por meio de seus representantes sindicais. Mantemos diálogo permanente e eficaz com as entidades sindicais. Exemplo disso são as reuniões periódicas de comissões permanentes, locais e corporativas, dedicadas exclusivamente a temas de saúde e segurança no trabalho.

Em 2025, realizamos cerca de 84 reuniões com sindicatos voltadas exclusivamente para assuntos relacionados à SMS, nosso compromisso com um ambiente de trabalho saudável e seguro.

Também concluímos o grupo de trabalho com foco em SMS na prestação de serviço, composto por representantes das nossas áreas operacionais – Recursos Humanos (RH), Transformação Digital (TD), SMS, Suprimentos – além da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Este trabalho construiu de forma colaborativa 47 recomendações para o tema SMS na Prestação de Serviços da Petrobras. As recomendações foram divididas em quatro eixos (Compromisso Contratual, Fiscalização, Cipa e Capacidade e Aprendizado) e visam construir instrumentos para que o SMS se materialize em todo ciclo contratual, no relacionamento com as empresas contratadas e na prática das pessoas na Petrobras. De forma estratégica, as ações foram incorporadas ao Programa Compromisso com a Vida em 2025, 2026 e 2027.

Para 2026, está prevista a continuidade de reuniões locais e corporativas de SMS, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025-2027. É por meio da negociação do ACT que os sindicatos levam para deliberação dos empregados, em assembleias, as principais demandas de saúde e segurança, fortalecendo nosso compromisso com a vida, as pessoas, o meio ambiente, e o diálogo social permanente entre as partes.

Saúde e bem-estar dos trabalhadores

A saúde e o bem-estar dos trabalhadores constituem dimensão central da nossa atuação em SMS e estão diretamente associados ao nosso compromisso com a proteção da vida, a sustentabilidade dos negócios e a excelência no desempenho. Em um ambiente operacional diverso e complexo, garantir condições de trabalho seguras e saudáveis requer uma abordagem estruturada, contínua e integrada, capaz de prevenir agravos à saúde, reduzir riscos e promover ambientes de trabalho mais seguros e sustentáveis.

Nossa atuação em saúde e bem-estar vai além do cumprimento aos requisitos legais e regulatórios e está organizada de forma a apoiar os trabalhadores ao longo de sua jornada na companhia, contemplando diferentes momentos e necessidades ao longo do ciclo de trabalho. Essa abordagem reúne ações de saúde ocupacional, vigilância em saúde, prontidão e resposta a situações críticas, além de iniciativas de promoção da saúde e do bem-estar, compondo um sistema integrado de proteção e cuidado.

Nossos esforços em promover um ambiente de trabalho saudável e sustentável, e o amadurecimento das práticas ao longo de 2025 foram reconhecidos por meio de certificações e premiações nacionais e internacionais, como a nossa certificação pelo Global Centre for Healthy Workplaces, que chancelou a excelência já reconhecida anteriormente.

Os processos de saúde seguem princípios éticos que asseguram a confidencialidade das informações de saúde e a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores, em conformidade com a legislação vigente. Esses dados são utilizados exclusivamente para o cuidado, prevenção, vigilância e planejamento em saúde, não sendo empregados em decisões de natureza laboral.

Saúde Ocupacional

A saúde ocupacional atua no acompanhamento da interface do trabalho com a saúde dos empregados, na avaliação da aptidão para o exercício das funções e no suporte aos processos de readaptação e retorno ao trabalho. Essa atuação, contribui para a manutenção da saúde e da capacidade laborativa e é integrada às áreas de segurança do trabalho, higiene ocupacional, ergonomia e vigilância em saúde, sempre em conformidade com os requisitos legais e normativos aplicáveis.

As ações seguem normas e orientações corporativas que orientam o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Emprego, e articuladas ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que identifica e gerencia os fatores de risco presentes nos ambientes de trabalho.

Mantemos os serviços de saúde ocupacional multiprofissional, disponíveis durante a jornada de trabalho e acessíveis nos ambientes administrativos e operacionais, incluindo atividades onshore e offshore. Essa estrutura assegura cobertura adequada às diferentes realidades e contribui para a equidade no acesso ao cuidado em saúde.

Realizamos avaliações e monitoramento periódicos e sistemáticos da saúde dos empregados, permitindo identificar precocemente agravo relacionado ao trabalho. Também mantemos um padrão corporativo com orientações para investigação de casos suspeitos de doença ocupacional e acompanhamento dos envolvidos, em conformidade com normas vigentes.

O exame periódico, requisito legal, assegura a integridade dos empregados. Ele avalia a aptidão para o desempenho das funções, identifica precocemente doenças e orienta sobre medidas preventivas alinhadas aos riscos detectados. Para garantir conformidade legal, utilizamos ferramentas

para controle dos atestados de saúde ocupacional, promovemos campanhas sobre a importância dos exames de saúde periódicos e disponibilizamos materiais que incentivam o protagonismo dos empregados. Também aprimoramos processos para melhorar a experiência do empregado e desenvolvemos ações de engajamento das lideranças, reforçando o cumprimento das disposições legais e normativas.

Monitoramos o absenteísmo relacionado à saúde por meio do Percentual de Tempo Perdido por agravos à Saúde, que mede horas perdidas por afastamento devido a doença ou acidente. Para os empregados afastados por mais de 15 dias, oferecemos o Programa Resgate do Potencial Laborativo, que acompanha de forma interdisciplinar com foco na recuperação da capacidade laboral e retorno ao trabalho.

Vigilância em saúde

Por meio do monitoramento sistemático de riscos, condições de trabalho e do perfil de saúde da população trabalhadora, fortalecemos a capacidade de antecipar cenários, orientar decisões e priorizar ações voltadas à proteção da saúde e do bem-estar.

A Vigilância em Saúde abrange tanto os riscos ocupacionais quanto o risco sanitário dos ambientes, considerando aspectos físicos, organizacionais e operacionais. A higiene ocupacional e a ergonomia são componentes estruturantes desse processo.

A Vigilância Sanitária desempenha papel fundamental em nossas ações de saúde coletiva. Seu modelo de gestão, em 2025, foi adaptado para a visão de risco potencial, metodologia que avalia o risco associado ao possível descumprimento de requisitos legais aplicáveis. Com essa mudança, mantemos o compromisso de atender a legislação sanitária vigente, e o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, 6 e 8.

Estabelecemos normas e orientações internas, realizamos inspeções sanitárias regulares e extraordinárias e promovemos treinamento contínuo dos profissionais envolvidos. Em 2025, customizamos um Sistema Informatizado para contribuir com o monitoramento de aspectos sanitários relacionados à alimentação, serviços de saúde, qualidade da água e do ar, higiene e limpeza de ambientes e roupas, além do controle de pragas e vetores.

A vigilância do perfil de saúde é realizada por meio de análises epidemiológicas internas, que identificam tendências, padrões de adoecimento e grupos de maior vulnerabilidade. Também são monitorados fatores externos como surtos, epidemias e eventos de saúde pública nos territórios onde atuamos. Esse acompanhamento permite a adoção oportuna de medidas preventivas e de proteção coletiva, como orientações específicas, cuidados ao viajante e ações de imunização.

Em 2025, promovemos em parceria com o Ministério da Saúde, a oferta de vacinas do calendário nacional adulto em unidades e prédios administrativos. Firmamos termo de cooperação para facilitar o acesso a essas vacinas, contribuindo para o cuidado à saúde da coletividade e para ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros. Adicionalmente, acompanhamos riscos emergentes relacionados às mudanças climáticas, como o aumento da exposição ao calor extremo, incorporando essas informações ao planejamento de ações preventivas, de adaptação e de contingência.

Prontidão e Resposta em Saúde

Mantemos uma estrutura de prontidão e resposta em saúde voltada à proteção da vida e à mitigação de impactos à saúde dos trabalhadores, assegurando capacidade de atuação diante de situações que demandem resposta assistencial estruturada.

O sistema é planejado com base em cenários de risco, considerando a diversidade e a complexidade das nossas operações. Essa abordagem orienta a organização de recursos, a definição de fluxos assistenciais e a coordenação das equipes envolvidas.

Mantemos atendimento em saúde de forma contínua – 24 horas por dia, sete dias por semana – com recursos presenciais e remotos, que ampliam o acesso à assistência em locais remotos e em ambientes operacionais complexos. Quando necessário, são acionadas estruturas de evacuação aeromédica e logística assistencial, de forma integrada aos planos de emergência.

A prontidão é fortalecida por exercícios simulados periódicos e testes de resposta, que permitem avaliar a efetividade dos fluxos, dos recursos e da articulação entre as equipes. Os protocolos de atuação são revisados, incorporando aprendizados organizacionais e boas práticas. A capacitação contínua das equipes sustenta a evolução do sistema.

Promoção à saúde

Desenvolvemos iniciativas de promoção da saúde e do bem-estar com uma abordagem ampla e inclusiva, apoiando o cuidado integral dos trabalhadores ao longo de suas trajetórias profissionais. Essas ações, articuladas às práticas de saúde ocupacional, vigilância, cuidado e resposta em saúde, contribuem para ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis.

As iniciativas abrangem diferentes dimensões do cuidado, incluindo aspectos físicos, mentais e sociais, e incluem temas como saúde mental, estímulo a um estilo de vida ativo, alimentação saudável, prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis, além de cuidados relacionados aos diferentes ciclos de vida, como gestação, lactação e envelhecimento saudável. Os empregados têm acesso a nutricionista e dentista no local de trabalho.

Além de abordagens individuais, as ações coletivas e ambientais visam facilitar a adoção e manutenção de hábitos saudáveis, além de fortalecer fatores protetores da saúde, respondendo a necessidades de saúde identificadas entre os empregados. A participação das lideranças é essencial para a efetividade dessas ações, uma vez que suas decisões influenciam diretamente os ambientes de trabalho e as condições que favorecem escolhas saudáveis.

Em 2025, promovemos ações de sensibilização e capacitação em saúde mental voltadas para a alta administração e para 100% das nossas lideranças, em diferentes níveis hierárquicos. O tema foi incorporado tanto aos processos de ambientação de novas lideranças quanto às trilhas de desenvolvimento corporativo. Essa abordagem também foi estendida a 160 empresas fornecedoras, que participaram de iniciativas de prevenção à violência e de promoção de ambientes de trabalho seguros e respeitosos. Também realizamos no último ano ações de sensibilização voltadas às lideranças envolvidas nos processos de contratação e oferta de alimentação, abordando os impactos da oferta de refeições saudáveis nos ambientes de trabalho, com a participação de 100% dos gestores diretamente envolvidos.

A promoção do bem-estar inclui iniciativas voltadas à inclusão, à diversidade e à acessibilidade, com foco na construção de ambientes mais acolhedores

e equitativos. Em 2025, desenvolvemos o projeto Saúde Inclusiva, com foco em garantir acesso equitativo ao cuidado, segurança na alocação de pessoas e conformidade legal. Um dos principais avanços foi o desenvolvimento de um fluxo e de um protocolo padronizado de avaliação funcional, voltado à alocação de pessoas com deficiência, assegurando critérios técnicos claros, compatibilidade entre atividades e condições funcionais e maior segurança no exercício das funções.

Nossas iniciativas de promoção da saúde e do bem-estar beneficiam não apenas os empregados próprios, mas também outros públicos. Entre os destaques estão o Circuito Petrobras de Corrida e Caminhada, os Games de Saúde, o acesso à alimentação saudável e segura, as feiras de produtos agroecológicos e as salas de apoio à amamentação. Além disso, realizamos ações educativas, como palestras, lives, campanhas temáticas e a campanha do Mês da Saúde, que abordou o conceito de uma só saúde e envolveu mais de dez mil trabalhadores em atividades corporativas e locais. O Canal de Acolhimento está disponível para toda a força de trabalho, incluindo profissionais contratados, estagiários e jovens aprendizes. Adicionalmente, o programa de atividade física é estendido a estagiários, jovens aprendizes e seus dependentes, com diversas modalidades credenciadas em todo o país.

Direcionamento estratégico e compromissos em saúde

As prioridades em promoção da saúde e bem-estar resultam de análises estruturadas sobre a saúde da força de trabalho e estão alinhadas aos nossos objetivos estratégicos. Nesse contexto, estabelecemos compromissos estratégicos em saúde no plano de negócios, alinhados à agenda ASG e a referências internacionais.

No campo da saúde física, assumimos o compromisso de implementar, até 2030, 100% dos objetivos estratégicos do Plano de Ação Global de Atividade Física da Organização Mundial da Saúde (OMS), no contexto empresarial.

Reconhecemos que a adoção de um estilo de vida ativo depende de oportunidades acessíveis e compatíveis com a diversidade de perfis, rotinas e contextos operacionais – administrativos, industriais e offshore.

Nesse contexto, o projeto Ativa Petrobras estrutura ações voltadas à promoção da atividade física. Em 2025, o projeto foi fortalecido com ações alinhadas às diretrizes da OMS e adaptadas às diferentes áreas de negócio, incluindo iniciativas coletivas, intervenções no ambiente de trabalho e estratégias para estimular as atividades físicas entre empregados inativos a vivenciar diretamente os benefícios do exercício físico para o bem-estar e a interação social.

No âmbito da saúde mental, assumimos o compromisso de implementar, até 2030, 100% dos compromissos do Movimento Mente em Foco, iniciativa do Pacto Global da ONU – Rede Brasil, promovendo ambientes psicologicamente seguros, e fortalecimento de uma cultura baseada no cuidado, no diálogo e no respeito.

Como empresa embaixadora do Movimento Mente em Foco, atuamos como agente indutor da agenda de saúde mental e do futuro do trabalho além de nossas fronteiras organizacionais. Em 2025, contribuímos para a constituição do grupo de trabalho Saúde e Futuro do Trabalho, voltado ao apoio às empresas participantes do movimento e à reflexão sobre desafios emergentes relacionados a novas tecnologias, demografia, mudanças climáticas e estruturas organizacionais. Também apoiamos iniciativas de engajamento e capacitação, como *masterclass* e jornadas educativas, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento de capacidades organizacionais.

Nossa atuação se apoia em um Programa de Saúde Mental estruturado e permanente, organizado em cinco níveis de atenção: cultura e educação, acompanhamento individual, prevenção, prontidão e vigilância. O programa

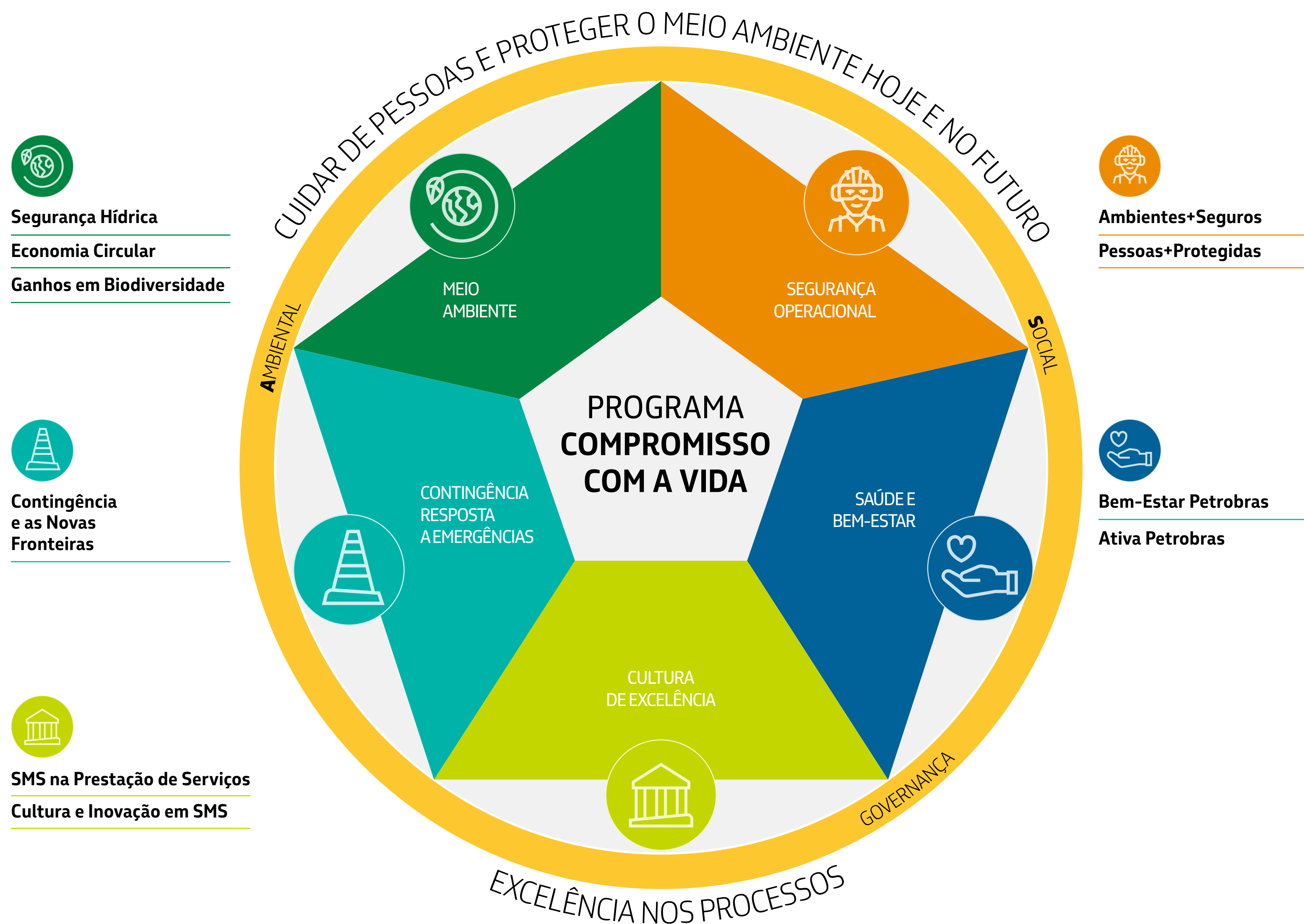
conta com equipe multiprofissional e utiliza a estratificação da população com base em critérios de criticidade em saúde, permitindo direcionar o cuidado às necessidades identificadas. O acompanhamento é contínuo, considerando tanto o cuidado individual quanto fatores organizacionais e riscos psicossociais, em parceria com RH e lideranças, visando o restabelecimento da saúde e a adequação das condições de trabalho.

Programas de segurança e bem-estar

Como parte do processo de melhoria contínua do sistema de gestão de SMS, desenvolvemos programas e iniciativas estratégicas com priorização orientada por diagnósticos estruturados, baseados na análise de riscos, indicadores de desempenho, resultados de auditorias, análises epidemiológicas e aprendizados organizacionais. Nesse contexto, o Programa Compromisso com a Vida constitui o principal programa estruturante da gestão de SMS, com projetos integrados nos eixos de saúde e bem-estar, segurança operacional, meio ambiente, cultura de excelência e contingência e resposta a emergências. O programa promove a excelência dos processos, o cuidado com as pessoas e a proteção do meio ambiente, hoje e no futuro.

Compromisso com a vida

Lançado em outubro de 2016, o Programa Compromisso com a Vida é composto por projetos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de SMS e nas melhores práticas de mercado. Em seu nono ciclo, iniciado e desenvolvido ao longo de 2025, destacamos as ações ilustradas na figura a seguir.



As ações do programa são reportadas periodicamente, e seu avanço é acompanhado em diversos níveis organizacionais, culminando na avaliação pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de SMS do Conselho de Administração.

Desde o lançamento, em 2016, reduzimos significativamente a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), de 2,15 para 0,71. Trabalhamos para consolidar uma cultura de alto desempenho, que exige saúde, respeito ao meio ambiente e segurança.

O programa também contribui os resultados estratégicos na gestão de portfólio, promovendo melhoria contínua dos indicadores de SMS, aumentando a conscientização dos empregados quanto ao cuidado com a vida, por meio de treinamentos, capacitação de equipes e ações estruturantes.

Petrobras Bem-Estar (PPBEM)

Implantado em 2024, o Programa Petrobras Bem-Estar (PPBEM) foi constituído de forma colaborativa entre nossas diversas áreas e grupos focais que ouviram ativamente os empregados. O programa busca promover bem-estar por meio de atuação integrada em todos os níveis da organização, destacando a importância da participação ativa dos empregados, do envolvimento de profissionais capacitados e do comprometimento das lideranças.

Sua estrutura adota o modelo de Ambientes de Trabalho Saudáveis da OMS, que estrutura a atuação em quatro dimensões:

- Recursos para a Saúde;
- Ambiente psicossocial de trabalho (denominado na Petrobras como Ambiência Organizacional);
- Ambiente físico de trabalho;
- Envolvimento da empresa com a comunidade.

O PPBEM funciona de maneira integrada desde o planejamento até a execução das ações, apoiado por uma estrutura de governança que assegura coordenação, capilaridade e efetividade. Essa governança é composta por:

- Comitê Executivo, formado pelos gerentes executivos do SMS, RH, Compartilhado e Responsabilidade Social;
- Comitê Tático, composto por lideranças responsáveis pelas diferentes dimensões do programa;
- Comitês de Bem-Estar em todas as diretorias, com representantes das gerências executivas;
- Uma rede de agentes de bem-estar, que atua como elo entre a estratégia corporativa e os contextos locais de trabalho.

Em 2025, o programa avançou com a elaboração de planos de bem-estar específicos para cada diretoria, desenvolvidos a partir de pesquisas internas e dados de cada área, e posteriormente desdobrados para todas as gerências executivas.

Prevenção de violência no trabalho

Desde 2024, o Programa Petrobras contra a Violência Sexual (PPCVS) ampliou seu escopo para combater outras formas de violência no trabalho, como assédio moral, discriminação e retaliação, passando a se chamar Programa Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho (PPCVST). O programa mantém quatro eixos de atuação: estratégia, prevenção, acolhimento e tratamento de denúncia.

O Canal de Acolhimento também foi expandido e está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, oferecendo escuta e orientação para pessoas afetadas por qualquer tipo de violência no ambiente de trabalho. O atendimento é sigiloso e realizado por equipe multidisciplinar especializada.



Informações sobre acesso dos empregados aos serviços de saúde e programas de promoção da saúde podem ser consultadas no Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa 2025

Segurança dos trabalhadores

Nosso Sistema de Gestão de SMS segue as melhores práticas do setor e está alinhado às principais normas, incluindo as da ANP, que tratam da garantia da segurança operacional das instalações industriais.

Regras de Ouro

Para fortalecer a cultura de segurança, definimos em 2016 as dez Regras de Ouro, baseadas na análise dos acidentes mais recorrentes na indústria de óleo e gás e em nosso histórico. O treinamento nas Regras de Ouro é obrigatório para todos os trabalhadores, no Brasil e no exterior. As Regras de Ouro estão ilustradas na figura a seguir.



Antes do início de cada atividade, os trabalhadores são informados sobre os riscos de SMS inerentes às tarefas a serem desempenhadas e, conforme a natureza da atividade, são emitidas Permissões para Trabalho e realizadas as Análises de Segurança da Tarefa.

Caso surja uma situação de risco, a atividade deve ser interrompida. Se ocorrer um imprevisto que represente risco à segurança ou à vida, o trabalhador deve exercer seu direito de recusa em prosseguir, comunicando a ocorrência ao superior, que deve manter a suspensão das atividades até que a situação seja normalizada.

Nossa Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde estabelece SMS como valor e princípio, garantindo que todas as atividades sejam supervisionadas e estejam em conformidade com nossos padrões de SMS. Não admitimos represálias contra trabalhadores que zelam por operações seguras. Para casos de retaliação, disponibilizamos o Canal de Denúncia, com opção de anonimato.



Informações sobre o Canal de Denúncia podem ser consultadas no capítulo **Integridade nos negócios**

Fundamentos de Segurança de Processo

A análise de acidentes de processo indicou que a aplicação dos Fundamentos de Segurança de Processo (FSPs) pode eliminar parcela significativa desses eventos. Esta constatação reforçou a importância da prevenção de acidentes e direcionou esforços para a implementar essa iniciativa no âmbito do Programa Compromisso com a Vida.

Os FSPs consolidam boas práticas já conhecidas nas frentes operacionais, garantindo que sejam seguidas pelas equipes e apoiadas pelos supervisores e líderes. O objetivo é incorporar a segurança de processo ao diálogo diário e ao processo decisório das operações.

Os FSPs complementam as Regras de Ouro, trazendo foco às questões de segurança de processo. Definimos cinco fundamentos, reunidos no Manual de Fundamentos de Segurança de Processo, conforme figura ao lado.

Durante a implantação, realizamos ações como sensibilização das lideranças, definição de pontos focais nas unidades e treinamento das frentes operacionais.



Treinamentos em segurança e saúde

Em 2025, foram oferecidos treinamentos em segurança e saúde por meio de currículos e trilhas de desenvolvimento disponibilizados no sistema interno de treinamento Solução Integrada de Recursos Humanos (SIRH). O portfólio contemplou aproximadamente 500 soluções educacionais, incluindo cursos técnicos, legais, regulamentares e mandatórios, alinhados à legislação vigente e às diretrizes internas. A gestão e o acompanhamento das capacitações ocorreram por meio de painéis analíticos acessíveis às lideranças, delegados e empregados.

Durante o ano, foram realizadas iniciativas para o aprimoramento do modelo de capacitação corporativa, com destaque para:

- Revisão da matriz de treinamentos obrigatórios;
- Atualização de 128 planos pedagógicos;
- Reativação do Fórum Temático de Treinamentos Obrigatórios de SMS;
- Realização do Workshop de Treinamentos Obrigatórios de SMS.

O curso EAD Fatores Humanos alcançou mais de 76 mil participantes internos e externos. Além disso, o curso Engajamento e Capacitação das Lideranças Petrobras na Promoção da Saúde Mental capacitou 96,2% das lideranças.

Também realizamos quatro turmas de cursos de formação, com um total de 257 novos empregados nas áreas de Engenharia de Segurança de Processo, Técnico de Segurança do Trabalho e Técnico de Enfermagem, combinando módulos conceituais, visitas técnicas e atividades vivenciais.

Em 2025 foram oferecidas três pós-graduações lato sensu: Ergonomia, Higiene Ocupacional e Segurança de Processo. Na área da ergonomia, foi realizada licitação para duas turmas do curso Ergonomia e Projeto, destinadas à capacitação de 60 empregados, tendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como vencedora e com a primeira turma iniciada em agosto de 2025. Em segurança de processo, foi concluída a sexta turma do curso promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Senai-CETIQT). Já na área de higiene ocupacional, foram licitadas duas turmas para formação de empregados, com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) como instituição vencedora e início da primeira turma em setembro de 2025.

A ampliação do uso de ferramentas digitais fortaleceu a disseminação de conhecimento e o compartilhamento de melhores práticas entre as redes técnicas de SMS. Nesse contexto, o Portal de Conteúdos da Academia de

SMS consolidou-se como principal repositório corporativo da área, reunindo mais de 12 mil conteúdos acessíveis por meio de busca inteligente.

O fortalecimento do aprendizado organizacional em SMS, alinhado ao direcionador estratégico previsto na Política de SMS, resultou na revisão de nove trilhas de desenvolvimento – sendo sete relacionadas ao Programa Compromisso com a Vida 9º Ciclo – e na criação de quatro novas trilhas, totalizando 36 disponíveis ao final do ciclo. Essas trilhas estruturam a gestão do conhecimento ao mapear temas críticos, identificar referenciais técnicos e acelerar processos de aprendizagem com base em metodologias andragógicas e formatos educacionais diversos.

Para ampliar o acesso e facilitar a experiência do empregado, todas as trilhas foram automatizadas e integradas ao sistema corporativo, permitindo sua realização em qualquer dispositivo móvel, conforme a disponibilidade do usuário.



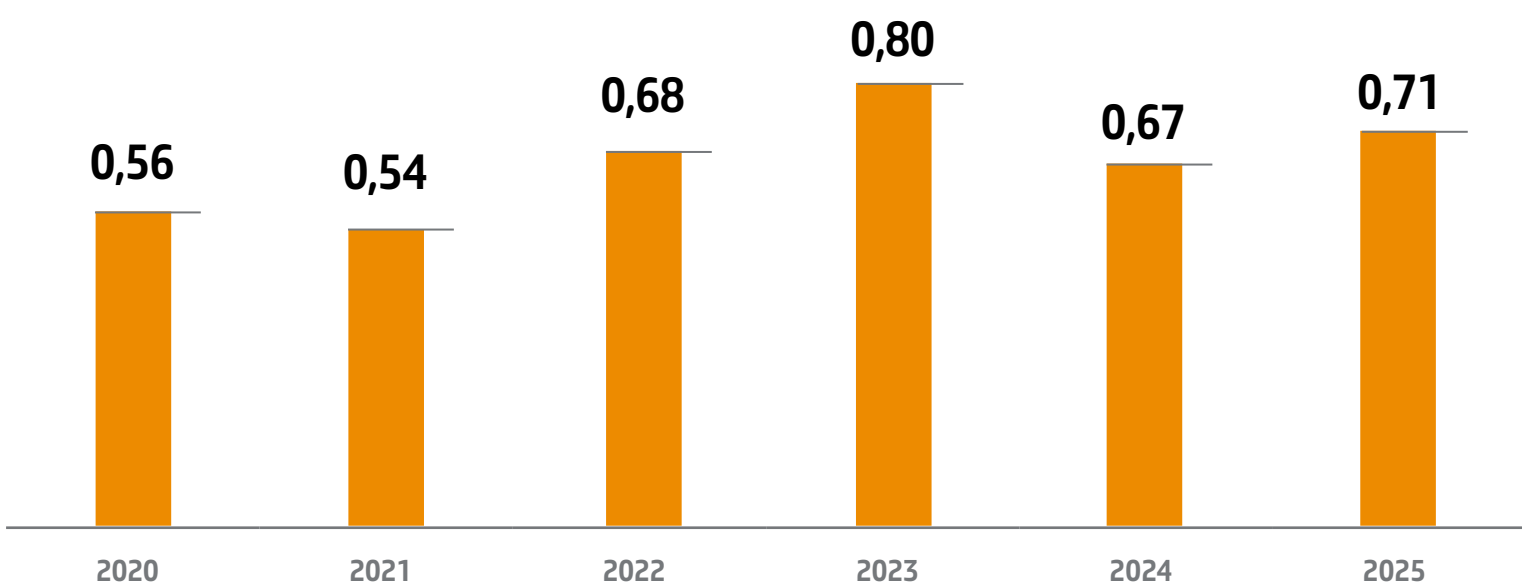
Indicadores de segurança e saúde ocupacional

Uma de nossas métricas de topo é a TAR. Em um processo contínuo de evolução e de melhoria, esse indicador, que até 2015 estava acima de 2,0, vem se mantendo próximo de 0,7 nos últimos três anos.

A série histórica apresentada no gráfico a seguir demonstra que, assim como a indústria de óleo e gás, reduzimos essas taxas nas últimas décadas, alcançando o melhor resultado histórico no biênio 2020 – 2021, durante a pandemia da Covid-19. Com a retomada plena das atividades em 2022, houve retorno ao patamar de 2019 tanto na companhia quanto no setor.

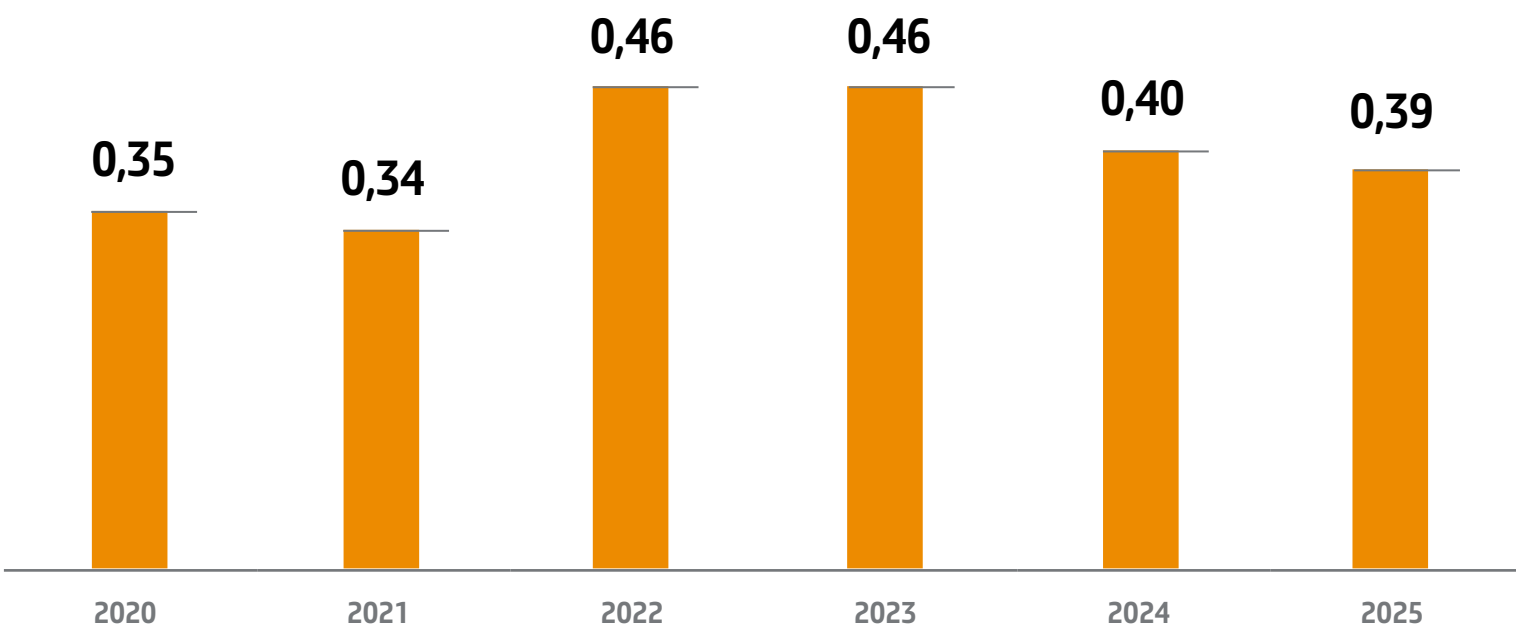
Monitoramos mensalmente, em reuniões de análise crítica, os indicadores de processos críticos, especialmente métricas de topo como a TAR.

TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS (TAR)^{1 2}



1 Número de acidentados registráveis por milhão de homens-hora de exposição ao risco. Inclui casos típicos de lesões sem afastamento (excluindo casos de primeiros socorros), de lesões com afastamento, casos de doenças ocupacionais e acidentados fatais.
2 Dados da Petrobras controladora, Petrobras Bolívia S.A. (PEB), Petrobras International Braspetro B.V. – Sucursal Colombia (PIB-COL), Petrobras Operaciones S.A (Posa), Termobahia, Termomacaé, Petrobras Colômbia Combustíveis S.A (Pecoco) e Transpetro.

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)¹



1 Número de acidentados com afastamento do trabalho decorrente de acidentes típicos ou de casos de doença ocupacional por milhão de homens-hora de exposição ao risco.

Em 2025, registramos TAR de 0,71, um aumento de 6% em relação a 2024 (0,67), compondo a média de 0,73 nos últimos três anos.

De acordo com os mecanismos de gestão, desencadeamos iniciativas como:

- > Execução imediata de ações locais nas unidades de modo a prevenir novos eventos com natureza semelhante;
- > Constituição de grupo de trabalho com o objetivo de propor ações adicionais de resposta;
- > Manutenção das iniciativas estruturantes do Programa Compromisso com a Vida, que visam reduzir acidentes.

As análises críticas dos eventos que compõem a TAR direcionaram as estratégias para 2025, com foco na redução de ocorrências graves, alinhadas à ambição de zero fatalidade.

A TAR de empregados próprios foi 0,31, enquanto a TAR de contratados foi 0,83, evidenciando a necessidade de intensificar ações junto à cadeia de fornecedores. Tivemos 30 empregados próprios e 273 contratados acidentados registráveis.⁷ Entre os casos com afastamento, foram 23 empregados próprios e 144 contratados, resultando em Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) de 0,24 e 0,44, respectivamente.

Em 2025, ocorreram três acidentes fatais, um envolvendo empregado de empresa contratada na execução dos nossos contratos e dois envolvendo empregados próprios (sendo um Transpetro), resultando em uma Taxa de Acidentados Fatais de 0,30 para contratados e 2,10 para empregados próprios.

Todos os acidentes foram analisados por uma equipe multidisciplinar, que identificou causas básicas e definiu ações de bloqueio e de abrangência para prevenir novas ocorrências. As lições aprendidas são compartilhadas em todas as unidades, através de um sistema robusto de disseminação do aprendizado, reforçando medidas preventivas no nosso sistema de gestão.

 **Informações sobre aprimoramento da integridade e confiabilidade das instalações e melhoria dos processos podem ser consultadas no capítulo Prevenção e gestão de acidentes de processo**

7 Dados da Petrobras controladora, Petrobras Bolívia S.A. (PEB), Petrobras International Braspetro B.V. – Sucursal Colombia (PIB-COL), Petrobras Operaciones S.A (Posa), Termobahia, Termomacaé, Petrobras Colômbia Combustíveis S.A (Pecoco) e Transpetro.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES

GRI 2-5



1

2

3

4

5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Rio de Janeiro – RJ

Relatório de asseguração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) constantes no Relatório de Sustentabilidade 2025 e Painel ASG 2025 da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Conclusão

Realizamos um trabalho de asseguração limitada sobre se as informações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e do Painel ESG constantes no “Relatório de Sustentabilidade 2025 e Painel ASG 2025” (“Relatório”) da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas com base nas normas do Global Reporting Initiative (GRI Standards) (“Critérios”).

Com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e do Painel ASG constantes no Relatório de Sustentabilidade 2025 e Painel ASG 2025 da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram preparadas, em todos os aspectos relevantes, com base nos Critérios.

Nossa conclusão sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e do Painel ASG constantes no Relatório de Sustentabilidade 2025 e Painel ASG 2025 da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e preparadas com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI Standards), não se estende às imagens, referências a vídeos, conteúdos gráficos, metas e compromissos, os quais não foram objeto de nossos procedimentos de asseguração limitada. Consequentemente, não expressamos qualquer conclusão sobre tais informações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



Base para a conclusão

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 (Revisada) – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, e com a International Standard on Assurance Engagements (ISAE) 3000 (Revised), Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), respectivamente. Nossas responsabilidades em relação a essas normas estão descritas mais detalhadamente na seção "Nossas responsabilidades" do relatório.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência) emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01) - Gestão de Qualidade para Firms (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes e o International Standard on Quality Management (ISQM) 1, Quality Management for Firms that Perform Audits or Reviews of Financial Statements, ou Other Assurance or Related Services Engagements, emitidas pelo CFC e IAASB, respectivamente. Essas normas requerem que a firma elabore, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relativos ao cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa conclusão.

Responsabilidades pelas informações constantes no Relatório

A Administração da Companhia é responsável pelo(a):

- desenho, a implementação e a manutenção dos controles internos relevantes para que a preparação das informações constantes no Relatório estejam livres de distorção relevante, independente se devido a fraude ou erro;
- seleção de Critérios adequados para a preparação das informações constantes no Relatório e a referência apropriada aos Critérios utilizados ou descrição desses Critérios; e
- preparação das informações constantes no Relatório de acordo com o método de mensuração e cálculos de acordo com os Critérios.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



Nossas responsabilidades

Somos responsáveis por:

- planejar e executar o trabalho para obter uma asseguarção limitada sobre se as informações constantes no Relatório da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas com base nos Critérios estão livres de distorções relevantes, independentemente se devido a fraude ou erro;
- formar uma conclusão independente, com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas; e
- reportar nossa conclusão ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia.

Resumo do trabalho que executamos como base para nossa conclusão

Exercemos julgamento profissional e mantivemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho. Desenhamos e executamos nossos procedimentos para obter evidência sobre as informações constantes no Relatório que é suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa conclusão. Nossos procedimentos selecionados dependem do nosso entendimento das informações constantes no Relatório e de outras circunstâncias do trabalho, além de nossa consideração das áreas em que é provável que surjam distorções materiais. Ao realizar o trabalho, nós realizamos os seguintes procedimentos:

- a. planejamos os trabalhos, considerando a materialidade dos aspectos para as atividades da Companhia, a relevância das informações divulgadas, o volume de informações quantitativas e qualitativas que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório;
- b. obtivemos o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos adotados para a compilação dos indicadores por meio de indagações e entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c. realizamos a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas, bem como indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes no Relatório; e
- d. avaliamos os processos adotados para a elaboração das informações constantes no Relatório, bem como a sua estrutura e conteúdo, com base nos Critérios.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



Os procedimentos realizados em um trabalho de asseguração limitada variam em termos da natureza e época, e sua extensão é restrita (menos extensa) do que de um trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtido em um trabalho de asseguração limitada é substancialmente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI

DECLARAÇÃO DE USO

A Petroleo Brasileiro S.A. relatou as informações citadas neste sumário de conteúdo da GRI para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, com base nas Normas GRI.

PUBLICAÇÃO

22/06/2026

GRI UTILIZADA

GRI 1: Fundamentos 2021

SETORIAL GRI

GRI 11: Setor de Petróleo e Gás 2021

SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
CONTEÚDOS GERAIS			
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-1 Detalhes da organização	Págs. 7 a 8
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Pág. 5
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	Pág. 5 e 235
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-4 Reformulações de informações	Pág. 5
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-5 Verificação externa	Pág. 5 e 218 a 221
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Págs. 6 a 9 e 41
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-7 Empregados	Pág. 192 e Painel ASG págs. 4, 33 e 34
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-8 Trabalhadores que não são empregados	Pág. 192 e Painel ASG pag. 4
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-9 Estrutura de governança e sua composição	Págs. 65 a 67
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Pág. 67
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	Pág. 65
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Págs. 66 a 68 e 70
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Págs. 64 e 66 a 69
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	Págs. 5 e 10
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-15 Conflitos de interesse	Págs. 84 a 86
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	Pág. 71
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Pág. 71



SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
CONTEÚDOS GERAIS			
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Págs. 72 a 73
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-19 Políticas de remuneração	Pág. 203
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-20 Processo para determinação da remuneração	Págs. 202 e 204
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-21 Proporção da remuneração total anual	Pág. 203, e Painel ASG pág. 40
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Págs. 1 e 2
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-23 Compromissos de política	Págs. 70 e 72
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-24 Incorporação de compromissos de política	Págs. 53 a 62, 64, 67 e 70
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-25 Processos para reparar impactos negativos	Pág. 187
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Págs. 76 a 78 e 86 a 88
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Painel ASG pág. 12
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-28 Participação em associações	Painel ASG págs. 14 a 16
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders	Págs. 21 a 26
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-30 Acordos de negociação coletiva	Pág. 190

SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
TEMAS MATERIAIS			
	GRI 3: Temas materiais 2021	3-1 Processo de definição de temas materiais	Págs. 10 a 18
	GRI 3: Temas materiais 2021	3-2 Lista de temas materiais	Pág. 11
IMPACTOS ECONÔMICOS			
11.14.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 41 a 43
11.14.2 11.21.2	GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Pág. 44
11.2.2	GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Págs. 107 a 109
11.21.3	GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	Págs. 45 a 46
PRESENÇA DE MERCADO			
11.11.2 11.14.3	GRI 202: Presença de mercado 2016	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	Págs. 193 e 194, e Painel ASG pág. 36
IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS			
	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 41 a 43
11.14.4	GRI 203: Impactos econômicos indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	Págs. 51 a 52
11.14.5	GRI 203: Impactos econômicos indiretos 2016	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	Págs. 48 e 50
PRÁTICAS DE COMPRA			
11.14.6	GRI 204: Práticas de Compra 2016	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	Págs. 48 a 49, e Painel ASG pág. 5
COMBATE À CORRUPÇÃO			
11.20.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 74 a 76, 78 a 80, 82 a 84, 86 a 88
11.20.2	GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Pág. 82, e Painel ASG pág. 11
11.20.3	GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Págs. 81 a 82, e Painel ASG pág. 11
11.20.4	GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Pág. 88, e Painel ASG pág. 5
CONCORRÊNCIA DESLEAL			
11.19.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Pág. 80
11.19.2	GRI 206: Concorrência desleal	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Pág. 80



SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
TRIBUTOS			
11.21.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 41 a 43
11.21.4	GRI 207: Tributos 2019	207-1 Abordagem tributária	Págs. 45 e 47
11.21.5	GRI 207: Tributos 2019	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Págs. 45 e 47
11.21.6	GRI 207: Tributos 2019	207-3 Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	Págs. 45 e 47
11.21.7	GRI 207: Tributos 2019	207-4 Relato país-a-país	Págs. 45 e 47
ENERGIA			
11.1.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 107, 109, 113 e 123
11.1.2	GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	Pág. 118, e Painel ASG pág. 10
11.1.3	GRI 302: Energia 2016	302-2 Consumo de energia fora da organização	Pág. 118, e Painel ASG pág. 10
11.1.4	GRI 302: Energia 2016	302-3 Intensidade energética	Pág. 118, e Painel ASG pág. 10
ÁGUA E EFLUENTES			
11.6.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 142 a 143
11.6.2	GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	Págs. 144 a 145
11.6.3	GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Pág. 146
11.6.4	GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-3 Captação de água	Págs. 142, 143 e 144, e Painel ASG págs. 3 e 18
11.6.5	GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-4 Descarte de água	Pág. 147 e Painel ASG pág. 19
BIODIVERSIDADE			
11.4.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 43 e 126
11.4.2	GRI 101: Biodiversidade 2024	101-1 Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade	Pág. 127 e 129 a 130
11.4.3	GRI 101: Biodiversidade 2024	101-2 Gestão de impactos na biodiversidade	Págs. 127 a 134, e Painel ASG pág. 24 a 29
11.4.4	GRI 101: Biodiversidade 2024	101-4 Identificação de impactos na biodiversidade	Págs. 137 a 138
11.4.5	GRI 101: Biodiversidade 2024	101-5 Locais com impactos na biodiversidade	Págs. 135 a 141, e Painel ASG págs. 21 a 23

SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
EMISSIONES			
11.1.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 107, 109 e 123
11.1.5	GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas (escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	Págs. 113 a 117, e Painel ASG págs. 2, 6 e 7
11.1.6	GRI 305: Emissões 2016	305-2 Emissões indiretas (escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Págs. 113 a 117, e Painel ASG págs. 2 e 6
11.1.7	GRI 305: Emissões 2016	305-3 Outras emissões indiretas (escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	Págs. 116 e 117, e Painel ASG pág. 6
11.1.8	GRI 305: Emissões 2016	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Págs. 114 e 115, e Painel ASG pág. 2
11.2.3	GRI 305: Emissões 2016	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Págs. 113 a 116, 124, e Painel ASG pág. 6
11.3.2	GRI 305: Emissões 2016	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	Págs. 117 a 118, e Painel ASG pág. 9
RESÍDUOS			
11.5.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 148 a 150
11.5.2	GRI 306: Resíduos 2020	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Pág. 148
11.5.3	GRI 306: Resíduos 2020	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Págs. 151 e 152
11.5.4	GRI 306: Resíduos 2020	306-3 Resíduos gerados	Pág. 154, e Painel ASG págs. 3 e 17
11.5.5	GRI 306: Resíduos 2020	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Págs. 152 e 153, e Painel ASG pág. 17
11.5.6	GRI 306: Resíduos 2020	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Págs. 152 e 153, e Painel ASG pág. 17
EMPREGO			
11.10.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 188, 189, 191, 193, 194, 202, 204 e 205
11.10.2	GRI 401: Emprego 2016	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	Pág. 193 e 195, e Painel ASG págs. 37 e 38
11.10.3	GRI 401: Emprego 2016	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Pág. 189 e 204
11.10.4 11.11.3	GRI 401: Emprego 2016	401-3 Licença maternidade/paternidade	Pág. 205, e Painel ASG pág. 39
RELAÇÕES DE TRABALHO			
	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 188, 189, 191,193, 194, 202, 204 e 205
11.7.2 11.10.5	GRI 402: Relações de Trabalho 2016	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Págs. 194 e 157



SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO			
11.9.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 208 a 209 e 212 a 215
11.9.2	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Págs. 209 a 211 e 2013 a 214
11.9.3	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Págs. 209, 210, 211, 213, 214 e 2015
11.9.4	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Págs. 210, 211, 214 e 215
11.9.5	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Pág. 209
11.9.6	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Págs. 214 a 216
11.9.7	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Págs. 210 a 212, 214 e 215
11.9.8	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Págs. 209, 210 e 212 a 215
11.9.9	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Págs. 209 e 210
11.9.10	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-9 Acidentes de trabalho	Págs. 209, 210, 213, 214 e 215, e Painel ASG págs. 4 e 44
11.9.11	GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-10 Doenças profissionais	Págs. 209, 210, 211, 213, 214 e 215, e Painel ASG pág. 44
CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO			
	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 188, 189, 191,193, 194, 202, 204 e 205
11.10.6 11.11.4	GRI 404: Capacitação e Educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Pág. 206, e Painel ASG pág. 42
11.7.3 11.10.7	GRI 404: Capacitação e Educação 2016	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Págs. 157, 194, 206 e 207
	GRI 404: Capacitação e Educação 2016	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Págs. 205 a 206
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 188, 189, 191,193, 194, 202, 204 e 205
11.11.5	GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Págs. 198 e 199, e Painel ASG pág. 32
11.11.6	GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	Pág. 198, e Painel ASG pág. 41
NÃO DISCRIMINAÇÃO			
11.11.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 193, 195 a 201 e 205 a 207
11.11.7	GRI 406: Não Discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Pág. 202, e Painel ASG pág. 42

SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA			
11.13.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Pág. 190
TRABALHO INFANTIL			
	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 188, 189, 191,193, 194, 202, 204 e 205
TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO			
11.12.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Pág. 191
PRÁTICAS DE SEGURANÇA			
11.18.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Pág. 183
11.18.2	GRI 410: Práticas de Segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Pág. 183, e Painel ASG pág. 45
DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS			
11.17.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 180 a 182
11.17.2	GRI 411: Direitos de povos indígenas 2016	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas	Págs. 185 a 187
COMUNIDADES LOCAIS			
11.15.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 166, 167, 169, 170 e 172 a 180
11.15.2	GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Págs. 166, 167, 170 e 172 a 180, e Painel ASG pág. 45
11.15.3	GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	Pág. 167
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 192 e 193
11.10.9	GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Pág. 192
POLÍTICAS PÚBLICAS			
11.22.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 90 a 105
11.22.2	GRI 415: Políticas Públicas 2016	415-1 Contribuições políticas	Pág. 79
SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR			
11.3.3	GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016	416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	Pág. 121



SETOR DE PETRÓLEO E GÁS 2021	NORMA GRI 2021	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ EXPLICAÇÃO
Outros indicadores relatados conforme caderno setorial			
ADAPTAÇÃO, RESILIÊNCIA E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA			
11.2.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 108 a 113 e 119 a 121
EMISSÕES ATMOSFÉRICAS			
11.3.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 110 e 113
ENCERRAMENTO E REABILITAÇÃO			
11.7.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 148, 153, 154 e 157
11.7.4	Conteúdos adicionais ao setor	Unidades operacionais	Pág. 157
INTEGRIDADE DE ATIVOS E GESTÃO DE ACIDENTES DE SEGURANÇA DE PROCESSO			
11.8.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Págs. 158 a 163
11.8.2	GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016	306-3 Vazamentos significativos	Págs. 158, 162 a 163, e Painel ASG págs. 3 e 20
11.8.3	Conteúdos adicionais ao setor	Número total de eventos de segurança de processo	Painel ASG pág. 20
COMUNIDADES LOCAIS			
11.15.4	Conteúdos adicionais ao setor	Queixas de comunidades locais	Págs. 185 e 186
DIREITOS À TERRA E AOS RECURSOS NATURAIS			
11.16.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Pág. 171
11.16.2	Conteúdos adicionais ao setor	Locais de operações que causaram ou contribuíram para causar reassentamento involuntário ou onde tal reassentamento está em andamento	Pág. 171
DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS			
11.17.3	Conteúdos adicionais ao setor	Locais de operações onde povos indígenas estão presentes ou são afetados por atividades da organização	Págs. 180 e 181
COMBATE À CORRUPÇÃO			
11.20.5	Conteúdos adicionais ao setor	Abordagem para transparência de contratos	Pág. 80
11.20.6	Conteúdos adicionais ao setor	Identificação dos beneficiários efetivos	Pág. 83
PAGAMENTOS A GOVERNOS			
11.21.1	GRI 3: Gestão dos temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	Pág. 44 a 46
11.21.8	Conteúdos adicionais ao setor	Petróleo e gás comprados do Estado ou de terceiros	Págs. 45 e 47

SUMÁRIO DE CONTEÚDO SASB

INDICADOR	TÓPICO	MÉTRICA	PÁGINAS
EM-EP-000.A EM-RM-000.A EM-RM-000.B EM-MD-000.A	Métricas de atividade	Produção de: óleo, gás natural, óleo sintético e gás sintético; rendimento do refino de petróleo bruto e outras matérias-primas; capacidade operacional de refino; total de toneladas-quilômetros de: gás natural, petróleo bruto e produtos petrolíferos refinados transportados, por modalidade de transporte	FORM-20F págs. 95, 107-108
EM-EP-110a.1 EM-RM-110a.1 EM-MD-110a.1	Emissões de gases de efeito estufa	Emissões brutas globais do Escopo 1, percentual de metano, percentual coberto por regulamentos limitantes de emissões	págs.113-115 Painel ASG págs. 2, 6 a 8
EM-EP-110a.2	Emissões de gases de efeito estufa	Emissões brutas globais do Escopo 1 de: hidrocarbonetos queimados, outras emissões de combustão, emissões de processos, outras emissões ventiladas e emissões fugitivas	págs.109, 113 Painel ASG págs. 2, 6, 8
EM-EP-110a.3 EM-RM-110a.2 EM-MD-110a.2	Emissões de gases de efeito estufa	Discussão sobre estratégia ou plano de longo prazo e de curto prazo para gerenciar as emissões do Escopo 1, metas de redução de emissões e uma análise do desempenho dessas metas	págs. 109, 113-115 Painel ASG - p.6
EM-EP-120a.1 EM-RM-120a.1 EM-MD-120a.1	Qualidade do ar	Emissões atmosféricas dos seguintes poluentes: NO, (excluindo N ₂ O), SOx, compostos orgânicos voláteis (VOCs) e material particulado (PM10)	págs.117, 118 Painel ASG - p.9
EM-RM-120a.2	Qualidade do ar	Número de refinarias dentro ou próximas a áreas com população densa	págs.115,118 Painel ASG pág. 45
EM-EP-140a.1 EM-RM-140a.1	Gestão hídrica	Total de água doce retirada, água doce total consumida, percentual retirado de regiões com alto ou extremamente alto estresse hídrico, percentual reciclado	pág.146 Painel ASG págs. 3, 19
EM-EP-140a.2 EM-RM-140a.2	Gestão hídrica	Volume de água produzida e fluxo gerado; percentual despejado, injetado, reciclado; teor de hidrocarbonetos em água descarregada e número de incidentes de não conformidade associados a licenças de qualidade da água, padrões, e regulamentos	pág.147
EM-RM-150a.1	Gestão de materiais perigosos	Quantidade de resíduos perigosos gerados, porcentagem reciclada	pág. 152 Painel ASG p.3
EM-EP-160a.1 EM-MD-160a.1	Impactos ecológicos	Descrição das políticas e práticas de gestão ambiental para unidades operacionais ativas	pág. 126
EM-EP-160a.2	Impactos ecológicos	Número e volume agregado de derramamentos de hidrocarbonetos, volume no Ártico, volume impactando as costas com classificação ESI 8-1 O, e volume recuperado	pág.158 Painel ASG pág. 3
EM-MD-160a.3	Impactos ecológicos	Área terrestre impactada, percentual de área impactada restaurada	págs.127, 137, 138

INDICADOR	TÓPICO	MÉTRICA	PÁGINAS
EM-MD-160a.4	Impactos ecológicos	Número e volume agregado de derramamentos de hidrocarbonetos, volume no Ártico, volume em Áreas Extremamente Sensíveis (USAs) e volume recuperado	pág. 158 Painel ASG pág. 3
EM-EP-210 a.1	Segurança, direitos humanos e direitos dos povos indígenas	Percentual de reservas provadas e prováveis em ou próximas a áreas de conflito	Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa pág. 94
EM-EP-210 a.2	Segurança, direitos humanos e direitos dos povos indígenas	Percentual de reservas provadas e prováveis em ou próximas a terras indígenas	pág. 181
EM-EP-210 a.3	Relações com as comunidades	Discussão de processos de engajamento e práticas de diligência em relação aos direitos humanos, direitos indígenas e operação em áreas de conflito	Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa pág. 94
EM-EP-210 b.1	Relações com as comunidades	Discussão de processo para gerenciar riscos e oportunidades associadas a direitos e interesses da comunidade	págs. 172 a 180
EM-EP-320a.1 EM-RM-320a.1	Saúde e segurança da força de trabalho	Taxa total de incidentes registrados, taxa de fatalidade, taxa de frequência de quase acidente e horas médias de treinamento em saúde, segurança e resposta a emergências para funcionários em tempo integral, funcionários contratados e funcionários em serviços de curto prazo	pág. 217 Painel ASG págs. 4, 44
EM-EP-320a.2 EM-RM-320a.2	Saúde e segurança da força de trabalho	Discussão dos sistemas de gestão usados para integrar uma cultura de segurança	pág. 214
EM-EP-420a.3	Avaliação de reservas e despesas de capital	Valor investido em energia renovável, receita gerada por vendas de energia renovável	págs. 112, 113
EM-EP-420a.4	Avaliação de reservas e despesas de capital	Discussão sobre como o preço e a demanda por hidrocarbonetos e/ou a regulação climática influenciam a estratégia de investimentos para exploração, aquisição e desenvolvimento de ativos	pág. 109
EM-EP-510a.2	Ética e Transparência nos negócios	Descrição do sistema de gestão para prevenção da corrupção e suborno em toda a cadeia de valor	pág. 76
EM-EP-530a.1 EM-RM-530a.1	Gestão legal e ambiente regulatório	Discussão de posições corporativas relacionadas a regulamentos governamentais e/ou propostas políticas que abordam fatores ambientais e sociais que afetam a indústria	págs. 45, 47, 48
EM-EP-540a.1 EM-RM-540a.1	Gerenciamento de risco de incidentes críticos	Taxas de Evento de Segurança de Processos (PSE) para Perda de Contenção Primária (LOPC) de maior consequência (Tier 1) e menor consequência (Tier 2)	págs. 162, 163 Painel ASG pág. 20
EM-EP-540a.2	Gerenciamento de risco de incidentes críticos	Descrição dos sistemas de gestão usados para identificar e mitigar riscos catastróficos e tail-end risk	págs. 159 a 163 Painel ASG págs. 30, 31
EM-MD-540a.4	Segurança operacional, preparação e resposta a emergências	Discussão de sistemas de gestão utilizados para integrar uma cultura de segurança e preparação de emergência em toda a cadeia de valor e ao longo dos ciclos de vida do projeto	págs. 163, 164 Painel ASG págs. 30, 31

EXPEDIENTE

GRI 2-3

Coordenação geral, produção e diagramação

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Projeto gráfico e diagramação

f/damatta design

Crédito das fotos

Capa - Acervo Banco de Imagem Petrobras

Páginas 01, 04, 09, 25, 64, 107, 110, 112, 118, 143, 147, 148, 153, 161, 164, 196 – Acervo Banco de Imagem Petrobras

Páginas 3, 31, 43, 82, 104, 106 – Crédito: iStock

Página 18 – Projeto uso sustentável de sistemas lagunares. Crédito: Marcus Rodrigues da Costa

Páginas 22, 26, 36, 63, 77, 165, 170, 189, 216 – Crédito: Fernando Luiz Costa de Souza

Páginas 38, 123 – Projeto Corredor Caipira. Crédito: Rafael Bitencourt dos Santos Alves

Página 98 – Projeto Guapiaçu. Crédito: João Stutz

Página 100 – Projeto Unircirco. Crédito: Renzo Gostoli

Página 124 – Projeto Raizes do Purus. Crédito: Adriano Augusto Gambarini

Página 125 – Projeto Coral Vivo. Crédito: Helder Coelho Guabiroba Junior

Página 128 – Projeto Jovens em ação de Sustentabilidade. Crédito: Gabriel Fagundes de Araújo

Página 130 – Projeto Albatroz. Crédito: Dimas Gianuca

Páginas 138, 141 – Projeto Franca Austral. Crédito: Karina Groch

Página 140 – Projeto Aves Migratórias. Crédito: José Onofre Nascimento Monteiro

Páginas 168, 179 – Projeto Criança Cidadã. Crédito: Tatiana Santini

Página 171 – Projeto de desocupação Lagomar. Crédito: Claudia Kruger

Página 173 – Projeto Conexões Sustentáveis. Crédito: Marcelo Baggiotto Schmeling

Página 184 – Crédito: Valéria Baldner Fernandes

Para obter mais informações contate:

Gerência de Relatos e Indicadores de Sustentabilidade

sustainabilityreport@petrobras.com.br

Av. Henrique Valadares, 28 – Torre B, 8º andar

Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-030



1

2

3

4

5

